



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1973

Segunda-feira - 11 de Abril de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	3	Guaraciaba .....	220	Penha.....	388
Alto Bela Vista.....	6	Guaramirim.....	221	Pinheiro Preto .....	394
Anchieta .....	7	Guarujá do Sul .....	243	Planalto Alegre.....	425
Antônio Carlos .....	10	Herval d'Oeste .....	244	Pomerode.....	426
Arabutã .....	11	Ibiam .....	246	Ponte Serrada .....	442
Arroio Trinta.....	24	Ilhota .....	247	Porto União.....	443
Balneário Piçarras.....	25	Imbituba .....	249	Pouso Redondo .....	452
Barra Bonita.....	27	Indaial.....	253	Presidente Nereu.....	453
Barra Velha .....	28	Iomerê .....	275	Rio das Antas.....	454
Benedito Novo .....	29	Irineópolis .....	281	Rio do Sul.....	455
Biguaçu .....	30	Itá .....	283	Romelândia.....	475
Blumenau .....	32	Itaiópolis .....	285	Santa Rosa do Sul .....	480
Bom Jardim da Serra .....	63	Itapema .....	286	Santa Terezinha do Progresso .....	486
Bom Jesus do Oeste .....	64	Itapiranga.....	287	Santiago do Sul.....	489
Bom Retiro .....	66	Itapoá .....	288	São Bento do Sul.....	500
Botuvera.....	68	Jaraguá do Sul .....	294	São Carlos .....	507
Braço do Trombudo .....	69	Joaçaba .....	308	São Domingos.....	508
Brusque.....	85	José Boiteux .....	313	São João do Oeste .....	509
Caçador.....	93	Lacerdópolis.....	314	São João do Sul .....	511
Camboriú.....	103	Lages .....	315	São Joaquim .....	516
Campo Alegre .....	104	Laguna .....	319	São José.....	519
Campo Erê.....	108	Lajeado Grande.....	325	São Lourenço do Oeste.....	528
Campos Novos.....	109	Lebon Regis .....	326	São Miguel da Boa Vista .....	530
Canoinhas.....	138	Leoberto Leal.....	329	São Miguel do Oeste.....	531
Capinzal .....	151	Luzerna .....	331	São Pedro de Alcântara.....	533
Catanduvas.....	165	Mafra .....	335	Schroeder.....	535
Caxambu do Sul.....	166	Maracajá .....	336	Seara .....	538
Celso Ramos.....	167	Maravilha.....	337	Serra Alta .....	577
Chapadão do Lageado .....	168	Massaranduba.....	339	Siderópolis.....	590
Chapecó .....	169	Meleiro .....	341	Sombrio.....	591
Cocal do Sul.....	171	Modelo .....	342	Tigrinhos .....	593
Concórdia .....	172	Mondaí.....	343	Timbó .....	594
Cordilheira Alta .....	174	Monte Carlo .....	344	Três Barras .....	598
Coronel Freitas.....	185	Morro da Fumaça .....	345	Treze Tilias .....	603
Correia Pinto.....	186	Navegantes .....	346	Trombudo Central.....	604
Corupá .....	187	Nova Trento .....	348	Tunápolis.....	605
Curitibanos .....	190	Novo Horizonte .....	371	União do Oeste .....	606
Eral Velho .....	195	Orleans .....	372	Urussanga .....	607
Fraiburgo.....	196	Otacílio Costa.....	373	Vidal Ramos.....	636
Frei Rogério .....	201	Ouro .....	374	Videira.....	637
Galvão.....	205	Palhoça .....	375	Vitor Meireles.....	647
Garopaba.....	208	Palmitos .....	378	Xanxerê.....	652
Garuva .....	211	Papanduva.....	379	Xavantina .....	654
Gaspar .....	215	Paraíso .....	384	Xaxim.....	656

### Associações

AMERIOS.....	658	AMREC .....	663
--------------	-----	-------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



# Diário Oficial dos Municípios

## de Santa Catarina

Edição Nº 1973

Segunda-feira - 11 de Abril de 2016

Florianópolis/SC

### Sumário

#### Consórcios

CIGA .....	665
CIMVI.....	665
CIS Nordeste .....	665
CIS/AMARP.....	692
CIGAMERIOS .....	693

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### LEI Nº 2.417/2016

LEI Nº 2.417/2016 - DE 06 DE ABRIL DE 2016

“CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos dos Portadores de Deficiência - CMPD, que terá como finalidade e competência: I - Formular e encaminhar propostas junto à Prefeitura do Município de Água Doce, bem como assessorar e acompanhar a implementação de políticas de interesse das pessoas portadoras de deficiência;

II - Promover e apoiar atividades que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política das pessoas portadoras de deficiência, garantindo a representação dessas pessoas em Conselhos Municipais, nas áreas da Saúde, Habitação, Transporte, Educação e outras;

III - Colaborar na defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiências, por todos os meios legais que se fizerem necessários; IV - Receber, examinar e efetuar, junto aos órgãos competentes, denúncias acerca de fatos e ocorrências envolvendo práticas discriminatórias;

V - Aprovar seu Regimento Interno.

Art. 2º - Para a consecução de seus objetivos, caberá, ainda, ao Conselho Municipal da Pessoa Deficiente:

I - Estimular, apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos acerca das situações e da problemática das pessoas portadoras de deficiências, no âmbito do Município de Água Doce;

II - Formular políticas municipais de atendimento à pessoa portadora de deficiência, de forma articulada com as Secretarias ou demais órgãos da Administração Municipal envolvidos;

III - Traçar diretrizes, em seu campo de atuação, para a Administração Municipal Direta e Indireta e, de modo subsidiário e indicativo, par o setor privado;

IV - Elaborar e divulgar, por meios diversos, material sobre a situação econômica, social, política e cultural das pessoas portadoras de deficiência, seus direitos e garantias, assim como difundir textos de natureza educativa e denunciar práticas, atos ou meios que, direta ou indiretamente, incentivem ou revelem a sua discriminação ou, ainda, restrinjam o seu papel social;

V - Estabelecer, com as Secretarias afins, programas de formação e treinamento dos servidores públicos municipais, objetivando a supressão de práticas discriminatórias nas relações entre os profissionais e entre estes e a população em geral;

VI - Propor, nas áreas que concernem às questões específicas, a celebração de convênios de assessoria das pessoas portadoras de deficiência, com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos;

VII - Elaborar e executar projetos ou programas concernentes às condições das pessoas portadoras de deficiências que, por sua temática, complexidade ou caráter inovador, não possam, de forma imediata, ser incorporados por outras Secretarias e demais órgãos da Administração Municipal;

VIII - Propor e acompanhar programas ou serviços que, no âmbito da Administração Municipal, sejam destinados ao atendimento das pessoas portadoras de deficiências, através de medidas de aperfeiçoamento de coleta de dados para finalidades de ordem estatística; IX - Gerenciar os elementos necessários ao desenvolvimento do trabalho do Conselho.

Art. 3º - Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais, para os efeitos desta Lei, a pessoa que possui limitação ou incapacidade para o desenvolvimento pleno de atividades.

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos dos Portadores de Deficiência, será composto por 8 (oito) membros e constituído de forma paritária, por conselheiros representantes de órgãos governamentais e representantes da sociedade civil organizada, na forma seguinte:

I – 04 (quatro) representantes dos órgãos governamentais, indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo:

a. 01 (um) representante da Secretaria de Municipal de Educação, Cultura, Esporte;

b. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social;

c. 01 (um) representante da Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo;

d. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Transporte e Infra Estrutura.

II – 04 (quatro) representantes da sociedade civil organizada, sendo:

a. 03 (três) representantes da sociedade civil de entidades que trabalham diretamente com os Portadores de Necessidades Especiais;

b. 01 (um) representante da OAB.

§ 1º - Considera-se entidade que trabalham diretamente com pessoas portadoras de deficiência, a entidade privada e sem fins lucrativos, devidamente legalizada, com efetiva e comprovada representatividade e atuação, em nível municipal, na defesa dos interesses dos direitos do deficiente, constituída há pelo menos 02 (dois) anos.

§ 2º - Considera-se entidade que desenvolva trabalhos do interesse do deficiente a entidade privada, regularmente constituída com efetiva e comprovada atuação no município, desenvolvendo trabalhos de natureza educativo ou assistencial na esfera dos interesses dos direitos dos deficientes, constituída há pelo menos 02 (dois) anos.

§ 3º - A cada titular representante dos órgãos governamentais e da sociedade civil caberá um suplente.

§ 4º - Os titulares e respectivos suplentes representantes da sociedade civil organizada, serão indicados pela instituição a que são vinculados;

Art. 5º - Os conselheiros terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução consecutiva, sendo que os mandatos terão início a contar da data da posse.

Art. 6º - Perderá o mandato, garantido o contraditório e a ampla defesa, o membro do Conselho que:

I. faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões alternadas, sem justificativas, no período de 12 (meses);

II. apresentar conduta incompatível com os objetivos e finalidades do Conselho.

Parágrafo único – Os procedimentos para caracterização da perda do mandato serão especificados no Regimento Interno do Conselho.

Art. 7º - A reunião plenária do Conselho Municipal do Direitos dos

Portadores de Deficiência poderá ser instalada com no mínimo 1/3 dos conselheiros.

Art. 8º - O Conselho apenas deliberará pelos votos de metade mais um dos conselheiros presentes, e suas deliberações terão a forma de resolução dando-se conhecimento às partes interessadas, na forma prevista em seu Regimento.

Art. 9º - O Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário do conselho, serão escolhidos dentre os seus membros, mediante eleição.

§ 1º - Deverá ser constituída uma secretaria executiva para o desenvolvimento dos trabalhos de apoio ao funcionamento do conselho cujo os trabalhos serão exercidos por servidores municipais, designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, cabendo à Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social promover o apoio necessário ao funcionamento do Conselho.

§ 2º - A estrutura detalhada do Conselho e suas atribuições e funcionamento serão definidos em Regimento Interno.

Art. 10 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos dos Portadores de Deficiência, a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política municipal do deficiente, no âmbito das respectivas instâncias político administrativas.

Art. 11 - O Poder Executivo Municipal assegurará as condições de funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos dos Portadores de Deficiência, garantindo dotação orçamentária, e proporcionará as garantias para o pleno exercício de suas funções.

Art. 12 - Os programas, projetos e planos do Conselho serão também custeados por dotações e rubricas orçamentárias do Fundo Municipal dos Portadores de Deficiência, a ser criado por decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência desta Lei.

Art. 13 - O Fundo Municipal dos Portadores de Deficiência gerenciará recursos do Orçamento Municipal e de transferências de recursos estaduais e federais e será constituído das seguintes receitas:

- I. Dotação que lhe forem consignadas nos orçamentos do Município, do Estado e da União;
- II. Recursos provenientes de convênios ou acordos de qualquer natureza, celebrados com instituições nacionais ou internacionais, para execução da política municipal de direitos do deficiente.
- III. Recursos decorrentes de doações do poder público ou da iniciativa privada.

Parágrafo único - O Conselho fixará critérios para a utilização dos recursos financeiros e dotações orçamentárias integrantes do Fundo Municipal dos Portadores de Deficiência, bem como prestará contas, em Assembleia, ao final de cada exercício fiscal.

Art. 14 - Os serviços prestados pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos de Portadores de Deficiência são considerados de relevante interesse público e não serão remunerados.

Art. 15 - No prazo de 40 (quarenta) dias a partir de sua instalação, o Conselho elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 06 de abril de 2016

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.418/2016

LEI Nº 2.418/2016 – DE 06 DE ABRIL DE 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A ASSOCIAÇÃO VENETA LA MONTANARA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social, a título de auxílio financeiro, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), para a ASSOCIAÇÃO VENETA LA MONTANARA DE ÁGUA DOCE, inscrita no CNPJ sob o nº 80.628.019/0001-16, do Município de Água Doce, com o objetivo de auxiliar na manutenção dos serviços contidos no seu objeto social.

Art. 2º. O valor da subvenção social de que trata o artigo 1º será repassado em 01(uma) parcela, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), com vencimento em até 10 dias após a assinatura do termo de convênio.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei serão empenhadas para pagamento por conta da seguinte dotação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0015.2.034 APOIO A PROJETOS E GRUPOS CULTURAIS

3.3.50.00.00.0679/89 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá apresentar regularidade funcional e fiscal no ato de recebimento da parcela, bem como prestar contas no prazo de trinta dias do recebimento, na forma da Lei Municipal nº 1.812/2009.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de abril de 2016.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.419/2016

LEI Nº 2.419/2016 – DE 06 DE ABRIL DE 2016

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE A FILIAR-SE E CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, fica sancionada a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Água Doce autorizado a filiar-se a Confederação Nacional dos Municípios – CNM inscrito no CNPJ sob o nº 00.703.157/0001-83 com sede em Brasília no SCRS 505, Bloco C Lote 01 – 3º andar – Asa Sul CEP 70350-530 e manter em dia as contribuições financeiras mensais, fixadas em Assembleia Geral da Confederação e publicadas conforme Resolução do presidente.

Parágrafo único – O valor da mensalidade é de R\$ 557,00 (quinhentos e cinquenta e sete reais) observados os reajustes conforme deliberações.



Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta

Dotação 19:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0003.2009 MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DEPARTAMENTOS

3.3.90.00.00.0679/19

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de abril de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2185 DE 04 DE ABRIL DE 2016

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 682, de 17 de dezembro de 2015;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 32.542,13 (Trinta e dois mil, Quinhentos e quarenta e dois reais, treze centavos), na seguinte ação orçamentária:

02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0003	Ações de Administração Geral
04.122.0003.1.004	Manutenção e Melhorias no Centro Administrativo
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.3.0358	Aplicações Diretas
	R\$ 32.542,13

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior será utilizado recursos decorrentes do:

excesso de arrecadação, no vínculo abaixo:

a) "0.1.0101" - Recursos Vinculados - Alien. Bens Adq. c/Rec N/V R\$ 32.542,13 (Trinta e dois mil, Quinhentos e quarenta e dois reais, treze centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,  
em 04 de abril de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### PORTARIA Nº 045 DE 07 DE ABRIL DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, NEDIO LEONIR GASTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, no período de trinta (30) dias, a contar de 04 a 18 de abril de 2016, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Marcos Dias de Paula em 07 de abril de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 04 a 18 de abril de 2016, sendo que o restante do período será reembolsado pela Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 07 de abril de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 001-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 001/2016

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de material de expediente para uso na APAE, de acordo com repasse da Assistência Social, pago com recursos do EADE. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 25/04/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 08 de outubro de 2016.

Rozane Maria Provin - Gestora FMAS

### EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 011\_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 011/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Registro de Preço visando à aquisição de material de construção, para manutenção e conservação, melhorias na Unidade do Corpo de Bombeiros Militar, pelo período de 12 meses após a Homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:30 horas do dia 25/04/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 08 de abril de 2016.

Ari Prestes de Oliveira - Prefeito Municipal

### TERMO DE CONVÊNIO 002/2016

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 002/2016

O Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através do seu Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 083.024.687/0001-22, pessoa jurídica de direito público, com sede na rua Av. Anchieta nº 838, neste município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ari Prestes de Oliveira, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa nº 489, neste município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob nº 664.819.969-53 e Cédula de Identidade sob nº 1.947.120 expedida pela SSP/SC, adiante nomeado MUNICÍPIO e ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO, adiante nomeada ASSOCIAÇÃO APRISCO, que presta serviços de acolhimento institucional, situada na Rua Odilo Antonio Linck,

nº. 1.621, Sala 01, centro, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, CEP 89.930-000, inscrita no CNPJ/RFB sob nº. 11.712.456/0001-09, neste ato representada pelo seu presidente Sr. MARCOS CESAR COSTA, brasileiro, empresário, residente na Av. Rio Grande do Sul, nº.231, apartamento Nº 203, na cidade de São José do Cedro - SC, portador do CPF sob nº 019.655.139-05 e da Cédula de Identidade sob nº.2.946.665-2, órgão emissor SSP/SC, resolvem celebrar convênio entre si, em conformidade com o disposto nas cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de auxílio financeiro pelo MUNICÍPIO de Anchieta à ASSOCIAÇÃO APRISCO, em contrapartida pela disponibilização de 01(uma) vaga para o acolhimento institucional de adolescente que se encontra em situação de risco pessoal e social, a qual permanecerá em regime de acolhimento no Lar Aprisco, situado na rua Clara Camarão, nº100, Bairro Matinho, na cidade de Xanxerê – SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS, DO REPASSE E DO CUSTEIO DE DESPESAS.

O MUNICÍPIO repassará o valor total de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) a serem repassados durante a vigência do convênio e da seguinte forma: repasse único do valor correspondente até o último dia útil do mês da prestação do serviço, independentemente da vaga estar ocupada ou não ocupada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Este Convênio está sendo firmado na presente data, necessitando de ratificação do Poder Legislativo Municipal, em conformidade com a Lei Orçamentária nº 2.222/2015, e as despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2304 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Criança e Adolescente.

Elemento: (21) 3.3.90.0000000 – Aplicações Diretas – R\$ 4.200,00

Vínculo: Recursos Próprios

Sub-Cláusula Primeira: O MUNICÍPIO custeará, ainda:

I – Transporte para visitação da família, com intuito de manutenção dos vínculos familiares. A quantidade de visitas será estabelecida no Plano Individual de Atendimento – PIA da criança, onde serão observadas as necessidades e condições particulares do adolescente e de sua família;

II – vestuário de que o adolescente necessite;

III – atendimento médico, medicamentos, fraldas descartáveis, exames, consultas e suplementos alimentares não inclusos no atendimento básico do SUS;

IV – Material e uniforme escolar;

V – Mochila para transportar material escolar;

VI- Despesas referentes a formatura do acolhido;

VII- Despesas com transportes, alimentação e hospedagem relativas a eventos promovidos pelo colégio em que o mesmo esteja matriculado;

VIII- Quando ocorrer o desabrigo do adolescente acolhido no Lar Aprisco, responsabilizar-se por todas as despesas de ida

e volta referente ao transporte, alimentação e hospedagem em trânsito até ao seu destino final, de acordo com a determinação judicial. As despesas incluem a equipe técnica que se fizer necessário ao acompanhamento do acolhido.

Sub-Cláusula Segunda: O município poderá optar por autorizar a Associação Aprisco, a efetuar as despesas constantes da sub-cláusula anterior, se responsabilizando pelo posterior ressarcimento das mesmas, mediante a apresentação de documento comprobatório de despesa incorrida.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS:

a) Os recursos financeiros destinados ao atendimento dos serviços ora criados serão os de origem própria ou de transferências de qualquer origem.

b) Os recursos orçamentários destinados ao atendimento do objeto do presente Convênio serão os previstos no orçamento do Município.

#### CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

Depositar mensalmente até o último dia útil do mês relativo a prestação do serviço prestado ou até o primeiro dia útil subsequente ao mês do serviço prestado.

a) A quantia devida ao cumprimento do prescrito neste ato avençado na conta bancária em nome da ASSOCIAÇÃO APRISCO, Conta Corrente nº 16003-2 Agência 0776-5 Banco do Brasil, praça de São José do Cedro SC.

b) Participar da elaboração e execução das ações que lhes couberem;

c) Desenvolver o trabalho multidisciplinar em parceria com a rede de apoio;

d) Dar o cumprimento fiel às condições avençadas no presente instrumento.

#### Sub-Cláusula primeira: DO ACOLHIMENTO:

a) No ato do acolhimento no Lar Aprisco, entregar o relatório do Conselho Tutelar e/ou equipe técnica do município, constando o motivo a que deu origem o acolhimento, guia judicial de acolhimento do adolescente ao Lar Aprisco, bem como os documentos pessoais, escolares, médicos, e os demais que tiverem;

b) O município se obriga a retirar o(s) acolhido(s) da instituição no prazo máximo de 02 (dois) anos, salvo decisão judicial pela manutenção do adolescente em regime de acolhimento;

c) A encaminhar para a instituição no prazo máximo de 07 (sete) dias os laudos, relatórios, informações sobre o processo judicial e demais documentos necessários para contribuir nos relatórios e acompanhamento dos acolhidos;

d) Disponibilizar um endereço eletrônico (e-mail), indicando o servidor municipal responsável pelo contato, destinado ao recebimento dos requerimentos formalizados pela instituição;

e) Anexar ao convênio a lei que autoriza a celebração do convênio, indicando a dotação orçamentária, bem como a resolução ou parecer do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, favorável ao acolhimento da criança, cópia da publicação do convênio no Diário Oficial da União;

f) Encaminhar para visita aos acolhidos, os pais ou responsáveis, todos os meses, em dia e horário a ser fixado em comum acordo com a equipe técnica do Lar Aprisco, salvo nas hipóteses em que há expressa determinação judicial proibitiva das visitas e contato com os acolhidos;

g) Quando a criança acolhida estiver em processo de desligamento institucional, o município se responsabiliza em efetuar o pagamento das despesas relativas ao deslocamento, hospedagem e alimentação da criança e do profissional da instituição acolhedora que a acompanhará;

Sub-cláusula Segunda: O não cumprimento por parte da conveniente em qualquer uma das alíneas mencionadas na sub-cláusula primeira é motivo para rescisão do presente convênio no prazo de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

a) Manter conta em instituição financeira oficial, destinada a movimentação dos recursos oriundos deste Convênio;

b) Emitir Nota Fiscal e elaborar relatório de atendimento, encaminhando-os a administração municipal até o dia vinte de cada mês para as respectivas providências;

c) Dispor de pessoal técnico especializado para bem cumprir o objeto do presente convênio, de acordo com as exigências legais, bem como de quadro de pessoal que atenda às necessidades para o acolhimento das crianças;

d) Elaborar o Pia e relatório fundamentado e de acordo com o artigo 101, parágrafo 4º e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente;

e) Colocar à disposição instalações físicas adequadas e que esteja regularizada de acordo com as Leis que rege a mesma;

f) Aceitar o adolescente encaminhado pelo Setor Social/Conselho Tutelar do Município, através do Poder Judiciário da Comarca, de acordo com a disponibilidade de vagas conveniadas;

g) Aceitar a visitação, fiscalização e acompanhamento promovido pela área técnica do serviço do MUNICÍPIO, do Conselho Tutelar, do Ministério Público e do Poder Judiciário;

h) Tratar bem o adolescente acolhido, proporcionando-lhe todos os cuidados de manutenção e educação no Lar, cumprindo o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente;

i) Responsabilizar-se integralmente pelo adolescente acolhido, proporcionando-lhe escola, esporte, cultura, lazer e educação religiosa respeitando a opção religiosa do mesmo;

#### CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente Convênio em decorrência da vontade das partes.

Sub-Cláusula Primeira: O presente Convênio também poderá ser rescindido unilateralmente, quando as partes assim o desejarem, mediante notificação prévia, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

Sub-Cláusula Segunda: A rescisão do presente convênio, por acordo entre as partes ou por iniciativa unilateral não dará ensejo a qualquer indenização além daquelas decorrentes dos serviços prestados.

Sub-Cláusula Terceira: Caso haja o encerramento das atividades do Lar Aprisco, por força maior, o município se responsabiliza pela retirada do acolhido, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

a) O prazo estabelecido para a execução deste convênio será de 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura, devendo ser publicado em veículo oficial de publicações dos atos do governo do Município de Anchieta – SC., inclusive no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo;

b) A publicação resumida do termo de convênio, no órgão oficial de divulgação do Município e no Diário Oficial da União, é condição para a sua eficácia, devendo ser realizada de acordo com o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº. 8.666/93;

c) SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REAJUSTE DO VALOR DO REPASSE.

Findo o prazo do presente convênio e havendo aditamento de prazo, o valor do repasse mensal mencionado na Cláusula segunda, será reajustado de acordo com índice IGPM.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente Convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termos Aditivos.

#### CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO

Este Convênio será publicado, no mural público desta Prefeitura, na forma da legislação vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios das questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e de comum acordo, firmam este Termo de Convênio em 05 (cinco) vias de igual teor, forma e um só efeito, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus efeitos legais e jurídicos, com as testemunhas abaixo.

Município de Anchieta, 23 de março de 2016.

Ari Prestes de Oliveira Prefeito Municipal	Marcos Cesar Costa Presidente
Assessoria Jurídica OAB nº	

Testemunhas:

Nome:  
CPF nº

Nome:  
CPF nº

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 153/2016

PORTARIA Nº 153/2016

Concede Licença Maternidade a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1225/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, por 180 dias, a servidora LEILA SIMONES GUESSER, ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, a partir de 23 de março de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de abril de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de abril de 2016.



# Arabutã

## PREFEITURA

### ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 0019/2016 SEQUENCIA 004

ATA 004

Processo Licitatório nº. 019/2016 – Tomada de Preços nº 003/2016  
Objeto: Contratação da execução de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para construção da 2ª etapa (finalização) do centro comunitário localizado na comunidade de Linha Paraíso, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente edital.

A Comissão Permanente de Licitações se reuniu para analisar o recurso impetrado pela empresa SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, sendo que não houve contrarrazões dos demais licitantes, constatando que:

Em síntese, a empresa SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME alega que não há exigência no Edital de quantitativos mínimos e que os atestados de capacidade técnica apresentados por referida empresa estão de acordo com as parcelas de maior relevância, ou seja, "alvenaria, reboco, instalação elétrica, instalação hidráulica e pintura" (extraído do recurso interposto pela empresa, pg.06). Assim, ao analisar o recurso e as exigências editalícias, resta comprovado:

a) As parcelas mais significativas da obra, ou seja, as de maior valor são, conforme planilha orçamentária:

Item	Descrição	Valor total R\$
3.2.3	Piso industrial de alta resistência	57.596,79
2.1 e 2.2	Alvenaria	54.646,86
3.1.2	Massa única para recebimento de pintura (reboco)	23.706,72

Essa constatação é fácil de verificar, sendo que qualquer pessoa ao analisar a planilha orçamentária, anexa ao Edital, consegue retirar as parcelas de maior relevância e valor significativo.

b) Os atestados devem ser compatíveis com essas parcelas mais significativas, sendo nos termos da Lei nº. 8666/93, no art. 30 e incisos a seguir transcritos:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:  
(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos". (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)".

Assim, baseada na legislação licitatória, esta Comissão, deliberou

na Ata 002, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 16 de março de 2016 que a referida empresa apresentou atestados por execução de:

"a) Limpeza e pintura;

a) Reforma emergencial com menos de 50m²;

b) Três edificações residenciais com somatório de 189m², juntamente com reforma de uma edificação comercial com 92,80m².

Neste sentido, considerando que a empresa não apresentou atestados de capacidade técnica, que, de forma individual ou em sua somatória, atendam de forma satisfatória o requisito pertinente a compatibilidade, na medida em que os dados constantes na alínea "c" acima representam em termos de área, 35% (trinta e cinco por cento) em relação ao objeto em construção, isso se incluída a área pertinente à reforma, circunstância esta que permite concluir que não se mostrou comprovada a compatibilidade exigida no ato convocatório (...)"

Em sede de recurso, por sua vez, a empresa alegou que as parcelas de maior relevância são: alvenaria, reboco, pintura, instalações elétrica e hidráulica e que a mesma apresentou atestados compatíveis.

Ora, entendimento um pouco desarrazoável, considerando que a parcela de maior valor na planilha orçamentária é o piso industrial, sendo este não foi citado pela empresa e não comprovado em atestados.

Não obstante, atualmente a doutrina é praticamente unânime ao asseverar que:

"A comprovação da capacidade técnico-operacional continua sendo exigível, não obstante o veto apostado à letra b do §1º do art. 30. Na verdade o dispositivo vetado impunha limitação a essa exigência e a sua retirada do texto legal deixou a critério da entidade licitante estabelecer, em cada caso, as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, exigências, essas, que devem ser pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação" (MEIRELLES. Hely Lopes. Direito Administrativo, 20ª ed., 1995, p. 270).

Por sua vez, pondera Carlos Pinto Coelho Motta, in Eficácia nas Licitações e Contratos, 1994, p. 149, citando Antônio Carlos Cintra do Amaral:

"1. Para efeito de qualificação técnica de empresas licitantes, a Administração deve, com base na Lei 8.666/93, exigir atestados referentes à sua capacitação técnica, com vistas à 'comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação' (art. 30,II).

Além da aptidão da empresa, comprovável em função de sua experiência, a Administração deve exigir comprovação da 'capacitação técnico-profissional', nos termos do §1º do mesmo art. 30. Essas comprovações podem ser dispensadas no caso de obras licitadas mediante a modalidade 'Convite' (§1º do art. 37).

2. A Lei nº 8.666/93 não estabelece limites para exigências quanto à capacitação técnico-operacional de empresas licitantes, devendo tais limites, portanto, ser estabelecidos em cada caso, levando-se em conta a pertinência e compatibilidade a que se refere o inc. II do art. 30, bem como a noção de indispensabilidade, contida no inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal.

O texto extraído do parecer do Procurador Paulo Soares Bugarin, nos autos alusivos à Decisão nº 395/95 também é esclarecedor:

Assim, não restam dúvidas de que, apesar do veto, a Lei nº 8.666/93 continua permitindo a exigência de 'comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em

características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação... (Boletim de Licitações e Contratos Administrativos, NDJ, 12/2000, p. 631).

Tampouco poderíamos deixar de citar as orientações de Yara Darcy Police Monteiro:

Questão que foi muito controvertida, todavia já pacificada na doutrina e jurisprudência, é a relativa à comprovação da capacitação técnica da empresa e do profissional responsável nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia. Não mais pairam dúvidas de que, segundo a dicção do art. 30, II, e seu §1º, I, pode o edital exigir a 'comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação da empresa participante, sem prejuízo da comprovação de aptidão dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pelos trabalhos, na forma e com as limitações fixadas no citado §1º e inc. I do mesmo art. 30 (cf. Licitação: Fases e Procedimento, NDJ, 2000, p. 43).

Essa, inclusive, é a inteligência do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

Administrativo. Licitação. Interpretação do art. 30, II e §1º, da Lei 8.666/93.

1.(...) O exame do disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal, e sua parte final, referente a 'exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações', revela que o propósito aí objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, não a todo e qualquer interessado, indiscriminadamente, mas sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo a que se propõe' (Adilson Dallari).

3. Mandado de segurança denegado em primeiro e segundo graus. 4. Recurso especial improvido" (Res. Nº 172.232-SP, rel. Min. José Delgado, DJU de 21.9.98, RSTJ 115/194) (grifamos).

Em abono dessa matiz, também se manifestou o Egrégio Tribunal de Contas da União:

Habilitação. Qualificação técnica. Capacitação técnico-profissional. Capacitação técnico-operacional. Concorrência. A estabilidade do futuro contrato pode ser garantida com a exigência de atestados de capacitação técnico-profissional aliada ao estabelecimento de requisitos destinados a comprovar a capacitação técnico-operacional nos termos do inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93. (TC-009.987/94-0, publicado no Boletim de Licitações e Contratos, NDJ, 1995, vol. 11, p. 564).

Notadamente na Decisão nº 767/98, a Corte de Contas Federal consignou que a lei de licitações "não proíbe o estabelecimento de requisitos de capacitação técnico-operacional, mas, sim, retira a limitação específica relativa à exigibilidade de atestados destinados a comprová-la, deixando que a decisão quanto a essa questão fique a critério da autoridade licitante, que deve decidir quanto ao que for pertinente, diante de cada caso concreto, nos termos do art. 30, II". Invocando Marçal Justen Filho, conclui o relator que a exigência de capacidade técnica da empresa "é perfeitamente compatível e amparada legalmente".

É oportuno ainda alertar para o fato de que, na prática licitatória, temos conhecimento de casos em que, sendo solicitado, por alguns órgãos públicos, apenas a comprovação de capacitação técnico-profissional da licitante, ocorreram inúmeros prejuízos à conclusão de obras daí decorrentes. Isso se deu porquanto algumas empresas, de má-fé, "compravam" o acervo técnico dos profissionais, contratando-os com data retroativa à da abertura da licitação e, por certo, não lograram êxito em concluir satisfatoriamente a obra, uma vez que não possuíam a qualificação técnica necessária.

É exatamente para salvaguardar o interesse público de ocorrências dessa natureza, que a lei admite que se verifique a qualificação tanto da empresa, quanto de seu responsável técnico, para efeitos habilitatórios.

Negar que a lei admite a exigência de capacitação técnica em relação à empresa, capacitação esta pertinente à características,

quantidades e prazos em relação ao objeto licitado, é tornar sem efeito os comandos do inc. II do art. 30, que não foram abarcados pelo veto presidencial e, portanto, continuam em plena vigência. Vale dizer, o art. 30, II da Lei Federal é expresso ao asseverar a possibilidade de exigir-se a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos e, por certo, na melhor regra de hermenêutica jurídica, a lei não contém palavras inúteis.

Equivale a afirmar que, notadamente quanto a questão dos quantitativos, a lei é clara ao legitimar tal exigência, no tocante à capacitação técnica-operacional da empresa-licitante.

Há casos em que o quantitativo é relevante. Invocando exemplo suscitado pelo aludido professor Marçal Justen Filho, "É inviável reputar que um particular detém qualificação técnica para serviço de trezentas máquinas simplesmente por ser titular de bom desempenho na manutenção de uma única máquina"(cf. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª ed., Dialética, p. 311). (...)

Aliás, não se pode olvidar que, com a Emenda Constitucional nº 19/98, foi introduzido, com um dos princípios basilares, norteadores da atividade administrativa, o da eficiência.

Destarte, para dar cumprimento à tal preceito, em prol do interesse público, deve a entidade licitante salvaguardar-se de que o futuro contratado detém aptidão suficiente para bem desempenhar o objeto colimado.

Novamente invocando a Corte Superior de Justiça, citamos o seguinte julgado que corrobora o alegado:

Administrativo. Procedimento Licitatório. Atestado Técnico. Comprovação. Autoria. Empresa. Legalidade. Quando, em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa, não está sendo violado o art. 30, §1º, II, caput, da Lei nº 8.666/93. É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade e eficiência, objetivando não só a garantir a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo – a lei – mas com dispositivos que busquem resguardar a Administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa. Recurso provido (Resp. nº 44.750-SP, rel. Ministro Francisco Falcão, 1ª T, unânime, DJ de 25.9.00)" (sem grifo no original).

(...)

Assim sendo, não se pode, por amor à competição, deixar de prever requisitos que sejam pertinentes e relevantes ao atendimento do objeto perseguido, à luz do interesse público, porque não é essa a ratio legis.

O que o dispositivo visa coibir é a exigência infundada, dirigida exclusivamente a privilegiar alguns e afastar outros licitantes, sem qualquer justificativa. No entanto, não fere a competição a exigência de requisitos que, de fato, sejam necessários no caso concreto, face ao objeto a ser contratado.

Logo, a exigência de quantitativo para a comprovação da capacitação técnico-operacional, estando prevista na Lei, ex vi do citado art. 30, inc. II, bem como plenamente justificada face à complexidade do objeto envolvido, não viola a competitividade.

(...)

Por certo, o nível organizacional para a produção habitacional em série não pode ser comparada à produção de unidades isoladas, com equipes de trabalho reduzidas, sem que estejam inseridas em um cronograma global. Vale dizer, ainda que a empresa tenha construído, isoladamente, 100 (cem) casas, essa experiência não induz à conclusão de que está apta a administrar a construção das mesmas 100 (cem) casas, de uma só vez.

(...)

De notar-se, pois, que encontra-se amparada pelas orientações de nossos doutrinadores, bem como de balizada jurisprudência, a exigência de capacitação técnico-operacional, para efeitos

habilitatórios, quando esta tem por finalidade assegurar o interesse público, do qual a Administração não pode se desviar.

O Tribunal de Contas se posicionou recentemente (09/03/2016) em situação semelhante no acórdão 534/2016 Plenário, onde a relatora foi Ministra Ana Arraes:

Licitação. Qualificação técnica. Atestado de capacidade técnica. Capacidade técnico-profissional. Capacidade técnico-operacional. É lícito a Administração exigir quantitativos para comprovação da capacidade técnico-profissional superiores àqueles exigidos para demonstração da capacidade técnico-operacional, uma vez que, embora a experiência da empresa, sua capacidade gerencial e seus equipamentos sejam fatores relevantes, profissionais qualificados são determinantes para o desempenho da contratada.

Considerando o exposto nesta ata e na ata nº. 002 esta Comissão mantém a inabilitação da empresa SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, pois a mesma não comprovou ter capacidade técnica, baseada nos atestados apresentados, pois não são compatíveis em características e quantitativos mínimos das parcelas mais significativas da obra ora objeto de licitação.

As demais empresas permanecem habilitadas.

Este é o nosso posicionamento, cabendo à decisão final a Autoridade Competente.

Em sendo acolhido o presente posicionamento, fica desde logo designado o próximo dia 13 de abril de 2016, às 14 horas, para o prosseguimento do presente caderno licitatório, com a abertura das propostas de preços das concorrentes habilitadas.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Arabutã, 08 de abril de 2016.

Presidente da Comissão de Licitações - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Presidente da Comissão de Licitações Suplente: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

Membros: DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

### **ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 026/2016**

ATA 001

Processo Licitatório nº. 26/2016 – Pregão nº 18/2016

Objeto: Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Os Credenciados da empresa METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6088), ALTERMED-MAT. MED.HOSPITALARES LTDA (6703), CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSP. LTDA (7916), DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA (7917), S & R DISTRIBUIDORA LTDA (8244), DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP (8744), AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8888), INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (8987) compareceram na sessão pública.

Atos contínuos foram abertos os envelopes nº. 1 - Propostas Comerciais, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e Credenciados.

Iniciada a fase de lances verbais, estes foram apresentados de acordo com o anexo da ata da sessão.

Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº. 2 - Documentação de Habilitação da empresa vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e Credenciados.

O representante da empresa METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6088) impugnou as empresas participantes dos itens 03, 04, 05, 06 e 07, pois as mesmas não cotaram os produtos exigidos no Edital, solicitando que os mesmos passem por análise e amostras.

As empresas deverão apresentar no prazo de (cinco) dias os documentos solicitados no item 9.4, "a" e "b".

Assim, a Pregoeira e a Comissão resolvem encaminhar o processo licitatório para parecer técnico da Secretaria Municipal de Saúde.

Indagados todos os presentes, não foi ofertada qualquer espécie de impugnação.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pela Pregoeira e pelos membros da Equipe de Apoio presentes ao final da sessão.

Arabutã, 07 de abril de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI  
DULCI DRIEMEIER  
FELIPE PATZLAFF  
DELSI DRIEMEIER

### **ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 028/2016**

ATA 001

Processo Licitatório nº. 028/2016 – Convite nº 002/2016

Objeto: O presente Convite visa à escolha da melhor proposta para o seguinte objeto: Contratação da execução de reforma, recuperação e substituição de brinquedos instalados nos parques infantis (playground) das escolas e praças municipais, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente edital.

A Comissão Permanente de Licitações promoveu a abertura dos envelopes de habilitação, sendo que houve o credenciamento das empresas SOS PARQUES REC. E COMÉRCIO DE PARQUES LTDA e ELISANDRA MACIOROSKI – ME.

Protocolaram os envelopes de habilitação e de propostas comerciais, no horário aprazado no Edital, as empresas, sendo que as SOS PARQUES REC. E COMÉRCIO DE PARQUES LTDA e ELISANDRA MACIOROSKI – ME, sendo esta microempresa.

Assim, considerando que apenas duas empresas protocolaram documentação, esta Comissão, opina pela anulação do certame. Nessa linha, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO já decidiu o seguinte:

Não se deve adjudicar licitação na modalidade convite com menos de três propostas válidas por item licitado, para não ferir o disposto no art. 22, § 7º, da Lei nº 8.666, de 1993. (TCU, Decisão 472/1999. Plenário).

Portanto, para o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, se não houver três propostas válidas, o convite deve ser repetido.  
No mesmo sentido, o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA recentemente decidiu:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - MODALIDADE CONVITE - NÚMERO MÍNIMO DE PARTICIPANTES - ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO - ART. 49 DA LEI 8.666/93.1. Na licitação pela modalidade convite devem participar ao menos três concorrentes, segundo o § 3º do art. 22 da Lei 8.666/93. Não preenchido o número mínimo de participantes, pode a Administração anular o certame, com fulcro no art. 49 do mencionado diploma legal. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, provido (STJ, RE nº 640.679-RS).

Este é o nosso posicionamento, cabendo à decisão final a Autoridade Competente.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Arabutã, 08 de abril de 2016.

Presidente da Comissão de Licitações - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Presidente da Comissão de Licitações Suplente: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

Membros: DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 29/2016**

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 029/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preço para fornecimento de câmeras de monitoramento, incluído fonte, gravador, conversor e cabo de rede, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 13h30 do dia 26 de abril de 2016, sendo que na mesma data, às 14h em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br. Arabutã/SC, 08 de abril de 2016. JACKSON LUIZ PATZLAFF, Prefeito.

### **CONVÊNIO Nº. 005/2016**

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 005/2016

Conveniente: MUNICÍPIO DE ARABUTÃ.

Conveniada: CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE ARABUTÃ

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a conjugação de esforços, para prestar cooperação financeira necessária para o desenvolvimento das atividades na forma estabelecida no Estatuto da CONVENIENTE e Plano de Trabalho que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independentemente de sua

transcrição, objetivando o interesse público, os benefícios econômicos e sociais e a conveniência, nos termos da Lei 4320/1964.

VALOR: R\$ 5.000,00

PRAZO: 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA: 04/04/2016.

.

### **DECRETO Nº. 1859/2016**

DECRETO Nº 1.859, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

Cancela programação de aniversário de emancipação político-administrativa do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o crime bárbaro ocorrido na noite do dia 30 de março de 2016, na comunidade de Linha Guaraipo, vitimando a Senhora Lisete Lohmann e a criança Estefani Lohmann, sendo esse crime, o primeiro homicídio ocorrido desde a emancipação;

CONSIDERANDO, que tal fato trouxe uma comoção popular e desanimo em todas as comunidades do Município, resultando dessa forma nenhum clima para comemorações e realização de festividades de aniversário do Município;

DECRETA:

Art.1º Fica cancelado a programação em comemoração ao 24º aniversário de emancipação político-administrativa do Município, prevista para o dia 1º de abril de 2016, com os seguintes eventos:  
I – 20h00 – entrega de obras: Centro de Especialidades; Praça Municipal Albino Schimmelpfening e Pavimentação asfáltica de 15.486,93 m² de pavimentação urbana;  
II – 20h30 – Corte da cuca e tripa grossa de 24 metros;  
III – 21h30 – Baile com animação da Banda Brilha Som.

Art. 2º Considerando que o cancelamento da programação prevista no art. 1º do presente Decreto, teve como consequência a necessidade de rescisão de contratos administrativos públicos relacionado ao evento, fica nomeada a seguinte Comissão com poderes de análise e parecer relacionados com o cancelamento dos referidos contratos.

I – Leandra Christina Coldebella – Consultora Jurídica;  
II - Carine Altmann Fedrizzi – Diretora de Administração e Fazenda;  
III – Felipe Patzlaff – Contador.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã (SC), 31 de março de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito de Arabutã

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação



**DECRETO Nº. 1860/2016**

DECRETO Nº 1860, DE 04 DE ABRIL DE 2016

Autoriza firmar Termo de Cooperação Financeira com Câmara dos Diretores Lojistas de Arabutã e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências

**DECRETA**

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação Financeira com Câmara dos Dirigentes Lojistas de Arabutã, pessoa jurídica de direito privada, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Lauro Muller, 210, Centro. na Cidade/Município de Arabutã/SC, inscrita no CNPJ 83.574.616/0001-01 no valor de R\$ 5.000,00, a ser transferido em 09 (nove) parcelas conforme Plano de Aplicação constante do Anexo I da presente Decreto, constante do projeto atividade 2.030 - Incentivo à Ampliação e Modernização do Comércio, da modalidade 33.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos., do orçamento vigente, que tem por objeto a conjugação de esforços para manutenção e desenvolvimento de suas atividades em conformidade aos estatutos sociais, e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado

Art. 2º A celebração do Termo de Convênio previsto no artigo 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão as normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 04 de abril de 2016

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 04 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº. 1861/2016**

Decreto nº. 1861, de 08 de abril de 2016.

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2016, EDITAL DE CONVITE Nº 002/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Considerando os elementos constantes do Edital de Convite nº. 002/2016, em especial o posicionamento firmado pela Comissão Permanente de Licitações, quanto à anulação da licitação, pois não foi preenchido o número mínimo de licitantes habilitados;

**DECRETA:**

Art. 1. Fica aludido procedimento anulado, providência que encontra amparo legal no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã (SC),

08 de abril de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº. 1862/2016**

DECRETO Nº 1862, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Abre crédito especial por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 86.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836, de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “a” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Municipal nº 849, de 08 de abril de 2016,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito especial:

Órgão:								18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO										
Unidade:								4	Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS										
Projeto Atividade:								1058	Ampliação e Melhorias Centro Convivência do Idoso										
Modalidade:									44900000000000					Aplicações Diretas					86.000,00
									0000										
								TOTAL .....										R\$	86.000,00

Art. 2º O crédito especial constante do art. 1º do presente Decreto será aberto por conta do provável excesso de arrecadação:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação

Descrição da Fonte: 00.01.0109 – Alienação Bens 86.000,00

TOTAL .....R\$ 86.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de abril de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 08 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº. 1863/2016**

DECRETO Nº 1863, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Abre crédito especial por conta de anulação total de dotação orçamentária valor de R\$ 50.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 E Lei Municipal nº 850, de 08 de abril de 2016.

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito especial:

Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO				
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS				
Projeto Atividade:	1058	Ampliação e Melhorias Centro Convivência do Idoso				
Modalidade:		44900000000000	Aplicações Diretas		50.000,00	
		0000				
		TOTAL .....				R\$ 50.000,00

Art. 2º O crédito especial constante do art. 1º do presente Decreto será aberto por conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS		



Projeto Atividade:	1058	Ampliação e Melhorias Centro Convivência do Idoso			
Modalidade:	145	33900000000000	Aplicações Diretas	50.000,00	
		0000			
		TOTAL .....			R\$ 50.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de abril de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 08 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

### DECRETO Nº. 1864/2016

DECRETO Nº 1864, DE 08 ABRIL DE 2016

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 5.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, e Lei Municipal nº 851, de 8 de abril de 2016,

DCRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
Unidade:	1	Diretoria de Educação			
Projeto Atividade:	2051	Educação de Portadores de Necessidades Especiais			
Modalidade:		33500000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	5.000,00	
		0000			
		TOTAL .....			R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º do presente Decreto será aberto por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
Unidade:	2	Diretoria de Cultura			
Projeto Atividade:	2069	Concessão de Subvenções à Entidades Culturais			
Modalidade:	87	33500000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	5.000,00	
		0000			
		TOTAL .....			R\$ 5.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de abril de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 08 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 179/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 179, DE 08 ABRIL DE 2016

Altera Anexo I e II - Grupo "D": Serviços Gerais da Lei Complementar nº 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Arabutã revoga leis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova, e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado os Anexos I e II – Grupo "D": Serviços Gerais da Lei Complementar nº 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Arabutã revoga leis e dá outras providências, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Ar. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de abril de 2016.

Jackson Luiz Pazlaff  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 08 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável Pelas Publicações

**LEI Nº. 848/2016**

LEI Nº 848, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

Concede auxílio financeiros a estudantes com deficiências e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro a estudantes com deficiência que, por suas condições, necessitam de acompanhamento, devidamente comprovado, para deslocamento de sua residência até as Unidades Escolares do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

§ 1º Considera-se estudante com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 2º A comprovação da deficiência, quando necessária, prevista no caput do presente artigo será realizada por avaliação biopsicossocial, por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I – os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II – os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III – a limitação no desempenho de atividades; e

IV – a restrição de participação.

§ 3º O auxílio financeiro previsto no caput do presente artigo somente será devido quando o deslocamento é realizado pela própria família ou responsáveis pela pessoa com deficiência.

§ 4º O valor do auxílio financeiro é de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por quilômetro rodado.

§ 5º O valor previsto no § 4º do presente artigo será reajustado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC-IBGE, ocorrido de janeiro à dezembro do ano anterior.

§ 6º Em caso relevante, devidamente comprovado e justificado, o valor previsto no § 4º do presente artigo poderá sofrer reajustes antecipadamente, em especial quando se operacionalizar o reajustamento dos combustíveis, oportunidade em que será observada a mesma regra de reajustamento nos contratos formalizados pela Municipalidade na prestação de serviços de transporte escolar.

§ 7º O pagamento do valor estabelecido no § 4º do presente artigo será no décimo quinto dia do mês subsequente ao transporte realizado, mediante relatório da Unidade Educacional, onde constarão as datas de comparecimento do estudante.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a partir do 22 de fevereiro de 2016.

Arabutã/SC, 08 de abril de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 08 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável Pelas Publicações

### LEI Nº. 849/2016

LEI Nº 849, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Abre crédito especial por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 86.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836, de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “a” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial:

Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO				
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS				
Projeto Atividade:	1058	Ampliação e Melhorias Centro Convivência do Idoso				
Modalidade:		4490000000000000	Aplicações Diretas		86.000,00	
		0000				
		TOTAL ..... R\$				86.000,00

Art. 2º O crédito especial constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do provável excesso de arrecadação:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação

Descrição da Fonte: 00.01.0109 – Alienação Bens 86.000,00

TOTAL .....R\$ 86.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de abril de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 08 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável Pelas Publicações

### LEI Nº. 850/2016

LEI Nº 850, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Abre crédito especial por conta de anulação total de dotação orçamentária valor de R\$ 50.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial:

Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO				
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS				
Projeto Atividade:	1058	Ampliação e Melhorias Centro Convivência do Idoso				
Modalidade:		44900000000000	Aplicações Diretas			50.000,00
		0000				
		TOTAL .....				R\$ 50.000,00

Art. 2º O crédito especial constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO				
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS				
Projeto Atividade:	1058	Ampliação e Melhorias Centro Convivência do Idoso				
Modalidade:	145	33900000000000	Aplicações Diretas		50.000,00	
		0000				
		TOTAL ..... R\$				50.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de abril de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 08 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável Pelas Publicações

## LEI Nº. 851/2016

LEI Nº 851, DE 08 ABRIL DE 2016

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 5.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
Unidade:	1	Diretoria de Educação				
Projeto Atividade:	2051	Educação de Portadores de Necessidades Especiais				
Modalidade:		33500000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		5.000,00	
		0000				
		TOTAL ..... R\$				5.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:								13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA										
Unidade:								2	Diretoria de Cultura										
Projeto Atividade:								2069	Concessão de Subvenções à Entidades Culturais										
Modalidade:								87	33500000000000				Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				5.000,00		
									0000										
								TOTAL ..... R\$										5.000,00	

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de abril de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 08 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável Pelas Publicações

**HOMOLOGAÇÃO - LICITAÇÃO Nº. 27/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ</b>  CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 19/2016 - PR</b>
	Processo Administrativo: 22/2016 Processo de Licitação: 27/2016 Data do Processo: 18/03/2016

Folha: 1/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 27/2016  
b ) Licitação Nr.: 19/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 08/04/2016  
e ) Data da Adjudicação: 08/04/2016 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Registro de preço de serviços gráficos e de designer gráfico, para atender as necessidades das Unidades Administrativas do Município, conforme itens do anexo I.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

**LOTE: 1****KHROMA GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (9043)**

	Unid.	Qtde	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
1 Confeção de calendários em 4x0, colorido, com fotos - Marca: KHROMA	SER	1.500,00	0,0000	0,8897	1.334,51
2 Confeção de designer gráfico/arte para calendário - Marca: KHROMA	SER	1,00	0,0000	0,4943	0,49
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1.335,00</b>

**LOTE: 2****DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (9044)**

3 Confeção de envelope ofício, 4x4 cores, 23x11 - Marca: DCL	SER	245,00	0,0000	1,2083	296,03
4 Confeção de envelope ofício, 4x4 cores, 28x11 - Marca: DCL	SER	363,00	0,0000	1,1558	419,56
5 Confeção de envelope ofício, 4x4 cores, 38x26 - Marca: DCL	SER	265,00	0,0000	1,2959	343,41
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1.059,00</b>

**LOTE: 3****DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (9044)**

6 Confeção de blocos contendo 50 folhas de requisição de mate - Marca: DCL	SER	75,00	0,0000	8,70	652,50
7 Confeção de blocos contendo 50 folhas de Autorização para a - Marca: DCL	SER	35,00	0,0000	7,85	274,75
8 Confeção de blocos de termo de recebimento de serviços - Marca: DCL	SER	40,00	0,0000	9,80	392,00
9 Confeção de fichas de controle do Veículo, papel duplex, - Marca: DCL	SER	200,00	0,0000	0,84	168,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1.487,25</b>

**LOTE: 4****LEONIR ANTONIO HECKLER - ME (8832)**

10 Confeção de pastas com bolso, personalizadas, 32x23 (aprox) - Marca: HECKLER	SER	380,00	0,0000	1,9374	736,20
11 Confeção de pastas com orelhinhas, personalizadas, 32x23 - Marca: HECKLER	SER	150,00	0,0000	3,892	583,80
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>1.320,00</b>

Arabutã, 8 de Abril de 2016.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ</b>  CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 19/2016 - PR</b>	
	Processo Administrativo:	22/2016
	Processo de Licitação:	27/2016
Data do Processo:		18/03/2016
Folha: 2/3		

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### LOTE: 5

##### KHROMA GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (9043)

12	Confeção de folders, tamanho aproximado de 26x21cm, papel c - Marca: KHROMA	SER	6.000,00	0,0000	0,31	1.860,00
13	Confeção de folders, tamanho aproximado de 20x15cm, papel c - Marca: KHROMA	SER	5.000,00	0,0000	0,15	750,00
14	Confeção de designer gráfico/arte para folders - Marca: KHROMA	SER	11,00	0,0000	20,00	220,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>2.830,00</b>

#### LOTE: 6

##### DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (9044)

15	Confeção de blocos de solicitação de exames para o laboratório - Marca: DCL	SER	100,00	0,0000	5,68	568,00
16	Confeção de blocos 50 x 2 vias em papel extra copy, 15 x 22 - Marca: DCL	SER	20,00	0,0000	9,60	192,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>760,00</b>

#### LOTE: 7

##### LEONIR ANTONIO HECKLER - ME (8832)

17	Confeção de carteira de saúde, formato 7,5x10,5cm, papel ca - Marca: HECKLER	SER	100,00	0,0000	0,93	93,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>93,00</b>

#### LOTE: 8

##### DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (9044)

18	Confeção de fichas odontológicas, papel cartolina 230gr, co - Marca: DCL	SER	50,00	0,0000	2,2173	110,87
19	Confeção de cartelinhas de agendamento odontológico, forma - Marca: DCL	SER	100,00	0,0000	1,207	120,70
20	Confeção de ficha nutricional: papel cartolina 230gr, cores - Marca: DCL	SER	150,00	0,0000	0,8762	131,43
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>363,00</b>

#### LOTE: 9

##### MUNDIAL SERIGRAF - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (8538)

21	Confeção de banners, tamanho 1,20mx0,75cm de largura, com i	SER	25,00	0,0000	76,6776	1.916,94
22	Confeção de faixa com no mínimo 03 metros e máximo 06 metro	SER	35,00	0,0000	258,5641	9.049,74
23	Confeção de designer gráfico/arte para banner e faixa, colo	SER	53,00	0,0000	151,572	8.033,32
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>19.000,00</b>

#### LOTE: 10

##### MUNDIAL SERIGRAF - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (8538)

24	Confeção de adesivos para veículos, tamanho aproximado de 0	SER	30,00	0,0000	12,194	365,82
25	Confeção de designer gráfico/arte para adesivo, colorido 4x	SER	1,00	0,0000	64,1791	64,18
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>430,00</b>

#### LOTE: 11

##### POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (8831)

26	Nota de Produtor Rural 4 vias modelo 4, papel autocopiativo, - Marca: POLIMPRESSOS	SER	20.000,00	0,0000	0,286	5.720,49
27	Blocos para o programa de inseminação artificial - Marca: POLIMPRESSOS	SER	80,00	0,0000	6,9464	555,71
28	Confeção de capas de Nota Fiscal de Produto Rural - Marca: POLIMPRESSOS	SER	4.000,00	0,0000	0,9807	3.922,80
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>10.199,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>38.876,25</b>

Arabutã, 8 de Abril de 2016.



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA</b>  CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 19/2016 - PR</b>	
	Processo Administrativo:	22/2016
	Processo de Licitação:	27/2016
Data do Processo:		18/03/2016
Folha: 3/3		

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 8 de Abril de 2016.

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 037

PORTARIA Nº 037, de 09/02/2007.

Nomeia Servidor para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1102/2005 e suas alterações posteriores, Lei nº 1155/2005, Lei nº 1043/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 002 de 18/12/2006,

#### RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, VÂNIA FERRONATTO CAMPAGNIN, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Luiz Nezi, no Município de Arroio Trinta – SC, inscrita no CPF sob nº 789.456.409-59 e Identidade nº 2.822.892, classificada em 3º lugar no concurso público, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR I (MAGISTÉRIO), Nível I, Lotado na Secretaria Municipal de Educação do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15 horas as 17:15 horas de 2ª à 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 09 de fevereiro de 2007.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 09 de fevereiro de 2007.

CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### **CONTRATO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA - CASAN 01/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

CONTRATO DE COOPERAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA Nº 01/2016

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016/FUNSAN

MODALIDADE Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 002/2016

O presente CONVÊNIO tem por objeto o planejamento, regulação, fiscalização e a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no MUNICÍPIO, na forma de Gestão Associada, obrigando seus celebrantes ao cumprimento das obrigações e atribuições nele estabelecidas.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN  
PRAZO 35 ANOS

Balneário Piçarras(SC), 6 de abril de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Balneário Piçarras(SC), 31 de março de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Leia-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº 012/2015-PMBP

Pregão Presencial SRP nº 0058/2015-PMBP

CONTRATO nº 15/2016 - PMBP

Objeto: O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços nº 01/2015-PMBP, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento eletrônico com ronda motorizada comunitária e desarmada 24 (vinte e quatro) horas, em prédios e espaços públicos utilizados pelo poder executivo do Município de Balneário Piçarras, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.

Empresas Participantes Habilitadas:

MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA ME - R\$473.600,00

Vigência: 31/12/2016

Balneário Piçarras(SC), 31 de março de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

### **CONTRATO DE PROGRAMA CASAN 01/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

CONTRATO DE PROGRAMA Nº 01/2016/PMBP

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016/FUNSAN

MODALIDADE Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 002/2016

Objeto: O objeto do presente contrato é a operação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com exclusividade à COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO (CASAN);

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

Prazo de 35 anos

Balneário Piçarras(SC), 6 de abril de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016-PMBP CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 002/2016-PMBP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016-PMBP

CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 002/2016-PMBP

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar CONCORRÊNCIA para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço por lote, para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO DA RUA ALTAIR DE SOUZA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO PARA O NOVO ACESSO AO BAIRRO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. Data/horário recebimento envelopes: 17/05/2016 até 14h. Data/horário abertura envelopes: 17/05/2016 até 14h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Bairro Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site [balneariopicararras.atende.net](http://balneariopicararras.atende.net). Balneário Piçarras/SC, 08 de abril de 2016. Leonel José Martins - Prefeito Municipal.

### **ERRATA CONTRATO 15/2016 PMBP**

Onde se le:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº 012/2015-PMBP

Pregão Presencial SRP nº 0058/2015-PMBP

CONTRATO nº 15/2016 - PMBP

Objeto: O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços nº 01/2015-PMBP, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento eletrônico com ronda motorizada comunitária e desarmada 24 (vinte e quatro) horas, em prédios e espaços públicos utilizados pelo poder executivo do Município de Balneário Piçarras, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.

Empresas Participantes Habilitadas:

MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA ME - R\$775.835,52

Vigência: 31/12/2016

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2016 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº008/2016 - PMBP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2016 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº008/2016 - PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de materiais destinados ao serviço de

atendimento pré-hospitalar, atendendo solicitação do 3º Pelotão de Bombeiros Militar de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 26/04/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 26/04/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras(SC), 07 de abril de 2016. Leonel José Martins - Prefeito Municipal

# Barra Bonita

## CAMARA DE VEREADORES DE BARRA BONITA

### INDICAÇÃO 006/2016

Epígrafe	PROPOSIÇÃO INDICAÇÃO Nº 006/2016
Vocativo	EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA BONITA, ESTADO DE SANTA CATARINA.
Texto	O Vereador que esta subscreve, requer a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 79, 81, 89 e 101, do Regimento Interno, seja esta INDICAÇÃO submetida ao Plenário para aprovação e envio ao Senhor Prefeito Municipal Darci João Frizon o qual requer seja feita o patrolamento e cascalhamento das estradas de acesso a linha Três Irmãos, bem como a estrada de acesso até a ponte do Rio das Antas, interior do município de Barra Bonita.
Justificativa	<p>Tal reivindicação se faz necessário, uma vez que as estradas estão bastante danificadas necessitando a recuperação, já que a um grande fluxo de veículos diários por estas estradas, bem como o transporte de alunos.</p> <p>Por derradeiro, sem a pretensão de ter esgotado o tema, espero que na medida do possível possa ser concretizado esta reivindicação.</p>
Fecho	<p>Nestes Termos em que, Pede e Aguarda Deferimento</p> <p>Sala das Reuniões, 22 de março de 2016.</p> <p>SERGIO JOSE KUNRATH Vereador da Bancada PT</p>

# Barra Velha

## PREFEITURA

### AVISO DE CANCELAMENTO PP 025/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 033/2016 - Pregão Presencial nº 025/2016

#### AVISO DE CANCELAMENTO

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por Lote para Aquisição de recompositor de pista (asfalto frio) para manutenção de vias públicas para Secretaria de Obras do Município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 13/04/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 13/04/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 08 de abril de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

### PORTARIA Nº 691, 08 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 691, 08 DE ABRIL DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011 e Lei Complementar nº 191/2015, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata PATRÍCIA VARGAS para o cargo efetivo de Monitor de Ônibus, Nível I- 1, anexo IX da Lei Complementar nº 125/2011, lotada com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com a carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 08 de abril de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito



# Benedito Novo

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2016

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº. 29/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PAPEL TAMANHO A4 PARA OS DIVERSOS SETORES E SECRETARIAS

EMPRESA FORNECEDORA: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELE ME

· ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora no único item, totalizando a quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 06/04/2016 a 06/04/2017

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 06/04/2016

Jean Michel Grundmann - Prefeito

# Biguaçu

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2016 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, GABRIEL ARTHUR LOEFF, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1170/2016), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES INFANTIL PARA AS DEMANDAS JUDICIAIS IMPOSTAS AO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 11/04/2016, às 13h59min do dia 26/04/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 26/04/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (26/04/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (26/04/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 11/04/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 08 de abril de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Gabriel Arthur Loeff  
Secretário de Saúde

### DESPACHO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2015

Pregão Presencial nº. 71/2015

Pregão Presencial nº. 71/2015

Objeto do Pregão: Contratação de empresa prestadora de serviços de emissão de laudos de exames radiológicos para o município de Biguaçu para o ano de 2016.

O Pregão Presencial nº. 71/2015 possui como Contratação de empresa prestadora de serviços de emissão de laudos de exames radiológicos para o município de Biguaçu para o ano de 2016.

Considerando que os serviços podem ser prestados no Hospital Regional de Biguaçu, deste modo visando a redução de despesas desta Administração.

Entendo, por bem, REVOGAR o processo nº 71/2015.

Biguaçu, 23 de março de 2016.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA  
Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

### EXTRATO ATA - PP 12/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016 DO PP 12/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E FAMABI.

EMPRESA: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP

VALOR TOTAL: R\$ 506.245,00

VIGÊNCIA: 31/03/2016 A 31/03/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 31 de março de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO CONTRATO Nº 10.058/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 13/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.058/2016

Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 13/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS

BENS IMÓVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU..

Fornecedor: CRISTIANI LOURI RODRIGUES ME

Valor: R\$ 25.267,00 (vinte e cinco mil duzentos e sessenta e sete reais).

Vigência: 06/04/2016 a 31/12/2016.

GABRIEL ARTHUR LOEFF  
Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.059/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 13/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.059/2016  
Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 13/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU..

Fornecedor: J.M.C. JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Valor: R\$ 19.261,00 (dezenove mil duzentos e sessenta e um reais).

Vigência: 06/04/2016 a 31/12/2016.

GABRIEL ARTHUR LOEFF  
Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.060/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 13/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.060/2016  
Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 13/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU..

Fornecedor: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI EPP

Valor: R\$ 20.872,00 (vinte mil oitocentos e setenta e dois reais).

Vigência: 06/04/2016 a 31/12/2016.

GABRIEL ARTHUR LOEFF  
Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.061/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 13/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.061/2016  
Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 13/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU..

Fornecedor: PEIXER COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA ME

Valor: R\$ 29.358,50 (vinte e nove mil trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

Vigência: 06/04/2016 a 31/12/2016.

GABRIEL ARTHUR LOEFF  
Secretário Municipal de Saúde

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2016-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2016-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CLAVICULÁRIO PARA USO DO SETOR DE TRANSPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

EMPRESA CONTRATADA: CJ COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME

VALOR: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

(...)II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de adquirir o produto em apreço com o intuito de guardar as chaves dos veículos, para controle e organização do Setor de gerenciamento de frota, bem como o controle de saídas e entradas dos veículos oficiais, evitando transtornos, tendo sempre as chaves em um lugar seguro e de fácil acesso, com a instalação do mesmo na sala do Diretor responsável.

Biguaçu, 29 de março de 2016.

Ângelo Ramos Vieira  
Secretário de Saúde

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.718/2015

DECRETO N. 10.718, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

CRIA O MUSEU DA CERVEJA DE BLUMENAU – MCB, LOCALIZADO NA PRAÇA HERCÍLIO LUZ, CENTRO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, I, “o”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, da Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e

CONSIDERANDO os termos do Memorando SECTUR n. 175, de 19 de agosto de 2015, subscrito pelo Secretário Municipal de Turismo,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo – SECTUR, o Museu da Cerveja de Blumenau – MCB, localizado na Praça Hercílio Luz, Centro.

Art. 2º São objetivos do Museu da Cerveja de Blumenau – MCB:

I – estabelecer políticas de aquisição de acervo, por meio de coleções, doações e empréstimos junto à comunidade;

II – promover-se por meio de sua inserção em roteiros de visitação turística e de lazer;

III – destacar-se como um centro de referência nacional;

IV – garantir a acessibilidade total aos seus espaços físicos;

V – organizar e manter biblioteca setorial e arquivos especializados;

VI – promover pesquisa com ênfase no patrimônio cultural cervejeiro da região;

VII – empreender múltiplas ações educativas voltadas para os diversos segmentos de público como escolar, turístico, familiar e outros, aliando conteúdos históricos, lúdicos e culturais;

VIII – viabilizar a comunicação por meio de recursos tecnológicos;

IX – preservar e proteger o patrimônio material e imaterial a ele vinculado;

X – divulgar os resultados de ações de pesquisa, preservação e registro de referência da cultura cervejeira presentes na comunidade de Blumenau e Vale do Itajaí;

XI – promover a educação patrimonial relacionada à cultura cervejeira.

Art. 3º A estrutura organizacional, as atribuições dos órgãos e a gestão do acervo do Museu da Cerveja de Blumenau – MCB serão definidas em regimento interno.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 19.552/2016

PORTARIA Nº 19.552, DE 28 DE MARÇO DE 2016.

CONVERTE A RESCISÃO CONTRATUAL DO SERVIDOR I.M.R.S. EM DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o

art. 75, II, “g”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, III, do mesmo diploma legal e, considerando o Relatório Final e o Julgamento prolatado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2015,

RESOLVE,

Art. 1º Converter a rescisão contratual do servidor I.M.R.S., matrícula 92028-5, ocupante do cargo em comissão, à época dos fatos, de Gerente de Atendimento ao Público, na Secretaria Municipal de Administração, em “demissão por justa causa”, por infringência ao artigo 176, inciso VI; artigo 177, inciso XIII, combinado com o artigo 190, inciso IV, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e ao artigo 11 e inciso I, da Lei Federal nº 8.429/92, aplicando a hipótese o art. 196, da LC nº 660/07.

Art. 2º Determinar o ressarcimento aos cofres públicos, por parte do ex-servidor, do valor de R\$ 866,40 (oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), com a devida correção monetária, a contar da data da abertura do presente processo até a data do seu efetivo pagamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de março de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 19.568/2016

PORTARIA Nº 19.568, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO DOS PROVENTOS DE PENSÃO POR MORTE À MARIA SCHMITT.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fulcro na Lei Complementar nº 76, de 09 de novembro de 1994, resolve:

CONCEDER COMPLEMENTAÇÃO DOS PROVENTOS DE PENSÃO POR MORTE

à MARIA SCHMITT, viúva do ex-servidor público municipal JOÃO MERTEN, matrícula nº 701920, no valor de R\$ 27,93 (vinte e sete reais e noventa e três centavos), equivalentes à diferença do valor da aposentadoria que o ex-servidor receberia se vivo estivesse e o valor do benefício pago pelo Instituto Nacional de Seguridade

Social – INSS, com efeitos retroativos a 31 de janeiro de 2016, de conformidade com o Processo Administrativo nº 2016/03/1922.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.585/2016**

PORTARIA N.º 19.585, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

DEMITE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL J.E.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, III, do mesmo diploma legal, resolve:

DEMITIR

J.E., matrícula nº 17895-0, do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, por infringir o art. 190, II, transformado no inciso XXIV do art. 177, combinado com o art. 204, todos da Lei Complementar nº 660/07, qual seja, abandono de cargo público, à vista do que consta do Relatório Final e do Julgamento prolatado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 022/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de abril de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.586/2016**

PORTARIA N.º 19.586, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

DESIGNA CHARLES DENI BELZ PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao Memorando GAB SEMED nº 120/2016, de 28/03/2016, resolve:

DESIGNAR, a contar de 03 de abril de 2016, o servidor público municipal CHARLES DENI BELZ, matrícula n. 196339, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Educação Inclusiva, símbolo FGC-70%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de abril de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **DECRETO Nº 10.937/2016**

DECRETO N. 10.937, DE 8 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE A REQUISICÇÃO ADMINISTRATIVA DE 3 (TRÊS) CONTÊINERES DE PROPRIEDADE DO CONSÓRCIO SIGA NECESSÁRIOS À REGULAR PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, e na forma do art. 75, I, "o", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o caráter de essencialidade do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, conforme disposto no art. 30, V, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a extinção por caducidade da concessão do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros objeto do Contrato n. 224, de 9 de novembro de 2007, outorgada em favor do Consórcio Siga,

CONSIDERANDO que atualmente a prestação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros é objeto do Contrato n. 006, de 25 de janeiro de 2016, celebrado com a Viação Piracicabana LTDA., com base no art. 24, IV, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para evitar a solução de continuidade deste serviço essencial até o término do respectivo e regular processo de licitação,

CONSIDERANDO o expediente firmado pelo representante legal do Consórcio Siga, recebido em 5 de abril de 2016 pelo Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, em que informa que, a partir de 11 de abril de 2016, dará início a remoção dos equipamentos adquiridos e instalados durante a vigência do Contrato n. 224, de 9 de novembro de 2007, nos Terminais Rodoviários Urbanos e estações de pré-embarque que especifica, dentre eles, 3 (três) contêineres,

CONSIDERANDO que a remoção dos referidos contêineres, destinados ao controle de acesso dos usuários do serviço aos Terminais Rodoviários Urbanos, acarretará inegáveis prejuízos à integração do sistema e, conseqüentemente, à regular prestação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no Município, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, XXV, da Constituição Federal e no art. 1.228, § 3º, da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil),

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada a requisição administrativa de 3 (três) contêineres instalados e em operação em Terminais Rodoviários Urbanos de propriedade do Consórcio Siga, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 09.069.537/0001-82, a fim de garantir a regular prestação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no Município.

Art. 2º O prazo de vigência da medida interventiva é de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual período, se persistente as causas que a ensejaram.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 8 de abril de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**PROCESSOS DISPENSA E INEXIGIBILIDADE/ 2016**

Processo de Dispensa: 08-26/16

Objeto: LOCAÇÃO DE SALAS - SEMUS

Artigo: Inciso 24, X da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: ISAIÁS RIBEIRO GERMANO. (CPF: 743.399.589-72).

VALOR: R\$ 22.943,16

Processo de Inexigibilidade: 09-25/16

Objeto: SERVIÇOS DE MONITORIA- PALESTRA -SEMUS

Artigo: 25 caput da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: VARIOS CONTRATADOS

VALOR: R\$ 11.500,00

Processo de Inexigibilidade: 09-31/16

Objeto: ASSINATURA DE JORNAL A NOTÍCIA - SEMOB

Artigo: 25 caput - Caput da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A.(CNPJ: 92.821.701/0057-64)

VALOR: R\$ 498,00

Processo de Inexigibilidade: 09-29/16

Objeto: MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO - SEDECI

Artigo: 25 I, da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. (CNPJ: 83.159.087/0001-71)

VALOR: R\$ 11.729,20

Processo de Inexigibilidade: 09-12/16

Objeto: AQUISIÇÃO DE MANGUEIRA P/ CONCERTO DE DESENCARCERADOR - SEDECI

Artigo: 25 I, da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: SOS SUL RESGATE COM. SERV. SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA.(CNPJ:03.928.511/0001-66).

VALOR: R\$11.690,55

Processo de Inexigibilidade: 09-32/16

Objeto: SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO SISTEMA VETORH - SEDEAD

Artigo: 25 CAPUT da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: SÊNIOR SISTEMAS S/A.

VALOR: R\$19.629,00

**EDITAL NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO PENALIDADE - PSIU - 04/16**

SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

PROGRAMA DE SILÊNCIO URBANO - Psiu

LEI COMPLEMENTAR Nº 947/2014.

Com fundamento na Lei Complementar nº 947 de 18 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Programa de Silêncio Urbano – Psiu -, e após o julgamento da consistência dos Autos de Infração, em conformidade com o que estabelece o artigo 4º do diploma legal acima mencionado e o Decreto nº 10.688 que regulamenta a Autoridade Municipal competente, ficam notificados da imputação da penalidade abaixo indicada:

Nome do Infrator	Órgão Autuador	Auto de Infração	Data e Local da Infração	Penalidade
Dener Schneider	10º BPM	1583605	30/01/2016 – Rua Pastor Oswaldo Hesse, 262 – Ribeirão Fresco – Blumenau/SC.	Advertência
Adilson de Jesus Filho	10º BPM	1494027	24/12/2015 – Rua Frederico Deeke, 160 – Boa Vista – Blumenau/SC.	Advertência
Amílcar Shakespeare Moreira Riccetto	10º BPM	1571185	24/01/2016 – Rua Martin Luther, 1043 – Centro – Blumenau/SC.	Advertência

Eduardo Matheus Hammes	10º BPM	1534255	08/01/2016 – Rua Antonio Woestemeier, 352 – Velha Central – Blumenau/SC.	Advertência
Leonardo Rodrigues Lopes	10º BPM	1578903	28/01/2016 – Rua Silvano Candido da Silva Senior – Ponta Aguda, 431 – Blumenau/SC.	Advertência
Luis Fernando Lopes	10º BPM	1551467	16/01/2016 – Rua Otto Scheidemantel, 333 – Salto Weisbach – Blumenau/SC.	Advertência
Luis Fernando Wiggers	10º BPM	1539190	10/01/2016 – Tobias Barreto, 38 – Vila Nova – Blumenau/SC	Advertência
Rui Robson Blaesing	10º BPM	1479045	18/12/2015 – Rua Plátano, 55 – Do Salto – Blumenau/SC	Advertência
Taiani Caroline Barcelos	10º BPM	1566925	23/01/2016 – Rua Acrisio Moreira da Costa, 19 – Água Verde – Blumenau/SC	Advertência
Valdecir Antonio Ramos	10º BPM	1555478	17/01/2016 – Rua Ricardo Belz, 21 – lot Jardim Luciana – Itoupava Central – Blumenau/SC	Advertência
Valmir da Veiga	10º BPM	1516650	01/01/2016 – Rua Inominada 3713, nº 140 – Badenfurt – Blumenau/SC	Advertência
Wagner Furlani	10º BPM	1569366	23/01/2016 – Rua Guabiruba, 662 – Água Verde – Blumenau/SC	Advertência
Bruno Vogel	10º BPM	1570784	24/01/2016 – Rua Almirante Tamandaré, 888 – Vila Nova – Blumenau/SC	Advertência

Fica V.Sa. notificado de que poderá interpor Recurso Hierárquico desta penalidade em até 20 dias após a publicação deste Edital, na forma escrita, dirigida à Diretoria de Fiscalização de Obras e Posturas do Município de Blumenau, mediante protocolo na Praça do Cidadão.

A reincidência em infrações de mesma natureza sujeitará o infrator às penalidades de multa e demais sanções previstas em lei.

Blumenau, 24 de fevereiro de 2016.

CHRISTIAN RAFAEL LUCIANI

Gerente de Obras e Posturas.

## **CONTRATO Nº 2206/2016 - SAMAE**

1) CONTRATO Nº 2206/2016

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

OBJETO: Contratação de seguro para veículos da frota do SAMAE, de responsabilidade civil facultativa e seguro total (RCF e TOTAL).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-2201/2016 e de acordo com as disposições previstas Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, e LC 123/2006, LC 147/2014 e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais)

PRAZO: 12 (doze) meses a partir de 11 de abril de 2016

DATA DA ASSINATURA: 21 de março de 2016.

Republicado por incorreção



**EXTRATO Nº 082/2016 -- FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 082/2016

RESCISÃO AMIGÁVEL

Termo de Contrato nº. 127/2012

Dispensa de licitação nº 091/2012

Objeto: Locação de imóvel para a Reitoria da FURB e para setores de suporte às suas atividades.

A Fundação Universidade Regional de Blumenau torna público que, rescindiu o Contrato nº 127/2012, firmado com a empresa Giassi Empreendimentos e Participações S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº. 00.675.715/0001-44, situada na Rodovia SC, Km 09, s/nº., na cidade de Içara (SC), com base no art. 79, II, da Lei Federal 8.666/93, de forma amigável, a contar de 31 de março de 2016.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Blumenau, 31 de março de 2016.

João Natel Pollonio Machado

Reitor - FURB

## RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2016 - SEFAZ



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" do inciso II e § 1º)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (Exceto intra-orçamentárias) (I)	2.018.192.000,00	2.018.192.000,00	210.949.337,23	10,45%	210.949.337,23	10,45%	1.807.242.662,77
RECEITAS CORRENTES	1.321.958.000,00	1.321.958.000,00	202.942.502,32	15,35%	202.942.502,32	15,35%	1.119.015.497,68
RECEITA TRIBUTÁRIA	327.296.000,00	327.296.000,00	62.435.730,02	19,08%	62.435.730,02	19,08%	264.860.269,98
IMPOSTOS	254.200.000,00	254.200.000,00	56.393.317,27	22,18%	56.393.317,27	22,18%	197.806.682,73
TAXAS	71.966.000,00	71.966.000,00	6.039.773,10	8,39%	6.039.773,10	8,39%	65.926.226,90
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.130.000,00	1.130.000,00	2.639,65	0,23%	2.639,65	0,23%	1.127.360,35
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	60.362.000,00	60.362.000,00	11.910.946,25	19,73%	11.910.946,25	19,73%	48.451.053,75
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	34.972.000,00	34.972.000,00	8.166.005,19	23,35%	8.166.005,19	23,35%	26.805.994,81
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	25.390.000,00	25.390.000,00	3.744.941,06	14,75%	3.744.941,06	14,75%	21.645.058,94
RECEITA PATRIMONIAL	60.306.000,00	60.306.000,00	10.481.328,60	17,38%	10.481.328,60	17,38%	49.824.671,40
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.833.000,00	2.833.000,00	186.032,45	6,57%	186.032,45	6,57%	2.646.967,55
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	42.458.000,00	42.458.000,00	10.295.296,15	24,25%	10.295.296,15	24,25%	32.162.703,85
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	15.013.000,00	15.013.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	15.013.000,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	6.000,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	102.397.000,00	102.397.000,00	12.280.687,80	11,99%	12.280.687,80	11,99%	90.116.312,20
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	700.851.000,00	700.851.000,00	99.278.967,67	14,17%	99.278.967,67	14,17%	601.572.032,33
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	675.263.000,00	675.263.000,00	98.570.701,13	14,60%	98.570.701,13	14,60%	576.692.298,87
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	812.000,00	812.000,00	1.141,35	0,14%	1.141,35	0,14%	810.858,65
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	378.000,00	378.000,00	600,00	0,16%	600,00	0,16%	377.400,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.198.000,00	24.198.000,00	706.525,19	2,92%	706.525,19	2,92%	23.491.474,81
MULTAS E JUROS DE MORA	70.940.000,00	70.940.000,00	6.554.841,98	9,24%	6.554.841,98	9,24%	64.385.158,02
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.395.000,00	13.395.000,00	1.700.906,88	12,70%	1.700.906,88	12,70%	11.694.093,12
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	10.429.000,00	10.429.000,00	1.406.719,04	13,49%	1.406.719,04	13,49%	9.022.280,96
RECEITAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÕES AO RGPS	11.432.000,00	11.432.000,00	1.558.489,01	13,63%	1.558.489,01	13,63%	9.873.510,99
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	8.469.000,00	8.469.000,00	1.217.472,02	14,38%	1.217.472,02	14,38%	7.251.527,98
RECEITAS DE CAPITAL	27.215.000,00	27.215.000,00	671.255,03	2,47%	671.255,03	2,47%	26.543.744,97
OPERAÇÕES DE CREDITO	696.234.000,00	696.234.000,00	8.006.834,91	1,15%	8.006.834,91	1,15%	688.227.165,09
OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS	362.176.000,00	362.176.000,00	715.734,75	0,20%	715.734,75	0,20%	361.460.265,25
OPERAÇÕES DE CREDITO EXTERNAS	248.862.000,00	248.862.000,00	715.734,75	0,29%	715.734,75	0,29%	248.146.265,25
ALIEIACAO DE BENS	113.314.000,00	113.314.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	113.314.000,00
ALIEIACAO DE BENS MOVEIS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	90.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	333.968.000,00	333.968.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	333.968.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.800.000,00	1.800.000,00	7.291.100,16	2,18%	7.291.100,16	2,18%	326.676.899,84
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.800.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	332.168.000,00	332.168.000,00	2.836.181,39	0,85%	2.836.181,39	0,85%	329.331.818,61
RECEITAS (intra-orçamentárias) (II)	75.210.000,00	75.210.000,00	9.736.822,47	12,95%	9.736.822,47	12,95%	65.473.177,53
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.093.402.000,00	2.093.402.000,00	220.685.959,70	10,54%	220.685.959,70	10,54%	1.872.716.040,30
OPERAÇÕES DE CREDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00

Continua (1/3)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação (2/3)

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Recitas	Previsão Inicial		Previsão Atualizada (a)		Receitas Realizadas				Saldo (a-c)	
	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)		Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
Despesas			No Bimestre	Até o Bimestre (f)			No Bimestre		Até o Bimestre (h)	
DESPESAS (Exceto intra-orçamentárias) (VII)	2.030.980.000,00	2.038.724.560,74	361.003.626,52	361.003.626,52	1.677.720.934,22	129.239.567,19	129.239.567,19	1.909.484.993,55	92.164.543,14	231.764.059,33
DESPESAS CORRENTES	1.173.492.000,00	1.175.193.291,73	310.446.308,39	310.446.308,39	864.746.983,34	120.203.886,62	120.203.886,62	1.054.989.405,11	83.947.173,20	190.242.421,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	444.158.000,00	442.945.312,41	62.554.290,01	62.554.290,01	380.391.022,40	61.943.115,12	61.943.115,12	381.002.197,29	35.379.314,58	611.174,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	23.057.000,00	23.057.000,00	1.275.822,39	1.275.822,39	21.781.177,61	1.275.822,39	1.275.822,39	21.781.177,61	1.275.822,39	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	708.277.000,00	709.190.979,32	246.616.195,99	246.616.195,99	462.574.783,33	56.984.949,11	56.984.949,11	652.206.030,21	47.292.036,23	189.631.246,88
DESPESAS DE CAPITAL	831.620.000,00	837.663.269,01	50.557.318,13	50.557.318,13	787.105.950,88	9.035.680,57	9.035.680,57	828.627.988,44	8.217.369,94	41.521.637,96
INVESTIMENTOS	804.997.000,00	809.040.269,01	44.486.004,00	44.486.004,00	764.554.265,01	3.164.962,02	3.164.962,02	805.875.306,99	2.346.651,39	41.321.041,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.500.000,00	3.500.000,00	1.064.175,74	1.064.175,74	2.435.824,26	863.580,16	863.580,16	2.636.419,84	863.580,16	200.595,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.123.000,00	25.123.000,00	5.007.138,39	5.007.138,39	20.115.861,61	5.007.138,39	5.007.138,39	20.115.861,61	5.007.138,39	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.868.000,00	25.868.000,00	0,00	0,00	25.868.000,00	0,00	0,00	25.868.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (intra-orçamentárias) (IX)	62.422.000,00	62.475.187,59	12.646.219,75	12.646.219,75	49.828.967,84	10.167.279,99	10.167.279,99	52.307.907,60	4.008.806,01	2.478.939,76
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + IX)	2.093.402.000,00	2.101.198.748,33	373.649.846,27	373.649.846,27	1.727.549.902,06	139.406.847,18	139.406.847,18	1.961.792.901,15	96.173.349,15	234.242.999,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA(REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	2.093.402.000,00	2.101.198.748,33	373.649.846,27	373.649.846,27	1.727.549.902,06	139.406.847,18	139.406.847,18	1.961.792.901,15	96.173.349,15	234.242.999,09
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	2.093.402.000,00	2.101.198.748,33	373.649.846,27	373.649.846,27	1.727.549.902,06	81.279.112,52	220.685.959,70	7.797.748,33	114.775.988,08	210.949.337,23

Continuação (2/3)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação (3/3)

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Receitas Intra-orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	
OPERACOES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	75.210.000,00	75.210.000,00	9.736.622,47	12,95%	9.736.622,47	12,95%	65.473.377,53
RECEITA TRIBUTÁRIA INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	170.000,00	170.000,00	18.518,52	10,89%	18.518,52	10,89%	151.481,48
TAXAS	170.000,00	170.000,00	18.518,52	10,89%	18.518,52	10,89%	151.481,48
CONTRIBUICOES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	74.226.000,00	74.226.000,00	9.619.957,87	12,96%	9.619.957,87	12,96%	64.606.042,13
CONTRIBUICOES SOCIAIS - INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	74.226.000,00	74.226.000,00	9.619.957,87	12,96%	9.619.957,87	12,96%	64.606.042,13
RECEITAS DE SERVIÇOS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	148.000,00	148.000,00	49.609,23	33,52%	49.609,23	33,52%	98.390,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - INTRA ORÇAMENTÁRIAS	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	460.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	460.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	206.000,00	206.000,00	48.536,85	23,56%	48.536,85	23,56%	157.463,15
MULTAS E JUROS DE MORA	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	17.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	90.000,00	90.000,00	48.536,85	53,93%	48.536,85	53,93%	41.463,15
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	89.000,00	89.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	89.000,00
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>75.210.000,00</b>	<b>75.210.000,00</b>	<b>9.736.622,47</b>	<b>12,95%</b>	<b>9.736.622,47</b>	<b>12,95%</b>	<b>65.473.377,53</b>

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Despesas Pagas Até o Bimestre	Inscritas Restos a Pagar Não Processados
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS CORRENTES	57.521.000,00	57.574.187,59	11.399.997,72	11.399.997,72	46.174.189,87	8.921.057,96	8.921.057,96	48.653.129,63	2.762.583,98	2.478.939,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.084.000,00	52.908.687,59	9.000.589,58	9.000.589,58	43.908.098,01	8.660.685,33	8.660.685,33	44.248.002,26	2.575.939,22	339.904,25
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	831.000,00	831.000,00	136.048,99	136.048,99	694.951,01	136.048,99	136.048,99	694.951,01	136.048,99	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.606.000,00	3.634.500,00	2.263.359,15	2.263.359,15	1.571.140,85	124.323,64	124.323,64	3.710.176,36	50.595,77	2.139.035,51
DESPESAS DE CAPITAL	4.901.000,00	4.901.000,00	1.246.222,03	1.246.222,03	3.654.777,97	1.246.222,03	1.246.222,03	3.654.777,97	1.246.222,03	0,00
INVESTIMENTOS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.701.000,00	4.701.000,00	1.246.222,03	1.246.222,03	3.454.777,97	1.246.222,03	1.246.222,03	3.454.777,97	1.246.222,03	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>62.422.000,00</b>	<b>62.475.187,59</b>	<b>12.646.219,75</b>	<b>12.646.219,75</b>	<b>49.828.967,84</b>	<b>10.167.279,99</b>	<b>10.167.279,99</b>	<b>52.307.907,60</b>	<b>4.008.806,01</b>	<b>2.478.939,76</b>

Fonte: Sistema ThemaGRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 8 de Abril de 2016 e hora da emissão 10h e 01m

**NAPOLEÃO BERNARDES**  
Prefeito Municipal  
CPF 038.738.439-19

**ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES**  
Secretário Municipal da Fazenda  
CPF 033.846.539-12

**ROSANE DOS SANTOS**  
Técnica Contábil - TC-CRSC  
CPF 383.022.769-87

## RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2016 - SEFAZ



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.	RS Reais				
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		%	(btotal b)				No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	(dtotal d)
DESPESAS (Exceto intra-orçamentárias) (I)	2.030.980.000,00	2.038.724.560,74	361.003.626,52	361.003.626,52	96,62%	1.677.720.934,22	129.239.567,19	92,71%	1.909.484.993,55	231.764.059,33				
LEGISLATIVA	28.842.000,00	28.842.000,00	0,00	0,00	0,00%	28.842.000,00	0,00	0,00%	28.842.000,00	0,00				
ACAO LEGISLATIVA	28.842.000,00	28.842.000,00	0,00	0,00	0,00%	28.842.000,00	0,00	0,00%	28.842.000,00	0,00				
ESSENCIAL A JUSTICA	7.869.000,00	7.918.427,87	1.070.925,90	1.070.925,90	0,29%	6.847.501,97	1.015.868,36	0,73%	6.902.559,51	55.057,54				
DEFESA DA ORDEM JURIDICA	5.044.000,00	5.093.427,87	708.529,81	708.529,81	0,19%	4.384.898,06	653.853,78	0,47%	4.439.574,09	54.676,03				
REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	2.825.000,00	2.825.000,00	362.386,09	362.386,09	0,10%	2.462.603,91	362.014,58	0,26%	2.462.985,42	381,51				
ADMINISTRACAO	163.718.000,00	167.603.942,42	37.106.509,74	37.106.509,74	9,93%	130.497.432,68	13.651.389,53	9,79%	153.952.552,89	23.455.120,21				
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.255.000,00	1.255.000,00	240.143,03	240.143,03	0,08%	1.014.856,97	193.007,83	0,14%	1.061.992,17	47.135,20				
ADMINISTRACAO GERAL	112.126.000,00	116.011.942,42	24.420.355,23	24.420.355,23	6,54%	91.591.587,19	9.492.182,96	6,81%	106.519.759,46	14.928.172,27				
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.949.000,00	18.949.000,00	2.638.884,15	2.638.884,15	0,71%	16.310.115,85	636.347,03	0,46%	18.312.652,97	2.002.537,12				
CONTROLE INTERNO	515.000,00	515.000,00	60.941,00	60.941,00	0,02%	454.059,00	59.202,22	0,04%	455.797,78	1.738,78				
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00%	30.000,00	0,00	0,00%	30.000,00	0,00				
TECNOLOGIA DA INFORMACAO	3.100.000,00	3.100.000,00	858.829,25	858.829,25	0,23%	2.241.170,75	326.292,20	0,23%	2.773.707,80	532.537,05				
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	15.357.000,00	15.357.000,00	6.194.763,70	6.194.763,70	1,66%	9.162.236,30	1.789.363,32	1,28%	13.567.636,68	4.405.406,97				
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	6.947.000,00	6.947.000,00	1.947.523,71	1.947.523,71	0,52%	4.999.476,29	902.276,74	0,65%	6.044.723,26	1.045.246,97				
COMUNICACAO SOCIAL	5.439.000,00	5.439.000,00	745.069,67	745.069,67	0,20%	4.693.930,33	282.717,23	0,18%	5.186.282,77	482.352,44				
SEGURANCA PUBLICA	38.372.000,00	38.773.780,47	5.511.880,07	5.511.880,07	1,48%	33.261.900,40	2.115.819,34	1,52%	36.657.961,13	3.396.060,73				
ADMINISTRACAO GERAL	1.657.000,00	2.021.613,84	926.849,63	926.849,63	0,25%	1.094.764,21	132.691,64	0,10%	1.888.922,20	794.157,99				
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	15.861.000,00	15.861.000,00	4.038.642,17	4.038.642,17	1,08%	11.822.357,83	1.801.576,61	1,29%	14.059.423,39	2.237.065,56				
DEFESA CIVIL	20.854.000,00	20.891.166,63	546.388,27	546.388,27	0,15%	20.344.778,36	181.551,09	0,13%	20.709.615,54	364.837,18				
ASSISTENCIAL SOCIAL	35.979.000,00	37.384.000,00	4.913.085,33	4.913.085,33	1,31%	32.470.914,67	3.587.788,92	2,57%	33.796.211,08	1.325.296,41				
ASSISTENCIA AO IDOSO	2.883.000,00	2.933.000,00	406.919,00	406.919,00	0,11%	2.526.081,00	396.094,00	0,28%	2.536.906,00	10.825,00				
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	7.397.000,00	7.847.000,00	955.337,65	955.337,65	0,26%	6.891.662,35	855.666,49	0,61%	6.991.333,51	99.671,16				
ASSISTENCIA COMUNITARIA	25.899.000,00	26.604.000,00	3.550.828,68	3.550.828,68	0,95%	23.053.171,32	2.336.028,43	1,68%	24.267.971,57	1.214.800,25				
PREVIDENCIA SOCIAL	126.979.000,00	126.979.000,00	16.955.880,30	16.955.880,30	4,54%	110.023.119,70	16.884.021,93	12,11%	110.094.978,07	71.858,37				
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	126.979.000,00	126.979.000,00	16.955.880,30	16.955.880,30	4,54%	110.023.119,70	16.884.021,93	12,11%	110.094.978,07	71.858,37				
SAUDE	359.652.000,00	360.052.000,00	118.089.164,03	118.089.164,03	31,60%	241.962.835,97	29.995.374,28	21,52%	330.056.625,72	88.093.789,75				
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	1.130.000,00	1.130.000,00	165.545,38	165.545,38	0,04%	964.454,62	165.545,38	0,12%	964.454,62	0,00				
ATENCAO BASICA	166.967.000,00	167.367.000,00	36.764.617,81	36.764.617,81	9,84%	130.602.382,19	20.860.419,40	14,96%	146.506.580,60	15.904.198,41				
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	188.971.000,00	188.971.000,00	79.707.760,42	79.707.760,42	21,33%	109.263.239,58	8.633.956,08	6,19%	180.337.043,92	71.073.804,34				
VIGILANCIA SANITARIA	1.061.000,00	1.061.000,00	350.946,21	350.946,21	0,09%	710.053,79	90.472,57	0,06%	970.527,43	260.473,64				
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	1.523.000,00	1.523.000,00	1.100.294,21	1.100.294,21	0,29%	422.705,79	244.980,85	0,18%	1.278.019,15	855.313,36				
TRABALHO	10.529.000,00	10.564.931,56	323.486,09	323.486,09	0,09%	10.241.445,47	181.973,45	0,13%	10.382.958,11	141.512,64				
FOMENTO AO TRABALHO	10.529.000,00	10.564.931,56	323.486,09	323.486,09	0,09%	10.241.445,47	181.973,45	0,13%	10.382.958,11	141.512,64				
EDUCACAO	294.276.000,00	292.348.156,14	53.092.854,62	53.092.854,62	14,21%	239.255.301,52	32.595.365,16	23,38%	269.752.790,98	20.497.489,46				
ADMINISTRACAO GERAL	4.019.000,00	4.019.000,00	495.798,33	495.798,33	0,13%	3.523.201,67	217.624,28	0,16%	3.801.375,72	278.174,05				
PREVIDENCIA BASICA	6.710.000,00	6.710.000,00	942.752,27	942.752,27	0,25%	5.767.247,73	942.752,27	0,68%	5.767.247,73	0,00				

Continua (1/5)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Continuação (2/5)

**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
EDUCAÇÃO	294.276.000,00	292.348.156,14	53.092.854,62	53.092.854,62	14,21%	239.255.301,52	32.595.365,16	32.595.365,16	23,38%	259.752.790,98	20.487.489,46
ENSINO FUNDAMENTAL	147.632.000,00	147.693.456,14	25.686.211,55	25.686.211,55	6,87%	122.007.244,59	15.198.231,25	15.198.231,25	10,90%	132.495.224,99	10.487.980,30
ENSINO SUPERIOR	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	133.080.000,00	133.090.700,00	25.968.092,47	25.968.092,47	6,95%	107.122.607,53	16.236.757,36	16.236.757,36	11,65%	116.853.942,64	9.731.335,11
EDUCAÇÃO ESPECIAL	835.000,00	835.000,00	0,00	0,00	0,00%	835.000,00	0,00	0,00	0,00%	835.000,00	0,00
CULTURA	8.403.000,00	8.538.000,00	780.700,19	780.700,19	0,21%	7.757.299,81	412.014,85	412.014,85	0,30%	8.125.985,15	368.685,34
PATRIM. HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	956.000,00	1.056.000,00	21.348,10	21.348,10	0,01%	1.034.651,90	2.917,67	2.917,67	0,00%	1.053.082,33	18.430,43
DIFUSÃO CULTURAL	7.447.000,00	7.482.000,00	759.352,09	759.352,09	0,20%	6.722.647,91	409.097,18	409.097,18	0,29%	7.072.902,82	350.254,91
DIREITOS DA CIDADANIA	1.309.000,00	2.107.213,70	12.796,61	12.796,61	0,00%	2.094.417,09	11.439,52	11.439,52	0,01%	2.095.774,18	1.357,09
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.309.000,00	2.107.213,70	12.796,61	12.796,61	0,00%	2.094.417,09	11.439,52	11.439,52	0,01%	2.095.774,18	1.357,09
URBANISMO	624.111.000,00	625.912.251,68	49.262.295,80	49.262.295,80	13,18%	576.649.955,88	7.019.050,62	7.019.050,62	5,03%	618.893.201,06	42.243.245,18
ADMINISTRAÇÃO GERAL	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00%	500.000,00	0,00	0,00	0,00%	500.000,00	0,00
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	4.470.000,00	4.470.000,00	715.684,60	715.684,60	0,19%	3.754.315,40	705.166,21	705.166,21	0,51%	3.764.833,79	10.518,39
ORDENAMENTO TERRITORIAL	58.201.000,00	58.201.000,00	1.813.052,61	1.813.052,61	0,49%	56.387.947,39	646.271,70	646.271,70	0,48%	57.564.728,30	1.166.780,91
PATRIM. HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	451.000,00	451.000,00	0,00	0,00	0,00%	451.000,00	0,00	0,00	0,00%	451.000,00	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	453.626.000,00	455.526.576,44	27.962.363,56	27.962.363,56	7,48%	427.564.192,88	3.572.387,48	3.572.387,48	2,56%	451.954.188,96	24.389.996,08
SERVIÇOS URBANOS	40.774.000,00	40.791.578,52	14.744.634,55	14.744.634,55	3,95%	26.046.943,97	1.890.134,88	1.890.134,88	1,36%	38.901.443,64	12.854.489,67
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	61.884.000,00	61.926.462,57	1.020.816,87	1.020.816,87	0,27%	60.905.645,70	0,00	0,00	0,00%	61.926.462,57	1.020.816,87
LAZER	4.005.000,00	4.045.634,15	3.005.723,61	3.005.723,61	0,80%	1.039.910,54	205.090,35	205.090,35	0,15%	3.840.543,80	2.800.633,26
HABITACAO	18.035.000,00	18.545.000,00	154.537,03	154.537,03	0,04%	18.390.462,97	150.067,88	150.067,88	0,11%	18.394.932,12	4.469,15
HABITACAO URBANA	18.035.000,00	18.545.000,00	154.537,03	154.537,03	0,04%	18.390.462,97	150.067,88	150.067,88	0,11%	18.394.932,12	4.469,15
SANEAMENTO	157.628.000,00	157.628.000,00	55.334.772,23	55.334.772,23	14,81%	102.293.227,77	9.355.852,84	9.355.852,84	6,71%	148.272.147,16	45.978.919,39
SERVIÇOS URBANOS	41.520.000,00	41.520.000,00	17.989.756,62	17.989.756,62	4,81%	23.530.243,38	3.183.946,91	3.183.946,91	2,28%	38.336.053,09	14.805.609,71
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	3.468.000,00	3.468.000,00	67.307,73	67.307,73	0,02%	3.400.692,27	67.307,73	67.307,73	0,05%	3.400.692,27	0,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.420.000,00	1.420.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.420.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.420.000,00	0,00
ABASTECIMENTO	111.220.000,00	111.220.000,00	37.277.707,88	37.277.707,88	9,98%	73.942.292,12	6.104.598,20	6.104.598,20	4,38%	105.115.401,80	31.173.109,68
GESTÃO AMBIENTAL	4.966.000,00	5.168.184,36	990.101,50	990.101,50	0,26%	4.178.082,86	441.844,93	441.844,93	0,32%	4.726.339,43	548.256,57
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	732.000,00	934.184,36	84.271,22	84.271,22	0,02%	849.913,14	139,46	139,46	0,00%	934.044,90	84.131,76
CONTROLE AMBIENTAL	4.234.000,00	4.234.000,00	905.630,28	905.630,28	0,24%	3.328.169,72	441.705,47	441.705,47	0,32%	3.792.294,53	464.124,81
AGRICULTURA	4.772.000,00	4.872.360,13	260.815,21	260.815,21	0,07%	4.611.544,92	216.420,49	216.420,49	0,16%	4.655.939,64	44.394,72
EXTENSÃO RURAL	4.252.000,00	4.352.360,13	260.815,21	260.815,21	0,07%	4.091.544,92	216.420,49	216.420,49	0,16%	4.135.939,64	44.394,72
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	520.000,00	520.000,00	0,00	0,00	0,00%	520.000,00	0,00	0,00	0,00%	520.000,00	0,00
INDÚSTRIA	1.010.000,00	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.010.000,00	0,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	1.010.000,00	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.010.000,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	35.095.000,00	35.095.000,00	4.511.326,79	4.511.326,79	1,21%	30.583.673,21	1.638.123,27	1.638.123,27	1,18%	33.456.876,73	2.873.203,52
TURISMO	35.095.000,00	35.095.000,00	4.511.326,79	4.511.326,79	1,21%	30.583.673,21	1.638.123,27	1.638.123,27	1,18%	33.456.876,73	2.873.203,52
TRANSPORTE	2.488.000,00	2.435.312,41	1.082.503,05	1.082.503,05	0,29%	1.352.809,36	474.741,94	474.741,94	0,34%	1.960.570,47	607.761,11
ADMINISTRAÇÃO GERAL	504.000,00	504.000,00	0,00	0,00	0,00%	504.000,00	0,00	0,00	0,00%	504.000,00	0,00

Continua (2/5)

Continuação (2/5)



PREFEITURA  
DE BLUMENAU

**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Continuação (3/5)

**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "e")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
TRANSPORTE	2.488.000,00	2.435.312,41	1.082.503,05	1.082.503,05	0,29%	474.741,94	474.741,94	0,34%	1.960.570,47
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.979.000,00	1.926.312,41	1.082.503,05	1.082.503,05	0,29%	474.741,94	474.741,94	0,34%	1.451.570,47
TRANSPORTE AEREO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	5.000,00
DESPORTO E LAZER	10.032.000,00	10.032.000,00	563.968,75	563.968,75	0,15%	541.520,47	541.520,47	0,39%	9.490.479,53
DESPORTO E RENDIMENTO	7.982.000,00	7.982.000,00	563.968,75	563.968,75	0,15%	541.520,47	541.520,47	0,39%	7.440.479,53
LAZER	2.050.000,00	2.050.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	2.050.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	71.047.000,00	71.047.000,00	10.986.023,28	10.986.023,28	2,94%	8.950.889,41	8.950.889,41	6,42%	62.096.110,59
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	46.327.000,00	46.327.000,00	6.282.960,78	6.282.960,78	1,68%	6.282.960,78	6.282.960,78	4,51%	40.044.039,22
SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	1.850.000,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	1.850.000,00
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	22.870.000,00	22.870.000,00	4.703.062,50	4.703.062,50	1,26%	2.667.928,63	2.667.928,63	1,91%	20.202.071,37
Reserva de Contingência	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	340.000,00
Reserva de Contingência do RPPS	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	340.000,00
Reserva de Contingência do RPPS	25.528.000,00	25.528.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	25.528.000,00
Reserva de Contingência do RPPS	25.528.000,00	25.528.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	25.528.000,00
DESPESAS (intra-orçamentárias) (II)	62.422.000,00	62.475.187,59	12.646.219,75	12.646.219,75	3,38%	10.167.279,99	10.167.279,99	7,29%	52.307.907,60
TOTAL (III)=(I + II)	2.083.402.000,00	2.101.199.748,33	373.649.846,27	373.649.846,27	100,00%	139.406.847,18	139.406.847,18	100,00%	1.961.792.901,15
									234.242.999,09

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (intra-orçamentárias)	62.422.000,00	62.475.187,59	12.646.219,75	12.646.219,75	3,38%	49.828.967,84	10.167.279,99	7,29%	52.307.907,60
LEGISLATIVA	965.000,00	965.000,00	0,00	0,00	0,00%	965.000,00	0,00	0,00%	965.000,00
ACAO LEGISLATIVA	965.000,00	965.000,00	0,00	0,00	0,00%	965.000,00	0,00	0,00%	965.000,00
ESSENCIAL AJUSTICA	1.216.000,00	1.216.000,00	152.969,56	152.969,56	0,04%	1.063.030,44	152.969,56	0,11%	1.063.030,44
DEFESA DA ORDEM JURIDICA	1.216.000,00	1.216.000,00	152.969,56	152.969,56	0,04%	1.063.030,44	152.969,56	0,11%	1.063.030,44
ADMINISTRACAO	12.705.000,00	12.705.500,00	2.052.569,30	2.052.569,30	0,55%	10.652.930,70	1.764.801,40	1,27%	10.940.698,60
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	253.000,00	253.000,00	48.945,36	48.945,36	0,01%	204.054,64	48.945,36	0,04%	204.054,64
ADMINISTRACAO GERAL	11.281.000,00	11.281.500,00	1.766.093,28	1.766.093,28	0,47%	9.515.406,72	1.519.327,54	1,09%	9.762.172,46
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00	0,00%	1.000,00
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,01%	8.997,84	8.997,84	0,01%	41.002,16
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	1.046.000,00	1.046.000,00	175.018,53	175.018,53	0,05%	870.981,47	175.018,53	0,13%	870.981,47
COMUNICACAO SOCIAL	74.000,00	74.000,00	12.512,13	12.512,13	0,00%	12.512,13	12.512,13	0,01%	61.487,87
									0,00%

Continua (3/5)





**PREFEITURA  
DE BLUMENAU**

**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

*Continuação (4/5)*

**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "e")

R\$ Reais

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (btotal b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (dtotal d)		
SEGURANÇA PÚBLICA	1.456.000,00	1.456.000,00	200.725,73	200.725,73	0,05%	1.255.274,27	98.709,69	98.709,69	0,07%	1.357.290,31	102.016,04
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	1.456.000,00	1.456.000,00	200.725,73	200.725,73	0,05%	1.255.274,27	98.709,69	98.709,69	0,07%	1.357.290,31	102.016,04
ASSISTÊNCIA SOCIAL	177.000,00	177.000,00	2.044,90	2.044,90	0,00%	174.955,10	902,60	902,60	0,00%	176.097,40	1.142,30
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	10.000,00	10.000,00	300,00	300,00	0,00%	9.700,00	42,72	42,72	0,00%	9.957,28	257,28
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	167.000,00	167.000,00	1.744,90	1.744,90	0,00%	165.255,10	859,88	859,88	0,00%	166.140,12	885,02
PREVIDÊNCIA SOCIAL	340.000,00	340.000,00	44.621,69	44.621,69	0,01%	295.378,31	44.621,69	44.621,69	0,03%	295.378,31	0,00
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	340.000,00	340.000,00	44.621,69	44.621,69	0,01%	295.378,31	44.621,69	44.621,69	0,03%	295.378,31	0,00
SAÚDE	16.250.000,00	16.250.000,00	3.245.167,39	3.245.167,39	0,87%	13.004.832,61	3.012.906,85	3.012.906,85	2,16%	13.237.093,15	232.260,54
ATENÇÃO BÁSICA	16.250.000,00	16.250.000,00	3.245.167,39	3.245.167,39	0,87%	13.004.832,61	3.012.906,85	3.012.906,85	2,16%	13.237.093,15	232.260,54
TRABALHO	381.000,00	381.000,00	62.761,43	62.761,43	0,02%	318.238,57	62.761,43	62.761,43	0,05%	318.238,57	0,00
FOMENTO AO TRABALHO	381.000,00	381.000,00	62.761,43	62.761,43	0,02%	318.238,57	62.761,43	62.761,43	0,05%	318.238,57	0,00
EDUCAÇÃO	21.460.000,00	21.460.000,00	4.545.956,22	4.545.956,22	1,22%	16.914.043,78	3.519.343,33	3.519.343,33	2,52%	17.940.656,67	1.026.612,89
ADMINISTRAÇÃO GERAL	680.000,00	680.000,00	49.349,38	49.349,38	0,01%	630.650,62	43.705,30	43.705,30	0,03%	636.294,70	5.644,08
ENSINO FUNDAMENTAL	11.180.000,00	11.180.000,00	2.213.104,41	2.213.104,41	0,59%	8.966.895,59	1.771.411,55	1.771.411,55	1,27%	9.408.588,45	441.692,86
EDUCAÇÃO INFANTIL	9.600.000,00	9.600.000,00	2.283.502,43	2.283.502,43	0,61%	7.316.497,57	1.704.226,48	1.704.226,48	1,22%	7.895.773,52	579.275,95
CULTURA	205.000,00	205.000,00	196.278,10	196.278,10	0,05%	8.721,90	34.436,67	34.436,67	0,02%	170.563,33	161.841,43
PATRIM. HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	2.000,00	2.000,00	510,00	510,00	0,00%	1.490,00	0,00	0,00	0,00%	2.000,00	510,00
DIFUSÃO CULTURAL	203.000,00	203.000,00	195.768,10	195.768,10	0,05%	7.231,90	34.436,67	34.436,67	0,02%	168.563,33	161.331,43
URBANISMO	153.000,00	153.000,00	46.489,43	46.489,43	0,01%	106.510,57	1.548,66	1.548,66	0,00%	151.451,34	44.940,77
ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	40.000,00	40.000,00	289,43	289,43	0,00%	39.710,57	0,00	0,00	0,00%	40.000,00	289,43
SERVIÇOS URBANOS	112.000,00	112.000,00	46.200,00	46.200,00	0,01%	65.800,00	1.548,66	1.548,66	0,00%	110.451,34	44.651,34
GESTÃO AMBIENTAL	424.000,00	424.000,00	59.990,73	59.990,73	0,02%	364.009,27	26.493,37	26.493,37	0,02%	397.506,63	33.497,36
CONTROLE AMBIENTAL	424.000,00	424.000,00	59.990,73	59.990,73	0,02%	364.009,27	26.493,37	26.493,37	0,02%	397.506,63	33.497,36
AGRICULTURA	8.000,00	8.000,00	5.068,10	5.068,10	0,00%	2.931,90	257,94	257,94	0,00%	7.742,06	4.810,16
EXTENSÃO RURAL	8.000,00	8.000,00	5.068,10	5.068,10	0,00%	2.931,90	257,94	257,94	0,00%	7.742,06	4.810,16
COMÉRCIO E SERVIÇOS	749.000,00	749.000,00	551.895,69	551.895,69	0,15%	197.104,31	40.004,51	40.004,51	0,03%	708.995,49	511.891,18
TURISMO	749.000,00	749.000,00	551.895,69	551.895,69	0,15%	197.104,31	40.004,51	40.004,51	0,03%	708.995,49	511.891,18
TRANSPORTE	373.000,00	425.687,59	96.228,72	96.228,72	0,03%	329.458,87	24.604,66	24.604,66	0,02%	401.082,93	71.624,06
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	373.000,00	425.687,59	96.228,72	96.228,72	0,03%	329.458,87	24.604,66	24.604,66	0,02%	401.082,93	71.624,06
DESPORTO E LAZER	30.000,00	30.000,00	1.181,74	1.181,74	0,00%	28.818,26	646,61	646,61	0,00%	29.353,39	535,13
DESPORTO E RENDIMENTO	30.000,00	30.000,00	1.181,74	1.181,74	0,00%	28.818,26	646,61	646,61	0,00%	29.353,39	535,13
ENCARGOS ESPECIAIS	5.530.000,00	5.530.000,00	1.382.271,02	1.382.271,02	0,37%	4.147.728,98	1.382.271,02	1.382.271,02	0,09%	4.147.728,98	0,00
SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA	5.530.000,00	5.530.000,00	1.382.271,02	1.382.271,02	0,37%	4.147.728,98	1.382.271,02	1.382.271,02	0,09%	4.147.728,98	0,00

*Continua (4/5)*



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação (5/5)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ Realis

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
	62.422.000,00	62.475.187,59	12.646.219,75	12.646.219,75	49.828.967,84	10.167.279,99	10.167.279,99	52.307.907,60	2.478.939,76
TOTAL							7,29%		

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 8 de Abril de 2016 e hora da emissão 10h e 03m

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal  
CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
Secretário Municipal da Fazenda  
CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS  
Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460  
CPF 383.022.769-87

## RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2016 - SEFAZ



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**MARÇO / 2015 A FEVEREIRO / 2016**

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão Atualizada 2016
	Mar/15	Abr/15	Mai/15	Jun/15	Jul/15	Ago/15	Sep/15	Out/15	Nov/15	Dez/15	Jan/16	Fev/16		
RECEITAS CORRENTES (I)	90.225.043,55	99.201.067,72	93.284.271,94	91.085.474,66	93.445.064,83	93.897.424,40	94.346.042,79	100.525.575,60	92.710.023,79	108.140.104,27	90.027.480,16	123.908.976,69	1.193.798.250,60	1.303.438.000,00
Recita Tributária	21.097.094,93	20.502.574,24	21.928.741,87	19.056.700,34	20.309.844,24	19.566.884,64	26.001.320,80	20.203.798,98	19.866.987,34	26.006.590,16	15.760.243,26	46.675.488,76	276.974.827,56	327.236.000,00
IPTU	4.916.337,84	2.645.476,70	2.473.974,29	2.521.726,01	2.527.986,39	2.469.488,64	2.424.082,63	2.376.348,36	2.583.923,36	2.914.911,19	729.561,99	30.894.327,25	59.380.384,65	64.200.000,00
ISS	8.845.288,30	10.177.370,64	11.677.277,95	9.680.887,19	9.829.639,87	9.860.261,49	9.691.391,11	9.774.544,85	9.402.804,02	9.622.964,40	9.725.684,85	8.630.652,01	116.918.966,68	121.000.000,00
ITBI	2.371.689,26	2.431.717,79	2.414.545,67	2.032.123,89	2.476.161,44	2.199.813,70	2.121.559,52	2.072.788,36	2.186.794,77	3.376.025,67	1.030.473,58	1.826.578,99	26.531.253,04	30.000.000,00
IRRF	1.637.089,68	1.357.689,09	1.796.533,89	1.688.326,84	2.027.090,66	1.936.262,68	8.549.310,25	2.808.826,25	2.623.526,63	6.526.430,44	0,00	0,00	30.881.086,41	0,00
Outras Receitas Tributárias	3.324.689,85	3.890.320,02	3.966.409,87	3.123.636,41	3.448.765,88	3.109.058,13	3.214.977,29	3.171.271,16	3.169.538,56	3.666.258,26	4.274.502,84	5.323.728,51	43.283.156,78	112.096.000,00
Recita de Contribuições	4.680.228,06	4.936.670,56	4.730.502,55	4.752.775,55	4.658.056,86	4.017.249,12	5.300.659,02	4.634.463,22	4.941.150,77	5.021.135,30	7.159.746,09	4.751.220,16	59.283.943,26	60.362.000,00
Recita Patrimonial	5.020.198,06	7.707.907,63	3.925.676,77	4.271.591,23	3.695.752,83	-2.564.015,31	1.989.028,00	6.502.764,38	5.278.738,73	4.865.552,31	3.267.757,64	7.213.570,96	50.974.493,23	60.306.000,00
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	757,00	0,00	0,00	0,00	0,00	757,00	6.000,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	6.426.811,42	6.225.956,88	5.996.003,18	6.099.885,70	6.245.306,78	5.591.488,99	6.116.557,98	6.053.362,43	6.032.690,04	6.478.829,94	6.008.395,18	6.272.392,62	73.417.584,14	102.397.000,00
Transferências Correntes	48.760.579,40	57.044.453,07	53.650.390,79	51.871.449,58	53.802.837,05	52.415.279,01	50.897.799,78	54.858.911,64	52.225.678,80	54.397.281,32	55.128.039,31	55.144.582,89	640.197.282,64	772.131.000,00
Cota-Parte do FPM	3.888.421,18	4.196.638,84	5.160.692,71	4.490.325,61	3.933.377,08	3.888.756,24	3.242.080,26	3.690.024,64	4.166.327,48	7.044.985,09	4.549.827,98	5.695.726,83	53.947.162,14	57.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	18.420.984,06	19.801.131,47	18.736.915,31	17.955.922,91	18.127.006,60	17.408.352,02	18.119.083,33	18.751.878,27	18.905.070,35	18.455.616,53	21.712.808,72	17.688.254,68	224.083.024,25	251.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	3.733.099,43	3.943.877,64	3.992.916,55	4.194.168,93	4.574.815,95	4.062.118,71	3.995.789,06	3.757.571,71	2.828.472,36	2.055.755,02	1.854.392,18	2.701.727,69	41.684.707,23	44.100.000,00
Cota-Parte do ITR	403,96	177,95	2.632,51	137,20	135,21	149,97	2.103,86	17.474,18	599,53	129,95	48,28	939,00	24.921,60	100.000,00
Transferências de LC 87/196	0,00	313.515,82	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	75.550,56	75.550,56	1.091.645,54	1.000.000,00
Transferências de LC 61/1989	250.862,46	262.477,55	296.104,00	282.039,37	259.815,37	276.316,31	274.829,13	318.897,35	291.325,27	287.665,92	340.488,33	262.860,25	3.403.781,31	4.200.000,00
Transferências do FUNDEB	9.374.258,96	10.143.662,85	10.237.041,26	9.726.683,54	9.312.891,93	9.129.274,96	9.129.274,96	9.129.274,96	9.129.274,96	9.129.274,96	11.196.957,63	10.182.922,51	137.000.000,00	137.000.000,00
Outras Transferências Correntes	13.092.540,35	18.382.973,15	15.145.707,50	15.143.792,87	17.516.725,96	17.128.831,85	16.056.267,96	18.558.370,40	16.388.208,89	16.823.274,98	15.397.965,63	18.526.601,37	197.981.169,91	277.731.000,00
Outras Receitas Correntes	4.240.131,68	2.783.505,34	3.152.956,78	5.063.095,26	4.733.267,07	4.871.537,95	4.042.677,21	8.271.598,15	4.865.178,11	9.270.713,24	2.703.298,68	3.851.543,30	57.949.462,77	70.940.000,00
DEDUÇÕES (II)	8.318.682,80	8.251.772,36	8.225.791,45	9.910.849,95	9.098.546,68	7.913.261,90	9.265.283,70	8.764.965,03	8.897.178,34	9.486.140,29	11.583.358,41	8.791.740,21	108.297.551,12	114.771.000,00
Contribuição para Plano de Seguridade Social do Servidor	2.479.516,69	2.548.209,10	2.572.263,28	2.774.694,04	2.816.326,51	2.184.312,58	3.537.142,66	2.857.024,02	2.858.049,49	3.183.140,16	5.292.338,13	2.861.633,94	35.964.650,60	34.822.000,00
Servidor	2.479.516,69	2.548.209,10	2.572.263,28	2.774.694,04	2.816.326,51	2.184.312,58	3.537.142,66	2.857.024,02	2.858.049,49	3.183.140,16	5.292.338,13	2.861.633,94	35.964.650,60	34.822.000,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	580.392,12	0,00	0,00	1.735.961,48	1.009.200,88	586.135,16	586.688,32	586.096,26	586.096,26	1.169.331,41	584.397,30	633.074,72	8.054.373,91	8.469.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	5.259.753,99	5.703.563,26	5.653.528,17	5.400.194,43	5.273.019,29	5.142.814,16	5.142.462,72	5.322.844,75	5.254.032,59	5.133.669,72	5.706.622,98	5.297.031,55	64.278.526,61	71.480.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	81.906.360,75	90.949.295,36	85.058.480,49	81.174.624,71	84.346.518,15	75.984.162,50	85.082.759,09	91.760.610,77	84.012.846,45	96.653.963,98	78.444.121,75	115.126.936,48	1.050.500.699,48	1.278.867.000,00

Fonte: Sistema Thema/GRP. Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau. Data da emissão 8 de Abril de 2016 e hora da emissão 10h e 04m

**NAPOLEÃO BERNARDES**  
*Prefeito Municipal*  
CPF 038.738.439-19

**ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES**  
*Secretário Municipal da Fazenda*  
CPF 033.846.539-12

**ROSANE DOS SANTOS**  
*Técnica Contábil - TC-CRC/SC*  
CPF 383.022.769-87

## RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2016 - SEFAZ



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Exceto Intra-orçamentárias) (I)	78.536.000,00	78.536.000,00	17.887.905,59	15.547.589,99
RECEITAS CORRENTES	82.034.000,00	82.034.000,00	20.520.209,98	17.935.477,55
Recargas de Contribuições dos Segurados	34.822.000,00	34.822.000,00	8.153.972,07	6.774.766,74
Pessoal Civil	34.822.000,00	34.822.000,00	8.153.972,07	6.774.766,74
Alvo	32.884.000,00	32.884.000,00	7.844.268,56	6.511.940,33
Inativo	1.788.000,00	1.788.000,00	285.702,63	242.596,15
Pensionista	150.000,00	150.000,00	24.000,88	20.230,26
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Alvo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	38.688.000,00	38.688.000,00	11.111.953,43	9.393.026,65
Recargas Imobiliárias	328.000,00	328.000,00	51.661,28	48.226,48
Recargas de Valores Mobiliários	38.361.000,00	38.361.000,00	11.060.292,15	9.343.800,17
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	8.523.000,00	8.523.000,00	1.254.284,48	1.767.684,16
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	8.469.000,00	8.469.000,00	1.217.472,02	1.466.262,64
Demais Receitas Correntes	54.000,00	54.000,00	36.812,46	301.421,52
RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Anotização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	-3.528.000,00	-3.528.000,00	-2.632.304,39	-2.387.887,56
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	74.311.000,00	74.311.000,00	9.633.010,75	18.935.286,48
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Intra-orçamentárias) (II)	152.847.000,00	152.847.000,00	27.520.916,34	34.462.876,47
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (II) = (I + II)				
DESPESAS				
DESPESAS EMPENHADAS				
Até o Bimestre / 2016	16.955.880,30	14.373.035,97	18.884.021,93	71.856,37
Até o Bimestre / 2015	0,00	0,00	0,00	25.594,60
DESPESAS LIQUIDADAS				
Até o Bimestre / 2016	0,00	0,00	0,00	0,00
Até o Bimestre / 2015	0,00	0,00	0,00	0,00
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/4)



PREFEITURA  
DE BLUMENAU

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação (2/4)

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Apontamentos	0,00	0,00	13.694.512,41	11.411.290,78	13.694.512,41	11.411.290,78	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	1.871.575,89	1.557.025,71	1.871.575,89	1.557.025,71	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	1.122.589,25	1.180.871,69	1.122.589,25	1.180.871,69	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	126.979.000,00	126.979.000,00	267.202,75	223.847,79	195.344,38	198.253,19	71.858,37	25.594,60
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Intra-orçamentárias) (V)	126.979.000,00	126.979.000,00	267.202,75	223.847,79	195.344,38	198.253,19	71.858,37	25.594,60
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	340.000,00	340.000,00	44.621,69	39.248,62	44.621,69	39.248,62	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	127.319.000,00	127.319.000,00	17.000.501,99	14.412.284,59	16.928.643,62	14.386.689,99	71.858,37	25.594,60
	25.528.000,00	25.528.000,00	10.520.414,35	20.070.591,88	10.592.272,72	20.096.186,48	-71.858,37	-25.594,60

APORTE DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
---	--------------------

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Piano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes ao RPPS	0,00
Piano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes ao RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
------------------------------	-----------------------

Reserva Orçamentária do RPPS	25.528.000,00
------------------------------	---------------

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015

Caixa	0,00	0,00
-------	------	------

Continuação (2/4)



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

***JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO***

Continuação (3/4)

RRRO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Bancos Conta Movimento	8.741,29	56.702,16
Investimentos	365.221.522,18	355.373.438,37
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

RECEITAS CORRENTES (VIII)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	74.311.000,00	74.311.000,00	9.633.010,75	18.935.286,48
Receitas de Contribuições	74.226.000,00	74.226.000,00	9.619.957,87	18.931.171,91
Patronal	46.829.000,00	46.829.000,00	5.149.907,85	11.721.458,88
Pessoal Civil	46.829.000,00	46.829.000,00	5.149.907,85	11.721.458,88
Ativo	46.829.000,00	46.829.000,00	5.149.907,85	11.721.458,88
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	20.773.000,00	20.773.000,00	2.142.003,98	5.196.675,51
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	6.624.000,00	6.624.000,00	2.328.046,04	2.010.037,52
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	85.000,00	85.000,00	13.052,88	4.114,57
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX + X)	74.311.000,00	74.311.000,00	9.633.010,75	18.935.286,48

[illegible]

*Continua (3/4)*



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 33, inciso II)

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	340.000,00	340.000,00	44.621,69	39.248,62	44.621,69	39.248,62	0,00	0,00

Continuação (4/4)

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 8 de Abril de 2016 e hora da emissão 10h e 05m

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal  
CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
Secretário Municipal da Fazenda  
CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS  
Técnica Contábil - TC-CRCSC 17.460  
CPF 383.022.769-87



**RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2016 - SEFAZ**

**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**JANEIRO A FEVEREIRO / 2016 <<>> BIMESTRE JANEIRO / FEVEREIRO**

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	31/Dez/2015	31/Dez/2015	28/Fev/2016
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	231.659.886,59	231.659.886,59	240.079.053,64
DEDUÇÕES (II)	57.901.957,59	57.901.957,59	130.209.211,96
Disponibilidade de Caixa Bruta	122.468.290,35	122.468.290,35	141.732.237,55
Demais Haveres Financeiros	10.482.141,03	10.482.141,03	10.520.182,59
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	75.048.473,79	75.048.473,79	22.043.208,18
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	173.757.929,00	173.757.929,00	109.869.841,68
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	173.757.929,00	173.757.929,00	109.869.841,68

RESULTADO NOMINAL	Período de Referência	
	No Bimestre	Até o Bimestre
RESULTADO NOMINAL	-63.888.087,32	-63.888.087,32

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
------------------------------	-------

Meta de Resultado Nominal Fixada no Anexo de Metas Fiscais para o Exercício de Referência

7.503.451,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	31/Dez/2015	31/Dez/2015	28/Fev/2016
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	328.341.905,94	328.341.905,94	328.341.905,94
Passivo Atuarial	328.341.905,94	328.341.905,94	328.341.905,94
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	354.655.518,17	354.655.518,17	365.215.275,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	56.702,16	56.702,16	8.741,29
Investimentos	355.373.438,37	355.373.438,37	365.221.522,18
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	774.622,36	774.622,36	14.987,54
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-26.313.612,23	-26.313.612,23	-36.873.369,99
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-26.313.612,23	-26.313.612,23	-36.873.369,99

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 8 de Abril de 2016 e hora da emissão 10h e 53m

\_\_\_\_\_  
 NAPOLEÃO BERNARDES  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

\_\_\_\_\_  
 ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.846.539-12

\_\_\_\_\_  
 ROSANE DOS SANTOS  
 Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460  
 CPF 383.022.769-87

**RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2016 - SEFAZ**

**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**JANEIRO A FEVEREIRO / 2016 <<>> BIMESTRE JANEIRO / FEVEREIRO**

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.351.182.000,00</b>	<b>199.751.524,25</b>	<b>206.450.896,84</b>
Receita Tributária	327.466.000,00	62.454.248,54	60.586.475,73
IPTU	64.200.000,00	31.624.109,24	30.505.821,69
ISS	121.000.000,00	18.356.336,86	17.164.136,93
ITBI	30.000.000,00	2.857.052,57	3.950.351,14
IRRF	39.000.000,00	3.555.818,60	3.377.761,56
Outras Receitas Tributárias	73.266.000,00	6.060.931,27	5.588.404,41
Receita de Contribuições	134.588.000,00	21.530.904,12	29.891.960,38
Receita Previdenciária	109.198.000,00	17.785.963,06	25.715.944,53
Outras Contribuições	25.390.000,00	3.744.941,06	4.176.015,85
Receita Patrimonial Líquida	14.320.000,00	-2.446.271,94	-2.155.476,86
Receita Patrimonial	60.306.000,00	10.481.328,60	8.776.132,08
Aplicações Financeiras (-)	45.986.000,00	12.927.600,54	10.931.608,94
Transferências Correntes	701.111.000,00	99.278.967,67	99.175.380,55
FPM	45.600.000,00	8.196.443,98	8.454.786,84
ICMS	200.800.000,00	31.528.850,90	31.277.759,21
IPVA	35.280.000,00	3.644.896,06	3.438.269,27
Convênios	24.198.000,00	706.525,19	1.547.987,10
Outras Transferências Correntes	395.233.000,00	55.202.251,54	54.456.578,13
Demais Receitas Correntes	173.697.000,00	18.933.675,86	18.952.557,04
Dívida Ativa	12.073.000,00	1.564.656,21	1.545.334,86
Diversas Receitas Correntes	161.624.000,00	17.369.019,65	17.407.222,18
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>696.234.000,00</b>	<b>8.006.834,91</b>	<b>2.389.476,64</b>
Operações de Crédito (III)	362.176.000,00	715.734,75	641.523,29
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	90.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	333.968.000,00	7.291.100,16	1.747.953,35
Convênios	332.168.000,00	4.454.918,77	719.296,21
Outras Transferências de Capital	1.800.000,00	2.836.181,39	1.028.657,14
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>333.968.000,00</b>	<b>7.291.100,16</b>	<b>1.747.953,35</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)</b>	<b>1.685.150.000,00</b>	<b>207.042.624,41</b>	<b>208.198.850,19</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCR. EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bim./2016	Até o Bim./2015	Até o Bim./2016	Até o Bim./2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>1.232.767.479,32</b>	<b>321.846.306,11</b>	<b>302.808.725,65</b>	<b>129.124.944,58</b>	<b>124.656.717,10</b>	<b>192.721.361,53</b>	<b>42.400.090,57</b>
Pessoal e Encargos Sociais	495.854.000,00	71.554.879,59	63.745.222,66	70.603.800,45	63.413.609,39	951.079,14	2.140.007,78
Juros e Encargos da Dívida (IX)	23.888.000,00	1.411.871,38	3.478.335,71	1.411.871,38	1.260.045,94	0,00	0,00
Outras de Despesas Correntes	713.025.479,32	248.879.555,14	235.585.167,28	57.109.272,75	59.983.061,77	191.770.282,39	40.260.082,79
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>1.208.879.479,32</b>	<b>320.434.434,73</b>	<b>299.330.389,94</b>	<b>127.713.073,20</b>	<b>123.396.671,16</b>	<b>192.721.361,53</b>	<b>42.400.090,57</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>842.564.269,01</b>	<b>51.803.540,16</b>	<b>37.482.907,44</b>	<b>10.281.902,60</b>	<b>7.947.401,72</b>	<b>41.521.637,56</b>	<b>10.023.091,60</b>
Investimentos	809.240.269,01	44.486.004,00	31.436.646,64	3.164.962,02	3.158.837,82	41.321.041,98	10.023.091,60
Inversões Financeiras	3.500.000,00	1.064.175,74	100.000,00	863.580,16	100.000,00	200.595,58	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	3.500.000,00	1.064.175,74	100.000,00	863.580,16	100.000,00	200.595,58	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	29.824.000,00	6.253.360,42	5.946.260,80	6.253.360,42	4.688.563,90	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>12.740.269,01</b>	<b>45.550.179,74</b>	<b>31.536.646,64</b>	<b>4.028.542,18</b>	<b>3.258.837,82</b>	<b>41.521.637,56</b>	<b>10.023.091,60</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>340.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>25.528.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)</b>	<b>2.047.487.748,33</b>	<b>365.984.614,47</b>	<b>330.867.036,58</b>	<b>131.741.615,38</b>	<b>126.655.508,98</b>	<b>234.242.999,09</b>	<b>52.423.182,17</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)</b>	<b>-362.337.748,33</b>	<b>-158.941.990,06</b>	<b>-122.668.186,39</b>	<b>75.301.009,03</b>	<b>81.543.341,21</b>	<b>-234.242.999,09</b>	<b>-52.423.182,17</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>7.797.748,33</b>	<b>8.276.202,22</b>	<b>7.797.748,33</b>	<b>8.276.202,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de Resultado Primário Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	-360.126.000,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 8 de Abril de 2016 e hora da emissão 10h e 09m

\_\_\_\_\_  
**NAPOLEÃO BERNARDES**  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

\_\_\_\_\_  
**ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES**  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.846.539-12

\_\_\_\_\_  
**ROSANE DOS SANTOS**  
 Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460  
 CPF 383.022.769-87

## RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2016 - SEFAZ



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO**

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Cancelados	Saldo (a)	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)			
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015										
Restos a Pagar ( Exceto Intra-orçamentários ) (I)	385.080,65	65.392.732,20	59.795.973,89	10.858,47	5.970.980,49	1.097.250,32	50.279.590,15	32.640.300,61	27.615.790,07	1.635.895,71	22.125.154,69	28.096.135,18
Executivo	385.080,65	65.300.468,08	59.795.973,89	10.858,47	5.878.716,37	1.097.250,32	50.279.590,15	32.640.300,61	27.615.790,07	1.635.895,71	22.125.154,69	28.003.871,06
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU	2.087,51	200.766,22	202.833,73	0,00	0,00	140.000,00	76.022,34	49.051,40	46.230,27	8.013,94	161.778,13	161.778,13
FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE	0,00	363.382,33	363.382,33	0,00	0,00	0,00	52.162,76	42.522,54	6.378,37	0,00	45.784,39	45.784,39
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	411.307,07	392.208,35	0,00	19.097,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.097,72	19.097,72
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	17.540,12	204.996,02	204.996,02	0,00	17.540,12	12.971,04	112.699,18	28.856,16	23.358,48	3.445,69	98.866,05	116.406,17
FUNDAÇÃO PROMOT. DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB	42.352,10	768.101,66	96.097,73	0,00	714.356,03	201.620,20	186.790,09	97.167,94	64.009,71	3,05	32.397,53	1.038.753,56
FUNDO MUNIC. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	25.805,43	25.805,43	0,00	0,00	0,00	12.309,25	9.937,55	23,55	0,00	12.285,70	12.285,70
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	305.743,82	181.885,33	5.686,14	118.172,35	0,00	494.333,88	323.712,01	278.461,39	51,43	215.821,06	333.993,41
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	11.235.571,41	10.773.458,92	0,00	462.112,49	119.874,02	26.312.526,89	16.658.658,52	14.570.639,72	1.426.370,62	10.435.390,57	10.897.503,06
GABINETE DO PREFEITO	0,00	132.391,53	132.001,37	0,00	390,16	0,00	158.270,86	17.716,50	9.506,22	132.358,00	16.406,64	16.796,80
GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	34.654,49	34.654,49	0,00	0,00	0,00	21.899,48	9.503,14	3.477,64	0,00	18.421,84	18.421,84
INSTITUTO SEGUR. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU - ISSBLU	0,00	774.622,36	774.622,36	0,00	0,00	45.312,82	265.987,01	55.586,90	40.599,36	38.428,92	232.271,55	232.271,55
INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA TOUPAVA	0,00	229.924,92	224.748,52	0,00	5.176,40	0,00	7.753,99	3.615,90	3.615,90	0,00	4.138,09	9.314,49
INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA	0,00	21.024,29	21.024,29	0,00	0,00	0,00	4.729,11	2.754,82	2.754,82	0,00	1.974,29	1.974,29
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	455.527,82	438.209,39	0,00	17.318,43	0,00	15.683,07	8.599,11	8.599,11	0,00	7.083,96	24.402,39
SECRET. DE ASSIST. SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.255,78	0,00	0,00	0,00	0,00	573.255,78	573.255,78
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	440.914,54	398.061,91	3.999,32	38.853,31	0,00	992.210,11	538.884,21	533.338,40	7.673,00	451.198,71	490.052,02
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	2.144,95	1.790.653,95	1.579.454,23	792,55	212.552,12	0,00	234.538,10	182.082,13	16.893,90	0,00	217.644,20	430.196,32
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	100.800,00	2.212.848,77	1.812.062,81	311,88	501.285,08	0,00	725.270,19	644.097,41	350.215,97	1.340,94	373.713,28	874.998,36
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	446.965,79	355.820,91	0,00	91.144,88	0,00	653.527,06	559.054,45	337.133,46	0,00	316.393,60	407.538,48
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	0,00	307.784,78	272.148,06	0,00	35.636,72	0,00	414.165,71	82.046,17	62.723,39	0,00	351.442,32	387.079,04
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	990.778,07	976.413,95	0,00	14.364,12	0,00	538.106,18	141.886,68	127.012,05	0,00	411.094,13	425.458,25
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	10.395,00	28.550.399,75	26.710.834,56	0,00	1.849.960,19	0,00	4.741.666,82	3.621.218,86	3.056.264,81	0,00	1.685.502,01	3.535.362,20
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL	0,00	269.263,04	262.635,52	0,00	6.627,52	0,00	103.452,86	46.449,99	38.303,08	0,00	65.149,78	71.777,30
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	1.727.216,57	1.181.922,85	67,68	545.226,04	0,00	7.125.157,62	3.688.501,62	3.572.864,64	0,00	3.552.292,98	4.097.519,02
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	935,07	0,00	0,00	0,00	935,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	935,07
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	0,00	540.925,11	540.925,11	0,00	0,00	0,00	171.757,29	103.096,16	102.394,70	986,90	68.375,69	68.375,69
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	5.036.275,20	4.101.364,34	0,00	934.910,86	0,00	3.046.807,70	2.900.699,96	2.496.509,45	9.011,05	541.287,20	1.476.198,06
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/3)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO**

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	208.845,90	0,00	0,00	0,00	208.845,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208.845,90
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	164.820,37	151.879,53	0,00	12.940,84	0,00	362.882,70	53.231,45	49.295,38	0,00	313.587,32	326.528,16
SERVIÇO AUTON. MUN. DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB	0,00	826.403,61	825.642,09	0,00	761,52	4.216,46	492.428,77	419.485,16	419.485,16	1.204,90	75.955,17	76.716,69
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	6.831.399,16	6.760.889,76	0,90	70.508,50	0,00	2.956.451,13	2.351.883,87	1.395.701,14	7.007,27	1.553.742,72	1.624.251,22
Legislativo	0,00	92.264,12	0,00	0,00	92.264,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.264,12
CAMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU	0,00	92.264,12	0,00	0,00	92.264,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.264,12
Restos a Pagar ( Intra-orçamentários) (II)	0,00	10.137.547,42	1.124.620,31	0,00	9.012.927,11	0,00	2.143.592,02	2.142.642,64	600,94	881,28	2.142.109,80	11.155.036,91
TOTAL (III) = (I + II)	385.080,65	75.530.279,62	60.920.594,20	10.858,47	14.983.907,60	1.097.250,32	52.423.182,17	34.782.943,25	27.616.391,01	7.636,776,99	24.267.264,49	39.251.172,09

PODER /ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015					
Restos a Pagar Intra-orçamentários	0,00	10.137.547,42	1.124.620,31	0,00	9.012.927,11	0,00	2.143.592,02	2.142.642,64	600,94	881,28	2.142.109,80	11.155.036,91
Executivo	0,00	10.137.547,42	1.124.620,31	0,00	9.012.927,11	0,00	2.143.592,02	2.142.642,64	600,94	881,28	2.142.109,80	11.155.036,91
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU	0,00	31.442,73	31.442,73	0,00	0,00	0,00	600,94	600,94	600,94	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE	0,00	1.117,19	1.117,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	303,09	303,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	48.674,09	48.674,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO PROMOT. DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB	0,00	10.289,76	10.289,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	4.285.408,03	56.599,60	0,00	4.228.808,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.228.808,43
GABINETE DO PREFEITO	0,00	20.159,34	0,00	0,00	20.159,34	0,00	5.769,01	5.769,01	0,00	0,00	5.769,01	25.928,35
GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	2.519,09	0,00	0,00	2.519,09	0,00	1.232,21	1.232,21	0,00	0,00	1.232,21	3.751,30
INTENDENCIA DISTRIATL DE VILA ITUPAVA	0,00	8.887,18	0,00	0,00	8.887,18	0,00	4.338,70	4.338,70	0,00	0,00	4.338,70	13.225,88
INTENDENCIA DISTRIATL DO GRANDE GARCIA	0,00	1.878,82	0,00	0,00	1.878,82	0,00	911,66	911,66	0,00	0,00	911,66	2.790,48
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	161.140,50	0,00	0,00	161.140,50	0,00	47.342,14	47.342,14	0,00	0,00	47.342,14	208.482,64
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	43.245,65	0,00	0,00	43.245,65	0,00	21.143,67	21.143,67	0,00	0,00	21.143,67	64.389,32

Continua (2/3)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO**

Continuação (3/3)

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidadados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015					
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	631.321,73	433.007,00	0,00	198.314,73	0,00	55.635,36	55.635,36	0,00	0,00	55.635,36	253.950,09
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	251.591,73	0,00	0,00	251.591,73	0,00	70.897,52	70.897,52	0,00	0,00	70.897,52	322.489,25
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	11.616,87	0,00	0,00	11.616,87	0,00	5.544,45	5.544,45	0,00	0,00	5.544,45	17.161,32
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	58.709,06	68,10	0,00	58.640,96	0,00	28.425,73	28.425,73	0,00	0,00	28.425,73	87.066,69
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	303.349,15	0,00	0,00	303.349,15	0,00	144.523,97	144.523,97	0,00	0,00	144.523,97	447.873,12
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	3.246.490,08	0,00	0,00	3.246.490,08	0,00	1.567.624,24	1.567.624,24	0,00	0,00	1.567.624,24	4.814.114,32
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL	0,00	45.467,50	0,00	0,00	45.467,50	0,00	22.252,78	22.252,78	0,00	0,00	22.252,78	67.720,28
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	53.394,63	0,00	0,00	53.394,63	0,00	26.242,89	26.242,89	0,00	0,00	26.242,89	79.637,52
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	224.222,57	0,00	0,00	224.222,57	0,00	64.093,99	64.093,99	0,00	0,00	64.093,99	288.316,56
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	127.447,67	0,00	0,00	127.447,67	0,00	61.932,34	61.864,24	0,00	0,00	61.932,34	189.380,01
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	25.752,21	0,00	0,00	25.752,21	0,00	12.165,22	12.165,22	0,00	0,00	12.165,22	37.917,43
SERVIÇO AUTON. MUN. DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB	0,00	148.880,59	148.880,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	394.238,16	394.238,16	0,00	0,00	0,00	2.915,20	2.033,92	0,00	881,28	2.033,92	2.033,92
TOTAL Intra-orçamentários	0,00	10.137.547,42	1.124.620,31	0,00	9.012.927,11	0,00	2.143.592,02	2.142.642,64	600,94	881,28	2.142.109,80	11.155.036,91

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 8 de Abril de 2016 e hora da emissão 10h e 11m

**NAPOLEÃO BERNARDES**  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

**ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES**  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.846.539-12

**ROSANE DOS SANTOS**  
 Técnica Contábil - TC-CRC/SC  
 CPF 383.022.769-87

**RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2016 - SEFAZ**

**PREFEITURA  
DE BLUMENAU**

**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE****ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art.212 da CF)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)
<b>1 - RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	264.800.000,00	264.800.000,00	57.868.566,36	21,85%
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	71.050.000,00	71.050.000,00	32.896.998,70	46,30%
1.1.1 - IPTU	72.800.000,00	72.800.000,00	39.942.990,48	54,87%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100.000,00	100.000,00	7.542,63	7,54%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	6.900.000,00	6.900.000,00	1.265.213,27	18,34%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	133,56	0,13%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	-8.850.000,00	-8.850.000,00	-8.318.881,24	94,00%
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	30.300.000,00	30.300.000,00	2.857.837,07	9,43%
1.2.1 - ITBI	31.150.000,00	31.150.000,00	2.873.147,08	9,22%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	100.000,00	100.000,00	784,50	0,78%
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00%
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00%
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	124.450.000,00	124.450.000,00	18.557.911,99	14,91%
1.3.1 - ISS	127.750.000,00	127.750.000,00	18.400.536,06	14,40%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100.000,00	100.000,00	531,21	0,53%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	3.800.000,00	3.800.000,00	200.995,93	5,29%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	47,99	0,05%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	-7.300.000,00	-7.300.000,00	-44.199,20	0,61%
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	39.000.000,00	39.000.000,00	3.555.818,60	9,12%
1.4.1 - IRRF	39.000.000,00	39.000.000,00	3.555.818,60	9,12%
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art.153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	357.400.000,00	357.400.000,00	54.968.275,06	15,38%
2.1 - Cota-Parte FPM	57.000.000,00	57.000.000,00	10.245.554,81	17,97%
2.1.1 - Parcela Referente à CF, art.159, I, alínea b	57.000.000,00	57.000.000,00	10.245.554,81	17,97%
2.1.2 - Parcela Referente à CF, art.159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.2 - Cota-Parte ICMS	251.000.000,00	251.000.000,00	39.411.063,40	15,70%
2.3 - ICMS - Desoneração - LC 87/1996	1.000.000,00	1.000.000,00	151.101,12	15,11%
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	4.200.000,00	4.200.000,00	603.448,58	14,37%
2.5 - Cota-Parte ITR	100.000,00	100.000,00	987,28	0,99%
2.6 - Cota-Parte IPVA	44.100.000,00	44.100.000,00	4.556.119,87	10,33%
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	622.200.000,00	622.200.000,00	112.836.841,42	18,14%
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	31.243.000,00	31.243.000,00	3.523.497,06	11,28%
5.1 - Transferências do Salário-Educação	13.323.000,00	13.323.000,00	2.781.082,57	20,87%
5.2 - Transferências Diretas PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
5.3 - Transferências Diretas PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00%
5.4 - Transferências Diretas PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00%
5.5 - Outras Transferências do FNDE	17.920.000,00	17.920.000,00	742.414,49	4,14%
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	14.155.000,00	14.155.000,00	175.404,22	1,24%
6.1 - Transferências de Convênios	14.155.000,00	14.155.000,00	175.404,22	1,24%
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00%
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	45.398.000,00	45.398.000,00	3.698.901,28	8,15%

Continua (1/3)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

<b>FUNDEB</b>							
RECEITAS DO FUNDEB	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)			
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	71.480.000,00	71.480.000,00	10.993.655,01	15,38%			
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1.1)	11.400.000,00	11.400.000,00	2.049.110,96	17,97%			
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.2)	50.200.000,00	50.200.000,00	7.882.212,68	15,70%			
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	200.000,00	200.000,00	30.220,22	15,11%			
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)	840.000,00	840.000,00	120.689,72	14,37%			
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB (20% de 1.5 + 2.5)	20.000,00	20.000,00	197,46	0,99%			
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20% de 2.6)	8.820.000,00	8.820.000,00	911.223,97	10,33%			
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	137.000.000,00	137.000.000,00	21.379.880,14	15,61%			
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	137.000.000,00	137.000.000,00	21.379.880,14	15,61%			
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00%			
11.3 - Receita de Aplicação Financeira do Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00%			
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	65.520.000,00	65.520.000,00	10.386.225,13	15,85%			
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	10.386.225,13	100,00%			
DEPESAS DO FUNDEB	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (i)	
			Até o Bimestre (e)	% (f) = ((e/d) x 100)	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g/d) x 100)	
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
14 - OUTRAS DESPESAS	137.300.000,00	137.300.000,00	21.763.254,82	15,85%	21.513.013,76	15,67%	250.241,06
14.1 - Com Educação Infantil	66.596.000,00	66.596.000,00	11.124.988,38	16,71%	10.874.747,32	16,33%	250.241,06
14.2 - Com Ensino Fundamental	70.704.000,00	70.704.000,00	10.638.266,44	15,05%	10.638.266,44	15,05%	0,00
15 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	137.300.000,00	137.300.000,00	21.763.254,82	15,85%	21.513.013,76	15,67%	250.241,06
<b>DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB</b>							<b>Valor</b>
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1 - FUNDEB 60%							0,00
16.2 - FUNDEB 40%							0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
<b>INDICADORES DO FUNDEB</b>							<b>Valor</b>
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							21.513.013,76
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) * 100)%							0,00%
19.2 - Mínimo de 40% em despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) * 100)%							100,62%
19.3 - Máximo de 5% não aplicado no exercício (100 - (19.1 - 19.2))%							-0,62%
<b>CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE</b>							<b>Valor</b>
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016							0,00

<b>MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)			
22 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	155.550.000,00	155.550.000,00	28.209.210,37	18,14%			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (i)	
			Até o Bimestre (e)	% (f) = ((e/d) x 100)	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g/d) x 100)	
23 - EDUCAÇÃO INFANTIL	128.277.000,00	128.277.000,00	26.426.575,94	20,60%	17.031.988,28	13,28%	9.394.587,66
23.1 - Creches	64.138.500,00	64.138.500,00	13.213.287,97	20,60%	8.515.994,14	13,28%	4.697.293,83
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	33.298.000,00	33.298.000,00	5.562.494,19	16,71%	5.437.373,66	16,33%	125.120,53
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	30.840.500,00	30.840.500,00	7.650.793,78	24,81%	3.078.620,48	9,98%	4.572.173,30
23.2 - Pré-escola	64.138.500,00	64.138.500,00	13.213.287,97	20,60%	8.515.994,14	13,28%	4.697.293,83
23.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	33.298.000,00	33.298.000,00	5.562.494,19	16,71%	5.437.373,66	16,33%	125.120,53
23.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	30.840.500,00	30.840.500,00	7.650.793,78	24,81%	3.078.620,48	9,98%	4.572.173,30
24 - ENSINO FUNDAMENTAL	123.621.000,00	123.621.000,00	24.676.268,57	19,96%	15.733.244,64	12,73%	8.943.023,93
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	70.704.000,00	70.704.000,00	10.638.266,44	15,05%	10.638.266,44	15,05%	0,00
24.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	52.917.000,00	52.917.000,00	14.038.002,13	26,53%	5.094.978,20	9,63%	8.943.023,93
25 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
26 - ENSINO SUPERIOR	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
27 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
28 - OUTRAS	11.444.000,00	11.444.000,00	1.487.899,98	13,00%	1.204.081,85	10,52%	283.818,13
29 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	265.342.000,00	263.342.000,00	52.590.744,49	19,97%	33.969.314,77	12,90%	18.621.429,72

Continua (2/3)





**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

Continuação (3/3)

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

<b>MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (12)	10.386.225,13
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (50 h)	0,00
33 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
36 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (46 g)	0,00
37 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	10.386.225,13
38 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - 37)	22.379.007,79
39 - MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38 / 3) * 100) %	19,83%

<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Orçamento	Dotação Atualizada (g)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = ((e/d) x 100)	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g/d) x 100)	
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
43 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
44 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
45 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	265.342.000,00	263.342.000,00	52.590.744,49	19,97%	33.969.314,77	12,90%	18.621.429,72
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						Saldo Até o Bimestre	Cancelado em 2016 (i)
46 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE						0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino						0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB						0,00	0,00

<b>FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB</b>		Valor
47 - SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		6.872.045,41
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		21.379.880,14
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		18.167.857,63
49.1 - Orçamento do Exercício		10.479.539,55
49.2 - Restos a Pagar		14.363.054,47
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00
51 - (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		10.084.067,92

**Nota:** O valor apresentado na linha 49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE R\$ 18.167.857,63, representa o valor líquido das despesas, sendo que o valor bruto é R\$ 24.842.594,02.

**Nota:** Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 8 de Abril de 2016 e hora da emissão 09h e 45m

\_\_\_\_\_  
**NAPOLEÃO BERNARDES**  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

\_\_\_\_\_  
**ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES**  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.846.539-12

\_\_\_\_\_  
**ROSANE DOS SANTOS**  
 Técnica Contabil - TC-CRC/SC 17.460  
 CPF 383.022.769-87

**RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2016 - SEFAZ**

**PREFEITURA  
DE BLUMENAU**

**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016**

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (b)	% ((b/a) x 100)
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)</b>	622.200.000,00	622.200.000,00	112.836.841,42	18,14%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	254.200.000,00	254.200.000,00	56.393.317,27	22,18%
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	10.600.000,00	10.600.000,00	1.475.249,09	13,92%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	58.100.000,00	58.100.000,00	10.397.643,21	17,90%
Imposto Territorial Urbano - ITR	299.300.000,00	299.300.000,00	44.570.631,85	14,89%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)</b>	357.400.000,00	357.400.000,00	54.968.275,06	15,38%
Cota-Parte FPM	57.000.000,00	57.000.000,00	10.245.554,81	17,97%
Cota-Parte ITR	100.000,00	100.000,00	987,28	0,99%
Cota-Parte IPVA	44.100.000,00	44.100.000,00	4.556.119,87	10,33%
Cota-Parte ICMS	251.000.000,00	251.000.000,00	39.411.063,40	15,70%
Cota-Parte IPI-Exportação	4.200.000,00	4.200.000,00	603.448,58	14,37%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00%
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.000.000,00	1.000.000,00	151.101,12	15,11%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) =</b>	<b>979.600.000,00</b>	<b>979.600.000,00</b>	<b>167.805.116,48</b>	<b>17,13%</b>

(III)

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (c)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (d)	% ((d/c) x 100)
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS</b>	224.391.000,00	224.391.000,00	28.804.985,91	12,84%
Provenientes da União	206.428.000,00	206.428.000,00	27.496.366,82	13,32%
Provenientes dos Estados	17.963.000,00	17.963.000,00	1.308.619,09	7,29%
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE</b>	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>224.391.000,00</b>	<b>224.391.000,00</b>	<b>28.804.985,91</b>	<b>12,84%</b>

DESPESAS COM SAÚDE	Dotação inicial	Dotação atualizada (e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (f)	% ((f/e) x 100)	Até o bimestre (g)	% ((g/e) x 100)	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	361.227.000,00	361.577.000,00	121.202.922,86	33,52%	32.952.027,56	9,11%	88.250.895,30
Pessoal e Encargos Sociais	131.067.000,00	131.367.000,00	22.995.318,70	17,50%	22.995.318,70	17,50%	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras Despesas Correntes	230.160.000,00	230.210.000,00	98.207.604,16	42,66%	9.956.708,86	4,33%	88.250.895,30
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	14.675.000,00	14.725.000,00	131.408,56	0,89%	56.253,57	0,38%	75.154,99
Investimentos	14.675.000,00	14.725.000,00	131.408,56	0,89%	56.253,57	0,38%	75.154,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>375.902.000,00</b>	<b>376.302.000,00</b>	<b>121.334.331,42</b>	<b>32,24%</b>	<b>33.008.281,13</b>	<b>8,77%</b>	<b>88.326.050,29</b>

Continua (1/2)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016**

Continuação (2/2)

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (h)	% ((h/IVf) x 100)	Até o bimestre (i)	% ((i/IVg) x 100)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	165.545,38	0,14%	165.545,38	0,50%	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	225.840.000,00	226.240.000,00	79.152.158,14	65,23%	11.801.102,99	35,75%	67.351.055,15
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	210.766.000,00	211.166.000,00	79.152.148,14	65,23%	11.801.102,99	35,75%	67.351.045,15
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outros Recursos	15.074.000,00	15.074.000,00	10,00	0,00%	0,00	0,00%	10,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>225.840.000,00</b>	<b>226.240.000,00</b>	<b>79.317.703,52</b>	<b>65,37%</b>	<b>11.966.648,37</b>	<b>36,25%</b>	<b>67.351.055,15</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>150.062.000,00</b>	<b>150.062.000,00</b>	<b>42.016.627,90</b>	<b>28,00%</b>	<b>21.041.632,76</b>	<b>14,02%</b>	<b>20.974.995,14</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%</b>							<b>12,54%</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - ((15 x IIIb)/100)]</b>							<b>-4.129.134,71</b>

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	Inscritos	Cancelados/ prescritos	Pagos	A pagar	Parcela considerada no limite
Inscritos em 2015	41.735.328,13	1.403.825,64	25.363.208,44	14.968.294,05	26.276.702,55
Inscritos em 2014	37.372.771,77	6.173.380,17	31.102.062,56	97.329,04	32.272.697,70
Inscritos em 2013	9.053.027,72	606.182,68	8.446.845,04	0,00	5.386.818,70
Inscritos em 2012	4.556.464,60	398.321,35	4.158.143,25	0,00	3.838.175,66
Inscritos em 2011	7.534.727,63	823.049,24	6.711.678,39	0,00	5.484.722,01
Exercícios anteriores ao de referência - Somatório	29.267.767,33	1.569.379,33	27.698.388,00	0,00	16.687.920,45
<b>Total</b>	<b>129.520.087,18</b>	<b>10.974.138,41</b>	<b>103.480.325,68</b>	<b>15.065.623,09</b>	<b>89.947.037,07</b>

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE - ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo final (não aplicado)
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 e 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo final (não aplicado)
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (l)	% ((l/total l) x 100)	Até o bimestre (m)	% ((m/total m) x 100)	
Atenção Básica	183.217.000,00	183.617.000,00	40.009.785,20	32,97%	23.873.326,25	72,33%	16.136.458,95
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	188.971.000,00	188.971.000,00	79.707.760,42	65,69%	8.633.956,08	26,16%	71.073.804,34
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Vigilância Sanitária	1.061.000,00	1.061.000,00	350.946,21	0,29%	90.472,57	0,27%	260.473,64
Vigilância Epidemiológica	1.523.000,00	1.523.000,00	1.100.294,21	0,91%	244.980,85	0,74%	855.313,36
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras subfunções	1.130.000,00	1.130.000,00	165.545,38	0,14%	165.545,38	0,50%	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>375.902.000,00</b>	<b>376.302.000,00</b>	<b>121.334.331,42</b>	<b>32,24%</b>	<b>33.008.281,13</b>	<b>8,77%</b>	<b>88.326.050,29</b>

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 8 de Abril de 2016 e hora da emissão 10h e 50m

\_\_\_\_\_  
**NAPOLEÃO BERNARDES**  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

\_\_\_\_\_  
**ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES**  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.846.539-12

\_\_\_\_\_  
**ROSANE DOS SANTOS**  
 Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460  
 CPF 383.022.769-87

**RELATORIOS LRF - RREO 1º BIM 2016 - SEFAZ**

*CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU*  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre	Até o bimestre
----------------------	-------------	----------------

**RECEITAS**

Previsão Inicial		2.093.402.000,00
Previsão Atualizada		2.093.402.000,00
Receitas Realizadas	220.685.959,70	220.685.959,70
Déficit Orçamentário		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		7.797.748,33

**DESPESAS**

Dotação Inicial		2.093.402.000,00
Créditos Adicionais		7.797.748,33
Dotação Atualizada		2.101.199.748,33
Despesas Empenhadas	373.649.846,27	373.649.846,27
Despesas Liquidadas	139.406.847,18	139.406.847,18
Despesas Pagas	96.173.349,15	96.173.349,15
Superávit Orçamentário		81.279.112,52

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No bimestre	Até o bimestre
-------------------------------	-------------	----------------

Despesas Empenhadas	373.649.846,27	373.649.846,27
Despesas Liquidadas	139.406.847,18	139.406.847,18

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
--------------------------------	----------------

Receita Corrente Líquida	1.050.500.699,48
--------------------------	------------------

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No bimestre	Até o bimestre
--	-------------	----------------

**Regime Geral de Previdência Social**

Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I-II)	

**Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	27.520.916,34	27.520.916,34
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	16.928.643,62	16.928.643,62
Resultado Previdenciário (VI) = (IV-V)	10.592.272,72	10.592.272,72
Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IX) = (VII-VIII)	0,00	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no AMF da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação à meta (b/a)
-------------------------------	-------------------------------	--------------------------------------	---------------------------

Resultado Nominal	7.503.451,00	-63.888.087,32	-851,45%
Resultado Primário	-360.126.000,00	75.301.009,03	-20,91%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
---	-----------	-----------------------------	--------------------------	---------------

<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	75.915.360,27	10.858,47	60.920.594,20	14.983.907,60
Executivo	75.823.096,15	10.858,47	60.920.594,20	14.891.643,48
Legislativo	92.264,12	0,00	0,00	92.264,12
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	53.520.432,49	1.636.776,99	27.616.391,01	24.267.264,49
Executivo	53.520.432,49	1.636.776,99	27.616.391,01	24.267.264,49
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	129.435.792,76	1.647.635,46	88.536.985,21	39.251.172,09

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% mínimo a aplicar no exercício	% aplicado até o bimestre

Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	22.379.007,79	25,00%	19,83%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remun.do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60,00%	0,00%

Continua (1/2)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016**

Continuação (2/2)

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo não realizado
Receitas de Operações de Crédito	715.734,75	361.460.265,25
Despesa de Capital Líquida	10.281.902,60	790.760.728,85

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 2015	10º Exercício 2024	20º Exercício 2034	35º Exercício 2049
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III = I-II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	93.702.944,99	265.137.924,01	350.803.156,87	314.783.274,59
Despesas Previdenciárias (V)	79.475.955,16	155.388.371,63	239.006.449,73	258.350.346,77
Resultado Previdenciário (VI = IV-V)	14.226.989,83	109.749.552,38	111.796.707,14	56.432.927,82
Receitas Previdenciárias (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IX = VII-VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo não realizado
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	90.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	55.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% mínimo a aplicar no exercício	% aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	42.016.627,90	15,00%	12,54%

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
---	-------------------------------------

Total das Despesas/RCL (%)

0,00%

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 8 de Abril de 2016 e hora da emissão 10h e 16m

\_\_\_\_\_  
 NAPOLEÃO BERNARDES  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

\_\_\_\_\_  
 ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.846.539-12

\_\_\_\_\_  
 ROSANE DOS SANTOS  
 Técnica Contabil - TC-CRC/SC 17.460  
 CPF 383.022.769-87

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 11/2012**

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e SEGVILLE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA E CONTROLE DE VEÍCULOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

VALOR ANUAL: R\$497.830,92, a partir de 1.º de dezembro de 2015;

R\$454.766,88, a partir de 1.º de janeiro de 2016.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão N.º 11/2012, de 02/10/2012 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 20/10/2016

**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 12/2012**

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

OBJETO: SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL

VALOR: R\$ 141.569,28 (cento e quarenta e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão N.º 12/2012, de 13/11/2012 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 05/12/2016

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 20-01/2015**

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e as empresas Rede |Fronteira de Comunicação Ltda, Fundação Luterana de Comunicação, Studio Radiodifusão Ltda, Sociedade Econômica de Comunicação Ltda, Rádio Menina Tropical FM Ltda, Fundação Universidade Regional de Blumenau e Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda.

OBJETO: Prorrogação do contrato de transmissão de programa institucional em emissoras de radiodifusão em frequência modulada (FM).

VALOR: R\$ 119.700,00 (cento e dezenove mil e setecentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 20-01/2015, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA: 04/04/2016.

VENCIMENTO: 07/04/2017.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 02/2014**

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e Quality Tours Agência de Viagens e Turismo Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo do contrato de prestação de serviços de emissão de passagens aéreas nacionais.

VALOR: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão n.º 08/2014, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA: 04/04/2016.

VENCIMENTO: 08/04/2017.



# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

**PR 12/2016**

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA/SC

Processo licitatório: Nº 22/2016

Modalidade: Pregão presencial 12/2016

Forma de julgamento: menor preço global.

Objeto: Contratação para construção de galpão para exposição de animais, conforme projeto. O Prefeito municipal torna público que dia 25/04/2016 às 14horas realizará abertura das propostas em conformidade com o instrumento convocatório que está disponível no site: [www.bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br) ou na sede do município. Base legal Lei 10.520/02 e 8.666/93, LC 123/2006 e suas alterações.

Bom Jardim da Serra(SC), 08 DE ABRIL DE 2016.

Edelvânio Nunes Topanoti

Prefeito Municipal

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº. 1007/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1007/16 DE 08 DE ABRIL DE 2016  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO REGIONAL DO LEITE, EDIÇÃO 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, com amparo na Lei Orgânica FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º. Fica autorizado o chefe do Poder executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, a realizar despesas até o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinadas a promoção e a realização do SEMINÁRIO REGIONAL DO LEITE, edição 2016, o qual ocorrerá no Município de Bom Jesus do Oeste/SC no dia 12 de Abril de 2016.

Art.2º. As despesas correm por conta da dotação orçamentária específica.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 08 dias do mês de abril do ano de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

### LEI MUNICIPAL Nº. 1008/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1008/16 DE 08 DE ABRIL DE 2016  
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA CELEBRAR CONVÊNIO E REPASSAR RECURSOS PARA SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA SEBRAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, com amparo na Lei Orgânica FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Santa Catarina – SEBRAE, e repassar recurso no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 2º. As Micro e Pequenas empresas do Município de Bom Jesus do Oeste/SC receberão consultoria, as quais serão prestadas em uma carga horária de 100 (cem) horas.

Art. 3º. Os segmentos empresariais que serão beneficiados com o convênio são os da Indústria, Comércio, prestação de Serviço, Agronegócio e também os potenciais empreendedores.

Art. 4º. O SEBRAE disponibilizará especialistas nas áreas de: Marketing, Finanças, Empreendedorismo, Agronegócios, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental e Turismo.

Art. 5º. As despesas correm por conta da dotação orçamentária específica.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigência na data de sua assinatura, ficando condicionada sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 08 dias do mês de abril do ano de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

### LEI MUNICIPAL Nº. 1009/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1009/16 DE 08 DE ABRIL DE 2016  
"CRIA PROGRAMA DE INCENTIVO A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA EMPRESAS, INSTITUIÇÕES DE ENSINO E ENTIDADES ASSOCIATIVAS INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, com amparo na Lei Orgânica FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º. A presente Lei cria o Programa PAVIMENTANDO O PROGRESSO, visando à melhoria da qualidade de acessos e das instalações físicas das Empresas, Instituições de Ensino e Entidades Associativas instaladas no Município de Bom Jesus do Oeste.

Art.2º. Para participar do referido programa o interessado deverá solicitar o serviço constando a exposição de motivos e o projeto técnico, direcionadas ao aumento da produtividade, acessibilidade a pessoas com deficiência, eficiência do processo de qualidade e indicar os resultados que advirão da implantação do programa no atendimento aos municípios com os quais mantém relacionamento, sempre caracterizando o interesse público direcionado a geração de emprego e renda, a prosperidade da atividade a qual resultará no aumento do movimento econômico e a satisfação dos beneficiários em caso de Entidades Associativas e Instituições de Ensino.

#### DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

Art.3º. Efetuado o pedido à Administração Municipal, o mesmo será encaminhado ao setor de planejamento para estudo da viabilidade da realização dos serviços de pavimentação, momento em que o referido setor analisará as disponibilidades de máquinas e equipamentos do Município e em conjunto com o interessado definirão o cronograma físico de execução da obra.

Art.4º. Os serviços da pavimentação serão aplicados tendo como base os paralelepípedos já existentes, em caso de necessidade da realização de base em macadame seco (rachão), o beneficiário deverá adquirir no comércio o referido material, bem como custear o transporte até o local da obra.

Art.5º. O Município de Bom Jesus do Oeste participará com:

I – Fornecimento da mão de obra de seus servidores do quadro permanente para pavimentação em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado Quente);

II – Fornecimento dos equipamentos disponíveis no município no momento da realização da obra;

III – Levantamento da quantidade de massa asfáltica em toneladas para aplicação na obra, bem como outros materiais e serviços inerentes;

IV – Nivelamento e compactação em caso de base de macadame seco (rachão);

V – Lavagem de paralelepípedos.

Art.6º. Pelo serviço será cobrado Preço Público, o qual deverá ser depositado pelo interessado antes do início da obra em Conta Bancária vinculada ao programa objeto dessa Lei. No momento de conclusão da obra, após avaliação pelo Setor responsável do Município, serão feitos os devidos ajustes, em havendo saldo será

devolvido ao Beneficiário ou no caso de valor a maior, o mesmo deverá efetuar o devido pagamento da diferença apurada em um prazo inferior a 30 dias.

Art.7º. Em caso dos equipamentos para transporte de massa asfáltica disponíveis no Município no ato de execução da obra forem insuficientes, caberá ao interessado arcar com as despesas oriundas da locação dos referidos equipamentos.

#### DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art.8º. Fica autorizado nos termos da presente Lei o Consórcio Intermunicipal de Infra-Estrutura Rodoviária – CIDIR, CNPJ nº 11.117.243/0001-20, a qual o Município de Bom Jesus do Oeste faz parte, emitir documentos de cobrança do Preço Público dos seguintes materiais e serviços por ele fornecidos de acordo com sua tabela de preços praticadas no ato da obra:

CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado Quente – valor expresso em toneladas;

Pintura de Ligação com Emulsão Asfáltica RR2C – valor expresso em metros quadrados;

Imprimação de base – valor expresso em metros quadrados;

Pintura de faixas sobre a pista – valor expresso em metros lineares;

Art.9º. O município fixará através de Decreto os valores do Preço Público inerentes aos custos dos serviços constantes no art. 5º da presente Lei.

Art.10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do artigo 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art.11º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 08 dias do mês de abril do ano de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 30.16 - APROVA DESM. LOTE OSMAR C. MELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 30/16 de 07.04.16

Aprova desmembramento de área urbana para instalação de lote urbano

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º - Fica aprovado, conforme Requerimento nº 140/2016, o "Desmembramento" do imóvel com Inscrição Imobiliária nº 02.01.197.0230.001, de propriedade de OSMAR DA COSTA MELO, CPF nº 141.867.729-91 e esposa MARIA LUCI ALVES MELO, CPF nº 065.340.589-87, de uma área total de 12.047,80m², matriculado no Registro de Imóveis sob nº 10.096, desta comarca de Bom Retiro, sendo a área desmembrada de 473,88m²; restando uma área remanescente de 11.573,92m², situada com frente para a Rua Agostinho Della Justina, Distrito de Canoas, Bom Retiro, SC.

Art. 2º - As medidas e confrontações estão descritas e caracterizadas no memorial descritivo, A.R.T e mapa em anexo, visados por este órgão. O levantamento planimétrico foi efetuado pelo responsável técnico, José Luiz F. da Silva, CREA-SC 013.314-8.

Art. 3º O imóvel possui a Infraestrutura exigida pela legislação vigente como água, energia elétrica, iluminação pública, canalização que recolhe a água pluvial e o esgoto das residências.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 07 de abril de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

### 31.16 - APROVA DESM. LOTE ALAOR V. HINCKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 31/16 de 07.04.16

Aprova desmembramento de área urbana para instalação de lote urbano

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º - Fica aprovado, conforme Requerimento nº 141/2016, o "Desmembramento" do imóvel com Inscrição Imobiliária nº

01.01.167.0245.001, de propriedade de ALAOR VALTER HINCKEL, CPF nº 458.507.049-49 e CELI ALVES HINCKEL, CPF nº 014.918.899-42, de uma área total de 971,90m², matriculado no Registro de Imóveis sob nº 3311, desta comarca de Bom Retiro, sendo a área desmembrada de 453,40m²; com frente para a Rua Garibaldi Andrade Vieira, restando uma área remanescente de 518,50m², com frente para a Avenida Major Generoso, situadas no Bairro São José, Bom Retiro, SC.

Art. 2º - As medidas e confrontações estão descritas e caracterizadas no memorial descritivo, A.R.T e mapa em anexo, visados por este órgão. O Projeto Arquitetônico Executivo foi efetuado pelo Arquiteto e Urbanista, Randel Robson Becker, Registro Nacional nº A61214-6.

Art. 3º O imóvel possui a Infraestrutura exigida pela legislação vigente como água, energia elétrica, iluminação pública, canalização que recolhe a água pluvial e o esgoto das residências.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 07 de abril de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

### 390.04.16 - P. DES. MÉDICO WAGNER WESTPHAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 390/16 de 06.04.16

Designa Médico Contratado em Caráter Temporário e Concede Gratificação para Atendimento de Urgência e Emergência

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso VIII da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Wagner Westphal, para exercer o cargo de Médico - Nível – 11, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, em virtude de sua Classificação em 1º lugar na Chamada Pública nº 03/2016, e concede uma Gratificação mensal para atendimento de urgência e emergência, correspondente a 50% (cinquenta por cento), com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família – ESF – Interior, a contar do dia 06 de abril de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
06 de abril de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

**391.04.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. ERICLEIA F. MOTA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 391/16 de 08.04.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 07 de abril de 2016, a funcionária Ericleia Faustino da Mota, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
08 de abril de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

# Botuvera

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.885/2016

DECRETO Nº 1.885/2016

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) conforme abaixo especificado:

10.00	Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10.02	Divisão de Cultura
13-391-060-2.20	Apoio a Cultura e ao Patrimônio Histórico do Município
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(112)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

10.00	Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10.02	Divisão de Cultura
13-391-060-2.20	Apoio a Cultura e ao Patrimônio Histórico do Município
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(111)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 08/04/2016.

Botuverá, 08 de Abril de 2016.

Jose Luiz Colombi  
Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE Nº 02/2016

RESOLUÇÃO Nº 02/2016

“Dispõe sobre os Relatórios de Conclusão de Atividades e/ou Obras com Autorizações Ambientais.”

CONSIDERANDO que algumas das obras e/ou atividades com Autorizações Ambientais não vêm sendo devidamente acompanhadas pelos responsáveis técnicos e algumas delas não estão sendo executadas exatamente como previstas em projetos, bem como suas compensações ambientais, o que vem gerando grandes dificuldades à fiscalização ambiental do município de Botuverá – SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BOTUVERÁ - SC, por deliberação da maioria de seus membros, tendo em vista o Decreto Municipal nº 1742/2014 (Aprova

o Estatuto de Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Botuverá - SC),

RESOLVE:

Art. 1º. Os profissionais técnicos responsáveis pela elaboração e/ou acompanhamento de projetos, relatórios, laudos, censos e inventários florestais, condicionantes para a emissão de Autorizações Ambientais de atividades e/ou obras de intervenções em áreas de preservações permanentes – APP's e supressão/corte de vegetação nativa, ficam obrigados a apresentar Relatórios de Conclusão das atividades e/ou obras realizadas, que devem ser apresentados à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do município de Botuverá – SC imediatamente após a finalização das mesmas.

Art. 2º. O Relatório de conclusão deve ser simples, bastando descrever se as obras e/ou atividades foram realizadas como previstas, comprovando a compensação ambiental, quando aplicável, com fotos e assinado pelo profissional responsável técnico.

Art. 3º. Novas Autorizações Ambientais, com projetos de responsáveis técnicos que estão com relatórios pendentes, não serão emitidas.

§ 1o. Caso as atividades e/ou obras ainda não tenham sido finalizadas, deve ser apresentado um Relatório de andamento das mesmas.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Botuverá, 07 de abril de 2016.

ROGÉRIO COMANDOLLI  
Presidente

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### CONCURSO PÚBLICO 001/2016

#### AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO PARA CONCURSO PÚBLICO

Eu, ROMILDO TESKE, Prefeito de Braço do Trombudo, ordeno ao setor Administrativo que proceda a abertura de PROCESSO PARA CONCURSO PÚBLICO para recrutamento de Técnico de Enfermagem, Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar de Serviços Gerais Trab. Braçal, Pedreiro/Carpinteiro, Professor de História ensino fundamental II, Professor de Ciências ensino fundamental II, Professor de Inglês ensino fundamental I e II, Professor de Língua Portuguesa ensino fundamental II, Professor de ensino religioso ensino fundamental I e II, Professor de Educação Física ensino fundamental I, Pedagogo e Fiscal de Tributos, e designo a Comissão Municipal Coordenadora do Processo, nomeada através do Decreto Municipal nº 032/16 de 06/04/2016 para realizar os procedimentos referentes ao processo.

BRAÇO DO TROMBUDO, 08 de Abril de 2016.

ROMILDO TESKE

PREFEITO DE BRAÇO DO TROMBUDO

#### EDITAL DO PROCESSO PARA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, no uso de suas atribuições, faz saber, por este Edital, que realizará o PROCESSO PARA CONCURSO PÚBLICO e torna público que estão abertas as inscrições ao Processo para CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016, destinado a selecionar Técnico de Enfermagem, Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar de Serviços Gerais Trab. Braçal, Pedreiro/Carpinteiro, Professor de História ensino fundamental II, Professor de Ciências ensino fundamental II, Professor de Inglês ensino fundamental I e II, Professor de Língua Portuguesa ensino fundamental II, Professor de ensino religioso ensino fundamental I e II, Professor de Educação Física ensino fundamental I, Pedagogo e Fiscal de Tributos, o qual se regerá pelas normas deste edital e de acordo com o art. 37, IX da Constituição Federal, LEI COMPLEMENTAR Nº 008/99 de 17 de novembro de 1999, LEI Nº 313/99 de 09 de junho de 1999, LEI COMPLEMENTAR Nº 059/2007 para emprego Público e, Lei Complementar nº 97/2011.

A responsabilidade pelo assessoramento no processo de execução do referido processo será da Empresa: ADELAR JOSE TOLFO ME, com CNPJ nº 17.362.821/0001-70, situada na Rua José Bonifácio – 440, bela Vista, Ibirama/SC.

#### 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente PROCESSO PARA CONCURSO PÚBLICO será regido por este edital.

1.2 - Este PROCESSO PARA CONCURSO PÚBLICO far-se-á através de provas escritas contendo questões objetivas.

#### 2 – DOS CARGOS:

##### a) REGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 008/99 de 17 de novembro de 1999:

NOME DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	REMUNE-RAÇÃO MENSAL	Nº DE VAGAS
Técnico de Enfermagem,	40h	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de 2º Grau Técnico, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	R\$ 1.899,68	01
Auxiliar de Serviços gerais Trab. Braçal	44h	Certificado de Conclusão de Ensino Fundamental Séries Iniciais de 1ª a 4ª Série	R\$ 1.286,18	01
Pedreiro/Carpinteiro	44h	Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental séries iniciais de 1ª a 4ª série	R\$ 1.396,35	01

##### b) REGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR LEI Nº 313/99 de 09 de Junho de 1999:

NOME DO CARGO	CARGA HORARIA SEMANAL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	REMUNE-RAÇÃO MENSAL	Nº DE VAGAS
Fiscal de Tributos	40h	Portador de Certificado de conclusão de curso de Ensino Médio	R\$ 2.051,70	01

##### c) REGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 059/2007

NOME DO CARGO	CARGA HORARIA SEMANAL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	REMUNE-RAÇÃO MENSAL	Nº DE VAGAS	
Agente Comunitário de Saúde	40h	Portador de Certificado de Conclusão do ensino fundamental e residir na área de atuação.	R\$ 1.135,51	01	Micro Área 04
				01	Micro Área 08

##### d) REGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 97/2011

NOME DO CARGO	CARGA HORARIA SEMANAL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	REMUNE-RAÇÃO MENSAL	Nº DE VAGAS
---------------	-----------------------	--------------------------	---------------------	-------------



Pedagogo	40h	Formação Superior Completa em Pedagogia, Normal Superior ou Habilitação em Nível de Licenciatura Plena. Obrigatório: Pós Graduação, em Nível de Especialização na área de Pedagogia ou na área de Gestão Escolar com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas. Exigência de comprovação de experiência docente na Educação Básica, de no mínimo 2 (dois) anos.	R\$ 2.667,20	01
Professor História Ensino Fundamental II	15h	Formação Superior Licenciatura Plena	R\$ 1.000,20	01
Professor Ciências Ensino Fundamental II	15h	Formação Superior Licenciatura Plena	R\$ 1.000,20	01
Professor Inglês Ensino Fundamental I	40h	Formação Superior Licenciatura Plena	R\$ 2.667,20	01
Professor Inglês Ensino Fundamental II	15h	Formação Superior Licenciatura Plena	R\$ 1.000,20	01
Professor Língua Portuguesa Ensino Fundamental II	20h	Formação Superior Licenciatura Plena	R\$ 1.333,60	01
Professor ensino Religioso ensino Fundamental I e II	20h	Formação Superior Licenciatura Plena	R\$ 1.333,60	01
Professor Educação Física Ensino Fundamental I	20h	Formação Superior Licenciatura Plena	R\$ 1.333,60	01

2.1 - As fichas de inscrições serão numeradas em ordem numérica sequencial crescente.

2.2 - O candidato portador de necessidades especiais participará do CONCURSO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo da prova; à avaliação e aos critérios de aprovação e ao horário e local de aplicação da prova para todos os candidatos.

### 3 - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial das informações referentes a este CONCURSO PÚBLICO será feita através de publicação nos seguintes locais:

3.1 – No mural de publicações da Prefeitura Municipal de BRAÇO DO TROMBUDO, Praça da Independência, 25 – Centro, no site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

### 4 - DA INSCRIÇÃO

#### 4.1 - Período, Horário e Local

As inscrições serão efetuadas na Secretaria Municipal de Educação, Rua Bernardo Wetzel, 109 – Centro, BRAÇO DO TROMBUDO - SC, pessoalmente ou por meio de procuração, no período de 11/04/2016 a 11/05/2016, em dias úteis, das 8:30h às 11:00h e das 13h30min às 16h, com a Sr<sup>a</sup>. Janaína Elvira Seidler.

4.2 - Procedimentos para realizar a inscrição pessoalmente ou por meio de procuração, onde o candidato deverá:

a) Apresentar o comprovante de depósito bancário do valor da inscrição, e preencher todos os campos da Ficha de Inscrição, assinando a declaração de que conhece as exigências contidas neste edital e de que com elas concorda;

b) anexar ao requerimento de inscrição a fotocópia (frente e verso) de documento de identidade expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos, ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei nº 9.503/97, com fotografia). O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

c) entregar, no local da inscrição, a Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada.

4.2.1 - No caso de inscrição por procuração, deverá, ainda, ser anexado o instrumento de mandado (instrumento particular de procuração, com a qualificação do candidato e do procurador e a indicação dos endereços e fotocópias dos documentos de identidade de ambos), com fim específico para inscrição no presente Concurso Público. A procuração não necessita ser passada em cartório.

4.3 - Procedimentos para inscrição de portadores de deficiência:

4.3.1 - O candidato portador de deficiência deverá além de apresentar os documentos constantes no item 4.2, entregar ou remeter durante o período de inscrição ao Governo do Município de BRAÇO DO TROMBUDO atestado médico (original ou fotocópia autenticada) que comprove a espécie e o grau ou o nível da deficiência de que é portador, indicando, obrigatoriamente, a sua classificação pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que será juntado à Ficha de Inscrição.

4.4 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela Comissão de Concurso Público 01/2016, e publicação feita no Mural Público Municipal e via internet, no site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

4.5 – Das condições para inscrição:

- a) Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal nº 70.436;
- b) Ter 18 (dezoito) anos completos no mínimo, na data da contratação;
- c) Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no Edital;
- d) Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, fac-símile (fax), correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro modo que não o especificado neste Edital;
- e) O candidato é responsável pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou de não preenchimento de qualquer campo daquele documento;
- f) O candidato, ao preencher a Ficha de Inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para o Processo para CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016.

#### 4.6 - Homologação das inscrições:

A homologação das inscrições será divulgada no dia 18 de Maio de 2016, com divulgação prévia para dia 13 de maio de 2016, através de Mural Público Municipal e via internet, no site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br), após avaliação feita pela Comissão de Concurso Público 01/2016. Da não homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no item 11 deste Edital.

#### 5. DO VALOR E PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO

5.1. Para cargos de Nível Alfabetizado e Fundamental – R\$ 30,00

5.2. Para cargos de Nível Médio e Técnico – R\$ 50,00

5.3. Para cargos de Nível Superior – R\$ 80,00

5.4. Banco para depósito das inscrições:

Banco: Brasil

Agência: 3965-9

Conta: 75081-6

#### 6 - DAS INSCRIÇÕES DE CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

6.1 - Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição no CONCURSO PÚBLICO de que trata este Edital, podendo concorrer às vagas a elas reservadas, desde que haja compatibilidade entre as atribuições do emprego e a deficiência de que é portador, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999.

6.2 - As pessoas portadoras de necessidades especiais participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova e ao número mínimo de acertos exigidos para todos os candidatos e especificados neste Edital.

6.3 - Os candidatos portadores de necessidades especiais que necessitem de algum atendimento especial para a realização da prova, deverão fazer a solicitação POR ESCRITO, ao Governo do Município de BRAÇO DO TROMBUDO, pessoalmente ou por meio de procurador, na Prefeitura Municipal, Praça da Independência - 25, BRAÇO DO TROMBUDO - SC, no ato de inscrição, para que sejam tomadas as providências necessárias.

6.4 - O candidato portador de necessidades especiais deverá declarar no Requerimento de Inscrição que a deficiência é compatível com o exercício das atribuições do Emprego, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, e remeter ao Governo do Município de BRAÇO DO TROMBUDO, conforme item 4.3 deste Edital, Atestado Médico (original), contendo parecer descritivo do médico assistente do candidato, em receituário próprio, comprovando a deficiência, nos termos da CID-10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde da Organização Mundial de Saúde – 10ª revisão.

6.5 - Se aprovado e classificado para o provimento das vagas, o candidato portador de necessidades especiais será submetido à avaliação a ser realizada por Junta Médica Oficial designada especialmente para exames com fins adicionais, a fim de ser apurada a categoria de sua deficiência e a compatibilidade do exercício das atribuições do emprego com a deficiência de que é portador.

6.6 - Na hipótese de não compatibilidade do exercício das atribuições do emprego com a deficiência de que é portador, o candidato será eliminado do Concurso Público, abrindo vaga para o chamamento do próximo classificado na lista de aprovados para o respectivo emprego.

#### 7 - DO EMPREGO

7.1 - O pessoal contratado nos termos deste edital vincula-se como segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social.

7.2 - Com exceção do cargo de Agente Comunitário de Saúde que é regido pela CLT, todos os demais cargos são de regime estatutário.

#### 8 - DAS PROVAS

8.1 Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o conteúdo programático – Anexo IV deste Edital, para prova escrita e prova prática.

8.2 Prova Escrita (PE) objetiva, de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter classificatório e eliminatório, a ser

aplicada para todos os candidatos.

8.2.1 A prova escrita terá a pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante o cálculo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá 0,25 (vinte e cinco centésimos).

8.2.2 Serão considerados aprovados na Prova Escrita todos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

## 9 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

9.1 - A prova escrita será realizada no dia 22/05/2016, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 1 hora, com início para às 09h, nas dependências da Escola de Educação Básica Adolfo Böving, situada na Rua Leopoldo Joenck, nº 82, Centro, Braço do Trombudo/SC.

9.2 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

9.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que além do Cartão de Inscrição apresentar documento de identidade expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos, ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei nº 9.503/97, com fotografia). O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

9.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

9.5 - Não será permitida a entrada na sala de realização da prova de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início, salvo se acompanhado por Fiscal do CONCURSO PÚBLICO.

9.6 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.7 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão de Concurso Público 01/2016 do CONCURSO PÚBLICO do Governo do Município de BRAÇO DO TROMBUDO.

9.8 - Durante a realização da prova, não será permitida consultas de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

9.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na folha de respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

9.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na folha de respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do item 9.9 deste Edital.

9.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da folha de respostas.

9.12 - Será excluído do CONCURSO PÚBLICO o candidato que:

9.12.1 - comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao CONCURSO PÚBLICO.

9.12.2 - consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os expressamente permitidos no Edital.

9.12.3 - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do CONCURSO PÚBLICO.

9.12.4 - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.

9.12.5 - o candidato que não comparecer para realização da prova.

9.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

9.14 - O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da sala, o Caderno de Prova e a Grade de Respostas.

9.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao CONCURSO PÚBLICO nas dependências dos locais de aplicação da prova.

9.16 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos envelopes na presença dos candidatos.

9.17 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes, para fins de possíveis comprovações.

9.18 – A Prova para todos os candidatos será composta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (A, B, C, D, E), sendo: 08 (oito) questões de português, 08 (oito) questões de matemática, 08 (oito) questões de conhecimentos gerais, e 16 (dezesesseis) questões de conhecimentos específicos.

9.19 - Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados no mural de publicações da Prefeitura Municipal de BRAÇO DO TROMBUDO, Praça da Independência, 25 – Centro, e no site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br) no dia 23/05/2016 de forma.

9.20 – O candidato poderá interpor recurso contra o gabarito no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente a publicação do gabarito provisório.

9.21 - No dia 27/05/2016, a Comissão do Concurso Público publicará o gabarito definitivo.

## 10 - DA CLASSIFICAÇÃO

10.1 Ocorrendo empate na classificação final dar-se-á preferência pela ordem, ao candidato:

10.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

10.3 Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

10.4 O que tiver maior idade.

10.5 Persistindo o empate serão realizados sorteio, em ato público, em local e data anunciados no mesmo endereço das demais publicações.

10.6 O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 10.5, implicará sua desclassificação do Concurso Público.

10.7 No dia 27/05/2016 serão publicados as Notas Finais e Classificação Provisória;

10.8 A lista de classificação homologada pelo Prefeito Municipal será publicada no dia 02/06/2016, nos locais previstos no item 9.19 deste Edital.

## 11 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

11.1 - Os procedimentos para a interposição de recursos, o resultado decorrente da análise dos recursos e a homologação dos resultados finais do CONCURSO PÚBLICO serão divulgados de acordo com o disposto no item 3 deste Edital.

11.2 - O candidato poderá interpor recurso, mediante exposição fundamentada e documentada, referente:

11.2.1 - À inscrição não homologada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do Edital de homologação das inscrições.

11.2.2 - Aos resultados do Concurso Público, no prazo de dois (02) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do respectivo resultado.

11.3 - O recurso deverá ser apresentado por escrito, entregue e protocolado na sede do Governo do Município de BRAÇO DO TROMBUDO, sito a Praça da Independência, nº 25, BRAÇO DO TROMBUDO/SC.

11.4 - Os recursos relativos ao gabarito das questões deverão ser apresentados por escrito no mesmo local supra referido. Esses recursos deverão ser apresentados em duas vias de igual teor e forma. O candidato deverá indicar, na folha de rosto, a questão objeto do recurso e os seus demais dados de identificação, apresentando, em separado, as razões de recurso da questão contestada (sem identificação do recorrente nas razões). O candidato que recorrer de mais de uma questão deverá apresentar um formulário para cada questão. Não se conhecerá os recursos que não forem formulados por escrito e os que forem desprovidos de fundamentação.

11.5 - Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo e os que não contiverem todos os elementos necessários de acordo com o item 11.4, ou que tiverem sido interpostos de forma diferente da prevista neste Edital.

11.6 - Se da análise dos recursos resultarem anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos. Se resultar alteração de gabarito, a prova de todos os candidatos será corrigida conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

11.7 - Serão de caráter irrecorrível, na esfera administrativa, os resultados do CONCURSO PÚBLICO, após apreciação dos recursos e publicação das decisões finais.

## 12 - DO INGRESSO

12.1 - O ingresso dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o item 10 deste Edital.

12.2 - Requisitos para o ingresso: o candidato deverá entregar, na data do ingresso:

- 12.2.1 – Cédula de Identidade - RG (cópia);  
 12.2.2 - Certidão de nascimento "se solteiro" ou Certidão de casamento (cópia);  
 12.2.3 – CPF (cópia);  
 12.2.4 - Título de Eleitor (cópia);  
 12.2.5 - Comprovante da última votação (cópia) com certidão de quitação eleitoral;  
 12.2.6 - PIS ou PASEP (cópia);  
 12.2.7 - Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo;  
 12.2.8 – Carteira de trabalho "página da fotografia e verso" (cópia);  
 12.2.9 - Comprovante de quitação militar – Certificado de Reservista "se do sexo masculino" (cópia);  
 12.2.10 – Certidão de Antecedentes Criminais, expedida pelo Poder Judiciário (original) dos últimos cinco (5) anos;  
 12.2.11 – Exame médico admissional de boa saúde física e mental, expedido por Médico do Trabalho;  
 12.2.12 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral, dos últimos cinco anos, e certidão de quitação eleitoral.

12.2.12-1 Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista da união, do distrito federal, dos estados, dos territórios e dos municípios, bem como do não recebimento de proventos decorrentes da inatividade em cargos não-acumuláveis, e Declaração de confirmação de endereço conforme comprovante de residência ou atestado de residência;

12.2.13 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia)\*;

12.2.14 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia)\*;

\* Estes documentos são necessários somente para o cadastramento do salário-família, não são obrigatórios para ingresso na função.

12.3 - Os candidatos aprovados serão convocados através de divulgação no Mural Público Municipal, carta convocatória enviada para o endereço posto na inscrição e via internet no site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br) e, terão trinta (30) dias para se apresentarem junto ao Departamento de Recursos Humanos da Municipalidade situados na Praça da Independência nº 25, BRAÇO DO TROMBUDO/SC, bem como, para apresentarem os documentos e habilitações exigidas, para assinarem seus respectivos contratos.

### 13 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

13.1 O prazo de validade do CONCURSO PÚBLICO ao qual se refere este Edital será de dois (dois) anos, contado a partir da data de publicação da homologação de seu resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração.

### 14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Será eliminado do CONCURSO PÚBLICO o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

14.2 - Caso o candidato convocado para assumir a vaga não preencha os requisitos para o ingresso ou, por qualquer motivo, venha a desistir da vaga, o Governo do Município de BRAÇO DO TROMBUDO convocará o próximo candidato classificado, seguindo, rigorosamente, a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

14.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de CONCURSO PÚBLICO do Governo do Município de BRAÇO DO TROMBUDO, de acordo com a legislação vigente.

14.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Ficha de Inscrição ao CONCURSO PÚBLICO.

Anexo II - Requerimento Condição Especial para Realização de Provas.

Anexo III - Formulário de Recurso.

Anexo IV - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha e Prova Prática.

Anexo V – Descrição Sumária e Detalhada das Atividades Específicas e Habilitação Mínima.

Anexo VI – Tabela de datas

BRAÇO DO TROMBUDO/SC, 08 de Abril de 2016.

ROMILDO TESKE

Prefeito Municipal

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO	N.º DE INSCRIÇÃO: ( )
FICHA DE INSCRIÇÃO AO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016	
Nome do Candidato:	FOTO
Cargo Pretendido:	

## DADOS CADASTRAIS

Nome do Pai:

Nome da Mãe:

Data do Nascimento:

Naturalidade:

Estado:

N.º filhos:

Sexo:

Estado Civil:

Endereço Residencial:

N.º:

Cidade:

Estado:

CPF:

Fone:

Carteira de Identidade:

Órgão Expedidor:

Portador de Deficiência: Sim ( ) Não ( )

Tipo:

E-mail: Fone:

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta Ficha de Inscrição, bem como, pela veracidade da cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016 e todas as disposições nele contidas.

BRAÇO DO TROMBUDO/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do (a) Candidato (a)	Assinatura do recebedor/responsável
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO	N.º DE INSCRIÇÃO: ( )
FICHA DE INSCRIÇÃO AO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016	
Nome do Candidato:	FOTO
Cargo:	
Assinatura do(a) Candidato(a) Assinatura do(a) Recebedor/Responsável	



O Candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Ficha de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

## VIA DO CANDIDATO

## ANEXO II

## REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

\_\_\_\_\_, portador do documento de identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016 da Prefeitura Municipal de BRAÇO DO TROMBUDO, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme Item 4 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) ( ) Prova Ampliada

Fonte n.º \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

3) ( ) Leitura de Prova

4) ( ) Outra Necessidade

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

BRAÇO DO TROMBUDO/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do (a) Candidato (a)

## ANEXO III

## FORMULÁRIO DE RECURSO

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO.

Nome do Candidato(a)

N.º de inscrição:

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

( ) CONTRA o indeferimento da inscrição.

( ) CONTRA a formulação das questões e quesitos.

( ) CONTRA o resultado do gabarito provisório.

( ) CONTRA a pontuação atribuída na classificação provisória.

REFERENTE PROVA:

N.º da Questão:		Gabarito Provisório:		Resposta do Candidato:	
-----------------	--	----------------------	--	------------------------	--

Fundamentação do Recurso:

Obs.: Preencher a máquina ou digitar. Não serão aceitos recursos preenchidos a mão livre.

BRAÇO DO TROMBUDO/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do (a) Candidato (a)	Assinatura do Recebedor/Responsável
---------------------------------	-------------------------------------

## ANEXO IV

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA E PROVA PRÁTICA.

Conteúdos programáticos

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

CONHECIMENTOS GERAIS PARA NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR



Grandes eventos populares, Manifestações públicas, Corrupção, Atualidades, Cultura, Generalidades e conceitos do Brasil, Santa Catarina e do Mundo; História e Geografia Gerais Mundiais, História e Geografia do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Braço do Trombudo; Notícias publicadas na mídia escrita ou falada; o planeta terra, a terra no universo, o ar, origem e evolução, sistema solar, fenômenos da natureza, estados físicos da matéria, a célula, genética, teorias da evolução da vida. Raciocínio Lógico. Ecologia e meio ambiente.

#### LÍNGUA PORTUGUESA PARA NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

Interpretação de textos, Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, Classe, estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira, gêneros literários.

#### MATEMÁTICA PARA NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

Operações fundamentais. Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três simples e composta. Juros simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Grau. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico. Estatística.

#### CONHECIMENTOS GERAIS PARA NÍVEL EFUNDAMENTAL

Estudos Sociais do Brasil: localização, limites, população, regiões, estados e capitais. Estado de Santa Catarina: localização, limites, aspectos econômicos, municípios. Município de Braço do Trombudo: localização, limites, população, aspectos econômicos e história. Aspectos atuais: acontecimentos relevantes ocorridos em 2013, 2014 e 2015 no Brasil. Meio Ambiente.

#### LÍNGUA PORTUGUESA PARA NÍVEL FUNDAMENTAL

Compreensão e interpretação de texto. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Ortografia Oficial. Morfologia: classes de palavras, substantivo, artigo, adjetivo. Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. Fonética. Análise sintática.

#### MATEMÁTICA PARA NÍVEL FUNDAMENTAL

Conjunto dos números naturais: quatro operações fundamentais – soma, subtração, multiplicação e divisão - resolução de problemas sobre as quatro operações; Sistema de numeração decimal: números até milhão; Noções de: dúzia, arroba, metade, dobro, triplo, um quarto ou quarta parte, um terço ou terça parte; Medidas de: comprimento, superfície, massa, capacidade e tempo - transformações - problemas; velocidade; tempo; Número decimal: operações. Sistema Monetário Nacional - Real; Perímetro e área de quadrado e retângulo; Operações com frações; Operações com números decimais.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Noções de administração e organização dos serviços de saúde e de enfermagem. Procedimentos básicos da enfermagem. Técnicas, Tipos de Curativos, Administração de Medicamentos (dilução, dosagem, vias). Medidas de controle das doenças transmissíveis; doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis. Imunização: Conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contra indicações, doses, vias de administração), conservação de vacinas e soros (cadeia de frio). Esterilização: conceito, método de esterilização. Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: No controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, diabetes mellitus, traumatismos (distensão, entorses e fraturas). Primeiros Socorros. A inserção dos Serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética e Lei do Exercício Profissional. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Promoção da saúde e modelos de vigilância. Estratégia de Saúde da Família. Atuação nos programas do Ministério da Saúde. Educação em saúde. Conceito e tipo de imunidade. Programa de imunização. Doenças de notificação compulsória. Noções básicas sobre administração de fármacos: efeitos colaterais e assistência de enfermagem. Procedimentos técnicos de enfermagem. Assistência integral de enfermagem à saúde: da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso e saúde mental. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Biossegurança: conceito, normas de prevenção e controle de infecção. Classificação de artigos e superfícies ambulatoriais aplicando conhecimentos de desinfecção, limpeza, preparo e esterilização de material.

##### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Estratégia Saúde da Família-ESF; Sistema Único de Saúde; Atenção Básica; Programas do Ministério da Saúde; Saúde da mulher; Saúde da criança; Saúde do adulto; Saúde do idoso; Saúde Bucal; Estatuto do idoso; O trabalho do agente comunitário de saúde; Trabalho em equipe; Doenças sexualmente transmissíveis e não Transmissíveis; Doenças crônicas; Endemias, epidemias e pandemias; Vigilância epidemiológica; Vigilância sanitária; Meio Ambiente; Alimentação e Nutrição; Gestação; Pré-natal; Direitos da gestante e da nutriz; Cuidados básicos com o recém-nascido; Aleitamento materno; Dengue, chikungunya e a zika; Métodos contraceptivos; Imunização; Direitos da Criança; Critérios de Risco Infantil; Crescimento e Desenvolvimento; Doenças mais Comuns na Infância; Acidentes e Violência à Criança e a Mulher; Lei Maria da

Penha; Puberdade e Adolescência; Prevenção de Acidentes; Educação em saúde.

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS TRAB. BRAÇAL E PEDREIRO/CARPINTEIRO

Serviços auxiliares de limpeza, revisão de peças e lubrificação de máquinas, noções de pequenos concertos. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Destinação do lixo, reciclagem. Preservação ambiental. Poluição. Saneamento básico. Conhecimentos das ferramentas; Normas de segurança; Conhecimentos do sistema de metragem linear; Cubagem; conhecimentos dos materiais; Concretagem; Preparação de massas; Noções de assentamento de tijolos e carpintaria. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Prevenção de acidentes no trabalho. Equipamentos de segurança.

#### PEDAGOGO

História da Educação; Psicologia da Educação; Trabalho e Educação; Currículo; Avaliação da Aprendizagem; Alfabetização; Educação de Jovens e Adultos; Educação e Tecnologias; Legislação de Ensino; Parâmetros Curriculares Nacionais; Educação e Ludicidade; Educação Ambiental; Educação e Saúde; Sexualidade e Educação; Ética e Diversidade; Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar; Planejamento Educacional; Educação Inclusiva; História e Educação Pública; Linguagem, Poder e Práticas Educacionais; Educação e Cidadania.

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA ENSINO FUNDAMENTAL II

Tendências historiográficas: teorias, metodologias e conceituações. Os primeiros homens e seus modos de vida. As primeiras civilizações – Antiguidade Oriental e Ocidental (Grécia e Roma). Religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo. A transição da Antiguidade para a Idade Média. A sociedade feudal. A Igreja medieval. O Renascimento Comercial e Urbano. O Renascimento. Reforma e Contra Reforma. Iluminismo. As revoluções inglesa e francesa. A Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo. A Europa Entre Guerras e a ascensão dos regimes totalitários. A Segunda Guerra Mundial. A Guerra Fria. A crise do socialismo e a construção da Nova Ordem Mundial. A hegemonia norte-americana e o terror. As civilizações pré - colombianas. A invasão europeia e o confronto cultural. As modalidades de exploração da mão-de-obra indígena. História do Brasil: A organização das comunidades indígenas. A ocupação do território, a implantação do escravismo e a resistência negra. O papel da Igreja na colonização: missões e catequese. A organização socioeconômica das zonas aurífera e açucareira. A administração colonial. Entradas, Bandeiras e a ocupação do território. A Independência do Brasil. Política, sociedade e economia no Brasil imperial. O fim da monarquia. A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. A formação da classe operária brasileira. A República Velha. A Era Vargas. O retorno à democracia: Brasil de 1946 à 1964. O Governo JK. O Golpe de 1964 e a Ditadura militar no Brasil: sociedade, política e economia. A redemocratização: Do Governo Sarney ao governo Lula.

#### PROFESSOR DE CIÊNCIAS ENSINO FUNDAMENTAL II

Diversidade de Vida: A vida nos ecossistemas brasileiros, critérios de classificação dos seres vivos, classificação em cinco reinos e caracterização geral dos filos quanto às funções vitais e representantes mais característicos, cadeias e teias alimentares, impactos ambientais e extinção de espécie. Diversidade de materiais, materiais e suas propriedades, reações químicas: ocorrência, identificação e representação, elementos químicos, misturas, combinações, métodos de separação de misturas, estados físicos da matéria, mudanças de estado, o ar e suas propriedades e composição. Conservação e manejo dos solos: solos - formação, fertilidade e conservação, técnicas de conservação dos solos. Decomposição de materiais: ação de microrganismos na produção de alimentos, ação dos microrganismos na ciclagem da matéria. Qualidade de água e de vida: disponibilidade e tratamento de água, doenças de veiculação hídrica. Energia nos ambientes: transformações e transferências de energia, obtenção de energia pelos seres vivos. Evolução dos seres vivos: fósseis como evidências da evolução, a seleção natural, adaptações reprodutivas dos seres vivos. A dinâmica do corpo humano: sistemas do corpo humano e suas interações, funções de nutrição no corpo humano, Doenças infecciosas e parasitárias saúde preventiva. Sexualidade: reprodução humana: características e ação hormonal, métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, mudanças na adolescência. Interações com os estímulos do ambiente: drogas e sistema nervoso, luz e visão, produzindo e percebendo os sons. Universo: astros, sistema solar, o sol como fonte de energia (luz e calor), movimentos da terra e da lua e suas consequências.

#### PROFESSOR DE INGLÊS ENSINO FUNDAMENTAL I E II

Concepções sobre o ensino-aprendizagem de Língua Inglesa. Tendências Pedagógicas: métodos e abordagens de ensino (Grammar-Translation; The Audio-Lingual Method; Community Language Learning; Communicative Approach; Collaborative Learning). Interculturalidade e Interdisciplinaridade no ensino de Língua Inglesa. Compreensão e Produção de Textos em Língua Inglesa. Fonologia, Ortografia e Morfosintaxe. Artigos; substantivos (gênero, número, caso genitivo, composto "countable" e "uncountable"); Pronomes (pessoais retos e oblíquos, reflexivos, relativos); Adjetivos e pronomes possessivos, interrogativos, indefinidos, demonstrativos; Adjetivos e advérbio (ênfase nas formas comparativas e superlativas); preposições; Verbos (tempos, formas e modos: regulares, irregulares, "nonfinites", modais; formas: afirmativa, negativa, interrogativa e imperativa; forma causativa de "have", "question tags") "Phrasal verbs" (mais usados); Numerais; Discurso direto e indireto; grupos nominais; Períodos simples e compostos por coordenação e subordinação (uso de marcadores de discurso); Competências para ensinar/aprender. Reflexões e ações do professor de Língua Inglesa. Aspectos metodológicos teóricos e práticos ligados à abordagem do ensino-aprendizagem da língua inglesa.

#### PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA ENSINO FUNDAMENTAL II

Noções de cultura, arte e literatura. O texto literário e o não literário. Aspectos básicos do texto literário: denotação e conotação; principais recursos expressivos. Gêneros literários: lírico, narrativo/épico, dramático. Principais aspectos da versificação. Elementos estruturais da narrativa. Formas narrativas: crônica, conto e romance. Texto: condições de leitura e produção textual: a enunciação. Coesão e coerência textuais. Intertextualidade. Tipologia textual. Gêneros Textuais. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia. Sistema fonológico do português. Sistema ortográfico vigente. Morfosintaxe: classes de palavras. Formação de palavras. Morfologia nominal. Morfologia verbal. Morfologia pronominal. Processos sintáticos: subordinação e coordenação. Constituintes da oração e orações no período.

Frase e discurso. Valores semântico-sintáticos dos conectivos. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Colocação dos termos na frase. Emprego do acento da crase. Normas de pontuação.

#### PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO ENSINO FUNDAMENTAL I E II

Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental: conhecimento religioso; Ensino Religioso nos ciclos. O Ensino Religioso nas leis de ensino a partir da concepção religiosa; currículo: pressupostos; objetivos; interdisciplinaridade; concepção; correlação da disciplina na área de conhecimento da educação religiosa; metodologia e didática; avaliação. Ética. Respeito mútuo. Justiça. Solidariedade. Diálogo. Desenvolvimento moral. Caracterização histórica das tradições das grandes religiões (hinduísmo, budismo, judaísmo, cristianismo e islamismo) nos seguintes registros: crenças, livros sagrados, lugares sagrados e de oração, gestos e ritos, festas religiosas, fundadores, organização institucional, valores éticos, símbolos sagrados. Bíblia Sagrada.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO FUNDAMENTAL I

A Educação Física no currículo escolar. A história da Educação Física. Métodos e técnicas da Educação Física. Didática específica da Educação Física. Educação Física e Aprendizagem social. Educação Física e contexto social. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal. Educação Física Escolar, crescimento e desenvolvimento: diferentes abordagens. Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Recreação e lazer: conceito e finalidades. Fisiologia do exercício. A Educação Física e os parâmetros curriculares.

#### FISCAL DE TRIBUTOS

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Legislação Tributária do Município de Braço do Trombudo: Lei Orgânica Municipal. Finanças Públicas; Código Tributário Municipal; Tributos de competência do Município: IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial; ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: Das Taxas; Da Contribuição de Melhorias; Das Normas Gerais Tributárias; Processo Administrativo Fiscal; Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica; Crimes Contra a Administração Pública – (artigos 312 ao 327). Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/2006 e alterações). Nota Fiscal Eletrônica; prazos para pagamento dos tributos.

DIREITO TRIBUTÁRIO: Normas gerais de direito tributário: conceito, espécies de normas tributárias, vigência, aplicação, interpretação, integração. Princípios constitucionais tributários. Tributos: conceito, natureza jurídica, classificação e espécies de tributos. Competência tributária e limitações do direito de tributar. Legislação tributária: alcance da expressão, matéria disciplinada por lei e por normas complementares. Obrigação Tributária: fato gerador; sujeito ativo e sujeito passivo, solidariedade; capacidade tributária; responsabilidade tributária. Crédito Tributário: constituição; modalidades de lançamento; suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias do crédito tributário; conceito, privilégios, preferências e fiscalização do crédito tributário. Prescrição e Decadência. Dívida Ativa. Sigilo Fiscal.

DIREITO CONSTITUCIONAL – Da Constituição: conceito, objeto, elementos e classificação; supremacia da constituição. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Princípios fundamentais constitucionais. Poder constituinte: poder constituinte originário e derivado; limites ao poder de emenda. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais; direitos sociais. Das garantias constitucionais. Organização do Estado e dos poderes: Organização político-administrativa; União, Estados, Municípios e Distrito Federal; repartição de competências. Poder legislativo: Congresso Nacional, suas casas legislativas e funções; comissões parlamentares de inquérito, Tribunais de Contas. Processo legislativo: conceito, classificação; processo legislativo ordinário e espécies normativas. Poder executivo: Presidente e Vice-Presidente da República; modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República; Ministros de Estado. Poder Judiciário: órgãos, composição dos Tribunais; funções e garantias do Poder Judiciário. Ministério Público: posicionamento constitucional, princípios, funções e garantias do Ministério Público. Controle de Constitucionalidade. Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica; das propriedades na ordem econômica; sistema financeiro nacional. Ordem social: da seguridade social; saúde, previdência e assistência social.

DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito e fontes do Direito Administrativo. Regime jurídico administrativo. A Administração Pública: conceito. Poderes e deveres do administrador público.

Conceito, formação, elementos, atributos e classificação. Mérito do ato administrativo. Serviços Públicos: conceitos: classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Servidores públicos: normas constitucionais; regime jurídico, cargos públicos; espécies, formas de provimento e vacância; acesso aos cargos, empregos e funções públicas; estabilidade, aposentadoria e pensão; Responsabilidade do servidor público: princípios de natureza ética com estatuta constitucional; moralidade e improbidade administrativa; Contrato de Gestão. Convênio. Consórcio. Bens Públicos; conceito, classificação e uso dos bens públicos;

#### ANEXO V

#### DESCRIÇÃO SUMÁRIA E DETALHADA DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS E HABILITAÇÃO MÍNIMA.

NOME DO CARGO	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Técnico de Enfermagem	Compreende os cargos que se destinam a executar, sob supervisão, tarefas técnicas de enfermagem, atendendo às necessidades de pacientes e doentes. Assistir ao enfermeiro; no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; na prestação de cuidados de enfermagem a pacientes em estado grave; na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica; na prevenção e no controle sistemático da infecção ambulatorial; na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde; participação nos programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; participação nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho. Compreende o conjunto de atribuições que se destinam a exercer atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de enfermagem; executar outras atribuições afins.

Agente Comunitário de Saúde	exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção de saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias individuais ou coletivas e tem por atribuições: servir de elo de ligação entre a comunidade e os serviços de saúde; identificar situações de risco individual e coletivo; promover a educação para a conquista da saúde; acompanhar e encaminhar pessoas com agravo de saúde às unidades de saúde; notificar aos serviços de saúde as doenças que necessitam de vigilância; efetuar o cadastramento das famílias da comunidade; estimular a participação comunitária; analisar, com os demais membros da equipe, as necessidades da comunidade; preencher os formulários dos sistemas de informações pertinentes ao Programa de saúde da Família; atuar no controle das doenças epidêmicas; participar das ações de saneamento básico e melhoria do meio ambiente; acompanhar as condições de saúde das crianças, prioritariamente até os 5 anos de idade, e gestantes; incentivar a vacinação; estimular o aleitamento materno; executar o controle de doenças diarreicas; prevenir doenças respiratórias; prestar orientações sobre cuidados de higiene, executar tarefas afins.
Auxiliar de Serviços gerais Trab. Braçal	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade abrangendo trabalhos braçais e outras atividades correlatas.
Pedreiro/Carpinteiro	Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos de construção civil em alvenaria, concreto, madeira e outros materiais, e outras atividades correlatas.
Professores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino.</li> <li>- Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola.</li> <li>- Zelar pela aprendizagem dos alunos.</li> <li>- Preparar as aulas, definindo metodologias de ensino, criando atividades de acordo com o conteúdo e objetivos, pesquisando, analisando e selecionando material didático e para-didático, dentro da legislação educacional vigente.</li> <li>- Ministrar aulas, relacionando os conteúdos às diversidades pessoais e regionais dos alunos, bem como orientar os alunos no processo de construção da leitura, escrita, conceitos de ciências naturais, noções de tempo e espaço, atividades artísticas, corporais, entre outras, de acordo com a legislação educacional vigente.</li> <li>- Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.</li> <li>- Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos, dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino-aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos.</li> <li>- Planejar o curso de acordo com as diretrizes educacionais, estabelecendo conteúdos mínimos por série, atividades periódicas, cronograma, estratégias, entre outros a fim de ajustar o mesmo com o Projeto Político Pedagógico.</li> <li>- Definir critérios e avaliar os alunos, acompanhando o trabalho diário, aplicando instrumentos diversos de avaliação, refletindo sobre aspectos qualitativos e quantitativos, participando de reuniões de conselho de classe, corrigindo trabalhos, a fim de poder acompanhar as etapas do desenvolvimento perceptivo-motor dos mesmos.</li> <li>- Organizar eventos e/ou atividades sociais, culturais e pedagógicas, traçando os objetivos do evento, preparando roteiros e instrumentos para registro, instruindo os alunos a participar, bem como solicitando autorização da direção da escola para a realização do mesmo.</li> <li>- Elaborar e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins, através de pesquisas e plano de ação, de modo a atender as normas preestabelecidas.</li> <li>- Manter atualizado no diário de classe, os registros escolares relativos às suas atividades específicas, bem como as ocorrências e ou informações prestadas aos pais e à Coordenação Pedagógica e Direção.</li> <li>- Participar de cursos encontros, seminários, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional, bem como de Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas, entre outros.</li> <li>- Participar dos processos de eleição desencadeados na unidade escolar, conselhos de classe, bem como realizar atividades relacionadas com serviço de apoio técnico.</li> <li>- Manter permanentemente contato com pais e alunos, juntamente com a coordenação, de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno.</li> <li>- Planejar e implementar a recuperação paralela garantindo ao aluno novas oportunidades de aprendizagem estabelecendo estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento.</li> <li>- Conhecer e respeitar as leis constitucionais da Educação e as normas da unidade escolar, com o intuito de cumprir com a legislação vigente.</li> <li>- Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis.</li> <li>- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado.</li> <li>- Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.</li> <li>- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.</li> <li>- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação.</li> <li>- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.</li> </ul>



Pedagogo	Assessorar o Diretor da Unidade Sócio-Educativa em todas as ações pedagógicas; Estabelecer linhas de comunicação, de forma que o corpo docente escolar tome conhecimento do andamento de todas as atividades das Unidades Sócio-Educativas, com vistas à sistematização de toda a ação Sócio-educativa; Participar da elaboração do currículo da Unidade Escolar em consonância com as diretrizes da Unidade Sócio-Educativa, na integração do adolescente, desenvolvendo, quando necessário, trabalhos junto às famílias; acompanhar, apoiar e orientar, sempre que solicitado, a execução do currículo; participar do processo de orientação para o trabalho, nos casos em que este se realizar dentro ou fora das Unidades; viabilizar o processo de integração e interação entre a Unidade Escolar e a Unidade Sócio-Educativa, a fim de criar espaço comum de troca e crescimento recíproco; buscar a atualização constante, visando uma prática mais competente, no estudo dos casos dos adolescentes em conflito com a lei; produzir e analisar, em conjunto com a Direção da Unidade Escolar em consonância com as diretrizes da Unidade Sócio-Educativa, gráficos ou qualquer outro instrumento que possam traduzir o desempenho individual e coletivo, no que concerne à sua área de atuação; promover, junto com a Direção da Unidade Escolar em consonância com as diretrizes da Unidade Sócio-Educativa, a articulação das disciplinas que compõem o conjunto de conhecimentos de cada uma das oficinas profissionalizantes; manter registro atualizado das ofertas de oficinas profissionalizantes, frequência e desempenho dos adolescentes matriculados; Matricular todos os adolescentes na Escola Regular e nas oficinas profissionalizantes, conforme orientação das Coordenadorias; solicitar comprovante da vida escolar do adolescente, encaminhando-o à Escola Regular; elaborar e participar de treinamentos e capacitação de pessoal, no âmbito de sua competência; organizar, em conjunto com a Unidade Escolar em consonância com as diretrizes da Unidade Sócio-educativa, a grade curricular e os horários das oficinas profissionalizantes; participar das reuniões interdisciplinares; assessorar no planejamento do plano pedagógico da educação municipal; propor medidas visando ao desenvolvimento dos aspectos qualitativos do ensino; participar de projetos de pesquisa de interesse do ensino; participar na elaboração, execução e avaliação de projetos de treinamento, visando à atualização do Magistério; integrar o colegiado escolar, atuar na escola, detectando aspectos a serem redimensionados, estimulando a participação do corpo docente na identificação de causas e na busca de alternativas e soluções; participar da elaboração do Plano Global da escola, do Regimento Escolar e das Grades Curriculares; participar da distribuição das turmas e da organização da carga horária; acompanhar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; participar das atividades de caracterização da clientela escolar; participar da preparação, execução e avaliação de seminários, encontros, palestras e sessões de estudo, manter-se atualizado sobre a legislação do ensino, prolatar pareceres; participar de reuniões técnico-administrativo-pedagógicas na escola e nos demais órgãos da Secretaria Municipal de Educação; integrar grupos de trabalho e comissões; coordenar reuniões específicas; planejar, junto com a Direção e professores, a recuperação paralela de alunos; participar no processo de integração família-escola-comunidade; participar da avaliação global da escola; exercer função de Diretor ou Vice-Diretor, quando nela investido.
Fiscal de Tributos	Fiscalizam o cumprimento da legislação tributária, constituem o crédito tributário mediante lançamento; controlam a arrecadação e promovem a cobrança de tributos, aplicando penalidades; analisam processos administrativos; controlam a circulação de bens, mercadorias e serviços; atendem e orientam contribuintes e, ainda, planejam, coordenam e dirigem órgãos da administração tributária. Exercer a fiscalização nas empresas e concessões públicas, fazendo notificações, autuações, registrando e comunicando irregularidades, efetuar levantamentos fiscais nos estabelecimentos sujeitos a tributação municipal, orientando os contribuintes quanto a legislação tributária municipal, inclusive quanto ao exercício regulador do poder da polícia; intimar contribuintes ou responsáveis, lavrando autos de infração; proceder diligências, prestar informações e emitir pareceres; elaborar relatórios e boletins estatísticos, prestando informações em processos relacionados com sua área de competência; auxiliar em estudos visando o aperfeiçoamento e atualização dos procedimentos fiscais; executar outras atividades afins com sua área de competência

#### ANEXO VI TABELA DE DATAS

DESCRIÇÃO	DIA - PERÍODO
Inscrições	11/04/2016 a 11/05/2016
Divulgação provisória das inscrições	13/05/2016
Homologação das Inscrições	18/05/2016
Realização das Provas	22/05/2016
Divulgação dos gabaritos das Provas	23/05/2016
Divulgação dos gabaritos definitivos	27/05/2016
Publicação do resultado final e classificação provisória	27/05/2016
Divulgação da lista definitiva da classificação final homologada pelo Prefeito Municipal	02/06/2016

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2015

Número do Registro de Preços: 37/2015		Data do Registro: 03/11/2015		Válido até: 03/11/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para contratações de serviços de lavação dos veículos e máquinas da frota do município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de lavação completa de veículos linha leve (automóveis): limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. (Uno, Celta, Palio, Gol, Corsa, SpaceFox, Fluence, Strada, Saveiro e Ipanema). (16956)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	26,0000	1
2	Serviço de lavação completa de veículos linha leve (automóveis): limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (Uno, Celta, Palio, Gol, Corsa, SpaceFox, Fluence, Strada, Saveiro e Ipanema). (16957)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	36,0000	1
3	Serviço de lavação completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi): limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. (16958)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	33,0000	1
4	Serviço de lavação completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi): limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (17039)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	43,0000	1
5	Serviço de lavação completa de veículos (Sprinter e master): limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. (17040)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	43,0000	1
6	Serviço de lavação completa de veículos (Sprinter e master): limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem com motor. (17041)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	53,0000	1
7	Serviço de lavação completa de veículos (micro ônibus e caçamba toco): limpeza completa interna e externa. (17042)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	70,0000	1
8	Serviço de lavação completa para caminhão caçamba truck: limpeza completa interna e externa. (17043)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	90,0000	1
9	Serviço de lavação completa para caminhão pipa: limpeza completa interna e externa. (17044)	UND	LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	80,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2015**

Página: 2/3

**Número do Registro de Preços: 37/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para contratações de serviços de lavação dos veículos e máquinas da frota do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Serviço de lavação completa para máquinas pesadas: limpeza completa interna e externa. (17045)	UND	LAVACÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA (8918)	KISLA	0	133,0000	1



Página: 3/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2015**

Número do Registro de Preços: 37/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para contratações de serviços de lavagem dos veículos e máquinas da frota do município de Braço do Trombudo.

Item		Descrição	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
		Especificação						

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2015**

**PROCESSO Nº 56/2015**

(8918) - LAVAÇÃO MACHADO DE KISLA DE SOUZA

Braço do Trombudo, 3 de Novembro de 2015.

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 657/2016

PORTARIA Nº 657/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. SONIA REGINA BONONOMI SCHINDLER, matrícula nº 19674-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 29/03/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 29/03/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de março de 2016.

Cristiano Bittencourt  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 101/2016

PORTARIA Nº 101/2016, de 14 de janeiro de 2016.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 14/2014 – referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 01/2014 e dá outras providências.”

O Contador da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no Decreto 7735/2016.

#### RESOLVE

Considerando, feriado ocorrido em 12/10/2015 ( Nossa Senhora Aparecida) e 02/11/2015 ( finados);

Considerando, período de férias da indiciada e seus procuradores, bem como Comissão;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora desfavor da servidora BERNADETE FELÍCIO, brasileira, portadora do CPF nº 495.246.409.10, RG nº 1.408.103-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e trabalhando atualmente na Unidade Básica de Ponta Russa como enfermeira coordenadora, mat. 1668.3-02, nomeada pela portaria nº 1562/2014, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ Despacho - datado de 17 de outubro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, bem como através do memorando nº 026/2014 encaminhado pelo Gabinete do Prefeito de 13/10/2014, onde em tese a indiciada em horário de expediente foi flagrada deitada sobre duas cadeiras deixando de atender os que procuravam o serviço público na unidade de saúde.

Ensejando, a aplicação do disposto nos artigos 174, incisos I, VI, , VI e art. 175, incisos XII, XIX, bem como art. 188, V, todos da Lei complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de janeiro de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT  
contador c/ base no Decreto 7735/2016

### PORTARIA Nº 286/2016

PORTARIA Nº286/2016 de 08 de fevereiro de 2016.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2273/2014 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 40/2014 e dá outras providências.”

O Contador da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no Decreto 7735/2016.

#### RESOLVE

Considerando, as férias do indiciado e seu procurador, bem como da Comissão Processante;

Considerando, que o acúmulo de serviço por parte de autoridades superiores.

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor do servidor BRUNO RAGNINI FLORES, ocupante do cargo em provimento efetivo de motorista – Lotado na Secretaria de Saúde, portador do CPF nº 009.836.479-09, Mat. 72831.4, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ memorando 338/2014 encaminhado pela Secretaria de Saúde, bem como pelo despacho do Departamento de Recursos Humanos, datado de 09 de setembro de 2014, onde em tese o referido servidor: a) - não vem cumprindo com a assiduidade no horário de trabalho, dever do servidor público conforme prevê o inciso II, artigo 174, da LC 147/2009; b) Vem se ausentando do local de trabalho sem a devida autorização de sua chefia imediata, ação proibida e que se verifica no inciso I do art. 175 da Lei Complementar 149/2009; c) O servidor não vem cumprindo com o horário de trabalho, apresentando-se com atraso quase diário e se ausentando sem prévia autorização da chefia imediata, vem afetando os serviços prestados pela Unidade Básica de Saúde, deixando enfermeiros e médicos a espera do servidor para realizar as tarefas programadas para o dia. Em desacordo com artigos: Incisos I, II e III, VII, do artigo 174; Inciso I do art. 175 e art. 188, II, III e VI, todos da Lei Complementar 147/2009 .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 06 de fevereiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de fevereiro de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT  
Contador c/ base no Decreto 7735/2016

**PORTARIA Nº 729/2016**

PORTARIA Nº 729/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. FERNANDA SCARLET NASGUEWEITZ TOTTENE, matrícula nº 892386-3, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 16/03/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de Abril de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**DECRETO Nº. 7.759, DE 29 DE MARÇO DE 2016**

DECRETO Nº. 7.759, DE 29 DE MARÇO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20 da lei nº 3.948 de 18.12.2015, a Lei nº 3.910 de 04.09.2015, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde em vigência, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.06.01 Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 50.000,00

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.20 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 50.00,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.06.01 Serviços de Saúde – Vigilância em Saúde

VALOR R\$ 50.000,00

010.0305.105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.38.20 Transferência do Sistemas Único de Saúde SUS/União – Vigilância Epidemiológica e Ambiental

VALOR R\$ 50.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 29 de março de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de março de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador Geral do Município

IVONIR ZANATTA WEBSTER

Secretária Municipal de Saúde

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe Gabinete do Prefeito

**EDITAL Nº 002/2016 - HOMOLOGAÇÃO**

EDITAL Nº 002/2016

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 002/2016

1. O Contador da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 002/2016, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 002/2016 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 08 de abril de 2016, no site da Prefeitura Municipal da Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 002/2016, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 08 de abril de 2016.

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**EDITAL Nº 002/2016 - RESULTADO FINAL**

Edital nº 002/2016

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 002/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de MÉDICO e ENFERMEIRO, conforme segue:

**MÉDICO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA
01	ROBERTA ZANATTA WEBSTER	9,5
02	PAULA ZANATTA WEBSTER	9,5
03	VICTOR AUGUSTO MENDES G. THOMÉ	9,5
04	LOUISE HEIL ZENDRON	8,5

05	THAUANA IZANFAR GONÇALEZ	8,0
06	BETTINA AUGUSTA KLOSER FUGANTI	8,0
07	TIAGO LUAN BRANCHI	7,5
08	VANESSA BEIFUSS	7,0
09	JAQUELINE MAFFEZZOLLI DA LUZ	7,0
10	LUIS AUGUSTO LUCHTENBERG	6,5
11	FRANCINNE VITORIA SILVA	6,5
12	FRANCIELI ZANATTA DANIEL	6,5
13	ROSA CREPPAS	6,0
14	VANESSA NOLA MARCON	5,5
15	LUCIANA CRISINA CAGO CHAVES	5,0
-	GUSTAVO HENRIQUE G. COUTINHO	4,5
-	MARIANA TREVISAN DE VARGAS	3,5
-	CELSO LUIZ FARRAPO JUNIOR	ausente
-	RAFAEL ABUJAMRA ALVES PINTO	ausente

## ENFERMEIRO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA
01	LAISA JANTSCH BANDEIRA	8,5
02	PÂMELA GARCIA VOGELBACHER	8,5
03	JUCILANE M. Z. DO AMARAL	7,5
04	ELIONES SANDRA MAZO	7,5
05	GABRIELA PAIM	7,5
06	JOSIANE BARRETO SCARDOELLI	7,0
07	EDELMARSON BARNASCO	7,0
08	KAMILLA BARROSO DE MATTOS	7,0
09	SÔNIA MARIA KUHN RAMALHO	6,5
10	CONSUELO MARIA F. DE VILLA MARTIN	6,5
11	ARIANE BEATRIZ COSTA	6,5
12	JOHNY CARNEIRO MARTINS	6,5
13	ALINE STURMER FRIZZO	6,5
14	KETHYLEN PAIVA FUZETA	6,5
15	FERNANDA BACKES	6,5
16	MAGDA APARECIDA DA SILVA SCHNEIDER	6,0
17	TELMA ZANFERARI	6,0
18	MICHELLE RIEGER DE PAULA	6,0
19	PAULO NADER	6,0
20	VIVIANE STAPASSON VANTZEN	6,0
21	EUGEANI FUNDCHELLER	5,5
22	ANA PAULA FINCKER NADER	5,5
23	SHIRLEI ALVES CAMPOS	5,5
24	VANESSA AMORIM SANTOS	5,5
25	BRUNA RAMOS DA SILVA DROIQUE	5,5
26	TAISA CAROLINA TODERO	5,5
27	ANTONIA EDINETE Q.DE MELO PITELLA	5,5
28	LUCIANA REINERT SILVEIRA	5,0
29	VANDERLEI FIRMO GOMES	5,0
30	JANAINA RAIMONDI LEANDRO	5,0
31	VANDA DE OLIVEIRA CABRAL	5,0
32	CARLA DIAS SANTOS	5,0
33	CAMILA LEMOS SILVA BRITTO	5,0
34	AMANDA CAROLINE SALES	5,0
-	JANETE BITTELBRUNN	4,5
-	ADRIANO BAYER FAMARIN	4,5
-	KARLA YOLANDA DE DEUS PACÍFICO	4,5
-	PATRICIA SERPA DE OLIVEIRA POLHEIM	4,5
-	ALINE DAYANE ALVES PUFE	4,5
-	KEILA FERNANDA PAIVA FUZETA	4,0
-	SANDRA RAQUEL NASCIMENTO	3,5

-	DINAMAR DE SOUZA FRONER	3,5
-	PRISCILA BARBOSA RIGAUD NEVES	3,5
-	MARISTELA MORANDI	3,0
-	SALETE AURORA DE ARAÚJO SOARES	2,5
-	RODRIGO PEREIRA SERVA	ausente
-	ELAINE BATISTA DE A. MOURENCIO	ausente
-	LETICIA OLIVEIRA DOS SANTOS	ausente
-	IGLAIR PEREIRA DOS SANTOS	ausente
-	CAMILA SHRAMM VISCONTI	ausente
-	ELIZABETH DO S. PEREIRA TAVARES	ausente
-	KENIA REGINA ROSA	ausente
-	ELISABETH FREITAS FIGUEREDO	ausente
-	PATRICIA RAMALHO DE CARVALHO	ausente
-	HEDJANE SA DA SILVA	ausente
-	CIBELLE KAROLINA TORRES COUTINHO	ausente
-	SARAH MARIA CABRAL DE OLIVEIRA	ausente

Brusque, 08 de abril de 2016.  
JOEL CESAR SCHWAMBERGER  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 10.661**

PORTARIA nº 10.661, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

Substitui membros representantes de entidades não governamentais no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Portaria 8977, de 13 de fevereiro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros representantes de entidades não governamentais no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, conforme segue:

I – Marcos André Maestri por Tânia Mara Coelho, representante da Associação de Pais e Voluntários dos Atletas Especiais de Brusque – APVAEB;

II – Sandra Helena de Almeida por Flávia de Brito Souza, representante do Núcleo de Assistentes Sociais – ACIBr.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de março de 2016  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.662**

PORTARIA nº 10.662, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

Substitui membros representantes da Procuradoria Geral do Município no Conselho Municipal do Idoso – CMI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Portaria 10327, de 02 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros representantes da Procuradoria Geral do Município no Conselho Municipal do Idoso – CMI:

Titular: Aurinho Silveira de Souza  
Suplente: Danyelle Brem Moraes

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de março de 2016  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.663**

PORTARIA nº 10.663, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

Substitui membros representantes de órgãos governamentais no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CONMPDEC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Portaria 10321/2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Substituir membros titulares, representantes de órgãos governamentais no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CONMPDEC, conforme segue:

I - Representante da Secretaria de Saúde:

Titular: Marcos André Maestri

II – Representante da Secretaria de Trânsito e Mobilidade:

Titular: Carlos Cesar Ramos

III – Representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA:

Titular: Paulo da Silveira Mayer

IV – Representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação:

Titular: Indira Bluning

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de março de 2016  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.664**

PORTARIA nº 10.664, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

Substitui membros representantes de entidades governamentais e não governamentais no Conselho Municipal de Esporte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Substituir membros representantes de entidades governamentais e não governamentais no Conselho Municipal de Esporte, conforme segue:

#### **ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:**

I – 02 (dois) representantes da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE:

Titular: Delmar Alberto Tondolo

Suplente: Alexandre Melzzi Witkowski

Titular: Marcel Laurence Paza

Suplente: Gerson Luiz Morelli

II – 01 (um) representante da Secretaria de Saúde:

Titular: Luiz Fantini

Suplente: Marcos André Maestri

#### **ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:**

I – 01 (um) representante das Associações Paradesportivas e/ou entidade representativa de pessoas com deficiência:

Titular: Maria Lucelia Joenk

Suplente: José Ribamar Arruda de Almeida

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de março de 2016  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.665**

PORTARIA nº 10.665, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

Substitui membros representantes de entidades governamentais no Conselho Municipal de Educação – COMED, nomeados por meio das Portarias nºs 10.012, de 18 de maio de 2015, e 10.268, de 24 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Substituir membros representantes de entidades governamentais no Conselho Municipal de Educação:

I – Tatiane Leite Dalabrida por Mara Cristina Hupples, membro suplente, representante da Secretaria de Educação do Município;

II – Elisabete Gomes Nazario por Deise Freitas de Oliveira Pereira, membro suplente, representante dos Professores da Educação Especial da Rede Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de março de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 10.666**

PORTARIA nº 10.666, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

Substitui membros representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação, e do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, nomeados pela Portaria nº 10.037, de 22 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir membros representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação, e do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, nomeados pela Portaria nº 10.037, de 22 de maio de 2015, conforme segue:

I – Representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação:

Titular: Aldrin Andrade

Suplente: Indira Bluning

II – Representantes do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE:

Titular: Ademir Bernardino da Silva

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de março de 2016

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.667**

PORTARIA nº 10.667, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

Substitui membros representantes da Secretaria de Saúde e da Associação de Pais e Voluntários dos Atletas Especiais de Brusque – APVAEB no Conselho Municipal de Saúde - COMUSA, nomeados pela Portaria nº 10.388, de 18 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir membros representantes da Secretaria de Saúde e da Associação de Pais e Voluntários dos Atletas Especiais de Brusque – APVAEB no Conselho Municipal de Saúde - COMUSA, nomeados pela Portaria nº 10.388, de 18 de novembro de 2015, conforme segue:

I – Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Beatriz Pereira Kusten

Suplente: Marcos André Maestri

II – Representantes da Associação de Pais e Voluntários dos Atletas Especiais de Brusque – APVAEB:

Titular: Nilvado Schmidt

Suplente: Marcos Eduardo Maestri

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de março de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.780**

PORTARIA nº 10.780, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Servente de Serviços Gerais, ocupado pela servidora ANA MARIA DE SOUZA DE ALMEIDA, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 41, inciso V da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.781**

PORTARIA nº 10.781, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Agente de Serviços Especiais, ocupado pela servidora MARIA ELENA FUCHNER RECH, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 41, inciso V da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.782**

PORTARIA nº 10.782, DE 31 DE MARÇO DE 2016.  
Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Maria Luiza Afonso do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, Chefe Operacional, lotada na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.783**

PORTARIA nº 10.783, DE 31 DE MARÇO DE 2016.  
Altera lotação de servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação do servidor Pablo Rodrigo Venske, ocupante do cargo em comissão de Chefe Operacional na Fundação Ecológica e Zoobotânica, para o Procon de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.784**

PORTARIA nº 10.784, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa, relativo ao contrato nº 119/2013 – Pregão nº 138/2013, e Contrato nº 051/2015 – Pregão nº 003/2015, firmado entre o Município de Brusque e a empresa TPA Telecomunicações Ltda., e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea c do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando o exposto no Memorando nº 081/2016, datado de 28 de março de 2016, expedido pela Secretaria de Orçamento e Gestão,

RESOLVE:

Art. 1º Criar COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE DESPESA, relativa aos contratos nº 119/2013/ Pregão nº 138/2013, nº 051/2015/Pregão nº 003/2015, afeta à empresa TPA Telecomunicações Ltda., C.N.P.J. nº 02.25.187/0001-08, referente prestação de serviços de internet.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo tem por finalidade acompanhar e propor ações para pagamento da despesa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores, lotados na Secretaria de Orçamento e Gestão:

- Alison Tadeu Brentano
- Edson Moser
- Maurino Casagrande

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2016.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.785**

PORTARIA nº 10.785, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa, relativo ao contrato nº 075/2014, firmado entre o Município de Brusque e a empresa DAIMLER-CHRYSLER DO BRASIL LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea c do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando o exposto no Memorando nº 035,



datado de 07 de março de 2016, expedido pela Secretaria de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Criar COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE DESPESA, relativa Ordem de Compra nº 5307/2015, emitida posteriormente a nota fiscal, oriunda do Contrato nº 075/2014, afeta à empresa DAIMLER-CHRYSLER DO BRASIL LTDA., C.N.P.J. nº 59.104.273/0001-29, referente aquisição de veículos de transporte escolar.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo tem por finalidade acompanhar e propor ações para pagamento da despesa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores, lotados na Secretaria de Educação:

- Dorinel Fortunato dos Reis
- Letícia Cristina Müller da Cunha Silveira
- Sandra da Conceição Bossa

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 488/2016**

PORTARIA Nº 488/16, de 04 de março de 2016.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 356/2014 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 06/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

**RESOLVE**

Considerando, o período de férias do indiciado e seu procurador, bem como da Comissão;

Considerando, feriado ocorrido em 09/02/2016;

Considerando, Ponto facultativo ocorrido em 08/02/2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor LEANDRO JOÃO PEIXER, inscrito no CPF n. 743.596.499-91, RG 1.922.327-7, ocupante do cargo de motorista socorrista, matric. 74142.6, vinculado ao regime jurídico estatutário, para apurar os fatos constante da denúncia/despacho datado de 13 de março de 2014, pelo Departamento de Recursos Humanos, que teve início em razão do Despacho Inaugural de Inquérito Civil- número do procedimento: 06.2014.00000973-4, remetido pela 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque à Procuradoria- Geral do Município de Brusque, datado de 29 de janeiro de 2014, em que notificou ter tomado conhecimento que o servidor vinha exercendo cargo público de motorista em dois municípios ( Município de Brusque e Município de Porto Belo). Para tanto, fundamenta-se o caso em análise nos artigos 175, XX, 176, 177, da Lei Complementar nº 147/2009, e art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de março de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

**PORTARIA Nº 689/2016**

PORTARIA Nº 689/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Suspender a contagem do estágio probatório da servidora ANA CLAUDIA DROSDOSKY, efetiva no cargo de Monitor Escolar II, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/03/2016.

Parágrafo 1º – A suspensão de que trata o caput deste artigo, se dá em virtude de a servidora ter sido nomeada em cargo comissionado, não havendo similaridade de atribuições entre o cargo efetivo e o cargo comissionado exercido, conforme prevê o § 6º do Artigo 26 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Abril de 2015.

1.

2. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 96/2016**

PORTARIA Nº96/2016, de 12 de janeiro de 2016.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 1383/2013 – referente ao Processo Administrativo Exoneração nº 10/2013 e dá outras providências.”

O Contador da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no Decreto 7735/2016.

**RESOLVE**

Considerando, os feriados ocorridos em 02/11/2016 ( finados ) ;  
Considerando, as férias por parte do indiciado e de seu procurador, bem como dos membros da Comissão;  
Considerando, a alteração de Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Secretários.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada contra o servidor RODRIGO PEREIRA GOMES ( matrícula 68098.2-03), ocupante do cargo de Agente de Obras, para apurar os fatos constantes Denuncia encaminhado através de ofício nº 15 B datado de 07/06/2013 e datado de 23 de abril de 2013, encaminhado pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, bem como mem. nº 326/2013 encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos datado de 07 de junho de 2013, em desacordo com as disposições do Decreto 6 287/10, em seu art. 11, parágrafo 5º e art. 13, letra “b”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de janeiro de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Contador c/ base no Decreto 7735/2016

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.755

DECRETO Nº 6.755, de 06 de abril de 2016.

Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 6.595/2015, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 6.595, de 26 de outubro de 2015, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na forma que segue:

#### 3) Secretaria Municipal de Educação

Titular: Sandra Regina dos Santos

Suplente: Felizarda Francio

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06 - 2016 – PREFEITURA - O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016, Objeto – LOCAÇÃO DE 01(UM) IMÓVEL, CONTENDO UMA EDIFICAÇÃO COM DOIS PAVIMENTOS COM APROXIMADAMENTE 1.032,00 M2 (UM MIL E TRINTA E DOIS METROS QUADRADOS), PARA DEPOSITO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, Contratado – IVORI JOSE PIVA, Inscrito no CPF sob o nº 694.666.968-15, residente neste município, na Rua Porto União nº 155, Centro O valor total do contrato será de R\$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais). O prazo de vigência será até 06 de abril de 2017, a contar da data de sua assinatura, nos termos do artigo 24, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. Caçador, 06 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001, DE 05 DE ABRIL DE 2016.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001, de 05 de abril de 2016.  
Convoca aprovados em Processo Seletivo para o preenchimento de vagas de cargos, em caráter temporário, na Secretaria Municipal da Educação de Caçador - SC, conforme o Edital SME nº 03/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições

legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010 e na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 298, de 23 de julho de 2015,

#### CONVOCA:

Os cidadãos, a seguir relacionados, aprovados em Processo Seletivo Público para o preenchimento dos cargos, em caráter temporário, existentes na Secretaria Municipal da Educação de Caçador, conforme o Edital SME 03/2015, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme sequência de classificação:

#### CARGO: SECRETARIO ESCOLAR NH

Raniel Patrick Danese

Diesse Larissa da Silva

Juliane Silva dos Santos

Gislaine Smangozevski

Soleni Keli Vieira

Eliane Aparecida Castilho de Camargo

Keila Soares

#### CARGO: AUXILIAR DE BIBLIOTECA NH

Luciano Frogel

Sayonara Cararo Santos

Nicoli Conte

Elizandra Pires de Moraes Balatka

Luiz Eduardo Chaves

Luiz Felype Milan Martins

Aline de Oliveira Xavier

#### CARGO: ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Denise Regina Lopes Moreira

Jessica Fonseca da Silva

Terezinha da Silva Mello

Lourdes de Matias Alves

Daiane Maria Bento de Andrade

Rosangela da Cunha

Salete de Matos Pereira

#### CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nalgis de Fatima Wagner

Andrieli das Graças Bueno de Freitas

Tanea Maria Hoffmann

#### CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS

Kelly Gonçalves do Amaral

Debora Liz Padilha Franco

#### CARGO: PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO

Elis Angela Wagner

Diolanda Teresinha Lenardt

Laisa Tatiane Martins

Edineia Dias de Souza

Ligiane Scolaro Ribeiro dos Santos

Maria de Lourdes Cassol

Jeferson Kamienski

Marisa Pires de Camargo

Eliane Aparecida Ferreira Drun

Beatriz Terezinha Zmijewski  
Daniela dos Santos Pires  
Nair Bellaver Moriggi  
Roseli Lino  
Mariana Susin Frigotto  
Cimara Becegatto  
Andreia Patricia Schwartz  
Marilia Neis Godinho  
Roselaine de Oliveira Varela  
Franciane Maceno  
Angelita Zir  
Derli Ferreira dos Santos  
Eunice Alves de Oliveira

**CARGO: PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO NH**

Ana Claudia dos Santos Linz Leite  
Gamaliel Ribeiro  
Jessica Lisandra Correa Gonçalves  
Mariana Sella Claudino  
Ana Paula da Silva Batista

**CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA**

Luciana Weber  
Carlos Renato Santana Pereira  
Aurea Adriana de Mello Cordeiro  
Daiane Silverio  
Arthur Luiz Peixer  
Cibeli Rosa Spautz  
Janine Lacerda Moreira  
Michele Musskopp Santos  
Geslaine Guedes dos Santos  
Noeli Angelica Andrade Neis  
Valmir Bertulino Ribeiro  
Andreia Baltazar

**CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA**

Claucia Comerlato  
Suely Mariane Forosteski  
Dinamar Befart Baseggio  
Marisa Aparecida de Castilho  
Clarise Muniz de Moura  
Eliz Regina de Lima  
Edson Domingos Appi  
Zeni Gabardo

**CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA NH**

Geovane Jose Alves de Almeida  
Simone dos Santos

**CARGO: PROFESSOR INTERPRETE DE LIBRAS**

Karim Cristianne Costa Cardonetti  
Raquel Tavares da Silva

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Jane Aparecida Pasquali  
Graciele Moraes Lopes  
Jucilaine Teresinha Pereira  
Fabiana Cleci Schneider  
Andreia Teles Tesser  
Simone Alves Nunes Ferreira  
Keila Aparecida Broner  
Luci Lucio  
Maila Debora Insberger  
Vania Aparecida Bertotto  
Ana Paula de Lima Pires  
Silmara Castilho  
Luiza Aparecida Zago Meira  
Alecsandra Backschat Andreolla  
Iraci Pereira da Cruz

Jenifer Tomasi Begnini  
Adriana Lucia Klauss  
Egislaïne Isabel Pereira  
Araci Lucia Pereira Dias  
Pricila Justino de Souza  
Daniela Cassamalli  
Elisabete de Fatima Taborda Somensi  
Marcia Aparecida Munhães  
Sebastiana Alves  
Kautterine Broch  
Patricia Cristina Lemos  
Jane Aparecida Ribeiro da Silva  
Fabiula Costa Moreira Ferreira  
Marisete Aparecida Lopes  
Vanessa Ribeiro de Freitas  
Nilse Pontes Fernandes  
Mardiori Boscari  
Simone Regina Sorgatto Zatta  
Tatiane Aparecida Goes  
Adriana Santana  
Eliane Scotti Alvarenga  
Marcia Antonia Ricetti  
Joice Porth  
Adeline Aparecida Ferrasso  
Adriana Oliveira de Souza  
Fatima Aparecida de Castilho  
Graziele Cristine Drehmer de Oliveira  
Ariani Manoela Diogo Baltazar  
Rita Salete Daneluz  
Elisangela Ferreira  
Eunice Lazzarotto Cavalett  
Maria Terezinha Antunes

**CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA**

Silvia de Oliveira  
Amauri Joel Scapin  
Adriano de Jesus Gaissler  
Aline Balbinotto  
Jessica Gomes

**CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS**

Joceli Cordeiro Alonso do Prado  
Carollyne Nizer Cunha  
Taiana Kelty Insberger  
Daiane Xumadelo de Souza Leal  
Evelyn de Almeida  
Margarete Oneda  
Maria Fabiola Ribeiro dos Santos  
Fabiana Aparecida Volski  
Gisele Carmo do Amaral  
Kadiny Aparecida de Almeida

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Fernanda Coelho de Souza  
Tiago Bressan Costa  
Mara Celis Iesbek Andrade Pagnussatt  
Vitor Thome Cechetto  
Karina Rodrigues França  
Elizane Pedroso  
Felipe Aloisio Cruz  
Enemir Corozzola  
Rodrigo Cavalet  
Rodrigo Costa  
Leandro dos Santos Nora

a) Os Convocados deverão apresentar-se junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perderem o direito ao Processo Seletivo.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023, DE 04 DE ABRIL DE 2016.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023, de 04 de abril de 2016.

Convoca aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### **CONVOCA:**

A cidadã classificada conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, de homologação da Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: TÉCNICO LEGISLATIVO – PMC  
CL.: JULIANA NURILLES GARBOZZA

a) A cidadã deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso Público.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.691**

PORTARIA Nº 26.691, de 22 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, das diversas Secretarias Municipais, licença para tratamento de saúde, especificando códigos, nomes, cargos, dias de afastamento e período/data início, após avaliação do Médico do Trabalho, ou até que se realize perícia médica, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A Contar de
4272	Adriana Klein Huhn	Auxiliar Creche e Berçário	Indeterminado	24/02/2016
4281	Cristiane Iracema de Lima	Profª Ensino Fundamental II	20 dias	11/03/2016
2631	Lurdes de Jesus Fernandes	Servente Educação	30 dias	09/03/2016
764	Darci Pires de Camargo	Auxiliar de Serviços Gerais	90 dias	01/02/2016
1139	João Carlos Souza dos Santos	Médico 20 hs	45 dias	29/02/2016
9615	Marilene Lima Fagundes	Auxiliar de Serviços Gerais	120 dias	01/03/2016
3352	Marlei Kehler	Auxiliar de Enfermagem	120 dias	17/03/2016

3386	Terezilda Sclaro	Auxiliar de Serviços Gerais	02 meses	29/02/2016
------	------------------	-----------------------------	----------	------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de março de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 26.718

PORTARIA Nº 26.718, de 28 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, a cidadã, a seguir relacionada, para atuar junto à Secretaria Municipal da Saúde, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período – A contar de:
Magali Bianchi de Alcantara	Médico	39	20	Secretaria Saúde	VV. João Carlos Souza dos Santos, Licença Tratamento Saúde	14/03/2016 a 13/04/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 26.733

PORTARIA Nº 26.733, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, de forma retroativa, referente ao período de 16/08/2015 a 15/09/2016, especificando código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributarista	37	023	1.000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributarista	37	002	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributarista	37	023	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
3277	Gisele Aparecida Mandelli	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Obras e Posturas	22	002	1.000
13959	Juliana Sombrio	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
13312	Ana Claudia S. Carpes Biela	Fiscal de Obras e Posturas	22	006	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de março de 2016.



GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 26.734**

PORTARIA Nº 26.734, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 16/02/2015 a 15/03/2016, especificando código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributalista	37	023	1.000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributalista	37	002	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
3277	Gisele Aparecida Mandelli	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Obras e Posturas	22	002	1.000
13959	Juliana Sombrio	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
13312	Ana Claudia S. Carpes Biela	Fiscal de Obras e Posturas	22	006	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de março de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 26.735**

PORTARIA Nº 26.735, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, licença para tratamento de saúde, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento, após avaliação do Médico do Trabalho, ou até que se realize perícia médica, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias
645	Klaiton Strey	Motorista	90 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de março de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA Nº 26.736**

PORTARIA Nº 26.736, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto à Secretaria Municipal da Saúde, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, especificando matrícula, nome, cargo, local de atuação e período de afastamento da licença, conforme atestado médico:

Código	Nome	Cargo	Período – A contar de:
13523	Caroline de Castilho Passos Oliveira	Auxiliar de Enfermagem ESF	29/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.737**

PORTARIA Nº 26.737, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

**RESOLVE:**

RESCINDIR, a pedido, o contrato da Servidora Pública Municipal, abaixo especificada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	A contar de:
11851	Leticia Maria Rostirolla	Enfermeiro – ESF	40	24/03/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de março de 2016..

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.738**

PORTARIA Nº 26.738, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 40 (quarenta) horas semanais, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando código, nome, cargo, unidade escolar e data de início da licença maternidade, conforme atestado médico apresentado:

Código	Nome	Cargo	Escola de lotação	A partir – A contar de:
12928	Michellen Azeredo de Moraes	Secretário Escolar	EMEB Hilda Granemann de Sousa	14/03/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### **PORTARIA Nº 26.739**

PORTARIA Nº 26.739, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR o contrato por tempo determinado, do Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Administração, especificando código, nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período – A contar de:
14114	Jair de Azeredo	Motorista Utilitário	10	44	Secretaria Administração	VV. Klaiton Strey, Licença Tratamento Saúde	31/03/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.740**

PORTARIA Nº 26.740, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando código, nome, cargo efetivo, órgão de lotação, conversão e período de aquisição, para pagamento no mês de março de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Lotação	Conv.	Período Aquisitivo
10451	Antonio Vanderlei Moreira	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	006	1/3	10/01/2011 a 10/01/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
31 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.742**

PORTARIA Nº 26.742, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, de forma retroativa, referente ao período de 16/10/2015 a 15/11/2016, especificando código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributarista	37	023	1.000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributarista	37	002	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributarista	37	023	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
3277	Gisele Aparecida Mandelli	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Obras e Posturas	22	002	1.000
13959	Juliana Sombrio	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
13312	Ana Claudia S. Carpes Biela	Fiscal de Obras e Posturas	22	006	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de março de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 26.743**

PORTARIA Nº 26.743, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, especificando código, nome, cargo e lotação, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Lotação
829	Jeane Aparecida Coldebella Cordeiro	Profª do Ensino Fundamental I	005

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.755**

PORTARIA Nº 26.755, de 04 de abril de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão ALCIR PIRES DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Motorista, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Referência 10, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 04 de abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.756**

PORTARIA Nº 26.756, de 04 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado e ainda na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

**RESOLVE**

PRORROGAR os contratos por tempo determinado, dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, aprovados em Processo de Seleção Simplificado – Edital nº 04/2013, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.915, de 26/02/2014, especificando nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período da prorrogação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da contratação	Data fim da prorrogação:
Mauri Bueno de Oliveira Andrade	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	08	44h	Aprovado em Processo Seletivo	Até 30/04/2016
Rita de Cassia de Oliveira	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	08	44h	Aprovada em Processo Seletivo	Até 30/04/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann – PRESIDENTE DA FUNDEMA.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 07-2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07-2016 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 26/04/2016.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 26/04/2016.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 05 de abril de 2016.

ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO

Secretaria de Saúde

# Camboriú

## PREFEITURA

### **ANULAÇÃO PR 005/2016 - FMAS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2016- FMAS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 009/2016 cujo objeto é: "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DOS INTEGRANTES DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE RAIOS DE SOL, NOS DIAS QUE OCORREM OS ENCONTROS DOS IDOSOS NO CENTRO MÚLTIPLO USO ALICE TESTONI GOMES. ITINERÁRIO: SAÍDA MONTE ALEGRE PASSANDO PELO BAIRRO TABULEIRO, SÃO FRANCISCO DE ASSIS E RIO PEQUENO, COM DESTINO AO BAIRRO AREIAS, RETORNO MESMO ITINERÁRIO..".

RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES.

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 07 de Abril de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016 - PMC**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 024/2016 - PMC - Atas do Sistema de Registro de Preços 018 e 022/2016 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE PALCOS, TENDAS, ESTANDES, COBERTURAS E ESTRUTURAS PARA SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 06/04/2017

1ª Publicação.

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 005/2016

ADITIVO Nº 005/2016

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 059/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO CLAUDINEIA GONÇALVES DE ABREU.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: CLAUDINEIA GONÇALVES DE ABREU, no Cargo Público de Agente Operacional I exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portador do CPF/MF nº 070.638.629-95, residente domiciliado na Rua Julia Pazda, s/nº, Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre, SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII e IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002. Contratação temporária para atuar no CMEI Alegre Infância, em substituição a servidora Carla Andréa Veiga.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 09 de abril de 2016;

Término: 29 de abril de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC., 08 de abril de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CLAUDINEIA GONÇALVES DE ABREU Contratada

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### ATA DESERTA PREGÃO 15/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 15/2016)

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 15/2015, modalidade Pregão Presencial, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS para a LOCAÇÃO DE CARRETA PRANCHA (INCLUSO MOTORISTA) PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO,

CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, COM FRANQUIA (por viagem/serviço) DE 30 KM (TRINTA QUILOMETROS). Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta para tal licitação. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Homologação das Inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016.

Art.1º Consta do Anexo I do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.

Art.2º Consta do Anexo II do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições homologadas na condição de candidatos PNE's (Pessoas com necessidades Especiais).

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no Mural sede da Prefeitura Municipal/SC., publicado no Diário Oficial dos Municípios [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)

Campo Alegre/SC., 08 de abril de 2016.

RUBENS BLASZOWSKI  
Prefeito Municipal

### ANEXO I

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES  
(PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016)

LISTA DE CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Especialista em Assuntos Educacionais – Habilitado

Nº Inscrição	Nome
13	Fabiana Oliveira Camargo Schadeck
16	Jacinta Zozotko Woyakeivicz
42	Evelin Cristian Weigle da Silva Ribeiro
142	Suelen Garay Figueiredo Jordão
152	Melaine Graciela de Sales
29	Charline de Andrade

Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Habilitado

Nº Inscrição	Nome
02	Cristiane Schelbauer Gonçalves Ribeiro
04	Rocksandra Alves Marin Lins
05	Marília Rutenski
06	Evilim Ferraz dos Santos



08	Giseli Hirt Ferreira
10	Joelize Aparecida Altmann de Ramos
12	Fabiana Oliveira Camargo Schadeck
15	Jacinta Zezetko Woyakeivicz
17	Renata Schaadt
18	Juliane Tandler
19	Josiane Pereira Gulik
20	Tatiane Raquel Melnik Gortler
21	Cleidiane Munhoz Fuckner
25	Clemair da Silva Junior Mroczka
26	Maria Nogueira de Lima Silva
28	Charline de Andrade
32	Monica Augustin Dranka
33	Marli Jane Ribeiro
37	Clarete da Luz dos Santos Cubas
38	Dircineia Rodrigues Nunes
39	Odila Antunes
43	Evelin Cristian Weigle da Silva Ribeiro
44	Alexsandra Aparecida Negoczeki
51	Eva Aparecida da Veiga Zenfe
53	Natalia Wojciechosky
59	Marli Teresinha Schumacher da Silva Soares
60	Helia de Fatima Elias Portela Walter
64	Eva Sandra Uhlig
67	Lucia Drygla Mendes
69	Elaine Pinheiro Geissler
72	Kely Cristiane Friedrich Drefahl
76	Maria Eliane de Souza Luiz
77	Luise Cristina Borsato
79	Fabiana Hubner
80	Josiane Rauen Schelbauer
81	Suzani Seidel Pinheiro
82	Nadia Rib Nadia Ribeiro
83	Vaneza Ribeiro de Siqueira
86	Katia Galvão
90	Solange Erdmann Grossl
102	Claudia Stall
104	Roberta Sofia Cordeiro da Cruz
106	Vanderleia Prussak
111	Josiliane Ossovsky
113	Alexandra de Fatima Soares Ribeiro
114	Rosemeri Ferreira da Cruz
121	Teresinha Pereira Pacheco
127	Gisele Aparecida Pimentel
128	Suelen Aparecida Hummelgen
130	Eviliane Osnilda Cubas Munhoz
134	Marcia Teresinha de Paula Becker
135	Fernanda Aparecida Mathias
137	Marilu Aparecida Blonkowski
140	Suelen Garay Figueiredo Jordão
141	Rosimara Hannemann
143	Eni de Fatima Machovski
146	Marisa Eliane de Lima Branco
148	Ligiane Carla Correa Borges Neppi
151	Maria de Lourdes da Silveira
153	Melaine Graciela de Sales
160	Janivia Glaci Scholze Woehl

161	Terezinha Aparecida Franco Augustin
165	Daniele Pereira dos Santos
166	Tatiane dos Santos
167	Sirlei Libmann de Jesus
169	Cristina Wotobra
171	Simone Cristina Raboch Balçanelli
176	Flávia Raquel Stahelin
181	Carla Emanuele Schroeder

**Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Não Habilitado – Cursando**

Nº Inscrição	Nome
01	Leticia Brunello Reizer
11	Chirlei Roberta da Cruz Silva
47	Kelly Schnekenberg Bavato
55	Ana Alsir Minetto Denk
65	Larissa Kaiane Cidral Moreira
73	Leandro Esteve Brandt Destro
103	Jessica Alauana Mandrik
108	Fernanda Cubas Hubner
119	Cleude Mangolte da Silva
120	Monike Tatiane Schultz
125	Franciele Paloma Maiberg
126	Narden Habib
129	Jussara Paiva Paula
138	Emelyn Soraya Ehlke
144	Marcia Machovski Gruber
145	Leila Moreira
155	Daniela Armelinda Oliboni
156	Joseane Kieski
158	Tais Buba Kotovicz
164	Luci Leidi Odia Contrat Ehlke
172	Lilian Hansen
174	Fabiola Augustin
178	Cristiane Teresinha do Prado

**Professor II - Educação Física- Habilitado**

Nº Inscrição	Nome
09	Grasiele da Silva
48	Marcio Oliveira de Souza
49	Josineide Maria dos Santos
54	Lucas de Farias
70	Jenice Aparecida dos Santos
78	Leosir Ferreira de Souza
88	Bruna Justine Kotovicz
94	Rafaela Muehlbauer
131	Marcio Adao Felczak
139	Andreik Michel Wollner
159	Ana Carla Hummelgen

**Professor II - Educação Física - Não Habilitado**

Nº Inscrição	Nome
56	Kelly Sacht

58	Cristiane Floriani Gassner
68	Solange Aparecida Simões de Faria
71	Anderson Henning
100	Claudio Ildor Mattge
105	Marciel Siqueira
107	Mateus Alves da Silva
112	Evelin Ziebarth de Oliveira Cruz
117	Naira Christina Borges Portella
124	Lucas Odenir Niespodzinski
147	Carlos Francisco Onofre
173	Celso Ossosowski
175	Janine Aparecida Stelzner

**Professor III - Arte – Habilitado**

Nº Inscricão	Nome
03	Bianca Kestering Greipel
50	Viviane dos Santos Nascimento
110	Eliete Teresinha Soares Peters
122	Sueli Cardozo
123	Katia Regina Kobus

**Professor III - Arte - Não Habilitado – Cursando**

Nº Inscricão	Nome
118	Gabrieli Hantschel Alves

**Professor III - Arte - Não Habilitado - Outra Licenciatura**

Nº Inscricão	Nome
30	Charline de Andrade
89	Solange Erdmann Grossl
91	Helia de Fátima Elias Portela Walter

**Professor IV - Inglês – Habilitado**

Nº Inscricão	Nome
180	Sonia Bernado Cordeiro

**Professor IV - Inglês - Não Habilitado – Cursando**

Nº Inscricão	Nome
27	Suelen Eliza Vier Dreveck
31	Taiane Mariele Schroder
84	Tatiane Labas
116	Ederson Idalêncio

**Professor V - Língua Portuguesa – Habilitado**

Nº Inscricão	Nome
162	Silvia Rafaela Kerscher

**Professor V - Língua Portuguesa - Não Habilitado – Cursando**

Nº Inscricão	Nome
07	João Paulo dos Santos
74	Suelen Eliza Vier Dreveck
85	Tatiane Labas
99	Nilton Rodrigues Junior
115	Ederson Idalêncio
150	Tainan Eduardo de Oliveira

**Professor VI - Matemática – Habilitado**

Nº Inscricão	Nome
62	Tiago Lopes Rodrigues
75	Suelen Milczewski

**Professor VI - Matemática - Não Habilitado – Cursando**

Nº Inscricão	Nome
57	Jocineia de Freitas Bispo Mazzeto
92	Gabriela Tibes Bueno
98	Marcelo Vallin Rodrigues
101	Luana Renata Humochinski
109	Bruna Zigovski Biaobock

**Professor VII - Ciências – Habilitado**

Nº Inscricão	Nome
24	Eliane de Cassia Kubiaki Machado
66	Jessica Jacqueline Bruske Seiffert
95	Maria Sofia Cubas Machado
154	Fernando José da Conceição

**Professor VII - Ciências - Não Habilitado Cursando**

Nº Inscricão	Nome
40	Bruna Fernanda Gruber

**Professor VII - Ciências - Não Habilitado Outra Licenciatura**

Nº Inscricão	Nome
22	Tatiane Raquel Melnik Gortler
23	Josiane Pereira Gulik

**Professor VIII - Geografia – Habilitado**

Nº Inscricão	Nome
36	Viviana Aparecida Bueno

**Professor IX - História – Habilitado**

Nº Inscricão	Nome
35	Maike Cristiano Pezzini
46	Edineia Giomara Wendt
93	Camila Michele Wackerhage
136	Marcia Rodrigues de Carvalho
168	Renilda Zastrow Mathias
170	Diego José Andrade de Oliveira
177	Valdenir Rodrigues Medeiros

**Professor IX - História - Não Habilitado – Cursando**

Nº Inscricão	Nome
163	Daniel Marchelex Firmino

**Professor X - Ensino Religioso - Não Habilitado - Outra Licenciatura**

Nº Inscricão	Nome
14	Jacinta Zezetko Woyakevicz
34	Monica Augustin Dranka
45	Alexsandra Aparecida Negoczeki
96	Edicler Orenice Cubas Munhoz

## ANEXO II

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES  
(PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016)LISTA DE CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS NA  
CONDIÇÃO DE CANDIDATOS PNE'S (PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS)

## Professor IX - História – Habilitado

Nº Inscri- ção	Nome
52	Lais Grazielle Pasda

# Campo Erê

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PL 559/2016

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

#### RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº559/2016, na modalidade Pregão de nº 11/2016 tendo como objeto a Aquisição de Divisórias, Lavatório e Portas para banheiros no CEM João Teles Padilha, conforme descrito neste edital.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
IRMAOS SANDER LTDA	1	21,60	225,8200	4.877,7120
IRMAOS SANDER LTDA	2	5,44	225,8200	1.228,4608
IRMAOS SANDER LTDA	3	1,00	1.012,0000	1.012,0000
IRMAOS SANDER LTDA	4	1,00	1.462,0000	1.462,0000
IRMAOS SANDER LTDA	1	7,56	582,2800	4.402,0368
IRMAOS SANDER LTDA	2	2,88	450,0000	1.296,0000
IRMAOS SANDER LTDA	3	1,68	450,0000	756,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
IRMAOS SANDER LTDA	15.034,21

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Sexta-Feira, 08 de abril de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

# Campos Novos

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 1000/16**

PORTARIA Nº 1000/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARILENE ANTUNES CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARILENE ANTUNES CARVALHO referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 07/03/16 a 05/04/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1001/16**

PORTARIA Nº 1001/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCILENE GUIMARÃES DELFINO TITON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCILENE GUIMARÃES DELFINO TITON referente ao período aquisitivo de 02/02/13 a 02/02/14 a serem gozadas no período de 07/03/16 a 05/04/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1002/16**

PORTARIA Nº 1002/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) KARLA STEFANES GONÇALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) KARLA STEFANES GONÇALVES referente ao período aquisitivo de 11/02/15 a 10/02/16 a serem gozadas no período de 25/02/16 a 25/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1003/16**

PORTARIA Nº 1003/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LETÍCIA PICCOLI CAIPER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LETÍCIA PICCOLI CAIPER referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 04/04/16 a 19/04/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1004/16**

PORTARIA Nº 1004/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JEFFERSON ISMAEL FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JEFFERSON ISMAEL FRANÇA referente ao período aquisitivo de 19/03/14 a 18/03/15 a serem gozadas no período de 04/03/16 a 03/04/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1005/16**

PORTARIA Nº 1005/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOAO CIRIO ALVES FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOAO CIRIO ALVES FERREIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 07/03/16 a 05/04/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1006/16**

PORTARIA Nº 1006/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DANIEL FRANCISCO DE ASSIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DANIEL FRANCISCO DE ASSIS referente ao período aquisitivo de 01/02/15 a 31/01/16 a serem gozadas no período de 07/03/16 a 05/04/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1007/16**

PORTARIA Nº 1007/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDSON JOSÉ DELFES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDSON JOSE DELFES referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 07/03/16 a 05/04/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,  
28 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1008/16**

PORTARIA Nº 1008/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDMILSON DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDMILSON DE LIMA referente ao período aquisitivo de 01/02/14 a 31/01/15 a serem gozadas no período de 08/03/16 a 06/04/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1009/16**

PORTARIA Nº 1009/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA DORILDE FLORES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA DORILDE FLORES referente ao período aquisitivo de 04/03/15 a 03/03/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1010/16**

PORTARIA Nº 1010/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NELI TEREZINHA ASCARI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NELI TE-REZINHA ASCARI referente ao período aquisitivo de 04/02/15 a 03/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1011/16**

PORTARIA Nº 1011/16 de 28/03/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADELAIDE FERREIRA LOURENCI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADELAIDE FERREIRA LOURENCI referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1012/16**

PORTARIA Nº 1012/16 de 28/03/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALEXANDRA APARECIDA PINHEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALEXANDRA APARECIDA PINHEIRO referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1013/16**

PORTARIA Nº 1013/16 de 28/03/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MELISSA THAÍS GEHRKE GOMES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MELISSA THAÍS GEHRKE GOMES referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 01/04/16 a 30/04/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1014/16**

PORTARIA Nº 1014/16 de 28/03/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ZELI CORREIA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ZELI CORREIA DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/07/14 a 30/06/15 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1015/16**

PORTARIA Nº 1015/16 de 28/03/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUANA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LUANA CORDEIRO referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente



Portaria em,  
28 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1016/16**

PORTARIA Nº 1016/16 de 28/03/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EINOR LUIZ FAE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EINOR LUIZ FAE referente ao período aquisitivo de 09/03/15 a 08/03/16 a serem gozadas no período de 01/04/16 a 30/04/16.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1055/16**

PORTARIA Nº 1055/16 de 25/03/16  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder à servidora LUCIANE GOMES DE ALMEIDA, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Apoio Administrativo, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato sensu": Gestão Estratégica de Pessoas.  
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2016.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1057/16**

PORTARIA Nº 1057/16 de 29/03/16  
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR GILSON CESAR LOPES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido o servidor GILSON CESAR LOPES do cargo de DIRETOR SUPERINTENENTE DA FUNDEMA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
29 de março de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1058/16**

PORTARIA Nº 1058/16 DE 29/03/16  
EXONERA A SERVIDORA LINDAMIR DE FATIMA FAGUNDES POR APOSENTADORIA, POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 161.566.826-5 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

**RESOLVE:**

Exonera a servidora LINDAMIR DE FATIMA FAGUNDES, por aposentadoria, por tempo de contribuição, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de PROFESSORA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de março de 2016.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
29 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1059/16**

PORTARIA Nº 1059/16 de 31/03/16  
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR JOSE ADELAR CARPES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido o servidor JOSÉ ADELAR CARPES do cargo de SECRETÁRIO DE AGRICULTURA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
31 de março de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1060/16**

PORTARIA Nº 1060/16 de 31/03/16

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR DIÓGENES ZOLDAN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor DIÓGENES ZOLDAN do cargo de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

31 de março de 2016

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1063/16**

PORTARIA Nº 1063/16 DE 08/04/16

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o servidor ARTEMIO GREEF JUNIOR, portador da CNH nº 04937517206, categoria AB, ocupante do cargo de Professor, do quadro de contratados da Administração Direta Municipal, a conduzir o veículo GOL, placa MLR – 0141 a serviço da Secretaria de Esporte e Lazer, com destino a Caçador, com saída no dia 08/04/16 e retorno no dia 09/04/16.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

08 de abril de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 380/16**

PORTARIA Nº 380/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PAULA RAMOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PAULA RAMOS referente ao período aquisitivo de 01/01/16 a 31/12/16 a serem

gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

16 de fevereiro de 2016

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 382/16**

PORTARIA Nº 382/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

16 de fevereiro de 2016

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 383/16**

PORTARIA Nº 383/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA BORTOLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA BORTOLI referente ao período aquisitivo de 01/07/14 a 30/06/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

16 de fevereiro de 2016

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 384/16**

PORTARIA Nº 384/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLAUDETE DE FÁTIMA BARBOSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLAUDETE DE FÁTIMA BARBOSA referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 385/16**

PORTARIA Nº 385/16 de 16/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANAINA DE MATOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANAINA DE MATOS referente ao período aquisitivo de 06/08/13 a 05/08/14 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 05/08/14.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 387/16**

PORTARIA Nº 387/16 de 16/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GISLAINE MARIANO DA CRUZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GISLAINE MARIANO DA CRUZ referente ao período aquisitivo de 27/09/14 a 26/09/15 a serem gozadas no período de 19/01/16 a 17/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 388/16**

PORTARIA Nº 388/16 de 16/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA MACEDO PETRY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA MACEDO PETRY referente ao período aquisitivo de 10/01/15 a 09/01/16 a serem gozadas no período de 11/01/16 a 09/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 389/16**

PORTARIA Nº 390/16 de 16/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FABIULA DE OLIVEIRA COUTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FABIULA DE OLIVEIRA COUTO referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 16/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 390/16**

PORTARIA Nº 390/16 de 16/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FABIULA DE OLIVEIRA COUTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FABIULA DE OLIVEIRA COUTO referente ao período aquisitivo de 04/08/14 a 03/08/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 391/16**

PORTARIA Nº 391/16 de 16/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PATRICIA JULIANA FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PATRICIA JULIANA FRANÇA referente ao período aquisitivo de 24/02/15 a 23/02/16 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 392/16**

PORTARIA Nº 392/16 de 16/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CRISTIANE OLIVEIRA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CRISTIANE OLIVEIRA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 25/03/14 a 24/03/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 03/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 393/16**

PORTARIA Nº 393/16 de 16/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ATALIZE MOCELIN BECKER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ATALIZE MOCELIN BECKER referente ao período aquisitivo de 01/10/15 a 30/09/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 03/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 394/16**

PORTARIA Nº 394/16 de 16/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FLAVIO CORSO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FLAVIO CORSO referente ao período aquisitivo de 16/09/14 a 15/09/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 394/16**

PORTARIA Nº 394/16 de 16/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FLAVIO CORSO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FLAVIO CORSO referente ao período aquisitivo de 16/09/14 a 15/09/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 395/16**

PORTARIA Nº 395/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SHEILA T. VEZARO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SHEILA T. VEZARO referente ao período aquisitivo de 14/07/14 a 13/07/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 396/16**

PORTARIA Nº 396/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DILETA TEREZINHA B. MANICA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DILETA TEREZINHA B. MANICA referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 397/16**

PORTARIA Nº 397/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSYANE BESEN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSYANE BESEN referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 18/01/16 a 17/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 398/16**

PORTARIA Nº 398/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVONETE CORONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVONETE CORONA referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 399/16**

PORTARIA Nº 399/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JUCÉLIA CRISTINA VARELA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JUCÉLIA CRISTINA VARELA referente ao período aquisitivo de 13/09/14 a 12/09/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 400/16**

PORTARIA Nº 400/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DIONE FATIMA RECH

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**



Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DIONE FÁTIMA RECH referente ao período aquisitivo de 05/07/14 a 04/07/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 401/16**

PORTARIA Nº 401/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARYANE C. PEDROSO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARYANE C. PEDROSO referente ao período aquisitivo de 04/09/14 a 03/09/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 402/16**

PORTARIA Nº 402/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JULIANA M. DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JULIANA M. DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 02/07/14 a 01/07/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 403/16**

PORTARIA Nº 403/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) KAROLINE K. BRATI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) KAROLINE K. BRATI referente ao período aquisitivo de 16/01/15 a 15/01/16 a serem gozadas no período de 18/01/16 a 16/02/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 404/16**

PORTARIA Nº 404/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LINDAMIR MACEDO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LINDAMIR MACEDO referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 405/16**

PORTARIA Nº 405/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DANIELE PESSOLE DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DANIELE PESSOLE DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 26/09/14 a 26/09/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 406/16**

PORTARIA Nº 406/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EROTILDES ZELIA ANHAYA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EROTILDES ZELIA ANHAYA referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 407/16**

PORTARIA Nº 407/16 de 16/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ZULEMA M. FACHIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ZULEMA M. FACHIN referente ao período aquisitivo de 24/07/13 a 27/07/14 a serem gozadas no período de 11/01/16 a 09/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 583/16**

PORTARIA Nº 583/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) HEMERSON FELICIANO FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) HEMERSON FELICIANO FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 03/02/15 a 02/02/16 a serem gozadas no período de 17/02/16 a 17/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 584/16**

PORTARIA Nº 584/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVONETE FATIMA VARELA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVONETE FATIMA VARELA referente ao período aquisitivo de 12/02/13 a 11/02/14 a serem gozadas no período de 11/02/16 a 11/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 586/16**

PORTARIA Nº 586/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IRACI RITA F. JORGE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IRACI RITA F. JORGE referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 587/16**

PORTARIA Nº 587/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVA IZABEL TORRIS PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**



Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVA IZABEL T. PEREIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 24/02/16 a 24/03/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 588/16**

PORTARIA Nº 588/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO referente ao período aquisitivo de 17/01/15 a 16/01/16 a serem gozadas no período de 11/02/16 a 11/03/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 589/16**

PORTARIA Nº 589/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANDIRA VEDDY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANDIRA VEDDY referente ao período aquisitivo de 15/01/12 a 14/01/13 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 590/16**

PORTARIA Nº 590/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JEAN CARLO PETRI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JEAN CARLO PETRY referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 28/02/13 a serem gozadas no período de 22/02/16 a 22/03/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 591/16**

PORTARIA Nº 591/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LETICIA SUENY KATO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LETICIA SUENY KATO referente ao período aquisitivo de 11/07/14 a 10/07/15 a serem gozadas no período de 10/03/16 a 24/03/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 592/16**

PORTARIA Nº 592/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LIZIANE DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LIZIANE DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 16/03/14 a 15/03/15 a serem gozadas no período de 10/02/16 a 09/03/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 593/16**

PORTARIA Nº 593/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCO AURELIO PADILHA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCO AURELIO PADILHA referente ao período aquisitivo de 24/05/14 a 23/05/15 a serem gozadas no período de 03/03/16 a 01/04/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 594/16**

PORTARIA Nº 594/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCOS ANTONIO HERMES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCOS ANTONIO HERMES referente ao período aquisitivo de 20/07/13 a 19/07/14 a serem gozadas no período de 01/03/16 a 31/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 595/16**

PORTARIA Nº 595/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARILAIN AP. MARIANO DA CRUZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARILAIN AP. MARIANO DA CRUZ referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 29/02/15 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 596/16**

PORTARIA Nº 596/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARI ROSANE DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARI ROSANE DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 597/16**

PORTARIA Nº 597/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARILENE APARECIDA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARILENE APARECIDA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 04/12/14 a 03/12/15 a serem gozadas no período de 11/02/16 a 11/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 598/16**

PORTARIA Nº 598/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARISTELA APARECIDA CARMINATTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARISTELA APARECIDA CARMINATTI referente ao período aquisitivo de 02/02/15 a 01/02/16 a serem gozadas no período de 01/03/16 a 30/03/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 599/16**

PORTARIA Nº 599/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARGARIDA MOREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARGARIDA MOREIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 14/01/16 a 12/02/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 600/16**

PORTARIA Nº 600/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NELSON RODRIGUES DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NELSON RODRIGUES DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/02/12 a 31/01/13 a serem gozadas no período de 10/02/16 a 10/03/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 601/16**

PORTARIA Nº 601/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) OTACIR MARCIANO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) OTACIR MARCIANO referente ao período aquisitivo de 07/11/14 a 06/11/15 a serem gozadas no período de 01/03/16 a 30/03/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 602/16**

PORTARIA Nº 602/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PAULO R. DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PAULO R. DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 01/02/16 a 01/03/16.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 603/16**

PORTARIA Nº 603/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) REJANE PAULINA RUPENTHAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) REJANE PAULINA RUPENTHAL referente ao período aquisitivo de 01/02/14 a 31/01/15 a serem gozadas no período de 01/03/16 a 30/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E .**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 604/16**

PORTARIA Nº 604/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) RICARDO BOSI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) RICARDO BOSI referente ao período aquisitivo de 06/01/15 a 05/01/16 a serem gozadas no período de 05/01/16 a 04/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E .**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 605/16**

PORTARIA Nº 605/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SANDRA M. R. BRESOLA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SANDRA M.R. BRESOLA referente ao período aquisitivo de 01/04/14 a 31/03/15 a serem gozadas no período de 15/02/16 a 15/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E .**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 606/16**

PORTARIA Nº 606/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VANDERLEI MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VANDERLEI MACHADO referente ao período aquisitivo de 22/09/14 a 21/09/15 a serem gozadas no período de 02/02/16 a 04/05/16.

**C O M U N I Q U E – S E .**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 607/16**

PORTARIA Nº 607/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) WALTER FERNANDO DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) WALTER FERNANDO DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 06/02/12 a 05/02/13 a serem gozadas no período de 02/02/16 a 04/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E .**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 608/16**

PORTARIA Nº 608/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) WILTON FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) WILTON FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 05/01/14 a 04/01/15 a serem gozadas no período de 10/02/16 a 10/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E .**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 612/16**

PORTARIA Nº 612/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GISELE DA SILVA ALEXANDRE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GISELE DA SILVA ALEXANDRE referente ao período aquisitivo de 19/01/15 a 18/01/16 a serem gozadas no período de 15/02/16 a 15/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 613/16**

PORTARIA Nº 613/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GÉSSICA SEMIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GÉSSICA SEMIN referente ao período aquisitivo de 07/05/14 a 06/05/15 a serem gozadas no período de 11/02/16 a 11/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 614/16**

PORTARIA Nº 614/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 19/01/15 a 18/01/16 a serem gozadas no período de 02/03/16 a 31/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 615/16**

PORTARIA Nº 615/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LILIANE MARIA LOPES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LILIANE MARIA LOPES referente ao período aquisitivo de 10/01/15 a 09/01/16 a serem gozadas no período de 15/02/16 a 15/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 616/16**

PORTARIA Nº 616/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELIZABETH AP. F.C. DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELIZABETH AP. F. C. DA SILVA referente ao período aquisitivo de 19/01/15 a 18/01/16 a serem gozadas no período de 01/02/16 a 02/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 617/16**

PORTARIA Nº 617/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) KLEBER SIQUEIRA DE ARAÚJO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) KLEBER SIQUEIRA DE ARAÚJO referente ao período aquisitivo de 06/02/14 a 15/02/15 a serem gozadas no período de 29/02/16 a 29/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 618/16**

PORTARIA Nº 618/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) WILZA CARLA G. ALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) WILZA CARLA G. ALVES referente ao período aquisitivo de 19/01/15 a 18/01/16 a serem gozadas no período de 11/02/16 a 11/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 619/16**

PORTARIA Nº 619/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA PINHEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIA PINHEIRO referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 11/02/16 a 11/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 620/16**

PORTARIA Nº 620/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA ANTUNES DORNELES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA ANTUNES DORNELES referente ao período aquisitivo de 02/07/14 a 01/07/15 a serem gozadas no período de 15/02/16 a 15/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 621/16**

PORTARIA Nº 621/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDINA LUCIA MECABO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDINA LUCIA MECABO referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 19/01/16 a 17/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 621/16**

PORTARIA Nº 621/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDINA LUCIA MECABO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**



Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDINA LUCIA MECABO referente ao período aquisitivo de 01/01/15 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 19/01/16 a 17/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 623/16**

PORTARIA Nº 623/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDNEIA R. SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDNEIA R. SANTOS referente ao período aquisitivo de 14/11/14 a 13/11/15 a serem gozadas no período de 15/02/16 a 15/03/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 625/16**

PORTARIA Nº 625/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLAUDIANE PINTO GERHARDT

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLAUDIANE PINTO GERHARDT referente ao período aquisitivo de 19/01/15 a 18/01/16 a serem gozadas no período de 18/01/16 a 16/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 627/16**

PORTARIA Nº 627/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SIMONE FERREIRA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SIMONE FERREIRA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 19/01/15 a 18/01/16 a serem gozadas no período de 20/01/16 a 18/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6281/6**

PORTARIA Nº 628/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NEIDE DE FATIMA GOETTEN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NEIDE DE FATIMA GOETTEN referente ao período aquisitivo de 17/01/15 a 16/01/16 a serem gozadas no período de 18/01/16 a 16/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 629/16**

PORTARIA Nº 629/16 de 25/02/16  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) BEATRIZ AP. MAZIERO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) BEATRIZ AP. MAZIERO referente ao período aquisitivo de 19/01/15 a 18/01/16 a serem gozadas no período de 18/01/16 a 17/02/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 630/16**

PORTARIA Nº 630/16 de 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JULIANA GONÇALVES CORREA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JULIANA GONÇALVES CORREA referente ao período aquisitivo de 19/01/15 a 18/01/16 a serem gozadas no período de 19/01/16 a 16/02/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de fevereiro de 2016  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 632/16**

PORTARIA Nº 632/16 de 29/02/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADELITA JULIANA WERLE SCAPINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência da vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ADELITA JULIANA WERLE SCAPINI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de janeiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
29 de fevereiro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 633/16**

PORTARIA Nº 633/16 de 29/02/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADELITA TEREZINHA SERPA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei

1.967/93, e considerando a existência da vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ADELITA TEREZINHA SERPA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de janeiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
29 de fevereiro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 985/16**

PORTARIA Nº 985/16 DE 28/03/16

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CONCEIÇÃO APARECIDA RIBEIRO VACCARI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio à servidora CONCEIÇÃO APARECIDA RIBEIRO VACCARI, referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 31/12/2015 a serem gozadas no período de 14/03/16 a 11/06/16, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de março de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 986/16**

PORTARIA Nº 986/16 DE 28/03/16

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA DE LOURDES OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio à servidora MARIA DE LOURDES OLIVEIRA, referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 31/12/2015 a serem gozadas no período de 01/04/16 a 29/06/16, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 987/16**

PORTARIA Nº 987/16 DE 28/03/16

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ANA CRISTINA PEDROSO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Licença Prêmio à servidora ANA CRISTINA PEDROSO, referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 31/12/2015 a serem gozadas no período de 29/03/16 a 26/06/16, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir de 29 de março de 2016.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 988/16**

PORTARIA Nº 988/16 DE 28/03/16

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA JACINTA DE FÁTIMA ALBERTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Licença Prêmio à servidora JACINTA DE FÁTIMA ALBERTI, referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 31/12/2015 a serem gozadas no período de 01/03/16 a 29/05/16, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2016.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 999/16**

PORTARIA Nº 999/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 17/01/14 a 16/01/15 a serem gozadas no período de 21/03/16 a 20/04/16.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
28 de março de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**RELATÓRIO FINAL PROCESSO ADMINISTRATIVO ANGELICA MARQUES**

Excelentíssimo Senhor

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

A Comissão de Processo Administrativo, constituída pela Portaria nº 1.398/2015 de 09/09/2015, com incumbência de apurar possível prática de infração cometida pela servidora ANGÉLICA ADRIANA PARISENTI MARQUES no exercício das suas atribuições, apresenta seu Relatório Final, nos termos seguintes:

**1. Da Instauração e da acusação**

Pela Portaria nº 1.398/2015, datada de 09 de setembro de 2015, foi instaurado o Presente Processo Administrativo. Instalou-se a Comissão de Processo Administrativo, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, Centro, na cidade de Campos Novos-SC, passando a constituir a sede da Comissão para apurar os fatos relacionados na Portaria Instauradora, acima citada (fl. 01).

Os trabalhos transcorreram com normalidade, sendo que, a Comissão iniciou os trabalhos analisando os documentos constantes da Sindicância Administrativa Investigatória nº 04/2015. A comissão juntou esses documentos aos autos do processo e decidiu tipificar as infrações disciplinares que supostamente foram cometidas pelo acusado.

**2. Da Citação e da Defesa**

A acusada recusou-se a assinar a citação de forma injustificada, desta forma os membros da comissão anotaram a sua recusa e deram a contrafé, assim a acusada é considerada citada para todos os efeitos (fls. 30 e 31). Através de seu procurador, Mayck Wilhan Fagundes, OAB/SC 20.914, foi apresentada defesa administrativa (fls. 32 a 38).

Na defesa administrativa apresentada, o procurador fez as seguintes considerações: discorda por completo a forma adotada por ser absolutamente inconsistente, tornando o procedimento nulo de pleno direito; que dada a manifesta falta de provas, bem se vê que o processo administrativo deve ser anulado e arquivado de plano, consoante previsto pelo artigo 152 do Estatuto dos Servidores; que a adversidade encontrada no exercício de suas funções se deu, em verdade, por falta de manutenção no equipamento hospitalar e também da falta de acompanhamento do responsável, qual seja, o enfermeiro, mas nunca em falta de zelo ou atenção como se quer inferir.

Por fim o procurador requer a juntada da defesa apresentada, que sejam ouvidas as oito testemunhas por ele arroladas e que no final o presente Processo Administrativo seja anulado, dado ao fato que não restaram informadas, ao teor do estatuto do servidor, quais as provas existentes contra o servidor.

### 3. Análise das Provas e Delimitação das Condutas:

Acreditando que as informações até aqui levantadas sejam suficientes para esclarecimento dos fatos, e inexistindo pendência sobre qualquer pleito da defesa, estando formado o livre convencimento dos membros da Comissão, passou-se a concluir, com as razões que seguem:

Após a citação, o procurador do acusado apresentou a defesa prévia dentro do prazo estipulado, e a mesma foi anexada aos autos do processo. A defesa administrativa foi analisada conforme consta na Ata de Reunião 02 (fl. 41), e a comissão deferiu todos os pedidos de oitivas de testemunhas solicitadas pelo procurador do acusado. A acusada e seu procurador foram intimados acerca das datas das oitivas e comparecem no dia e horário marcado (fls. 186 e 187). Foram ouvidas quatro testemunhas, sendo que quatro das testemunhas, Marliese da Cass Mecabô, Marco Aurélio Becher, Sérgio Luiz Fadel e Clinton Ko Freitag, não se fizeram presentes.

Foi solicitado ao Diretor da Fundação Hospital Dr. José Athanázio, conforme consta na folha 46, fotografias do aparelho cautério/bisturi elétrico, em todos os seus detalhes, sobretudo nos componentes que, supostamente causaram as queimaduras na paciente Ana Carolina Luchini; Cópia do manual de operação do aparelho utilizado no procedimento cirúrgico, Cópia dos relatórios/notas fiscais das últimas manutenções feitas no aparelho; Cópia do (s) Certificado (s) de Responsabilidade Técnica do Centro Cirúrgico da Fundação Hospitalar; Cópia das notas fiscais dos produtos utilizados na paciente Ana Carolina Luchini; Cópia da escala de trabalho dos servidores atuantes no Centro Cirúrgico na data de 10 de abril de 2015; Cópia do laudo de atendimento da paciente Ana Carolina Luchini do período em que esteve em atendimento conforme ficha de internação datada de 10 de abril de 2015 e de procedimentos necessários ocorridos em decorrência do fato analisado neste processo. As solicitações foram atendidas.

Após a oitiva das testemunhas, foi decidido, estando de acordo a defesa, em realizar o interrogatório da acusada, conforme mídia constante na folha 198. A comissão confeccionou a Ata de audiência de instrução no qual constam os atos ocorridos durante a audiência; A comissão reuniu-se conforme ata de reunião 03 (fl. 199), e decidiu confeccionar o Relatório Final do presente Processo Administrativo.

Pelo que consta nos autos, através de evidentes e comprobatórios documentos anexados, das análises da defesa apresentada, das verificações realizadas pela Comissão, dos depoimentos das testemunhas, das declarações da acusada, relatamos e emitimos parecer no seguinte sentido:

3.1 O processo tramitou regularmente e não há nulidades a serem sanadas.

3.2 Também não restam pontos da defesa a serem respondidos, já que todas as alegações foram sanadas ou atendidas (dentro do que era possível), durante o andamento do feito. Também parece que inexistem atos ou fases processuais a serem anuladas — segundo argumentado pelo defensor — pois não se demonstrou que algum prejuízo tenha sido causado a servidora. Além disso, foi efetivamente respeitada a ampla defesa e o contraditório, já que tanto a servidora como também seu procurador puderam acompanhar e se manifestar livremente em todos os atos praticados pela Comissão;

3.3 Quanto ao fato da acusada ter dado causa ao acidente que lesionou a paciente Ana Carolina Luchini, a Comissão entende não ter configurada a responsabilidade exclusiva da acusada, conforme a previsão contida no Art. 125, inciso XV e Art. 140, inciso X da Lei Complementar nº 03/2000. Os testemunhos e as declarações da própria acusada demonstram que houve falha na manutenção do equipamento "Bisturi Eletrônico" e também não há o acompanhamento do enfermeiro responsável nos procedimentos cirúrgicos, e ainda, os funcionários da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

não recebem qualquer tipo de treinamento para a utilização do aparelho em questão, não havendo, portanto, dolo na conduta da servidora. Em contrapartida acredita-se que houve negligência por parte da acusada, tendo em vista as informações contidas no manual no aparelho (fls. 58 a 101) que demonstram que o mesmo não apresenta risco ao paciente se manejado da maneira adequada com a tomada das devidas precauções; Nisto, entende-se configurada a infração funcional, desta feita conforme consta no art. 124, inciso I do Estatuto do Servidor. Observada então a gravidade da infração cometida, os danos e circunstâncias — tal qual recomenda o art. 136 —, bem como o fato de que não pendem agravantes ou atenuantes dignas de nota, a comissão sugere que, por esta conduta transgredida, seja aplicada penalidade de advertência escrita (art. 137), que deverá ficar vinculada à ficha funcional da servidora pelo prazo de 5 (cinco) anos, quando então o registro deverá ser cancelado (art. 139);

### 4. Conclusão:

E por todas as fases atravessadas, a Comissão pôde concluir que quanto ao dano causado a paciente Ana Carolina Luchini, a culpa não é exclusiva da acusada, havendo outros fatos que merecem atenção, quais sejam, falta de supervisão por parte da enfermeira responsável no centro cirúrgico e falta de manutenção no referido aparelho, trata-se de uma conduta isolada, que pode ser advertida e tolerada em respeito à eficiência do serviço público. Assim, o que se tem é que restou infringido o Estatuto do Servidor, apenas no que concerne ao previsto no art. 124, inciso I da Lei Complementar Municipal 03/2000, consoante acima argumentado. Tal dispositivo prevê pena de advertência ao seu transgressor.

Importante destacar a necessidade de adaptação da escala do centro cirúrgico para que a funcionária responsável por este local esteja presente nos procedimentos cirúrgicos em geral para que supervisione os trabalhos dos auxiliares de enfermagem e dos técnicos de enfermagem, tendo em vista que está é uma das atribuições decorrentes do cargo de Enfermeira nesta qualidade.

E, ainda sugerimos a capacitação dos profissionais que operam com o aparelho em questão, objeto do dano causado a paciente Ana Carolina Luchini para que não haja novos incidentes desta natureza.

É a penalidade que, sugerimos, seja aplicada, com as cautelas mencionadas neste relatório.

É, nosso parecer, cujo Relatório submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência.

Campos Novos (SC), 01 de dezembro de 2015.

VIVIANE CRISTINA JUNHO  
Presidente

LETICIA PICCOLI CAIPER ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS  
Secretária Membro

### **RELATÓRIO FINAL PROCESSO ADMINISTRATIVO MAICOL MICHEL MOREIRA**

Excelentíssimo Senhor  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

A Comissão de Processo Administrativo, constituída pela Portaria nº 1.720/2015 de 07/12/2015, com incumbência de apurar eventuais infrações do servidor MAICOL MICHEL MOREIRA no exercício das suas atribuições, apresenta seu Relatório Final, nos termos seguintes:

#### 1. Da Instauração e da acusação

Pela Portaria nº 1.720/2015, datada de 07 de dezembro de 2015, foi instaurado o Presente Processo Administrativo. Instalou-se a



Comissão de Processo Administrativo, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, Centro, na cidade de Campos Novos-SC, passando a constituir a sede da Comissão para apurar os fatos relacionados na Portaria Instauradora, acima citada (fl. 03).

Os trabalhos transcorreram com normalidade, sendo que, a Comissão iniciou os trabalhos analisando os documentos objeto da comunicação. A comissão juntou esses documentos aos autos do processo e decidiu tipificar as infrações disciplinares que supostamente foram cometidas pelo acusado.

## 2. Da Citação e da Defesa

O acusado recebeu a citação, considerando-se citado para todos os efeitos (fl. 10). O acusado apresentou defesa administrativa (fls. 45 a 48).

Na defesa administrativa apresentada, a procuradora do acusado fez as seguintes considerações: que as referidas alegações são inverídicas e os documentos carreados não se prestam a embasar a condenação do servidor, pois é maculada pela ilegalidade a medida que não apresentam infração ao estatuto do servidor público municipal; que o espelho do ponto eletrônico não demonstra falta ao trabalho, tratando-se apenas de alegação do Sr. Diretor de almoxarifado e estoque, que o servidor teria se ausentado após o registro do ponto, só retornando no final do expediente de trabalho; que o servidor apenas afasta-se do local de trabalho quando ao efetuar reparos mecânicos nos veículos e máquinas de propriedade da administração, para efetuar testes de funcionamento, sendo que tal procedimento faz parte das atividades como sendo a única forma de saber se o problema apresentado nos referidos veículos/máquinas foram devidamente sanados; Por fim indica o rol de testemunhas a serem ouvidas.

## 3. Análise das Provas e Delimitação das Condutas:

Acreditando que as informações até aqui levantadas sejam suficientes para esclarecimento dos fatos, e inexistindo pendência sobre qualquer pleito da defesa, estando formado o livre convencimento dos membros da Comissão, passou-se a concluir, com as razões que seguem:

Após a citação, o acusado apresentou a defesa prévia dentro do prazo estipulado, e a mesma foi anexada aos autos do processo. A defesa administrativa foi analisada conforme consta na Ata de Reunião 02 (fl. 43).

A comissão decidiu intimar as testemunhas arroladas pelo procurador e outras testemunhas arroladas pela comissão. O acusado e seu procurador foram intimados acerca das datas das oitivas e comparecem nos dias e horários marcados (fls. 60 e 61). Foram ouvidas dez testemunhas que fizeram as seguintes declarações:

a) O Sr. Aldocir Michelotto, Secretário de Obras, declarou que quando os servidores faltam eles trazem atestados ou "fica por isso mesmo"; que tem conhecimento dos atestados apresentados pelo Sr. Nelson Rodrigues de Souza pois o mesmo comentou o fato com ele e que o autoriza a fazer estes comunicados; Que encaminham os comunicados ao departamento de RH pois não tem competência para cuidar desses assuntos; Que o acusado Maicol, algumas vezes comunica que precisará faltar, mas não todas as vezes; Que existe na Secretaria de Obras, um termo que deve ser assinado pelos servidores quando precisarem se ausentar, mas muitos saem sem que eles percebam e acabam não assinando o termo; Que como ele não está o tempo todo presente na Secretaria de Obras, o Sr. Nelson é quem cuida dos serviços da oficina e das peças para ele; Que não pode avaliar o servidor Maicol porque "ele não é juiz"; Que quando os serviços do servidor Maicol precisam ser realizados fora da Secretaria de Obras, o servidor sempre é autorizado por ele ou pelo Sr. Nelson.

b) O Sr. Nelson Rodrigues de Souza, Diretor de Almoxarifado e Estoque, declarou que não tem conhecimento de faltas do acusado ao trabalho; Que quando os servidores precisam ausentar-se do trabalho, geralmente, tem um termo que é solicitado para que assinem antes de sair; Que o termo "está lá, mas não é cumprido"; Que o acusado o avisa sempre que precisa sair e algumas vezes já assinou o termo; Que o Sr. Aldocir o autoriza a fazer os comunicados em caso de falta de servidor sem justificativa; Que esses comunicados são feitos quando vai procurar um servidor e não o encontra no local de trabalho; Que ele sempre tenta conciliar os casos, procura saber o que está acontecendo com o servidor que o levou a faltar, pois não quer criar atritos com os mesmos; Que os servidores não levam muito a sério o termo.

c) O Sr. Luizinho Savaris, Gerente Executivo, declarou que apenas cuida da parte burocrática; Que os servidores que precisam faltar ou ausentar-se devem passar na sala dele e assinar o termo na hora que sai e na hora que retorna; Que ele arquiva os termos; Que apenas 20 a 30 por cento dos servidores assinam este termo; Que muitas vezes ao procurar os servidores no local de trabalho, não os encontram; Que não tem tempo para acompanhar o trabalho dos servidores; Que já liberou servidores para saídas rápidas de forma verbal; Que o acusado assinou alguns termos, quando este precisou ausentar para resolver problemas de família, com os filhos; Que acredita ser necessário fazer reuniões com os servidores para esclarecer as regras.

d) O Sr. Walter Fernando de Souza, mecânico, declarou que trabalha junto com o acusado; Que não sabe dizer se o acusado costuma faltar ao serviço, pois isso não cabe a ele, e sim aos chefes; Que não tem chefe e nem mesmo sabe quem é o chefe para cuidar dos "peão"; Que sabe que o procedimento que deve ser adotado pelo servidor quando precisar faltar ou ausentar-se do local de trabalho é pedir autorização aos chefes e assinar um termo quando sai e quando chega; Que nunca presenciou desentendimentos entre o acusado e os superiores no local de trabalho; Que não são feitas reuniões com os servidores.

e) O Sr. Antônio Jesus Viater, operador de máquinas, declarou que geralmente é o acusado quem faz manutenção nas máquinas que ele trabalha; Que sempre vê o acusado no local de trabalho; Que quando um servidor precisa faltar ao trabalho, o procedimento dependerá da situação política do mesmo, da amizade; Que a assinatura do termo não é cobrada porque os próprios superiores não cumprem as regras; Que nunca presenciou desentendimentos entre o acusado e os superiores no local de trabalho; Que só são feitas reuniões para cobrar os servidores, mas a partir do momento que os superiores também foram cobrados, as reuniões deixaram de acontecer; Que às vezes chamam o servidor para alertá-los sobre algum problema que esteja ocorrendo; Que sempre que solicitou os serviços do acusado, o mesmo sempre compareceu para cumprir com suas obrigações.

f) O Sr. Edmilson Lima, motorista, declarou que nunca presenciou faltas do acusado ao local de trabalho; Que os servidores saem e voltam a hora que querem; Que os cargos de confiança fazem o mesmo e por isso não podem cobrar dos servidores subordinados a eles; Que o tratamento é diferenciado porque existe muita "politicagem" envolvida; Que não valorizam o servidor.

g) O Sr. Claudiomir da Silva, operador de máquinas, declarou que o acusado faz a manutenção das máquinas em que ele trabalha; Que quando precisou ausentar do serviço, nunca assinou termo, apenas avisava aos superiores; Que nunca presenciou desentendimentos entre o acusado e os superiores no local de trabalho; Que não são feitas reuniões pelos superiores; Que sempre que precisa de manutenção na máquina que trabalha, é o acusado que o auxilia; Que muitos servidores faltam ao trabalho sem justificativa; Que no caso em questão, acredita ser perseguição por parte dos superiores, uma vez que o acusado foi testemunha de acusação no processo de cargo comissionado do município;

h) O Sr. Edson Martins, pedreiro, declarou que não sabia do que se tratava o presente processo; que não presenciou faltas do acusado ao local de trabalho; Que o procedimento que deve ser adotado pelo servidor quando precisar faltar ou ausentar-se do local de trabalho é pedir autorização aos chefes e assinar um termo; Que ele nunca assinou termo, apenas fez comunicados verbalmente; Que já presenciou advertências verbais dos superiores aos servidores, mas não ao acusado; Que só o prefeito faz reuniões com os servidores na Secretaria de Obras; Que o tratamento dos superiores não é igual para todos, o que causa descontentamento dos outros servidores.

i) O Sr. Emerson Moraes, soldador, declarou que trabalha diretamente com o acusado; Que não presenciou faltas do servidor; Que sabe que o procedimento que deve ser adotado pelo servidor quando precisar faltar ou ausentar-se do local de trabalho é avisar aos chefes e assinar um termo, mas que ninguém assina; Que nunca presenciou desentendimentos entre o acusado e os superiores no local de trabalho; Que acredita que todos são tratados igualmente.

j) O Sr. Jurandir de Oliveira, Auxiliar de Obras, declarou que sempre viu o acusado no trabalho; Que a assinatura do termo não funciona; Que o prefeito faz reuniões na Secretaria de obras para alertar os servidores, mas eles não o "obedecem"; Que há discriminação no tratamento dos servidores; Que nunca presenciou desentendimentos entre o acusado e os superiores no local de trabalho; Que poderiam ser utilizadas as imagens das câmeras de vigilância instaladas na Secretaria de Obras, para comprovar essas faltas ou ausências; Que existe perseguição aos servidores.

Após a oitiva das testemunhas a comissão decidiu em comum acordo com a procuradora do acusado, ouvir as declarações do servidor Maicol Michel Moreira a respeito dos fatos do referido processo. O acusado declarou que nos dias que não consta marcação de ponto, conforme espelho de ponto eletrônico, ele havia avisado o Sr. Nelson Rodrigues de Souza; Que ninguém assina o termo; Quando solicitaram que ele assinasse o termo, ele assinou; Que nos dias em que não aparece marcação no ponto eletrônico, foi uma troca feita com seus superiores, pois ele faz horas extras que não são pagas e por isso essas horas seriam descontadas nos dias em que ele faltou, era o combinado. Que fica até mais tarde no local de trabalho, não ganha hora extra e no dia em que vai compensar essas horas, tem o dia descontado; Que quanto aos comunicados apresentados pelo Sr. Nelson, acredita ser uma perseguição após o depoimento que o acusado prestou no fórum, em desfavor do Sr. Carlito Durlí, ex Secretário de Obras; Que os comunicados são mentirosos, que ele não se ausentou do trabalho; Que os superiores sugerem para que o acusado trabalhe além do horário para que quando precisar possa faltar, como maneira de compensação, porém não avisam ao departamento de pessoal e estas faltas são descontadas do seu pagamento; Que as horas extras são pagas para poucos; Que os superiores saem e quando retornam se não encontram o servidor no local de trabalho, mandam um comunicado ao departamento de pessoal, mas nessas vezes ele está prestando serviços no interior do município ou em outros locais onde é solicitado; Que quando questionou os Sr. Aldocir e o Sr. Nelson quanto ao comunicado enviado ao Departamento de Pessoal, ambos disseram não saber o que se tratava, nem de onde surgiu isso, que não sabem por que o departamento de pessoal faz isso; Que veio ao departamento de pessoal saber o motivo porque haviam descontados os dias de pagamento; Que na prefeitura quem trabalha não tem valor nenhum; Que os superiores jogam a responsabilidade um para o outro; Que não teve desentendimentos com o Sr. Aldocir e com o Sr. Nelson; Que o tratamento para os servidores é diferenciado; Que servidor contratado tem mais valor que o servidor efetivo; Que as condições de trabalho são precárias.

Após a oitiva do acusado, a comissão encerrou os trabalhos de instrução do presente processo, e decidiu intimar a procuradora do

acusado para que no prazo de dez dias úteis, apresentasse suas alegações finais (fl. 68). No prazo legal, as alegações finais foram apresentadas e analisadas por esta comissão.

Pelo que consta nos autos, através de evidentes e comprobatórios documentos anexados, das análises da defesa apresentada, das verificações realizadas pela Comissão, dos depoimentos dos testemunhos, das declarações do acusado, relatamos e emitimos parecer no seguinte sentido:

3.1 O processo tramitou regularmente e não há nulidades a serem sanadas.

3.2 Foi efetivamente respeitada a ampla defesa e o contraditório, já que o servidor pode acompanhar e se manifestar livremente em todos os atos praticados pela Comissão;

3.3. Quanto à apuração das possíveis infrações dos deveres funcionais por parte do acusado, pode se constatar pela análise dos depoimentos das testemunhas que:

3.4 Quanto ao comunicado apresentado pelo Sr. Nelson Rodrigues de Souza, diretor de almoxarifado e estoque, a comissão entende que não restou configurada infração, uma vez o acusado registrou o ponto neste dia, conforme consta no relatório de ponto e os testemunhos não confirmaram a ocorrência desta infração, nem mesmo o comunicante demonstrou que de fato houve a saída do local de trabalho por parte do servidor, sem a devida autorização;

3.5 Quanto ao fato do acusado possuir três faltas injustificadas durante o ano de 2015, a comissão decide aplicar pena de advertência, conforme a previsão contida no Art. 137, uma vez que houve violação do dever funcional do servidor público em ser assíduo e pontual no serviço, conforme Art. 124, inciso X, da Lei Complementar nº 03/2000.

#### 4. Conclusão:

A Comissão pôde concluir que se trata de uma conduta isolada não havendo justificativa para uma penalidade mais grave, recomenda-se a aplicação de advertência escrita (art. 137), que deverá ficar vinculada à ficha funcional do servidor pelo prazo de 5 (cinco) anos, quando então o registro deverá ser cancelado (art. 139). Por fim, ressaltamos a necessidade de modificar a forma de controle da permanência dos servidores no local de trabalho, com acompanhamento efetivo dos superiores, adequando às formalidades quando da comunicação de inassiduidade dos mesmos. É, nosso parecer, cujo Relatório submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência.

Campos Novos (SC), 22 de fevereiro de 2016.

VIVIANE CRISTINA JUNHO  
Presidente

LETICIA PICCOLI CAIPER  
Secretária

ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS  
Membro

#### **RELATÓRIO FINAL PROCESSO ADMINISTRATIVO MARISTELA CARMINATTI**

Excelentíssimo Senhor  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, constituída pela Portaria nº 1.196/2014 de 09/07/2014 e pela Portaria nº 1.270/2014 de 29/07/2014, com incumbência de apurar possíveis atos de violação dos deveres funcionais por parte da servidora MARISTELA CARMINATTI no exercício das suas atribuições, apresenta seu Relatório Final, nos termos seguintes:



## 1. Da Instauração e da Conduta Atribuída:

Pela Portaria nº 1.270/2014, datada de 29 de julho de 2014, foi instaurado o Presente Processo Administrativo. Instalou-se a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, Centro, na cidade de Campos Novos-SC, passando a constituir a sede da Comissão para apurar os fatos relacionados na Portaria Instauradora, acima citada (fl. 05).

Os trabalhos transcorreram com normalidade, sendo que, a Comissão iniciou os trabalhos analisando: os documentos encaminhados pelo Ilustríssimo Promotor Dr. Arthur Koerich Inácio, conforme ofício nº 0189/2014/01PJ/CNO/01.2014.00009980-5, onde constam declarações feitas por consumidor ao Procon; ofício com esclarecimentos encaminhado pelo coordenador do Procon na época e; informações protocoladas pela secretária do juizado especial cível e criminal, Srª. Rita Iara Cunha. A comissão juntou esses documentos aos autos do processo e decidiu tipificar as infrações disciplinares que supostamente foram cometidas pela servidora.

## 2. Da Citação e da Defesa

Foi citada regularmente a servidora (fls. 37 e 38) a respeito do presente Processo Administrativo destacando quais as infrações supostamente cometidas. Na mesma oportunidade restou intimada a para apresentar defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis. A servidora solicitou então cópia integral dos autos do Processo Administrativo, o que lhe foi fornecido. Através de sua procuradora, Drª Zeli Terezinha Dariva, OAB/SC 9.869, restou apresentada defesa administrativa (fls. 40 a 46).

Salvo melhor juízo, a defesa administrativa apresentada, resume-se nas seguintes considerações: (a) que até o momento não havia que se apontar qualquer inobservância as normas legais para o procedimento; (b) que diferente do que é apontado no ofício pelo representante ministerial, não houve problemas no atendimento à população prestado pelo Procon desta comarca, aos menos no que tange a servidora Maristela; (c) que na situação envolvendo o Sr. Edson Nilsson Kunen, a servidora Maristela não efetuou os registros de problemas relacionados à demora em fila de atendimento porque não sabia como proceder, uma vez que até então nunca havia registrado problemas desta natureza; (d) que por esta razão, a servidora optou por deixar que o advogado do Procon resolvesse ou encaminhasse a situação; (e) que o advogado do Procon possuía jornada específica de trabalho, com horário determinado de início e fim e que não havia avisado as servidoras que estaria ausente naquela data; (f) que a servidora apenas aguardava o advogado para que este efetuasse o atendimento e realizasse os encaminhamentos que entendesse adequados; (g) que, devido ao fato do advogado do Procon não ter comparecido ao trabalho naquela tarde, após contato com a secretária executiva da Amplasc, a servidora acabou por efetuar o registro de acordo com o que se verifica na carta de investigação preliminar datada de 30/05/2014; (h) que mesmo tendo o Sr. Edson Kunen solicitado, a servidora não ligou para o advogado do Procon, pois o horário de atendimento deste foi estabelecido por ele mesmo e, se ele não poderia atender naquele dia, deveria ao menos ter comunicado; (i) que a própria executiva da Amplasc tinha conhecimento de que o advogado do Procon não cumpria o horário estabelecido; (j) que as desavenças havidas entre o coordenador do Procon e a servidora Maristela, deram ensejo para as omissões de informações sobre compromissos externos daquele; (k) que se trata de problema isolado em que a população na prática não foi atingida; (l) que a servidora trabalhou no Procon por mais de dez anos; (m) que já trabalhou sob a coordenação de outros advogados, sem nunca ter enfrentado nenhuma divergência ou conflito no atendimento; (n) que o relacionamento da acusada com o Sr. Bruno Rech (advogado coordenador do Procon na época da ocorrência dos fatos) sempre foi difícil; (o) que os desajustes começaram a partir do momento em que atendimento

particulares de advocacia começaram a ocorrer dentro do Procon, com a utilização de material de expediente, equipamentos e a própria estrutura do órgão; (p) que este fato motivou toda a onda desavenças entre a acusada e o advogado do Procon; (q) que não ocorreu atendimento deficitário prestado pela acusada; (r) que a servidora sempre atuou com zelo, dedicação e desprendimento a todos aqueles que se dirigiram ao órgão de proteção ao consumidor local, buscando soluções e dando os encaminhamentos necessários; (s) que quanto ao relatório apresentado pela secretária do Juizado Especial da comarca, este apenas revela dificuldades em algumas ocorrências, especialmente quando se refere a contratos bancários que demandam realização de cálculo por contador; (t) que como referido profissional não faz parte da equipe técnica do Procon, a servidora Maristela não teria como analisar termos de contrato e os juros cobrados; (u) que por estes motivos, os contratos bancários devem ser analisados fora da esfera do Procon; (v) que durante três anos, a acusada atuou sozinha junto ao Procon, sem a presença de um coordenador; (w) que desta forma havia necessidade de se socorrer ao Ministério Público e ao próprio Juizado Especial Cível para auxiliar nos encaminhamentos; (x) que o desprendimento de Maristela no cumprimento das atribuições da função do cargo que exercia já mereceu destaque da Câmara de Vereadores de Campos Novos, o que foi reconhecido através da Moção nº 15/2012; (y) que a acusada sempre observou as atribuições do cargo, cumprindo integralmente com seus deveres; (z) que não há provas, sequer indícios, que indiquem que a servidora infringiu o Art. 125, XV, do Estatuto, pois em momento algum foi desidiosa; (aa) que segundo o dicionário jurídico a desídia fortuita ou ocasional não constitui motivo de despedida do empregado ou trabalhador; (bb) que a desídia habitual equivale a negligência contumaz, reveladora de sucessivos e injustos desleixos; (cc) que pelas definições, observa-se que a servidora não se enquadra nesta falta disciplinar, pois em momento algum deixou de atender com urbanidade, presteza e esmero os consumidores que se dirigiram até o Procon; (dd) por fim requereu a oitiva de sete testemunhas e que, com base no que foi explanado, seja absolvida sumariamente a investigada, por não restar comprovada qualquer conduta contrária aos seus deveres de servidora, devendo ser o presente Processo Administrativo arquivado.

## 3. Análise das Provas e Delimitação das Condutas:

Acreditando que as informações até aqui levantadas sejam suficientes para esclarecimento dos fatos, e inexistindo pendência sobre qualquer pleito da defesa, estando formado o livre convencimento dos membros da Comissão, passa-se a concluir, com as razões que abaixo seguem.

Após a citação, a procuradora da servidora apresentou a defesa prévia dentro do prazo estipulado, e a mesma foi anexada aos autos do processo. A defesa administrativa foi analisada conforme consta na Ata de Reunião 02 (fl. 39), e a comissão deferiu todos os pedidos de oitivas de testemunhas solicitadas, tendo sido arrolado ainda outra testemunha.

Decidiu-se intimar as testemunhas arroladas pela procuradora, além da testemunha arrolada pela própria comissão. A servidora e sua procuradora foram intimadas acerca das datas das oitivas e comparecem nos dias e horários marcados (fls. 51 e 52). Todas as oito pessoas intimadas forma ouvidas. Durante a oitiva do Sr. Bruno Constantino Rech, a servidora optou por não estar presente por não sentir-se confortável. Após a oitiva das testemunhas a comissão reuniu-se conforme Ata de Reunião 03 (fl. 84), e decidiu ainda intimar a servidora para prestar declarações a respeito dos fatos referidos no curso do processo (fls. 86 e 87).

Após a oitiva da acusada, a comissão encerrou os trabalhos de instrução do presente processo, e decidiu intimar a procuradora representante da servidora para que, no prazo de dez dias úteis, apresentasse suas alegações finais (fl.94). No prazo legal, as alegações finais foram apresentadas e analisadas por esta comissão. Pelo que consta nos autos, em detida análise dos documentos

anexados, da análise da defesa apresentada, em observância das verificações realizadas pela Comissão, dos depoimentos dos testemunhos, das declarações do acusado, relatamos e emitimos parecer no seguinte sentido:

3.1. O processo tramitou regularmente e não há nulidades a serem sanadas;

3.2. Também não restam pontos da defesa a serem respondidos, já que todas as alegações foram sanadas ou atendidas durante o andamento do feito. Também parece que inexistem atos ou fases processuais a serem anuladas, isto porque, a servidora teve amplo acesso a todo o processo, pôde contraditar todas as testemunhas ouvidas e, não há constatação de que algum prejuízo processual lhe tenha sobrado.

Além disso, foi efetivamente respeitada a ampla defesa e o contraditório, já que tanto a servidora como também sua procuradora puderam acompanhar o desenvolvimento regular do processo, manifestando-se livremente sempre que desejado.

3.3. Quanto à apuração dos possíveis atos de violação dos deveres funcionais por parte da acusada, pode-se constatar pela análise dos depoimentos das testemunhas que:

a) O advogado Bruno Rech, coordenador do Procon na época da ocorrência dos fatos ora investigados, afirma que muitos dos serviços do órgão poderiam ser realizados pela servidora, de ofício; que quando não pode comparecer ao Procon, avisou a servidora Liana Rambo de que estaria ausente, pois ministraria uma palestra em um colégio; que soube que o Sr. Edson Kunen demonstrou-se insatisfeito com o atendimento prestado pelas servidoras do órgão; que a situação do Sr. Edson poderia ter sido resolvida de ofício pelas próprias servidoras do Procon; que quando chegou ao Procon foi que soube do problema ocorrido com o Sr. Kunen e então foi até a Amplasc; que somente ausentava-se quando tinha que ministrar palestras em entidades educacionais e que ministrou quatro palestras durante o período que trabalhou junto ao Procon; que a acusada não entrou em contato com ele na data que foi procurado pelo Sr. Kunen, porque não possuíam um bom relacionamento; que nunca presenciou mal atendimento por parte da acusada; que outros consumidores procuraram o coordenador, inclusive fora da sede do órgão para reclamar do atendimento prestado pela acusada; que nos últimos meses que esteve exercendo atividades junto ao órgão a acusada deixou de fazer o agendamento de consumidores que procuravam atendimento no Procon; que passou a ser rude e áspera com o coordenador; que a acusada procurou diversas vezes a Amplasc para falar mal do coordenador; que a acusada imputou inclusive condutas criminosas ao coordenador; que a acusada se negava a atender consumidores alegando que a solução dos problemas não eram atribuições do Procon; que eram casos possíveis de solucionar por meio da emissão de um ofício em nome do órgão.

b) A Sr<sup>a</sup> Leila Denise Alberti realizou durante seis meses suas atividades na mesma sala em que a acusada prestava serviços para o Procon; disse que acompanhava os atendimentos prestados pela acusada e que na época a acusada trabalhava sozinha; disse que as atividades realizadas pela acusada eram “estressantes” e que admira a acusada pois ela cumpria rigorosamente o horário, utilizava tom de voz adequado para atender aos consumidores, procurava orientar a todos, mas que em algumas situações não podia resolver os problemas informados porque estes exigiam a intervenção de um profissional advogado; disse que nunca presenciou a acusada atendendo mal algum consumidor.

c) A Sr<sup>a</sup>. Ayula Dadalt Sutil declarou que na condição de consumidora utilizou os serviços do Procon; que foi atendida pela servidora de maneira prestativa e satisfatória; que ouviu a acusada atendendo outros consumidores e que ela atendia a todos de maneira

igual; que o atendimento prestado pela servidora nunca foi grosseiro, sempre foi técnico; que precisou dos serviços do Procon por diversas vezes e a investigada sempre resolveu os problemas que teve.

d) A Sr<sup>a</sup>. Rosangela Isabel Susin Simon declarou que na condição de consumidora utilizou os serviços do Procon; que quando precisou dos serviços do Procon a servidora prestou os serviços de maneira satisfatória, sendo correta e simpática, e em nenhum momento foi grosseira com a depoente ou com outros consumidores que aguardavam o atendimento; que na primeira vez que esteve no Procon, a acusada estava atendendo sozinha; que na segunda vez que precisou do órgão, já havia outra pessoa trabalhando juntamente com a servidora;

e) O Sr. Edson Nilsson Kunen relatou que na condição de consumidor procurou os serviços do Procon; que esteve no Procon às treze horas e conversou com a acusada relatando que gostaria de registrar uma ocorrência; que a acusada afirmou que o depoente deveria ser atendido pelo advogado do Procon que chegaria somente às treze horas e trinta minutos; que retornou ao Procon no horário mencionado pela acusada e aguardou até às treze horas e quarenta e dois minutos, momento em que pediu a acusada para que ligasse para o advogado; que a acusada disse que o advogado poderia estar em audiência, o que justificaria o atraso; que a acusada disse que o advogado era funcionário da Amplasc e desta forma o depoente foi até a Amplasc; que na Amplasc, a pessoa que o atendeu entrou em contato com a acusada e pediu para que ela o atendesse; que retornou ao Procon às quatorze horas, quando então foi atendido pela acusada; que após o último retorno do depoente ao Procon, foi atendido satisfatoriamente; que procurou o Ministério Público por estar indignado com o fato de o órgão não contar com a presença de um advogado; que não ficou satisfeito com o primeiro atendimento prestado pela acusada; que gostaria que a acusada tivesse entrado em contato com o advogado quando ele solicitou; que acredita que a acusada poderia estar tentando prejudicar o advogado em razões de problemas internos.

f) A Sr<sup>a</sup>. Grazielli Kemer declarou que trabalhou com a acusada e que não presenciou a acusada atendendo algum consumidor de maneira grosseira ou desrespeitosa; que a acusada possuía um relacionamento amistoso com os demais funcionários do órgão.

g) A Sr<sup>a</sup>. Andreia Fernandes de Lima declarou que trabalhou com a acusada e que o atendimento prestado pela acusada era satisfatório e eficiente; que a acusada atendia a todos de maneira igual; que o relacionamento com os demais servidores do órgão foi sempre amistoso.

h) O Sr. Eduardo Martins Antunes declarou que trabalhou junto com a acusada por aproximadamente 4 ou 5 anos; que era o coordenador do órgão e a acusada o auxiliava; que a acusada realizava os atendimentos, resolvia os problemas narrados pelos consumidores e fazia os encaminhamentos que tinha condições de fazer; que quando a acusada não tinha condições de resolver o problema trazido pelo consumidor, ela marcava uma audiência junto com o coordenador; que a prática era um acordo entre o depoente e a acusada; que o relacionamento com a acusada era amistoso e se estendia aos demais funcionários do Procon; que em algumas oportunidades acompanhava os atendimentos prestados pela acusada e que os atendimentos eram eficientes e satisfatórios; que a maioria dos problemas eram solucionados pela própria acusada, sem a necessidade de intervenção do depoente.

3.4. Pelo exposto a Comissão pôde concluir que, de fato, a servidora procurava atender a todos de forma igualitária, com foco na resolução dos problemas narrados pelos consumidores. Não há evidências de contumácia em atendimentos deficitários, pois os relatos desfavoráveis feitos no processo dão conta de questões de

somenos importância, ao menos naquilo que se refere à qualidade (ou falta dela) durante os contatos com o público.

O método empregado no atendimento parte da característica individual de cada servidor, e relatos isolados não podem se prestar, na opinião desta comissão, para desqualificar o serviço do PROCON que, segundo o conhecimento empírico, sempre funcionou a contento em sua esfera de atuação.

Tanto isso é verdade que não há como passar despercebido o fato da servidora acusada ter recebido, no ano de 2012, destaque da Câmara de Vereadores, consistente em uma moção de parabenização pelo trabalho desenvolvido no encaminhamento das reclamações (fl. 47).

O que preocupa, entretanto, é que exatamente um fato isolado serviu, sim, para pôr em descrédito o referido órgão, não pela eficiência do serviço buscado, mas pelos desentendimentos pessoais entre os funcionários daquela organização.

Observa-se que a situação tomou proporção tamanha que, pela simples falta de harmonia no ambiente de trabalho, foi necessário que consumidores buscassem outros organismos, como o Ministério Público e o Juizado Especial, que se viram obrigados, inclusive, a reportar as ocorrências ao Poder Executivo.

Destaques-se que o depoente Edson Nilsson Kunen, em sua narrativa, relatou que ficou insatisfeito com o atendimento, não em razão do tratamento empregado, mas sim pela negativa da servidora em simplesmente efetuar uma ligação ao advogado coordenador do Procon.

Ademais, pensa-se que se a reclamação restou realizada após a interferência Secretária Executiva da Amplasc, isto demonstra que o atendimento poderia ter sido realizado logo no primeiro contato, sem a necessidade de aguardar o comparecimento do coordenador do Procon.

A verdade é que o relacionamento ruim entre os funcionários não deveria nunca ter transparecido ao público, nem tão pouco poderia ter sido determinante para deixar-se de atender um cidadão que compareceu ao organismo.

E não se poderá negar a existência desta situação, pois tanto a servidora como também o advogado relataram/comunicaram, não só no decurso do processo, que os desentendimentos eram frequentes e que não havia sequer diálogo acerca do trabalho a ser realizado.

Enquanto condição pessoal dos envolvidos, isto não diz respeito a quem quer que seja. Contudo, no momento em que esta problemática passa a prejudicar o atendimento e colocar em risco a eficácia do serviço público, isso passa a ser reprovável.

Desta forma, a comissão entende que era exigível da servidora acusada uma conduta diversa quando do atendimento ao Sr. Edson Nilsson Kunen, já que é dever do servidor atender com presteza e não deixar o consumidor à espera. O correto seria que a servidora tivesse efetuado a ligação solicitada pelo Sr. Edson Nilsson Kunen ao coordenador do Procon, para procurar saber se o coordenador viria naquela tarde ou se estava em algum compromisso. Esta simples atitude teria evitado todo o transtorno ocorrido neste dia.

Em resumo, embora a servidora acusada não tivesse um bom relacionamento com o coordenador Bruno Rech, os consumidores não poderiam ser prejudicados por problemas internos.

#### 4. Conclusão:

A alínea "a" do inc. V, art. 124 do Estatuto do Servidor (LC 03/2000), estabelece que é dever do servidor "atender com presteza ao público em geral prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo". A Comissão acredita ter restado efetivamente violado o dispositivo acima mencionado pois, consoante já se destacou, era exigível conduta diversa.

Destaques-se, contudo, que se trata de conduta isolada, sem agravantes ou atenuantes dignas de nota, até porque, ao que se sabe, a problemática já está sanada, pois nem a servidora e mesmo o advogado estão mais atuando frente ao PROCON local. Além do mais, a gravidade da situação que ensejou este procedimento não

ultrapassa o limite do tolerável (art. 136 do Estatuto do Servidor). Diante destas considerações, não havendo justificativa para uma penalidade mais grave, recomenda-se a aplicação de advertência escrita (art. 137), que deverá ficar vinculada à ficha funcional da servidora pelo prazo de 5 (cinco) anos, quando então o registro deverá ser cancelado (art. 139). Registre-se, ainda, que o processo administrativo foi integralmente respeitado, ultrapassando as fases meramente investigativas sendo, portanto, desnecessário novo procedimento.

Por fim, ressaltamos a necessidade do encaminhamento de cópia do presente ao Ministério Público, conforme solicitado no ofício nº. 0189/2014/01PJ/CNO/01.2014.00009980-5.

É, nosso parecer, cujo Relatório submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência.

Campos Novos (SC), 22 de setembro de 2014.

VIVIANE CRISTINA JUNHO

Presidente

ANA ELIZA MARA MARCON

Secretária

SONIA APARECIDA TRUCOLO

Membro

### RELATÓRIO FINAL PROCESSO ADMINISTRATIVO SOELI TEREZINHA MACHADO

Excelentíssimo Senhor

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

A Comissão de Processo Administrativo, constituída pela Portaria nº 1.722/2015 de 07/12/2015, com incumbência de apurar eventuais infrações da servidora SOELI TEREZINHA MACHADO no exercício das suas atribuições, apresenta seu Relatório Final, nos termos seguintes:

#### 1. Da Instauração e da acusação

Pela Portaria nº 1.722/2015, datada de 07 de dezembro de 2015, foi instaurado o Presente Processo Administrativo. Instalou-se a Comissão de Processo Administrativo, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, Centro, na cidade de Campos Novos-SC, passando a constituir a sede da Comissão para apurar os fatos relacionados na Portaria Instauradora, acima citada (fl. 03).

Os trabalhos transcorreram com normalidade, sendo que, a Comissão iniciou os trabalhos analisando os documentos objeto da comunicação. A comissão juntou esses documentos aos autos do processo e decidiu tipificar as infrações disciplinares que supostamente foram cometidas pela acusada.

#### 2. Da Citação e da Defesa

A acusada recusou-se a assinar a citação de forma injustificada, desta forma os membros da comissão anotaram a sua recusa e deram a contrafé, assim a acusada é considerada citada para todos os efeitos (fl. 09).

A acusada apresentou defesa administrativa (fls. 41 a 45).

Na defesa administrativa apresentada, a acusada fez as seguintes considerações: discorda por completo a forma adotada por ser absolutamente inconsistente tornando o procedimento nulo de pleno direito; falta de tipificação legal tornando nula a citação; e a falta de provas em desfavor da acusada.

Por fim requer a juntada da defesa apresentada e que ao final o presente Processo Administrativo seja anulado, dado ao fato que não restaram informadas, ao teor do estatuto do servidor, quais as tipificações legais infringidas pela acusada.



### 3. Análise das Provas e Delimitação das Condutas:

Acreditando que as informações até aqui levantadas sejam suficientes para esclarecimento dos fatos, e inexistindo pendência sobre qualquer pleito da defesa, estando formado o livre convencimento dos membros da Comissão, passou-se a concluir, com as razões que seguem:

Após a citação, a acusada apresentou a defesa prévia dentro do prazo estipulado, e a mesma foi anexada aos autos do processo. A defesa administrativa foi analisada conforme consta na Ata de Reunião 02 (fls. 40).

3.1 O processo tramitou regularmente e não há nulidades a serem sanadas.

3.2 Foi efetivamente respeitada a ampla defesa e o contraditório, já que a servidora pode acompanhar e se manifestar livremente em todos os atos praticados pela Comissão;

3.3 Quanto ao fato da acusada ter se ausentado do trabalho sem a devida autorização da chefia imediata, a Comissão considera o fato da servidora estar há aproximadamente 25 anos no serviço público, com admissão em 18 de junho de 1990 e esta ser a primeira comunicação em seu desfavor, a comissão assim, entende não ter restado efetivamente configurada a infração funcional, conforme a previsão contida no art. Art. 124, inciso X, irrelevante assim a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar tal fato.

### 4. Conclusão:

A Comissão pôde concluir que trata-se de uma conduta isolada e entende não ser passível de punição, o que se tem é que não restou infringido o Estatuto do Servidor, no que concerne ao previsto no art. 124, inciso X da Lei Complementar Municipal 03/2000, consoante acima argumentado.

A comissão decide pelo arquivamento do presente Processo Administrativo Disciplinar.

É, nosso parecer, cujo Relatório submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência.

Campos Novos (SC), 19 de janeiro de 2016.

VIVIANE CRISTINA JUNHO

Presidente

LETICIA PICCOLI CAIPER ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS

Secretária Membro

### **RELATÓRIO FINAL PROCESSO ADMINISTRATIVO TIAGO DA SILVA FERREIRA**

Excelentíssimo Senhor

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

A Comissão de Processo Administrativo, constituída pela Portaria nº 1.235 de 14/07/2015, com incumbência de apurar possível prática de infração cometida pelo servidor TIAGO DA SILVA FERREIRA no exercício das suas atribuições, apresenta seu Relatório Final, nos termos seguintes:

#### 1. Da Instauração e da acusação

Pela Portaria nº 1.235, datada de 14 de julho de 2015, foi instaurado o Presente Processo Administrativo. Instalou-se a Comissão de Processo Administrativo, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, Centro, na cidade de Campos Novos -SC, passando a constituir a sede da Comissão para apurar os fatos

relacionados na Portaria Instauradora, acima citada (fl. 01).

Os trabalhos transcorreram com normalidade, sendo que, a Comissão iniciou os trabalhos analisando os documentos constantes da Sindicância Administrativa Investigatória nº 03/2015. A comissão juntou esses documentos aos autos do processo e decidiu tipificar as infrações disciplinares que supostamente foram cometidas pelo acusado.

#### 2. Da Citação e da Defesa

Foi citado regularmente o acusado (fls. 38 e 39) a respeito do presente Processo Administrativo destacando quais foram as infrações supostamente cometidas sendo, na mesma oportunidade, intimado para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias. Aportada a defesa, o acusado solicitou então cópia integral dos autos do Processo Administrativo, o que lhe foi fornecido. Através de seu procurador, Mayck Wilhan Fagundes, OAB/SC 20.914, foi apresentado defesa administrativa (fls. 41 a 47).

Na defesa administrativa apresentada, o procurador fez as seguintes considerações: discorda por completo a forma adotada por ser absolutamente inconsistente, tornando o procedimento nulo de pleno direito; que dada a manifesta falta de provas, bem se vê que o processo administrativo deve ser anulado e arquivado de plano, consoante previsto pelo artigo 152 do Estatuto dos Servidores; que a adversidade encontrada no exercício de suas funções se deu, em verdade, por problemas no veículo que lhe foi confiado, mas nunca em falta de zelo ou atenção como se quer inferir.

Por fim o procurador requer a juntada da defesa apresentada, que sejam ouvidas as seis testemunhas por ele arroladas e que no final o presente Processo Administrativo seja anulado, dado ao fato que não restaram informadas, ao teor do estatuto do servidor, quais as provas existentes contra o servidor.

#### 3. Análise das Provas e Delimitação das Condutas:

Acreditando que as informações até aqui levantadas sejam suficientes para esclarecimento dos fatos, e inexistindo pendência sobre qualquer pleito da defesa, estando formado o livre convencimento dos membros da Comissão, passou-se a concluir, com as razões que seguem:

Após a citação, o procurador do acusado apresentou a defesa prévia dentro do prazo estipulado, e a mesma foi anexada aos autos do processo. A defesa administrativa foi analisada conforme consta na Ata de Reunião 02 (fls. 49 e 50), e a comissão deferiu todos os pedidos de oitivas de testemunhas solicitadas pelo procurador do acusado. O acusado e seu procurador foram intimados acerca das datas das oitivas e comparecem no dia e horário marcado (fls. 72 e 74). Foram ouvidas duas testemunhas, sendo que duas das testemunhas, Luciano Manfredi e Marcio Luiz Koffermann, foram dispensadas pela defesa. As testemunhas Vanessa Moraes e Izaás Chaves dos Santos não foram localizadas.

Foi solicitado ao Diretor do Transporte Escolar, conforme consta na folha 58, cópia dos tacógrafos do veículo objeto do presente Processo Administrativo, a escala do servidor que demonstrasse a data em que o mesmo conduziu o veículo e ainda relatório das últimas manutenções realizadas no referido veículo. Foi solicitado também à seguradora (fl. 55) cópia do processo de regulação de sinistro do veículo objeto do Processo, bem como das possíveis conclusões acerca desta ocorrência. Ambas as solicitações não foram atendidas.

Após a oitiva das testemunhas, foi decidido, estando de acordo a defesa, em realizar o interrogatório do acusado, conforme Termo de Interrogatório constante nas folhas 81 e 82. A comissão confeccionou o termo de audiência no qual constam os atos ocorridos durante a audiência; A comissão reuniu-se conforme ata de reunião 03 (fl. 85), e decidiu confeccionar o Relatório Final do presente Processo Administrativo.

Pelo que consta nos autos, através de evidentes e comprobatórios documentos anexados, das análises da defesa apresentada,

das verificações realizadas pela Comissão, dos depoimentos das testemunhas, das declarações do acusado, relatamos e emitimos parecer no seguinte sentido:

3.1 O processo tramitou regularmente e não há nulidades a serem sanadas.

3.2 Também não restam pontos da defesa a serem respondidos, já que todas as alegações foram sanadas ou atendidas (dentro do que era possível), durante o andamento do feito. Também parece que inexistem atos ou fases processuais a serem anuladas — segundo argumentado pelo defensor — pois não se demonstrou que algum prejuízo tenha sido causado ao servidor. Além disso, foi efetivamente respeitada a ampla defesa e o contraditório, já que tanto o servidor como também seu procurador puderam acompanhar e se manifestar livremente em todos os atos praticados pela Comissão;

3.3 Quanto ao fato do acusado ter causado acidente de trânsito, a Comissão entende não ter restado efetivamente configurada a infração funcional, conforme a previsão contida no art. 124, inciso I. Os testemunhos, o Boletim de Ocorrência e as declarações do próprio acusado demonstram que houve apenas falha mecânica (falta de freios), não havendo, portanto, dolo na conduta do servidor. Da mesma forma não se acredita em negligência já que, segundo as informações do diretor de departamento, o servidor não teria condições de detectar esta falha por antecipação neste caso específico;

3.4 Contudo, ainda que não haja configuração de infração administrativa quanto ao acidente ocorrido, não se pode negar que existam relatos de que o denunciado tenha empregado velocidade excessiva, por mais de uma vez, na condução dos veículos municipais. Ainda que os tacógrafos juntados não deponham em seu favor, os relatos constantes do feito, além da notícia do próprio diretor de departamento, são suficientes para que se aplique adequada reprimenda ao servidor. Nisto, entende-se configurada a infração funcional, desta feita conforme consta no art. 124, inciso I do Estatuto do Servidor. Observada então a gravidade da infração cometida, os danos e circunstâncias — tal qual recomenda o art. 136 —, bem como o fato de que não pendem agravantes ou atenuantes dignas de nota, a comissão sugere que, por esta conduta transgredida, seja aplicada penalidade de advertência escrita (art. 137), que deverá ficar vinculada à ficha funcional do servidor pelo prazo de 5 (cinco) anos, quando então o registro deverá ser cancelado (art. 139);

#### 4. Conclusão:

E por todas as fases atravessadas, a Comissão pôde concluir que quanto ao fato do excesso de velocidade empregado em veículos da frota municipal pelo acusado Tiago da Silva Ferreira, trata-se de uma conduta isolada, que pode ser advertida e tolerada em respeito à eficiência do serviço público. Assim, o que se tem é que restou infringido o Estatuto do Servidor, apenas no que concerne ao previsto no art. 124, inciso I da Lei Complementar Municipal 03/2000, consoante acima argumentado. Tal dispositivo prevê pena de advertência ao seu transgressor.

É a penalidade que, sugerimos, seja aplicada, com as cautelas mencionadas neste relatório.

É, nosso parecer, cujo Relatório submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência.

Campos Novos (SC), 09 de setembro de 2015.

VIVIANE CRISTINA JUNHO  
Presidente

LETICIA PICCOLI CAIPER  
Secretária

VERA LÚCIA DE VARGAS  
Membro

## RELATÓRIO FINAL SINDICÂNCIA INÊS VARELA DA LUZ E MARIA LUIZA DE SOUZA

Excelentíssimo Senhor  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, constituída pela Portaria nº 1.196/2014 de 09/07/2014 e pela Portaria nº 1.282/2014 de 01/08/2014, com incumbência de apurar eventuais ofensas físicas e/ou verbais entre as servidoras INÊS VARELA DA LUZ e MARIA LUIZA DE SOUZA em horário de expediente, apresenta seu Relatório Final, nos termos seguintes:

#### 1. Da Instauração e da Conduta Atribuída:

Pela Portaria nº 1.282/2014, datada de 01 de agosto de 2014, foi instaurado a Presente Sindicância. Instalou-se a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, Centro, na cidade de Campos Novos-SC, passando a constituir a sede da Comissão para apurar os fatos relacionados na Portaria Instauradora, acima citada (fl. 05).

Os trabalhos transcorreram com normalidade, porém a comissão precisou solicitar através do Ofício CPAD 07 (fl. 127), a prorrogação do prazo para entrega do Relatório Final por mais 30 (trinta) dias, tendo em vista que ainda não havia logrado produzir todos os elementos comprobatórios imprescindíveis a instrução do processo, o que foi deferido pelo Sr. Prefeito.

A Comissão iniciou os trabalhos tipificando as infrações disciplinares que supostamente foram cometidas pelas servidoras, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, conforme relatado na Ata 01 de Reunião (fl. 07).

#### 2. Da Citação e da Defesa

Foram citadas regularmente as servidoras (fls. 09 a 12) a respeito da presente Sindicância destacando quais as infrações supostamente cometidas. Na mesma oportunidade restaram intimadas para apresentarem defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis. As servidoras solicitaram então cópia integral dos autos da Sindicância, o que lhes foi fornecido.

Das defesas acostadas nos autos, cumpre fazer os seguintes comentários:

I) A servidora Inês Varela da Luz apresentou defesa administrativa (fls. 13 a 25), através de seus advogado, Dr. Marcelo Ratti, onde alega: (a) que não está sendo oportunizado o contraditório e a ampla defesa a servidora; (b) que não se pode adotar decisões baseado em meras suposições; (c) que etapas foram suprimidas e observa a nulidade do procedimento; (d) que falta a tipificação legal e que a citação é nula, alegando que a peticionante sequer sabe do que se defender pois em momento algum foi tipificada as penalidades administrativas supostamente cometidas e desta forma não há como expedir uma defesa de mérito; (e) que sejam anuladas as advertências assinadas pela acusada Inês Varela da Luz, as quais teria sido a acusada coagida a assinar. Por fim o defensor faz seus requerimentos e arrola uma testemunha.

II) A servidora Maria Luiza de Souza, através de seu procurador, Dr. Mayck Wilhan Fagundes, OAB/SC 20.914, apresentou defesa administrativa (fls. 28 a 33) onde alega: (a) que a peticionante sequer sabe do que se defender pois em momento algum houve tipificação das penalidades administrativas supostamente cometidas e desta maneira não há como expedir uma defesa de mérito; (b) que a citação seja refeita pois a considera nula; (c) que a peticionante define-se como dedicada, cumpridora fiel de suas atribuições. Por fim o defensor faz seus requerimentos e arrola uma testemunha.

### 3. Análise das Provas e Delimitação das Condutas:

Acreditando que as informações até aqui levantadas sejam suficientes para esclarecimento dos fatos, e inexistindo pendência sobre qualquer pleito da defesa, estando formado o livre convencimento dos membros da Comissão, passa-se a concluir, com as razões que abaixo seguem.

Após a citação, os procuradores das servidoras acusadas apresentaram as defesas prévias dentro do prazo estipulado, e as mesmas foram anexadas aos autos do processo. As defesas administrativas foram analisadas conforme consta na Ata de Reunião 03 (fl. 37), e a comissão deferiu todos os pedidos de oitivas de testemunhas solicitadas, tendo sido arroladas pela comissão ainda outras duas testemunhas.

Na mesma reunião acima referida, decidiu-se intimar as testemunhas arroladas pelos procuradores e as testemunhas arroladas pela própria comissão. As servidoras acusadas e seus procuradores foram intimados acerca das datas das oitivas e comparecem nos dias e horários marcados. Todos os quatro servidores intimados foram ouvidos, na presença das acusadas e seus respectivos procuradores.

Após a oitiva das testemunhas a comissão, em comum acordo com os procuradores das acusadas, decidiu ouvir as declarações das mesmas, tendo em vista que tanto a comissão quanto os procuradores entenderam não ser necessário a oitiva de novas testemunhas para o esclarecimento dos fatos.

Após a oitiva das acusadas, questionando-se aos procuradores se desejavam fazer as alegações finais na referida sindicância, ambos declararam que desejavam realizá-las remissivamente, ou seja, reportando-se às defesas já apresentadas e às provas produzidas no decurso do feito.

Pelo que consta nos autos, em detida análise dos documentos anexados, da análise da defesa apresentada, em observância das verificações realizadas pela Comissão, dos depoimentos dos testemunhos, das declarações das acusadas, relatamos e emitimos parecer no seguinte sentido:

3.1. O processo tramitou regularmente e não há nulidades a serem sanadas;

3.2. Também não restam pontos da defesa a serem respondidos, já que todas as alegações foram sanadas ou atendidas durante o andamento do feito. Também parece que inexistem atos ou fases processuais a serem anuladas, isto porque, as servidoras tiveram amplo acesso a todo o processo, puderam contraditar todas as testemunhas ouvidas e, não há constatação de que algum prejuízo processual lhes tenha sobrado.

Além disso, foi efetivamente respeitada a ampla defesa e o contraditório, já que tanto as servidoras como também seus procuradores puderam acompanhar o desenvolvimento regular do processo, manifestando-se livremente sempre que desejado.

3.3. Quanto à apuração de eventuais ofensas físicas e/ou verbais entre as servidoras acusadas, extrai-se do depoimento das testemunhas:

a) o Sr. Luizinho Savaris, Assistente de Gabinete da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo relatou que os fatos ocorreram perto do fim do expediente na Secretaria; que havia diversos outros servidores no local; que quando soube do fato, procurou intervir para evitar eventuais agressões entre as servidoras; que não sabe de outras discussões envolvendo as servidoras acusadas; que nunca ouviu reclamação das servidoras;

b) O Sr. Nelson Rodrigues de Souza, Diretor de Almoxarifado e Estoque da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, declarou que no dia da ocorrência dos fatos, estava na sala em que exerce suas funções quando percebeu a aglomeração de servidores e por isso foi até o local verificar o que estava acontecendo; que

as servidoras acusadas estavam proferindo ofensas verbais entre elas; que após a discussão ser interrompida ele retornou a sua sala; que então as servidoras voltaram a discutir; que as servidoras quase entraram em vias de fato; que não sabe o motivo que levou as servidoras a discutirem; que não sabe de outras faltas disciplinares envolvendo as acusadas; que as servidoras são bastante competentes em relação as atividades funcionais que exercem junto à Secretaria;

c) o Sr. Edson Martins, pedreiro da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, declarou que presenciou discussão verbal entre as servidoras acusadas; que quando estavam na fila para registro do horário de saída no relógio eletrônico de controle de frequência, a servidora acusada Maria Luiza sorriu e a servidora acusada Inês se exaltou, momento em que passaram a proferir ofensas verbais recíprocas; que as servidoras foram contidas por ele e pelo Sr. Nelson Rodrigues de Souza; que não sabe o motivo da discussão; que ouviu dizer que alguém disse um "nome" que a servidora Inês não gostou; que ao ouvir o "nome" proferido por outro servidor, a servidora Maria sorriu, atitude que irritou a servidora Inês; que em função disso começaram a discutir; que em outro dia presenciou as servidoras discutindo; que inclusive o Sr. Prefeito estava no local e chamou a atenção das servidoras; que tem convivência diária com as servidoras; que não sabe de outras faltas disciplinares em que estas tenham se envolvido;

d) O Sr. Vilmar Matos, motorista da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, declarou que estavam na fila para registro do horário de saída no relógio eletrônico de controle de frequência; que presenciou uma discussão verbal entre as servidoras; que as discussões iniciaram-se em razão de um apelido imputado à servidora Inês; que durante as discussões houve alguns empurrões entre as servidoras; que no momento em que iniciaram as discussões o depoente chamou os responsáveis pelo setor; que acredita que algum dos responsáveis pelo setor deveria estar no local para evitar discussões; que não sabe se as servidoras discutiram novamente em outro dia; que não percebeu se alguma das servidoras proferiu palavras ofensivas; que no dia em que os fatos ocorreram o Sr. Prefeito foi até a Secretaria; que não sabe de outras faltas disciplinares envolvendo as servidoras; que o fato ocorrido envolvendo as servidoras é corriqueiro na Secretaria; que não houve exposição, tampouco prejuízo para a imagem da administração pública municipal, já que é comum esse tipo de problema no setor;

e) Do depoimento das servidoras acusadas é possível extrair-se apenas, para fins de registro, que cada qual não se considera responsável pelo evento e que os fatos não ultrapassaram às ocasiões noticiadas não havendo mais sequer contacto entre as envolvidas, uma vez que ambas estão trabalhando em diferentes setores. De qualquer forma, obviamente a Comissão não poderá se apegar a qualquer dos depoimentos das servidoras, uma vez que sabidamente estes são parciais e até valorizam em demasia a situação ocorrida.

3.4. Sendo assim, da detida análise das provas produzidas a comissão pôde observar e constatar:

- a) que, de fato, houve animosidade entre as servidoras acusadas;
- b) que a discussão se deu devido a um apelido dado à servidora acusada Inês Varela da Luz;
- c) que as acusadas proferiram palavras ofensivas durante a discussão diante de diversos outros servidores;
- d) que independente de quem tenha iniciado a discussão, as acusadas deveriam ter respeitado o que determina o Estatuto dos Servidores que proíbe este tipo de comportamento;
- e) que as acusadas não possuem nenhuma falta disciplinar anterior;
- f) que as servidoras exercem com dedicação as suas funções.

4. Conclusão:



Bem se vê que se tratou de conduta isolada das acusadas, não tendo sido relatados outros episódios envolvendo as servidoras. Além disso, nenhuma delas restou lesionada com gravidade, fato que poderia ensejar outros procedimentos além deste que tramita na esfera administrativa.

Também é preciso destacar que quase todos os servidores ouvidos mencionaram ser até comum algum atrito entre os funcionários vinculados à Secretaria de Obras, dada à grande circulação diária de pessoas naquele espaço.

Ademais se registra que as servidoras acusadas não desfrutaram de outras agravantes dignas de nota, até porque, ao que se sabe, a problemática já está sanada, pois as servidoras trabalham, conforme já se ressaltou, em lugares distintos.

O próprio Estatuto do Servidor, autoriza a flexibilização da pena, se o fato assim não ultrapassar o limite do tolerável (art. 136 do Estatuto do Servidor).

Entretanto, por evidente, a situação não poderá ser simplesmente ignorada pois, conforme já ponderado, houve efetiva transgressão ao Estatuto funcional.

Sopesando todas estas considerações, a comissão acredita que a penalidade mais adequada seria a aplicação de uma advertência escrita, em desfavor de ambas as servidoras, tal qual permite o art. 137 da Lei Complementar nº 03/2000, a saber: "a advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do artigo 123 incisos I a IX, XIX e XX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave" (grifado)".

Destaque-se que ocorrência de nova transgressão, por menor que seja, já demandará diretamente a penalidade de suspensão, pois a reincidência de faltas assim o recomenda. De tal fato deverão ser plenamente advertidas as servidoras.

Conste-se igualmente que a penalidade, se acatada, deverá ficar vinculada à ficha funcional das servidoras pelo prazo de 5 (cinco) anos, quando então o registro deverá ser cancelado (art. 139).

Registre-se, por fim, que o processo administrativo foi integralmente respeitado, ultrapassando as fases meramente investigativas sendo, portanto, desnecessário novo procedimento. É, nosso parecer, cujo Relatório submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência.

Campos Novos (SC), 26 de setembro de 2014.

VIVIANE CRISTINA JUNHO

Presidente

ANA ELIZA MARA MARCON SONIA APARECIDA TRUCOLO

Secretária Membro

## TP 08\_16

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2016

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 04 de maio de 2016 às 16h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, TOMADA DE PREÇOS, tendo como objeto a contratação de empresa para execução de obra de implantação de praça pública no Bairro Boa Vista, conforme especificações do projeto básico. Financiamento BADESC Cidades. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br).

Campos Novos, 11 de abril de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## SAMAE - CAMPOS NOVOS

### TOMADA DE PREÇO Nº03/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

### AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 17/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº03/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

2-OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA RETIFICA DO MOTOR E CONserto DO SISTEMA HIDRAULICO DE RETROESCAVADEIRA DA MARCA CASE MODELO 580L 4X2 ANO 2006 Nº 341 DE PROPRIEDADE DO SAMAE DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS-SC.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: Às 14:00hs do dia 26/04/2016, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br) e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br)

Campos Novos - SC, 08 de ABRI de 2016

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

# Canoinhas

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 334/2016

PORTARIA Nº. 333/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

#### NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Professor AEE, 40 horas semanais, matutino e vespertino, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, designada para o ano letivo de 2016 para a EBM Achilles Pazda, a profissional PÂMELA KÉROLINE MATHIAS, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014, conforme Decisão Judicial como consta nos Autos nº 0302638-20.2015.8.24.0015, iniciando as suas atividades a partir de 05/04/2016, conforme comunicação interna nº 102/SME/2016.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº. 335/2016

PORTARIA Nº. 335/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias à servidora IVE-TE DE SOUZA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 25/04/2016 a 04/05/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº. 336/2016

PORTARIA Nº. 336/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio à servidora LEONILDA DE FÁTIMA PAVARIN, efetiva no cargo Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, a desfrutar no período de 12/04/2016 a 21/04/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº. 337/2016

PORTARIA Nº. 337/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 120 (cento e vinte) dias de férias a ALVACIR ANTONIO MARCONDES, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo 30 dias referente ao período aquisitivo de 2007/2008, 30 dias referente ao período aquisitivo de 2012/2013, 30 dias referente ao período aquisitivo de 2013/2014 e 30 dias referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 06/04/2016 a 03/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 338/2016**

PORTARIA Nº. 338/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO**

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora MARIA LÚCIA PEREIRA BONFIM, contratada na função de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 05/04/2016 a 30/04/2016, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 339/2016**

PORTARIA Nº 339/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

#### **PRORROGAR LICENÇA**

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Gestação à MARIA LÚCIA PEREIRA BONFIM, contratada na função de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 01/05/2016 a 29/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 172/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 346/2016**

PORTARIA Nº. 346/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias à servidora JULIANA HAUFFE RODRIGUES, comissionada no cargo de Diretor, junto ao Gabinete, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 06/04/2016 a 15/04/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 347/2016**

PORTARIA Nº. 347/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL**

Art. 1º - Fica concedido auxílio funeral a MARIA CINILA FERREIRA DE SOUZA SIMÕES DE OLIVEIRA, pelo falecimento de seu esposo Sr. GUMERCINDO SIMÕES DE OLIVEIRA, servidor público municipal Inativo no cargo de Motorista de Caminhão, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, ocorrido no dia 18 de março de 2016.

Parágrafo Único: O auxílio funeral corresponde à remuneração de 01 (um) mês, nos casos de falecimento de cônjuge, filhos, enteado ou que mantinha sob a sua guarda e por pais, quando seus dependentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 348/2016**

PORTARIA Nº. 348/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;  
CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME;  
CONSIDERANDO; a necessidade de suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais;  
CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença para Tratamento de Saúde;  
CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1º - Fica contratada a profissional CÍNTIA SOKACHESKI DREHER, na função de Professor de Anos Finais, na disciplina de Ensino Religioso, MAG I, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Aroldo Carneiro de Carvalho e na EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 11/04/2016 a 29/05/2016. Considerando a Lei Municipal nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Jussara Ribas Pinto, a qual está em Licença para Tratamento de Saúde, conforme Comunicação Interna nº 110/SME/2016.

Art. 2º - Fica contratada a profissional CÍNTIA SOKACHESKI DREHER, na função de Professor de Anos Finais, na disciplina de Ensino Religioso, MAG I, 20 horas semanais, para atuar na EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 12/04/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei Municipal nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso IV, admissão de profissional da educação, conforme Comunicação Interna nº 110/SME/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 349/2016**

PORTARIA Nº. 349/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

#### **DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional ANA MARLI WURZER BILESCSKI, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/04/2016, conforme comunicação interna nº 179/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 350/2016**

PORTARIA Nº. 350/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO**

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora ELLI LEONILDA BEIJE BURZI, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 06/04/2016 a 04/08/2016, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**PORTARIA Nº. 351/2016**

PORTARIA Nº 351/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora MARIZETE DARMURUS PEREIRA, efetiva no cargo de Professor, MAG II, 40 horas semanais, no CEI Carlos Drummond de Andrade, Sala de AEE, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 06/04/2016 a 05/05/2016, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 352/2016**

PORTARIA Nº. 352/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO**

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 02 (dois) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora ANGELA MARIA LEÃO JURKIR, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme Requerimento.

Art. 2º. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora DANIELA SOARES FRAGOSO DE SOUZA E SILVA, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2004/2009, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme Requerimento.

Art. 3º. Fica autorizada a conversão de 08 (oito) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora SALETE PALHANO DE ANDRADE, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, sendo 06 dias referente ao período aquisitivo de 2004/2009 e 02 dias referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme Requerimento.

Art. 4º. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora SILVANA REGINA FRITCHE HOEPERS, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme Requerimento.

Art. 5º. Fica autorizada a conversão de 09 (nove) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora TELMA APARECIDA PEIXER, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2002/2007, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme Requerimento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 353/2016**

PORTARIA Nº. 353/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO**

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora ANA ALICE DOS SANTOS, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo 03 dias referente ao período aquisitivo de 1996/2001 e 02 dias referente ao período aquisitivo de 2001/2006, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme Requerimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 354/2016**

PORTARIA Nº. 354/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à

servidora ANA MARLI WURZER BILECKI, efetiva no cargo Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, a desfrutar no período de 18/04/2016 a 17/05/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 355/2016**

PORTARIA Nº. 355/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### **AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO**

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em Dinheiro à servidora ANGELA MARIA SOARES, efetiva no cargo de Professor 3, atualmente exercendo a função de Secretária Municipal de Assistência Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 1999/2004, para quitar despesas tributárias (IPTU), conforme Requerimento.

Art. 2º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Licença Prêmio em Dinheiro ao servidor JAIR ZATTAR, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, para quitar despesas tributárias (IPTU), conforme Requerimento.

Art. 3º. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em Dinheiro à servidora MARILEI DE JESUS PEREIRA SCHLICKMANN, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 1995/2000, para quitar despesas tributárias (IPTU), conforme Requerimento.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 356/2016**

PORTARIA Nº. 356/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015; CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME; CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença para Tratamento de Saúde; CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

#### **CONTRATAR**

Art. 1º - Fica contratado o profissional CHARLES VIGANDO PRUST, na função de Instrutor Agrícola, Ensino Médio, 40 horas semanais, para atuar na EBM Alberto Wardski, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 11/04/2016 a 17/09/2016. Considerando a Lei Municipal nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada do Instrutor Agrícola Sandro Ricardo Koch, o qual está em Licença para Tratamento de Saúde, conforme Comunicação Interna nº 111/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 357/2016**

PORTARIA Nº. 357/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90; resolve:

#### **INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 321/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. VANESSA LANGER
2. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
3. MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito em anexo na Comunicação Interna nº 013/SME/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo



legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2.016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 01/2016**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 13/2016, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 01/2016, QUE TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C COM APLICAÇÃO (RECORTE, VARREDURA, LIMPEZA E PINTURA DE LIGAÇÃO), DESTINADA AO RECAPEAMENTO DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS PÚBLICAS E SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECÇÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Aos 08 (oito) dias, do mês de abril do ano de 2016, às 10h05min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas-SC, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cláudio Henrique Mathias e a Sr. Cleison Tarciso Fuck, nomeados pela Portaria nº 063/2016, sob a presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação da empresa VOLTPELA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA, representada pelo Sr. Chrystian Robert Mokva. Primeiramente foi verificado o protocolo a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando sequência aos tramites, foi aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da participante, os quais foram analisados e rubricados pela Comissão de Licitação e representante presente. A Comissão por entender que a documentação apresentada atende as exigências do Edital declarou a empresa VOLTPELA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA habilitada no certame. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura da proposta da empresa habilitada no certame, qual seja, VOLTPELA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade da proposta, a qual estava devidamente lacrada. Aberto o envelope de proposta da empresa HABILITADA, os valores ficaram assim distribuídos: Item 01: em 1º a empresa VOLTPELA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA, com o valor de R\$ 276,21, e Item 02: em 1º a empresa VOLTPELA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA, com o valor de R\$ 213,84. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Paulo Cesar Safanelli  
Presidente

Claudio Henrique Mathias  
Membro

Cleison Tarcísio Fuck  
Secretário

VOLTPELA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA  
Chrystian Robert Mokva

### **PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO Nº FMS 01/2016**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA A ABERTURA DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS NO PROCESSO N.º FMS 10/2016, TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 01/2016, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA COM TRANSFORMAÇÃO 225kVA, NA UNIDADE DA POLICLINICA MUNICIPAL.

Aos 08 (oito) dias do mês de abril do ano de 2016, às 08h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Claudio Henrique Mathias e o Sr. Cleison Tarciso Fuck, nomeados pela Portaria nº 063/2016, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, quais sejam: empresas QUANTUM ENGENHARIA LTDA, EELTRA SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA, SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA, RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, QUARK ENGENHARIA LTDA e LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA sem representantes presentes, conforme previsto no aviso publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina DOM/SC do dia 31/03/2016. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pela Srta Bianca Todt e pelos Srs. Ariel Hanchuck Pereira e Adilson Fernando Ribeiro), as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontravam-se os envelopes de propostas das empresas: QUANTUM ENGENHARIA LTDA, EELTRA SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA, SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA, RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, QUARK ENGENHARIA LTDA, LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA e CEPENGE ENGENHARIA LTDA, os quais, da mesma forma estavam devidamente lacrados e rubricados (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pela Srta Bianca Todt e pelos Srs. Ariel Hanchuck Pereira e Adilson Fernando Ribeiro). Passou-se então a abertura das propostas das licitantes habilitadas. A proposta da empresa CEPENGE ENGENHARIA LTDA não foi aberta em função de ter sido inabilitada no certame. Abertas as propostas, os valores ficaram assim distribuídos, em 1º lugar a empresa SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA com o valor global de R\$ 68.399,68, em 2º lugar a empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, com o valor global de R\$ 69.645,27, em 3º lugar a empresa QUANTUM ENGENHARIA LTDA, com o valor global de R\$ 73.140,08, em 4º lugar, a empresa RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com o valor global de R\$ 74.986,22, em 5º lugar, a empresa EELTRA SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA, com o valor global de R\$ 76.771,45 e em 6º lugar, a empresa QUARK ENGENHARIA LTDA, com o valor global de R\$ 77.355,26. A Comissão de licitação declarou a empresa SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA vencedora da Licitação com o valor global de R\$ 68.399,68. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e testemunhas abaixo.

Paulo Cesar Safanelli  
Presidente

Cleison Tarciso Fuck  
Membro

Claudio Henrique Mathias  
Secretário

Testemunhas:  
Bianca Todt Ariel Hanchuck Pereira

Adilson Fernando Ribeiro

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 07/2016**

TOMADA DE PREÇO Nº 7/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/16

HOMOLOGAÇÃO: 05/04/16

CONTRATADO: VOLTAPES LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA BERNARDO OLSEN TRECHO I, COM EXTENSÃO TOTAL DE 347,82 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 353.090,79 (trezentos e cinquenta e três mil e noventa reais e setenta e nove centavos)

DATA: 08/04/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 25/2016 (PRESENCIAL)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/16

HOMOLOGAÇÃO: 08/04/16

CONTRATADO: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL ADITIVADO S500, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.096.000,00 (um milhão noventa e seis mil reais)

DATA: 08/04/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 46/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 69/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 46/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/04/2016, às 09h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA, COZINHA, COPOS PARA ÁGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 08h55min do dia 27/04/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 10/2016**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 68/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 10/2016

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28/04/2016, às 09h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A IMPLANTAÇÃO DE DUAS ACADEMIAS AO AR LIVRE, SENDO UMA NA LOCALIDADE DE PACIÊNCIA DOS NEVES E OUTRA NA RUA CASSEMIRO KWIECIEN, NO BAIRRO COHAB II, COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 28/04/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA DO PREGÃO Nº PMC 148/2015 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO DE DESCLASSIFICAÇÃO

Processo de Licitação n.º PMC 241/2015

Pregão Presencial n.º PMC 148/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que, através da Comunicação Interna Nº 128, da Secretaria de Planejamento, está desclassificada a proposta da empresa DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME para o lote Nº 46, LUMINÁRIA INTEGRADA CORPO: ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO. DIFUSOR: VIDRO POLICURVO TEMPERADO, pelo preço de R\$202,50 a unidade, em virtude dos laudos de ensaios apresentados pela licitante não estarem acreditados pelo INMETRO conforme norma ABNT para as luminárias especificadas, conforme consta no edital do processo licitatório. Assim, fica declarada vencedora a empresa REFLETT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ILUMINAÇÃO LTDA, segunda colocada, com o preço de R\$270,02 a unidade no referido lote. Informações através do telefone (47) 3621 7705 ou no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 07/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	41/2016	Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:	353.090,79
Licitação.....:	7/2016 - TP				
Modalidade.....:	Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia				
Objeto.....:	SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA BERNARDO OLSEN TRECHO I, COM EXTENSÃO TOTAL DE 347,82 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.				

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311045990	- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA BERNARDO OLSEN, COM EXTENSÃO T - Unidade: UN						
13004	VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA		1,000	0,0000	353.090,7900	353.090,79	Venceu	1 *****
12622	PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA		1,000	0,0000	368.917,4600	368.917,46	Perdeu	2

Canoinhas, Em	.....
PAULO CESAR SAFANELLI	- Presidente da Comissão
CLEISON TARCISIO FUCK	- MEMBRO SUPLENTE
JOSÉ MARCOS CARVALHO	- MEMBRO SUPLENTE
JOSÉ CARLOS HERBEST	- MEMBRO SUPLENTE
CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS	- MEMBRO TITULAR
CIBELE NEUDORF BATISTA	- SECRETÁRIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO	- 28.754/SC
VANESSA LANGER	- CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 25/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 43/2016  
Licitação.....: 25/2016 - PE  
Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO  
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL ADITIVADO S500, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Processo Administrativo:  
Total dos Itens Vencedores: 1.096.000,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 5603	- OLEO DIESEL ADITIVADO - Unidade: LT						
12723	AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA		400.000,000	0,0000	2,7400	1.096.000,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em .....	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI - .....	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA - .....	SUPLENTE PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - .....	28.754/SC
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - .....	CRC/SC 028524/O-0
VANESSA LANGER - .....	

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 26/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 34.069,20

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 44/2016

Licitação.....: 26/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

 Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA, DESTINADOS A PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES  
 MUNICIPAIS CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1</b>	<b>- 311044849 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA ATE 1.000 - Unidade: SER</b>							
12041	ANINETO DEDETIZADORA LTDA		165,000	0,0000	94,7000	15.625,50	Venceu	1 *****
17031	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	Super Globo ( NaCl/C	165,000	0,0000	94,8000	15.642,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 2</b>	<b>- 311044850 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA CAP SUPERI - Unidade: SER</b>							
12041	ANINETO DEDETIZADORA LTDA		6,000	0,0000	115,4000	692,40	Venceu	1 *****
17031	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	Super Globo ( NaCl/C	6,000	0,0000	115,5000	693,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 3</b>	<b>- 311044851 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA CAP SUPERIO - Unidade: SER</b>							
12041	ANINETO DEDETIZADORA LTDA		24,000	0,0000	147,9000	3.549,60	Venceu	1 *****
17031	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	Super Globo ( NaCl/C	24,000	0,0000	148,0000	3.552,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 4</b>	<b>- 311044852 - SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA - Unidade: SER</b>							
12041	ANINETO DEDETIZADORA LTDA		54,000	0,0000	103,4000	5.583,60	Venceu	1 *****
17031	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	Super Globo ( NaCl/C	54,000	0,0000	103,5000	5.589,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 5</b>	<b>- 311044853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA SUPERIOR - Unidade: SER</b>							
12041	ANINETO DEDETIZADORA LTDA		3,000	0,0000	140,9000	422,70	Venceu	1 *****
17031	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	Super Globo ( NaCl/C	3,000	0,0000	141,0000	423,00	Perdeu	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/3

34.069,20

Processo / Ano: 44/2016  
 Licitação.....: 26/2016 - PR  
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
 Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA, DESTINADOS A PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 6 - 311044854 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA CAPAC SUPE - Unidade: SER</b>								
12041	ANINSETO DEDETIZADORA LTDA		6,000	0,0000	158,9000	953,40	Venceu	1 *****
17031	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	Super Globo ( NaClO	6,000	0,0000	159,0000	954,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 7 - 311044855 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA CAP ATE 1. - Unidade: SER</b>								
12041	ANINSETO DEDETIZADORA LTDA		9,000	0,0000	115,9000	1,043,10	Venceu	1 *****
17031	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	Super Globo ( NaClO	9,000	0,0000	116,0000	1,044,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 8 - 311044856 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA - Unidade: SER</b>								
12041	ANINSETO DEDETIZADORA LTDA		3,000	0,0000	150,9000	452,70	Venceu	1 *****
17031	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	Super Globo ( NaClO	3,000	0,0000	151,0000	453,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 9 - 311044857 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA COM CAP SUP - Unidade: SER</b>								
12041	ANINSETO DEDETIZADORA LTDA		3,000	0,0000	167,9000	503,70	Venceu	1 *****
17031	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	Super Globo ( NaClO	3,000	0,0000	168,0000	504,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 10 - 311044858 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA COM CAP - Unidade: SER</b>								
12041	ANINSETO DEDETIZADORA LTDA		36,000	0,0000	117,8000	4,240,80	Venceu	1 *****
17031	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	Super Globo ( NaClO	36,000	0,0000	117,9000	4,244,40	Perdeu	2



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/3

Processo / Ano: 44/2016

Licitação.....: 26/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA, DESTINADOS A PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Processo Administrativo: 34.069,20

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 11	- 311044859 -	SERVICO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'AGUA COM	-	Unidade: SER				
12041	ANINSETO DEDETIZADORA LTDA		3,000	0,0000	158,9000	476,70	Venceu	1 *****
17031	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	Super Globo ( NaCIO	3,000	0,0000	159,0000	477,00	Perdeu	2
Item.....: 12	- 311044860 -	SERVICO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA	-	Unidade: SER				
12041	ANINSETO DEDETIZADORA LTDA		3,000	0,0000	175,0000	525,00	Venceu	1 *****
17031	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	Super Globo ( NaCIO	3,000	0,0000	176,0000	528,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em ...../...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... Pregoeiro(a)

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... EQUIPE DE APOIO

MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... EQUIPE DE APOIO

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... SUPLENTE PREGOEIRO

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... 28.754/SC

VANESSA LANGER - ..... CRC/SC 028524/O-0

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 23/2016 - CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL**

PORTARIA Nº 23/2016

CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a servidora, DANIELE ALINE GROSSKLAUS, a partir de 08/04/2016, conforme comunicação interna:

Art. 2º As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 08 de abril de 2016.

Célio Galeski

Presidente

Chiquinho da Silva

1º Secretário

João Grein

2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 08 de abril de 2016.

# Capinzal

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO - CIALAR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
ABRIGO CASA LAR

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O PRESIDENTE DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), constituído pelos municípios de Capinzal, Ipira, Piratuba, Ouro e Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, convoca, nos termos das disposições do Estatuto Social, os representantes dos entes consorciados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 15 de abril de 2016, às 9:00h, na sede do Consorcio, situada em Capinzal, sito à Rua Emilia Barison, 130, Loteamento Santa Terezinha, Capinzal, a fim de deliberarem sobre a seguinte pauta;

#### ORDEM DO DIA:

1. Prestação de Contas do exercício 2015;
2. Discussão sobre reajuste do vale alimentação;
3. Discussão sobre revisão geral anual dos salários 2016;
4. Debate a respeito da ampliação da sede;
5. Assuntos gerais;

Capinzal, 08 de Abril de 2016.  
Vitor João Faccin  
Presidente do CIALAR

### PORTARIA 253/2016

PORTARIA Nº 253, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 253/2016, Marisol Beatriz Alves, matrícula nº 230715/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha.

Art. 2º A servidora substitui a titular Francieli Franke, que se removeu para a Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 254/2016

PORTARIA Nº 254, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 254/2016, Wanessa Franco Sobral, matrícula nº 334359/05, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora substitui a titular Elisangela Frizzo, que está readaptada na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 255/2016

PORTARIA Nº 255, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 255/2016, Claudionor de Abreu, matrícula nº 327352/03, para exercer as funções do cargo de Professor de informática, nível 231, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º O servidor encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal  
Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 256/2016**

PORTARIA Nº 256, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 256/2016, Francieli Daiane Pieri, matrícula nº 398900/04, para exercer as funções do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º O servidor encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 257/2016**

PORTARIA Nº 257, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 256/2016, Luciana Souza dos Santos da Silva, matrícula nº 399558/04, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Ernesto Hachmann.

Art. 2º O servidor encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 258/2016**

PORTARIA Nº 258, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 258/2016, Solange Maristela Jordão, matrícula nº 410047/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora substitui a titular Izoete dos Santos Riquetti, em substituição a titular Izoete dos Santos Riquetti, designada para responder pela Diretoria de Ensino.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 259/2016**

PORTARIA Nº 259, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 259/2016, Solange Maristela Jordão, matrícula nº 410047/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora substitui a titular Izoete dos Santos Riquetti, designada para responder pela Diretoria de Ensino.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 260/2016**

PORTARIA Nº 260, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 260/2016, Aline Aparecida Fae Inocenti, matrícula nº 410039/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 2º A servidora substitui a titular Christiane Oliveira de Jesus, designada para responder pela Diretoria da Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 261/2016**

PORTARIA Nº 261, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 261/2016, Marcia Rosana Barth, matrícula nº 324124/12, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 2º A servidora substitui a titular Christiane Oliveira de Jesus, designada para responder pela Diretoria da Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**portaria 263/2016**

PORTARIA Nº 263, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 263/2016, Haiala Micheline Masson, matrícula nº 329169/05, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 2º A servidora substitui a titular Adriana Aparecida Surdi Martinelli, está à disposição da Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 264/2016**

PORTARIA Nº 264, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 264/2016, Susimara de Araújo, matrícula nº 410071/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de trinta (30) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinuing.

Art. 2º A servidora substitui a titular Simone Salete Zapalalio de Oliveira Luz, que está na Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 265/2016**

PORTARIA Nº 265, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 265/2016, Rosane Lourdes de Oliveira Souza, matrícula nº 332909/06, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora substitui a titular Fabiane Zambão, que está à disposição do Grupo de Teatro da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 266/2016**

PORTARIA Nº 266, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 266/2016, Lucilene Pacheco dos Santos, matrícula nº 407497/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 268/2016**

PORTARIA Nº 268, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 268/2016, Carin Roberta Liedtke Dal Moro, matrícula nº 398888/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora substitui a titular Eliane Martinelli que está à disposição das aulas de arte na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 269/2016**

PORTARIA Nº 269, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 269/2016, Silvana Maristela Moreira Vetorazi, matrícula nº 325236/08, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora substitui a titular Luciane Albina Viecei Thomazoni que está à disposição da Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino



**PORTARIA 270/2016**

PORTARIA Nº 270, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 270/2016, Renata Caldart Massucato, matrícula nº 410124/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora substitui a titular Solange Aparecida Machado Calvi que está em Licença Maternidade.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 335/2016**

PORTARIA Nº 335, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 335/2016, Roque Divanir Lopes, matrícula nº 332860/05, para exercer as funções do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º O servidor fica à disposição da APAE, conforme convênio firmado entre a instituição e o Município de Capinzal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 22 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 336/2016**

PORTARIA Nº 336, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 336/2016, Ligia Maria Sutil, matrícula nº 410049/02, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 22 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 337/2016**

PORTARIA Nº 337, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 337/2016, Wanessa Ribeiro dos Santos, matrícula nº 410050/02, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º A servidora substitui a titular Gabriela Surdi que está à disposição da Secretaria da Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 22 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 338/2016**

PORTARIA Nº 338, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 338/2016, Jaqueline Cristina Alves, matrícula nº 410100/02, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º A servidora encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 22 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 339/2016**

PORTARIA Nº 339, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 339/2016, Teresa Rodrigues de Lima do Nascimento, matrícula nº 410128/01, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º A servidora encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 22 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 340/2016**

PORTARIA Nº 340, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 340/2016, Elisangela de Fatima Rodrigues, matrícula nº 328154/06, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora substitui a titular Mirian Surdi Gubert, que foi removida para a Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 23 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 397/2016**

PORTARIA Nº 397, DE 08 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 397/2016, Renan Krabbe, matrícula nº 317748/04, para exercer as funções do cargo de Monitor de Informática, nível 415, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Art. 2º A servidora encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 398/2016**

PORTARIA Nº 398, DE 08 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 398/2016, Noeli Terezinha Pieri Lopes, matrícula nº 324779/05, para exercer as funções do cargo de Monitor de Atividade Física, nível 407, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Art. 2º A servidora encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 399/2016**

PORTARIA Nº 399, DE 08 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 399/2016, Daniela Raquel Pereira, matrícula nº 399612/04, para exercer as funções do cargo de Monitor de Rereação, nível 417, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Art. 2º A servidora encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 400/2016**

PORTARIA Nº 400, DE 08 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 400/2016, Robson Diego Esganzela, matrícula nº 399680/04, para exercer as funções do cargo de Monitor de Arte Cênica, nível 417, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Art. 2º O servidor encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 402/2016**

PORTARIA Nº 402, DE 08 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 402/2016, Marília Martinazzo, matrícula nº 407513/03, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 403/2016**

PORTARIA Nº 403, DE 08 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 403/2016, Paloma Barbueno dos Santos, matrícula nº 410052/02, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Creche Municipal Primeiros Passos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 404/2016**

PORTARIA Nº 404, DE 08 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 404/2016, Marilzete Fernandes Ribeiro, matrícula nº 410083/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de trinta (30) horas semanais, no CECON.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 405/2016**

PORTARIA Nº 405, DE 08 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 405/2016, Alaor Felipe Gramazio Limongi, matrícula nº 410086/02, para exercer as funções do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 406/2016**

PORTARIA Nº 406, DE 08 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 406/2016, Sandra Terezinha Cousseau, matrícula nº 410090/02, para exercer as funções do cargo de Monitor de Artes, nível 416, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 407/2016**

PORTARIA Nº 407, DE 08 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 407/2016, Geovana Cristina Recalcatti, matrícula nº 410132/02, para exercer as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no ESF Lar Imóveis.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

#### **PORTARIA 408/2016**

PORTARIA Nº 408, DE 08 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 408/2016, Flavia Cordeiro dos Santos, matrícula nº 410063/02, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

#### **PORTARIA 409/2016**

PORTARIA Nº 409, DE 08 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 409/2016, Josiane Freisleben, matrícula nº 330060/06, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Progama AABB Comunidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

#### **PORTARIA 410/2016**

PORTARIA Nº 410, DE 07 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 410/2016, Patricia Soares Borges, matrícula nº 407470/04, para exercer as funções do cargo de Odontólogo, nível 376, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na unidade sanitária central.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

#### **PORTARIA 411/2016**

PORTARIA Nº 411, DE 07 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 411/2016, Vanderlei Oliveira da Costa Steckling, matrícula nº 410109/02, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Dr Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino



**PORTARIA 412/2016**

PORTARIA Nº 412, DE 07 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 412/2016, Cristiani Salete da Silva Mota Müller, matrícula nº 327530/04, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Secretaria da Educação.

Art. 2º A servidora fica à disposição do EJA, conforme convênio firmado entre a instituição e o Município de Capinzal

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 415/2016**

PORTARIA Nº 415, DE 15 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 415/2016, Kelly Rejane Franco Santos Maciel, matrícula nº 410134/01, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 1, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora encontra-se em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 419/2016**

PORTARIA Nº 416, DE 16 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 416/2016, Sinuhe Utan Moscibrocki Colombo, matrícula nº 170844/04, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º O servidor trabalha aulas de estimulação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 42/2016**

PORTARIA Nº 432, DE 18 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 432/2016, Jesiele Pilonetto Lopes Duarte, matrícula nº 334715/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º A servidora encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 07 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino



**PORTARIA 421/2016**

PORTARIA Nº 421, DE 16 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através da chamada pública nº 009/2016 e nos termos do contrato nº 421/2016, Daniela Carniel, matrícula nº 410133/01, para exercer as funções do cargo de Professor de Música, nível 232 referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Ernesto Hachmann.

Art. 2º O servidor encontra-se em aula excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 14 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 422/2016**

PORTARIA Nº 422, DE 16 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através da chamada pública nº 009/2016 e nos termos do contrato nº 422/2016, Samanta Antunes da Costa, matrícula nº 333166/05, para exercer as funções do cargo de Professor de Música, nível 232 referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º A servidora substitui Lilian de Fatima Inacio, que pediu exoneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 15 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 431/2016**

PORTARIA Nº 431, DE 18 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 431/2016, Christiane Ramos Pereira da Silva, matrícula nº 398942/05, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º A servidora substitui a titular Monica Marta Stiirme que está em Licença maternidade.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 433/2016**

PORTARIA Nº 433, DE 21 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 433/2016, Solange Aparecida Machado Calvi, matrícula nº 325287/08, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora substitui a titular Andreia Frassetto Bazzo, em vinte (20) horas semanais e Gisele Aparecida Szemansqui, em vinte (20) horas semanais, por solicitaram remoção.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 21 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 443/2016**

PORTARIA Nº 443, DE 29 DE MARÇO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 443/2016, Claudia Mara Dall'Orsoletta Lovatel, matrícula nº 410135/01, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 28 de março de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**RESOLUÇÃO CIALAR 03/2016**

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada Daniela Raquel Pereira, brasileira, divorciada, nascida em 04 de junho de 1987, inscrita no CPF sob o nº 059.547.749-60, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social, remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR e nos termos do Edital 002/2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 08 de Abril de 2016.  
VITOR JOAO FACCIN  
Prefeito de Ouro  
Presidente do CIALAR

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/18/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/18/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 03.377.072/0001-40

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/28/2015 PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

VIGÊNCIA: 14/04/2016 a 11/09/2016.

**PORTARIA Nº 23/2016/SIMAE-CAO**

PORTARIA Nº 023/2016/SIMAE-CAO, de 11 de abril de 2016.

"Reajusta os valores das tarifas de água e esgoto, serviços e infrações previstas no regulamento de prestação dos serviços de água e esgoto".

O Diretor do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei e com fulcro no artigo 2º, das Leis Municipais nº 2.022/97 (Capinzal) e nº 1.378/96 (Ouro), bem como ao disposto no artigo 113, dos Decretos Municipais nº 059/2014 e 189/2014 de Capinzal e Ouro, respectivamente,

RESOLVE:

Art. 1º Reajustar em 11% (onze por cento) os valores das tarifas, serviços e infrações constantes nos Anexos I, II e III dos Decretos nº 059/2014 e 189/2014, dos municípios de Capinzal e Ouro, respectivamente.

Art. 2º A aplicação do reajuste incidirá sobre os valores vigentes no mês de abril/2016 e serão aplicados às faturas vencíveis a partir de 12 de junho de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDNEI PENZO  
Diretor Geral

**ANEXO I - TABELA DE TARIFAS****Tarifa Básica Operacional (TBO)**

Categoria	Valor (R\$)
SOCIAL	10,34
RESIDENCIAL	20,69
COMERCIAL	38,44
INDUSTRIAL	38,44
PÚBLICA	34,44

NOTA:

Aos imóveis que possuem ligação a rede coletora de esgoto, serão acrescidos aos valores 80% (oitenta por cento), a título de TBO (Tarifa Básica Operacional) dos respectivos serviços de esgotamento sanitário.

Tarifa de Água

CATEGORIA SOCIAL	
Faixa M³	Valor P/ M³
1 – 10	R\$ 0,93
11 – 15	R\$ 3,97
16 – 25	R\$ 5,77
26 – 50	R\$ 6,91
Acima de 50	R\$ 8,05

CATEGORIA RESIDENCIAL	
Faixa M³	Valor P/ M³
1 – 10	R\$ 1,86
11 – 15	R\$ 3,97
16 – 25	R\$ 5,77

26 – 50	R\$ 6,91
Acima de 50	R\$ 8,05
CATEGORIA COMERCIAL / INDUSTRIAL / PÚBLICA	
Faixa M³	Valor P/ M³
1 – 10	R\$ 3,48
11 – 30	R\$ 6,98
31 – 100	R\$ 8,18
Acima de 100	R\$ 9,44

**NOTA:**

Aos imóveis que possuem ligação a rede coletora de esgoto, serão acrescidos aos valores 80% (oitenta por cento), a título de tarifas dos respectivos serviços de esgotamento sanitário.

**ANEXO II - TABELA DE SERVIÇOS**

SERVIÇOS:	VALOR (R\$)
1. Ligação de água	336,94
2. Ligação de esgoto	269,55
3. Mudança de ligação de água	60,16
4. Hora de máquina retroescavadeira / caminhão	48,12
5. Restabelecimento do fornecimento de água	30,08
6. Desligamento de água solicitado pelo usuário	30,08
7. Ligação temporária de água	120,33
8. Ligação temporária de esgoto	96,27
9. Mão de obra de servidor/hora	19,24
10. Verificação de hidrômetro	30,08

**NOTA:**

A execução das ligações de água e/ou de esgoto para USUÁRIOS enquadrados na categoria social será realizada pelo custo de 50% do valor.

**ANEXO III - TABELA DE INFRAÇÕES**

INFRAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ÁGUA:	VALOR (R\$)
1. Efetuar ligações clandestinamente dos serviços de abastecimento de água.	601,67
2. Executar derivações de tubulações para receber água antes da sua passagem pelo medidor (hidrômetro) instalado na ligação ou na fonte alternativa de água, permanentemente ou transitoriamente.	336,94
3. Injetar água, ar ou outra substância, nas instalações internas do imóvel, sem prévia autorização da AUTARQUIA, por meio de tubulações, de bombas ou dispositivos que possam modificar a qualidade da água e as condições da rede de abastecimento.	240,67
4. Injetar água, ar ou outra substância, nas instalações internas do imóvel, sem prévia autorização da AUTARQUIA, por meio de tubulações, de bombas ou dispositivos que modifiquem e/ou afetem a qualidade da água e as condições da rede de abastecimento.	1.805,02
5. Violar dispositivo de interrupção do fornecimento de água (violação de corte)	120,33
6. Valer-se de outra fonte de abastecimento diversa da rede de abastecimento de água, sem autorização da AUTARQUIA, ou misturar água de outra fonte à água fornecida pela AUTARQUIA.	72,20
7. Realizar ou permitir a derivação na instalação interna de seu imóvel para fornecer água a outro imóvel.	72,20
8. Manter as instalações internas, ou da ligação, em desacordo com as disposições deste regulamento e normas técnicas.	72,20

9. Impedir a verificação, manutenção, reparo, ou leitura do hidrômetro da respectiva ligação e da fonte alternativa de água, pela AUTARQUIA.	72,20
10. Negar-se a modificar ou adequar o PADRAO DA LIGAÇÃO, dificultando o acesso aos equipamentos e a medição do consumo.	72,20
11. Utilizar de forma inadequada as Instalações Internas, criando risco à potabilidade da água, ou causar contaminação da Rede de Abastecimento de Água.	144,41
12. Interligar as redes internas do imóvel abastecidas pelo sistema de água da AUTARQUIA com redes de outras fontes alternativas de abastecimento.	72,20
13. Permitir a sucção de águas e outros líquidos contaminantes provenientes de fontes distintas do sistema de abastecimento de água da AUTARQUIA e/ou de atividades ou empreendimentos realizados pelo USUÁRIO.	661,83
14. Adulterar ou manipular a ligação, o hidrômetro e os lacres internos da caixa de proteção do hidrômetro.	84,20
15. Danificar ou retirar o hidrômetro instalado na ligação ou na fonte alternativa de água.	300,83
16. Não permitir a instalação de hidrômetro na fonte alternativa de água, para fins de verificação de que a fonte não está sendo utilizada.	361,00
17. Instalar bombas ou outros dispositivos que modifiquem ou possam afetar a qualidade da água e condições operacionais da rede de abastecimento.	300,83
18. Inobservar as normas e/ou orientações técnicas da AUTARQUIA na execução de obras e serviços de água.	361,00
19. Alterar projeto de instalação de água em loteamentos ou conjunto de edificações sem prévia autorização da AUTARQUIA.	1.805,02
20. Iniciar obras de instalação de sistemas de abastecimento de água em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização da AUTARQUIA.	2.406,70
21. Desrespeitar o plano de racionamento e as regras excepcionais, nas situações de emergência, calamidade pública, instituídas em caráter emergencial pelo município.	120,33
22. Não possuir reservatório instalado e em funcionamento para abastecer o imóvel segundo sua finalidade e ocupação.	72,20

INFRAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ESGOTO:	VALOR (R\$)
1. Lançar esgoto, clandestinamente ou fazer ligação clandestina no Sistema de Coleta de Esgoto.	421,16
2. Efetuar lançamentos diversos dos previstos no Regulamento, inclusive de água servida proveniente de fontes alternativas ao sistema público de abastecimento, ainda que hidrometradas, sem prévia autorização da AUTARQUIA.	240,67
3. Efetuar lançamentos de efluentes e ou resíduos industriais, sem prévia autorização da AUTARQUIA, por meio de tubulações, de bombas ou dispositivos que modifiquem ou possam afetar a característica do esgoto doméstico e as condições da rede coletora de esgoto.	481,34
4. Lançar águas pluviais e de piscinas na rede de esgotos.	72,20
5. Efetuar despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio.	180,49
6. Efetuar ou permitir a derivação de tubulações para coleta de esgoto de outro ou para outro imóvel, sem a autorização da AUTARQUIA.	72,20
7. Manter as Instalações Internas, ou da ligação, em desacordo com as disposições deste regulamento e normas técnicas.	72,20
8. Não possuir caixa de gordura de esgotos instalada no imóvel.	72,20
9. Impedir a fiscalização, manutenção ou reparo da respectiva ligação pela AUTARQUIA.	72,20

10. Negligenciar a manutenção das instalações sanitárias internas ou deixar de reparar rompimentos e vazamentos havidos em instalações internas.	72,20
11. Alterar projeto de instalação de esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações sem prévia autorização da AUTARQUIA.	1.805,02
12. Iniciar obras de instalação do sistema de esgotamento sanitário em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização da AUTARQUIA.	2.406,70

**PORTARIA N º 24/2016/SIMAE-CAO**

PORTARIA N º 24/2016/SIMAE-CAO, de 11 de abril de 2016.

Nomeia servidor para o quadro funcional da Autarquia, que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

**RESOLVE:**

Nomear o Sr. CLAUDIMIR MORÉS, nascido em 24/07/1965, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Padrão 2.0, Nível 01, Referência A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

# Catanduvas

## PREFEITURA

### **RETIFICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2016 - PREGÃO Nº 0032/2016** RETIFICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2016  
PREGÃO Nº 0032/2016

Objeto: Aquisição de material de expediente visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Administração.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 28 de abril de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 08 de abril de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 08 de abril de 2016.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 24/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 24/2016

Leilão Nº.: 01/2016

Tipo: Maior Lance.

Objeto: VENDA DE ATIVOS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL – SC,

Abertura do Leilão: 14h00min do dia 10 de Maio de 2016.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site [www.caxambudosul.sc.gov.br](http://www.caxambudosul.sc.gov.br) e [www.superbid.net](http://www.superbid.net).

CAXAMBU DO SUL, 08 de Abril de 2016.

VILMAR FOPPA - Prefeito Municipal.

### DECRETO 46/2016

DECRETO Nº. 46/2016

“DESIGNA LEILOEIRO”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de acordo com o Inciso IV, do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado como leiloeiro o servidor público municipal, Senhor IVAN CARLOS BELLEI, matrícula Nº. 0672-5, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração Finanças e Planejamento, para promover os Leilões de venda de ativos inservíveis do Município de Caxambu do Sul – SC.

Art. 2º . Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC 08 de Abril de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal



**Celso Ramos****PREFEITURA****ADITIVO CONTRATO 89 E 90/2016**

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. N° 89/2015

Objeto: O presente aditivo de quantitativo e de valor têm por objeto O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Contratada: F.T.A INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES. Valor do aditivo R\$ 21.148,7222 (trinta e três mil quinhentos e vinte reais, em 03 (três) parcelas de R\$ 7.049,57 (sete mil e quarenta e nove reais e cinquenta e sete). Ines Terezinha Pegoraro Schons, Prefeita Municipal.

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. N° 90/2015

Objeto: O presente aditivo de quantitativo e de valor têm por objeto O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Contratada: HARMONIZE INDÚSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP. Valor do aditivo R\$ 5.624,5055 (Cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), em 01 (uma) parcela. Ines Terezinha Pegoraro Schons, Prefeita Municipal.

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### **PORTARIA N° 160/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIAN° 160/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico datado em 06.04.2016, de 03 (três) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC n° 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor do Servidor Público, MAURÍCIO JASPER, Operador de Equipamentos – 40 horas, licença pelo período de 03(três) dias, a contar de 06.04.16 à 08.04.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 06.04.2016.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC, 08 de abril de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

### **PORTARIA N° 161/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 161/2016

- CONSIDERANDO, a necessidade dos préstimos dos serviços Administrativos;

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;

- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar n° 008/99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Suspender o gozo das férias concedidas, através da Portaria n. 136, de 18/03/2016, a Servidora DEBORA SCHMIDT DE SOUZA, e, convoca-la por motivo de necessidade para atender os serviços administrativos, devendo o período remanescente de 09 (nove) dias (11/04/2016 à 19/04/2016) a ser usufruído em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativas e de interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de abril de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 32.418, DE 08 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº. 32.418, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, e tendo em vista o que consta na Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e, CONSIDERANDO que a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social (art. 53 da Lei 13.143/15);

CONSIDERANDO que a concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade (art. 55 da Lei 13.143/15);

CONSIDERANDO que apesar do desenho universal ser a regra de caráter geral, nas hipóteses em que comprovadamente essa regra não possa ser empreendida, deve ser adotada adaptação razoável (parágrafos 1º. e 2º. do art. 55), o que significa realizar as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido;

CONSIDERANDO que a Lei 13.143/15 estabelece expressamente que a formulação, a implementação e a manutenção das ações de acessibilidade atenderão às premissas básicas de: eleição de prioridades, elaboração de cronograma e reserva de recursos para implementação das ações assim como o planejamento contínuo e articulado entre os setores envolvidos;

CONSIDERANDO a necessidade de conciliar a aplicação efetiva do Estatuto da pessoa com deficiência com outros preceitos tanto quanto importantes como a função social da propriedade e das empresas, que em última análise são agentes transformadores da comunidade;

CONSIDERANDO a necessidade de integrar os cursos de engenharia civil e arquitetura na discussão e na implementação das regras de acessibilidade de fato;

E por fim, TENDO EM VISTA a necessidade de estabelecer uma rotina para avaliar as adequações nas edificações que não comportam plenamente o desenho universal como também LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO o estabelecido no DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, de 2008, que aprova o texto da Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência, estabelecendo premissa na qual a sociedade civil e, particularmente, as pessoas com deficiência e suas organizações representativas serão envolvidas e participarão plenamente no processo de monitoramento da acessibilidade,

DECRETA :

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º A Comissão ora instituída será integrada por 13 membros titulares e 13 suplentes, nomeada para mandato de dois anos, admitida uma única recondução, por ato do Poder Executivo, a saber:

I - 2 (dois) representantes, um titular e outro suplente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Oeste – AEAO;

II-2 (dois) representantes, um titular e outro suplente da Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ;

III -2 (dois) representantes, um titular e outro suplente da Uceff;

IV - 2 (dois) representantes, um titular e outro suplente da Fraternidade Cristã da Pessoa com Deficiência da Região da EFAPI (FCD Efapi);

V - 2 (dois) representantes, um titular e outro suplente do Sindicato da Construção Civil – SINDUSCON - Chapecó;

VI - 2 (dois) representantes, um titular e outro suplente da Ordem de Advogados do Brasil – OAB - Chapecó;

VII - 2 (dois) representantes, um titular e outro suplente da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência – FCD Centro;

VIII - 2 (dois) representantes, um titular e outro suplente da Associação de Surdos de Chapecó;

IX - 2 (dois) representantes, um titular e outro suplente da Associação de Deficientes Visuais de Chapecó;

X - 2 (dois) representantes, um titular e outro suplente da Asaprev – Associação de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social;

XI - 2 (dois) representantes, um titular e outro suplente da ACIC – Associação Comercial e Industrial de Chapecó.

XII - 2 (dois) representantes, um titular e outro suplente do SECOVI;

XIII - 2 (dois) representantes, um titular e outro suplente do Instituto Técnico Federal de Educação.

Parágrafo único. O Ministério Público de Santa Catarina será cientificado, na pessoa do titular do Curador da Cidadania, das datas das reuniões, da pauta e das decisões proferidas, inclusive com todos os documentos pertinentes, independentemente de requisição.

Art. 3º Constituem atribuições da Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA:

I - Propor plano integrado de acessibilidade, recomendando as adequações nos espaços e prédios públicos e privados, levando em consideração as premissas básicas do Estatuto da Pessoa com Deficiência, elegendo as prioridades, elaborando cronograma e recomendando a reserva de recursos para as obras físicas do Poder Público;

II - proferir parecer, em caráter consultivo, sobre a razoabilidade de adaptação de edificação às normas de acessibilidade, estipulando medida compensatória, inclusive pecuniária, esta última a ser destinada ao Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência;

III - Propor ações ao Poder Público e ao particular para implementação efetiva das medidas de acessibilidade do Estatuto da Pessoa com Deficiência;

IV - Gerenciar os elementos necessários ao desenvolvimento do trabalho da Comissão, criando para isso regimento interno e editando resoluções.

V - Editar resoluções para aplicação das medidas de acessibilidade que por sua temática, complexidade, caráter inovador ou custo elevado, não possam, ser incorporados imediatamente;

VI - Promover ampla divulgação das regras de acessibilidade como também dos direitos e garantias das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

VII - Proferir parecer, em caráter consultivo, a qualquer órgão público ou entidade privada sem fins lucrativos, desde que dentro de suas atribuições;

VIII - Decidir, com exclusividade, a respeito da aplicação de verbas do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência.

§ 1º. A Comissão Permanente de Acessibilidade poderá sugerir a remessa do caso ao Ministério Público para análise de viabilidade de celebração de TAC ou conceder prazo razoável para a adaptação, nunca superior a 6 meses, autorizando, excepcionalmente, a emissão de alvará de localização ou de habite-se de imediato.

§ 2º. Ao final do prazo, que será improrrogável, o alvará de

localização e o habite-se serão revogados caso não tenha o interessado comprovado a realização adaptações aprovadas pela CPA, independentemente de vistoria.

§ 3º. Em caso de estipulação de medida compensatória, o alvará de localização ou o habite-se só poderão ser deferidos após o integral adimplemento da compensação.

Art. 4º Poderão ser objeto de análise da Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA, exclusivamente para verificação da razoabilidade de adequação da acessibilidade, propostas de adaptações de edificações iniciadas até 6 de janeiro de 2016 que, conforme parecer prévio da SEDUR, não permitam adaptação razoável às normas técnicas de desenho universal.

§ 1º. Os projetos deverão ser elaborados por engenheiro ou arquiteto ou empresa legalmente habilitados nos Conselhos Profissionais, CREA e ou CAU, às expensas do proprietário, acompanhados de memorial descritivo claro e conciso, fotografias, estudo topográfico (este apenas se necessário à compreensão do caso) e desenhos em três dimensões (quando se fizerem necessários à melhor compreensão);

§ 2º. O projeto e seus anexos serão apresentados em PDF que permita leitura por sistema acessível a deficientes visuais.

§ 3º. O laudo conterá a identificação do imóvel e de seu responsável, a metodologia utilizada, as informações sobre os obstáculos, suas características e prováveis causas, o prazo dentro do qual poderão ser implementadas as medidas reparadoras, o custo estimado das adaptações propostas e o custo estimado da aplicação integral da NBR 9050.

Art. 5º A Secretaria de Desenvolvimento Urbano apresentará os projetos acompanhados de seu parecer na Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA, onde serão autuados e receberão número de ordem. A comissão se reunirá mensalmente e poderá requisitar, para cumprimento no prazo de 10 dias, o apoio técnico ou os serviços de quaisquer Secretarias do Município de Chapecó quando necessário à consecução de seus fins.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Acessibilidade obedecerá ao seguinte procedimento:

- I - Os casos serão analisados em ordem de protocolo;
- II - Nenhum caso será analisado sem que decorrido o prazo de 15 dias da distribuição por e-mail a todos os membros e da cientificação ao Ministério Público;
- III - Não será permitida sustentação oral por parte de interessados ou sua presença durante as reuniões da comissão;
- IV - As reuniões da comissão serão fechadas e terão duração máxima de duas horas, e ocorrerão sempre na última quarta-feira útil do mês;
- V - Admitir-se-á apenas uma reanálise para cada caso;
- VI - A reanálise não será realizada antes de decorrido o prazo de 40 dias de sua primeira análise;
- VII - O projeto será avaliado pela Comissão e em votação simples declarado aprovado ou rejeitado e em seguida enviado para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano para os devidos fins;
- VIII - O Prefeito Municipal e o Ministério Público terão o prazo comum de dois dias úteis a contar da data da reunião em que for proferida para declararem fundamentadamente veto aos pareceres e decisões da Comissão Permanente de Acessibilidade.

Art. 6º. A Comissão Permanente de Acessibilidade será presidida por um de seus membros, que será eleito para mandato de um ano por maioria simples de seus membros e somente votará em caso de empate.

Art. 7º Todas as comunicações, ofícios, expedientes, referente a acessibilidade deverão ser encaminhados diretamente ao Secretário de Desenvolvimento Urbano que responderá ou dará o devido encaminhamento.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de abril de 2016.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 30/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: PORTAL MIX EVENTOS LTDA - ME

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/PMCS/2016

Objeto: Registro de preços para locação de estruturas para eventos, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 05/04/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 239.190,00 (duzentos e trinta e nove mil cento e noventa reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2016-PMC

Contrato Nº : 123/2016  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : COSTA & CIA LTDA EPP  
Licitação : Pregão Presencial 37/2016  
Objeto : Contratação de empresa para prestação dos serviços (mão de obra) e fornecimento de peças (originais de fábrica) visando ao conserto de veículos, máquinas e componentes, da frota do Município de Concórdia.  
Vigência : Início: 05/04/2016 Término: 01/12/2016  
Assinatura : 05/04/2016  
Valor R\$: 43.389,13 (Quarenta e Três Mil, Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Treze Centavos)

Dotação : 99 - 07.001.2026.333903039000000.01000001

Dotação : 99 - 07.001.2026.333903919000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903039000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903919000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903001000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903039000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903919000000.01000001

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016 – PMC  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2016, de formulários contínuo de bloco de notas de Produtor Rural, conforme Lei nº 14.267 de 21 de dezembro de 2017 e especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.  
Tipo: Menor preço por item.  
Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 26/04/2016.  
Abertura: dia 26/04/2016 às 14h00min.  
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 08 de abril de 2016.

LEONIR GRIGOLO  
Secretário Municipal Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

### COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO TOMADA DE PREÇOS O&S Nº 3/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2016  
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para execução de obra de reforma e ampliação da Escola Básica Municipal Frei Cipriano Chardon, situada na Vila Cachimbo, neste Município.

### COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público que na data de 08/04/2016 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 10/03/2016, publicada no DOM/SC edição 1957 em 21/03/2016. Ante o exposto, convocamos todas as empresas habilitadas no certame para abertura dos envelopes de Proposta, a ocorrer no dia 13 (treze) de abril de 2016, às 14h00min na Sala de Licitações. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 08 de abril de 2016.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da Comissão de Permanente de Licitação

### COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 1/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2016 – PMC  
Compras e Serviços

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoramento em mobilidade urbana no Município de Concórdia, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.

### COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos às licitantes: CONSULTRAN ENGENHARIA LTDA. EPP, COMAP CONSULTORIA MARKETING, PLANEJAMENTO E REPRESENTAÇÕES LTDA, IMTRAFF CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA, MATRICAL ENGENHARIA CONSULTIVA-EPP, LOGITRANS LOGISTICA ENGENHARIA E TRASPORTE LTDA, TC URBES ARQUITETURA E URBANISMO LTDA, PROCIDADES CONSULTORIA EM PLANEJAMENTO URBANO S/S e PULLIN E CAMPANO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA que a licitante VIA 11 ENGENHARIA DE SEGURANÇA VIÁRIA LTDA, interpôs, na data de 06 de abril de 2016, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. De-sejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.



Concórdia, SC, 11 de abril de 2016.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente CPL

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 04/2016 – FMS**

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 04/2016 – FMS  
ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 10.455.823/0001-65, representado por seu Gestor, ALESSANDRO VERNIZE e a Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco de Concórdia, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, representada pelo seu Presidente, senhora ÉDIO SANTO ROSSET  
OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Saúde da Média e Alta Complexidade, destinado a realização do sistema de sobreaviso do setor de urgência e emergência  
VALOR: R\$ 1.167.233,40 (hum milhão cento e sessenta e sete mil e duzentos e trinta e três reais e quarenta centavos) ano.  
PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2016-PMC**

Contrato Nº : 124/2016  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : LUIS GLOMBOWSKI ME  
Licitação : Pregão Presencial 37/2016  
Objeto : Contratação de empresa para prestação dos serviços (mão de obra) e fornecimento de peças (originais de fábrica) visando ao conserto de veículos, máquinas e componentes, da frota do

Município de Concórdia.  
Vigência : Início: 05/04/2016 Término: 01/12/2016  
Assinatura : 05/04/2016  
Valor R\$ : 10.088,67 (Dez Mil, Oitenta e Oito Reais e Sessenta e Sete Centavos)

Dotação : 99 - 07.001.2026.333903039000000.01000001

Dotação : 99 - 07.001.2026.333903919000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903039000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903919000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903001000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903039000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903919000000.01000001

**EXTRATO RESCISÃO CONTRATO Nº 101/2016-PMC**

Contrato Nº : 101/2016  
Aditivo Nº : 101/2016  
Tipo Aditivo : Rescisão Contratual  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : PATY TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA  
Licitação : Inexigibilidade 20/2016  
Objeto : Prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual do ensino Fundamental e médio, com recursos oriundos do Salário Educação.  
Vigência : Início: 08/03/2016 Término: 22/04/2016  
Assinatura : 05/04/2016  
Valor R\$ : 6.647,00 (Seis Mil e Seiscentos e Quarenta e Sete Reais)

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**CONVITE 1/2016**

CONVITE Nº 01/2016  
PROCESSO Nº 02/2016

OBJETO: Aquisição de uma máquina copiadora, multifuncional colorida, scanner, para as atividades da Câmara.

TIPO: Menor Preço Global

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 11 horas do dia 19.04.2016

INICIO DA SESSÃO: dia 19.04.2016, às 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: [WWW.cvc.sc.gov.br](http://WWW.cvc.sc.gov.br)  
Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 – Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2500.

Concórdia SC, 08 de abril de 2016.  
MAURO MENDES  
Presidente

**Cordilheira Alta****PREFEITURA****TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS MÊS 03/2016****Santa Catarina****MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 01/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		2.712,24
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.627,34
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.084,90

Cordilheira Alta, 06/04/2016

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

**Santa Catarina****MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 02/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.841,27
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.104,76
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	736,51

Cordilheira Alta, 06/04/2016

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 03/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		8.875,56
4.1.7.2.1.33.13.00.00	PMAQ (RAB - PMAQ - SM)	6.600,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.365,34
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	910,22

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 04/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		19.517,65
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	7.098,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.028,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.384,55
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	604,26
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	402,84

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 07/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		8.118,53
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	7.417,96
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	420,34
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	280,23

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 08/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		813,65
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	488,19
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	325,46

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 09/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		946,98
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	568,19
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	378,79

Cordilheira Alta, 06/04/2016

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 10/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		169.680,04
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	100.005,55
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	50.002,77
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	35.187,14
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	27,74
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	13,87
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	9,76
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	8.382,83
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica	1.623,08
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.885,99
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.590,66
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-37.039,08
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-10,27

Cordilheira Alta, 06/04/2016

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 11/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		19.755,75
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	14.834,04
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.953,03
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.968,68

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 14/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		20.138,70
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.083,22
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	8.055,48

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6



**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 15/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		59.309,43
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	8.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	1.299,87
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	4.460,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Transferencia de recursos do SUS NASF	8.000,00
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Transf do FNS BLMAC	3.541,63
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	20.404,76
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	13.603,17

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 16/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.059,62
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	635,77
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	423,85

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 17/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.311,36
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	208,64
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	661,63
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	441,09

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 18/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		45.356,70
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	27.802,54
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	13.901,27
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	9.782,37
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.500,65
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.667,10
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-10.297,23

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 21/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.327,64
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	796,58
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	531,06

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 22/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		3.750,51
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.250,31
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.500,20

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 23/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		10.674,55
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.404,73
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.269,82

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 24/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		6.787,37
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.072,42
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.714,95

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 28/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		9.515,72
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	3.562,99
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.571,64
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.381,09

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 29/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		923,65
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	554,19
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	369,46

Cordilheira Alta, 06/04/2016

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 30/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		138.152,59
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	86.419,01
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	43.209,51
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	30.406,69
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	12,18
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6,09
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4,29
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Ações Estruturantes em Vigilância Sanitária	247,18
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.915,51
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.943,67
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-32.007,03
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-4,51

Cordilheira Alta, 06/04/2016

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 31/03/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		5.359,13
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.581,39
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	790,69
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	556,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.809,80
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.206,53
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-585,69

Cordilheira Alta, 06/04/2016

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇO Nº 02/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Tomada de Preço Nº 02/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA RECUPERAÇÃO DE UMA CABECEIRA DE PONTE COM PEDRA ARGAMASADA NA LINHA SAVARIS INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO BÁSICO E ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO EM ANEXO.

Tipo: Menor Preço Global

Entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 26/04/2016

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 26/04/2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 08 de abril de 2016

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### **ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 46/2013 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2013

EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO E VALOR

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital de DISPENSA DE LICITAÇÃO 46/2013, onde se lê: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA ABRIGAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE", passa a ser lido: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O INCRA, A JUNTA MILITAR E EXATORIA.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e o Senhor ANA PAULA ATANASIO DOS SANTOS

CPF: 009.838.019-24

Valor: 1.316,26 reais mensais

Instrumento: 0558/2015

Vigência: 31/12/2015 a 31/12/2016.

Correia Pinto/SC 11 de abril de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

# Corupá

## PREFEITURA

### CONTRATO 037/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 028/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 012/16

CONTRATO 037/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

O senhor RENATO MARQUARDT inscrito no CPF sob nº 780.620.129-72 e portador da Carteira de Identidade nº 2.760.371 SSP/SC e a senhora MARLI STAROSKY MARQUARDT, inscrita no CPF sob o nº 059.971.809-99 e portadora da Carteira de Identidade nº 3.310.634 SSP/SC, residentes e domiciliados na Estrada Rio Paulo s/n, bairro Rio Paulo – CEP 89278-000, na Cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina. OBJETO: Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

VALOR DO CONTRATO: receberá o valor total de até R\$ 17.985,00 (dezesete mil e novecentos e oitenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 06/04/2016

Data da Vigência: 31/12/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 1035/2016

DECRETO 1035/2016

DISPÕE SOBRE A RECLASSIFICAÇÃO A PEDIDO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções que são conferidas por Lei.

Considerando quehouve por parte da Candidata Tania Maria Fodi, brasileira, solteira, advogada, RG 2.981.959-8 e CPF nº 022.690.869-02 aprovada em 1º lugar na vaga para Assistente Administrativo, pedido de reclassificação para o último lugar dos classificados.

Considerando que no item 15.9 do Edital dispõe que o candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

DECRETA:

Artigo 1º: Fica reclassificada a pedido de acordo com o item 15.9 do Edital de Concurso Público 001/2015 para a última colocação no cargo de Assistente Administrativo a candidata TANIA MARA FODI.

Artigo. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Corupá, 08 de Abril de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital de Concurso Público nº 001/2015, conforme o cargo constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

O candidato convocado por este Edital, deverá apresentar-se, na Clínica Henry Ey Ltda. - Humana, sito à Rua Vidal Ramos, nº 222, Bairro Centro, próximo a Escola de Educação Básica Teresa Ramos, nesta cidade, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munidos do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento do candidato no dia e horário determinado, importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido

como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 08 dias do mês de abril de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### ANEXO I

#### CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO: AUXILIAR DE SETOR

Ordem	Nome	Data	Horário
1º	Ezequiel Adala de Amorim	20/04/2016	09:50
2º	Elaine Amaral da Luz	20/04/2016	10:00

#### INEXIGIBILIDADE 02/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/16

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/16

1. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ

2. CONTRATADA: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

3. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA KOMATSU, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS, PARA A REVISÃO DE 2000 HORAS DO ROLO COMPACTADOR DPCA150D DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

4. VALOR: R\$ 5.108,00 (Cinco Mil e Cento e oito Reais).

5. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

MATERIAL E SERVIÇOS ROLO COMPACTADOR DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			
O700	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
07.01	Divisão de Estradas e Rodagem		
O15.452.0039.2014	Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
33903039	Material para Manutenção de Veículos		
D.R. 01.00.00	R\$ 3.495,00	CÓD. REDUZ.92	
33903919	Manutenção e Conservação de Veículos		
D.R. 01.00.00	R\$ 1.613,00	CÓD. REDUZ.92	

6. RAZÃO DA ESCOLHA E BASE LEGAL

A inexigibilidade de licitação fica demonstrada, pois fica inviável a competição, melhor dizendo, é impossível promover-se a competição, tendo em vista que um dos contedores reúne qualidades tais que o tornam único, exclusivo, sui generis, inibindo os demais pretendentes participantes.

Atente-se que a inexigibilidade ocorre quando não há condição de competitividade para a aquisição do objeto, entretanto a lei faculta a não realização por conveniência administrativa e satisfação do interesse público. Todos os casos de Inexigibilidade estão taxativamente elencados no art. 25, no caput do artigo.

7. JUSTIFICATIVA:

REVISÃO DE 2000 HORAS.

Corupá/SC, 07 de Abril de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL  
VISTO:

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA  
ASSESSOR JURÍDICO  
OAB/SC 28.541

**PORTARIA Nº 3739/16**

PORTARIA Nº 3739/16

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 3, DA SERVIDORA LUANA DANTAS IZIDRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009. RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG – 3, da servidora LUANA DANTAS IZIDRO, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar, a partir de 11 de abril de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº3076/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
08 de abril de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECCAO E INSTALAÇÃO DE PORTÕES NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 25/04/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 25/04/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 08 de Abril de 2016.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2016

O Município de Curitibanos de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, CONFORME DESCRIÇÃO MÍNIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 26/04/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 26/04/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 08 de Abril de 2016.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO N. 8/2016

CONTRATO N. 8/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, em Curitibanos (SC), inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Vereador Márcio Damiani Poletto de Souza, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE E A EMPRESA MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA, estabelecida na Rua FELIPE SCHMIDT, nº 265, bairro CENTRO, na cidade de JOAÇABA/SC, CEP 89.620-000, fone 49 – 3522-6113, fax 3522-6113, e-mail CONTATO@MAXIPAPELARIA.COM.BR, inscrita no CNPJ sob o nº 23.518.341/0001-59, inscrição municipal nº 52.224, neste ato é representada por LUCIANO PILATTI ,cargo/função ADMINISTRADOR, portador do RG nº 3.620.379 expedida pela SSP/SC e CPF nº 021.948.939-46, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima resolvem celebrar o presente contrato de compra e venda, decorrente do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, nº 05/2016, do tipo Menor Preço Global, que se regerá pelos termos do Edital de Licitação e seus anexos;

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Aquisição de impressoras para uso dos vereadores e servidores do Poder Legislativo municipal, conforme especificações contidas no anexo I do Edital de Pregão Presencial 05/2016, e autorização de fornecimento em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS OBJETOS

2.1. Os objetos ora adquiridos deverão serem entregues na sede da Contratante, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de



assinatura do presente instrumento, com estrita observância ao que dispõe a proposta da CONTRATADA, aos termos deste Contrato e aos demais elementos constantes do Pregão Presencial nº 05/2016, que integram o presente instrumento, como se aqui transcritos estivessem.

2.1.1. Em caso de divergência entre o conteúdo da Proposta da CONTRATADA e o contido neste Contrato e demais elementos que o integram, prevalecerão estes últimos.

2.2. Os objetos adquiridos por força do presente contrato deverão ser entregues diretamente nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, sito à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, no horário de expediente, das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo escrito, nos termos legais.

3.2. Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que ultrapassado o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.3. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total ESTIMADO do contrato fica convencionado entre as partes em R\$ 9.990,00 (NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS), conforme tabela abaixo, no qual já se acham incluídos todos os tributos e encargos legais, assim como todas as despesas de administração e custos para fornecimento dos objetos, conforme indicação da proposta da CONTRATADA.

ITEM	QUANTIDADE	PRODUTO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	5	Impressora laser multifuncional colorida com alimentador automático (impressora, fotocopadora, scanner e fax) com as seguintes características mínimas: - Cópias contínuas de 1 a 999; - Velocidade mínima de 16ppm (dezesseis páginas por minuto) A4; - Resolução mínima de 600x600dpi; - 220V, acompanhada de transformador; - USB 2.0 de alta velocidade; - Wireless; - Placa de rede; - Tipo do Papel: comum, folheto, colorido, brilhante, timbrado, fotográfico, liso, pré-impresso, pré-perfurado, reciclado, áspero, cartões-postais, transparências, etiquetas, envelopes; - Copiadora com ampliação/redução de 25/400%; - Geração de documentos do tipo PDF a partir do scanner; - Duplex automático/frente e verso, gaveta p/300 folhas ou mais, BY PASS p/ no mínimo 50 folhas; - Capacidade para A4; - Impressora para scanner de rede; - Scanner do tipo preto e branco, escala de cinza e colorido; - Interface, placa de rede 10/100/1000, visor de acesso das principais funções; - Impressão e cópia frente e verso automático; - Garantia do cilindro, fusor e fotorreceptor para 100.000 páginas; - Com toner para impressão de 20.000 páginas; - Fornecimento de 01 (um) toner para impressão original, além do toner que acompanha o equipamento; - Garantia de 12 meses	SANSUNG	1.998,00	9.990,00

4.2. O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após a entrega dos objetos, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela

Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

4.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

4.3. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: do Brasil, Ag. 0137-6, Conta nº: 29.375-X.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATANTE:

5.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste instrumento.

5.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento dos objetos.

5.3. Formalizar, por escrito, os pedidos de alterações nos quantitativos dos objetos.

5.4. Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos objetos entregues.

5.5. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

6.1. Cumprir o objeto deste contrato nos termos e condições constantes do Edital Pregão nº. 05/2016 e seus anexos, bem como da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

6.2. Entregar os objetos descritos nos lotes 1 do anexo I do Edital de Pregão nº 05/2016, nas condições previstas no Edital, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica e de acordo com a legislação em vigor.

6.3. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo Contratante, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Quanto a Dívida Ativa da União;

6.4. Prestar esclarecimentos, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, sempre que por este solicitado.

6.5. Cumprir com o dever de recolher todos os tributos relacionados com a aquisição dos objetos deste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

7.1. Pela inexecução parcial ou total do CONTRATO, excluídas as hipóteses de caso fortuito e força maior à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, inclusive cumulativamente:

a) Advertência por escrito.

b) Multas, inclusive cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Nas hipóteses de inexecução das obrigações, à CONTRATADA poderá ser aplicada multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato enquanto perdurar o descumprimento.

7.3. A resolução do contrato motivada pelo inadimplemento de qualquer das partes ensejará a aplicação de multa à parte culpada no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

7.4. O atraso no pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, implicará na incidência de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) sobre o valor de cada fatura e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Os juros serão calculados desde a data limite para o pagamento até a satisfação do débito.

7.5. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior impeditivas da prestação do serviço, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

7.6. As eventuais multas e outros valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser compensados de pagamentos devidos à CONTRATADA, vencidos ou por vencer, deduzido da garantia de execução contratual, caso tenha sido prestada, ou poderão ser cobradas

judicialmente, se for o caso.

7.6.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

7.7. O inadimplemento da CONTRATADA dará ao CONTRATANTE o direito de considerar rescindido de pleno direito o CONTRATO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA, ainda, pelas penalidades e pelas perdas e danos decorrentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas e impeditivas da prestação dos serviços.

7.8. Além de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, constituem causas de resolução, em qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização, a qualquer título:

A) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem a prévia autorização escrita do CONTRATANTE.

B) Deixar de cumprir as obrigações previstas no CONTRATO.

C) Ocorrer reincidência, por parte da CONTRATADA, em infração contratual que implique na aplicação de multa.

D) Ocorrer a decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, ou ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial;

7.8.1. Em qualquer das situações elencadas nas alíneas do item 7.8, exceto o previsto na letra "D", a CONTRATADA ficará sujeita à multa resolutória prevista na Cláusula 7.3, cumulativamente, respondendo ainda, pelas perdas e danos decorrentes.

7.9. Se ocorrer a hipótese da resolução por parte do CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA o direito ao recebimento das faturas correspondentes aos objetos recebidos e aceitos.

#### CLÁUSULA OITAVA – GESTOR DO CONTRATO

8.1. A gestão do contrato será realizada por meio do Setor de Contabilidade do CONTRATANTE.

8.2. A gestão contratual realizada pelo CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, assim como não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e/ou prepostos.

#### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas correrão por conta dos seguintes Códigos Orçamentários:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 1.001 – Equipamento e Material Permanente - Câmara de Vereadores

4.4.90.52.35.00.00.00 – Equipamentos de Processamento de Dados

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A tolerância por qualquer das Partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, será interpretada como mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos.

10.2. É vedado a qualquer uma das Partes delegar ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e deveres objeto do presente Contrato, sem a prévia autorização da outra Parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DEMAIS DOCUMENTOS

11.1. É parte integrante e inseparável do presente CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

ü Edital e Anexos do Pregão Presencial Nº 05/2016

ü Proposta de Preços da CONTRATADA

ü Demais documentos do processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões com fundamento neste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas que também o assinam.

Curitiba/SC, 07 de abril de 2016.

MARCIO DAMIANI POLETTO DE SOUZA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

\_\_\_\_\_  
MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA  
CONTRATADA

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA  
O presente contrato cumpre as exigências legais.  
Curitiba, 07/04/2016.

Rafael Gobbi  
Procurador da Câmara

Testemunhas:

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 002/2016

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 002, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

Abre inscrições e fixa normas ao Processo Seletivo para Provimento de Cargos Públicos em Caráter Temporário para o Município de Erval Velho.

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, no uso de suas atribuições estabelece normas para a realização do Processo Seletivo da Prefeitura para a contratação de servidores em caráter temporário para a atuação no Município de Erval Velho, visando substituições que venham ocorrer durante o exercício de 2016, conforme as normas e condições estabelecidas no edital de abertura.

Os cargos, pré-requisitos e jornada de trabalho, estão especificados abaixo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 hrs – Ensino Fundamental Completo – ASSISTENTE SOCIAL – 40 hrs – Habilitação obtida no Ensino de Nível Superior de Assistência Social e Registro no CRESS – TÉCNICO EM ENFERMAGEM– 40 hrs – Ensino Médio e Curso Profissionalizante de Técnico em Enfermagem, habilitação legal no exercício da profissão e Registro no COREN.

Este Edital, com todos os detalhes em sua versão integral será publicado nos sites: [www.aprenderesc.com.br](http://www.aprenderesc.com.br) / [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br) para que todos os interessados tomem conhecimento a partir do dia 11/04/2016.

Erval Velho, SC, 08 de abril de 2016.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0024\_2016 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0024/2016 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0103/2016 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: Contratação para capacitação de novos conselheiros tutelares do município de Fraiburgo, a ser realizado nos dias 09 e 16 de abril de 2016, no auditório da prefeitura municipal de Fraiburgo. CONTRATADA: JAIR PEREIRA CNPJ: 22.349.474/0001-86. VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 “caput” Da Lei Nº 8.666/93 E Alterações.

Fraiburgo(Sc), 08 de abril de 2016.

Ivo BIAZZOLO – PREFEITO

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008\_2016 RP 0005-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0008/2016 – FMS

Registro de Preços nº 0005/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de consumo para uso no aparelho ABX Pentra 60, para realização de exames laboratoriais (Hemograma) para uso no Laboratório de Análises Clínicas da Secretaria de Saúde, durante o período de abril a agosto de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: abril a agosto de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 28.04.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 07 de abril de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009\_2016 RP 0006-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0009/2016 – FMS

Registro de Preços nº 0006/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de óleos lubrificantes, para uso na manutenção dos veículos da Secretaria de Saúde, durante os meses de abril a julho 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: abril a julho 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 29.04.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 08 de abril de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0051\_2016-PMF RP 0030

Aviso do Pregão Presencial nº 0051/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0030/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de forma parcelada, de um conjunto de máquinas, para prestação de serviços de horas/máquina para corte, carregamento, transporte espalhamento e compactação de terras, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante o período de maio a setembro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: maio a setembro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 29.04.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 07 de abril de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

### DECRETO Nº 092/2016

DECRETO Nº 092, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 083/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. Substitui membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, previstos no Decreto nº 083 de 12 de maio de 2015:

[...]

IV – Representantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA

Titular: Janete Ribeiro

Suplente: Benedito Bilik

V – Representantes dos Estudantes Educação Básica Pública

Titular: Aline Vacário

Suplente: Renata Padilha Olivo

VII – Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Cenelândia Valim Lopes

Suplente: André Felipe Schueda



[...]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 08 DE ABRIL DE 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO Nº 093/2016

DECRETO Nº 093, DE 08 DE ABRIL DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2333 de 24 de Fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2016 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura
10.01 – Secretaria de infraestrutura

26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (257)	R\$	60.000,00

12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
23.695.0025.2.053 – Incentivo a Eventos, Feiras e Exposições Turísticas		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (281)	R\$	70.000,00
Total	R\$	130.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 08 DE ABRIL DE 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### RECURSOS FEDERAIS 11.04.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
06.04.2016	FNDE	PNAEJA	750,00
06.04.2016	FNDE	PNAC	18.020,00
06.04.2016	FNDE	PNAE Fundamental	3.900,00
06.04.2016	FNDE	PNAP	11.080,00
06.04.2016	FNDE	PNAE Fundamental	23.490,00
06.04.2016	FNDE	AEE	1.280,00

Secretaria de Finanças

**DECRETO Nº 094-2016****DECRETO Nº 094, DE 08 DE ABRIL DE 2016.**

**HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0010, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologado o resultado da prova prática, assim como a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0010, de 22 de fevereiro de 2016, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 08 DE ABRIL DE 2016.

**IVO BIAZZOLO**

Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0010 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Educação Física – Giná	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO			
Código:	1	Área de Atuação:	Departamento de Cultura			
Disciplina:	Educação Física – Ginástica Rítmica					

*CrITÉRIOS de Desempate*

Disciplina: Educação Física – Ginástica Rítmica					
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	
1	4	SIMONE APARECIDA DOMINGUES	27,11	22,11	
					</



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0010 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Educação Física – Giná** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Departamento de Cultura**

Disciplina: **Educação Física – Ginástica Rítmica**

**Critérios de Desempate**

	1º	2º	3º	4º
	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	5	1	NÃO	08/04/1988
2	0	0	NÃO	26/07/1993
3	1	0	NÃO	22/03/1996

Ordem Classif.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	3	GERSON DOS SANTOS	36,66	28,66
2	2	LUCIA ANA FRITZEN	24,83	18,83
3	1	ANDRESSA TAYANE LUCIANO	22,53	17,53

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### CONTRATO 059/2016

CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 059/2016

Por este instrumento particular de Prestação de Serviço, de um lado O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO com sua sede administrativa na Rua Adolfo Soletti, nº. 750, inscrito no CNPJ sob nº. 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, residente e domiciliado neste município, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, sob nº 631.063.459-34, denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa GRUPO MUSICAL SAN MARINO LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, CNPJ, sob o nº 92 811 934 0001 21, estabelecida na Rua Carlos Heinze, nº 800, bairro Esplanada, na Cidade de Santa Rosa - RS, representada neste ato pelo sócio/administrador. Senhor, NERI FOLIATTI, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas, sob o nº 132 300 260 04, residente e domiciliado na Cidade de Santa Rosa - RS, denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si, como justo e contratado o seguinte:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 - O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DO GRUPO MUSICAL/CONJUNTO SAN MARINO LTDA, QUE SERÁ O RESPONSÁVEL PELA ANIMAÇÃO DE BAILES/SHOW DURANTE AS COMEMORAÇÕES DO VIGÉSSIMO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO A REALIZAR-SE NO DIA 25 E 26 DE JUNHO DE 2016.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

2.1 – Pela execução dos serviços mencionados na cláusula anterior a “Contratante” pagará à “Contratada”, a importância de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) que serão pagos em parcela única no dia 27 de junho de 2016, através de depósito bancário efetuado em conta corrente indicada pela contratada, mediante a apresentação da nota fiscal.

2.2. Não haverá reajuste de preço, durante a vigência do presente contrato.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DA DURAÇÃO DO SHOW

3.1 - A duração mínima do baile/show objeto da Prestação do Serviço será de 05 (cinco) horas, com início previsto para as 23h00min do dia 25 de junho de 2016 e término previsto para as 04h00min do dia 26 de junho de 2016.

#### CLAUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1 - Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pela prestação de serviços do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula segunda.

4.1 - A CONTRATANTE fica responsável em fornecer as instalações com local apropriado para que a CONTRATADA monte a estrutura onde será efetuado o baile.

4.2 - A CONTRATANTE dará ainda a necessária assistência para o bom andamento dos serviços;

4.3 - A CONTRATADA fornecerá todo o equipamento de som e luzes necessários para o evento, inclusive para a solenidade de escolha da rainha e princesas do município, incluindo as da terceira idade, evento que antecederá o baile propriamente dito, sem a cobrança de qualquer acréscimo no valor descrito na cláusula 2ª, bem como, disporá de pessoal para efetuar a montagem e desmontagem dos mesmos, ficando sob sua exclusiva responsabilidade os pagamentos e respectivos recolhimentos Fiscais e Trabalhistas, a

quem de direito, das contribuições que por lei foram devidas;

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes com o presente instrumento estão previstas no orçamento com a seguinte classificação orçamentária:

5.1.1. Órgão 02 – Chefia do Executivo

Unidade 04 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Projeto Atividade 2.013 – Despesa com Festividades Municipais

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0110

#### CLAUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 - A recusa na assinatura do contrato ou a execução parcial ou total do mesmo acarretará nas seguintes penalidades:

6.1.1- Em caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

6.0.2 - Em caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas, multa até 15% (quinze por cento) do valor do contratado, de acordo com a gravidade da infração.

6.2 - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderão ser aplicadas ainda às seguintes sanções:

5.1.1 - Advertência;

6.2.2- Suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 12 (doze) meses;

5.1.2 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

6.2.4- Demais consequências previstas neste contrato e na legislação administrativa e civil aplicável e especialmente as constantes do artigo 87 da lei Nº 8.666/93.

#### CLAUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

7.1.1- Não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

6.0.2 - Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

6.0.3 - Lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da prestação de serviços nos prazos estipulados;

6.0.4 - Paralisação dos serviços, sem causa e prévia comunicação à administração;

6.0.5 - Subcontratação total ou parcial do seu objeto;

6.0.6 - Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

6.0.7 - Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotados na forma do inciso 1º do artigo 67 da lei 8.666./93;

6.0.8 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa;

6.0.9 - Supressão por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no inciso 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

6.0.10 - Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo,

independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

6.0.11 - Atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

6.0.12 - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

6.0.13 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência à Administração;

6.0.14 - Judicialmente, nos termos da legislação.

6.1 - Ficam reconhecidos, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

#### 7 CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO.

8.1 - O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro do ano de 2016.

8.2 – Os serviços ora contratados serão executados conforme previsto na Cláusula terceira deste instrumento.

#### CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS DAS PARTES.

9.1 - Os direitos das partes contratantes encontram-se inseridos na Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.0078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO.

10.1 - Os serviços contratados serão fiscalizados pela CONTRATANTE, Prefeitura Municipal. Sempre que julgar necessário.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venha a ser devido em decorrência do

presente contrato, correrão por conta do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO.

13.1 - Os serviços ora contratados, pelo seu caráter temporário e específico não gera vínculo empregatício entre as partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba / SC com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 3 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinada.

Frei Rogério, 07 DE ABRIL DE 2016

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

GRUPO MUSICAL SAN MARINO LTDA

Contratada

Testemunhas:

Nome: Genésio Rinaldi

CPF: 384 587 809 68

Nome:

CPF:

### DECRETO Nº 806/2016 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 806/2016, 07 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério, art.13, § 4º, e art.15, da lei nº 838/2014 de 26 de novembro 2015. DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito no orçamento da Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	02	Poder Executivo	
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura e Esporte	
Proj./ativ.	1.045	Obras práticas esportivas para lazer da comunidade	
	4.4.90.00.00.00.00.0.631	Aplicações Diretas	
	149	Aplicações Diretas	

Art. 2º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 49.995,07 (quarenta e nove mil e novecentos e noventa e cinco reais e sete centavos), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	Poder Executivo	
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura e Esporte	
Proj./Ativ.	1.045	Obras Práticas Esportivas Para Lazer da Comunidade	
	4.4.90.00.00.00.00.0.631	Aplicações Diretas	
	149	Aplicações Diretas	R\$ 49.995,07



Art. 3º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária

Especificada no artigo segundo deste decreto, o Convênio nº 2016TR 350 no valor de R\$ 49.995,07 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e sete centavos), celebrado com Estado de Santa Catarina e o Município de Frei Rogério objetivando a construção de banheiros e vestiários junto ao campo de futebol na localidade do Núcleo Tritícola.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 07 de abril de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 807/2016 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 807/2016, 07 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério, art.13, § 4º, e art.15, da lei nº 838/2014 de 26 de novembro 2015. DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito no orçamento da Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	02	Poder Executivo	
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura e Esporte	
Proj./Ativ.	1.045	Obras Práticas Esportivas Para Lazer da Comunidade	
	4.4.90.00.00.00.00.0.631	Aplicações Diretas	
	149	Aplicações Diretas	

Art. 2º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 49.991,50 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e um reais e cinquenta centavos), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	Poder Executivo	
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura e Esporte	
Proj./Ativ.	1.045	Obras Práticas Esportivas Para Lazer da Comunidade	
	4.4.90.00.00.00.00.0.631	Aplicações Diretas	
	149	Aplicações Diretas	R\$ 49.991,50

Art. 3º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária

Especificada no artigo segundo deste decreto, o Convênio nº 2016TR 350 no valor de R\$ 49.991,50 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e um reais e cinquenta centavos), celebrado com Estado de Santa Catarina e o Município de Frei Rogério objetivando a aquisição e implantação de 02 academias ao ar livre.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 07 de abril de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

## **EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016**

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

OSNY BATISTA ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que serão abertas as inscrições para CONCURSO PÚBLICO para preenchimento de cargo de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Frei Rogério - SC. As inscrições poderão ser feitas através do site [www.infinityprovas.com.br](http://www.infinityprovas.com.br) no período de 11/04/2016 até as 12 horas e 00 minuto do dia 10/05/2016. Será oferecida vaga de provimento efetivo para o cargo de Assistente Social cujo salário é de R\$ 3.908,94. A prova objetiva está prevista para ser aplicada no dia 22/05/2016, todas as informações e o edital completo podem ser consultados no site [www.infinityprovas.com.br](http://www.infinityprovas.com.br) e [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) e no Mural Oficial de Publicações do Município, maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail [contato@infinityprovas.com.br](mailto:contato@infinityprovas.com.br).

Frei Rogério, 11 de abril de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal de Frei Rogério

**RESUMO EDITAL PROC, 08/2016**

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO, REGIDA PELA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, SOB O REGIME DE EMPREITADA PELO MENOR PREÇO GLOBAL, (MATERIAL E MÃO DE OBRAS), TENDO POR OBJETIVO A CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO E BANHEIROS JUNTO AO CAMPO DE FUTEBOL DO DISTRITO DO NÚCLEO TRITÍCOLA.

LOCAL, DATA E HORÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL, RUA ADOLFO SOLETI, Nº 750, DIA 28 DE ABRIL DE 2016, AS 14H00MIN.

INFORMAÇÕES E EDITAL PODERÃO SER OBTIDOS ATRAVÉS DO SITE: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) OU NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000, E-MAIL: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br) E OU [licitacao@freirogerio.sc.gov.br](mailto:licitacao@freirogerio.sc.gov.br) FREI ROGÉRIO (SC), 08 DE ABRIL DE 2016

OSNY BATISTA ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL.

# Galvão

## PREFEITURA

### DECRETOS 2016 - 050 A 055

DECRETO Nº 050/2016

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19, de 25 de maio de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria Nº 024, de 29 de outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento, resolve e,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas para comporem o Conselho, a Comissão para a organização da 6ª Conferência Municipal das Cidades desse município, conforme segue:

Raphaela Renata Palauro - Presidente  
Ariane Velho dos Santos Poter – membro  
Sandra Maria Turmina – membro  
Edijane Borella de Almeida - membro

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de março de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 051/2016

ALTERA POR TEMPO DETERMINADO A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 721/2012 e Lei Municipal nº 520/2005, resolve e,

CONSIDERANDO: Requerimento da servidora pública solicitando redução da Carga Horária de Trabalho, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005, artigo 195, parágrafo 2º;

CONSIDERANDO: A não edição do presente Decreto na data de início da redução da jornada de trabalho;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada por tempo determinado a carga horária da servidora Adriamar Bez Batti Conteratto, ocupante do cargo efetivo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, reduzindo sua carga horária para 10 (dez) horas semanais, com efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2016 e término em 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de março de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 052/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 834/2015, de 09/11/2015, resolve e,

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2016 do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cultura e Esporte, crédito decorrente de Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta

mil reais), na seguinte programação:

05.01 Sec Mun Desenv Social, cultura e Esportes			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
27.812.2701	2.044	Manut das ativ esportivas	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	01.1064-00	230.000,00
Total			230.000,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes Excesso de Arrecadação do convênio nº2016TR128 Processo nº SDR03-1351/2015 – ER031293150. Referente reforma do Ginásio Municipal de Esportes Nédio Moacir Lorenzini, Fonte de Recursos 01.1064,no valor de 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais),

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de março de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 053/2016  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 520/2005, 519/2005 e 722/2013;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Ronie Marcelo Toigo, nomeado para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Licitação e Contratos, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de março de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 054/2016  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 520/2005 e 519/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Luana Andréia Morawski, nomeada para ocupar o cargo de provimento efetivo de Recepcionista, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir do dia 04 de abril de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de março de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 055/2016  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005;

Considerando a não lavratura do Decreto de exoneração da servidora, quando da saída de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, na data de 30/09/1996, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica a senhora Zelia Cechinel, ocupante temporária do cargo de professor, nomeada através do Decreto Municipal nº 063/96 de 22/04/1996, exonerada de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, com efeito, retroativo ao dia 30 de setembro de 1996.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de março de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

**PROCESSO DE LICITAÇÃO 019/2016**

MUNICIPIO DE GALVÃO – SC

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 019/2016, Edital de Tomada de Preço nº 004/2016, tipo menor preço GLOBAL até às 09h:00min. do dia 26 de abril de 2016, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação referente aquisição de serviços de engenharia sanitária e limpeza pública no perímetro urbano do município de Galvão, compreendendo: Coleta, Transporte e Disposição Final de resíduos sólidos gerados pelo Município de Galvão, SC. A Destinação Final será realizada em Aterro Sanitário de propriedade da Empresa, detentora da Licença Ambiental de Operação (LAO), expedida pela FATMA (Fundação do Meio Ambiente). A coleta e o Transporte dos Resíduos até o Aterro Sanitário será realizado 03 (três) vezes por semana (segundas, quartas e sextas) no período vespertino. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos somente poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111. Galvão - SC, 08 de abril de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE012/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2016

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de placas de sinalização de trânsito para Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 25/04/2016. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 25/04/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 08 de abril de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PE013/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0013/2016

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada de sacos de asfalto com aplicação a frio, para uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos na manutenção de vias pavimentadas no município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 15h00min do dia 25/04/2016. A sessão pública será realizada a partir das 15h10min do dia 25/04/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 08 de abril de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 049/2016

DECRETO N.º 049, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, abaixo relacionado:

Nº EMPENHO	CREDOR	VALOR
1635/2015	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA	R\$ 39,16
2551/2015	LA DALLA PORTA JUNIOR EPP	R\$ 0,02
2124/2015	LAVANDERIA ROSA LTDA ME	R\$ 1,00
2554/2015	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R\$ 630,00
1754/2015	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R\$ 830,00
1731/2015	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R\$ 516,00
TOTAL		R\$ 2.016,18

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/04/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 050/2016

DECRETO N.º 050, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 50.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	30.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	30.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	20.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/04/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2016  
PMG E FMS

Ata nº. 24/2016; Processo nº.22/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: COMERCIAL CASCAES LTDA ME; POSTO PETROPABA LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de filtros e lubrificantes, incluindo o serviço de troca, para atender as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Data da Assinatura: 31/03/2016.

## PAUTA DE JULGAMENTO 004-2016

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0004/2016

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel JEAN NASCIMENTO PACHECO, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem interessar possa que, no dia 13 do mês de abril de 2016 (13/04/2016), às 9h, em sessão ordinária, serão julgados na Sala de Sessões, os recursos referentes aos seguintes processos:

10270025692015 – Recurso Ordinário – Recorrente: ANGEL WALTER GADAN (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS  
10270025742015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: GIULIA ZANATTA & CIA LTDA ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS  
10270025752015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ANDREA ROCHA ERNEST (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO  
10270020362016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: RAMON DA SILVA SILVEIRA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS  
10270053512014 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MARIA DE LOURDES PRIM (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS  
10270025732015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ENRIQUE VICENTE AGOSTINI ZOLLIO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

10270025712015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: PAULO RONALDO RAMOS DE MACEDO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS  
10270025612015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ROSA FLAT POUSADA LTDA ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS  
10270020252016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MARIA APARECIDA LOPES (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO  
10270020292016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO  
10270020162016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JOSE HENRIQUE DE SOUZA NETO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO  
10270020202016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: NOEMI VIEIRA DE MELLO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS  
10270020082016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: IRIS MODA INTIMA & CONFECÇÕES LTDA ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Garopaba, 07 de abril de 2016.

## PORTARIA N.º 256/2016 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 256, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ BERNARDO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER O DESCANSO DE FÉRIAS, em 02/04/2016, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Matrícula Funcional n.º 4700, concedidas através da Portaria n.º 221/2016, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem efeitos a contar de 02/04/2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2016

LUIZ BERNARDO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/04/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 281/2016.**

PORTARIA N.º 281, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MARIANA FERREIRA, CPF n.º 093.705.419-42, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08 de abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/04/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 282/2016.**

PORTARIA N.º 282, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, ANDRESA FIDELIS FERNANDES, CPF n.º 018.342.469-70, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, a partir de 08 de abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/04/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO FMS Nº 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 003/2016  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: registro de Preços para aquisição de materiais de limpeza e consumo, com entrega de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 25/04/2016 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 06 de abril de 2016.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº: 009/2016  
Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia  
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução de pavimentação asfáltica nas ruas Henrique Kuster, em uma extensão de 375,40 metros, e Annes Gualberto, em uma extensão de 563,00 metros, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com o Projeto executivo, memorial descritivo e planilhas orçamentárias contempladas na proposta aprovada nº 7374/FUN-DAM, a fundo perdido sem contrapartida financeira.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 11/05/2016 as 08:30 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 06 de abril de 2016.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 010/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 010/2016  
Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia  
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução de pavimentação asfáltica nas ruas Juarez Távora, em uma extensão de 50 metros, Rui Barbosa, em uma extensão de 50 metros, e Antônio Ladislau de Araújo, em uma extensão de 392,00 metros, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com o Projeto executivo, memorial descritivo e planilhas orçamentárias.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 12/05/2016 as 08:30 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 06 de abril de 2016.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 45/2016

DECRETO Nº. 045 de 05 de abril de 2016

“Dispõe sobre a designação da servidora Vanessa Mariling Backes Nagel, Secretária Municipal de Saúde, para responder pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica designada a servidora VANESSA MARILING BACKES NAGEL, Secretária Municipal de Saúde, para responder cumulativamente, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 05 de abril de 2016.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI 1929/2016**

LEI Nº 1929/2016

Denomina via pública no município de Garuva, sendo como João Leite e dá outras providências.

Atendendo dispositivos legais contidos no artigo 51 parágrafo 8º da Lei Orgânica Municipal eu, Reginaldo Mews Rosa - Presidente do Poder Legislativo Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado como Servidão João Leite, via que se localiza na Comunidade de Barrancos, Município de Garuva.

Art. 2º - A referida servidão tem aproximadamente 3.300 metros de extensão, com largura de 7,48 metros, conforme croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo tomará as providências necessárias para aposição das placas na mencionada Servidão, dando-se conhecimento da mesma a Águas de Garuva, Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Art. 4º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Garuva, em 06 de abril de 2016.

Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa







# Gaspar

## PREFEITURA

### LEI Nº 3.697, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 3.697, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREAS DE TERRAS LOCALIZADAS NO BAIRRO GASPAR GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, sem encargos, pelos legítimos proprietários Cesário Moretto, inscrito no CPF sob o nº 294.563.809-63, Aderbal Flaviano Moretto, inscrito no CPF sob o nº 246.572.209-34, Claudio Luis Moretto, inscrito no CPF sob o nº 218.975.309-00, Darci Maria Moretto Beiler, inscrita no CPF sob o nº 633.476.959-68, Orlanda Bernadete Augusto, inscrita no CPF sob o nº 351.278.139-04, Elpidio Antônio Moretto, inscrito no CPF sob o nº 350.844.059-15, Maristela Márcia Moretto Demmer, inscrita no CPF sob o nº 506.542.099-87 e Raquel Alvina Godri, inscrita no CPF sob o nº 652.317.679-72, áreas de terras localizadas no Bairro Gaspar Grande, Gaspar, Santa Catarina, que fazem parte de uma gleba matriculada sob o nº 1.945-A, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar, contendo as seguintes características:

I – Uma faixa de terra, com a área de 862,42 m2 (oitocentos e sessenta e dois metros e quarenta e dois decímetros quadrados), fazendo frente ao Norte, partindo do "vértice-18" para o "vértice-5" com o ângulo interno de 122º53'35", o azimute de 122º48'35" e distância de 14,50m onde corta a Rua Prefeito Leopoldo Schramm, lado direito ao Leste em duas linhas, a primeira partindo do "vértice-5" para o "vértice-4" com o ângulo interno de 57º06'25", o azimute de 245º42'10" e distância de 27,27m e a segunda partindo do "vértice-4" para o "vértice-3" com o ângulo interno de 185º19'06", o azimute de 240º23'04" e distância de 42,41m, ambas com a Área "A", fundos ao Sul partindo do "vértice-3" para o "vértice-33" com o ângulo interno de 134º39'23", o azimute de 285º43'41" e distância de 15,64m onde corta a Rua Prefeito Leopoldo Schramm e lado esquerdo ao Oeste em quatro linhas, a primeira partindo do "vértice-33" para o "vértice-34" com o azimute de 55º50'57" e distância de 11,03m a segunda partindo do "vértice-34" para o "vértice-20" com o ângulo interno de 175º29'26", o azimute de 60º21'30" e distância de 19,10m, ambas com terras de Reinaldo Artur Soares (Matrícula nº 6.653 desta serventia de Registro de Imóveis), a terceira partindo do "vértice-20" para o "vértice-19" com o ângulo interno de 179º57'11", o azimute de 60º24'20" e distância de 23,86m e a quarta partindo do "vértice-19" para o "vértice-18" com o ângulo interno de 174º42'09", o azimute de 65º42'10" e distância de 20,07m, as duas últimas linhas com a Área "C".

a) A área doada descrita no inciso I deste artigo será destinada à regularização da Rua Prefeito Leopoldo Schramm.

II – Uma área de terras, situado na cidade de Gaspar, ocupada pela Estrada Geral Gaspar Grande, Bairro Gaspar Grande, de 2.059,52 m2 (dois mil e cinquenta e nove metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), fazendo frente ao Norte, partindo do "vértice-33" para o "vértice-3" com o azimute de 105º43'41", e a distância de 15,64m onde corta a Rua Prefeito Leopoldo Schramm, lado direito

ao Leste em duas linhas, a primeira partindo do "vértice-3" para o "vértice-2", em uma linha curva de raio de 53,00m, com a corda de 74,03m, o azimute de 199º46'03" e o desenvolvimento com a distância de 75,14m e a segunda partindo do "vértice-2" para o "vértice-1", com o azimute de 159º08'49" e a distância de 100,49m, ambas com a Área "A", fundos ao Sul partindo do "vértice-1" para o "vértice-10" com o ângulo interno de 36º57'40", o azimute de 302º11'23" e distância de 19,95m onde corta a Estrada Geral Gaspar Grande e lado esquerdo ao Oeste em quatro linhas, a primeira partindo do "vértice-10" para o "vértice-9" com o ângulo interno de 36º57'40", o azimute de 159º09'02" e a distância de 84,54m a segunda partindo do "vértice-9" para o "vértice-8", em uma linha curva de raio de 65,00m, com a corda de 48,29m, com o azimute de 0º57'21" e o desenvolvimento com a distância de 49,47m, a terceira partindo do "vértice-8" para o "vértice-35" com o azimute de 29º19'36" e a distância de 27,10m com o entroncamento com a Estrada Geral da Garuba e a quarta partindo do "vértice-35" para o "vértice-33", em uma linha curva de raio de 9,00m, com a corda de 5,63m, com o azimute de 74º05'11" e o desenvolvimento com a distância de 5,73m com terras de Reinaldo Artur Soares (Matrícula nº 6.653 desta serventia de Registro de Imóveis).

a) A área doada descrita no inciso II deste artigo será destinada à regularização da Estrada Geral Gaspar Grande.

III – Uma faixa de terras, com a área de 6.227,17 m2 (seis mil, duzentos e vinte e sete metros e dezessete decímetros quadrados), fazendo frente ao Leste, partindo do "vértice-35" para o "vértice-8" com o ângulo interno de 62º51'00", o azimute de 29º19'36" e a distância de 27,10m com o entroncamento com a Estrada Geral Gaspar Grande, lado direito ao Sul em oito linhas, a primeira partindo do "vértice-8" para o "vértice-17", em uma linha curva de raio de 9,00m, com a corda de 14,78m, com o azimute de 327º32'33" e distância de 17,35m, a segunda partindo do "vértice-17" para o "vértice-16" com o azimute de 272º19'24" e a distância de 22,16m, a terceira partindo do "vértice-16" para o "vértice-15" com o ângulo interno de 176º21'02", o azimute de 88º40'26" e a distância de 11,24m, a quarta partindo do "vértice-15" para o "vértice-14" com o ângulo interno de 172º34'29", o azimute de 261º14'55" e a distância de 53,38m, a quinta partindo do "vértice-14" para o "vértice-13" com o ângulo interno de 175º24'29", o azimute de 256º39'24" e a distância de 48,68m, sexta partindo do "vértice-13" para o "vértice-12" com o ângulo interno de 191º56'43", o azimute de 268º36'08" e a distância de 11,34m, a sétima partindo do "vértice-12" para o "vértice-11", em uma linha curva de raio de 9,00m, com a corda de 6,44m, com o azimute de 247º38'12" e o desenvolvimento com a distância de 6,59m, as sete linhas com a área "B" e a oitava partindo do "vértice-11" para o "vértice-30" com o azimute de 302º11'23" e a distância de 357,34m, sendo 21,37m com o entroncamento com a Rua Bonifácio A. Isensee, 303,00m com terras de Jaime Plácido Isensee (Matrícula nº 3.774 desta serventia de Registro de imóveis), 32,97m onde corta a Estrada Geral da Garuba, fundos ao Oeste em duas linhas, a primeira partindo do "vértice-30" para o "vértice-29" com o ângulo interno de 145º25'51", o azimute de 267º37'14" e distância de 5,55m e a segunda partindo do "vértice-29" para o "vértice-28" em uma linha curva de raio de 50,00m, com a corda de 29,71m, com o azimute de 104º54'18" e distância de 30,17m, ambas com a Área "C" e lado esquerdo ao Norte em seis linhas, a primeira partindo do "vértice-28" para o "vértice-27" com o azimute de 122º11'23" e distância de 305,28m, a segunda partindo do "vértice-27" para o "vértice-26", em uma linha curva de raio de 38,00m, com a corda de 29,41m, o azimute

de 99°25'23" e o desenvolvimento com a distância de 30,20m, a terceira partindo do "vértice-26" para o "vértice-25" com o azimute de 76°39'24" e distância de 43,89m, a quarta partindo do "vértice-25" para o "vértice-24" com o ângulo interno de 184°35'31", o azimute de 81°14'55" e distância de 57,91 m, todas com a área "C" e a quinta partindo do "vértice-24" para o "vértice-35" com o ângulo interno de 103°39'17", o azimute de 92°10'36" e distância de 52,45m com terras de Daniel Luiz Soares (matrícula nº 20.209 desta serventia de Imóveis) e com terras de Reinaldo Artur Soares (matrícula nº 6.653 desta serventia de Imóveis).

a) A área doada descrita no inciso III deste artigo será destinada à regularização da Estrada Geral da Garuba.

Art. 2º As áreas doadas descritas nos incisos I, II e III do art. 1º desta Lei serão outorgadas a título gratuito, sendo realizada por meio de escritura pública.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 07 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO DE GASPAR

### **DECRETO Nº 6.909, DE 06 DE ABRIL DE 2016.**

DECRETO Nº 6.909, DE 06 DE ABRIL DE 2016.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL do CONCURSO PUBLICO Nº 02/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Edital de Concurso Público n.º 02/2015,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o resultado final do Concurso Público 002/2015 da Prefeitura Municipal de Gaspar, conforme classificação final dos candidatos aprovados em 03 de março de 2016, publicada no site <http://www.ibam-concursos.org.br>.

Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, a contar da publicação do presente Edital, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Gaspar, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Concurso, serão preenchidas, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos, ficando facultado à administração pública a nomeação para vagas excedentes às previstas no edital.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### **DECRETO Nº 6.911, DE 06 DE ABRIL DE 2016.**

DECRETO Nº 6.911, DE 06 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA MEMBROS REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL E NÃO GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE GASPAR DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os conselheiros das entidades e órgãos abaixo mencionados, da área governamental e não governamental, que compõem o Conselho Municipal de Juventude, alterando o Decreto nº 5972, de 11 de junho de 2014:

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	SUPLENTE
Pastoral da Juventude		Juliana Pitz
INTETACT	Raquel Vieira Dalbosco	Pedro Henrique
Sociedade Escritores de Gaspar	Edson Simon	Anisio Lana
Ceda – Com. Evangélica Dias de Avivamento	Pastor Claudinei Rosa	
Bandas Gaspenses	Solano Lenfers	
Força Jovem Universal		Robson José Cezário
IFSC	Petterson Matheus de Souza	Fernando Santos da Silva

ENTIDADES PÚBLICAS	TITULAR	SUPLENTE
Secretaria de Educação	Débora Fernandes	Marlene de Almeida Santos
Secretaria de Saúde	Denis Francis Valim	Claudio Gilberto Rolim da Silveira
Secretaria Assistência Social	Maiara Polla dos Santos	Amanda Fischer Miguel
Secretaria de Desenvolvimento Social e Renda	Wellinton Vilvert	
Fundação Municipal de Esportes		Rodrigo de Oliveira Leonel
Assessoria da Juventude	Jean Paulo Reichert	Suzana Amaral Olescuk

Art. 2º Fica nomeado como Presidente o Assessor da Juventude Jean Paulo Reichert.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 06 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 6.912, DE 06 DE ABRIL DE 2016.**

DECRETO Nº 6.912, DE 06 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 9 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado em caráter efetivo, o candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
PAULO HENRIQUE BRONDANI SAMUEL	AGENTE DE BIBLIOTECA	40	12º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6.913, DE 06 DE ABRIL DE 2016.**

DECRETO Nº 6.913, DE 06 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 9 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, nos cargos discriminados abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
VALDECI FERNANDES	EDUCADOR SOCIAL PMG	40	15º	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
VANESSA REGINA SADA	EDUCADOR SOCIAL PMG	40	16º	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
ALESSANDRA GRACIOSA	ASSISTENTE SOCIAL	40	10º	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6.914, DE 07 DE ABRIL DE 2016.**

DECRETO Nº 6.914, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, da pessoa abaixo relacionada em virtude não ter assumido no prazo legal.

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO	DECRETO QUE NOMEOU
ANNA KAROLINA DOS SANTOS	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	48º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.830/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6.915, DE 07 DE ABRIL DE 2016.**

DECRETO Nº 6.915, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação dos candidatos habilitados em Concurso Público abaixo relacionados, em virtude não terem apresentado os documentos comprobatórios exigidos no Edital 01/2015 do Concurso Público, e por não terem assumido no prazo legal:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO	DECRETO QUE NOMEOU
GISLAINE CRISTINA DA SILVA	COORDENADOR PEDAGOGICO	40	20º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.836/2016
MARCOS ANDERSON LANA	PROF. DE INFORMÁTICA	40	3º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.830/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº. 6.910 DE 06 DE ABRIL DE 2016.**

DECRETO Nº. 6.910 DE 06 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 6ª Conferência da Cidade.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor a Comissão Preparatória Municipal da 6ª Conferência da Cidade, Etapa (Preparatória) Municipal, de acordo com o Capítulo VIII, artigo 26 do Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se nos dias 10 e 11 de maio no auditório do Paço Municipal, das 16:30 às 20:30h de acordo com o que segue:

I- Gestores Administradores Públicos e Legislativos (Federais, Estaduais, Municipais e Distritais):

- a) Soly Waltrick Antunes Filho - Administração Pública Municipal
- b) Gilberto Rodrigo Goedert - Administração Pública Municipal
- c) Armando Dispósito - Administração Pública Municipal
- d) Patrícia Scheidt - Administração Pública Municipal
- e) Antonio Carlos Dalsóchio - Poder Legislativo Municipal
- f) Jaime Kirchner - Poder Legislativo Municipal
- g) Marcelo Brick - Poder Legislativo Municipal

II – Movimentos Sociais Populares:

- a) André Felipe Sommer - Associação de moradores do Bela Vista
- b) Gelásio Muller - Associação de moradores da Margem Esquerda
- c) Euclides Rampelotti - Associação de moradores do Santa Teresinha
- d) Carlos Eurico Fontes - Associação de moradores do Gasparinho

III – Trabalhadores, Por suas Entidades Sindicais:

- a) Lucimara da Silva – SINTRASPUG
- b) Ivanilde Terezinha Rampelotti – SITRUG

IV – Empresários Relacionados à Produção e ao Financiamento do Desenvolvimento Urbano:

- a) Júlio Carlos Testoni - Associação Municipal de Indústrias de Gaspar
- b) Rodrigo Fontes Schramm - Associação de Micro e Pequenas Empresas de Gaspar - AMPE

V – Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Conselhos Profissionais:

- a) Marisete Fachini Girardello - CREA-SC
- b) Fabio Marcelino de Souza - CRECI-SC

V – ONG's Com atuação na Área de Desenvolvimento Urbano:

- a) Laíde Vitorino - Conferência Vicentina

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 3.990, DE 07 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 3.990, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

REVOGA A PORTARIA Nº 3.375/2014 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, A SERVIDORA MARIANA ANDREAZZA BERNARDI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.375/2014, que colocou à disposição na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a servidora MARIANA ANDREAZZA BERNARDI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada na Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil, a partir de 01/04/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/04/2016.

Gaspar, 07 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 3.991, DE 07 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 3.991, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR DORACI VANZ.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º O servidor DORACI VANZ, ocupante do cargo efetivo de Professor de História, lotado com 40 horas semanais sendo 30 horas na EEB Zenaide S Costa e 10 horas na EEB Luiz Franzói, fica à disposição as 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a partir de 04/04/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04/04/2016.

Gaspar, 07 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**PORTARIA Nº 3.992, DE 07 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 3.992, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

COLOCA À DISPOSIÇÃO a SERVIDORA SIMONE ROSELI WIESER ISENSEE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º A servidora SIMONE ROSELI WIESER ISENSEE, ocupante do cargo de Professora Anos Iniciais/Educação Infantil, efetiva com 40 horas semanais, fica à disposição, conforme Reabilitação Profissional do INSS, as 40 horas semanais na Educação de Jovens e Adultos - EJA, a partir de 07/04/2016, revogando a Portaria nº 3148, de 16 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07/04/2016.

Gaspar, 07 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**TERMO DE RETOMADA DO CONTRATO Nº SAF-44/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

TERMO DE RETOMADA DO CONTRATO Nº SAF-44/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC, com sede na Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435 – Praça Getúlio Vargas – Centro – CEP 89.110-000, RESOLVE determinar à empresa ATERPA M.MARTINS S/A (17.162.983/0001-65), a RETOMADA DOS TRABALHOS referente ao Contrato nº SAF-44/2012 – obras de infraestrutura do contorno viário de Gaspar/SC ponte do vale e acessos, até a data de 21/03/2016.

Gaspar/SC, 09 de março de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

**SAMAE - GASPAR****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 17/2016 - SAMAE****EXTRATO**

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 17/2016

OBJETO: Serviços de recauchutagem de pneus dos caminhões e retroescavadeira da Autarquia.

CONTRATADOS:

- PAUL NUBER &amp; FILHOS LTDA. (86.375.300/0001-70)

- RT ITAJAÍ REFORMAS DE PNEUS (13.366.072/0001-07)

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 7.385,00 (sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais).

DATA VIGÊNCIA: 11/04/2016

DATA VENCIMENTO: 11/06/216

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 08 de abril de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATOS CONTRATOS 60 E 61.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 60/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: ILSON ANTONIO BORLA - ME

Valor ..... : 27.120,00 (vinte e sete mil cento e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 08/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EQUIPES ESPORTIVAS QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIO EM COMPETIÇÕES DURANTE O ANO DE 2016.

Contrato Nº.: 61/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME

Valor ..... : 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 08/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EQUIPES ESPORTIVAS QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIO EM COMPETIÇÕES DURANTE O ANO DE 2016.

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 53.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

PROCESSO Nº 53/2016 HOMOLOGAÇÃO: 08/04/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EQUIPES ESPORTIVAS QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIO EM COMPETIÇÕES DURANTE O ANO DE 2016.

CONTRATADO: ILSON ANTONIO BORLA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.120,00 (vinte e sete mil cento e vinte reais)

CONTRATADO: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais)

=====



# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 634/2016

DECRETO Nº. 634/2016

Revoga os Decretos nº. 470/2015 e 558/2015, que estabelecem medidas visando a contenção e redução de despesas na Administração Pública Municipal.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Revogar os Decretos nº. 470/2015 e 558/2015, que estabelecem medidas visando a contenção e redução de despesas na Administração Pública Municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de abril de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO 113 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 113/2015 - PMG
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 113/2015 - PMG.
Objeto: Contratação de empresa para Reforma e manutenção de toldo da EMEF Professor Dorvalino Felippi; reforma e manutenção de toldo da EMEF Iaro Eugênio Hansch; e fornecimento e instalação de toldo para o Ginásio de Esportes da EMEF Padre Mathias Maria Stein.
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: FIGUEIRA TOLDOS E TENDAS LTDA ME CNPJ 06.111.559/0001-75 R\$ 21.545,00 ( vinte e um mil quinhentos e quarenta e cinco reais )
Vigência: 12 ( doze ) Meses
Guaramirim-SC, 29 de Setembro de 2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº

415.

Fornecedor: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 73.856.593/0001-66, estabelecida na Rua Mitsugoro Tanaka, nº 0145, sala 305, quadra 49, bairro Centro Industrial Nilton Arruda, em Toledo, Paraná.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 202924 - PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2	200	UN	ACICLOVIR 50 MG/G, CREME DERMATOLÓGICO, ACONDICIONADO EM BISNAGA COM 10 G. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,987	397,40
8	3000	UN	ALBENDAZOL 400 MG, COMPRIMIDO MASTIGÁVEL, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER, DE FORMA UNITARIZADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,6159	1.847,70
9	3000	UN	ALBENDAZOL 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 10 ML. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,8568	2.570,40
12	10000	UN	ALOPURINOL 300 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,1028	1.028,00
18	30000	UN	AMOXICILINA 500 MG, CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER COM 21 UNIDADES CADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,1079	3.237,00
22	15000	UN	ATENOLOL 100 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0409	613,50
23	120000	UN	ATENOLOL 50 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0275	3.300,00
24	2000	UN	AZITROMICINA 40 MG/ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO PARA 15 ML APÓS RECONSTITUIÇÃO, COM DILUENTE E DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	2,1195	4.239,00
25	10000	UN	AZITROMICINA 500 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER COM 3 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,37	3.700,00
50	3000	UN	CETOCONAZOL 200 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,09	270,00
78	80000	UN	DIPIRONA SÓDICA 500 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,055	4.400,00
86	1000	UN	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,50	500,00
87	200	UN	ERITROMICINA 25 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 60 ML, COM DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	3,27	654,00
99	5000	UN	FLUCONAZOL 150 MG, CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,16	800,00
111	100	UN	HALOPERIDOL 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 20 ML, COM CONTA GOTAS. VALIDADE DE 12 MESES.	2,29	229,00
125	10000	UN	ITRACONAZOL 100 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,41	4.100,00
142	200000	UN	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0329	6.580,00
145	75000	UN	METFORMINA (CLORIDRATO) 500 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,049	3.675,00
153	400	UN	METRONIDAZOL 100 MG/G, GELEIA GINECOLÓGICA, ACONDICIONADO EM BISNAGA COM 50 G, COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES VAGINAIS CADA UNIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	2,2439	897,56
154	6000	UN	METRONIDAZOL 250 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0799	479,40
155	100	UN	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL) 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,4399	143,99
157	300	UN	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/G, CREME DERMATOLÓGICO, ACONDICIONADO EM BISNAGA COM 28G OU MAIS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,2599	377,97
158	300	UN	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/G, CREME GINECOLÓGICO, ACONDICIONADO EM BISNAGA COM 80 G, COM 14 APLICADORES VAGINAIS CADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	4,1999	1.259,97
159	1000	UN	NEOMICINA (SULFATO) ASSOCIADO COM BACITRACINA (5 MG/G + 250 UI/G), POMADA DERMATOLÓGICA, ACONDICIONADA EM BISNAGA COM 10 G. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,7995	799,50
175	200000	UN	PARACETAMOL 500 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,032	6.400,00
180	1000	UN	PREDNISOLONA (FOSFATO SÓDICO) 3 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 60 ML OU MAIS, COM DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	2,19	2.190,00
181	15000	UN	PREDNISONA 20 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,093	1.395,00
191	1000	UN	SECNIDAZOL 1 G, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,39	390,00

197	300	UN	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO COM TRIMETOPRIMA (40 MG/ML + 8 MG/ML), SUSPENSÃO ORAL, ACONDICIONADO EM FRASCO COM 50 ML, COM DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,89	267,00
198	8000	UN	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO COM TRIMETOPRIMA (400 MG + 80 MG), COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,075	600,00
200	60000	UN	SULFATO FERROSO 40 MG DE FE II, COMPRIMIDO REVESTIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,029	1.740,00
207	2000	UN	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,042	84,00
Total				R\$59.165,39	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: CENTERMEDI – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, estabelecida na Rodovia BR 480, nº 795, bairro Centro, em Barão de Cotegipe, Rio Grande do Sul.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 233994 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
94	7000	UN	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625 MG, COMPRIMIDO OU DRÁGEA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,363	2.541,00
Total				R\$2.541,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0004-91, estabelecida na Rua da Saudade, nº 45 A, bairro Campo da Mogiana, em Poço de Caldas, Minas Gerais.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 234311 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
79	3000	UN	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 10 ML, COM CONTA GOTAS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,47	1.410,00
82	10000	UN	DOXICICLINA 100 MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,1035	1.035,00
192	50000	UN	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,11	5.500,00
Total				R\$7.945,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0004-91, estabelecida na Rua da Saudade, nº 45 A, bairro Campo da Mogiana, em Poço de Caldas, Minas Gerais.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 234311 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
79	3000	UN	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 10 ML, COM CONTA GOTAS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,47	1.410,00
82	10000	UN	DOXICICLINA 100 MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,1035	1.035,00
192	50000	UN	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,11	5.500,00
Total				R\$7.945,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40, estabelecida na Rodovia BR 280, nº 480, bairro Centro, em Barão de Cotegipe, Rio Grande do Sul.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 259284 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
144	1000	UN	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA IM, AMPOLA COM 1 ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM UNITÁRIA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	7,999	7.999,00
190	1500	UN	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE, AEROSOL ORAL, ACONDICIONADO EM FRASCO DOSADOR COM BOCAL AEROGADOR COM 200 DOSES, ACOMPANHADO DE DISPOSITIVO PARA APLICAÇÃO ORAL. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	5,98	8.970,00
Total				R\$16.969,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.607.956/0001-81, estabelecida na Rua Otaviano Teixeira dos Santos, nº 1132, bairro Centro, em Francisco Beltrão, Paraná.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 260797 - ANGEOMED COM. DE PROD. MED. HOSP. LTDA.					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
81	20000	UN	DOXAZOSINA (MESILATO) 2 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,1065	2.130,00
121	5000	UN	ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,341	1.705,00
Total				R\$3.835,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 65.817.900/0001-71, estabelecida na Avenida Visconde de Nova Granada, nº 1105, bairro Vila Grossklauss, em Leme, São Paulo.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 268437 - AGLON COM. REPR. LTDA.					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
127	5000	UN	LEVODOPA ASSOCIADO COM BENZERAZIDA (100 MG + 25 MG),COMPRIMIDO BIRRANHURADO, EMBALAGEM COM 30 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,93	4.650,00
128	3000	UN	LEVODOPA ASSOCIADO COM BENZERAZIDA (100 MG + 25 MG),COMPRIMIDO DISPERSÍVEL, EMBALAGEM COM 30 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,39	4.170,00
129	2000	UN	LEVODOPA ASSOCIADO COM BENZERAZIDA (100 MG + 25 MG),CÁPSULA DE LIBERAÇÃO PRO-LONGADA, EMBALAGEM COM 30 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,39	2.780,00
130	3000	UN	LEVODOPA ASSOCIADO COM BENZERAZIDA (200 MG + 50 MG),COMPRIMIDO BIRRANHURADO, EMBALAGEM COM 30 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,26	3.780,00
Total				R\$15.380,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.782.733/0001-49, estabelecida na Rua Severino Augusto Pretto, nº 560, bairro Santo Antônio, em Encantado, Rio Grande do Sul.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 277746 - CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
5	30000	UN	ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,178	5.340,00
6	25000	UN	ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,443	11.075,00
13	15000	UN	AMINOFILINA 100 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,034	510,00
92	700	UN	ESTRADIOL (VALERATO) 2 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,613	1.129,10
106	15000	UN	GLICAZIDA 60 MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO MODIFICADA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,42	21.300,00
208	12000	UN	VITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS, COMPRIMIDO OU CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,09	1.080,00
Total				R\$40.434,10	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº



2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.706.251/0001-98, estabelecida na Rua Profº Leônidas Ferreira da Costa, nº 847, bairro Parolin, em Curitiba, Paraná.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 281921 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
16	15000	UN	AMOXICILINA ASSOCIADO COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO (500 MG + 125 MG), COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,7799	11.698,50
80	20000	UN	DOXAZOSINA (MESILATO) 4 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,379	7.580,00
193	250000	UN	SINAVASTATINA 20 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0489	12.225,00
Total				R\$31.503,50	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 85.247.385/0001-49, estabelecida na Rua Uruguai, nº 1538 E, bairro Santa Maria, em Chapecó, Santa Catarina.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 283274 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
72	2000	UN	DEXAMETASONA 4 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,08	160,00
104	150000	UN	GLIBENCLAMIDA 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0225	3.375,00
163	5000	UN	NITROFURANTOINA 100 MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,129	645,00
Total				R\$4.180,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, estabelecida na Avenida Ary Miguel da Silva, nº 391, bairro Jardim Eldorado, em Palhoça, Santa Catarina.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 284785 - DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
7	300	UN	ÁCIDO VALPRÓICO 50 MG/ML, XAROPE, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 100 ML, COM DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,70	510,00
10	5000	UN	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER COM 4 COMPRIMIDOS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,26	1.300,00
35	150000	UN	CAPTOPRIL 25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,01	1.500,00
36	50000	UN	CARBAMAZEPINA 200 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,067	3.350,00
41	15000	UN	CARBONATO DE LÍTIU 300 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,11	1.650,00
51	500	UN	CETOCONAZOL 20 MG/G, CREME DERMATOLÓGICO, BISNAGA COM 30 G. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,19	595,00
54	20000	UN	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT, COM 14 UNIDADES CADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,13	2.600,00
60	300	UN	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 20 ML, COM CONTA GOTAS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,27	381,00
61	25000	UN	CLOPIDOGREL 75 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,357	8.925,00
63	500	UN	CLORETO DE SÓDIO 9 MG/ML (0,9%), SOLUÇÃO FISIOLÓGICA NASAL, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 30 ML, COM CONTA GOTAS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,53	265,00
70	500	UN	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML, ELIXIR, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 100 ML, COM DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,07	535,00
71	2000	UN	DEXAMETASONA 1 MG/G (0,1%), CREME, BISNAGA COM 10 G. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,535	1.070,00
74	15000	UN	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,048	720,00
75	20000	UN	DIAZEPAN 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,029	580,00
76	10000	UN	DIAZEPAN 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,029	290,00
77	10000	UN	DIGOXINA 0,25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,03	300,00
83	250000	UN	ENALAPRIL (MALEATO) 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0325	8.125,00
84	250000	UN	ENALAPRIL (MALEATO) 20 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,036	9.000,00
91	45000	UN	ESPIRONOLACTONA 25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,09	4.050,00
97	200	UN	FENOBARBITAL 40 MG/ML (4%), SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), ACONDICIONADO EM FRASCO COM 20 ML, COM CONTA GOTAS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,59	318,00
113	300000	UN	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,01	3.000,00
118	90000	UN	IBUPROFENO 600 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0588	5.292,00
131	3000	UN	LEVODOPA ASSOCIADO COM CARBIDOPA (250 MG + 25 MG), COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,167	501,00
134	45000	UN	LEVONORGESTREL ASSOCIADO COM ETILNILESTRADIOL (0,15 MG + 0,03 MG), COMPRIMIDO OU DRÁGEA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER CALENDÁRIO COM 21 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,01	450,00
139	5000	UN	LIDOCAÍNA (CLORIDRATO) 2% GEL, ACONDICIONADO EM BISNAGA COM 30 G. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,38	6.900,00
170	350000	UN	OMEPRAZOL 20 MG, CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,032	11.200,00
173	15000	UN	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA (500 MG + 30 MG), COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,2998	4.497,00
176	500	UN	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,05	25,00
177	1000	UN	PERMETRINA 10 MG/ML (1%), LOÇÃO TÓPICA, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 60 ML. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,07	1.070,00

186	12000	UN	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,058	696,00
194	45000	UN	SINVASTATINA 40 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,11	4.950,00
203	100	UN	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 5 ML. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,981	98,10
204	10000	UN	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50 MG, CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,095	950,00
Total				R\$85.693,10	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.734.671/0001-51, estabelecida na Rodovia Itapira-Lindóia, Km 14, bairro Fazenda Estância Cristália, em Itapira, São Paulo.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 287717 - CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
31	10000	UN	BIPERIDENO 2 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,17	1.700,00
64	5000	UN	CLORPROMAZINA 100 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,16	800,00
65	4000	UN	CLORPROMAZINA 25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,18	720,00
66	100	UN	CLORPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), ACONDICIONADO EM FRASCO COM 20 ML, COM CONTA GOTAS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	4,20	420,00
69	30000	UN	CODEÍNA 30 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES	0,61	18.300,00
96	15000	UN	FENOBARBITAL 100 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,08	1.200,00
109	30	UN	HALOPERIDOL (DECANOATO) 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA IM, AMPOLA 1 ML. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	7,00	210,00
110	3000	UN	HALOPERIDOL 1 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,10	300,00
112	15000	UN	HALOPERIDOL 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,08	1.200,00
120	25000	UN	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,19	4.750,00
132	5000	UN	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 100 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,60	3.000,00
133	200	UN	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 40 MG/ML (4%), SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), ACONDICIONADO EM FRASCO COM 20 ML, COM CONTA GOTAS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	7,20	1.440,00
171	5000	UN	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 8 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	2,00	10.000,00
183	6000	UN	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,06	360,00

188	10000	UN	RISPERIDONA 2 MG, COMPRIMIDO. EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,11	1.100,00
Total			R\$45.500,00		

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: VICTÓRIA – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.088.317/0001-21, estabelecida na Avenida São Paulo, nº 862, bairro São Geraldo, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 301124 - VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
89	2000	UN	ESPIRAMICINA 1,5 M UI (EQUIVALENTE A 500 MG), COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	2,59	5.180,00
Total				R\$5.180,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.944.371/0001-04, estabelecida na Avenida Santos Dumont, nº 1335, bairro Santo Antônio, em Joinville, Santa Catarina.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 335878 - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
15	80000	UN	AMITRIPTILINA 25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,029	2.320,00
100	150000	UN	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20 MG, CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0399	5.985,00
146	150000	UN	METFORMINA (CLORIDRATO) 850 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0409	6.135,00

172	5000	UN	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 4 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,979	9.895,00
Total				R\$24.335,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.335.394/0001-51, estabelecida na Rua José Ferreira de Barros, nº 89, bairro Vila Fanny, em Curitiba, Paraná.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 342777 - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
150	5000	UN	METOPROLOL (SUCCINATO) 100 MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,67	8.350,00
151	5000	UN	METOPROLOL (SUCCINATO) 25 MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,51	2.550,00
152	8000	UN	METOPROLOL (SUCCINATO) 50 MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,02	8.160,00
Total				R\$19.060,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: LICIMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.071.245/0001-60, estabelecida na Avenida São Paulo, nº 881, bairro São Geraldo, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 352870 - LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
98	20000	UN	FINASTERIDA 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍS-TER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,249	4.980,00
Total				R\$4.980,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.568.558/0001-10, estabelecida na Avenida Nereu Ramos, nº 1675 D, bairro Universitário, em Chapecó, Santa Catarina.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 370975 - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
126	1000	UN	IVERMECTINA 6 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍS-TER OU SPLIT COM 4 UNIDADES CADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,2789	278,90
Total				R\$278,90	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.590/0001-60, estabelecida na Rodovia da Uva, nº 902, bairro Roça Grande, em Colombo, Paraná.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 406279 - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
14	10000	UN	AMIODARONA 200 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,235	2.350,00



39	150000	UN	CARBONATO DE CÁLCIO ASSOCIADO COM VITAMINA D3 (1250 MG + 400 UI, EQUIVALENTE A 500 MG DE CÁLCIO ELEMENTAR + 400 UI DE VITAMINA D3), COMPRIMIDOS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,19	28.500,00
95	12000	UN	FENITOÍNA 100 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,198	2.376,00
136	30000	UN	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,082	2.460,00
137	60000	UN	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,085	5.100,00
138	60000	UN	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,094	5.640,00
Total				R\$46.426,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 15.025.636/0001-65, estabelecida na Rua Olavo Bilac, nº 86 A, bairro Petrópolis, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 406295 - DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
53	25000	UN	CINARIZINA 75 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,189	4.725,00
Total				R\$4.725,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: A. G. KIENEN & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.225.947/0001-65, estabelecida na Avenida Brasil, nº 98, bairro Centro, em Pato Branco, Paraná.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 409456 - A.G.KIENEN E CIA LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
30	100	UN	BENZILPENICILINA PROCAÍNA ASSOCIADO COM BENZILPENICILINA POTÁSSICA (300.000UI + 100.000UI), PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL VIA IM, FRASCO-AMPOLA, COM DILUENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	4,45	445,00
34	30000	UN	BUPROPIONA 150 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,30	9.000,00
67	2000	UN	CLORPROPAMIDA 250 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,39	780,00
103	50	UN	GENTAMICINA (SULFATO) 5 MG/ML (0,5%), SOLUÇÃO OFTÁLMICA, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 5 ML, COM CONTA GOTAS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	6,80	340,00
206	8000	UN	VARFARINA SÓDICA 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,09	720,00
Total				R\$11.285,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 76.386.283/0001-13, estabelecida na Rua Argentina, nº 645, bairro Jardim Primavera, em Pato Branco, Paraná.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 418463 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
37	200	UN	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML (2%), SUSPENSÃO ORAL, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 100 ML, COM DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	3,849	769,80
56	10000	UN	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,6131	6.131,00
135	100	UN	LEVONORGESTREL 0,75 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER COM 2 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,24	124,00
168	3000	UN	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 50 MG, CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,3387	1.016,10
Total				R\$8.040,90	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de

Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 94.516.671/0002-34, estabelecida na Rua Luiz Fagundes, nº 1486, bairro Picadas do Sul, em São José, Santa Catarina.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 418722 - CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
21	60000	UN	ANLÓDIPINO 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,015	900,00
90	30000	UN	ESPIRONOLACTONA 100 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,20	6.000,00
Total				R\$6.900,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889035/0001-02, estabelecida na Rua Sidney Guerra, nº 283, bairro Linho, em Erechim, Santa Catarina.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 424544 - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
48	1000	UN	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G, PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL VIA IM, FRASCO/AMPOLA, COM DILUENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	8,00	8.000,00
140	20000	UN	LORATADINA 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0379	758,00
164	600	UN	NORETISTERONA (ENANTATO) ASSOCIADO COM ESTRADIOL (VALERATO) (50 MG/ML + 5 MG/ML), SOLUÇÃO INJETÁVEL VIA IM, AMPOLA COM 1 ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM UNITÁRIA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	5,69	3.414,00
167	5000	UN	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25 MG, CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,2365	1.182,50
Total			R\$13.354,50		

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: S & R DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.315/0001-92, estabelecida na Rua Regente Diogo Antonio Feijó, nº 451 D, bairro São Cristóvão, em Chapecó, Santa Catarina.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 2988275 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
68	5000	UN	CLORTALIDONA 50 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,117	585,00
143	200	UN	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,79	158,00
161	150	UN	NISTATINA 100.000 UI/ML, SUSPENSÃO ORAL, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 30 ML, COM DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,86	279,00
162	300	UN	NISTATINA 25.000 UI/G, CREME GINECOLÓGICO, ACONDICIONADO EM BISNAGA COM 50 G OU MAIS, COM 14 APLICADORES VAGINAIS CADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	2,692	807,60
178	50	UN	PERÓXIDO DE BENZOILA 50 MG/G (5%), GEL DERMATOLÓGICO, ACONDICIONADO EM BISNAGA COM 20 G OU MAIS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	6,744	337,20
195	1500	UN	SULFADIAZINA 500 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,1328	199,20
Total				R\$2.366,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.935.554/0001-67, estabelecida na Rua Pedro Toniollo II, nº 1141, bairro Industrial, em Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 2991527 - MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA.					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5000	UN	ACICLOVIR 200 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,10	500,00
52	200	UN	CETOCONAZOL 20 MG/G (2%), XAMPU, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 100 ML. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	3,729	745,80
116	30000	UN	IBUPROFENO 300 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,036	1.080,00
Total				R\$2.325,80	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.869.890/0001-26, estabelecida na Avenida Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, nº 143, sala B, bairro Cristo Rei, em Francisco Beltrão, Paraná.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 3003353 - AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
32	200	UN	BUDESONIDA 32 MCG/DOSE, SUSPENSÃO EM SPRAY NASAL, FRASCO COM 120 DOSES OU MAIS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	14,48	2.896,00
49	500	UN	CEFTRIAXONA SÓDICA 500 MG, PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL VIA IM, FRASCO-AMPOLA, COM DILUENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	11,94	5.970,00
55	1000	UN	CLARITROMICINA 500 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	2,846	2.846,00
119	3000	UN	IMIPRAMINA 75 MG (PAMOATO), CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,4068	4.220,40
Total				R\$15.932,40	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.590.555/0001-48, estabelecida na Avenida Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, nº 148, bairro Cristo Rei, em Francisco Beltrão, Paraná.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 3003361 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
33	500	UN	BUDESONIDA 50 MCG/DOSE, SUSPENSÃO EM SPRAY NASAL, FRASCO COM 120 DOSES OU MAIS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	19,59	9.795,00
43	10000	UN	CARVEDILOL 25 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,17	1.700,00

88	15000	UN	ESCOLPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,3579	5.368,50
Total				R\$16.863,50	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: FÓRMULAS MAGISTRAIS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.316.691/0001-86, estabelecida na Rua Macembu, nº 1693, bairro Taquara, em Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 3003388 - FÓRMULAS MAGISTRAIS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
62	5000	UN	CLORANFENICOL 250 MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	5,57	27.850,00
Total				R\$27.850,00	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2016 – FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.011.226/0001-04, estabelecida na Avenida 21 de Abril, nº 270, bairro Centro, em Barão de Cotegipe, Rio Grande do Sul.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 3003396 - KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
199	300	UN	SULFATO FERROSO 25 MG/ML DE FE II, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 30 ML, COM CONTA GOTAS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,645	193,50
Total				R\$193,50	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.227.039/0001-16, estabelecida na Avenida Caldas Junior, nº 271, sala 01, bairro Três Vendas, em Erechim, Rio Grande do Sul.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 3003400 - LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4	20000	UN	ÁCIDO FÓLICO 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0349	698,00
20	15000	UN	ANLODIPINO 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,047	705,00
101	40000	UN	FUROSEMIDA 40 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0236	944,00
117	2000	UN	IBUPROFENO 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL (GOTAS), ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 30 ML, COM CONTA GOTAS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,9189	1.837,80
148	15000	UN	METOCLOPRAMIDA 10 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0494	741,00
149	300	UN	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 10 ML, C/ CONTA GOTAS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,4779	143,37
169	500	UN	ÓLEO MINERAL 100%, SOLUÇÃO ORAL, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 100 ML, COM DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,5999	799,95
174	1500	UN	PARACETAMOL 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 10 ML, C/ CONTA GOTAS. VALIDADE DE 12 MESES.	0,4899	734,85
182	10000	UN	PREDNISONA 5 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0641	641,00
201	100	UN	SULFATO FERROSO 5 MG/ML DE FE II, XAROPE, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 60 ML OU MAIS, COM DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,7879	178,79
Total				R\$7.423,76	

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2016 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2015 – FMS

Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde do município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 033/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal De Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415.

Fornecedor: NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.595.725/0001-84, estabelecida na Rua Gotardo Mazarollo, nº 330, bairro Centro, em Barão de Cotegipe, Rio Grande do Sul.

Vigência: Início: 10/03/2016 Término: 09/03/2017.

Fornecedor: 3003418 - NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
11	20000	UN	ALOPURINOL 100 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER OU SPLIT. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0392	784,00
93	1000	UN	ESTRIOL 1 MG/G, CREME GINECOLÓGICO, ACONDICIONADO EM BISNAGA COM 50 G, COM APLICADORES VAGINAIS. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	4,899	4.899,00
102	2000	UN	GARRA DO DIABO (HARPAGOPHYTUM PROCUMBEN) 500 MG, EXTRATO SECO, CÁPSULA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,3299	659,80
115	500	UN	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO ASSOCIADO COM HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO (60 MG/ML + 40 MG/ML), SUSPENSÃO ORAL, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 100 ML, COM DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,5935	796,75
141	300	UN	LORATADINA 1 MG/ML, XAROPE, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO COM 100 ML, COM DOSADOR GRADUADO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	1,5399	461,97
147	60000	UN	METILDOPA 250 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0999	5.994,00
185	60000	UN	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40 MG, COMPRIMIDO, EMBALAGEM PRIMÁRIA TIPO BLÍSTER. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	0,0099	594,00
Total			R\$14.189,52		

Guaramirim (SC), 8 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº. 115/2016**

PORTARIA Nº. 115/2016

Retorna de licença saúde Edegar Elson Meyer.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Edegar Elson Meyer, Agente Administrativo II, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 21 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de abril de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº. 116/2016**

PORTARIA Nº. 116/2016

Retorna de licença saúde Cacilda Guztzaky Von Den Bylaardt.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Cacilda Guztzaky Von Den Bylaardt, Professora III, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 09 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de abril de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 117/2016**

PORTARIA Nº. 117/2016

Retorna de licença saúde Irene Liara Heck Vaz.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Retorna de licença saúde Irene Liara Heck Vaz, Merendeira, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 27 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de abril de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 118/2016**

PORTARIA Nº. 118/2016

Nomeia membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 03/2016, da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados como membros da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 03/2016, para contratação temporária de Assistente Social e Cuidador de Criança e/ou Adolescente, da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

I – Daniela Pereira da Silva;

II – Priscila Bastian Lara;

III – Fabricia Bublitz.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de abril de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**REVOGAÇÃO PARCIAL - PROCESSO Nº 28/2015 - FMS**

PROCESSO LICITATORIO N.º 028/2015- FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2015 – FMS

Sistema de Registro de Preços

REVOGAÇÃO PARCIAL

O presente pregão teve abertura das propostas em 23/11/2015, oportunidade em que o feito estava sendo conduzido pela pregoeira nomeada pela portaria nº 217/2015.

Pela natureza do objeto licitado (Material Odontológico) e necessidade de análise das amostras, o processo licitatório prolongou-se até o corrente ano.

Ocorre que, neste íterim a pregoeira entrou em licença maternidade, conforme portaria de nº 09/2016, sendo então o processo licitatório assumido pelo pregoeiro nomeado pela portaria de nº 67/2016.

Em razão dessa mudança, ocorreram problemas de comunicação entre a Administração Municipal e os licitantes, sendo que o pregoeiro substituto não conseguiu identificar diversas amostras, não havendo certeza se foram encaminhadas pelas empresas licitantes ou não.

Esta dúvida existente, caso seja possível esclarecer, demandaria muito tempo, podendo inviabilizar toda a licitação, pois é fundamental que a mesma seja homologada em breve para não ocorrer falta de material para os dentistas prestarem o atendimento a população, sendo prudente, portanto, revogar os itens que tenham dúvidas sobre o encaminhamento das amostras.

Esclarece-se que os itens que as amostras que foram identificadas e aceitas pela comissão técnica de análise de amostras (nomeada pela portaria 553/2015), não apresentam qualquer vício, devendo ser aceitos pelo pregoeiro.

Além disso, não é conveniente a chamada de próximas colocadas nos itens que as amostras tenham sido avaliadas e reprovadas, pois atrasariam ainda mais o processo licitatório (especialmente pelo fato das licitantes poderem alegar que a proposta já estaria vencida), merecendo também ser revogados por motivo de conveniência/oportunidade.

Assim, considerando o disposto na Súmula 473 do STF, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

REVOGA-SE os itens 02, 03, 05, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 31, 32, 37, 38, 52, 53, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 125, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 175 do processo licitatório em epígrafe.

Guaramirim (SC), 04 de abril de 2016.  
PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
LAURO FRÖHLICH

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE CHAMADA PUBLICA - PREF 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul.

O MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados o Edital de Chamada Pública nº. 01/2016, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e convidam os Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais a apresentarem documentação e propostas de preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para serem utilizado na elaboração da alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino - Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme Lei 11.947 DE 16/07/2009 E Resolução nº. 26 do FNDE de 17/06/2013, sendo:

Item	Unid	Qtidade	Descrição	Val Unit	Val Tot
01	Kg	400	Mandioca descascada congelada, primeira qualidade Embalagem plástica atóxica de 1kg.	2.93	1.172,00
02	Kg	400	Batata doce de boa qualidade, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica oriundas de manuseio e transporte(rachaduras e cortes),tamanho uniforme, devendo ser graúda, aroma e cor de espécie, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades. Deve ser entregue em embalagem apropriada para alimentos.	2.79	1.116,00
03	Kg	100	Abobora tipo cabotia, de tamanho médio e sem apresentar partes moles ou podres de boa qualidade e maduras.	2.16	216,00
04	Kg	100	Repolho verde graúdo, podado, isento de material terroso, de primeira qualidade, coloração uniforme e sem manchas. Deve ser entregue em embalagem apropriada para alimentos.	2.46	246,00
05	Und	1000	Alface, em pés de tamanho médio, contendo folhas tenras e sem ferrugem ou isento que comprometa a qualidade.	1.66	1.660,00
06	Kg	300	Beterraba de primeira qualidade, nova, sem folhas, tamanho médio, limpa, de boa aparência. Prazo de validade semanal.	3.66	1.098,00
07	und	200	Brócolis, deverá ser fresco e saudável, maturação adequada para consumo, aroma e cor da espécie, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência. Deve ser entregue em embalagem apropriada para alimentos, maço com 300 gramas.	3.56	712,00
08	Kg	450	Cenoura de primeira qualidade, deve estar firme, sem lesões de origem física ou mecânica oriundos de manuseio e transporte(rachaduras e cortes),maturação adequada para consumo, ter aroma e cor de espécie, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades. Deve ser entregue em embalagem apropriada para alimentos.	4.99	2.245,50
09	Und	200	Couve-flor, contendo folhas verdes tenras e sem apresentar ferrugem ou insetos, contendo flores formadas.	4.83	966,00
10	Kg	200	Morango de boa qualidade, firme, inteiro, em embalagem atóxica de 1 kg.	15.00	3.000,00
11	Kg	1000	Laranja de primeira qualidade, in natura, inteira, firme, sem ceder a pressão dos dedos, casca lisa, maturação adequada para consumo, com ausência de sujidades ,parasitos e larvas, sem enfermidades. Deve ser entregue em embalagem apropriada para alimentos.	1.50	1.500,00
12	Kg	300	Chuchu de primeira qualidade deve estar firme, sem lesões de origem física ou mecânica oriundos de manuseio e transporte(rachaduras e cortes),maturação adequada para consumo, ter aroma e cor de espécie, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades. Deve ser entregue em embalagem apropriada para alimentos.	2.16	648,00
13	Kg	250	Couve contendo folhas verdes tenras e sem apresentar ferrugem ou insetos, entregue de validade semanal;	3.16	790,00
14	Maç	500	Tempero verde em molho, contendo salsinha,c ebolinha, tenros e isentos de insetos ou qualquer coisa que comprometa a qualidade do produto – Maço aproximadamente 300 gramas .	2.06	1.030,00
TOTAL					16.399,50

Propostas e Habilitação: 26/04/2016 as 14:30 horas.

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal, informações pelo fone 49 36420122 ou no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br)

Guarujá do Sul, SC, 08 de abril de 2016.

Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 468/2016

PORTARIA Nº 468/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

#### RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível – 3, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora ELISANGELA REGINA PINHO (Matr. 3191), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de Estágio Probatório, consoante o que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, e formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Abril de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 469/2016

PORTARIA Nº 469/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor PLINIO ROBERTO CORDAZZO (Matr. 3611), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Administrador, Nível/ Referência – 12/1/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, atuando junto ao PROCON, para responder como Agente Fiscal das Relações de Consumo, de conformidade com o artigo 10 do Decreto Federal Nº 2.181 de 20 de março de 1997.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Abril de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 470/2016

PORTARIA Nº 470/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 01 de abril de 2016 a 10 de abril de 2016, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora IRIA GHIGGI (Matr. 570), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/H, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Abril de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 471/2016

PORTARIA Nº 471/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora GISLEIDE APARECIDA RODRIGUES (Matr. 4244), a contar de 08 de abril de 2016, a qual exercia a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, Disciplina de Música, junto às Unidades Escolares: GEM Profº Adolfo Becker, GEM Nossa Sra. de Fátima e ERM Profº Alcino Fernandes, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Abril de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Unitário

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de motoboy para o transporte de Material Biológico para a realização de Exames de Laboratório e outros, nos município de Herval d'Oeste e Joaçaba, da Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24HS de Herval d'Oeste.

**ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 16:00 horas do dia 25/04/2016.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 18,65 (dezoito reais e sessenta e cinco centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 07 de abril de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 011/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2016  
PREGÃO 011/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, para aquisição de condicionador de ar instalados no Centro Educacional Eliziane Titon e na Delegacia de Polícia de Ibiam - SC. Entrega dos envelopes: até 20/04/2016, até as 08hs00min. Abertura dos envelopes: 20/04/2016 às 08hs:30min. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e C147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos :site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br). Ibiam, 08 de Abril de 2016. Gilmar Fontana, Prefeito Municipal de Ibiam .

### **PREGÃO PRESENCIAL 012/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de Profissional para Oficina de Educação Física para Grupo da Terceira Idade, Adolescentes e Crianças, para o ano de 2016.

Entrega dos envelopes: até o dia 26/04/2016 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 26/04/2016 às 08:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário. Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br) .

Ibiam, 08 de Abril de 2016.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal de Ibiam

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO PRG 004 - 2016 FMS - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PROCESSO Nº. 27/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016 – FMS Fundo Municipal de Saúde	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJETO	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 1.0, ZERO KM, MOTOR FLEX, NA COR BRANCA, COM CAPACIDADE PARA 5 LUGARES INCLUSO MOTORISTA, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 27/04/16 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 27/04/16 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br">licitacao@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.	

DANIEL CHRISTIAN BOSI  
PREFEITO MUNICIPAL  
Ilhota, 11 de abril de 2016.

### LC 66/2016

Lei Complementar nº 66, de 05 de abril de 2016  
CRIA O CARGO DE CONTADOR JÚNIOR, ALTERA E REORGANIZA OS ARTIGOS 16 E 17, ANEXOS VII E VIII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 039, DE 31 DE JULHO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO QUADRO GERAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

Artigo 1º. Os dispositivos da Lei Complementar nº 039, de 31 de julho de 2013, diante relacionados, passam a vigorar com a redação que segue:

“ Art. 16. A progressão Funcional vertical dos servidores do QUADRO GERAL DE SERVIDORES, é independente da conclusão do estágio probatório, e abrangerá os níveis I a IV, observado o disposto em Regulamento.”

“ Art. 17. [...]

I ...

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) Nível V - Risco Técnico contábil

[...]

§ 1º- Só será concedida uma progressão para cada nível de I a IV, ainda que o servidor apresente diploma ou certificado de mais de um curso.

§ 2º- O ocupante de cargo de contador efetivo da classe a que pertence será imediatamente contemplado na nomeação, no nível V por ser responsável técnico pela área contábil, correspondente da evolução funcional aplicável no grupo funcional ANS, cargo de contador efetivo, do anexo VII.

Art.2º. Fica criada uma (01) vaga no plano de cargos e salários deste município, anexo I-A, no grupo funcional atividades de nível superior sigla ANS, do cargo contador Junior efetivo, correspondente da evolução funcional aplicável no grupo funcional ANS, anexo VIII, abaixo descrito:

CARGO: Contador Junior

HABILITAÇÃO: nível superior em ciências contábeis com registro no órgão fiscalizador da classe CRC/SC.

Nº de vagas: 01

Jornada de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Remuneração: 2.196,51 (dois mil, cento e noventa e seis reais e cinquenta e um centavos).

#### DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Atividade de execução qualificada abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balancetes, balanços, registro e demonstrações contábeis.

#### DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade;
- Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar registros de operações contábeis;
- Organizar dados para a proposta orçamentária;
- Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis;
- Fazer acompanhamento da legislação sobre execução orçamentária;
- Controlar empenhos e anulação de empenhos;
- Orientar na Organização de processo de tomadas de prestação de contas;
- Assinar balanços e balancetes;
- Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira;
- Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições;
- Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídico-contábil, financeira e orçamentária, propondo se forem o caso, as soluções cabíveis em tese;
- Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis financeiros e orçamentários;
- Fornecer dados estatísticos de sua atividade;
- Apresentar relatório de suas atividades;
- Desempenhar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º O Anexo I – Grupo Funcional: ANS, Categoria Funcional: Contador, do presente projeto de lei, fica incorporado e acrescido ao Anexo VII da Lei Complementar nº 39/2013.

Art. 4º O Anexo I-A – Grupo Funcional: ANS, Categoria Funcional Contador Júnior, do presente projeto de lei, fica incorporado e acrescido ao Anexo VIII da Lei Complementar nº 39/2013.

Art. 5º. Fica extinto o cargo de Oficial Financeiro e Planejamento, criado através da Lei nº 1610, de 16 de dezembro de 2010.

Art. 6º As despesas desta lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario, em especial a Lei 1610/2010 e no que colidirem as disposições da Lei Complementar nº 39/2013.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, produzido seus efeitos a partir de primeiro de fevereiro de 2016.

Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 33/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 45/2016, que tem como objeto a "Contratação de assistência técnica autorizada ELETROLUX, KOMEKO, CONSUL, MIDEA e CARRIER, para manutenção preventiva corretiva com fornecimento de peças dos condicionadores de ar da Prefeitura Municipal de Imbituba e Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 25 de Abril de 2016, às 09:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de Abril de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

### DECRETO PMI Nº 053, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO PMI Nº 053, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia os membros do Conselho Municipal Dos Direitos da Mulher – COMDIM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei nº 4.163, de 05 de março de 2013, que instituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, e

CONSIDERANDO a solicitação constante do Processo nº 5777, de 30 de março de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, para um período de 2 (dois) anos, a contar da posse, os seguintes membros:

I – Representantes do Poder Público:

a) Órgão Superior Municipal responsável pela Política Pública de Assistência Social:

Titular: Zenaide Ovídio Lúcio;

Suplente: Adriana Pereira Fornasa.

b) Órgão Superior Municipal responsável pela Política Pública de Educação:

Titular: Rosineide David dos Passos Crispim;

Suplente: Ana Carolina Vichiect Arguim Vieira.

c) Órgão Superior Municipal responsável pela Política Pública de Saúde:

Titular: Julia Maciel;

Suplente: Mônica Farias.

d) Órgão Superior Municipal responsável pela Política Pública de Turismo, Esporte e Cultura:

Titular: Flaviana Pires;

Suplente: Glycéia Ribeiro de Castro.

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Representantes da Associação Imbitubense de Pessoas com Deficiência Física – AIPODEF:

Titular: Edna dos Santos de Souza Demétrio;

Suplente: Albertina Soares Maciel.

b) Representantes da Associação Empresarial de Imbituba - ACIM:

Titular: Elaine Freitas Alexandre dos Santos;

Suplente: Fernanda Ramos.

c) Representantes da Indústria da Solidariedade – ISO:

Titular: Maria de Lourdes de Souza Pires;

Suplente: Sandra Mara Leal.

d) Representantes do Ponto de Apoio DESPERTAR JOVEM:

Titular: Sandra Barbosa Carmo Ribeiro;

Suplente: Jovita Vieira Inácio.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de abril de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### DECRETO PMI Nº 054, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO PMI Nº 054, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo para recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos 2016 e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor e:

CONSIDERANDO a quantidade e o prazo estimado para confecção dos carnês e o tempo para o contribuinte receber o documento de arrecadação municipal em tempo hábil para efetuar o pagamento,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o dia 10 de junho de 2016, o prazo limite para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2016, relativo ao pagamento em Cota Única com desconto de 10% (dez por cento).

Art. 2º Fica fixado para o dia 10 de junho de 2016, o prazo limite para o recolhimento da Taxa de Coleta de Resíduos para o exercício de 2016, relativo ao pagamento em Cota Única.

Art. 3º Nos casos de opção pelo pagamento de forma parcelada dos dois tributos, ficam fixadas as datas das parcelas conforme segue:

- I – Primeira parcela: 10 de junho de 2016;
- II – Segunda parcela: 11 de julho de 2016;
- III – Terceira parcela: 10 de agosto de 2016;
- IV – Quarta parcela: 12 de setembro de 2016;
- V – Quinta e última parcela: 10 de outubro de 2016.

Parágrafo único. Para qualquer situação, o contribuinte poderá retirar a guia de recolhimento municipal nos seguintes locais:

1. Em qualquer lugar acessando o sítio da Prefeitura Municipal: [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) no link "Guia de IPTU / Coleta de Lixo", bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.
2. Nas Superintendências Regionais:
  - 2.1. Norte, localizada na Rua Marginal da BR 101, s/nº - Alto Arroio;
  - 2.2. Oeste, localizada na Rua João Paulo, s/nº - Nova Brasília;
  - 2.3. Sul, localizada na Rua João Leopoldino Souza, s/nº - Roça Grande.
3. Diretamente no Departamento de Tributação da Prefeitura, localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro.
4. Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelos endereços eletrônicos [cadastro@imbituba.sc.gov.br](mailto:cadastro@imbituba.sc.gov.br), [itbi@imbituba.sc.gov.br](mailto:itbi@imbituba.sc.gov.br), ou ainda, [tributos@imbituba.sc.gov.br](mailto:tributos@imbituba.sc.gov.br).
5. Em não o fazendo, conforme consta dos itens acima, o carnê físico será encaminhado através dos Correios ao respectivo endereço de correspondência constante no banco de dados do Sistema Tributário do Município.
6. Nas localidades em que não há entrega postal em domicílio, os carnês ficarão disponíveis nos postos de atendimento dos Correios.

Art. 4º Ao contribuinte que não concordar com o lançamento por erro de identificação da responsabilidade sobre o bem, ou por erro de informações que influenciem no valor à pagar, é facultado o direito de pleitear a correção devida através de requerimento formal nos termos da Lei Complementar nº 3.019/2006, no prazo de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento, além da juntada de documentos necessários à avaliação do pedido em questão, tais como: cópias de documentos pessoais; de posse, domínio ou propriedade do imóvel, entre outros que se fizerem necessários a fim de comprovar os fatos alegados, sendo que o referido pedido será avaliado e encaminhado pelos setores competentes.

Parágrafo único. Na constatação do erro, pelo requerimento protocolizado em tempo hábil, após o procedimento de correção e recálculo, o requerente terá direito ao mesmo percentual de desconto acima mencionado ou ainda, se parcelado, ao pagamento sem a incidência de juros e multas sendo que o primeiro vencimento será em até trinta dias após a correção realizada e não ultrapassará trinta e um de dezembro do ano corrente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de abril de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

## EXTRATO DE PROCESSO Nº16/2016 - (SAÚDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 16/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2016

CREDENCIAMENTO 02/2016

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 08:00 horas do dia 25 de Abril de 2016, licitação na modalidade de Inexigibilidade, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, credenciamento de entidades privadas, filantrópicas e sem fins lucrativos, prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto de procedimentos em diagnóstico por radiologia dos grupos, na tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do sus.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de Abril de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de Saúde

## EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 04/2016 (PM)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 04/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 10:00 horas, do dia 25 de Abril de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do maior desconto por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de revisão, manutenção mecânica, chapeação, pintura, funilaria, fornecimento e reposição de peças originais de primeira linha ou genuínas para a frota de motocicletas e quadriciclos da guarnição especial de Imbituba/SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de Abril de 2016.

Jean Carlos de Brida e Silva  
Tem Cel PM – Comandante da Guarnição Especial de Imbituba

## LEI COMPLEMENTAR Nº 4.705, DE 08 DE MARÇO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.705, DE 08 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a criação de 5 (cinco) vagas para o emprego público de Técnico em Enfermagem e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faça saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Ficam criadas 5 (cinco) vagas para o emprego público de Técnico em Enfermagem no Quadro Permanente do Serviço Público do Executivo, instituído pela Lei nº 1.144, de 21 de abril de 1991. Parágrafo único. As vagas criadas para o emprego público de Técnico em Enfermagem serão incluídas no anexo III da Lei 1.144/1991, no Grupo Ocupacional ATM, Nível10.



Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 abril de 2016.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### LEI Nº 4.706, DE 08 DE MARÇO DE 2016.

LEI Nº 4.706, DE 08 DE MARÇO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros à Associação de Mães Amigas das Gestantes e Idosas e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse de recursos financeiros à Associação de Mães Amigas das Gestantes e Idosas, inscrita no CNPJ sob o nº 08.035.549/0001-23, no valor de até R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), por ano.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o “caput” observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo. Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de abril de 2016.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### PORTARIA PMI/GGP Nº 200/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 200, de 08 de abril de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Agente de Combate às Endemias - PCAA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, o abaixo relacionado, admitido em 09 de abril de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2014 e PORTARIA PMI/DGP Nº 194/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Ailton Jerônimo de Souza	Agente de Combate às Endemias - PCAA 40h	417.608.679-34	08/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 08 de abril de 2016.  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

### PORTARIA PMI/GGP Nº 201/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 201, de 08 de abril de 2016.

Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Técnica em Higiene Bucal - CEO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 03 de junho de 2008, através do Processo Seletivo Público Edital - 01/2007 e PORTARIA DRH/SEAD N.º 254/2008, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Eveline Souza da Silva Tim	Técnica em Higiene Bucal - CEO 40h	050.729.589-73	05/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 08 de abril de 2016.  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 202/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 202, de 08 de abril de 2016.

Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 11 de fevereiro de 2016, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015 e PORTARIA PMI/GGP Nº 188/2016, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Priscila Martinho Gonçalves	Professora II - 20h	097.581.549-07	04/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 08 de abril de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 055/2016

CONTRATO Nº 055/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 14.770.128/0001-49, com sede na rua Paraguay, nº 400, sala 03, Bairro Ponta Aguda, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jader Aquiles Novelletto, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 003.880.869-20 e Cédula de Identidade nº 3.648.113-0, residente e domiciliado à Rua Hasselfelde, nº 700, Bairro Ponta Aguda, CEP 89.050-400, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato se regula pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista a adjudicação e homologação do resultado, bem como aos termos da proposta que apresentou, no Processo Licitatório nº 007/2016 – Edital de Tomada de Preços nº 002/2016-10430.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a construção de paredes de alvenaria para fechamento lateral de quadra de esportes, e drenagem pluvial, na Escola Básica Municipal Mário Bonessi, conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

3.1.1. A CONTRATADA fornecerá toda a mão-de-obra e os materiais necessários para a execução da obra, de acordo com os projetos, memorial descritivo e orçamento da mesma.

3.2. A obra será executada na Rua Uberlândia – Bairro Benedito – CEP: 89130-000, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA QUARTA: EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS

4.1. Para todos os efeitos a CONTRATADA será a responsável pela execução do contrato de acordo com as disposições nas legislações afins.

4.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

4.2.1. Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos deverão ser resolvidas pela fiscalização da CONTRATANTE.

4.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

4.4. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente a obra, desde que esta não esteja prevista na planilha de preços da proposta da CONTRATADA.

4.5. A CONTRATADA será responsável pelo controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais das obras, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno. Sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos.

4.6. A CONTRATADA terá que respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT.

4.7. Constatado qualquer erro ou imperícia na execução, será de responsabilidade da CONTRATADA a correção, revisão e/ou nova execução das partes impugnadas.

4.8. A CONTRATADA se obriga a executar eventuais serviços não constantes deste contrato, mas considerados essenciais ao desenvolvimento dos serviços, sem, no entanto, modificar e/ou descaracterizar o objeto do contrato. Estes serviços serão pagos através de orçamento elaborado pela CONTRATADA após aprovação pela CONTRATANTE, antes do início destes serviços.

4.9. Quando for entregue a obra, a CONTRATADA terá que realizar a limpeza total do canteiro de obras.

#### CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 28 de março de 2016 até 26 de maio de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

5.1.1. A assinatura da ordem de serviços ocorrerá em até 30 (trinta) dias, justificadamente podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.2. Ocorrendo impedimento ou paralisação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente, por Termo

Aditivo, por igual tempo ao que ficou paralisado.  
**CLÁUSULA SEXTA: SUBCONTRATAÇÃO DA OBRA**

6.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

6.2. Os serviços de subempreitada somente serão admissíveis após consulta e consentimento expresso da CONTRATANTE, respeitando os limites do presente contrato.

6.3. É terminantemente proibida a subcontratação da obra e/ou serviços dela resultantes da parcela de maior relevância exigida como qualificação técnica.

6.4. A empresa SUBCONTRATADA deverá submeter-se, obrigatoriamente, às condições de Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Jurídica e Econômico-Financeira, bem como o atendimento ao art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, constantes no item 07 do edital originário do presente contrato. A qualificação técnica deverá ser compatível aos serviços/obras que irá executar.

6.5. Em qualquer caso, a CONTRATADA assume para todos os efeitos, a responsabilidade direta e integral pela execução das obras ou serviços de obrigação da SUBCONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO**

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$33.148,96 (trinta e três mil cento e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

7.1.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa das obras, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: FORMA DE PAGAMENTO**

8.1. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, sendo que no dia seguinte do término do período, a CONTRATADA apresentará a medição dos serviços realizados no período, juntamente com a cópia dos boletins diários da obra.

8.1.1. A Fiscalização efetuará a conferência das planilhas, efetuando eventuais correções, e atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis. No caso de correção da planilha, a CONTRATADA deverá apresentar nova planilha de medição devidamente corrigida.

8.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal correspondente aos valores dos serviços executados, conforme planilha aprovada.

8.1.3. Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executadas serão efetuados no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de apresentação da nota fiscal, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

8.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

8.3. Para recebimento dos pagamentos a CONTRATADA terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia das guias de pagamento do INSS e FGTS relativos aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

8.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

8.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco 085  
Agência 0.106  
Conta 8.058-6

#### **CLÁUSULA NONA: REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

9.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

##### **9.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:**

9.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo INCC – Índice Nacional de Custos da Construção, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

##### **9.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

9.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

10.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 05.01.0012.0361.0005.1104.449051980000.01010000– Recurso Próprio/Educação

- 05.01.0012.0361.0005.1104.449051980000.01325409 – União/ Cobertura Quadra

- 05.01.0012.0361.0005.1104.449051980000.03325409 – União/ Cobertura Quadra EA

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: ADITIVOS**

11.1. Tendo em vista o critério do regime de contrato, empreitada pelo preço unitário, serão admitidos Termos Aditivos para alteração das quantidades utilizadas, de acordo com as medições realizadas, dos materiais efetivamente utilizados.

11.1.1. Ocorrendo a alteração do projeto, será avaliada pela Fiscalização e o Preposto responsável pela medição das obras e serviços a necessidade de alteração do valor da obra e/ou serviços.

11.2. Termos Aditivos para alteração do cronograma da obra serão efetuados de acordo com o item 5.2 do presente contrato e a legislação correlata.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: AS BUILT**

12.1. No caso do projeto sofrer alterações, a CONTRATADA deverá apresentar, à suas expensas, um novo catálogo de projetos durante a construção da obra, que retrate a forma exata de como foi construído ou reformado o objeto contratado.

12.1. O novo catálogo de projetos deverá ser apresentado em mídia magnética (CD ou DVD).

12.2. O projeto deverá ser elaborado pelo responsável técnico indicado pela CONTRATADA, ou outro com capacidade técnica comprovadamente equivalente, e que integre o seu quadro de profissionais, desde que aprovado pela Administração, e que deverá emitir a ART devidamente registrada no CREA/SC.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATANTE, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelo canteiro, por seus representantes devidamente credenciados.

13.2. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo das obras e serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

13.3. À fiscalização compete:

13.3.1. O encaminhamento e controle da execução das obras e serviços, as avaliações e medições dos serviços, até a sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõe o contrato;

13.3.2. Proceder as medições com a presença e a participação da CONTRATADA, cabendo a esta encaminhar à CONTRATANTE os respectivos faturamentos nos prazos previstos;

13.4. Constatada a inoperância, desleixo, incapacidade ou ato desabonador, praticado pela CONTRATADA, ou seu representante ou de seus subcontratados, a CONTRATANTE poderá recomendar o afastamento e/ou realocação do preposto ou de qualquer empregado, bem como de subcontratados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECEBIMENTO DA OBRA –**

14.1. Na data em que considerar concluídos os serviços, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE que vistoriará as obras e, verificando plena conformidade com os projetos, plantas, detalhes e especificações aprovadas para execução, bem como limpeza da obra, lavrará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Termo de Aceitação

Provisória, assinado também pela CONTRATADA.

14.1.1. Os trabalhos que conforme critério do edital não apresentarem as condições estabelecidas, mas cujas desconformidades sejam de pequena monta, serão rejeitados, sem prejuízo da Aceitação Provisória, que conterà a ressalva, cabendo a CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação que deverá se efetivar dentro do prazo de observação de 20 (vinte) dias corridos.

14.1.2. No caso da não aceitação provisória, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências para sanar os problemas que determinaram a não aceitação, no prazo a ser fixado pela CONTRATANTE, sem prejuízo de aplicação, pela CONTRATANTE, das penalidades previstas nas disposições contratuais que lhe forem aplicáveis.

14.1.3. Não sendo realizadas, na sua totalidade, as reparações exigidas pela CONTRATANTE, esta poderá ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das multas estabelecidas neste contrato e seus anexos.

14.2. Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação das obras, a CONTRATADA poderá requerer a Aceitação Definitiva das mesmas.

14.3. A Aceitação Definitiva só será concedida quando a obra estiver totalmente concluída, após vistoria que a comprove, ocasião em que será lavrado e assinado o Termo de Aceitação e Recebimento Definitivo, com mútua e geral quitação.

14.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

**CLÁUSULA QUINTA: EXECUÇÃO DO CONTRATO**

15.1. A CONTRATADA terá que apresentar no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, os seguintes elementos:

15.1.1. Registro do contrato junto ao CREA e/ou CAU, bem como cópia da ART de execução;

15.1.1.1. Caso a empresa seja sediada em outro Estado é necessário o visto do CREA/SC e a quitação da anuidade do corrente exercício no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

15.1.2. Relação com os nomes e registros dos profissionais responsáveis pela execução das obras;

15.1.3. Registro do Cadastro Específico do INSS – CEI, ou o comprovante de sua inexigibilidade, conforme legislação vigente;

15.2. A CONTRATADA deverá apresentar durante a realização das obras, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a ele atribuído.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1. São obrigações da CONTRATANTE, sem que a elas se limitem:

16.1.1. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento das obras;

16.1.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato;

16.1.3. Garantir à CONTRATADA a fidelidade das informações e acesso à documentação técnica para que os serviços se desenvolvessem sem percalços e no prazo acordado;



16.1.4. Apresentação da Comissão de Fiscalização das Obras, com a devida credencial de identificação. Comissão essa, que poderá ser modificada a critério da CONTRATANTE.

16.1.5. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. São obrigações da CONTRATADA, sem que a elas se limitem:

17.1.1. Respeitar todas as Leis e as Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT;

17.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro de prazos viáveis, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções encontrados nas obras decorrentes dos serviços efetuados;

17.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

17.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, o engenheiro preposto que representará a CONTRATADA na execução do contrato, na data da Ordem de Início dos Serviços;

17.1.5. Fornecer a pedido da CONTRATANTE, solução técnica alternativa, desde que tecnicamente similar ou superior a solução anteriormente proposta;

17.1.6. Responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços e dos materiais que fornecer para serem utilizados na obra, apresentando o resumo dos ensaios de controle tecnológico, dos serviços de engenharia, sujeitos a controle laboratorial, executados pela CONTRATADA, durante o período da medição;

17.1.7. Permitir e facilitar a inspeção ao local das obras, pela fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, pelos técnicos da CONTRATANTE, entre ela, dos ensaios propriamente ditos, citados no item anterior;

17.1.8. Elaboração e disponibilização do Diário de Obra, devidamente assinado pelo responsável preposto pela CONTRATADA e com discriminação de todas as ocorrências da obra para o acompanhamento de sua execução, que deverá ser entregue à Comissão de Fiscalização;

17.1.9. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

17.1.10. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

17.1.10.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

17.1.11. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

17.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 007/2016 - Edital de

Tomada de Preços nº 002/2016-10430;

17.1.13. Realizar a guarda e manutenção das obras, equipamentos e materiais até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE;

17.1.14. Se necessário, realizar o controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais dos serviços, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos; e,

17.1.15. Assegurar a realização das obras conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

18.1.2. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

18.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

18.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

18.1.5. Possíveis supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes;

18.1.6. Para restabelecer a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Cláusula Nona do presente contrato.

18.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA: RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

19.1.1. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, protesto, recuperação judicial, concurso de credores, transformações, cisões ou fusões;

19.1.2. Caso o contrato venha a ser objeto de qualquer espécie de transações, tais como transferências, cauções ou outras sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

19.1.3. Caso a obra não seja concluída 30 (trinta) dias após o prazo



contratual, injustificadamente;

19.1.4. Paralisações dos serviços, atraso na execução das obras ou conclusão fora do prazo previsto;

19.1.5. Imperícia, negligência, imprudência, ou desídia na observância das condições técnicas estabelecidas no contrato e seus anexos, ou na execução das obras.

19.1.6. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.7. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

19.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução de modo a prejudicar o andamento normal das obras;

19.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

19.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado, conforme o caso;

19.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

19.1.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

19.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

19.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

19.1.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

19.1.17. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

19.1.18. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 20.4 do presente contrato.

19.2. A rescisão do contrato poderá ser:

19.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos previstos nos itens 19.1.1 à 19.1.14 e 19.1.16 à 19.1.18.

19.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no

processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

19.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

19.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 19.1.9 à 19.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

19.5. Rescindido o Contrato, tem a CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias, a contar do acerto final de contas, para se retirar do local das obras e deixá-lo inteiramente desimpedido.

19.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES

20.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou por atos lesivos à Administração Pública Municipal, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas, ou notificação prévia para a correção de erros.

20.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 1% (um por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Sétima, desde que não previstos em outras cláusulas.

d) - No valor de 2,5% (dois por cento e cinco décimos) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE, ou fora dos padrões da ABNT;

e) - No valor de 3% (três por cento) do valor do contrato por inobservância da cláusula sexta deste contrato.

f) - No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

g) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono do canteiro de obras sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

20.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "g" e "h", do item 20.1.2.

20.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.1.5. Além das sanções previstas nos itens 20.1.1 à 20.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 12.846/13.

20.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

20.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Constituição Federal de 1988, e a legislação correlata.

20.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato, ou à 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, prevalecendo o limite do último.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS –

21.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

21.2. Fica acordado que, conforme previsão legal, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

21.3. A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança da obra/serviço, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

21.4. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços objeto deste contrato, será(ão) do(s) profissional(is) indicado(s) como qualificação técnica na licitação.

21.5. Passam a integrar o presente Contrato, independente de transcrição, todos os documentos e informações da proposta de preços da CONTRATADA, apresentados no Processo Licitatório nº 007/2016 – Edital de Tomada de Preços nº 002/2016-10430.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

22.1. As partes elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção;
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal;
- l) - Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- m) - Lei Federal nº 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo;
- n) - Lei Federal nº 12.378/10. Regula o exercício de Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil; e,
- o) - Lei Federal nº 6.496/77. Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: AS PARTES –

24.1. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 28 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP Jader Aquiles Novelletto Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

**CONTRATO Nº 056/2016**

CONTRATO Nº 056/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 14.770.128/0001-49, com sede na rua Paraguay, nº 400, sala 03, Bairro Ponta Aguda, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jader Aquiles Novelletto, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 003.880.869-20 e Cédula de Identidade nº 3.648.113-0, residente e domiciliado à Rua Hasselfelde, nº 700, Bairro Ponta Aguda, CEP 89.050-400, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1. O presente contrato se regula pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista a adjudicação e homologação do resultado, bem como aos termos da proposta que apresentou, no Processo Licitatório nº 008/2016 – Edital de Tomada de Preços nº 003/2016-10430.

**CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO**

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a construção de paredes de alvenaria para fechamento lateral de quadra de esportes, e drenagem pluvial, na Escola Básica Municipal Juvenal Carvalho, conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

3.1.1. A CONTRATADA fornecerá toda a mão-de-obra e os materiais necessários para a execução da obra, de acordo com os projetos, memorial descritivo e orçamento da mesma.

3.2. A obra será executada na Rua Dr. Blumenau, 1.929 – Bairro do Sol – CEP: 89130-000, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina.

**CLÁUSULA QUARTA: EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS**

4.1. Para todos os efeitos a CONTRATADA será a responsável pela execução do contrato de acordo com as disposições nas legislações afins.

4.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado,

permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

4.2.1. Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos deverão ser resolvidas pela fiscalização da CONTRATANTE.

4.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

4.4. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente a obra, desde que esta não esteja prevista na planilha de preços da proposta da CONTRATADA.

4.5. A CONTRATADA será responsável pelo controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais das obras, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno. Sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos.

4.6. A CONTRATADA terá que respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT.

4.7. Constatado qualquer erro ou imperícia na execução, será de responsabilidade da CONTRATADA a correção, revisão e/ou nova execução das partes impugnadas.

4.8. A CONTRATADA se obriga a executar eventuais serviços não constantes deste contrato, mas considerados essenciais ao desenvolvimento dos serviços, sem, no entanto, modificar e/ou descaracterizar o objeto do contrato. Estes serviços serão pagos através de orçamento elaborado pela CONTRATADA após aprovação pela CONTRATANTE, antes do início destes serviços.

4.9. Quando for entregue a obra, a CONTRATADA terá que realizar a limpeza total do canteiro de obras.

**CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO**

5.1. O prazo de execução das obras é de 28 de março de 2016 até 26 de maio de 2016, da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

5.1.1. A assinatura da ordem de serviços ocorrerá em até 30 (trinta) dias, justificadamente podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.2. Ocorrendo impedimento ou paralisação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente, por Termo Aditivo, por igual tempo ao que ficou paralisado.

**CLÁUSULA SEXTA: SUBCONTRATAÇÃO DA OBRA**

6.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

6.2. Os serviços de subempreitada somente serão admissíveis após consulta e consentimento expresso da CONTRATANTE, respeitando os limites do presente contrato.

6.3. É terminantemente proibida a subcontratação da obra e/ou serviços dela resultantes da parcela de maior relevância exigida

como qualificação técnica.

6.4. A empresa SUBCONTRATADA deverá submeter-se, obrigatoriamente, às condições de Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Jurídica e Econômico-Financeira, bem como o atendimento ao art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, constantes no item 07 do edital originário do presente contrato. A qualificação técnica deverá ser compatível aos serviços/obras que irá executar.

6.5. Em qualquer caso, a CONTRATADA assume para todos os efeitos, a responsabilidade direta e integral pela execução das obras ou serviços de obrigação da SUBCONTRATADA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$27.765,06 (vinte e sete mil setecentos e sessenta e cinco reais e seis centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

7.1.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa das obras, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA: FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, sendo que no dia seguinte do término do período, a CONTRATADA apresentará a medição dos serviços realizados no período, juntamente com a cópia dos boletins diários da obra.

8.1.1. A Fiscalização efetuará a conferência das planilhas, efetuando eventuais correções, e atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis. No caso de correção da planilha, a CONTRATADA deverá apresentar nova planilha de medição devidamente corrigida.

8.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal correspondente aos valores dos serviços executados, conforme planilha aprovada.

8.1.3. Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executados serão efetuados no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de apresentação da nota fiscal, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

8.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

8.3. Para recebimento dos pagamentos a CONTRATADA terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia das guias de pagamento do INSS e FGTS relativos aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

8.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

8.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco 085

Agência 0.106

Conta 8.058.6

#### CLÁUSULA NONA: REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

##### 9.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

9.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo INCC – Índice Nacional de Custos da Construção, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

##### 9.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

9.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

•05.01.0012.0361.0005.1104.449051980000.01010000 – Recurso

Próprio/Educação

•05.01.0012.0361.0005.1104.449051980000.01325409 – União/ Cobertura Quadra

•05.01.0012.0361.0005.1104.449051980000.03325409 – União/ Cobertura Quadra EA

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: ADITIVOS

11.1. Tendo em vista o critério do regime de contrato, empreitada pelo preço unitário, serão admitidos Termos Aditivos para alteração das quantidades utilizadas, de acordo com as medições realizadas, dos materiais efetivamente utilizados.

11.1.1. Ocorrendo a alteração do projeto, será avaliada pela Fiscalização e o Preposto responsável pela medição das obras e serviços a necessidade de alteração do valor da obra e/ou serviços.

11.2. Termos Aditivos para alteração do cronograma da obra serão efetuados de acordo com o item 5.2 do presente contrato e a legislação correlata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: AS BUILT



12.1. No caso do projeto sofrer alterações, a CONTRATADA deverá apresentar, à suas expensas, um novo catálogo de projetos durante a construção da obra, que retrate a forma exata de como foi construído ou reformado o objeto contratado.

12.1.1. O novo catálogo de projetos deverá ser apresentado em mídia magnética (CD ou DVD).

12.2. O projeto deverá ser elaborado pelo responsável técnico indicado pela CONTRATADA, ou outro com capacidade técnica comprovadamente equivalente, e que integre o seu quadro de profissionais, desde que aprovado pela Administração, e que deverá emitir a ART devidamente registrada no CREA/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATANTE, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelo canteiro, por seus representantes devidamente credenciados.

13.2. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo das obras e serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

13.3. À fiscalização compete:

13.3.1. O encaminhamento e controle da execução das obras e serviços, as avaliações e medições dos serviços, até a sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõe o contrato;

13.3.2. Proceder as medições com a presença e a participação da CONTRATADA, cabendo a esta encaminhar à CONTRATANTE os respectivos faturamentos nos prazos previstos;

13.4. Constatada a inoperância, desleixo, incapacidade ou ato de sabonador, praticado pela CONTRATADA, ou seu representante ou de seus subcontratados, a CONTRATANTE poderá recomendar o afastamento e/ou realocação do preposto ou de qualquer empregado, bem como de subcontratados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECEBIMENTO DA OBRA

14.1. Na data em que considerar concluídos os serviços, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE que vistoriará as obras e, verificando plena conformidade com os projetos, plantas, detalhes e especificações aprovadas para execução, bem como limpeza da obra, lavrará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Termo de Aceitação Provisória, assinado também pela CONTRATADA.

14.1.1. Os trabalhos que conforme critério do edital não apresentarem as condições estabelecidas, mas cujas desconformidades sejam de pequena monta, serão rejeitados, sem prejuízo da Aceitação Provisória, que conterà a ressalva, cabendo a CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação que deverá se efetivar dentro do prazo de observação de 20 (vinte) dias corridos.

14.1.2. No caso da não aceitação provisória, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências para sanar os problemas que determinaram a não aceitação, no prazo a ser fixado pela CONTRATANTE, sem prejuízo de aplicação, pela CONTRATANTE, das penalidades previstas nas disposições contratuais que lhe forem aplicáveis.

14.1.3. Não sendo realizadas, na sua totalidade, as reparações

exigidas pela CONTRATANTE, esta poderá ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das multas estabelecidas neste contrato e seus anexos.

14.2. Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação das obras, a CONTRATADA poderá requerer a Aceitação Definitiva das mesmas.

14.3. A Aceitação Definitiva só será concedida quando a obra estiver totalmente concluída, após vistoria que a comprove, ocasião em que será lavrado e assinado o Termo de Aceitação e Recebimento Definitivo, com mútua e geral quitação.

14.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA: EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A CONTRATADA terá que apresentar no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, os seguintes elementos:

15.1.1. Registro do contrato junto ao CREA e/ou CAU, bem como cópia da ART de execução;

15.1.1.1. Caso a empresa seja sediada em outro Estado é necessário o visto do CREA/SC e a quitação da anuidade do corrente exercício no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

15.1.2. Relação com os nomes e registros dos profissionais responsáveis pela execução das obras;

15.1.3. Registro do Cadastro Específico do INSS – CEI, ou o comprovante de sua inexistência, conforme legislação vigente;

15.2. A CONTRATADA deverá apresentar durante a realização das obras, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a ele atribuído.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. São obrigações da CONTRATANTE, sem que a elas se limitem:

16.1.1. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento das obras;

16.1.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato;

16.1.3. Garantir à CONTRATADA a fidelidade das informações e acesso à documentação técnica para que os serviços se desenvolvessem sem percalços e no prazo acordado;

16.1.4. Apresentação da Comissão de Fiscalização das Obras, com a devida credencial de identificação. Comissão essa, que poderá ser modificada a critério da CONTRATANTE.

16.1.5. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. São obrigações da CONTRATADA, sem que a elas se limitem:

17.1.1. Respeitar todas as Leis e as Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT;

17.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro de prazos viáveis, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções

encontrados nas obras decorrentes dos serviços efetuados;

17.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

17.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, o engenheiro preposto que representará a CONTRATADA na execução do contrato, na data da Ordem de Início dos Serviços;

17.1.5. Fornecer a pedido da CONTRATANTE, solução técnica alternativa, desde que tecnicamente similar ou superior a solução anteriormente proposta;

17.1.6. Responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços e dos materiais que fornecer para serem utilizados na obra, apresentando o resumo dos ensaios de controle tecnológico, dos serviços de engenharia, sujeitos a controle laboratorial, executados pela CONTRATADA, durante o período da medição;

17.1.7. Permitir e facilitar a inspeção ao local das obras, pela fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, pelos técnicos da CONTRATANTE, entre ela, dos ensaios propriamente ditos, citados no item anterior;

17.1.8. Elaboração e disponibilização do Diário de Obra, devidamente assinado pelo responsável preposto pela CONTRATADA e com discriminação de todas as ocorrências da obra para o acompanhamento de sua execução, que deverá ser entregue à Comissão de Fiscalização;

17.1.9. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

17.1.10. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

17.1.10.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

17.1.11. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

17.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 008/2016 - Edital de Tomada de Preços nº 003/2016-10430;

17.1.13. Realizar a guarda e manutenção das obras, equipamentos e materiais até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE;

17.1.14. Se necessário, realizar o controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais dos serviços, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos; e,

17.1.15. Assegurar a realização das obras conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

18.1.2. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

18.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

18.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

18.1.5. Possíveis supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes;

18.1.6. Para restabelecer a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Cláusula Nona do presente contrato.

18.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA: RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

19.1.1. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, protesto, recuperação judicial, concurso de credores, transformações, cisões ou fusões;

19.1.2. Caso o contrato venha a ser objeto de qualquer espécie de transações, tais como transferências, cauções ou outras sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

19.1.3. Caso a obra não seja concluída 30 (trinta) dias após o prazo contratual, injustificadamente;

19.1.4. Paralisações dos serviços, atraso na execução das obras ou conclusão fora do prazo previsto;

19.1.5. Imperícia, negligência, imprudência, ou desídia na observância das condições técnicas estabelecidas no contrato e seus anexos, ou na execução das obras.

19.1.6. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.7. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;



19.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução de modo a prejudicar o andamento normal das obras;

19.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

19.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado, conforme o caso;

19.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

19.1.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

19.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

19.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

19.1.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

19.1.17. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

19.1.18. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 20.4 do presente contrato.

19.2. A rescisão do contrato poderá ser:

19.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos previstos nos itens 19.1.1 à 19.1.14 e 19.1.16 à 19.1.18.

19.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

19.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

19.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 19.1.9 à 19.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

19.5. Rescindido o Contrato, tem a CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias, a contar do acerto final de contas, para se retirar do local das obras e deixá-lo inteiramente desimpedido.

19.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES

20.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou por atos lesivos à Administração Pública Municipal, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas, ou notificação prévia para a correção de erros.

20.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 1% (um por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Sétima, desde que não previstos em outras cláusulas.

d) - No valor de 2,5% (dois por cento e cinco décimos) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE, ou fora dos padrões da ABNT;

e) - No valor de 3% (três por cento) do valor do contrato por inobservância da cláusula sexta deste contrato.

f) - No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

g) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono do canteiro de obras sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

20.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "g" e "h", do item 20.1.2.

20.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.1.5. Além das sanções previstas nos itens 20.1.1 à 20.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

20.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias

apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

20.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Constituição Federal de 1988, e a legislação correlata.

20.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato, ou à 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, prevalecendo o limite do último.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

21.2. Fica acordado que, conforme previsão legal, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

21.3. A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança da obra/serviço, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

21.4. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços objeto deste contrato, será(ão) do(s) profissional(is) indicado(s) como qualificação técnica na licitação.

21.5. Passam a integrar o presente Contrato, independente de transcrição, todos os documentos e informações da proposta de preços da CONTRATADA, apresentados no Processo Licitatório nº 008/2016 – Edital de Tomada de Preços nº 003/2016-10430.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

22.1. As partes elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção;
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal;
- l) - Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;  
m) - Lei Federal nº 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo;  
n) - Lei Federal nº 12.378/10. Regula o exercício de Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil;  
e,  
o) - Lei Federal nº 6.496/77. Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: AS PARTES

24.1. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 28 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP Jader Aquiles Novelletto Contratada
--	--

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699
---	--

Testemunhas:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

#### CONTRATO Nº 059/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 059/2016  
CONTRATADA: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, contratação de serviços de impressão dos carnês de IPTU, conforme quantitativos e especificações.  
VALOR: R\$ 32.940,00  
PRAZO: 01 de abril de 2016 até 30 de maio de 2016.  
DATA DA ASSINATURA: 01/04/2016.

**CONTRATO Nº 060/2016**

CONTRATO Nº 060/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA CARRERA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH – DEMUTTIN – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CARRERA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 72.378.102/0001-56, com sede na Rua Itajaí, nº 869, Bairro Vorstadt, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Lívio Utech, brasileiro, casado, inscrito sob CPF nº 380.459.319-49 e Cédula de Identidade nº 3/R 888.375-SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Presidente Costa e Silva, nº 2.566, Bairro Testo Rega, na cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 019/2016 – Edital de Pregão nº 009/2016-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

**CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO**

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, contratação dos serviços de locação de automóveis de passeio, conforme quantitativos e condições do quadro à seguir:

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES	Valor Unitário	Valor Mensal
01	14	Unid.	Locação de Veículos tipo hatch ou sedan, ano/modelo 2015/2016, 0km, novo e sem uso.	R\$ 1.195,00	R\$ 16.730,00
VALOR TOTAL GERAL:				R\$ 16.730,00	

3.1.1. As especificações dos itens mencionados no quadro acima, estão inseridas no Anexo VI – Termo de Referência do Objeto.

**3.2. LOCAL DE ENTREGA:**

3.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte local: Prefeitura do Município de Indaial, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 – Bairro Centro, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina – no horário compreendido das 08h30min às 12h00min e 13h30min e 17h00min, nos dias úteis.

**CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO**

4.1. O valor mensal do presente contrato é de R\$ 16.730,00 (desesseis mil setecentos e trinta reais).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016, e as respectivas para os exercícios seguintes:

- 04.01.0004.0122.0004.2062.339039270000.01000000 – Recurso Próprio
- 05.01.0012.0361.0005.2105.339039270000.01010000 – Recurso Próprio/Educação
- 21.01.0006.0181.0021.2304.339039270000.01120000 – Conv. Trânsito/Prefeitura

- 22.01.0017.0512.0022.2332.339039270000.01000000 – Recurso Próprio
- 30.01.0010.0301.0030.2464.339039270000.01001500 – Vigilância Sanitária Municipal
- 30.01.0010.0301.0030.2464.339039270000.01380900 – PAB Fixo
- 31.01.0008.0244.0031.2517.339039270000.01350025 – União/Alta Complex.
- 31.01.0008.0244.0031.2517.339039270000.03350025 – União/Alta Complex. EA
- 40.01.0027.0812.0040.2600.339039270000.01000000 – Recurso Próprio

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos se realizarão de acordo com o cronograma físico-financeiro de execução dos serviços, verificada através de medições. A CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período, atestando a execução dos mesmos.

6.1.1. A CONTRATADA apresentará até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, que será mensal, nota fiscal fatura correspondente aos valores dos serviços executados a preços unitários e subtotais do contrato.

6.1.2. O pagamento será realizado no 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente da realização dos serviços, mediante entrega da respectiva nota fiscal/fatura, nos termos do item 6.1.1. devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

6.3. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

6.4. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco 237  
Agência 2656-5  
Conta 134052-2

#### CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

##### 7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

##### 7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

#### CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS –

8.1. Os veículos deverão ser entregues, na totalidade, em até 20 (vinte) dias direto após da comunicação da ordem de compra/serviços à licitante vencedora/contratada.

8.2. O prazo máximo de execução é de 05 de abril de 2016 até 05 de abril de 2017, após da comunicação da ordem de compra/serviços à licitante vencedora/contratada.

8.2.1. O prazo poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de 48 meses, de acordo com o art. 57, IV da Lei Federal n. 8.666/93.

8.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.4. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

#### CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA –

9.1. Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto, conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato.

9.7. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado.

9.8. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.9. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.10. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.11. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 019/2016 - Edital de Pregão nº 009/2016-10430.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços contratados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.1. Solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

11.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES**

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,2% (dois décimos percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato.

c) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

e) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas.

f) - No valor de 4,0% (quatro por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;

g) - No valor de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

j) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;



13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos serviços já realizados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9 e 13.1.11 à 13.1.13.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de prestação dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de prestação do serviço; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 05 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CARRERA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA Lívio Utech Contratada
--	--

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FINANÇAS  
Marcio Antonio Ferrari  
Secretário Municipal

Giovanna Huebes Nicolletti  
Secretária Municipal

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Osair Reginaldo Anacleto  
Responsável pela Secretaria

FUNDO MUN. DE SAÚDE  
Adriane Machado Ferrari  
Secretária Municipal

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO FUND. MUN DE ESPORTES VEREADOR MARO E HABITAÇÃO  
Ademir Packer  
Diretor Executivo

Paulo Roberto Ledra  
Secretário Municipal

SECRETARIA DE SANEAMENTO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO E MEIO AMBIENTE  
Paulo Roberto Ledra  
Secretário Interino

Miguel Angelo Soar  
OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**DECRETO Nº 1820/16**

. DECRETO Nº 1820/16

. De 08 de abril de 2016

Homologa Processo Seletivo nº 001/2016/OBRAS/PMI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado, o Edital do Processo Seletivo nº 001/2016/OBRAS/PMI para o preenchimento de vagas temporárias existentes para quadro de pessoal das Secretarias de Obras, Saneamento e Meio Ambiente e Agricultura e Abastecimento do Município de Indaial, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 8 de abril de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

EDITAL DE ABERTURA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016 SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL  
001/2016 / OBRAS / PMI

O Município de Indaial, torna público pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo Simplificado para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a serem contratados por tempo determinado, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, artigo 22, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Indaial e Lei 4724/2012, considerando:

Que os contratos temporários por prazo determinado de excepcional interesse público, com base no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e na Lei Municipal 4724/2012 a serem firmados pela Prefeitura vigorarão até a realização e a homologação de novo concurso público;

Que o preenchimento dos cargos em caráter temporário, através do presente Processo Seletivo Simplificado, se dará em razão do esgotamento do número de classificados do concurso público 001/2011, ficando em aberto um número expressivo de vagas necessárias ao atendimento da demanda existente no município.

**1. DAS VAGAS E REMUNERAÇÃO**

CARGO	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE VAGAS	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO R\$
Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais	30	Ser alfabetizado e ter aptidão física para a função	1.023,99

\* O servidor terá ainda direito a perceber R\$ 16,00 por dia efetivamente trabalhado, até o limite de 22 dias, a título de Auxílio Alimentação.

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. - As inscrições para a seleção pública estarão abertas nos dias 11 de abril a 20 de abril de 2016 na Central de Atendimento da Prefeitura Municipal, das 08:00 h às 11h30m e das 13h30m às 16h30m.

**2.2- Requisitos para Inscrição**

- Ser de nacionalidade brasileira, ou gozar das prerrogativas legais;
- Idade mínima 18 anos;
- Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- Ser alfabetizado;
- Aptidão saúde física e mental para o exercício do cargo;

**2.3 – Documentação Necessária para Inscrição**

Carteira de Trabalho; Fotocópia da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor com comprovante da última votação, certificado de quitação militar, (para as pessoas do sexo masculino), comprovante de residência;

**3 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

3.1 A prova será realizada no dia 30 de abril de 2016, das 14:00 às 16:00 horas, no Colégio Municipal de Indaial, situado a Rua 30 de Abril, nº 150, Bairro Carijós, em Indaial.

3.2 O candidato deverá comparecer ao local determinado para realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de comprovante de inscrição, documento de Identificação, caneta azul ou preta.

3.3 - Não será permitida a realização da prova ao candidato que chegar atrasado.

#### 4 - DA SELEÇÃO

4.1 - A seleção tem por fim cumprir o papel de identificar, entre os candidatos, aqueles mais aptos a desempenharem as exigências requeridas para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Prefeitura Municipal de Indaial.

4.2 - Primeira Etapa - Prova escrita de conhecimentos gerais, matemática, português, de acordo com a escolaridade exigida.

4.2.1 - A prova terá caráter eliminatório e classificatório e consistirá da resolução de 20 questões objetivas. Cada questão será valorizada na escala de 0 a 5 pontos, sendo aprovado o candidato que atingir no mínimo 50% dos pontos.

4.3 - Segunda Etapa - O candidato aprovado na primeira etapa (item 4.2), no ato da contratação, será submetido a exame de aptidão física plena, por conta do mesmo, através de aprovação em exame médico.

#### 5 - DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 - A classificação será feita em ordem decrescente da nota final obtida, individualmente, considerando todos os candidatos aprovados, a ser publicada no site da Prefeitura Municipal de Indaial e no átrio do prédio do Centro Cívico.

5.2 - O desempate entre candidatos que obtiverem a mesma nota final, será de acordo com os seguintes critérios:

- a) o candidato de maior idade
- b) o candidato que tiver mais tempo de experiência em serviços braçais

#### 6- DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Os candidatos serão contratados pelo Regime Jurídico Administrativo, por tempo estritamente necessário para a consecução das tarefas, pelo prazo máximo de 06 (seis) meses, com possibilidade de prorrogação sucessiva, justificada, observando o prazo máximo de 12 (doze) meses.

6.2 O profissional contratado ficará em permanente avaliação. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido.

6.3 O profissional contratado ficará vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Meio Ambiente ou Agricultura e Abastecimento, para execução dos serviços pertinentes à função, tais como varrição de ruas, capina e roçada de terrenos, construção e limpeza de ralos e bocas-de-lobo, e demais serviços de manutenção e limpeza das vias públicas, prédios, parques e praças públicas, entre outras atividades afins.

6.4 - Para a efetiva contratação, o candidato aprovado deverá apresentar os documentos exigidos no item 2.3 deste Edital, mais a Certidão Corrida da 1ª e 2ª Varas e do Juizado Especial, fornecida pelo Fórum local.

#### 7 - DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

7.1 – Fica estabelecido o prazo de 2 (dois) dias, a contar do dia subsequente ao da divulgação da lista de aprovados para o candidato que desejar interpor recurso.

7.2 – Este Processo Seletivo Simplificado terá validade de 12 (doze) meses, contado da data da homologação do resultado classificatório.

7.3 - Compete a Comissão do Processo Seletivo, com a homologação do Prefeito Municipal, decidir sobre os casos omissos no presente Edital.

Indaial, 07 de abril de 2016

ALEXANDRE RICARDO TAMANINI

LENÍRIA PREILEPPER

EDILSON ZARLING

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2016**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 039/2016

Tomada de Preços nº 007/2016-10430

Objeto: Execução das obras de pavimentação das Ruas Udo Ebert, Alexandre Oswald Tarnowski e Pedro Ebert.

Entrega dos envelopes: 28/04/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 28/04/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 038/2016

Dispensa nº 004/2016-10430

Objeto: Realização em regime emergencial, de obra de recuperação da Rua Palotina, afetada por deslizamento..

Entrega dos envelopes: 06/04/2016

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**AVISO DE SESSÃO PÚBLICA - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015**

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, Centro, Município de Indaial – SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que a Comissão de Licitação instituída e composta conforme Portaria nº 005/2016 se reunirá em Sessão Pública no dia 14/04/2016, as 10h30min, na Sala de Reuniões da Edilidade, com o objetivo de analisar e julgar o requerimento de credenciamento e os documentos apresentados pela empresa Carlos Alberto Schroeder – ME, CNPJ 24.277.008/0001-68, nome fantasia: Jornal A Cidade, requerente nos autos DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS JORNALÍSTICAS para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do legislativo na imprensa escrita (jornais). Ficam intimados os interessados em participar da Sessão Pública, em especial o representante legal da empresa citada.

Indaial, 11 de abril de 2016.

Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

**PROCESSO LICITATÓRIO 10/2016 - TERMO DE DISPENSA 08/2016**

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE

Câmara Municipal de Indaial

SECRETARIA REQUISITANTE

Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial

Processo Licitatório: 010/2016

Objeto: Persianas

PROCESSO LICITATÓRIO 010/2016

TERMO DE DISPENSA 008/2016

DATA DE EMISSÃO: 11/04/2016

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

Lei 10.520/02;

Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;

**OBJETO:**

Serviços de lavagem e reforma de persianas verticais, lavagem, troca de componentes ressecados e lubrificação da Câmara Municipal de Indaial.

**UNIDADE REQUISITANTE:**

Câmara Municipal de Indaial.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS:**

Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 08h30 às 20h30, ou através do Telefone: (47) 33806900; ou através do e-mail: secretaria@camaraindaial.sc.gov.br.

O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou através do site: [www.camaraindaial.sc.gov.br](http://www.camaraindaial.sc.gov.br).

Vereador Anderson Luz dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Indaial  
Indaial (SC), 11 de abril de 2016.

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 10/2016 - TERMO DE DISPENSA 08/2016****UNIDADE GESTORA REQUISITANTE**

Câmara Municipal de Indaial

**SECRETARIA REQUISITANTE**

Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial

Processo Licitatório: 010/2016

Objeto: Persianas

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Fica através deste, adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 010/2016 – Termo de Dispensa nº 008/2016 consoante termo anexo.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS  
Presidente da Câmara Municipal de Indaial  
Indaial (SC), 11 de abril de 2016.

**TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 10/2016 - TERMO DE DISPENSA 08/2016****UNIDADE GESTORA REQUISITANTE**

Câmara Municipal de Indaial

**SECRETARIA REQUISITANTE**

Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial

Processo Licitatório: 010/2016

Objeto: Persianas

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 010/2016 – Termo de Dispensa nº 008/2016: PERSIANAS CRISDAN LTDA - ME, com o valor de R\$2.029,66 (dois mil e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos), para a contratação de serviços de lavagem e reforma de persianas verticais, troca de componentes ressecados e lubrificação da Câmara Municipal de Indaial, com sanefas em alumínio.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS  
Presidente da Câmara Municipal de Indaial  
Indaial (SC), 11 de abril de 2016.



# Iomerê

## PREFEITURA

### CONTRATO 16/040

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME.

CT16/040

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na situada na rua Joaquim Moreira dos Santos, nº 855 Bairro Floresta, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.930.192/0001-84, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de materiais de cozinha, abaixo descritos e especificados destinados as cozinhas da Câmara de Vereadores e da Prefeitura e Assistência Social.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0014/2016, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0016/2016, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros de cozinha será a partir da assinatura do contrato, até 30.12.2016 conforme a necessidade.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros de cozinha será de R\$ 27.883,72 (vinte e sete mil oitocentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos), na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

ITEM	QTDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
1	40	AÇUCAR REFINADO	ALTO ALEGRE	3,52
2	300	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA	LACTOPLASA	3,13
3	30	CAFÉ SOLUVEL GRANULADO	AMIGO	63,62
4	50	CAFÉ MOIDO E TORRADO	CABOCLO	18,10
5	5	CHÁ MATE	LEAO	115,49
6	400	COLHERES DE PLÁSTICO	STRAWPLAST	0,039
7	100	FILTROS DE PAPEL PARA PASSAR CAFÉ - 103	BRIGITTA	2,15
8	50	ÁGUA MINERAL - EMB. DE 20 LITROS	ACQUA 10	9,78
9	1.500	ÁGUA MINERAL - EMB. DE 500 ML	RANDON	1,22
10	10	LEITE EM PO	PIRACANJUBA	12,22
11	200	BANANA CATURRA	IN NATURA	2,74
12	200	MAMÃO	IN NATURA	4,70
13	200	MELANCIA	IN NATURA	2,10
14	50	MELÃO	IN NATURA	4,12
15	60	MAÇA	IN NATURA	6,55
16	20	CENOURA	IN NATURA	4,15
17	100	TOMATE	IN NATURA	6,40
18	50	CEBOLA	IN NATURA	4,15
19	5	ALHO FRESCO	IN NATURA	22,20
20	20	PRESUNTO	FRIMESA	27,19
21	20	QUEIJO MUZZARELA FATIADO	WAGNER	25,31
22	30	SALSICHA DO TIPO HOT DOG	PERDIGAO	8,58
23	60	CARNE DO TIPO LIGUICINHA TOSCANA	FRIMESA	14,85
24	150	CARNE SUINA DO TIPO COSTELINHA FRESCA	FRINORA	12,92
25	100	COXA E SOBRECORA DE FRANGO	LE VIDA	6,75
26	15	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA MOIDA	FRINORA	20,63
27	5	CARNE - BACCON	PAMPLONA	15,62
28	20	SAL IODADO REFINADO	CRUZEIRO	1,23
29	20	LEITE CONDENSADO	PIRACANJUBA	12,21
30	40	GELATINA DIVERSOS SABORES	APTI	12,80

31	10	CREME DE LEITE TIPO UHT	ITALAC	13,19
32	100	SUCO INTEGRAL DIVERSOS SABORES	MAGUARY	14,28
33	10	MAIONESE PRONTA EMB. DE 500G	SOYA	5,86
34	10	PEPINO EM CONSERVA - EMB. DE 01 KG	INCOTRIL	4,87
35	40	MACARRÃO CASEIRO COM OVOS	BELL PIATTO	17,33
36	30	ARROZ PARBOILIZADO	PERUCHI	2,75
37	4	EXTRATO DE TOMATE	OLE	9,21
38	20	CALDO DE GALINHA	APTI	1,97
39	10	ÓLEO DE SOJA ( LATA DE 900 ML )	COAMO	4,43
40	2	BANHA	PAMPLONA	3,89
41	10	MANTEIGA	NATULEITE	5,41
42	50	BOBINAS DE PAPEL PARA FORRAR MESA	PARDO	9,85
43	150	PÃO FRANCES	FLORESTA	10,00
44	30	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	FLORESTA	13,50
45	1.200	ENROLADINHO DE PRESUNTO E QUEIJO OU SALSICHA	FLORESTA	0,70
46	30	GROSTOLI	FLORESTA	16,00
47	40	BOLO TIPO NEGA MALUCA	FLORESTA	16,00
48	1.000	TORTA SALGADA	FLORESTA	1,30
49	35	BOLO CASEIRO DE CENOURA	FLORESTA	16,00
50	35	BOLO CASEIRO DE FUBÁ	FLORESTA	16,00
51	800	PÃEZINHOS DOCE TIPO MASSINHA	FLORESTA	0,60
52	1.300	PASTEL DE CARNE GADO	FLORESTA	0,70
53	30	CUCA SOVADA RECHEADA	FLORESTA	14,00

**CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO**

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO**

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	PODER LEGISLATIVO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária	CÂMARA DE VEREADORES/SEC. DE ADMINISTRAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Complem. Elemento	33.90.30.21 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Próprios
Reduzido	04 e 13

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO**

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

É responsabilidade da contratada:

- Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca;
- Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 28 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

TEPEL COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

#### CONTRATO 16/041

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE FLORES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MIL PLANTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME.

CT16/041

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MIL PLANTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Brasil, nº 07 Centro, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.987.698/0001-92, neste ato representado pelo Sr. Amarildo Vieceli, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de mudas de flores abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

0.1 – O presente contrato tem como objeto contratação de empresa para fornecimento de mudas de flores de época, bem como efetuar o preparo do canteiro, adubação necessária, manutenção e tratamentos culturais, exceto necessidade de irrigação, conforme segue quantidades e descrições abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	8000	Boca de leão	0,79	6.320,00
02	6000	Petúnia	0,79	4.740,00
03	5000	Calendula	0,79	3.950,00
04	7000	Cravina	0,79	5.530,00
05	7000	Alisson	0,79	5.530,00
06	6000	Tagete	0,79	4.740,00
07	5000	Sálvia vermelha	0,79	3.950,00
08	2000	Sálvia azul	0,79	1.580,00

09	7000	Vinca colorida	0,79	5.530,00
10	5000	Tagetão	0,79	3.950,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

2.1 - As mudas de flores objeto do presente certame deverão ser plantadas nos canteiros do centro urbano do município, com espaçamento de 15cm x 15cm, com adubação sob raiz de 10 gramas de adubo químico na composição NPK 05/20/20. As espécies há serem plantadas em cada canteiro, serão determinadas pelo Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, a empresa vencedora deverá efetuar o plantio no prazo de até 30 dias após emitida autorização de início, pelo Município.

2.2 - O plantio das espécies de inverno deverá ocorrer entre o dia 20 de abril de 2016 à 23 de maio de 2016, o plantio de verão deverá ocorrer entre o dia 14 de outubro de 2016 à 10 de novembro de 2016.

2.3 - Todas as despesas com a preparação dos canteiros é de responsabilidade do vencedor.

2.4 – As mudas deverão ser de boa qualidade, livres de pragas e doenças, sob pena de substituição das mesmas e/ou rescisão contratual;

2.5 – As mudas deverão ser híbridas, ter no mínimo 30 dias de germinação e aproximadamente 10 cm de altura.

2.6 – Fazer replantio durante os 30 (trinta) primeiros dias (após o plantio);

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO**

3.1 - O valor do contrato é R\$ 45.820,00 (quarenta e cinco mil oitocentos e vinte reais), sendo os pagamentos conforme as aquisições, durante a vigência da ata nº 016/2016.

3.2 - O pagamento pelo objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal;

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 – As despesas decorrentes dos serviços/objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto/Atividade	Manutenção das Atividades Agropecuárias
Complem. Elemento	3390.3031 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 - Recursos Ordinários
Reduzido	070

**CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES**

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO**

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 30 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2016 – Pregão Presencial nº 0015/2016.

**CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

9.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 01 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

MIL PLANTAS IND. E COM. LTDA ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

#### PORTARIA 2776/2016

PORTARIA Nº 2776 DE 07 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia MARIA FATIMA SAVARIS COLISSI, para o cargo de Diretora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações:

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear MARIA FATIMA SAVARIS COLISSI, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 1.912.201 e CPF nº 645.686.609-04, para o cargo de Diretora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 07 de abril de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### TERMO ADITIVO TAACT16/01

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO N. CTACT16/18  
TA 01/2016

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê, SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, ANGELA KATIA RUARO, brasileira, professora, inscrita no CPF sob nº 881.923.349-53 e RG 5.146.007-3, residente a Rua São Francisco de Assis, Bairro São Francisco, Videira-SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo aditar o contrato CTACT16/18 que fazem nos seguintes termos:

Art. 1. As partes firmaram contrato de prestação de serviços temporários na data de 13 de fevereiro de 2016, decorrente de aprovação da Contratada em processo seletivo, para o cargo de PROFESSOR DE HISTÓRIA.

Art. 2. A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, nas escolas municipais, sede e localidade de Bom Sucesso, conforme a necessidade da rede municipal de ensino.

Art. 3. As partes, de comum acordo resolvem aditar o contrato temporário de Professor história reduzindo sua carga horária para 10h, devido a nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função.

Art. 4. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato nº CTACT16/18.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Iomerê, 11 de março de 2016.

LUCIANO PAGANINI  
CONTRATANTE

ANGELA KATIA RUARO  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Paula Pasqual  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 16164

### **TERMO ADITIVO TAACT16/02**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO N. CTACT16/17  
TA 02/2016

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê, SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, NELCI SALETE SEVERO DALMOLIN, brasileira, professora, inscrita no CPF sob nº 332.437.009-49 e RG 5.218.564-8, residente a Rua Mal. Castelo Branco n. 262, Centro, Pinheiro Preto -SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo aditar o contrato CTACT16/17 que fazem nos seguintes termos:

Art. 1. As partes firmaram contrato de prestação de serviços temporários na data de 15 de fevereiro de 2016, decorrente de aprovação da Contratada em processo seletivo, para o cargo de PROFESSOR DE GEOGRAFIA.

Art. 2. As partes, de comum acordo resolvem aditar o contrato temporário de Professor de Geografia, reduzindo sua carga horaria para 10hs, devido a nomeação da mesma em cargo aprovada no concurso publico.

Art. 3. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CTACT16/17.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Iomerê, 01 de abril de 2016.

LUCIANO PAGANINI  
CONTRATANTE

NELCI S. SEVERO DALMOLIN  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Paula Pasqual  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 16164



# Irineópolis

## PREFEITURA

### LEI Nº. 1.895/2016

LEI Nº 1.895/2016, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

“INSTITUI E DISCIPLINA, O PRÊMIO PDR – PARTICIPAÇÃO DIRETA NOS RESULTADOS, A APLICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PROVENIENTES DE ECONOMIAS COM DESPESAS CORRENTES E COM AUMENTO DE RECEITAS, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI :

Art. 1º. Fica instituído o Prêmio PDR – Participação Direta nos Resultados que poderá ser concedido a servidores públicos municipal na forma prevista nesta lei, a partir do exercício de 2016.

Art. 2º. Com a instituição do Prêmio PDR – Participação Direta nos Resultados, a Administração Municipal projeta valorizar o desempenho de cada servidor, de forma a bonificá-lo, conforme o alcance de resultados advindo de sugestões individuais, e, sobretudo, refletir essa iniciativa em benefício dos cidadãos, com os seguintes intentos:

I. Colaborar para que o servidor público desperte para um espírito empreendedor de forma a:

- a) estimular a implementação de iniciativas empreendedoras;
- b) disseminar as soluções;
- c) inspirar outras iniciativas;
- d) colaborar para o avanço administrativo e valorizar o servidor público criativo.

Art. 3º. A implementação do Prêmio PDR – Participação Direta nos Resultados seguirá as seguintes etapas:

- I. O servidor apresenta a ideia formalmente;
- II. Se viável, mensurável e implantável, a ideia é apresentada ao órgão ou setor a que se destina;
- III. Após a aprovação da direção do órgão ou setor, a sugestão é colocada em prática;
- IV. Os resultados finais são avaliados pela direção ou chefia e encaminhada a Comissão, instituída no artigo 4º desta Lei, para aferição;
- V. O Prêmio é pago ao servidor.

Art. 4º. Os recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes e/ou com o aumento da arrecadação de receitas em cada órgão, autarquia ou fundação da Administração Pública Municipal poderão ser aplicados, na forma prevista nesta lei complementar, no pagamento de Prêmio PDR – Participação Direta nos Resultados, a servidor que livremente sugerir iniciativas para a contenção de gastos ou com a arrecadação de receitas pelo Governo Municipal, cujo alcance seja altamente positivo em relação a proposição.

§ 1º. Aplica-se o disposto nesta lei complementar a administração direta e às autarquias e fundações de direito público, se houverem.

§ 2º. Os recursos a que se refere este artigo serão aplicados em consonância com o parágrafo 8º do artigo 37, da Constituição Federal, e a aplicação dos recursos provenientes de economias com despesas correntes ou com o impulso na arrecadação de receitas, no pagamento de prêmio individual ao servidor, nos termos do parágrafo 7º do artigo 39, da Constituição Federal.

Art. 5º. Os recursos economizados e o aumento das receitas arrecadadas serão apurados a partir da comprovação do resultado da ação na prática, e a aferição dos resultados será feita por Comissão a ser designada pelo Executivo Municipal, composta por representantes da Secretaria da Administração, Fazenda e Infraestrutura.

§ 1º Adicionalmente ao disposto no "caput" deste artigo, o alcance dos objetivos propostos na economia com despesas correntes ou no crescimento da receita, será aliada a cobertura e a qualidade dos serviços prestados e das atividades realizadas no exercício.

§ 2º A economia com despesas correntes não poderá ser gerada pela redução das metas, da cobertura ou da qualidade dos serviços prestados e das atividades realizadas.

§ 3º Os recursos destinados ao pagamento do Prêmio PDR – Participação Direta nos Resultados será aferido ao servidor participante, da seguinte forma:

I - 10% (dez por cento), proporcionalmente ao valor economizado pelo Município, ou do aumento da arrecadação, utilizando-se da sugestão proposta pelo servidor, no primeiro ano de aplicação.

Art. 6º. A estimativa de recursos de que trata o artigo 4º desta lei constará da proposta orçamentária anual, em dotação própria consignada no orçamento, regulamentada por Decreto, se necessário.

§ 1º Os valores consignados na dotação referida no caput não serão computados para fins de fixação de tetos ou limites de despesa e não poderão ser objeto de contingenciamento durante a execução orçamentária e financeira.

§ 2º As dotações orçamentárias equivalentes aos recursos previstos no "caput" serão destacadas para execução pelos órgãos e entidades, após a apuração dos respectivos desempenhos.

Art. 7º. O pagamento de Prêmio PDR – Participação Direta nos Resultados aos servidores, só poderá ocorrer com o uso de instrumento de avaliação do desempenho, por meio dos indicadores e metas, conforme disposto no artigo 4º desta lei.

Art. 8º. Observado o disposto no art. 1º desta lei, o Prêmio PDR, destinado a recompensar o esforço do servidor no lançamento de propostas que primam pela prestação de serviço público eficiente e eficaz, porém com foco e esforço de realiza-los com economia e compensação para o Município, será concedido mediante aferição de desempenho individual aos servidores municipais lotados e em efetivo exercício nas unidades da Administração Direta, providos na seguinte forma:

- I. ocupante de cargo de provimento efetivo;
- II. ocupante de cargo de provimento efetivo, quando no exercício de cargo comissionado ou função gratificada;
- III. servidor ocupante, exclusivamente, de cargo de provimento em comissão;
- IV. servidor celetista estável.

Parágrafo único. O montante disponível para o pagamento de Prêmio PDR – Participação Direta nos Resultados corresponde à soma dos recursos provenientes das economias com despesas correntes e/ou da ampliação da arrecadação de receitas, observado o percentual estipulado e as demais disposições desta lei.

Art. 9º. O Prêmio PDR – Participação Direta nos Resultados apresentará as seguintes características:

- I. não têm natureza salarial ou remuneratória;
- II. não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos ou proventos e sobre eles não incidirá vantagem alguma a que faça jus o servidor, vedada, assim, sua utilização, sob qualquer forma,

para cálculo simultâneo que importe em acréscimo de outra vantagem pecuniária;

III. não será computado para efeito do cálculo do 13º (décimo terceiro) salário, férias e/ou adicional de férias;

IV. não constituirá base de cálculo das contribuições devidas ao Regime Geral da Previdência Social – INSS, nem para cálculo de créditos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS.

Art. 10. Compete ao órgão ou setor específico de vinculação e execução da proposta apresentada, proceder à apuração das economias ou do aumento de receitas, conforme previsto no artigo 3º desta lei, apresentando-o a Comissão prevista no artigo 4º desta Lei para avaliação de aferição de resultados.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis (SC), 30 de Março de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Lei nº. 1.895/2016.

ANEXO ÚNICO – Exemplo de Formulário para sugestão de ação.

Nome do(a) servidor(a):	- .....
Secretaria de Vinculação:	- .....
Departamento:	- .....
Órgão ou setor a que se destina:	- .....
Meta:	- .....
Indicador de referência para comparação:	- .....

Lei nº. 1.895/2016.

ANEXO ÚNICO – Exemplo de ação.

Nome do(a) servidor(a):	- (Fulano(a) de Tal)
Matrícula:	- 9999
Secretaria de Vinculação:	- Administração
Departamento:	- Departamento de Serviços Gerais
Órgão ou setor a que se destina:	- Centro Administrativo (Prefeitura).
Meta:	- Reduzir 10% do valor das contas de manutenção patrimoniais (Água, Luz e Telefone).
Indicador de referência para comparação:	- Consumo de Manutenção (Água, Luz e Telefone). Valor total gasto em 2015 = R\$ 56.832,95.

## PORTARIA N º 072/2016

PORTARIA Nº 072/2016.

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVINCÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 consoante o anexo VI – Quadro de Funções Gratificadas, da Lei Complementar nº 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 066/2013, de 19/04/2013.

RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR a servidora JULIANA NOGARA DO CARMO, ocupante do cargo de Secretária Escolar (44h/sem) para, a contar de 23/03/2016, exercer a Função Gratificada de Responsável Interina por Direção Escolar, com atividades junto ao Núcleo Escolar Guilherme Bossow, percebendo gratificação mensal equivalente a Chefia I do Quadro de Funções Gratificadas da Administração Direta.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23/03/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Março de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preços, no dia 25 de abril de 2016, para aquisição de sementes forrageiras e de adubação verde para distribuição aos agricultores do Município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 25 de abril de 2016 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá SC, 08 de abril de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

### **DECRETO N. 030/2016**

DECRETO Nº. 030, de 31 de Março de 2016.

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e dá outras providências."

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o estabelecido no inciso VII do art. 69 da Lei Orgânica Municipal, c/c com a Lei Municipal 1.208, de 28 de fevereiro de 1997;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR do Município de Itá, nos termos da Lei Municipal nº. 1.208 de 28 de Fevereiro de 1997, cuja composição será a seguinte:

I – Representantes Governamentais

Pela Prefeitura Municipal:

Titular: Leocir Haach

Suplente: Jacksomar Cerutti

Pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da Agricultura, através da Epagri e CIDASC

Titular: Graciane Bianchin

Suplente: Arlete Barrionuevo

Pela Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Célio Roberto Streck

Suplente: Diléia Cerutti

Pelo Banco do Brasil S/A

Titular: Marcos Tobias

Suplente: Leandro Sartoretto

II – Representantes dos Agricultores Familiares:

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Cláudio Schons

Suplente: Alberto Antônio Bianchi

Pelo Sistema Cooperativo - Coopérda:

Titular: Jânia Steffani dos Santos

Suplente: Marisa Puntel

Pelas empresas de fomento agropecuário

Titular: Valdemar Bergamaschi

Suplente: Michele Lorscheiter

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 31 de Março de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretária de Administração e Fazenda

### **DECRETO N. 031/2016**

DECRETO Nº 031/2016, DE 05 DE ABRIL DE 2016.

"Designa Comissão Especial para Conduzir Processo Administrativo e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal em Exercício de Itá-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações correlatas;

Considerando que através do Contrato Administrativo n. 174/2014, oriundo do Processo Licitatório n. 050/2014, Pregão Presencial n. 032/2014, bem como do Contrato Administrativo n. 087/2015, oriundo do Processo Licitatório n. 025/2015, Pregão Presencial n. 017/2015, a empresa VINÍCIUS BRACHT MALAGUTTI EPP – ASKEIN EQUIPAMENTOS LTDA fora contratada para fornecer os equipamentos mencionados na cláusula primeira dos referidos contratos;

Considerando que os Editais Licitatórios que deram origem aos contratos entabulados entre as partes exigia que os equipamentos fossem fornecidos em conformidade com as normas técnicas do INMETRO e da ABNT, além de garantia mínima de 12 (doze) meses contados da instalação dos equipamentos;

Considerando que após o recebimento das Ordens de Fornecimentos, a empresa prontamente realizou a instalação dos conjuntos de "Academia ao Ar Livre", contudo, transcorrido um exíguo lapso temporal, os equipamentos começaram a apresentar defeitos de fabricação, além de ter havido denúncia de empresa do mesmo ramo de atividade, comunicando que os equipamentos não se encontravam de acordo com os descritivos dos processos licitatórios; Considerando que devido a tais fatos, a Administração Municipal determinou a realização de uma Avaliação Técnica, no fito de ter maior clareza acerca dos defeitos apresentados, a qual constatou que os equipamentos fornecidos vão de encontro às exigências

previstas no Edital Licitatório, vez que não possuem uma camada de galvanização ou de proteção galvânica, além disso, a pintura está danificada e há pontos com formação de bolhas sob a pintura, tudo devidamente descrito no respectivo Laudo de Avaliação;

Considerando que após isso, a empresa se comprometeu a realizar recuperação e/ou troca dos equipamentos/aparelhos danificados, entretanto, até a presente data isso não ocorreu, vez que a empresa fez apenas pequenos reparos, os quais não foram suficientes;

Considerando que, em virtude das imperfeições existentes nos equipamentos/aparelhos, com o fito de não causar prejuízos para nenhuma das partes, a Administração Municipal determinou a realização de uma nova perícia, a qual concluiu que: "não foi encontrado conformidade total da proteção anticorrosiva dos equipamentos em relação a especificações do Anexo E do Edital de Pregão Presencial n. 032/2014 do Processo Licitatório n. 050/2014, e Anexo E do Edital de Pregão Presencial n. 017/2015 do Processo Licitatório n. 025/2015";

Considerando que estes fatos ocasionam o descumprimento das cláusulas contratuais, uma vez que os equipamentos não atendem as especificações contidas nos editais dos Processos Licitatórios;

Considerando a necessidade de se apurar os fatos e de tomar as medidas legais e cabíveis para o caso;

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada Comissão Especial, para conduzir Processo Administrativo destinado a apurar os fatos que envolvem a empresa VINÍCIUS BRACHT MALAGUTTI EPP – ASKEIN EQUIPAMENTOS LTDA, especialmente para aplicação das sanções previstas, inclusive a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme disposto no art. 87 da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a comissão especial os seguintes servidores:

Presidente : Jair Francisco Moschetta

Secretário : Silvine Carla Mertins

Membro: Renato Vailon

Parágrafo único. Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do presente decreto, podendo ser prorrogados por igual período.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos a comissão poderá requerer assessoria técnica e jurídica.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 04 de Abril de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ELTON JOSE THOMAS

Responsável pela Secretaria de Administração e Fazenda

## DECRETO N. 032/2016

DECRETO Nº 032, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

"Prorroga prazo para conclusão dos Trabalhos do Decreto nº 009/2016 que designou Comissão Especial para conduzir Sindicância Administrativa e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e,

Considerando solicitação do Presidente da Comissão instituída através do Decreto nº 009/2016;

Considerando que não houve tempo hábil por parte da Comissão para finalizar os trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias;

Considerando que no momento a servidora Rosângela Pelizza encontra-se com problemas de saúde e afastada de suas atividades, conforme atestado, parte integrante deste Decreto, e que, por isso, sua oitiva necessitou ser adiada.

Considerando que os servidores nomeados para compor referida Comissão desempenham diversas outras atividades;

Considerando que o art. 3º do Decreto nº 009/2016 prevê prorrogação do prazo caso seja necessário.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão constituída através do Decreto Municipal nº 009/2016 por mais 30 (trinta) dias contados a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá/SC, 04 de Abril de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Secretária de Administração e Fazenda

## DECRETO N. 033/2016

DECRETO Nº 033 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

"Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso VII do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado no território do Município de Itá, Ponto Facultativo no dia 22 de Abril de 2016, sexta-feira, considerando o Feriado de Tiradentes na data de 21 de Abril de 2016, quinta-feira.

Parágrafo único. Ficam mantidas as atividades da Secretaria Municipal de Educação, além dos serviços considerados essenciais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, SC 04 de Abril de 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria de Administração e Fazenda

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PR N° 13/2016**

Processo Licitatório n° 20/2016 - Pregão Presencial n° 13/2016 – Objeto: registro de preços para aquisição de material de limpeza e higiene, café, açúcar, chá, água mineral, gás de cozinha, para diversos Departamentos. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3° Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 26 de abril de 2016, até as 08h20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 26 de abril de 2016, as 08h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaiopis.sc.gov.br](http://www.itaiopis.sc.gov.br). Itaiópolis, 08 de abril de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal



# Itapema

## PREFEITURA

### LEI Nº 3.538/2016

Lei 3.538, de 04 de abril de 2016.

**DETERMINA A COBRANÇA FRACIONADA NOS ESTACIONAMENTOS PARTICULARES NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA NA FORMA QUE ESPECIFICA**

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Itapema, faz saber que a Câmara de Vereadores de Itapema aprovou e eu sanciono a seguinte

#### LEI

Art. 1º - Os estacionamentos particulares estabelecidos no município de Itapema, SC, ficam obrigados a adotar o sistema de cobrança por tempo fracionado, em parcelas de 10 (dez) minutos, durante o período de permanência dos veículos.

§ 1º - Para efeitos desta lei entende-se por estacionamento particular, o estabelecimento comercial destinado a permanência temporária de veículos motorizados, mediante pagamento de valor equivalente ao período de permanência, ainda que exercendo atividade subsidiária a outro estabelecimento comercial.

§ 2º - O sistema de cobrança fracionada terá como base parcelas de 10 (dez) minutos, sendo o valor de cada parcela estipulado pela divisão do valor cobrado pelo período de 1 (uma) hora por 6 (seis).

§ 3º - O cálculo do valor a ser cobrado dos motoristas pelo estacionamento do veículo será feito multiplicando-se o número de parcelas de 10 (dez) minutos de permanência, pelo valor encontrado conforme o parágrafo 2º deste artigo.

Art. 2º - No caso do período de permanência compreender parcela que não inteire 10 (dez) minutos, a cobrança será feita, à partir da segunda parcela de 10 (dez) minutos, de acordo com a forma de arredondamento aritmético seguinte:

I - a primeira parcela de 10 (dez) minutos iniciais será cobrada pelo estacionamento integralmente;

II - à partir da segunda parcela de tempo inferior ou igual a 04 (quatro) minutos e 59 (cinquenta e nove) segundos será considerada para o cômputo do valor a ser cobrado pela permanência dos veículos;

III - a parcela de tempo igual ou superior a 05 (cinco) minutos e 00 (zero) segundos será considerada como uma parcela de 10 (dez) minutos inteira para o cômputo do valor a ser cobrado pela permanência dos veículos.

Art. 3º Os estacionamentos particulares em funcionamento no Município deverão apresentar, junto ao aviso do valor a ser cobrado pelo período de permanência do veículo equivalente a 01 (uma) hora, o valor a ser cobrado pelo período de permanência equivalente a 10 (dez) minutos.

§ 1º A forma de veiculação da informação do valor a ser cobrado pelo período equivalente a 10 (dez) minutos deverá ter as mesmas dimensões, formato e tamanho de fonte que integram o aviso do valor a ser cobrado pelo período de permanência equivalente a 01 (uma) hora, tornando possível sua fácil e ampla visualização pelo público.

§ 2º Os estacionamentos deverão manter visível relógio de marcação mecânico ou eletrônico para a verificação de horário, bem como a emissão de comprovante do tempo em que o veículo permanecer sob a sua guarda constando os dados da empresa, data, horário de entrada, marca, modelo e placa do veículo.

Art. 4º - O descumprimento do dispositivo desta lei sujeitará o estacionamento particular infrator ao pagamento de multa, no valor de 50 (Cinquenta) UFRM's, a ser aplicada em dobro no caso de reincidência.

Parágrafo Único - A fiscalização e eventual aplicação de multas aos estabelecimentos que não cumprirem a norma será realizada por fiscais da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Itapema.

Art. 5º - Os estacionamentos estão sujeitos à Lei Federal 8078/90 - CDC (Código de Defesa do Consumidor). O motorista ou proprietário de veículo que se sentir prejudicado por cobranças indevidas e fora do que obriga esta lei, deverá procurar o órgão de defesa do consumidor para registrar a sua queixa apresentando documentos tais como recibos e/ou nota fiscal que comprovem a cobrança irregular. O órgão de defesa do consumidor, por sua vez, poderá comunicar a Secretaria Municipal de Finanças oferecendo as provas e subsídios legais para que esta tome as sanções legais.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 04 de abril de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

### **PROCESSO Nº 045 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.026.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS.**

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 045 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.026.2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de pneus.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 25(vinte e cinco) de abril de 2016.

Abertura do Pregão: 25(vinte e cinco) de abril de 2016 às 13:00(treze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "fornecedores – modalidades – pregão – 04.026.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 08 de abril de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações.



# Itapiranga

## PREFEITURA

### EXTRATO DO DISTRATO DE EMPREGO PÚBLICO Nº 03/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO DE EMPREGO PÚBLICO Nº 03/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e MARCIA CRISTINA NESQUE.

OBJETO: Distrato do Contrato por Prazo Indeterminado nº 014/2014/RH de 01/01/2014, como Técnico de Enfermagem Socorrista em 40 horas semanais.

Itapiranga – SC. 06 de abril de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 62/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para fazer roçadas e limpeza de terrenos no município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 22 de abril de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC., 08 de abril de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 63/2016, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução parcelada, de serviços de limpeza e desinfecção de caixas de água, para atender as necessidades do setor de Saneamento, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 22 de abril de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC., 08 de abril de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2739/2016 – ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2409/2015, QUE NOMEIA MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE MOBILIZAÇÃO E PREVENÇÃO NO CONTROLE A DENGUE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ – SC.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2739/2016

Data: 06 de abril de 2016

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2409/2015, QUE NOMEIA MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE MOBILIZAÇÃO E PREVENÇÃO NO CONTROLE A DENGUE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ – SC.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica alterado o inciso I do Decreto Municipal nº 2409/2015, que nomeia o Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue do Município de Itapoá – SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I – Antonio Paulo Tercziany – Titular - Secretaria Municipal de Saúde  
Susinei Ribeiro Schultz - Suplente - Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Fica alterada a letra f do inciso IV, do Decreto Municipal nº 2409/2015, que nomeia o Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue do Município de Itapoá – SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

IV – f) Lilian Grazielly Chimentão – Titular – P.A 24 horas  
Paulo José Hening – Suplente - P.A 24 horas

Art. 3º Fica alterado inciso X, do Decreto Municipal nº 2409/2015, que nomeia o Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue do Município de Itapoá – SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

X – Irineu Antonio Ignácio – Titular - Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Valdir Martins Gonçalves – Suplente - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Art. 4º Fica alterado inciso XI, do Decreto Municipal nº 2409/2015, que nomeia o Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue do Município de Itapoá – SC, que passa a vigorar com a seguinte redação:

XI – Jones Rodrigo Gauger – Titular – Concessionária de coleta de lixo  
Tiago Svihgun – Suplente - Concessionária de coleta de lixo

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2740/2016 – EXONERA DIRETORA DA CRECHE MUNICIPAL LUA DE CRISTAL.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2740/2016

Data: 08 de abril de 2016

EXONERA DIRETORA DA CRECHE MUNICIPAL LUA DE CRISTAL.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando CI nº 058/2016, de 06 de abril de 2016, da Secretaria Municipal de Educação,

#### **DECRETA**

Art.1º Fica exonerada a Sra. Marcela Cristina Soares, do cargo de Diretora, da Creche Municipal Lua de Cristal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 002/2016 - CMAS**

PORTARIA Nº 002/2016.

De: 06 de abril de 2016.

Altera o artigo 4º da Portaria 001/2015 de 05 de novembro de 2015 que INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA ANÁLISE DOS CADASTROS ÚNICOS DO BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

Elaine Cristina Alves, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais:

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica alterado o artigo 4º, da portaria 001/2015, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. A Comissão terá vigência até 30 junho de 2016 e deverá apurar os fatos e apresentar os relatórios a Presidência do Conselho.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 06 de abril de 2016.

Elaine Cristina Alves

Presidente CMAS

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0836/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0836/2016.

De: 23 de março de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) DANIELE CORREIA DA SILVA, matrícula 1283154, investido (a) na função de EDUCADORA SOCIAL, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 23 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0837/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0837/2016.

De: 25 de março de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GRACE KELLI SOKOLOSKI LIMA, matrícula 733326, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0838/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0838/2016.

De: 28 de março de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ESTELA BENKENDORF RAMOS, matrícula 727121, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 28 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0839/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0839/2016.

De: 28 de março de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 28 de março de 2016 à 26 de abril de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) VIVIAN BECKER, matrícula 621765, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 28 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0840/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0840/2016.

De: 29 de março de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JERUSA FERREIRA, matrícula 1190342, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 29 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0841/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0841/2016

De: 29 de março de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 29 de março de 2016 a 27 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) NILZA CHIAPETTI, matrícula 603368, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 29 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0842/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0842/2016.

De: 31 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora MONICA SIQUEIRA FRIZZO, matrícula nº 1240331, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, os seguintes Membros:

1º membro: Leandro Machado da Silva

2º membro: Solamir Coelho

3º membro: Jairo Severino de Freitas

4º membro: Izabel Correia da Silva

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1425/2014 de 10.12.14.

Itapoá - SC, 31 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0843/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0843/2016.

De: 31 de março de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) EZEQUIEL EMERSON VIEIRA, matrícula 11674652, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, na Secretaria de Administração e Finanças – Departamento de Finanças - Contabilidade, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 31 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0844/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0844/2016.

De: 31 de março de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CRISTINE MEIRELES, matrícula 11623284, investido (a) no cargo de FACILITADOR DE OFICINA, na Secretaria Municipal de Assistência Social – CRAS, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 31 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0845/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0845/2016.

De: 31 de março de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FABIANA CARLA GUARDA, matrícula 1276794, investido (a) no cargo de FACILITADOR DE OFICINA, na Secretaria Municipal de Assistência Social – CRAS, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 31 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0846/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0846/2016.

De: 31 de março de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARCOS RAKSA, matrícula 11646918, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR I, na Secretaria Municipal de Assistência Social – Departamento de Gestão, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 31 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0847/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0847/2016.

De: 31 de março de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RODOLFO MIRANDA HOFFMAM, matrícula 11674130, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Procuradoria Jurídica – Departamento

Jurídico - Fórum, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 31 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0848/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0848/2016.

De: 31 de março de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ARTHUR BORDIN SBRISSA, matrícula 733300, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Procuradoria Jurídica – Departamento Jurídico - Fórum, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 31 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0849/2016 - RH**

PORTARIA Nº 0849/2016.

De: 31 de março de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JANAINA MAYARA BITTENCOURT CARVALHO, matrícula 1272543, investido (a) no cargo de FACILITADOR DE OFICINA, na Secretaria Municipal de Assistência Social – CRAS, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 31 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PREGÃO Nº25/2016-PROCESSO Nº29/2016-AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PROCESSADORA DE RX PARA USO DO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº25/2016  
PROCESSO Nº29/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 28 de abril de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PROCESSADORA DE RX PARA USO DO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 08 de abril de 2016.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

ANTÔNIO PAULO TERCZIANY  
Secretário de Saúde

**PREGÃO Nº27/2016-PROC. Nº31/2016-AQUISIÇÃO DE LEITE INTEGRAL**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº27/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2016  
PROCESSO Nº31/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 11h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 11h:30min do dia 28 de abril de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a AQUISIÇÃO DE LEITE INTEGRAL PARA UTILIZAÇÃO NO ABRIGO PROVISÓRIO RECAN-TO FELIZ, BENEFÍCIO EVENTUAL (CESTAS BÁSICAS), SERVIÇOS E PROGRAMAS REALIZADOS ATRAVÉS DO PAIF- PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA, SCFV – SERVIÇO DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 08 de abril de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA  
SECRETÁRIA DE BEM ESTAR SOCIAL

**SECRETARIA DE SAÚDE: EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA TÉCNICO DE ENFERMAGEM Nº 009/2016**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 009/2016

Antônio Paulo Tercziany, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidato(s) para contratação temporária de profissional "Técnico de Enfermagem", para atuar na Sala de Vacina da Unidade Básica de Saúde Pontal do Norte, Lei Complementar 016/2007 e em conformidade com a Lei Complementar 44/2014 e pelo que dispõe o presente edital.

**1. OBJETO**

O presente edital tem por finalidade o credenciamento de 01 (um) profissional Técnico de Enfermagem para atuar na Sala de Vacina da Unidade Básica de Saúde Pontal do Norte, em caráter temporário, até o término do afastamento por licença saúde de servidor efetivo, com carga horária de 40 horas semanais.

**2. LOCAL**

O local para a inscrição será no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, mediante o recolhimento da taxa de Protocolo no valor de R\$ 12,00 (Doze reais) sito na Rua Mariana Michels Borges nº 201 - Itapema do Norte – Itapoá/SC CEP: 89249-000.

**3. DATA E HORA**

As inscrições serão realizadas no dia 18/04/2016 no horário das 08:00 às 12:00 horas, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá.

A entrevista será no mesmo dia (18/04/2016) a partir das 12:30 horas na Secretaria Municipal de Saúde, sito no mesmo endereço.

**4. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

4.1 No ato da inscrição os candidatos deverão entregar obrigatoriamente cópias dos documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Carteira de identidade;
- CPF;
- Comprovante de escolaridade do curso Técnico em Enfermagem ou histórico escolar do referido curso;
- Título de eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral – site do TRE [www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br) ;
- Comprovante de residência.
- Registro no COREN/SC;
- Certificado de Capacitação em Sala de Vacina, emitido pela DIVE;
- Declarações de prefeituras, ou empresas de tempo de serviço em Sala de Vacina;

**5. DA CLASSIFICAÇÃO**

5.1 A classificação obedecerá a seguinte ordem dos títulos e critérios:

5.2 Maior tempo de serviço na área;

5.2.1. No cálculo de pontos por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias, a partir do 16º conta como 01 (um) mês;

5.2.1.2. 0,1 (um décimo) para cada mês de tempo de serviço na Sala de Vacina;



- 5.3. Entrevista valendo de zero a dez pontos;  
5.5. O candidato deverá obter a pontuação mínima de 5,0 (cinco) pontos para a classificação.

#### 6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 6.1. Ao que possuir maior tempo de serviço na área em Sala de Vacina;  
6.2. Ao que possuir maior idade.

#### 7. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no dia 20/04/2016.

#### 8. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O candidato que atender as condições regulamentadas neste Edital e atingir a maior pontuação firmará contrato. O contrato reger-se-á pelo disposto na Lei Complementar nº 016/2007 em conformidade com a Lei Complementar 44/2014.

#### 9. DOS PRAZOS

O presente Processo de Credenciamento destina-se a selecionar candidato para ser contratado, em caráter temporário até o término da licença para tratamento de saúde do técnico de enfermagem em afastamento.

#### 10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 As despesas provenientes do objeto deste edital serão pagas através do Fundo Municipal de Saúde, dotação orçamentária 33.1.90.00.00.0000 – Folha de Pagamento dos Servidores da Saúde.

10.2 Pelo serviço prestado, o profissional classificado receberá mensalmente o valor de R\$ 1.359,76 (Hum mil trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos).

10.3 Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de efetuar, na remuneração do contratado, os descontos previstos em Lei, bem como referentes aos danos causados pelo CONTRATADO por dolo ou culpa.

#### 11. DOS RECURSOS

11.1 Os recursos contra o indeferimento dos pedidos de credenciamento deverão ser interpostos no prazo de 48 horas após a publicação da classificação no protocolo da Prefeitura, sendo que a comissão de seleção conforme Decreto nº 2319/2014 de 19/11/2014 nomeada para tal fim, terá um prazo de 48 horas para análise.

11.2 As dúvidas, informações e outros elementos necessários para o perfeito entendimento do presente edital, deverão ser dirimidos na Secretaria da Saúde, no endereço mencionado no preâmbulo do presente ou pelo Fone (47) 3443-8845.

11.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoa, 07 de Abril de 2016.

Antônio Paulo Tercziany  
Secretário de Saúde

Marciane Rech  
Coordenadora da ESF

Joseane Maria Soares de Lima  
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz  
Agente Administrativo II

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### CMJS - DECRETO Nº 4/2016

DECRETO Nº 4/2016

Aprova as Contas do Exercício de 2007 da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, relativas ao exercício de 2007.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de abril de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

### COMCIDADE - RESOLUÇÃO Nº 005 / 2016

RESOLUÇÃO Nº 005 / 2016

Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para condução do processo de eleição dos representantes das entidades da sociedade civil do Conselho Municipal da Cidade.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL – COMCIDADE, no uso das atribuições, e

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal da Cidade eleger os representantes das entidades da sociedade civil que não possuam representação específica no Conselho; e

CONSIDERANDO que o Conselho deliberou pela criação e composição de Grupo de Trabalho para a condução do processo de eleição das entidades, na Plenária Ordinária de 05 de abril de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho, na forma Regimental, com as seguintes atribuições:

I - elaborar o Edital e Regulamento do Fórum próprio, para escolha dos representantes das entidades da sociedade civil para a composição do Comcidade.

II - coordenar o Fórum próprio e resolver todas as questões inerentes ao processo de eleição dos representantes do Conselho.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

I - Marcos Rogério Bertoldi, representante do Câmara de Diretores Lojistas - CDL;

II - Antônio Marcos Vargas, representante da Associação de Imobiliárias de Jaraguá do Sul - AIJS;

III - Carlos Joelcy Engel, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo – Semur;

IV - Antônio Benda da Rocha, representante da Polícia Militar;

V - Amauri Francisco Steinmacher, representante da Associação Húngara de JS;

VI - Agostinho Fernando Zimmermann, representante da União Jaraguense das Associações de Moradores - Ujam.

Art. 2º Fica estipulado o prazo de 18 de maio para conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 7 de abril de 2016.

RONALDO DE LIMA

Presidente do Comcidade

### DECRETO Nº 10.796/2016

D E C R E T O Nº 10.796/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 117.230,20 (Cento e dezessete mil, duzentos e trinta reais e vinte centavos), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semob), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04501.302 - Pavimentação de vias

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.01.340 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 117.230,20

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semob), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04501.302 - Pavimentação de vias

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.01.168 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 117.230,20

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

**DECRETO Nº 10.797/2016**

D E C R E T O Nº 10.797/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente do Município de Jaraguá do Sul, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto no Orçamento do Município de Jaraguá do Sul, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semob), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04501.302 - Pavimentação de Vias

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.01.341 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00

Art.2º De acordo com a Lei Federal Nº 4.320/1964, artigo 43, §1º, inciso IV, serão utilizadas como recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei Municipal Nº 7.191/2016, de 26/01/2016.

§1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da Operação de Crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§2º O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberado durante o exercício, deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

ADEMAR POSSAMAI

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

**DECRETO Nº 10.798/2016**

D E C R E T O Nº 10.798/2016

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.194/2016, de 16/02/2016, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 205.282,26 (Duzentos e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.122.07502.650 - Manutenção dos serviços do Consórcio

Intermunicipal de Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.108 3.3.72 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos R\$ 205.282,26

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.122.07502.650 - Manutenção dos serviços do Consórcio Intermunicipal de Saúde

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.01.1 3.1.71 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 15.185,93

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.2 3.3.71 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 190.096,33

TOTAL R\$ 205.282,26

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

ADEMAR POSSAMAI

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

**DECRETO Nº 10.799/2016**

D E C R E T O Nº 10.799/2016

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.210/2016, de 07 de abril de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, a saber:

27 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01.13.392.11004.120 - Gestão das Atividades do Coral Municipal

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.48 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

27.01.49 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados ao Fundo Municipal do Coral Municipal de Jaraguá do Sul, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

ADEMAR POSSAMAI

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

**DECRETO Nº 10.800/2016**

D E C R E T O Nº 10.800/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

**DECRETA :**

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.122.07502.652 - Manutenção das atividades administrativas - Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.125 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente dos recursos vinculados aos Próprios Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO EXCLUSIVO  
PARA ME/EPP TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM****EDITAL**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: O objeto do presente Edital é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades de Rio Alma, Tifa Javali, Tifa Aurora e BR 416, fazendo esse trajeto 4 x ao dia até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ricieri Marcatto, localizada na Rua Richard Viergutz, nº 177, no Bairro Rio Cerro I, neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 10:45 horas do dia 26 de abril de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter

Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC. O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 11:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 35.770,00 (trinta e cinco mil setecentos e setenta reais), sendo o valor de R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) por dia de transporte realizado.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido no seguinte endereço: Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br).

Jaraguá do Sul (SC), 30 de março de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2016 CONTRATO Nº 03/2014 – ADITIVO II**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2016

Contrato Nº 03/2014 – Aditivo II

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Jaraguá do Sul

CONTRATADO: Escrimate Comercial e Serviços de Informática - Eireli

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços contínuos de impressão, para o período de 12 (doze ) meses, renováveis por iguais períodos na forma do artigo 57 da lei federal nº8.666/93. Serviços de impressão com o fornecimento de multifuncionais (outsourcing de impressão), que deverão ser novas e de primeiro uso, em linha de fabricação, para reprodução de cópias, impressões e digitalizações monocromáticas e coloridas, incluindo o fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços (incluindo o papel), além de assistência técnica especializada e reposição de peças originais, para atender demanda da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 11.730,00 (Onze mil setecentos e trinta reais)

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA e ROBSON CARDOSO

Jaraguá do Sul, 06 de abril de 2016.

JOSÉ OZÓRIO DE ÁVILA

Presidente



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 136/2016 A O CONTRATO Nº 437/2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 136/2016 A O CONTRATO Nº 437/2014

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2014 – INST.JOURDAN

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENV. URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em consultoria para elaboração do PLANO MUNICIPAL DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E DO PLANO DE MOBILIDADE DE JARAGUÁ DO SUL, em conformidade com as condições estabelecidas no contrato administrativo nº 434/2014, no 1º Termo Aditivo nº 151/2015, no 2º Termo Aditivo nº 172/2015, no 3º Termo Aditivo nº 391/2015 e neste 4º aditivo.

DO ACRÉSCIMO: Considerando a justificativa do grupo gestor, conforme Memorando nº 01/2016/Grupo Gestor, em anexo, bem como a Carta nº 29 da Urbtec, que anexa a nova Proposta Técnica Diagnóstico – Plano de Transporte Coletivo – Jaraguá do Sul e a Proposta Comercial Diagnóstico – Plano de Transporte Coletivo – Jaraguá do Sul; fica acrescido ao contrato, com fundamento no artigo 65, §1º da Lei Federal 8.666/93, a etapa de Revisão do Diagnóstico, perfazendo um percentual de 20% (vinte por cento) do Levantamento de dados e 100% (cem por cento) do diagnóstico, totalizando um acréscimo 15% (quinze por cento) ao valor do contrato, equivalente a R\$ 59.812,50 (cinquenta e nove mil e oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

DO PRAZO: Considerando o acréscimo descrito na cláusula segunda, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da Cláusula Sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 172/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 391/2015, com fundamento no artigo 57, §1º, incisos II, IV e V, da Lei Federal nº 8.666/93, fica prorrogado por mais 91 (noventa e um dia), a contar de 01/04/2016 e com término em 30/06/2016. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos orçamentários do exercício de 2016, com base no Decreto Municipal nº 10.744/2016, de 25 de fevereiro de 2016, que abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, aprovado pela lei municipal nº 7.161/2015 de 07/12/2015, a saber

Classif.Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.451.1201.4.206.3.3.90	Reestruturação da mobilidade urbana	3.3.90 – Aplicações Diretas	14	1071-SF Conv. SSP PMJS 12640

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 28/03/2016

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Ronaldo de Lima e Gustavo Taniguchi.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

**FC - RATIFICAÇÃO DAS INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO NºS 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 E 27/2016-FC**

RATIFICAÇÃO DAS INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO NºS 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27/2016-FC

JARAGUÁ DO SUL. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUA DO SUL. ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS Nº 003/2016-FC. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de competição por encontrarem-se preenchidos os requisitos legais do artigo 25, caput da Lei 8.666/93, qual seja, da inviabilidade de competição. OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de avaliação de mérito artístico e cultural, mediante emissão de parecer técnico descritivo de projetos culturais inscritos no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, nas áreas culturais de Artesanato, Artes Visuais, Audiovisual, Circo, Dança, Literatura, Manifestações Culturais, Música, Patrimônio Cultural Edificado, Patrimônio Cultural Material e Imaterial e Teatro.. CONTRATADOS: MARIA ODETE DUARTE STHAN, CPF 189.209.578-51. RG 5.277.093-1. Endereço: Rua João Adolfo Müller, nº 227 – Apto 601 – Bairro Costa e Silva. Município de Joinville/SC – 89218-590. ELIANE BÖHR, CPF 107.849.481-40, RG 1.542.086. Endereço: Rua Karl Kumhlenn, 178 – Bairro América. Município de Joinville/SC – 89204-638. EVA BERNADETE BUDNIAK TOZATO, CPF 019.460.679-11, RG 6.123.744-5. Endereço: Rua Antônio Guarezi, nº 17 – Bairro Ferraria. Município de Campo Largo/PR – 83609-520. MÔNICA PEREIRA JUERGENS AGE, CPF 017.380.409-84, RG 3.281.187-0. Endereço: Rua Aracaju, nº 829 – Apto 402 – Bairro Saguacú. Município de Joinville/SC – 89221-637. JAMIL ANTONIO DIAS. CPF 873.383.786-49. RG 6.184.890. Endereço: Rua General Osório, nº 1.479 – Bairro Velha. Município de Blumenau/SC – 89041-001. MARILIA CRISPI DE MORAES, CPF 594.012.229-91. RG 1.878.385/SSP-SC. Endereço: Rua: Luiz Linzmeyer, 470, Bairro Colonial. Município de São Bento do Sul – SC. 89288-375. TALITA JORDINA RODRIGUES, CPF 063.992.099-35. RG 5.551.975/SSP/SC. Endereço: Servidão Bernardino Borba, 143 – Bairro Nova Brasília. Município de Joinville – SC. 89.214-650. CAROLINE ANDRESSA DE BIAGI, CPF 353.741.168-51. RG 43.514.060-7/SSP/SP. Endereço: Rua: Dr. Zamenhof, 55 Apto 67, Bairro Alto da Glória, na cidade de Curitiba/PR. 80.030-320. ELAINE PEREIRA GONÇALVES. CPF 342.121.320-87. RG 3.258.704. Endereço: Rua Paraná, nº 390 – Bairro Anita Garibaldi. Município de Joinville/SC – 89202-160. MARIA BARBOSA PEIXOTO FORTUNA. CPF 809.095.907-53. RG 5.712.067. Endereço: Rua Dona Francisca, nº 1.297 – Apto 602 – Bairro Saguacú. Município de Joinville/SC – 89221-006. TATYANE CRISTINA MENDONÇA RAVEDUTTI, CPF 021.829.879-08. RG 4.660.019-3. Endereço: Rua Felipe Wandscheer, nº 239 – Casa 6 – Bairro Vila Iolanda. Município de Foz do Iguaçu/PR – 85853-430. GLAUCIA GRICOLO. CPF 020.135.899.99. RG 1.879.308-8/SSP/SC. Endereço: Avenida Hercílio Luz, 817. Edifício Bianca, Apto 501, Centro. Florianópolis/SC. 88020-001. ANGELA EMILIA FINARDI. CPF 902.132.709-00. RG 1.758.683. Endereço: Rua Seara, nº 291 – Bairro Iririu. Município de Joinville/SC – 89227-014. FABIANA GOMES PORRAT REINER. CPF 974.830.369-15. RG 5.666.509-9. Endereço: Rua Antonio

Costa, nº 297 – Bairro Vista Alegre. Município de Curitiba/PR – 80820-020. SUELI DE SOUZA CAGNETI, CPF 066.542.079-04. RG 146.374. Endereço: Rua Maria Das Dores Santos Muller, Nº 166 – Apto 602 – Bairro Praia Brava – Itajaí/SC – 88306-822. SUZANA DA SILVA MAFRA, CPF 623.859.259-15. RG 1.396.943. Endereço: Rua Marcos Malossi, nº 40 – Apto 302 – Centro – Brusque/SC – 88351-010. RUBIA STEIN DO NASCIMENTO. CPF 718.746.239-53. RG 2.216.376-0. Endereço: Rua Homero Camargo de Oliveira, nº 64 – Bairro São Bráz – Jardim Virgínia III. Município de Curitiba/PR – 82320-470. SHEILA PÉRSIA DO PRADO CARDOSO MELATTI. CPF 484.348.681-72. RG 4.458.418. Endereço: Rua Nestor Hintz, nº 399 – Bairro Glória. Município de Joinville/SC – 89216-560. MARISA GONÇALVES DE TOLEDO, CPF 720.612.359-72. RG 2.196.455-6. Endereço: Rua Rezende, 276, Bairro Bom Retiro. Município de Joinville/SC. MARCIO RODRIGO SOUZA E SILVA, CPF 576.002.600-34. RG 6.112.001/SSP/SC. Endereço: Rua Avenida Engenheiro Max de Souza, 1370, Bairro Coqueiros, cidade de Florianópolis/SC. 88080-000. JONATAS RAFAEL DA COSTA, CPF 338.279.128-57. RG 6.193.574/SSP/SC. Endereço: Rua Olibio de Oliveira, 145, Apto 102, Bairro Boehmerwald. Município de Joinville/SC. LIGIA BATISTA FERREIRA. CPF 137.073.857-27. RG 4.792.006. Endereço: Rua Getúlio Neto, nº 43 – Bairro: Centro. Município de São José/SC – 88103-260. REMUNERAÇÃO: Os CONTRATADOS receberão a remuneração em acordo com a composição referida no item 8, do Edital de Credenciamento 003/2016-FC. PAGAMENTO: O pagamento da remuneração devida será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, mediante o recebimento da nota fiscal (via original) à Fundação Cultural. RECURSOS FINANCEIROS: As despesas provenientes das contratações através deste Edital de Credenciamento correrão por conta do orçamento do exercício de 2016, a saber: Classificação Funcional Programática: 27.02.13.392.1103.4.105 – Projeto/Atividade: Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo) – Descrição da Natureza da Despesa: 3.3.90 – Aplicações Diretas – Dotação Orçamentária: 45 – Recurso: Próprio. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: O prazo para a prestação dos serviços, será nos dias 09 e 10 de abril de 2016, de acordo com o período previsto no item 11.2 do Edital de Credenciamento de Pareceristas 003/2016-FC, acrescido de 60 dias. TERMO DE COMPROMISSO: Para a prestação dos serviços será exigido que o PARECERISTA contratado firme Termo de Compromisso com a Fundação Cultural de Jaraguá do Sul. O extrato do Termo de Compromisso será publicado no Diário Oficial do Município. VIGÊNCIA DO PRESENTE CREDENCIAMENTO: A vigência do presente credenciamento será de 01 (um) ano, vigorando a contar da data de sua homologação. Jaraguá do Sul (SC), 07 de abril de 2016. Dieter Janssen - Prefeito Municipal.

## **FC - RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28 E 29/2016-FC**

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28 e 29/2016-FC

JARAGUÁ DO SUL. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL-SC. ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS Nº 003/2016-FC. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de competição por encontrarem-se preenchidos os requisitos legais do artigo 25, caput da Lei 8.666/93, qual seja, da inviabilidade de competição. OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de avaliação de mérito artístico e cultural, mediante emissão de parecer técnico descritivo de projetos culturais inscritos no Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, na área cultural de Patrimônio Cultural Edificado. CONTRATADA: DÉBORA RICHTER CICOĞNA. CPF 970.753.379-04. Endereço: Rua Madre Paulina, nº 186 – Bairro Glória. Município de Joinville/SC – 89216-252. SIMONE SCHROEDER. CPF 622.678.179-34. RG 2.059.110. Endereço: Rua Botafogo, 268 – Bairro Floresta. Município de Joinville/SC – 89211-580. DA REMUNERAÇÃO: Os CONTRATADOS receberão a remuneração em acordo com a composição referida no item 8, do Edital de Credenciamento 003/2016-FC. DO PAGAMENTO: O pagamento da remuneração devida será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, mediante o recebimento da nota fiscal (via original) à Fundação Cultural. DOS RECURSOS FINANCEIROS: As despesas provenientes das contratações através deste Edital de Credenciamento correrão por conta do orçamento do exercício de 2016, a saber: Classificação Funcional Programática: 27.02.13.392.1103.4.105 – Projeto/Atividade: Incentivar, estimular, fomentar e viabilizar projeto artístico-cultural do Município (70% do Fundo) – Descrição da Natureza da Despesa: 3.3.90 – Aplicações Diretas – Dotação Orçamentária: 45 – Recurso: Próprio. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: O prazo para a prestação dos serviços, será nos dias 09 e 10 de abril de 2016, de acordo com o período previsto no item 11.2 do Edital de Credenciamento de Pareceristas 003/2016-FC, acrescido de 60 dias. DO TERMO DE COMPROMISSO: Para a prestação dos serviços será exigido que o PARECERISTA contratado firme Termo de Compromisso com a Fundação Cultural de Jaraguá do Sul. O extrato do Termo de Compromisso será publicado no Diário Oficial do Município. DA VIGÊNCIA DO PRESENTE CREDENCIAMENTO: A vigência do presente credenciamento será de 01 (um) ano, vigorando a contar da data de sua homologação. Jaraguá do Sul (SC), 07 de abril de 2016. Dieter Janssen – Prefeito Municipal.

## **INSTITUTO JOURDAN - PORTARIA Nº 004 / 2016**

PORTARIANº 004 / 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 11, da Lei Complementar Municipal Nº 145/2013, de 12 de dezembro de 2013,

### **RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR KARINA DE OLIVEIRA GONÇALVES CRISTOFOLINI, a partir de 07/04/2016, do cargo de provimento em comissão, ocupado interinamente, de SUBGERENTE DE TRABALHO E RENDA do INSTITUTO JOURDAN.

Art. 2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 011/2015, de 31 de agosto de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan



**INSTITUTO JOURDAN - PORTARIA Nº 005 / 2016**

PORTARIANº 005 / 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 11, da Lei Complementar Municipal Nº 145/2013, de 12 de dezembro de 2013, e considerando que a servidora abaixo designada exercia interinamente o cargo de Subgerente de Trabalho e Renda,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR KARINA DE OLIVEIRA GONÇALVES CRISTOFOLINI, a partir de 08/04/2016, para o cargo de provimento em comissão de SUBGERENTE DE TRABALHO E RENDA do INSTITUTO JOURDAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

**ISSEM - CONTRATO NO 64/2016 10º ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2014 CONCORRÊNCIA NO 15/2013**

CONTRATO NO 64/2016

10º ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2014

CONCORRÊNCIA NO 15/2013

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 108/2014, da Concorrência no 15/2013, de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DO ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, COM ÁREA TOTAL DE 2.328,44 M², SITUADA NA RUA MAX WILHELM, S/N, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA, que mantém entre si, a empresa NAKAZIMA ENGENHARIA LTDA e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Alterar o item 6.1. do contrato, alterando o valor do contrato pelos serviços (mão de obra) para o valor de R\$ 1.122.328,05 (um milhão cento e vinte e dois mil trezentos e vinte e oito reais e cinco centavos) e o fornecimento de materiais para o valor de R\$ 2.635.118,70 (dois milhões seiscentos e trinta e cinco mil cento e dezoito reais e setenta centavos), totalizando o valor de R\$ 3.757.446,75 (três milhões setecentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos), considerando os acréscimos de itens na planilha orçamentária da obra, conforme segue:

a) Acréscimos:

2) Dotação Orçamentária:

Entidade	Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa
ISSEM	36.01.08.122.1.350.5.300	Implantação da sede do Issem	4.4.90 – Aplicações Diretas

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 06 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente do ISSEM	Carlos Koyti Nakazima Nakazima Engenharia Ltda
--	---

**TESTEMUNHAS:**

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde	Deise Fernanda Pincegher Rodrigues Superintendente de Previdência Social
---	---

**ISSEM - CONTRATO Nº 65/2016 TERMO DE CREDENCIAMENTO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2013**

CONTRATO Nº 65/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2013

Termo de Credenciamento de clínicas para o fornecimento de serviços de consultas psicológicas e a nutricionista que entre si fazem o ISSEM e SAÚDE POPULAR CENTRAL DE CONSULTAS LTDA, na forma abaixo:

O Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, CNPJ nº 00.091.238/0001-70, Autarquia Municipal, com sede à Rua Walther Marquardt, nº 623, sala 05, Município de Jaraguá do Sul, representada pela sua Diretora Presidente, Sra. Rosana Maria de Souza Rosa, doravante denominado de ISSEM, e SAÚDE POPULAR CENTRAL DE CONSULTAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.374.454/0001-74, devidamente qualificada e habilitada no Edital de Credenciamento nº 12/2013, doravante denominada CREDENCIADA, têm certo e ajustado o presente Termo de Credenciamento, mediante as determinações do citado Edital e as seguintes:

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Credenciamento visa o FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS E SESSÕES PSICOLÓGICAS E CONSULTAS A NUTRICIONISTA, destinadas ao tratamento dos beneficiários do Fundo Municipal de Assistência e Saúde do ISSEM, nos termos do Regulamento do FMASA, do Edital de Credenciamento nº 12/2013 e demais legislações pertinentes.

**2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE ATENDIMENTO**

2.1. O atendimento aos segurados do ISSEM será realizado nas instalações da CREDENCIADA, situada na Rua Wendelin Reiner, nº 78, Centro Sul, no município de Schroeder, estado de Santa Catarina ; ou em hospital credenciado pelo ISSEM.

2.2. O consultório da CREDENCIADA deverá possuir instalações físicas adequadas para o atendimento aos segurados do ISSEM, de acordo com a legislação vigente.

2.3. A CREDENCIADA deverá possuir em seu consultório acesso a internet banda larga, e-mail, impressora e linha telefônica.

2.4. Para a prestação do objeto do presente credenciamento, a CREDENCIADA deverá observar os seguintes procedimentos:

- a) O atendimento aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM será efetuado mediante a apresentação do Cartão Segurado ISSEM;
- b) A CREDENCIADA deverá acessar o site do cartão ([cartao.issem.com.br](http://cartao.issem.com.br));
- c) Após o acesso ao sistema do Cartão Segurado ISSEM, com o número do cartão do segurado, a CREDENCIADA poderá emitir as guias de consultas e demais procedimentos, seguinte as orientações dos manuais do sistema do cartão;
- d) As guias de consultas e demais procedimentos deverão ser impressas e assinadas pelos segurados, sendo encaminhadas juntamente com a Nota Fiscal para a realização da cobrança;
- e) Alguns procedimentos (de maior complexidade ou maior custo) necessitam de aprovação do Setor de Auditoria do ISSEM, que realizará a liberação através do sistema do Cartão Segurado ISSEM, conforme as orientações dos manuais do sistema do cartão.

2.5. Durante a fase de implantação do sistema do Cartão Segurado ISSEM, bem como na ocorrência de casos excepcionais após encerrada a fase de implantação, o atendimento aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM também poderá ser efetuado mediante a apresentação da Autorização Prévia (Guia de Consulta ou Guia de Procedimentos), que possui o prazo de

validade de 30 (trinta) dias a contar da sua emissão. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante carimbo e assinatura do Setor de Atendimento do ISSEM.

2.6. Terminado o período de implantação do Cartão Segurado ISSEM, a CREDENCIADA deverá disponibilizar para os segurados do ISSEM o atendimento através do sistema. Para a realização do atendimento, a CREDENCIADA deverá atender os requisitos e seguir os procedimentos previstos no site do Cartão Segurado ISSEM.

2.7. O atendimento será exclusivo aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM, devidamente identificados. Qualquer tentativa de má utilização ou fraude, caracteriza procedimento indevido e deverá ser comunicada de imediato ao Setor de Compras, Contratos e Licitações do ISSEM.

2.8. Somente poderá ser transferida a execução dos serviços por motivos de força maior, quando devidamente justificado e autorizado pelo ISSEM e pelo paciente. Somente um profissional da CREDENCIADA, e devidamente credenciado junto ao ISSEM, poderá dar continuidade ao tratamento.

2.9. O ISSEM não se responsabiliza pelo pagamento de serviços não previstos no Termo de Credenciamento, e não se responsabiliza por atendimentos realizados a pacientes não segurados do ISSEM. Não serão aceitas guias de consultas ilegíveis, rasuradas, com dupla grafia ou adulteradas.

**3. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

3.1. É de responsabilidade da CREDENCIADA efetuar todos os serviços de acordo com as disposições deste Termo de Credenciamento, observando todas as determinações legais, em especial as estabelecidas no Regulamento do FMASA e demais legislações pertinentes.

3.2. A CREDENCIADA não poderá fazer qualquer distinção entre os segurados do ISSEM e seus demais clientes, principalmente no tocante a marcação de consultas ou tratamentos, e na qualidade dos serviços prestados.

3.3. A CREDENCIADA compromete-se a comunicar por escrito ao ISSEM qualquer alteração de endereço, telefone de contato, horário de atendimento, proprietários ou demais informações que possam influenciar a prestação dos serviços previsto neste Termo de Credenciamento.

3.4. A CREDENCIADA não poderá transferir parcial ou totalmente a terceiros a prestação dos serviços objeto deste Termo de Credenciamento para o qual foi autorizada a realizar.

3.5. Os serviços prestados em decorrência deste Termo de Credenciamento não poderão, em qualquer hipótese, ser cobrados diretamente dos beneficiários pela CREDENCIADA.

**4. DOS DIREITOS DO ISSEM**

4.1. O ISSEM reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pela CREDENCIADA, podendo proceder ao descredenciamento, em casos de má prestação do convênio, verificada em procedimento específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

4.2. O ISSEM reserva-se o direito de, a qualquer tempo, auditar os serviços prestados pela CREDENCIADA.

4.3. O ISSEM reserva-se o direito de, justificadamente, anular ou revogar o presente Termo de Credenciamento, sem que caibam reclamações ou indenizações.

**5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. Os serviços de consultas e sessões psicológicas e consultas

a nutricionista serão remunerados conforme tabela constante na Portaria nº 506/2015-ISSEM e nº 459/2013-ISSEM:

Procedimento	Valor Unitário
Consultas Psicológicas	R\$ 42,00
Sessões Psicológicas	R\$42,00
Consultas a nutricionista	R\$ 42,00

5.2. Após a assinatura do Termo de Credenciamento, ocorrendo a emissão de ato oficial que reajuste os serviços de consultas psicológicas e consultas a nutricionista, este reajuste será aplicado para todos os credenciados do ISSEM, independentemente de emissão de termo aditivo.

5.3. O atendimento que a CREDENCIADA realizar em hospitais credenciados ao ISSEM serão remunerados pelos mesmos critérios estabelecidos neste Termo de Credenciamento, diretamente a CREDENCIADA.

5.4. As guias de consultas e demais procedimentos deverão ser encaminhadas para o ISSEM, juntamente com Nota Fiscal da CREDENCIADA, até 30 (trinta) dias após o término do atendimento. Não serão aceitas guias entregues sem a Nota Fiscal. Não serão aceitos recibos em substituição as Notas Fiscais.

5.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas para o Fundo Municipal de Assistência e Saúde – ISSEM / FMSA – CNPJ nº 14.522.267/0001-53.

5.6. As Notas Fiscais emitidas ao ISSEM, obrigatoriamente, deverão ser entregues na data de sua emissão. Não serão aceitas Notas Fiscais com data de emissão anterior a data de entrega.

5.7. As guias de consultas que não possuírem assinatura ou que forem enviadas após o prazo de 90 (noventa) dias da data de sua emissão não serão quitadas pelo ISSEM, sendo de total responsabilidade da CREDENCIADA efetuar a cobrança junto ao segurado.

5.8. Após a entrega das guias de consultas e da respectiva Nota Fiscal o ISSEM irá efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias.

5.9. O pagamento somente será efetuado em conta corrente, localizada em Instituição Financeira, que tenha como titular a CREDENCIADA.

## 6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da dotação orçamentária de 2016.

## 7. RESCISÃO

7.1. O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/1993.

7.2. O ISSEM poderá rescindir o presente Termo de Credenciamento com a CREDENCIADA em casos de má prestação do convênio ou prestação em desconformidade com o Regulamento do FMSA - ISSEM, mediante procedimento específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

7.3. O presente Termo de Credenciamento poderá, também, ser rescindido por denúncia de qualquer das partes, desde que notificada à outra com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência.

## 8. ALTERAÇÃO

8.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Termo de Credenciamento somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

## 9. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1. O presente Termo de Credenciamento rege-se pelas disposições expressas nos termos da Lei Municipal nº 33/2003, do Regulamento conforme Decreto nº 5.313/2004, da Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

## 10. VIGÊNCIA

10.1. O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado a critério do ISSEM.

## 11. CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/1993, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

## 12. FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Credenciamento.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Jaraguá do Sul (SC), 06 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Aline Mainardi Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

## ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 65/2016 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2013

EXTRATO - CONTRATO Nº 65/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: SAÚDE POPULAR CENTRAL DE CONSULTAS LTDA (CNPJ nº 13.374.454/0001-74)

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE CONSULTAS E SESSÕES PSICOLÓGICAS E CONSULTAS A NUTRICIONISTA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 12/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses.

DATA DA ASSINATURA: 06/04/2016.

SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Aline Mainardi.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente

**ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 09/2016 – ISSEM 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 764/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº 09/2016 – ISSEM  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 764/2015

PARTES: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70) e BANCO DO BRASIL S/S (CNPJ nº 00.000.000/0001-91)

OBJETO: Serviço de Movimentação, custódia qualificada e controladoria de ativos no sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC.

VALOR MENSAL: R\$ 725,56 (setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 02/02/2016 a 02/08/2016.

DATA DA ASSINATURA: 02/02/2016.

SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Nadja Maria Santa-da Silva.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente

**ISSEM - TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 282/2015**

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 282/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 282/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada INSTITUTO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DE JARAGUÁ DO SUL LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Incluir o item 1.2 e 6.4 com as seguintes redações:

“1.2. A CREDENCIADA proporcionará também o serviço de consultas médicas eletivas.”

“6.4. A remuneração das consultas médicas eletivas terá como base o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), conforme Portaria nº 233/2014-ISSEM.”

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 01 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Bruno Borralho Gobbato Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

**ISSEM - TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 67/2015**

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 67/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 67/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CONSULTÓRIO DE PSIQUIATRIA DR. MAURICIO BOGO LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar da data de assinatura.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 01 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Maurício Bogo Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

**LEI Nº 7.209/2016**

LEI Nº 7.209/2016

Altera Dispositivos da Lei Municipal Nº 7.152/2015, de 26 de Novembro de 2015, que Autoriza o Poder Executivo a Contratar Operações de Crédito Junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências correlatas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,  
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O caput do artigo 1º e o seu parágrafo único, da Lei Municipal Nº 7.152/2015, de 26/11/2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais), na linha de financiamento de contrapartida de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos termos do artigo 9º-S, da Resolução CMN Nº 2.827, de 30/03/2001, com a redação dada pela Resolução CMN Nº 4.270, de 30/09/2013, e as eventuais alterações posteriores, bem como as demais disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão obrigatoriamente destinados a financiamento de contrapartida de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o §1º, do artigo 35, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000.”

Art.2º O caput do artigo 2º, da Lei Municipal Nº 7.152/2015, de 26/11/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:



"Art.2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a debitar na Conta Corrente de titularidade do Município de Jaraguá do Sul, mantida em sua Agência, a ser indicada no Contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município de Jaraguá do Sul, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

..."

Art.3º O artigo 3º, da Lei Municipal Nº 7.152/2015, de 26/11/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º Para o caso de haver garantia da União para a operação de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do §4º, do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito."

Art.4º O artigo 4º, da Lei Municipal Nº 7.152/2015, de 26/11/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei serão consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, do §1º, do artigo 32, da Lei Complementar Nº 101/2000."

Art.5º O artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.152/2015, de 26/11/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.5º O Orçamento do Município de Jaraguá do Sul consignará, anualmente, o montante de recursos destinados à amortização ou pagamento de principal, juros, demais encargos financeiros e despesas decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei."

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

## **LEI Nº 7.210/2016**

LEI Nº 7.210/2016

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, a saber:

27 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01.13.392.11004.120 - Gestão das Atividades do Coral Municipal

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.48 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

## **4.4.00 - INVESTIMENTOS**

27.01.49 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta do "Excesso de Arrecadação" da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados ao Fundo Municipal do Coral Municipal de Jaraguá do Sul, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Art.3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, crédito adicional destinado ao reforço do crédito especial de que trata a presente Lei, com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN ADEMAR POSSAMAI

Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

## **LEI Nº 7.211/2016**

LEI Nº 7.211/2016

Aprova as Alterações do Anexo Formulário 1 - Identificação de Programa e do Anexo de Programas Finalísticos do Plano Plurianual 2014/2017, Instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e Alterações.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterado, no Anexo Formulário 1 - Identificação de Programa, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, o valor total e o público-alvo do Programa 1100 - Difusão Cultural, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.2º Fica alterado, no Anexo de Programas Finalísticos, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, o valor total e o público-alvo do Programa 1100 - Difusão Cultural, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.3º Fica acrescida, ao Anexo de Programas Finalísticos, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, ação pertinente ao Programa 1100 - Difusão Cultural, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

**PORTARIA Nº 218/2016**

PORTARIANº 218/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso XIII, da LOM; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo Sr. Prefeito Municipal;  
CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Disciplinar Nº 008/2015, instaurado pela Portaria Nº 032/2015, de 23/01/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 035/2016/3ªCPAD, de 02/03/2016, da Terceira Comissão de Processos Administrativos;

**RESOLVE :**

Art.1º ABSOLVER o servidor público municipal JOÃO EDUARDO DE MELLO, matrícula 8699, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados e Ambulância, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com fundamento no artigo 240, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais do servidor.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 219/2016**

PORTARIANº 219/2016

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal de Cultura.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 071/2016/FC, de 31/03/2016, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 29/03/2016, FÁBIO ALEXANDRE BAPTISTA, como conselheiro titular, em substituição a Maykon Paulo Junkes Raizer da Cruz, para representar as Entidades Organizadas na Área Teatral no Município, na qualidade de Representante da Sociedade Civil Organizada, no Conselho Municipal de Cultura.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 973/2015, de 28/07/2015, no que se refere a designação de Maykon Paulo Junkes Raizer da Cruz.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 07/08/2017.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 220/2016**

PORTARIANº 220/2016

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 022/2016/Semascr, de 04/04/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 04/04/2016, JAQUELINE STEINKE MABA, como conselheira titular, em substituição a Cesar Alberto Aguiar Cesar; e DEBORA GUMZ LAZZARIS PINTO, como conselheira suplente, em substituição à Verônica Aparecida Oliveira Salgado, para representarem a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Subseção de Jaraguá do Sul, na qualidade de Representantes da Sociedade Civil Organizada, no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 150/2015, de 06/02/2015, no que se refere a designação de Cesar Alberto Aguiar Cesar e Verônica Aparecida Oliveira Salgado.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 12/02/2017.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 221/2016**

PORTARIANº 221/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 352/2016/Cogem, de 04/04/2016, da Controladoria-Geral do Município;

**RESOLVE :**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 10/04/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 030/2015, instaurado pela Portaria Nº 1121/2015, de 09/09/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito



**PORTARIA Nº 222/2016**

PORTARIANº 222/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 110/2016/Sema-DGP, de 07/04/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

**RESOLVE :**

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 1º/04/2016, CARLOS RAFAEL PEREIRA do cargo efetivo de OUVIDOR, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1306/2014, de 29/07/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**ANEXO DA LEI Nº 7.211/2016****Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

**Formulário 1 - Identificação de Programa****Origem:** Novo**Situação:** Não Avaliado**INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA****Programa:** 1100 - DIFUSÃO CULTURAL**Tipo:** Finalístico**Macroobjetivo****Objetivo**

Viabilizar a estrutura e processos administrativos que compõem todas as atividades antes, durante e depois das ações internas e externas. Realizar atividades nos diversos segmentos culturais e em diversos espaços com acessibilidade a população para assistir, participar ou apresentar novas propostas e/ou projetos.

**Público-alvo**

Adm.direta e indireta,entidades públicas e privadas,população no território nacional e internacional

**Justificativa**

Cultura é o conjunto de atividades e modos de agir, costumes e instruções de um povo, meio pelo qual o ser humano se adapta às condições de existência, transformando a realidade. Ou seja, cultura é o que o homem faz, inventa, imagina. Hábitos, costumes, instituições, modos de fazer, gestos, belezas, ritos, culinárias, celebrações, som, música, tradições, danças, representações, imagens, indumentária. São portanto, os elementos de nossa identidade e a base de nossa cidadania e de nossa comunidade.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Salvaguardar o direito humano à participação e a expressão cultural; Promover a diversidade cultural. Contribuir para facilitar a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais; Priorizar a produção e o consumo de bens culturais e artísticos originários do município; valorizando recursos humanos e conteúdos locais; Preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio histórico e cultural do município; Estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória.

**Horizonte temporal**

( x ) Contínuo                      Temporário ( )

**Órgão responsável** 27.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL**Entidade** 2 - FUNDACAO CULTURAL DE JARAGUA DO SUL**Gerente do programa**

27915 - Presidente da Fundação Cultural

**Valor do programa****Total**

No PPA: 7.184.000,00

**Órgãos executores:**

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA período 2014 à 2017

Finalístico

**Programa:** 1100 - DIFUSÃO CULTURAL

**Objetivos:** Viabilizar a estrutura e processos administrativos que compõem todas as atividades antes, durante e depois das ações internas e externas. Realizar atividades nos diversos segmentos culturais e em diversos espaços com acessibilidade a população para assistir, participar ou apresentar novas propostas e/ou projetos.

**Público alvo:** Adm.direta e indireta,entidades públicas e privadas,população no território nacional e internacional

Indicador (Unidade de Medida)			Referência		Consolidação dos Valores do Programa		
			Data	Índice	2017	Final do Programa	

# Joaçaba

## PREFEITURA

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 025/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 025/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: RAFAEL FUNK  
MODALIDADE: CICLISMO  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.571,43 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

RAFAEL FUNK  
Atleta de Ciclismo

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 030/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 030/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: LUCAS MORAIS DA SILVA  
MODALIDADE: BASQUETEBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.142,86 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

LUCAS MORAIS DA SILVA  
Atleta de Basquetebol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 034/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 034/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: ÉRIK FRANÇA NEGREIROS  
MODALIDADE: BASQUETEBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.142,86 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

ÉRIK FRANÇA NEGREIROS  
Atleta de Basquetebol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 027/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 027/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: TANURI TOSATTI  
MODALIDADE: CICLISMO  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.571,43 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

TANURI TOSATTI  
Atleta de Ciclismo

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 031/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 031/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: DAVID WILLIAN PERUSSO  
MODALIDADE: BASQUETEBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.142,86 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

DAVID WILLIAN PERUSSO  
Atleta de Basquetebol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 033/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 033/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: CARLOS ALEXANDRE MARINHO JUNIOR  
MODALIDADE: BASQUETEBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.142,86 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

CARLOS ALEXANDRE MARINHO JUNIOR  
Atleta de Basquetebol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 035/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 035/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: RENAN WILIAN BELCARO PAZIN  
MODALIDADE: BASQUETEBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.142,85 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

RENAN WILIAN BELCARO PAZIN  
Atleta de Basquetebol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 036/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 036/2016

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: GUSTAVO TERRA FIGUEREDO

MODALIDADE: BASQUETEBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.142,85 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016

ANDERSON ANDRES

Diretor do FME

GUSTAVO TERRA FIGUEREDO

Atleta de Basquetebol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 037/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 037/2016

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: DIEGO DA SILVEIRA PADILHA

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 6.300,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016

ANDERSON ANDRES

Diretor do FME

DIEGO DA SILVEIRA PADILHA

Atleta de TÊNIS DE MESA

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 038/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 038/2016

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: MARLON IGOR BOTELHO SPINDOLA

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 6.300,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016

ANDERSON ANDRES

Diretor do FME

MARLON IGOR BOTELHO SPINDOLA

Atleta de TÊNIS DE MESA

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 039/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 039/2016

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: ALFREDO JOSÉ SANTOS DE AZEVEDO

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 6.300,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016

ANDERSON ANDRES

Diretor do FME

ALFREDO JOSÉ SANTOS DE AZEVEDO

Atleta de TÊNIS DE MESA

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 040/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 040/2016

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: LUIS EDUARDO CAMARÇO DOS ANJOS

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 6.913,44 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016

ANDERSON ANDRES

Diretor do FME

LUIS EDUARDO CAMARÇO DOS ANJOS

Atleta de TÊNIS DE MESA

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 041/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 041/2016

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: RUBENS RODRIGUES GOMES DA SILVA

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 4.186,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016

ANDERSON ANDRES

Diretor do FME

RUBENS RODRIGUES GOMES DA SILVA

Atleta de TÊNIS DE MESA

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 042/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 042/2016

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: KAUANA MARCELA VASCONCELOS

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 990,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016

ANDERSON ANDRES

Diretor do FME

KAUANA MARCELA VASCONCELOS

Atleta de Voleibol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 044/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 044/2016

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: BARBARA CHRISTINA MERGENER

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.350,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

BARBARA CHRISTINA MERGENER  
Atleta de Voleibol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 045/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 045/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: MANUELLA DO NASCIMENTO BURLIN  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 990,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

MANUELLA DO NASCIMENTO BURLIN  
Atleta de Voleibol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 046/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 046/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: ANDRESSA PIRES DE MELLO SILVA  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.350,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

ANDRESSA PIRES DE MELLO SILVA  
Atleta de Voleibol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 047/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 047/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: ANA LARA FORMAIO  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.350,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

ANA LARA FORMAIO  
Atleta de Voleibol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 050/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 050/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: ANDRIELLY DE VARGAS  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 990,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

ANDRIELLY DE VARGAS  
Atleta de Voleibol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 051/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 051/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: POLIANA LISTONE  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 990,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

POLIANA LISTONE  
Atleta de Voleibol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 052/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 052/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: MARIAH T. PENTEADO MARTINS  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.350,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

MARIAH T. PENTEADO MARTINS  
Atleta de Voleibol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 053/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 053/2016  
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: STHEFANY JULIANNE SHULKA  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 990,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016  
ANDERSON ANDRES  
Diretor do FME

STHEFANY JULIANNE SHULKA  
Atleta de Voleibol



**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 054/2016 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 054/2016

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: JULIA DE OLIVEIRA

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.350,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 08 de abril de 2016

ANDERSON ANDRES

Diretor do FME

JULIA DE OLIVEIRA

Atleta de Voleibol

---

**PLASS**

---

**RETIFICAÇÃO EXTRATO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE JOAÇABA - PLASS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016/PLASS - RETIFICADO

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE JOAÇABA – PLASS, representado neste ato pelo Diretor Executivo – JULIO CESAR BISSANI, em conformidade com o art. 25 da Lei 8.666/93, bem como, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, torna público que se encontra aberto o “credenciamento de EMPRESAS/CLÍNICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: MEDICINA, ODONTOLOGIA, PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, SERVIÇOS DE IMAGEM, NUTRIÇÃO, HOSPITALAR E ANÁLISES CLÍNICAS com a finalidade de suprir as necessidades dos segurados do PLASS. Os interessados deverão solicitar seu credenciamento no setor do Plass – Prédio da Prefeitura Joaçaba, na Avenida XV de Novembro, 378, subsolo, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 13 às 19 horas. OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço supracitado, ou no site do Município, [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br). INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na secretaria do PLASS, na Avenida XV de Novembro, 378, subsolo, centro, Joaçaba, SC, ou pelo telefone 049 3527 8804, no horário das 13 às 19 horas

Joaçaba (SC), 08 de abril de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

---

**PORTARIA JHL 115/2016**

PORTARIA n.º JHL 115/2016, de 08/04/2016.

Institui Comissão para Concurso Público.

Aluir Flemming, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, SC, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

1)- Designar os Srs. Paulo César Lamin, André Francisco Fiorin, Giane Maria Marquezze Lecher e Patricia Callegari Warken, ambos servidores do SIMAE, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Especial do Concurso Público responsável por auxiliar a Empresa GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM em questões relacionados ao Concurso Público no que diz respeito as competências do SIMAE e o estabelecido no Edital SIMAE/JHL/001/2016.

Joaçaba, 08 de abril de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

**HOMOLOGAÇÃO PR 0005/2016 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 7/2016 Processo de Licitação: 7/2016 Data do Processo: 03/02/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 7/2016  
b ) Licitação Nr.: 5/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 07/04/2016  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL A SER UTILIZADO EM CONsertos DE ADUTORAS E REDES DE AGUA DO SIMAE.

					(em Reais R\$)	
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Total do Item
					Qtidade	Descto (%)
					Preço Unitário	
<b>SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA (6233)</b>						
1	LUVA DE LARGA TOLERANCIA DE 100 MM, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: SAINT GOBAIN	PÇ	10,00	0,0000	317,16	3.171,60
2	LUVA DE LARGA TOLERANCIA, DE 150 MM CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: SAINT GOBAIN	PÇ	10,00	0,0000	425,78	4.257,80
3	ADAPTADOR DE LARGA TOLERANCIA DE 150MM CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: SAINT GOBAIN	PÇ	2,00	0,0000	317,16	634,32
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>8.063,72</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>8.063,72</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (17)

Aluir Flemming - Diretor Presidente

# José Boiteux

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO 20/2016 MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO RUA 15 DE JUNHO**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO 20/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 25/04/2016, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13 REFERENTE AUIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA 15 DE JUNHO MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 08 de Abril de 2016.  
JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO 21/2016 MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO RUA 18 DE ABRIL**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO 21/2016  
TOMADA DE PREÇOS PARA  
OBRAS E SERVIÇOS Nº 01/2016

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Tomada de Preços, no dia 27/04/2016, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA 18 DE ABRIL MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 08 de Abril de 2016.  
JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2016

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 016/2016

Aviso de Edital de Pregão Presencial nº. 08/2016

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS estará realizando sessão de pregão presencial no dia 22/04/2016 as 14:00 horas, para aquisição de semente de aveia, conforme especificações constantes no edital. Cópia integral do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, na Rua 31 de Março 1050, centro, Lacerdópolis-SC. Demais informações, pelo telefone (0\*\*49)3552-0188.

Hilário Chiamolera

Prefeito de Lacerdópolis

# Lages

## PREFEITURA

### ARP 09-M/2016 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-M/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

PROCESSO Nº 06/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, para uso durante o ano de 2016. Conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 81.050,00 (oitenta e um mil e cinquenta reais), sendo:

METALSAF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – CNPJ 09.655.998/0001-37 – AV. GOVERNADOR MAGALHÃES PINTO, 3822 JARAGUÁ- MONTES CLAROS/MG CEP 39.404-166

Lages, 10 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 54/2014 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 054/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: STC SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 79.242.434/0001-58, com sede à Rua São Cristóvão, 220 – Coqueiros, CEP 88080-320 – Florianópolis/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário Araucária.

Conforme solicitação da Empresa com anuência da Secretaria da Fazenda Ofício nº 70/2016 e com parecer jurídico 327/2016 favorável fica reajustado o contrato em 9,2867%, índice referência, IGP-DI janeiro 2015 a janeiro 2016.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 06 de Abril de 2016.

Benjamin Schultz

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO ARP 02/2016 PML

1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2015

PROCESSO Nº 306/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA I PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Leite para Consumo nas Unidades Escolares Municipais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

Conforme solicitação da Secretaria da educação ofícioº 159/2016, com anuência da Secretaria da Fazenda Nº 72/2016 e com parecer jurídico. Nº 317/2016 favorável, fica concedido o reequilíbrio econômico ao item 01 leite integral pasteurizado homogeneizado tipo C, passando de R\$ 2,02 (dois reais e dois centavos) para R\$ 2,14 (dois reais e catorze centavos).

EMPRESADICOR DISTRIBUIDORA LTDA - ME

CNPJ/END.17.710.893/0001-61, com sede a Rua Augustinho de Oliveira Córdova, Bairro Araucária, CEP 88512-635 – Lages/SC

As demais Cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 04 de Abril de 2016.

Elizeu Mattos

### EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 231/2014 SMS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 231/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 01.703684/0001-50, estabelecida na Rua Antônio Edu Vieira, Nº646, Bairro Sagrado Coração de Jesus, em Lages/SC CEP: 88.508-300

O Município de Lages, neste ato representado pelo Prefeito O Exmo. Sr. Elizeu Mattos, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA EPP, neste ato representado pelo Sr. UBIRAJARA GAMBORGI VALLIM, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este 5º Termo De Aditivo Ao Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 77/2014, correlato à Tomada de Preços nº 07/2014, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 07/11/2014 e homologada em 27/11/2014, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Unidade de Saúde dos Bairros Centenário e Vila Nova, nesta cidade, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência e com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do edital correlato.

Conforme solicitação da Secretaria da Saúde, com anuência da Secretaria da Fazenda nº 73/2016, e com Parecer Jurídico nº 318/2016 favorável, fica reajustado o contrato em 10,61%, índice referencia IGP-DI novembro de 2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento

em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 05 de Abril de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Ubirajara Gamborgi Vallim

Construtora Evoluta LTDA EPP

Mykhel Beltrame Goulart

Procurador Geral do Município

Rose Cristina Possato Penso

Secretária Municipal da Saúde

#### **EXTRATO ARP 09-K/2016 SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-K/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

PROCESSO Nº 06/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, para uso durante o ano de 2016. Conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 5.770,00 (cinco mil setecentos e setenta reais), sendo:

LOT METAIS LTDA – ME – CNPJ 16.801.162/0001-69 RUA PALMIRO CARRERO, 150 DISTRITO INDUSTRIAL I ARARAS/SP CEP 13.602-155

Lages, 10 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO ARP 09-L/2016 SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-L/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

PROCESSO Nº 06/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, para uso durante o ano de 2016. Conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata

de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 180.956,80 (cento e oitenta mil novecentos e cinquenta e seis e oitenta centavos), sendo: MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI – CNPJ 04.151.335/0001-61 RUA CARLOS ESSENFELDER, 1665 CURITIBA/PR CEP 81.560-090

Lages, 10 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO ARP 09-N/2016 SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-N/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

PROCESSO Nº 06/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, para uso durante o ano de 2016. Conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 464,00 (quatrocentos e sessenta e quatro reais), sendo:

SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA – CNPJ 28.672.087/0075-07 – RODOVIA MG 431 KM 36, ITAUNA/MG CEP 35.680-000

Lages, 10 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO ARP 09-O/2016 SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-O/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

PROCESSO Nº 06/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, para uso durante o ano de 2016. Conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata



de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 10.490,15 (dez mil quatrocentos e noventa reais e quinze centavos), sendo:  
SANEAMENTO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONEXÕES EIRELI – EPP – RUA BOLIVIA, 121 PARQUE INDUSTRIAL PALMAS/PR CEP 85.555-000

Lages, 10 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO ARP 09-P/2016 SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-P/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

PROCESSO Nº 06/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, para uso durante o ano de 2016. Conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 32.939,00 (trinta e dois mil novecentos e trinta e nove reais), sendo:

STARTUBO COMERCIO EIRELI – EPP – CNPJ 17.191.995/0001-18  
RUA XV DE NOVEMBRO, 780 SITIO SÃO JOSÉ MOMBUCA/SP CEP 13.380-000

Lages, 10 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO ARP 09-Q/2016 SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-Q/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

PROCESSO Nº 06/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, para uso durante o ano de 2016. Conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 04/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 6.770,00 (seis mil setecentos e setenta reais), sendo:

SUELY VALQUIRIA JAGHER E SILVA DOMAREDZKY – EPP – CNPJ 04.916.848/0001-16 RUA CONSELHEIRO LAURINDO, 1996 REBOUÇAS CURITIBA/PR CEP 80.230-18

Lages, 10 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### **PP 17-2016 SEMASA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 17-2016 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviços de funilaria para fornecimento e instalação de calhas e rufos.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 29/04/2016 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 12.095,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 08 de abril de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

#### **PP 35-2016 PML E PP 03-2016 FMAS**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 35-2016 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Produção de CD duplo dos Festivais de Música Nativista Sapecada da Serra Catarinense e Sapecada da Canção Nativa durante a 28ª Festa Nacional do Pinhão.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 26/05/2016 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 16.560,00

Modalidade: PP 03-2016 FMAS

Objeto: Aquisição de Colchão e Cobertor

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 05/05/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 42.030,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 08 de abril de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**AVISO DO PP 04/2016**

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

OBJETO: A Presente Licitação tem por objeto a aquisição de combustível gasolina comum, conforme quantidades e características descritas no ANEXO IV do Edital - Proposta de Preços. A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo Proposta Comercial e os documentos de Habilitação deverá ocorrer até às 13h30min do dia 20/04/2016, no Depto. de Compras da Câmara municipal sito a Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 280, Centro, Lages/SC.

A ABERTURA DO CERTAME será dia 20/04/2016 às 13h:30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras da Câmara Municipal de Vereadores ou maiores informações pelo fone (49) 3251-5422.

Lages (SC), 08 de abril de 2016

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

---

**FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES**

---

**EDTIAL DE CREDENCIAMENTO PARA CESSÃO DE USO DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS NO RECANTO DO PIN**

Prefeitura do Município de Lages

Fundação Cultural de Lages

AVISO DE CREDENCIAMENTO

Modalidade: Credenciamento

Objeto: Cessão de uso de estruturas temporárias no Recanto do Pinhão

Data de inscrições: 11/04/2016 a 19/04/2016

A retirada do edital poderá ser feita na Fundação Cultural de Lages ou pelos sites:

<http://cultura.lages.sc.gov.br> e [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br).

Maiores informações no pelo telefone 49 3224 7425.

Lages, 11 de abril de 2016.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

# Laguna

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 063/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 063/2016  
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5377

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 08 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza  
Coordenador Geral da CECAF

#### ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº5877/15 – CNPJ 23.257.103/0001-37

INFRATOR: BENEVAL NASCIMENTO MEI Auto de Infração Nº3060.  
Infração Cometida: Estabelecimento expondo á venda produtos com prazo de validade expirados.

Obs: Produtos especificado no auto de imposição de penalidades Nº0001060, 0001063, 0001064, 0001066, 0001065.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 133 UFIRME.

Laguna, 08 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza  
Coordenador Geral da CECAF

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 064/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 064/2016  
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 0913

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 08 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza  
Coordenador Geral da CECAF

#### ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº2783/15 – CNPJ 18.338.997/0001-50

INFRATOR: IARA MARIA FERREIRA COSTA Auto de Infração Nº0752.

Infração Cometida: Expor produtos á venda com prazo de validade esgotado.

Obs: Produtos especificados nos autos de imposição de penalidades Nº 0459 e 0460.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 108 UFIRME.

Laguna, 08 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza  
Coordenador Geral da CECAF

**PORTARIA Nº 409/2016**

PORTARIA RH Nº 409/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

## RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor MARIA DAS DORES ALBINO, Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 03.03.2016 a 01.04.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Março de 2016.

SIMONE BELMIRO  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 410/2016**

PORTARIA RH Nº 410/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

## RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor ADALBANIR JERÔNIMO DA SILVA, Monitor, do dia 14.03.2016 a 12.04.2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Março de 2016.

SIMONE BELMIRO  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 411/2016**

PORTARIA RH Nº 411/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

## RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor JUCELI CORINA CARDOSO DA SILVA, Professor, do dia 22.02.2016 a 22.03.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Março de 2016.

SIMONE BELMIRO  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 412/2016**

PORTARIA RH Nº 412/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

## RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor REGINALDO DE SOUZA, Assistente de Administração, do dia 09.03.2016 a 07.04.2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Março de 2016.

SIMONE BELMIRO  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 431/2016**

PORTARIA RH Nº 431/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor FERNANDA MEDEIROS FERMINO Assistente Social, do período de 22/02/2013 a 25/03/2016, lotado na Secretaria de Habitação e Assistência Social, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 433/2016**

PORTARIA RH Nº 433/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

ADMITIR, GRAZIELA FERNANDES NATAL para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/04/2016, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 01/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 434/2016**

PORTARIA RH Nº 434/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

NOMEAR, ELIZANGELA BUCCI ÂNGELO VIEIRA para exercer o Cargo de Secretário Adjunto de Educação e Esportes, NE 2, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 435/2016**

PORTARIA RH Nº 435/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, LAÍS JUVÊNCIO DE OLIVEIRA para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 436/2016**

PORTARIA RH Nº 436/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, MARIA MARILENE DE JESUS OLIVEIRA para ocupar o cargo de Supervisor Escolar, DAE 2, na EEB Ver. Jurandir Pereira dos Santos – Cigana, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 437/2016**

PORTARIA RH Nº 437/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 04.04.16 a 03.05.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Bismarck Medeiros Marinho	2014/2015
Danielle Fernandes de Rezende	2014/2015
Dayana Regina Furtado Borges Lopes	2015/2016
Janaina de Sousa Rocha	2014/2015
Maria Aparecida Souza	2014/2015
Michel José Bento	2015/2016
Renata da Silveira	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.  
RAQUEL XAVIER  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 438/2016**

PORTARIA RH Nº 438/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

Fazer cessar a Portaria nº 171/2013, que designou LEANDRO DE ARAÚJO Guarda Municipal, GM I para exercer a Função de Inspetor, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 439/2016**

PORTARIA RH Nº 439/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, JOCEMAR OTÁVIO LAUREANO para exercer o cargo em comissão de Supervisor de Operações, DAS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 440/2016**

PORTARIA RH Nº 440/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, FRANCISCO EGIDIO CIDADE JÚNIOR Guarda Municipal, do dia 04.04.2016 a 03.05.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.  
HENIO MARCELINO CARDOSO  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 441/2016**

PORTARIA RH Nº 441/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Educação Infantil, HAB 300, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/04/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Giovana Martins Duarte;
- Márcia dos Santos Duarte.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 442/2016**

PORTARIA RH Nº 442/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, LEANDRO DE ARAÚJO, para exercer o cargo em comissão de Comandante da Guarda Municipal, DAS 1, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 443/2016**

PORTARIA RH Nº 443/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, DENEI DENI DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 448/2016**

PORTARIA RH Nº 448/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e de acordo com o processo protocolado sob o nº 120/2016;

**RESOLVE:**

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. MARIA-NA MARTINS DE OLIVEIRA Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/04/2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Abril de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 449/2016**

PORTARIA RH Nº 449/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

Tornar sem efeito a Portaria nº 414/2016, de 30/03/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Abril de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 451/2016**

PORTARIA RH Nº 451/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, JOSÉ DELFINO para exercer o cargo em comissão de Coordenador Municipal de Defesa Civil, CG 3, com lotação na Secretaria de Transporte, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal



**RESOLUÇÃO CMAS Nº 02/2016**

Dispõe sobre a aprovação da celebração do convênio para execução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, realizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 31 de março de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

**CONSIDERANDO:**

A Solicitação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE- para celebração de Convênio para execução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiências e suas Famílias, visando a execução do Programa de Habilitação e Reabilitação às Pessoas com Deficiências, totalizando um valor anual de R\$ 43.048,00 (Quarenta e três mil e quarenta e oito reais), em doze parcelas mensais de R\$ 3.587,40 (Três mil quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos).

**RESOLVE:**

Art. 1º APROVAR o parecer da Comissão de Financiamento, Normas e Legislação sendo este FAVORÁVEL a celebração do convênio com a APAE de Laguna, com as seguintes condicionantes:

I - Que não exista problemas nas prestações de contas da instituição e que tenha o parecer do Controle Interno da prefeitura;

II -Em relação a Lei Federal 13019/2014 deve o procurador de contratos e convênios informar se existe óbice, só pode ser realizado caso não tenha;

III - Se for um programa continuado que não é vedado pela lei eleitoral.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 06 de abril de 2016.

Enivaldo Torres Ramos  
Presidente em exercício

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2016**

Dispõe sobre a suspensão da celebração do convênio para execução do Serviço de Acolhimento Institucional no ano de 2015, recursos oriundos do FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 31 de março de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

**CONSIDERANDO:**

Considerando o processo de nº5262/15 que trata sobre a celebração de convênio para repasse de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de 31.185,00 (Trinta e um mil e cento e oitenta e cinco reais), à Associação Beneditina da providência – Asilo Santa Isabel- para aquisição de material de consumo para execução do Serviço de Acolhimento Institucional no ano de 2015, recursos oriundos do FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Suspender pelo prazo de até 60 (sessenta) dias a celebração do convênio objeto do processo administrativo nº 5362/15, até a apresentação de um novo pedido. É necessário um pedido complementar neste processo administrativo para análise da sua viabilidade em razão da legislação atual.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 06 de abril de 2016.

Enivaldo Torres Ramos  
Presidente em exercício

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 04/2016**

Dispõe sobre a celebração do convênio para execução do Serviço de Acolhimento Institucional no ano de 2015, recursos oriundos do FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 05 de abril de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

**CONSIDERANDO:**

Considerando o processo de nº5262/15 que trata sobre a celebração de convênio para repasse de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de 31.185,00 (Trinta e um mil e cento e oitenta e cinco reais), à Associação Beneditina da providência – Asilo Santa Isabel- para aquisição de material de consumo para execução do Serviço de Acolhimento Institucional no ano de 2015, recursos oriundos do FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Os membros do CMAS após análise do referido processo, APROVAM, por unanimidade dos presentes a celebração do convênio solicitado, condicionado ao parecer favorável do procurador de contratos e convênios no que tange a legislação eleitoral.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 06 de abril de 2016.

Enivaldo Torres Ramos  
Presidente em exercício

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2016**

Dispõe sobre a suspensão da celebração do convênio para execução do Serviço de Acolhimento Institucional no ano de 2015, recursos oriundos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 31 de março de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

**CONSIDERANDO:**

Considerando o processo de nº5733/15 que trata sobre a celebração de convênio para repasse de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de 40.800,00 (Quarenta mil e oitocentos reais), à Associação Beneditina da providência – Asilo Santa Isabel- para execução do serviço de Acolhimento Institucional no ano de 2015, recursos oriundos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Suspender pelo prazo de até 60 (sessenta) dias a celebração do convênio objeto do processo administrativo nº 5362/15, até a apresentação de um novo pedido. É necessário um pedido complementar neste processo administrativo para análise da sua viabilidade em razão da legislação atual.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 06 de abril de 2016.

Enivaldo Torres Ramos

Presidente em exercício

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 06/2016**

Dispõe sobre a celebração do convênio para execução do Serviço de Acolhimento Institucional no ano de 2015, recursos oriundos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 05 de abril de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

**CONSIDERANDO:**

Considerando o processo de nº5733/15 que trata sobre a celebração de convênio para repasse de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de 40.800,00 (Quarenta mil e oitocentos reais), à Associação Beneditina da providência – Asilo Santa Isabel- para execução do serviço de Acolhimento Institucional no ano de 2015, recursos oriundos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Os membros do CMAS após análise do referido processo, **APROVAM**, por unanimidade dos presentes a celebração do convênio solicitado, condicionado ao parecer favorável do procurador de contratos e convênios no que tange a legislação eleitoral.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 06 de abril de 2016.

Enivaldo Torres Ramos

Presidente em exercício

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

**PORTARIA N. 084/2016 DE 11/04/2016 "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE JULIANA SIMIONI DE OLIVEIRA PARA O CARGO EM CARÁTER EFETIVO DE ASSISTENTE DE OBRAS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NÍVEL 21, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".**

PORTARIA n. 084/2016

De 11/04/2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE JULIANA SIMIONI DE OLIVEIRA PARA O CARGO EM CARÁTER EFETIVO DE ASSISTENTE DE OBRAS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NÍVEL 21, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 09 inciso. I e Art. 10 da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001, c/c art. 6º da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e CONSIDERANDO a prévia habilitação em concurso público, obedecido à ordem de classificação, o prazo de validade e o número de vagas previsto em lei

**D E C I D E:**

Art. 1º - Nomear JULIANA SIMIONI DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Caráter Efetivo de ASSISTENTE DE OBRAS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, nível 21 junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos Permanentes, constante no Anexo I da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 alterada pela lei Complementar 22/2010 de 15/09/2010, e demais alterações. Código 03.05 e nível 21, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais.

§ 2º - O vencimento do respectivo Servidor é o valor correspondente ao nível acima descrito, constante no Anexo III - Tabela de Vencimento, da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 11 de abril de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin

Servidora Designada

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO HMMSA 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO HMMSA 08/2016

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado no Concurso Público HMMSA nº 001/2015 abaixo relacionado(s) para apresentar-se perante o Departamento Pessoal do Hospital, localizado na Rua Valdir Ortigari, 74, centro, em até 10 dias a partir desta data conforme paragrafo XI, item 11.3 do Edital de Concurso Publico.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
-----		
EDNA FERREIRA DE PAULA DE SOUZA	SERVENTE	5º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis, 08 DE ABRIL DE 2016.  
MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 13/2016

Edital de Convocação n. 13/2016

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público 001/2012, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h00min e 17h00min, até o dia 18/04/2016, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Almir Lidani	Técnico Agrícola	1º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 08 de abril de 2016.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 590/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0590/2016 de 31 de Março de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora, IRACINI MEIRELES DA SILVA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, relativo ao período aquisitivo de 12/01/2015 a 11/01/2016 e período de gozo de 23/03/2016 a 09/04/2016 com data retroativa de 23/03/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Março de 2016.  
MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**PORTARIA Nº 591/2016 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0591/2016 de 01 de Abril de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR E EMPOSSAR , através de concurso público, a Servidora, SANDRA PAES DE LIMA, para ocupar o cargo de SERVENTE, constante do quadro de pessoal efetivo do Hospital, a partir de 01/04/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Abril de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº 592/2016 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0592/2016 de 01 de Abril de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR E EMPOSSAR , através de concurso público, a Servidora, JANICE APARECIDA GUEDES, para ocupar o cargo de SERVENTE, constante do quadro de pessoal efetivo do Hospital, a partir de 01/04/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Abril de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº 593/2016 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0593/2016 de 01 de Abril de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta

Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR E EMPOSSAR , através de concurso público, a Servidora, ELIANE APARECIDA GRANEMANN, para ocupar o cargo de SERVENTE, constante do quadro de pessoal efetivo do Hospital, a partir de 01/04/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Abril de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº 594/2016 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0594/2016 de 01 de Abril de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR, através de concurso público, a Servidora, ANGÉLICA FERREIRA, para ocupar o cargo de SERVENTE, constante do quadro de pessoal efetivo do Hospital, a partir de 01/04/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Abril de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº 595/2016 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0595/2016 de 01 de Abril de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 91 , § I da Lei Complementar 076/2012 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, para a servidora, ANGÉLICA FERREIRA, ocupante do cargo de SERVENTE, á partir da data de 01/04/2016.(INSS).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Abril de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

#### **PORTARIA Nº 596/2016 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0596/2016 de 01 de Abril de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979 e Lei 065/2010 de 03/11/2010. Art. 2º inciso III.

#### **RESOLVE:**

ART. 1º - CONTRATAR, a Sra. ELIANE DIAS DOS REIS, para ocupar o cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do Hospital, a partir de 01/04/2016 com jornada de 40 horas semanais.(Em substituição a titular Rose Maria Paes Gomes).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Abril de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

#### **PORTARIA Nº 597/2016 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0597/2016 de 01 de Abril de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979 e Lei 065/2010 de 03/11/2010. Art. 2º inciso III.

#### **RESOLVE:**

ART. 1º - CONTRATAR, a Sra. IRONI R. CAVALHEIRO DOS SANTOS para ocupar o cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do Hospital, a partir de 01/04/2016 com jornada de 40 horas semanais. (Em substituição a titular Angélica Ferreira).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Abril de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente



# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### TERMO DE ADESÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO N.º 001/2016

TERMO DE ADESÃO Nº 001/2016

Termo de Adesão, com fundamento na Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl nº 20, centro, Leoberto Leal/SC, CNPJ/MF nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela digníssima Srª Prefeita Municipal Tatiane Dutra Alves da Cunha, portadora do CPF nº 951.539.009-59 e outro lado Sr. Marcio Costa, residente e domiciliado a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 54, Leoberto Leal/SC, portador do CPF nº 015.808.519-16, RG nº 3.163.214, doravante denominado VOLUNTÁRIO, mediante as seguintes cláusulas:

#### DO OBJETO

Cláusula Primeira: O serviço prestado à Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com a Lei Federal nº 9.608/98 e com a Lei Municipal nº 945, de 10 de janeiro de 2013, com finalidades Administrativas, Gerenciais e Gestão Operacional.

Cláusula Segunda: O serviço voluntário será prestado junto a Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal, visando o crescimento, desenvolvimento e a melhoria do Município.

#### DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DO TERMO DE RESPONSABILIDADE

Parágrafo Único: O serviço voluntário não tem sua atividade remunerada e não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdência ou afim.

Cláusula Terceira: O presente Termo de Adesão vigorará pelo prazo de 01 ano, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado a juízo das partes.

#### DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula Quarta: Deverá o prestador VOLUNTÁRIO zelar pela conservação do patrimônio da instituição, pela economia de material, sendo-lhe vedado o uso pessoal ou recursos materiais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal em serviço ou atividades particulares.

Cláusula Quinta: O VOLUNTÁRIO responderá civil e penalmente pelos danos causados ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, que esteja sob sua guarda e responsabilidade, devendo restituir os bens que lhe forem entregues nas mesmas condições que os recebeu.

Cláusula Sexta: O VOLUNTÁRIO estará sujeito ao cumprimento de ordens superiores devendo obediência hierárquica.

#### DO DESLIGAMENTO

Cláusula Sétima: Este Termo de Adesão poderá ser cancelado a qualquer tempo, por iniciativa de ambas as partes, bastando para isso que uma das partes notifique a outra com antecedência mínima de 30 dias.

#### FORO

Cláusula Oitava: As partes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Adesão.

E, por assim se acharem justas, as partes assinam este Termo de Adesão, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Leoberto Leal, 04 de janeiro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

MARCIO COSTA  
Voluntário

#### TESTEMUNHAS

KARLA ADRIANA ENGEL  
CPF 948.384.109-72

FRANÇA MARCIO LOPES  
CPF 715.711.679-00

### TERMO DE ADESÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO N.º 002/2016

TERMO DE ADESÃO Nº 002/2016

Termo de Adesão, com fundamento na Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl nº 20, centro, Leoberto Leal/SC, CNPJ/MF nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela digníssima Srª Prefeita Municipal Tatiane Dutra Alves da Cunha, portadora do CPF nº 951.539.009-59 e outro lado Sr. Edson Flores da Cunha, residente e domiciliado a Rua Mainolvo Lehmkuhl, s/n, Leoberto Leal/SC, portador do CPF nº 707.436.499-15, RG nº 2.046.495, doravante denominado VOLUNTÁRIO, mediante as seguintes cláusulas:

#### DO OBJETO

Cláusula Primeira: O serviço prestado à Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com a Lei Federal nº 9.608/98 e com a Lei Municipal nº 945, de 10 de janeiro de 2013, com finalidades Administrativas, Gerenciais e Gestão Operacional.

Cláusula Segunda: O serviço voluntário será prestado junto ao Gabinete da Prefeitura Municipal, visando sempre o crescimento, desenvolvimento e a melhoria do Município.

#### DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DO TERMO DE RESPONSABILIDADE

Parágrafo Único: O serviço voluntário não tem sua atividade remunerada e não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdência ou afim.

Cláusula Terceira: O presente Termo de Adesão vigorará pelo prazo de 01 ano, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado a juízo das partes.

#### DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula Quarta: Deverá o prestador VOLUNTÁRIO zelar pela conservação do patrimônio da instituição, pela economia de material, sendo-lhe vedado o uso pessoal ou recursos materiais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal em serviço ou atividades particulares.

Cláusula Quinta: O VOLUNTÁRIO responderá civil e penalmente pelos danos causados ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, que esteja sob sua guarda e responsabilidade, devendo restituir os bens que lhe forem entregues nas mesmas condições que os recebeu.

Cláusula Sexta: O VOLUNTÁRIO estará sujeito ao cumprimento de ordens superiores devendo obediência hierárquica.

#### DO DESLIGAMENTO

Cláusula Sétima: Este Termo de Adesão poderá ser cancelado a qualquer tempo, por iniciativa de ambas as partes, bastando para isso que uma das partes notifique a outra com antecedência mínima de 30 dias.

#### FORO

Cláusula Oitava: As partes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Adesão.

E, por assim se acharem justas, as partes assinam este Termo de Adesão, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Leoberto Leal, 25 de fevereiro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

EDSON FLORES DA CUNHA

Voluntário

#### TESTEMUNHAS

KARLA ADRIANA ENGEL

CPF 948.384.109-72

FRANÇA MARCIO LOPES

CPF 715.711.679-00

# Luzerna

## PREFEITURA

### PORTARIA 085

PORTARIA Nº 085/16 de 08 de abril de 2016.

“DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, Edital 004/2016”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR a COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, Edital 004/2016, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, para que, sob a Presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias à realização do Processo Seletivo, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do respectivo Edital.

1. WALMOR SILVESTRE D. NETO STRÖHER - Presidente
2. GABRIELA MAZZARINO - membro
3. SIMONE VOLPATO FABRO - membro

Art.2º- As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de abril de 2016.

Luzerna(SC), 08 de abril de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### PROCESSO SELETIVO 004/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016 de 08 de abril de 2016.

“ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)”

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e suas alterações posteriores e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna, para substituição de servidora;

Considerando que não há Processo Seletivo vigente para o emprego público de Auxiliar de Odontologia;

Considerando a necessidade de contratação de Auxiliar de Odontologia;

Considerando a inexistência de tempo para realização de novo Processo Seletivo de provas e títulos, dada a urgência da contratação e teria que se licitar empresa para realizar Processo Licitatório comum e se adentraria no período eleitoral que veda as contratações;

estabelece normas para a realização de Processo Seletivo por Análise de Currículo, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

#### I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL de Luzerna(SC).

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário de vaga na forma de substituição de servidora, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

#### II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 11 a 15 de abril de 2016, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.2.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

- 2.2.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o emprego/função, conforme o Anexo I;
- 2.2.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- 2.2.4. Ser portador de CPF válido;
- 2.2.5. Gozar de boa saúde;
- 2.2.6. Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;
- 2.2.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- 2.2.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,
- 2.2.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.
- 2.3. Ao requerimento de inscrição deverá ser anexado cópia de documento de identidade e CPF e todos os documentos necessários para comprovação da titulação (comprovante de cursos, tempo de serviço, etc).
- 2.4. Não será cobrada taxa de inscrição dos candidatos.
- 2.5. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.
- 2.6. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.
- 2.7. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.
- 2.8. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 2.9. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.
- 2.10. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.
- 2.11. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Processo Seletivo.
- 2.12. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

### III - DA SELEÇÃO

- 3.1. A seleção será feita objetivamente pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social de Luzerna, obedecendo à seguinte pontuação:
- 3.1.1 - Curso Ensino médio completo e Curso de Auxiliar de Odontologia ou Gabinete Odontológico e registro no CRO - 6,00 pontos
- 3.1.2 - Cursos de aperfeiçoamento/capacitação na área de saúde bucal - 0,5 décimos para cada 10 horas de curso frequentado, limitado a 160 horas;
- 3.1.3 - Tempo de serviço na função de Auxiliar de Odontologia - 0,5 décimos para cada ano contínuo de experiência, não sendo computados períodos menores de 01 ano, nem somados períodos inferiores a 01 ano em empregadores diversos;
- 3.2 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição.

### IV - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

- 4.1. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

### V - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 5.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de pontuação obtida pela análise do currículo;
- 5.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:
- a) maior tempo de serviço;
- b) maior idade.

### VI - DOS RECURSOS

- 6.1. Será admitido recurso da classificação que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo III deste Edital.
- 6.2. O recurso aqui mencionado deverá ser preenchido em formulário modelo disponibilizado juntamente com este Edital e enviado para o e-mail [juridico@luzerna.sc.gov.br](mailto:juridico@luzerna.sc.gov.br), dentro do prazo e horários estabelecidos por este Edital.
- 6.3. Os recursos e revisão de nota serão apreciados pela Comissão Especial designada.
- 6.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.
- 6.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação através de publicações no site da Prefeitura de Luzerna.
- 6.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da pontuação, sendo que a pontuação poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.
- 6.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de pontuação de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua pontuação.
- 6.8. A Comissão Especial do Processo Seletivo, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

### VII - DA HOMOLOGAÇÃO

- 7.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Luzerna e no endereço eletrônico [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br).

### VIII - DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os documentos conforme Decreto 2060 de 01 de julho de 2015.

8.2. Os documentos para contratação serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.

8.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

#### IX - DO FORO JUDICIAL

9.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

10.2. Este Processo Seletivo terá validade de um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano, sendo que, para efeito de início da contagem do prazo de validade do Processo Seletivo, será considerada a data da publicação da homologação de seu resultado final.

10.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

10.4. O candidato classificado e convocado que não quiser ou não puder assumir a vaga, terá seu nome incluído ao final da classificação, para as próximas convocações que, porventura, ocorrerem durante o prazo de validade do Processo Seletivo, conforme surgimento de vagas temporárias, de acordo com as eventuais necessidades do Município de Luzerna.

10.5. O candidato classificado, que desistir de vaga temporária para a qual tenha sido convocado, deverá manifestar expressamente sua desistência de participação no Processo Seletivo, não podendo, posteriormente reivindicar qualquer outra vaga temporária no processo.

10.7. O candidato a ser contratado será convocado, devendo manifestar seu interesse em assumir ou desistir da vaga no prazo de 48 horas contados do recebimento da ciência da convocação, recebendo a relação de documentos que deverão ser apresentados. Passado este prazo, sem manifestação o candidato será automaticamente desclassificado do certame.

10.8. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

10.9. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Luzerna.

10.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Do Emprego, Vencimentos e Habilitação Mínima;

ANEXO II - Das Atribuições do Emprego;

ANEXO III - Do Cronograma Previsto;

ANEXO IV - Da Ficha de Inscrição;

ANEXO V - Do Formulário de Recurso.

Luzerna(SC), 08 de abril de 2016

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

#### ANEXO I

##### DO EMPREGO, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁ- RIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Auxiliar de Odontologia	40 h/s	R\$ 1.191,88	Ensino médio completo e Curso de Auxiliar de Odontologia ou Gabinete Odontológico e registro no CRO

Além do vencimento, o servidor receberá o auxílio alimentação, na forma de cartão magnético, no valor de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) por dia útil trabalhado, excluídos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos trabalhados.

Poderá ainda aderir ao Plano de Saúde co-financiado pelo Município.

#### ANEXO II

##### DAS ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO

EMPREGO TEMPORÁRIO: Auxiliar de Odontologia

ATRIBUIÇÕES: orientar os pacientes sobre higiene bucal; agendar o paciente e orientá-lo ao retomo e a preservação ao tratamento; preencher e anotar as fichas clínicas; manter em ordem o arquivo e o fichário; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar no atendimento ao paciente; preparar, organizar e proceder a desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados (sugador, espelho, sonda etc.) necessários para o trabalho; instrumentalizar o odontólogo junto à cadeira operatória; promover isolamento do campo operatório; manipular materiais de uso odontológico; aplicar métodos preventivos para controle da cárie dental; proceder a conservação e a manutenção do equipamento odontológico; sob supervisão do odontólogo realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidencição de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientação de escovação, uso de fio dental; acompanhar e desenvolver o trabalho com a equipe de Saúde da Família no tocante a saúde bucal, participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social; proceder a limpeza, conservação e manutenção do ambiente de trabalho; executar outras tarefas afins.

**ANEXO III**  
**DO CRONOGRAMA**

ATO	DATA PREVISTA
Publicação e divulgação do Edital	11/04/2016
Período de Inscrições	11 a 15/04/2016
Análise dos currículos	18/04/2016
Divulgação Provisória do Resultado	19/04/2016
Recurso quanto ao Resultado Provisório (até às 17h00)	19 e 20/04/2016
Homologação final do Processo Seletivo	26/04/2015

**ANEXO IV**  
**FICHA DE INSCRIÇÃO**  
 Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

<b>DADOS DO CANDIDATO</b>			
Nome:			
Rua:			Nr.
Bairro:			
Município:			U.F.
Telefone:			
e-mail:			
Nome do pai:			
Nome da mãe:			
Estado civil:			
Dependentes:		Sim (nr. _____ )	Não
Nr. Identidade:			CPF:
Data de nascimento:			Local:
Emprego Público: AUXILIAR DE ODONTOLOGIA			

Marque com um X os documentos anexados a esta ficha	
comprovante de Curso Ensino médio completo	
comprovante Curso de Auxiliar de Odontologia ou Gabinete Odontológico	
comprovante de registro no CRO	
comprovante de Cursos de aperfeiçoamento/capacitação na área de saúde bucal	
comprovante de Tempo de serviço na área de Auxiliar de Odontologia	

Luzerna(SC),

Assinatura do Candidato

Responsável pela inscrição

**ANEXO V****FORMULÁRIO DE RECURSO**

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

Nome:		
	FUNDAMENTAÇÃO (Motivo do Recurso)	

ENCAMINHAR ESTE FORMULÁRIO PARA [juridico@luzerna.sc.gov.br](mailto:juridico@luzerna.sc.gov.br) DENTRO DO PRAZO DE RECURSO PREVISTO NO EDITAL (Horário limite de recebimento até às 17h00)

Assinatura do Candidato  
 (obrigatório conter a assinatura do candidato)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.



# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 09.624.226/0001-38

INSTITUTO MAFRENSE DE OTORRINOLARINGOLOGIA, ORTOPE-DIA E TRAUMATOLOGIA - IMOOT

Nota Fiscal nº. 244 R\$ 10.109,45

Valor Total: R\$ 10.109,45

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela realização de exames de ultrassonografia, oftalmologia, gastroenterologia, cardiologia, neurologia, otorrinolaringologia e pneumologia, através da Secretaria Municipal de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 11 de abril de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2016.

FORNECEDOR PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

CNPJ: 81.706.251/0001-98

OBJETO: Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso II.

VALOR: R\$ 1.000,00

Mafra, (SC) 06 de abril de 2.016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para locação de Britador Móvel com capacidade mínima de 160t/h, boca de recepção do britador no mínimo de 900 x 500 mm, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 25/04/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 08 de abril de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 25/2016

PORTARIA Nº 25/2016, de 8 de abril de 2016.

DESIGNA SERVIDOR.

VER. EDENILSON SCHELBAUER, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e artigo 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07, RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Efetiva, PRISCILA COLAÇO TEODOROVITZ JANTSCH, Matrícula 587.8-00, para exercer a função de ASSESSORA JURÍDICA da Câmara Municipal de Mafra, com opção pelos vencimentos do cargo efetivo, a partir de 11 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 08 de abril de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 25/2016

DECRETO Nº 25 DE 06 DE ABRIL DE 2016.

ESTABELECE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando das atribuições legais e de acordo com o artigo 73, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Maracajá e,

Considerando, a necessidade de se estabelecer novo horário de funcionamento da administração municipal;

Considerando, que o Chefe do Poder Executivo Municipal dispõe sobre a organização e o funcionamento das repartições da administração municipal;

Considerando, o interesse da administração pública,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de funcionamento das repartições públicas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal nos dias úteis, em dois expedientes, a partir do dia 11 de Abril de 2016, como segue:

I – a Secretaria de Administração, o Departamento Financeiro, e o Departamento de Assistência e Bem Estar Social, das 8:30 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas;

II – o Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio; o Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos; e o Departamento de Transportes, das 7:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas;

III – o Departamento de Esportes, o Departamento de Educação e as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas;

IV - a Creche Municipal de Vila Beatriz, vinculada ao Departamento de Educação e Cultura, das 6:30 horas às 18:30 horas com escala de horários estabelecida pelo superior imediato;

V - a Unidade de Saúde Central (CEMASAS), vinculada ao Departamento de Saúde, das 7:00 horas às 22:00 horas, com escala de horários estabelecida pelo superior imediato;

VI - a Unidade de Saúde de Vila Beatriz, vinculada ao Departamento de Saúde, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas;

VII - a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, o Parque Ecológico Maracajá, o Departamento de Meio Ambiente e o Departamento de Turismo, das 8:00 horas às 17:00 horas, com escala de horários estabelecida pelo superior imediato;

VIII – o Centro de Triagem, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, das 7:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas;

Art. 2º Todo servidor municipal, pode ser convocado pelo seu chefe imediato e pela Administração Municipal, para exercer atividades fora dos horários estabelecidos por este decreto, de acordo com as necessidades de cada departamento, para atendimento de serviço extraordinário, de situações emergenciais e urgentes que justifiquem este procedimento desde que autorizados previamente pelo Prefeito Municipal, Secretário ou Diretores das respectivas pastas.

Parágrafo único - Quando autorizadas, a realização de horas extra, somente será pago as horas excedentes à jornada de trabalho estabelecido para os cargos, podendo, também a Administração Municipal optar pelo sistema de compensação de horário.

Art. 3º Aos servidores enquadrados neste ato, aplicar-se-ão as normas previstas na Lei Complementar nº 46 de 26 de Agosto de 2015 - Estatuto dos Servidores do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de Abril de 2016.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 06 de Abril de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 06 de Abril de 2016.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 398/2016

DECRETO Nº 398, DE 7 DE ABRIL DE 2016

Descentraliza regime de adiantamento, nomeia servidores responsáveis e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 2.518, de 23 de janeiro de 2001,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica descentralizado o regime de adiantamento de que trata o Decreto nº 049, de 30 de janeiro de 2001 e Lei Municipal nº 2.518, de 23 de janeiro de 2001, nos termos do presente Decreto.

Art. 2º As despesas dos servidores da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto; Secretaria de Saúde; Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Assistência Social serão cobertas por adiantamento, tendo como responsáveis os servidores municipais: Roseméri Bruch Rodrigues da Silva, Miriane Sartori, Gilson Farinon e Flávia Roberta Figueiredo, respectivamente.

Art. 3º Para efeitos de movimentação financeira, via bancária, ficam autorizadas as servidoras municipais a procederem na emissão de cheques, de conta específica, com somente suas assinaturas, nominando a mesma como Prefeitura Municipal de Maravilha/Adiantamento.

Art. 4º Aplicam-se, no que couber, os dispositivos do art. 6º, do Decreto nº 049/2001, bem como da Lei Municipal nº 2.518/2001.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 068, de 26 de julho de 2013 e nº 024, de 20 de fevereiro de 2014.

Maravilha – SC, 7 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

### Decreto nº 399/2016

DECRETO Nº 399, DE 7 DE ABRIL DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública MIRIANE SARTORI, matrícula nº 204801, ocupante do cargo de Diretor, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 7 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

### Decreto nº 400/2016

DECRETO Nº 400, DE 7 DE ABRIL DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública ELIAMARA CANSI, matrícula nº 489102, ocupante do cargo de Professor ACT, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 7 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

### Decreto nº 401/2016

DECRETO Nº 401, DE 8 DE ABRIL DE 2016

Nomeia Secretário Municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MIRIANE SARTORI, para assumir o cargo de Secretário de Saúde, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 8 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

**Decreto nº 402/2016**

DECRETO Nº 402, DE 8 DE ABRIL DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública BELAIR FATIMA GOBBI, matrícula nº 177401, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 40 horas semanais, a partir de 1º de abril de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2016.

Maravilha – SC, 8 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

**Decreto nº 403/2016**

DECRETO Nº 403, DE 8 DE ABRIL DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitido a pedido o servidor público GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, matrícula nº 520601, ocupante do cargo de Médico Saúde da Família, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 8 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

**Lai nº 3.954/2016**

LEI Nº 3.954, DE 8 DE ABRIL DE 2016

Institui a Campanha Educativa de Conscientização sobre a Síndrome Alcoólica Fetal - SAF no âmbito do Município de Maravilha e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída a Campanha Educativa de Conscientização sobre a Síndrome Alcoólica Fetal - SAF no âmbito do Município de Maravilha e dá outras providências.

§ 1º A campanha terá como objetivo fundamental conscientizar a população, especialmente as gestantes, que bebidas alcoólicas ingeridas durante a gestação podem causar sérios problemas à saúde do feto.

§ 2º A Campanha terá caráter permanente, tornando-a dinâmica e de fácil entendimento ao público.

§ 3º Na semana em que se comemora o Dia Nacional de Combate ao Alcoolismo, dia 18 de fevereiro, a Secretaria de Saúde desenvolverá atividades referentes aos riscos provenientes do consumo de álcool, com a distribuição de material informativo, como folders, palestras para jovens e gestantes.

§ 4º Ficará sob responsabilidade da Secretaria de Saúde o desenvolvimento de ações alertando sobre os riscos da ingestão de álcool durante a gestação.

§ 5º Fica sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde aprovação de eventos sobre esta temática com a finalidade de capacitação ou formação de toda a equipe da saúde, especialmente das equipes da estratégia da saúde da Família.

Art. 2º O Executivo Municipal poderá afixar, em estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas, cartazes aludindo ao risco de Síndrome Alcoólica Fetal - SAF.

Art. 3º As despesas provenientes com a execução desta Lei correrão por conta do orçamento Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 8 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Lei nº 3.953/2016**

LEI Nº 3.953, DE 8 DE ABRIL DE 2016

Autoriza a Câmara de Vereadores de Maravilha a contribuir financeiramente com ACAVE-RIOS e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica por esta Lei Municipal autorizada a Câmara de Vereadores de Maravilha, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente, a contribuir financeiramente com a ACAVE-RIOS (Associação das Câmaras de Vereadores dos Municípios do Entre-Rios), com sede em Maravilha.

Art. 2º A contribuição mencionada no artigo primeiro é de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) e compreende as mensalidades de março a dezembro de 2016, correspondente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), por mês.

Art. 3º A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos, apresentando relatório ANUAL, onde comprove a real aplicação dos recursos recebidos, bem como, declaração do Presidente e Tesoureiro informando que os mesmos foram aplicados nos fins aos quais se destinaram.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correrão por conta do Orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 8 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 3286 DE 01 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº. 3286 DE 01 DE ABRIL DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional especial no Orçamento 2016 no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), no programa abaixo discriminado:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE  
0601.017.512.0195.1107 – Melhoria da Drenagem Pluvial  
0601 – 33900000 – Aplicações Diretas  
0601 – 10000 – Transferência de Convênios do Estado  
..... R\$ 150.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação do valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo assinado.

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE  
0601.017.512.0195.1107 – Melhoria da Drenagem Pluvial  
0601 – 44900000 – Aplicações Diretas  
0601 – 10000 – Transferência de Convênios do Estado  
..... R\$ 150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE ABRIL DE 2016.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

### DECRETO Nº. 3287 DE 01 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº. 3287 DE 01 DE ABRIL DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional especial no Orçamento 2016 no valor de R\$ 15.000,00 (Vinte mil reais), no programa abaixo discriminado:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População  
0602 – 33900000 – Aplicações Diretas  
0602 – 13806 – Média Alta Complexidade - MAC ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação do valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo assinado.

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População  
0602 – 33900000 – Aplicações Diretas  
0602 – 10200 – Média Alta Complexidade - MAC ..... R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE ABRIL DE 2016.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

### DECRETO Nº. 3288 DE 01 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº. 3288 DE 01 DE ABRIL DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional especial no Orçamento 2016 no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), no programa abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO  
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
0501.012.366.0100.2056 – Manutenção da Educação de Jovens e adultos - EJA  
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas  
0501 – 30000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 8.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE ABRIL DE 2016.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete



**PMM CO 32.2016 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO DE ADESAO Nº 32/2016

PODER CONCEDENTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
PARTE INTERVENIENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS

OBJETO: PERMISSÃO DO DIREITO REAL DE USO À PESSOA JURÍDICA, GRATUITO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL 1.286/2011, VISANDO A EXCLUSIVIDADE NO FORNECIMENTO DE ESPETINHO, PASTEL, PÃO, CUCA E CAFÉ ATRAVÉS DO BOX 15 DE 20 M² (VINTE METROS QUADRADOS), DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES E EVENTOS DE MASSARANDUBA (SC) DURANTE O PERÍODO QUE CORRESPONDE À 15ª EDIÇÃO DA FECARROZ – FESTA CATARINENSE DO ARROZ, DE 26 DE ABRIL A 01 DE MAIO DE 2016

VALOR: USO GRATUITO DA APAE DE MASSARANDUBA (SC) CONFORME DISPOSTO NO ART. 18, § 5º DA LEI MUNICIPAL 1.286/2011

VIGÊNCIA: 26 DE ABRIL DE 2016 A 01 DE MAIO DE 2016

MASSARANDUBA, 11 DE ABRIL DE 2016

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39.2016 PP 25.2016 (PMM) - SERVIÇOS DE EXAMES VETERINÁRIOS**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES VETERINÁRIOS PARA OS ANIMAIS DA EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DURANTE A 15ª FECARROZ, DE 26 DE ABRIL A 01 DE MAIO DE 2016.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: das 13h00min às 14h00min do dia 22/04/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h30min do dia 22/04/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 11 de abril de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44.2016 PP 28.2016 (PMM) - TRANSPORTE DE ANIMAIS - 15ª FECARROZ**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRETE PARA O TRANSPORTE DE ANIMAIS QUE ESTARÃO EM EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA NA 15ª FECARROZ.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até 08h00min do dia 22/04/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 22/04/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 08 de abril de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito



# Meleiro

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 177/2016**

PORTARIA n.º 177/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO Á SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, RESOLVE:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, o servidor público municipal IVONETE MOREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 29 de Janeiro de 2010 a 27 de Janeiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Abril de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 178/2016**

PORTARIA n.º 178/2016

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JONAS FAGUNDES VIEIRA – matrícula 10223 ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, referente ao período aquisitivo de 23/03/2015 a 22/03/2016.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Abril de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 179-2016**

PORTARIA n.º 179/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA .

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei n.º 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a senhora EDENEIA DA COSTA MARTINS, do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Abril de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0123/2016

DECRETO Nº 0123/2016 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MARINES ARTIGAS DO AMARAL ZANINI PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 05.04.2016, a Sra. MARINES ARTIGAS DO AMARAL ZANINI, portadora do CPF nº 986.401.519-20, RG nº 3.011.686-4, para desempenho do cargo em comissão de ASSESSORA CULTURAL, com lotação no Departamento de Cultura, vinculado à Diretoria Geral da Educação do município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - A servidora nomeada através deste Decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC-06 do quadro de servidores Cargos em Comissão, do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de abril de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 04 de abril de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

#### TERMO DE POSSE 017/2016 REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0123/2016

Cargo em Comissão: Assessora de Departamento

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Sra. MARINES ARTIGAS DO AMARAL ZANINI, portadora do CPF nº 986.401.519-20, RG nº 3.011.686-4, a fim de tomar posse no cargo de ASSESSORA CULTURAL, com lotação no Departamento de Cultura, vinculado à Diretoria Geral da Educação do município de Modelo/SC, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0123/2016.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgado apto físico e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 05 de abril de 2016.  
MARINES ARTIGAS DO AMARAL ZANINI  
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

# Mondaí

## PREFEITURA

### **ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2016**

ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, ERRATA do Edital de Licitação nº 049/2016, modalidade de Pregão Presencial nº 034/2016:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 034/2016.

ONDE SE LÊ: "TIPO: Melhor preço (por lote)" LEIA-SE: "TIPO: Menor preço (por item)".

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 14h55min do dia 25 de abril de 2016.

NOVA DATA PARA A SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 25 de abril de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 08 de abril de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): FLORESTAL JP LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 12.800,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de mudas de flores destinadas para ornamentação de prédios públicos, vias do perímetro urbano e demais espaços públicos no Município de Mondaí – SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 028/2016.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é de um ano a partir de sua assinatura.

Mondaí – SC, 08 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

### **EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 092/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: LIGHT NIGHT MATERIAIS ELÉTRICOS E MANUTENÇÃO LTDA

OBJETO: prorrogação do mesmo até o dia 30 de abril de 2016 e ampliação do valor inicialmente contratado em virtude da necessidade da execução de serviços não previstos no projeto original conforme previsto no Art. 65, Inciso I, alínea "a" da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 006/2015.

VALOR: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)

Mondaí – SC, 29 de fevereiro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 30/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2016

OBJETO: Serviços de controle técnico e químico da água pelo departamento do dmae. O contratado receberá o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), global devendo ser pago mensalmente. O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo até a data de 31/12/2016, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30 (trinta) dias. Processo de Licitação 39/2016 Dispensa de Licitação nº 06/2016.

CONTRATADA: NELCIDE JUSTINO DE FREITAS, INSCRITA NO CPF Nº 087.472.268-88.

MONTE CARLO-SC, 01 de ABRIL de 2016.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

### PROCESSO LICITATÓRIO 37/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2016

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 03/2016

OBJETO: PROJETO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRA IRREGULAR DE BASALTO

COM SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS VIAS: Angelin Caldart (1.805 m²), Carlos de Oliveira Prates (1.400 m²), Rua do Comércio (960 m²), Domingos Rigo (5.757 m²), Enio Lopes de Albuquerque (2.204 m²), Guilherme Correa de Melo (2.460 m²), Joaquim Lourenço de Corduva (2.101,4 m²), Madalena Lourenço de Corduva (2.190 m²), Maria de Lurdes Pisani (1.607 m²), Modesto Vargas (1.750 m²), Odacir Marcos Cardoso (730 m²), Vilma Gomes (1.272 m²), com área total de 24.236,40 m², com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária para a execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo, bem como Projetos referentes ao Programa BADESC CIDADES, Contrato nº 2015022801.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 11/04/2016 até as 13:45 do dia 27/abril/2016, ABERTURA: às 14:00 horas do dia 27/abril/2016.

TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO GLOBAL. INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 às 12:00 horas; 13:30 às 18:00 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)

d) e-Mail: [compras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:compras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 07 de Abril de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO 38/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 38/2016 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PEÇAS, PARA A MANUTENÇÃO MECÂNICA DA CAMINHÃO VW/17.210 MOTOR CUMMINS ANO/MODELO 2001 DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E CAMINHÃO M.BENZ/L 1113 ANO/MODELO 1982 DO DEPARTAMENTO DO BOMBEIROS.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: a partir das 08:00 horas do dia 11/abril/2016 até as 13:45 horas do dia 25/abril/2016; ABERTURA: às 14:00 horas do dia 20/abril/2016.

TIPO MENOR PREÇO - PREÇO GLOBAL MENSAL. INFORMAÇÕES E ENTREGA:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 às 12:00 horas; 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)

d) e-Mail: [compras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:compras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 08 de Abril de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### ERRATA PORTARIA N.º 263/2016 PORTARIA Nº 264/2016

ERRATA

PORTARIA N.º 263/2016

PORTARIA Nº 264/2016

Onde se lê:

04 de Abril de 2016.

Lê-se:

31 de Março de 2016.

FERNANDO DILON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### PROCESSO SELETIVO Nº 008/2015 6º

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 008/2015

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 008/2015, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Técnico de Enfermagem

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
10º	Rosália Moreira da Silva
11º	Marta Costa Oliveira

Morro da Fumaça, de 08 de Abril de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### REGISTRO DE PREÇOS 020/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 020/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRA ODONTOLÓGICA PARA O ESF ANA BENFATO GOBATO, conforme anexo I. Data: 25/04/2016 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

# Navegantes

## PREFEITURA

**EXTRATO ATA DE REGISTRO FMS 05/2016.**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 05/2016  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 05/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 05/2016 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (ALIMENTAÇÃO ESPECIAL) PARA SEREM FORNECIDOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA NUTRICIONISTA NO CENTRO ESPECIALIZADO DE SAÚDE - CES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC

Contratada...: A.P. Tortelli Com de Prod. Medicos Hosp.

CNPJ: 78.451.614/0001-87

Valor Total: R\$ 3.240,00

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Bruthan Comercial Ltda.

CNPJ: 02.625.813/0001-00

Valor Total: R\$ 17.580,00

Contratada...: C.M. Hospitalar Ltda

CNPJ: 12.420.164/0003-19

Valor Total: R\$ 6.160,20

Contratada...: ILG Comercial Ltda

CNPJ: 20.657.155/0001-02

Valor Total: R\$ 25.684,00

Contratada...: Nutriclin Saúde Comércio de Produtos Nutricionais

CNPJ: 12.694.747/0001-76

Valor Total: R\$ 3.300,00

Contratada...: Nutriport Comercial Ltda

CNPJ: 03.612.312/0004-97

Valor Total: R\$ 42.977,00

Vigência: 31/12/2016

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 06 de abril de 2016.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO PMN Nº14/2016.**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 14/2016  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 14/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 14/2016 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (ALIMENTAÇÃO ESPECIAL) PARA SEREM FORNECIDOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELA NUTRICIONISTA NO CENTRO ESPECIALIZADO DE SAÚDE - CES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: ...: Asfag Ltda Me

CNPJ: 03.680.516/0001-12

Valor: R\$ 256.000,00

Vigência: 31/12/2016

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 06 de abril de 2016.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO PMN Nº28/2016.**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 28/2016.  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 28/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 28/2016 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE TOLDOS DEVIDAMENTE INSTALADOS PARA ATENDIMENTO AS UNIDADES ESCOLARES PERTENCENTES À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Pregão Presencial nº 28/2016.

Fornecedor: ABC & Mão de Obra e Comercio de Vidros, Calhas e Acessórios de Vidros Temperados Ltda ME

Valor: R\$ 155.800,00

Vigência: 31/12/2016

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 07 de abril de 2016.

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 066/2016.**

EXTRATO CONTRATUAL PMN 066/2016.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: ENGEMAP ENGENHERIA DE MAPEAMENTO E AERO-LEVANTAMENTO LTDA.

CNPJ: 01.020.691/0003-10

Vigência ..... : Início: 02/04/2016 Término:30/06/2016.

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 211/2014.

Recursos ..... : - 1.091 3.3.90.00.00.00.00.

Objeto ..... : PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2015 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA AERO-FOTOGRAFIA, PERFILAMENTO A LASER E GERAÇÃO DE ORTOFOTOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT, conforme Pregão Presencial nº 211/2014.

Navegantes, 01 de abril de 2016.

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 067/2016.**

Prefeitura Municipal de Navegantes

Secretaria de Administração

Extrato Contratural PMN Nº 067/2016

Contrato Nº...: 067/2016.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Belga Construções e Incorporações Ltda.

CNPJ: 81.537.672/0001-72.

Vigência ..... : Início: 02/04/2016 Término:..16/05/2016.

Licitação ..... : Concorrência nº 194/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo visando a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 335/2014, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETO SEXTAVADAS, DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE 27 (VINTE E SETE) RUAS LOCALIZADAS NO BAIRRO SÃO PAULO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. CONFORME CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0400742-37/14



NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE DO MINISTERIO DAS CIDADES, conforme Concorrência nº 194/2014.  
Navegantes, 01 de abril de 2016.

**EXTRATO CONTRATUAL N° 068/2016.**

EXTRATO CONTRATUAL PMN 068/2016

Contrato N°.... 068/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada....: Baltt Empreiteira, Transportes e Terraplanagem Ltda.

CNPJ: 00.145.589/0001-16

Vigência ..... : Início: 04/04/2016 Término: 31/12/2016.

Licitação ..... : Concorrência nº 216/2014..

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 048/2015 REFERENTE À DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS-FIOS COM GUIAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL REFERENTE A 4ª ETAPA DA RUA FRANCISCO SCHIMIDT, LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ, ATRAVÉS DO CONTRATO N° 800193/2013 FIRMADO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL ORIUNDOS DO PROGRAMA MCIDADES/ MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO FIRMADO COM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME CONCORRÊNCIA N° 216/2014.  
Navegantes, 01 de abril de 2016.

# Nova Trento

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 006/2016

CHAMAMENTO PÚBLICO 006/2016

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação do Chamamento Público para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

#### CARGO: MÉDICO PLANTONISTA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Marcos de Aguilar Pereira	17/04/1984	0,0	4,0	4,0
02	Maurício Neiva Fernandes	23/10/1975	0,0	0,0	0,0

#### CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA (PSIQUIATRA)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Louise Nassif Zilli	29/12/1986	6,0	3,0	9,0
02	Vinicius Brum Prá	12/11/1988	4,0	4,0	8,0

#### CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA (GINECOLOGISTA)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	David Bortot Raspini	27/02/1981	6,0	4,0	10,0

#### CARGO: MÉDICO 60h

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Maico Matos Menegola	05/06/1976	6,0	4,0	10,0

#### CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Lara Dalri	05/10/1986	2,0	2,0	4,0

Com relação ao critério de desempate, proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- Maior idade;
- obtiver maior número de pontos na prova de títulos;
- obtiver maior número de pontos nos cursos de capacitação e aperfeiçoamento;
- o que possuir maior número de dependentes;
- Sorteio.

Nova Trento, 08 de abril de 2016.

Miliani Piffer Mazzola

Diretora de Recursos Humanos

**CLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 007/2016**

CHAMAMENTO PÚBLICO 007/2016

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação do Chamamento Público para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

**CARGO: PROFESSOR HABILITADO - GEOGRAFIA**

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA FASE CURSO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SER- VIÇO	NOTA FINAL
NÃO HOUE INSCRITOS						

**CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – GEOGRAFIA**

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA FASE CURSO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SER- VIÇO	NOTA FINAL
01	Deivison Mafra	18/08/1992	1,5	1,0	1,0	3,5
02	Elisabete Gambeta	22/07/1993	1,5	0,0	0,0	1,5

**CARGO: PROFESSOR HABILITADO - INGLÊS**

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA FASE CURSO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SER- VIÇO	NOTA FINAL
NÃO HOUE INSCRITOS						

**CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO - INGLÊS**

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA FASE CURSO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SER- VIÇO	NOTA FINAL
NÃO HOUE INSCRITOS						

Com relação ao critério de desempate, proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- b) Maior idade;
- c) obtiver maior número de pontos na prova de títulos;
- d) obtiver maior número de pontos nos cursos de capacitação e aperfeiçoamento;
- e) o que possuir maior número de dependentes;
- f) Sorteio.

Nova Trento, 08 de abril de 2016.

Miliani Piffer Mazzola

Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 303/2016**

PORTARIA Nº 303 de 06 de abril de 2016  
Instaura Sindicância

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VII e XII do artigo 94, com fundamento no artigo 196, parágrafo único da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

**RESOLVE,**

Art. 1º – Instaurar sindicância, com base no ofício nº 53/2016, firmado pelo Secretário Municipal de Educação Luiz Carlos Orsi, para apurar a conduta da funcionária Augusta Creppas Minatti.

Art. 2º – Designar os membros da Comissão de Sindicância, nomeados pela portaria nº 624 de 03 de agosto de 2015, para atuarem na sindicância ora instaurada.

Art. 3º – Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, o que se iniciará no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação desta portaria.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, as da Portaria nº 208 de 03 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de abril de 2016.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Luis Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 304/2016**

PORTARIA Nº 304 de 06 de abril de 2016  
Instaura Sindicância

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VII e XII do artigo 94, com fundamento no artigo 196, parágrafo único da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

**RESOLVE,**

Art. 1º – Instaurar sindicância, com base no ofício nº 53/2016, firmado pelo Secretário Municipal de Educação Luiz Carlos Orsi, para apurar a conduta da funcionária Avanilda Aparecida Tomasi Cattani.

Art. 2º – Designar os membros da Comissão de Sindicância, nomeados pela portaria nº 624 de 03 de agosto de 2015, para atuarem na sindicância ora instaurada.

Art. 3º – Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, o que se iniciará no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação desta portaria.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, as da Portaria nº 208 de 03 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de abril de 2016.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Luis Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 136/2016**

PORTARIA Nº 136/ 2016  
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 758/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, CLARICE POLI FERRARI, matrícula nº 6842, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2016****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora CLARICE POLI FERRARI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ribeirão Frederico, s/n, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 053.821.689-11, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Clarice Poli Ferrari
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 137/2016**

PORTARIA Nº 137/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 759/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, BERNARDETE TOMASI CARNIEL, matrícula nº 6843, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2016****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora BERNARDETE TOMASI CARNIEL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Geral Molha, Bairro Molha, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 894.468.019-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.



**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (um mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Bernardete Tomasi Carniel
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 138/2016**

PORTARIA Nº 138/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 761/2016, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, SANTIM TEODORO TOMASI, matrícula nº 6845, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2016****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor SANTIM TEODORO TOMASI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Alto Pitanga, Bairro Pitanga, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 398.764.209-25, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.



**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (um mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Santim Teodoro Tomasi
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 139/2016**

PORTARIA Nº 139/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 762/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, JOSÉ VALDIR PEROTONI, matrícula nº 6846, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2016****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor JOSÉ VALDIR PEROTONI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral São Valentim, Bairro São Valentim, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 508.351.149-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (um mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	José Valdir Perotoni
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 140/2016**

PORTARIA Nº 140/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 764/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, OSNI VALTER MICHALSKI, matrícula nº 6848, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2016****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor OSNI VALTER MICKALSKI, brasileiro, convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua São Valentim, Bairro São Valentim, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 960.725.719-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Osni Valter Michalski
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 141/2016**

PORTARIA Nº 141/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 765/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, ENES TOMASI, matrícula nº 6849, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2016****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ENES TOMASI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral Alto Pitanga, Bairro Pitanga, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 380.033.689-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Enes Tomasi
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 142/2016

PORTARIA Nº 142/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 766/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, CELESTINO ALVES, matrícula nº 6850, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor CELESTINO ALVES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Valsugana, Bairro Valsugana, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 803.680.009-82, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a



remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Celestino Alves
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 143/2016

PORTARIA Nº 143/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 767/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, VALDOCI LOFY, matrícula nº 6851, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor VOLDOCI LOFY, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Aguti, s/n, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 960.726.799-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Valdoci Lofy
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 144/2016

PORTARIA Nº 144/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 769/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, JOÃO TABONI, matrícula nº 6853, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor JOÃO TABONI, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Geral Salto, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 591.536.959-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a



remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

João Taboni

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 145/2016

PORTARIA Nº 145/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 770/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, IVO BONIKOSKI, matrícula nº 6854, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor IVO BONIKOSKI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Est. Geral Três Barras, Bairro Trombudo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 436.945.009-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Ivo Bonikoski

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 146/2016

PORTARIA Nº 146/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 771/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, MARIO ABELINO, matrícula nº 6855, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor MARIO ABELINO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral Salto, s/n, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 824.275.779-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Mario Abelino  
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 147/2016

PORTARIA Nº 147/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 772/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, NORIVAL LIBARDO, matrícula nº 6856, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor NORIVAL LIBARDO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Ribeirão da Velha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 030.586.609-52, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Norival Libardo
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 148/2016

PORTARIA Nº 148/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 773/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, OSMAR HILLESHEIN, matrícula nº 6857, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor OSMAR HILLESHEIN, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Baixo Capivara, s/n, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 617.029.439-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL



O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Osmar Hilleshein
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 149/2016

PORTARIA Nº 149/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 774/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, SERGIO FACHI, matrícula nº 6858, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor SERGIO FACHI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Valerio Maleski, s/n, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 488.654.359-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Sergio Fachi

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 150/2016

PORTARIA Nº 150/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 775/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, ALDO INÁCIO MARCHI, matrícula nº 6859, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ALDO INÁCIO MARCHI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Serraval, Bairro Serraval, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 449.273.399-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a



remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Aldo Inácio Marchi
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 151/2016

PORTARIA Nº 151/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 776/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, HILÁRIO WOLF, matrícula nº 6860, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor HILÁRIO WOLF, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Alto Alferes, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 570.238.249-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Hilário Wolf
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 152/2016

PORTARIA Nº 152/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 781/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, LEONARDO JOÃO BONECHER, matrícula nº 6868, para exercer o cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação pelo Concurso Público nº 003/2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LEONARDO JOÃO BONECHER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Pedro Piffer, Bairro Frederico, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 072.242.159-10, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.544,48 (hum mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação pelo Concurso Público nº 003/2015.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Leonardo João Bonecher

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 153/2016

PORTARIA Nº 153/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 768/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, DANIEL MARINS GODOE, matrícula nº 6852, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor DANIEL MARINS GODOE, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Alferes, s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 042.034.059-98, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2016 até a convocação dos aprovados pelo Processo Seletivo nº 001/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Daniel Marins Godoe  
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 298/2016

PORTARIA Nº 298/ 2016

Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal VIVIANE CASTIEL SILVA, matrícula nº 6836, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ATENDENTE DE CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi – Centro, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 06 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

#### PORTARIA Nº 302/2016

PORTARIA Nº 302/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015, de 22/09/2015, convocada conforme Decreto nº 006/2016, SUELEN DO BELEM DE OLIVEIRA, matrícula nº 7114, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 01 de abril de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), em substituição a titular Isabel Cristina Cipriani Tell, afastada conforme Portaria nº 189/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

#### CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua



Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SUELEN DO BELÉM DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José e Angelo Dalri, nº 51, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 072.374.399-10, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, em substituição a titular Isabel Cristina Cipriani Tell, afastada Conforme Portaria nº 189/2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de abril de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de abril de 2016.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Suelen do Belem de Oliveira  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de abril de 2016.

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 307/2016

PORTARIA Nº 307/ 2016  
Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocada conforme Decreto nº 097/2016, MAYARA FERNANDES HOFFMANN, matrícula nº 7115, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 04 de abril de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

#### CONTRATO SP//2016

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MAYARA FERNANDES HOFFMANN, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Henrique Joaquim Machado, nº 140, Bairro Tajuba II, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 063.987.009-02, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto

Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Sala, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.719,93 (hum mil setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 04 de abril de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de abril de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Mayara Fernandes Hoffmann

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de abril de 2016.

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 309/2016

Portaria nº 309, de 06 de abril de 2016

Outorga Poderes ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Tesoureiro da Prefeitura Municipal.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

#### RESOLVE:

Art. 1º – OUTORGAR poderes ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde VILSON DALBOSCO, designado pela Portaria nº 289, de 04 de abril de 2016 e a servidora municipal MARIANA CONCEIÇÃO FAGUNDES BOSIO, matrícula 6809, nomeada no cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, e designada Tesoureira desta Prefeitura Municipal, pela Portaria nº 1.011, de 14 de dezembro de 2015, para assinar em conjunto, acessar e movimentar as contas específicas do Fundo Municipal de Saúde (CNPJ Nº 08.858.200/0001-91), cadastradas junto a Caixa Econômica Federal – Agência de São João Batista/SC, com poderes para:

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO À VISTA;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;

Portaria nº 309/2016

- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDERAIS;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE;
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

**EXTRATO 1 TERMO ADITIVO 03-2015 CÂMARA**

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 03/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATATO : EDMAR DA SILVA – ME

O prazo de vigência e execução do Contrato fica prorrogado pelo lapso de 60 (sessenta

dias), a contar da assinatura deste termo aditivo, ou seja, de 08/04/2016 a 08/06/2016.

Novo Horizonte-SC, 08 de março de 2016

José Ivanir Dallanora

Presidente

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 013/16 PR 007/16 SRP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 07/04/2016

CONTRATADO: SISTEMA NETGRANDE DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual Contratação de empresa prestadora de serviços de Rádio AM e/ou FM para a prestação de Serviços de Radiodifusão com alcance em toda extensão territorial do Município de Novo

Horizonte/SC, para divulgação, em forma de inserção, de atos administrativos, avisos e informações gerais do município de Novo Horizonte/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.940,00 (Cinco mil novecentos e quarenta reais).

DATA: 07/04/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO PL FMS Nº 004/16-PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 003/16**

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS Nº 004/2016 - PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 003/2016

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA -PMAQ E PROGRAMA REQUALIFICA UBS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, do dia 25/04/2016, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro de Novo Horizonte/SC, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 11 de Abril de 2016.

DIRCEU MEZOMO

Gestor FMS

# Orleans

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO CONTRATO 24/2016 E 25/2016**

"Contrato Nº.: 24/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

Valor ..... : 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)

Vigência ..... : Início: 07/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Pregão Presencial p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2016

Recursos ..... : Dotação: 03.01.2005.3.3.90.00.00.00.00.0101 20/2016

Objeto ..... : IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL (PABX) BASEADO EM SERVIDOR IP, CONTENDO SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DA PLATAFORMA IP E EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA O FUNCIONAMENTO DE 56 RAMAIS, 35 LINHAS ANALÓGICAS, 91 LIGAÇÕES SIMULTÂNEAS SIP FIXO E MÓVEL BRASIL GERAL COM 12.000 MINUTOS PARA FIXO E 6.000 MINUTOS PARA MOVEL. Orleans, 08 de Abril de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

-----  
"Contrato Nº.: 25/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: MERCILO JOÃO RIGON

Valor ..... : 78.000,00 (setenta e oito mil reais)

Vigência ..... : Início: 07/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Tomada de Preços p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.005.3390.00 – 101 – 20/2016

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM AUDITORIA INTERNA JUNTO A DIVERSOS SETORES MUNICIPAIS.

Orleans, 08 de Abril de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 007/2015 - LZK

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

O Prefeito Municipal de Otacílio Costa, Sr. Luiz Carlos Xavier, no uso de suas atribuições e na forma do art. 61 da Lei 8.666/93, torna público o EXTRATO DA CONTRATAÇÃO, com LZK COSNTRUTORA LTDA, de acordo com o Contrato nº 007/2016, que tem por Finalidade/Objeto: Execução da pavimentação asfáltica na Avenida Olinkraft, trecho 2, Bairro Santa Catarina e rua Domingos Vargas Neto e Manoel Serafim Antunes. A autorização para a lavratura do contrato decorre do Processo de Licitação nº 081/2015, Tomada de preço 013/2015; em conformidade com a Lei 8.666/93. O Valor total da contratação é de R\$ 921.882,95. E a vigência do contrato a partir de 08/01/2016 até 08/07/2015.

O contrato encontra-se arquivado no Setor de Licitações, podendo ser consultado por qualquer interessado, na forma da Lei Orgânica. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa - SC 08/04/2016.

Luiz Carlos Xavier  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO 041/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

O Prefeito Municipal de Otacílio Costa, Sr. Luiz Carlos Xavier, no uso de suas atribuições e na forma do art. 61 da Lei 8.666/93, torna público o EXTRATO DA CONTRATAÇÃO, com AS CONSTRUTORA LTDA, de acordo com o Contrato nº 141/2015, que tem por Finalidade/Objeto: Contratação de empresa especializada na execução da complementação asfáltica em 12 ruas do programa Pró-Pavimentar. A autorização para a lavratura do contrato decorre do Processo Administrativo de Licitação nº 074/2015, Tomada de Preço 011/2015; em conformidade com a Lei 8.666/93. O Valor total da contratação é de R\$ 265.001,10. E a vigência do contrato a partir de 03/12/2015 até 03/06/2016.

O contrato encontra-se arquivado no Setor de Licitações, podendo ser consultado por qualquer interessado, na forma da Lei Orgânica. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa - SC 08/04/2016.

Luiz Carlos Xavier  
Prefeito Municipal.

# Ouro

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO IN 04 E 05

ONDE LÊ-SE:

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.0028/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.0004/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO – ME. Objeto: Contratação de empresa jurídica, promotora de eventos artísticos, que disponibilizará a Dupla Ataíde e Alexandre, para apresentação durante as festividades dos 53 anos de emancipação Política Administrativa do Município de Ouro (SC).

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 29/03/2016 até 31/12/2016. Ouro, 29/03/2016, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Processo Licitatório n. 0028/2016,

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0004/2016

CONTRATO N. 031/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO – ME

Objeto: Contratação de empresa jurídica, promotora de eventos artísticos, que disponibilizará a Dupla Ataíde e Alexandre, para apresentação durante as festividades dos 53 anos de emancipação Política Administrativa do Município de Ouro (SC)..

Vigência: 29/03/2016 até 31/12/2016.

Valor total: O valor total será de R\$ 86.800,00 (oitenta e seis mil e oitocentos reais).

Data de assinatura: 29/03/2016

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.0029/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.0005/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO – ME. Objeto: Contratação de empresa jurídica, promotora de eventos artísticos, que disponibilizará a cantora Classy, para apresentação durante as festividades dos 53 anos de emancipação Política Administrativa do Município de Ouro (SC). Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 29/03/2016 até 31/12/2016. Ouro, 29/03/2016, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Processo Licitatório n. 0029/2016,

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0005/2016

CONTRATO N. 032/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO – ME

Objeto: Contratação de empresa jurídica, promotora de eventos artísticos, que disponibilizará a cantora Classy, para apresentação durante as festividades dos 53 anos de emancipação Política Administrativa do Município de Ouro (SC).

Vigência: 29/03/2016 até 31/12/2016.

Valor total: O valor total será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Data de assinatura: 29/03/2016

PASSA A SER LIDO:

Processo Licitatório n. 0028/2016,

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0004/2016

CONTRATO N. 031/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO – ME

Objeto: Contratação de empresa jurídica, promotora de eventos

artísticos, que disponibilizará a Dupla Ataíde e Alexandre, para apresentação durante as festividades dos 53 anos de emancipação Política Administrativa do Município de Ouro (SC)..

Vigência: 29/03/2016 até 31/12/2016.

Valor total: O valor total será de R\$ 93.800,00 (noventa e três mil e oitocentos reais).

Data de assinatura: 29/03/2016

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.0029/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.0005/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: REGINATTO SHOWS E EVENTOS LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa jurídica, promotora de eventos artísticos, que disponibilizará a cantora Classy, para apresentação durante as festividades dos 53 anos de emancipação Política Administrativa do Município de Ouro (SC). Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 29/03/2016 até 31/12/2016. Ouro, 29/03/2016, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Processo Licitatório n. 0029/2016,

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0005/2016

CONTRATO N. 032/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: REGINATTO SHOWS E EVENTOS LTDA - ME

Objeto: Contratação de empresa jurídica, promotora de eventos artísticos, que disponibilizará a cantora Classy, para apresentação durante as festividades dos 53 anos de emancipação Política Administrativa do Município de Ouro (SC).

Vigência: 29/03/2016 até 31/12/2016.

Valor total: O valor total será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Data de assinatura: 29/03/2016

# Palhoça

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 001/SMAS/2016

EDITAL Nº 001/SMAS/2016

O Prefeito Municipal de Palhoça e a Secretária Municipal de Assistência Social tornam público, para ciência dos beneficiários, de PENSÃO VITALÍCIA, que será aberto o RECADASTRAMENTO, para atualização de dados cadastrais como deliberado em Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça. Este benefício está Prevista na Lei Orgânica do município de Palhoça em seu Art. 152, Parágrafo único – O deficiente físico e/ou mental com carência comprovada, receberão do Poder Público Municipal pensão vitalícia inacumulável no valor de 50% (cinquenta por cento) do piso salarial Municipal, na forma da lei.

#### 1. DO OBJETO E DA FINALIDADE DO RECADASTRAMENTO

1.1 Ficam CONVOCADOS todos os beneficiários de Pensão Vitalícia, para realizarem o cadastramento junto a este órgão, a fim de atualizar a base cadastral.

#### 2. DO LOCAL E DATA DO RECADASTRAMENTO

2.1 O cadastramento será realizado na sede da Secretária Municipal de Assistência Social, Setor de Benefício Eventual, na Avenida Barão do Rio Branco, nº 222, CEP. 27.600-000, Centro, Palhoça/SC, das 07h00min às 13h00min.

2.2 O período de cadastramento será de 09 de maio a 07 de junho de 2016, sendo as perícias médicas agendadas no ato do cadastramento.

#### 3. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS

3.1 Os beneficiários deverão comparecer no local, data e horários indicados nos itens 2.1 e 2.2 deste Edital, munidos dos seguintes documentos:

- Documento de identificação, podendo ser aceitos: Cédula de identidade – RG, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação-CNH, Carteira Funcional de Entidade de Classe ao qual o beneficiário esteja vinculado;
- Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- Certidão de nascimento atualizada (para beneficiários com idade menor que 21 anos);
- Comprovante de endereço atualizado, datado de no máximo 90 dias, sendo aceitos somente: contas de água, luz, telefone fixo, telefone móvel, correspondências bancárias ou de entidades públicas;
- Certidão de casamento atualizada ou declaração de união estável atualizada se for o caso;
- Termo de curatela/tutela atualizados ou certidão do processo judicial datada de no máximo de 90 dias, se for o caso;
- Certidão negativa de benefício previdenciário (fornecida pelo INSS)
- Atestado médico comprovando a Deficiência a qual vinculou o Benefício de Pensão Vitalícia;

3.2 Os documentos poderão ser apresentados na forma original ou fotocópia autenticada.

3.3 Os beneficiários deverão ainda prestar informações adicionais como:

- Telefones para contato;
- E-mail para contato.

3.4 No ato da perícia médica os beneficiários deverão apresentar atestado médico atualizado, comprovando a deficiência e seus respectivos exames, se houver necessidade, o próprio perito irá solicitar novos exames.

3.4 A Secretária de Assistência Social não fará retenção de nenhum documento exigido.

#### 4. DO RECADASTRAMENTO

4.1 O beneficiário deverá comparecer pessoalmente na sede da Secretária Municipal de Assistência Social de Palhoça, conforme endereço datas e horários definidos nos itens 2.1 e 2.2 munido dos documentos e das informações listadas nos itens 3.1 e 3.3 deste edital.

4.2 No ato do cadastramento serão agendadas as datas para o beneficiário passar pela perícia médica;

4.3 Estando o beneficiário impossibilitado de comparecer pessoalmente, deverá se fazer substituir por procurador, legalmente constituído por procuração pública com data inferior a 30 (trinta) dias consecutivos, munido de justificativa escrita e assinada pelo beneficiário e com os documentos e informações listados nos itens 3.1 e 3.3.

4.4 O beneficiário, na condição de menor, deverá ser conduzido por seu responsável até o local de atendimento para o devido cadastramento.

4.5 O beneficiário que esteja impossibilitado de comparecer ao cadastramento em razão de moléstia grave, impossibilidade de locomoção, internação hospitalar ou repouso domiciliar, mediante atestado ou relatório médico, deverá solicitar previamente atendimento especial pelo telefone (48) 32-423202, com o Assistente Social Joel Ferreira, no Setor de Benefício Eventual, das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, no período de 09 de maio a 07 de junho de 2016.

#### 5. DA OBRIGATORIEDADE

5.1 O cadastramento é de caráter obrigatório para todos os Beneficiários de Pensão Vitalícia.

#### 6. DAS SANÇÕES

6.1 Caso o beneficiário não compareça para o cadastramento, no período compreendido neste edital, terão seus benefícios suspensos por tempo indeterminado, até que o mesmo compareça a Secretaria Municipal de Assistência Social e formalize o cadastramento.

6.2 Ocorrendo o comparecimento do beneficiário ou representante legal devidamente constituído, de posse da documentação exigida para atualização dos dados cadastrais, após o pagamento do benefício ter sido suspenso por não atendimento à convocação referente ao Cadastro, a Secretaria Municipal de Assistência Social deverá atualizar os dados cadastrais, reativar o pagamento do benefício e providenciar a liberação do pagamento dos valores devidos desde a sua suspensão.

#### 7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 O beneficiário cadastrado será responsabilizado pessoalmente pela exatidão das informações prestadas, ficando sujeito às sanções administrativas e penais por qualquer informação incorreta ou inverídica.

7.2 O cadastramento do beneficiário, feito por seu representante legal, permite a Secretaria Municipal de Assistência Social de Palhoça gerar pesquisa externa para comprovação de vida do titular do benefício.

7.3 Os casos omissos serão submetidos à apreciação da Comissão de Cadastro.

7.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, de abril de 2016.  
ROSI MERI DA SILVA  
Secretária Municipal de Assistência Social

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### **LAUDA DE REVOGAÇÃO CC 247 - 2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE REVOGAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 247 DE 2013

O Município de Palhoça torna público que fica REVOGADO o processo Licitatório CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 247 DE 2013, que consiste na aquisição contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de operação e manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Palhoça/SC, contemplando, simultaneamente, a transferência de experiência e de tecnologia ao corpo técnico da SAMAE. A REVOGAÇÃO se dá por orientação da Procuradoria-Geral do Município através do Parecer Jurídico nº 0500/2016 e com amparo legal na lei 8.666/93 e suas respectivas alterações. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13h00min às 18h00min, diariamente ou pelo site: [www.palhoça.atende.net](http://www.palhoça.atende.net). Palhoça, 08 de abril de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

### **LEI Nº 4.366, DE 07 DE ABRIL DE 2016.**

LEI Nº 4.366, de 07 de ABRIL de 2016.  
DENOMINA VIA PÚBLICA. Bairro Nova Palhoça. Altera a Lei Municipal nº 4.266, de 03 de julho de 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Dá nova redação aos incisos XXXVII e XXXVIII do art. 2º da Lei Municipal nº 4.266, de 03 de julho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

(...)

XXXVII – T – 37 – Rua Campolino Geremias Lostada, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;

XXXVIII – T – 38 – Rua Alécio Martins, com extensão de 130,00 Metros de comprimento e 12,00 metros de largura;”

Art. 2º Acrescenta o inciso XLVII ao art. 2º da Lei Municipal nº 4.266, de 03 de julho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

(...)

XLVII – T – 47 – Rua Orlando João da Rosa, com extensão de 120,00 metros de comprimento e 7,00 metros de largura.”

Art. 3º As vias referidas nesta Lei obedecem ao croqui anexo.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 07 de abril de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 001, DE 07 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 001, DE 07 DE ABRIL DE 2016.  
REGULAMENTA. Dispõe sobre a organização e funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Palhoça,  
No uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de controle da jornada de trabalho dos servidores da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade permanente de melhorar o atendimento ao cidadão; e

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica determinado que todo Coordenador de Posto de Saúde será responsável pela remessa do relatório de ponto dos servidores da respectiva unidade de saúde, que deverá ser entregue até o dia 10 (dez) de cada mês na Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde.

Parágrafo Único. Todas as ausências de registros no ponto deverão ser justificadas, sob pena de desconto integral do dia.

Art. 2º No prazo 10 (dez) dias da entrega do relatório de ponto, previsto no art. 1º desta Portaria, deverá o Diretor de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde relacionar os respectivos descontos das faltas injustificadas, sob pena de responsabilidade pessoal.

Art. 3º No mês subsequente o Diretor de Recursos Humanos deverá emitir documento certificando que todos os registros de pontos ou ausência deles foram devidamente considerados na folha de pagamento.

Art. 4º As unidades de saúde que não possuem ponto eletrônico deverão implementá-lo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º A partir da data de publicação desta Portaria fica expressamente proibido o registro de ponto manual.

Parágrafo Único. Ficam excetuados da regra prevista no caput deste artigo, os casos deliberados pelo Comitê Gestor de Governo, mediante requerimento justificado da Diretoria de Recursos Humanos da Saúde.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de abril de 2016.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Saúde



**PREGÃO PRESENCIAL 032/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 25 de abril de 2016, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição materiais hidráulicos para ser utilizado nos serviços externos executados pela Secretaria de Municipal de Abastecimento e Esgoto – SAMAE, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). Palhoça, 08 de abril de 2016. PREGOEIRA.

---

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**

---

**PORTARIA Nº 020/2016**

PORTARIA Nº 020/2016

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. MILTON LUIZ ESPÍNDOLA, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Anular a Portaria nº 077/2015 em conformidade com despacho proferido no Ofício nº 010/2016/Pres. IPPA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 01 de abril de 2016.

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

Matrícula 1500043

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 04/2016 SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Processo Licitatório nº 04/2016. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 02/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE ESTÃO EM ACOLHIMENTO. Data da entrega dos envelopes: 28/04/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 28/04/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou no site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 08 de abril de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 026/2016

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 012/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/03/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa RADIO PAPANDUVA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 03.966.481/0001-82, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, para a contratação de serviço de publicidade institucional através de radiodifusão, em emissora de rádio com frequência modulada e com alcance em todo o território municipal (área urbana e rural), para a divulgação de serviços de publicidade institucional, ações e programas informativos, campanhas educativas e de orientação social do município Papanduva, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), relativos ao item 01, objeto do pregão presencial 012/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 – Após registrados, os preços manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 012/2016 e seus anexos;
- b) Proposta da Contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 – Os serviços serão prestados parceladamente de acordo com o item 9 do edital 012/2016, conforme necessidade da municipalidade que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação;
- 4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) até o 12º(décimo segundo) dia do mês subsequente ao de fornecimento;
- 4.3 – A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 012/2016 e seus anexos;
- 5.2 – Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;
- 5.3 – Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;
- 5.4 – Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
- 5.5 – Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- 5.6 – Corrigir, reparar, remover, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço prestado em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;
- 5.7 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos no Contrato, a Contratada deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
  - a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
  - b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido no Edital;
  - c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.
- 7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:
  - a) Advertência;
  - b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de

empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 30 de março de 2016.

\_\_\_\_\_- Márcio Wisniewski - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_- Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Sônia Terezinha Mendes Novack  
- Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Sirlei Aparecida Alves Lopes -  
Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Willion Edson Grein - Procurador

Humberto Jair Damaso Ribas  
Prefeito Municipal em Exercício

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2016

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 012/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/03/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa TRIBUNA DA FRONTEIRA PUBLICAÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 83.742.536/0001-00, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, para a contratação de serviço de publicidade institucional através de jornal de circulação municipal (município de Papanduva), com

veiculação no mínimo semanal, com fonte do título 12 (doze) e do texto 10 (dez), para a divulgação de serviços de publicidade institucional, ações e programas informativos, campanhas educativas e de orientação social do município Papanduva, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 12000,00 (doze mil reais), relativos ao item 02, objeto do pregão presencial 012/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Após registrados, os preços manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 012/2016 e seus anexos;

b) Proposta da Contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – Os serviços serão prestados parceladamente de acordo com o item 9 do edital 012/2016, conforme necessidade da municipalidade que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) até o 12º(décimo segundo) dia do mês subsequente ao de fornecimento;

4.3 – A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 012/2016 e seus anexos;

5.2 – Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71

da Lei 8666/93;

5.3 – Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

5.4 – Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;

5.5 – Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

5.6 – Corrigir, reparar, remover, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço prestado em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

5.7 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos no Contrato, a Contratada deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;

b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido no Edital;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 30 de março de 2016.

\_\_\_\_\_- Márcio Wisniewski - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_- Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Sônia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_- Sirlei Aparecida Alves Lopes -

Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_- Hebe Solange Hau Sartori – Pela

Contratada

Humberto Jair Damaso Ribas  
Prefeito Municipal em Exercício

### CONTRATO Nº 023/2016

CONTRATO 023/2016

Que entre si fazem o Município de Papanduvapessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Humberto Jair Damaso Ribas, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, 2961 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 541.416.649-87, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresaPORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - ME,pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.258.607/0001-92, com sede na Rua Vitória, 538 – Ed. DionisioPavei – centro – Içara/SC, neste ato representado pelo Sr. Ricardo BortolottoDagostim, residente e domiciliado em Içara/SC, inscrito no CPF sob nº 020.894.109-65, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 – Este contrato tem origem no Edital de Pregão Presencial nº018/2016, para contratação de empresa especializada para implantação, treinamento, manutenção, licença de uso de solução em software e demais atividades necessárias, para utilização de sistema, destinado a Gestão Política de Assistência Social do Município de Papanduva, conforme descrições contidas no Termo de Referência no Anexo I do edital de licitação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 –A Contratada deverá iniciar a implantação do sistema em até 05 (cinco) dias após a emissão de autorização de fornecimento, sendo que, o objeto deste certame deve estar em pleno funcionamento incluindo a implantação dos sistema, a migração de dados e o treinamento dos usuários em até 60 (sessenta) dias após o início dos serviços;

2.2 – Os locais de implantação do Sistema são: Secretaria Municipal de Assistência Social, Departamento de Habitação e CRAS.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 – As despesas decorrentes na execução do presente Contrato correrão por conta dos projetos atividades nºs 2.033 – Manutenção do Fundo de Assistência Social e 2.041 – Manutenção do CRAS, Elemento de Despesa 33.90.00 – Aplicações Diretas..

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 – Os recursos financeiros são oriundos do orçamento municipal próprio.



**CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 – Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Contratante, após a execução mensal dos serviços, conforme anexo I do edital, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório dos serviços prestados no período a que o pagamento se referir.

Parágrafo primeiro: A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções.

Parágrafo segundo: Nesse caso, o novo prazo começará a fluir, a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem as incorreções.

5.2 – O pagamento será realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do serviço prestado, desde que o item 10.1 deste edital esteja atendido na sua integralidade.

**CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE**

6 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

**CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA**

7 – A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data de assinatura até 31 de dezembro de 2016, podendo, a critério da contratante, ser prorrogado.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

8.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

**CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

9.1 – Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

9.2 – Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES**

10.1 – À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a- Advertência;

b- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

e- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Parágrafo único: A declaração de inidoneidade de que trata a alínea “d” poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

10.2 – Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

a - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega do objeto;

b - 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja executado do objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

10.3 – As multas previstas nas letras a e b são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

10.4 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.5 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO**

11.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas no Edital e neste Contrato, por parte da contratada, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima;

11.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I - o atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução do objeto contratado;

II - execução do objeto fora das especificações constantes no objeto deste instrumento;

III - a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, assim como as de seus superiores;

V - o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII - a dissolução da empresa;

VIII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratada e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X - a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente;

11.4 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.5 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente;



11.6 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente;

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

12 – Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 018/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº1783 de 31 de maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

13.1 – O contratado se obriga manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades;

13.2 – Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos;

13.3 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 31 de março de 2016.

Humberto Jair Damaso Ribas  
Pela Contratante

Ricardo Bortolotto Dagostim  
Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisniewski  
Matrícula: 50

Ricardo Zenfe  
Matrícula: 2675

# Paraíso

## PREFEITURA

### CT. 16-2016

CONTRATO 16/2016

CONTRATO PÚBLICO PARA AQUISIÇÕES DE JORNAIS

O MUNICÍPIO DE PARAISO/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 80.912.009/0001-08, com sede a Rua Alcides Zanin, nº 593, Centro, Paraíso, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Erni Giacomini, inscrito no CPF nº 605.230.269-00, residente e domiciliado a Rua Alair Schmidt Zanin, nº 1178, Centro, Paraíso/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa EDITORA JORNALISTICA FOLHA DO OESTE CATARINENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Duque de Caxias, Nº 1302, Centro, São Miguel do Oeste, S/C, inscrita no CNPJ sob o nº 73.403.362/0001-05, neste ato representado pelo Srº Giovanni Guerra Gobbi, inscrito no CPF sob o nº 003.375.629-54, doravante denominada CONTRATADA, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com a Lei 8.666/93, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, bem como as seguintes avenças:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato consiste no "FORNECIMENTO DE 30 ASSINATURAS SEMANAIS, PARA ATENDER OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO, no município de Paraíso/SC".

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 - O prazo de vigência do presente Contrato será contado a partir de 04 de Abril de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

2.2 - O contrato poderá ser aditado e prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, desde que respeitadas as disposições do art. 57 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – O valor do presente Contrato pelo fornecimento semanal de 30 assinaturas do Jornal "Folha do Oeste" totaliza em R\$ 4.050,00 (Quatro mil e cinquenta reais), sendo pagos 9 parcelas de R\$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais) mensais, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

3.2 - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO

4.1 – O preço estabelecido será irrevogável durante a vigência do contrato e deverá incluir todos e quaisquer ônus, quer seja tributário, fiscal ou trabalhista, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer encargos necessários à execução do objeto do contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

##### 5.1 - Dos Recursos Orçamentários

5.1.1 - Os recursos orçamentários para o cumprimento do objeto licitado para o exercício de 2016 serão os seguintes:

05 – Secretaria Municipal de Educação Cultura Desporto e Turismo

03 – Diretoria de Unidade Escolar de Ensino Fundamental

12.361.1031.2.035 – MANUT.DO PROGRAMA EDUCAÇÃO P/TODOS

(42) 3.3.90.39.88. 00.00.00.1.0231.0 ..... Serviços de Publicidade e Propaganda

Valor R\$ 4.050,00 (Recursos de Impostos P/ Educação-25%)

##### 5.2 - Dos Recursos Financeiros:

5.2.1 - Os recursos destinados a fazer face às despesas do objeto licitado serão oriundos de Recursos de Impostos P/ Educação-25%)

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado mensalmente, mediante emissão da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

6.2 – O Município de Paraíso não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da não entrega dos produtos e da respectiva nota fiscal.

6.3 – A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório ao qual está vinculada, bem como informar os dados (CNPJ, Endereço, Nome da Contratada) conforme dados constantes da proposta de preço apresentada durante o certame licitatório.

6.4 - A proponente vencedora deverá disponibilizar, obrigatoriamente, à Licitante o número da Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

#### CLAUSULA SETIMA - DA ENTREGA/FORNECIMENTO

7.1 – A entrega do objeto do presente contrato deverá ser realizada semanalmente totalizando 30 jornais.

7.2 - O local de entrega será na Prefeitura Municipal de Paraíso, Rua Alcides Zanin, nº 593, Centro, Paraíso/SC – Tel: (49) 3627- 0077.

7.3 - O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor ajustado neste contrato, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

7.4 – Todas as despesas referentes à entrega do objeto ao Município serão por conta do fornecedor, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

7.5 – A não entrega do objeto conforme estabelecido nos itens acima, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas, depois de proporcionada a ampla defesa.

7.6 – A contratada, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade do produto que fornecer aplicando no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

##### 8.1 - Constituem obrigações do MUNICIPIO:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- c) Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos do contratado;
- d) Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;
- e) Acompanhar e fiscalizar a entrega das assinaturas por meio de seus representantes;
- f) Notificar, por escrito, a contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;
- g) Aplicar sanções motivadas pela não entrega total ou parcial do ajuste;
- h) Prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- i) O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para constituição de vínculo trabalhista com empregos, funcionário, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar no serviço;
- j) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com o Contrato;

##### 8.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto deste contrato no prazo estabelecido, de acordo com as especificações e condições estipuladas, permitindo o acompanhamento dos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato.
- b) Fornecer ao Município sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o fornecimento do objeto.
- c) A CONTRATADA é responsável, direta pelo fornecimento do objeto deste contrato e, conseqüentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros;
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar para o fornecimento do objeto lícito.
- e) É de responsabilidade da empresa a entrega dos jornais, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma, ou mesmo a cobrança pelo transporte dos produtos até a Secretaria Municipal de educação, município de Paraíso/SC.
- f) É da empresa a responsabilidade pelos danos que possam afetar o município ou a terceiros, durante a execução dos serviços.
- h) As assinaturas deverão ser fornecidas semanalmente, num total de 30 (trinta) jornais pelo período de 04/04/2016 a 31/12/2016.

#### CLÁUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO E ALTERAÇÕES DO CONTRATO

9.1 – A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão com as consequências contratuais previstas em Lei, de acordo com o art. 58, inciso II e Capítulo III, Seção V da lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

9.2 – A alteração do Contrato dar-se-á nos termos do art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666/93.

9.3 – No interesse da consecução dos objetivos do Município de Paraíso, os serviços/produtos deste contrato poderão ser aumentados ou suprimidos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, § 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

9.4 – Após o vencimento do Contrato, poderá o mesmo ser prorrogado, caso haja interesse do município de Paraíso, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, até 48 meses, de acordo com o art. 57 inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - Se a Contratada descumprir as condições deste contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas na 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2 - De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

10.3 - Nos termos do artigo 86 e 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município de Paraíso poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 – O presente contrato tem como seu fiscal a Senhora Cecília Márcia Gralow Schmidt (Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto), matrícula nº 1411, inscrita no CPF sob o nº 039.381.349-50, cabendo-lhe a obrigação de solicitar, conferir, receber e controlar o objeto, em conformidade com a qualidade, quantidade e saldo para pagamento, das suas respectivas pastas.

11.2 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material/ou serviço inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de Paraíso – SC na interpretação das cláusulas do presente contrato que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste – SC para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente, em (03) três vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Paraíso (SC), 04 de Abril de 2016.

ERNI GIACOMINI	GIOVANNI GUERRA GOBBI
PREFEITO MUNICIPAL	EDITORA JORNALISTICA FOLHA DO OESTE CATARINENSE LTDA
CONTRATANTE	CONTRATADO

DECLARO que sou Gestor/Fiscal do presente Contrato, Designado pelo Decreto Municipal nº 1466/2012 de 02 de Abril de 2012, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar e gerir o cumprimento deste contrato no que se refere a Secretaria a qual estou vinculado.

Cecília Márcia Gralow Schmidt  
CPF: 039.381.349-50

Após análise do conteúdo do procedimento licitatório acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, opinando assim, pela assinatura do presente contrato.

Dr. Sandro Presser  
Assessor Jurídico  
OAB/SC nº. 1509-B

**REVOGAÇÃO TP 01-2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

CNPJ: 80.912.009/0001-08  
RUA ALCIDES ZANIN, 593  
C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC

**TOMADA DE PREÇO**  
**Nr.: 1/2016 - TP**

Processo Administrativo: 18/2016  
Processo de Licitação: 18/2016  
Data do Processo: 14/03/2016

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA COM VISTAS AO PLANEJAMENTO EM CONTROLE INTERNO E IMPLANTAÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS, em conformidade es especificações estabelecidas no Anexo I deste Edital

**NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2016**

**Motivo:** Esta revogação se da em face da situação, financeira que assola o município, bem como os serviços objetos da presente licitação, não tem caráter de urgência. Considerando a possibilidade prevista na parte final da sumula 473 do STF: "A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial" Fica revogado o presente processo conforme Decreto Municipal N° 1801/16 de 04/04/16.

Paraíso, 4 de Abril de 2016

---

ERNI GIACOMINI  
PREF MUNIC DE PARAISO

# Penha

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO Nº 38/2016- PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 38/2016- PMP  
AO CONTRATO Nº 132/2015 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 40/2015-PMP, modalidade Con-  
vite nº 05/2015-PMP

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de  
serviço de sonorização que será utilizada nos diversos eventos da  
Secretaria de Educação

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 38/2016-PMP  
ao Contrato Administrativo nº 132/2015-PMP, para Prestação de  
Serviços de sonorização e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PE-  
NHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta  
Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob  
nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito  
Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casa-  
do, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de  
outro lado, a Firma LIND GUIMAR MACHADO ME, com endereço  
na cidade de Blumenau/SC, na Rua Rodolfo Engelhardt, nº 162,  
Sala nº01, Bairro: Salto, CEP: 89031-1118, E-mail: contato@audio-  
mixsom.com.br, Telefone (47) – 3232-1924 ou (47) – 91358035,  
inscrita no CNPJ nº 18.010.737/0001-50, neste ato representada  
pelo Sr(a) Lind Guimar Machado, CPF nº 029.902.199-86, RG:  
4.031.127, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,  
têm entre si ajustada a prestação de serviços, mediante às cláusu-  
las e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor prevista na clausula sexta do contrato administrativo  
132/2015-PMP, fica realizado o aditivo de acréscimo de 25% no  
valor de R\$ 6.911,50 (seis mil, novecentos e onze reais e cinquenta  
centavos), conforme parecer jurídico de nossa procuradoria.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, jun-  
tamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 7 de Abril de 2016.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### 2º TERMO ADITIVO Nº 39/2016- PMP

2º Termo Aditivo nº 39/2016 - PMP  
Ao contrato nº 193/2014 – PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 105/2014 -PMP, modalidade Pre-  
gão Presencial nº. 59/2014 -PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVI-  
ÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA ORIENTAÇÃO NO ENCAMINHA-  
MENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PROCESSOS NO ÂMBITO  
DO DISTRITO FEDERAL, JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS  
FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 39/2016-PMP,  
ao Contrato Administrativo nº 193/2014 - PMP, para prestação de  
serviço, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da PRE-  
FEITURA MUNICIPAL DE PENHA pessoa jurídica de direito público  
interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190,  
inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato represen-  
tada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes,  
brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PRE-  
FEITURA, e, de outro lado, a Empresa SANTA CATARINA CONSUL-  
TORES ASSOCIADOS LTDA - EPP, com sede na cidade de Brasília/  
DF, SCN Quadra 01, Bloco "F", salas 302/303, Edifício América Offi-  
ce Tower, CEP: 70711-905, e-mail liliosc@hotmail.com, inscrita no  
CNPJ sob o nº .05.568.964/0001-54, neste ato representada Lilio  
Chaves Cabral, doravante denominada simplesmente CONTRATA-  
DA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abai-  
xo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor prevista na clausula segunda do contrato administrativo  
193/2014-PMP, fica realizado o aditivo de acréscimo de 25% no va-  
lor de R\$: 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), conforme parecer  
jurídico de nossa procuradoria.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, jun-  
tamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 07 de Abril de 2016.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO



**AVISO DE ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA PP04/2016 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE UNIFORMES QUE SERÃO UTILIZADOS PELOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2016.

Abertura de Sessão Pública para verificar as amostras e laudos do lote 1: data: 13/04/2016 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 08 de abril de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

**AVISO DE SUSPENSÃO PP06/2016 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E EMPRÉSTIMOS EM REGIME DE COMODATO DE MANÔMETROS, FLUXÔMETROS E CILINDROS DE OXIGÊNIOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 11/04/2016 até às 17h00min - SUSPENSO

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/04/2016 - SUSPENSO

HORÁRIO: 09h00min - SUSPENSO

MOTIVO: A administração pública está aguardando o Parecer Jurídico das impugnações relacionadas ao Processo Licitatório. O parecer jurídico será publicado no [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br) na aba de licitações – Pregão Presencial nº06/2016 – FMS, bem como quaisquer outros avisos relacionados à este Processo.

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 08 de abril de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes – Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 34/2016-PMP**

CONTRATO ADM. DE AQUISIÇÃO DE CARGAS DE BARRO PARA SER UTILIZADA NO TERRENO ONDE SERÁ CONSTRUÍDO UM CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO DO GRAVATÁ NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

CONTRATO Nº 34/2016-PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016-PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 07/2016-PMP

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA”.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Bairro Armação, CEP: 88385-000, Rua João Carlos Alves, nº 355, Telefone: (47) – 3345-9009, inscrita no CNPJ sob o nº 05.572.543/0001-05, neste ato representada pelo Sr. Renato Cesário Pereira Junior, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 07/2016 - PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2016 -PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma prestar serviços para a PREFEITURA, por meio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, de acordo com a especificação a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1.	Carga de barro com 12 m <sup>3</sup> , transportada até o local e espalhada. (ATERRO)	UND	400	70,00	28.000,00
	TOTAL				28.000,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO**

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$: 28.000,00 (vinte e oito mil reais), a ser pago no Banco Credifox Banco 085, Agência: nº 0109 Conta Corrente: nº 5050-4 em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pela referida Secretaria.

**CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES**

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA**

Os objetos licitados deverão ser fornecidos de acordo com a solicitação da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2016, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

**Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

Unidade: 10.02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

Funcional: 12.361.0009 – Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2.027 – Funcionamento e Manutenção do Salário Educação

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0617 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 88

**CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- k) Entregar e espalhar as cargas de barro no local indicado pela Secretaria responsável.

**CLAUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO**

a) Será responsável pela conferência a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a prestação de serviços, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

**CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS**

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

**CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 31 de Março de 2016.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA  
ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE S.DE S. LUNGE  
SECRETÁRIA DE

**DECRETO Nº 2603/2016**

DECRETO Nº 2603/16

EXONERA – DIRETORA ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013.

## DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. ROSANGELA DILMA FERREIRA JACINTO, do cargo em comissão de DIRETORA ADMINISTRATIVA, do Departamento Técnico Administrativo, da Secretaria de Saúde, a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1352/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**DECRETO Nº 2604/2016**

DECRETO Nº 2604/16

EXONERA SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013 e outras.

## DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. VALDIR JOSE MAFRA JUNIOR, do cargo em comissão de Secretário de Planejamento, da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2403/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 07 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**DECRETO Nº 2605/2016**

DECRETO Nº 2605/16

NOMEIA – SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013.

## DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeada a Sra. ROSANGELA DILMA FERREIRA JACINTO, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE, da Secretaria de Saúde, a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 08 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**DECRETO Nº 2606/2016**

DECRETO Nº 2606/16

NOMEIA – SECRETÁRIO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013.

## DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado, o Sr. MOACIR EURICO DOS PASSOS, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO, da Secretaria de Serviços Urbanos, a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 08 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**DECRETO Nº 2607/2016**

DECRETO Nº 2607/16

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado, o Sr. VALDIR JOSÉ MAFRA JÚNIOR, para ocupar o cargo em comissão de Secretário de Serviços Urbanos, da Secretaria Municipal de serviços Urbanos, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 08 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 098/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 098/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 004/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representado por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS  
CPF: 041.612.829-74  
ENDEREÇO: Rua dos operários, nº 123  
Ibiam - SC

#### PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 194 de 20 de dezembro de 2013, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE Administração função de contadora, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2015 e Lei Complementar Municipal nº 204/2014 de 08 de julho de 2014, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 3.762,05 (Três mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinco centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal, sendo que a carga horária é de 40 horas semanais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. O contrato vigorará da data de 01 de fevereiro de 2016 até a o retorno da servidora efetiva que encontra-se em licença maternidade.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

- Supervisionar técnica e administrativamente a contabilidade; controlar as transações financeiras; Orientar subordinados sobre normas ou modificações da prática contábil; Fiscalizar e orientar a perfeita contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do Município, seus fundos, autarquias e Fundações; Fiscalizar o empenho de recursos que passam pelos cofres municipais, através de balanços anuais e de prestação de contas do Executivo Municipal; Elaborar projetos e fiscalizar a execução orçamentária do Município (Plano Plurianual, LDO e Orçamento Anual); Efetuar auditorias e perícias contábeis, informar processos, efetuar cálculos, suas memórias e memoriais; Efetuar as prestações de contas; Controlar/ avaliar e estudar a gestão econômica, financeira, patrimonial e orçamentária das entidades públicas; Levantar balanços e balançetes exigidos pelas normas de direito financeiro; Reavaliar bens e direitos patrimoniais; Informar diligências baixadas pelo Tribunal de Contas e atinentes à sua responsabilidade Técnico- Profissional; Contribuir para o equilíbrio das contas públicas através do planejamento e elaboração dos programas financeiros e orçamentários, calculando e especificando receitas e custos durante o período considerado; Subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis gerenciais, propiciando a adequação de projetos e programas à realidade financeira da prefeitura, através da elaboração e retificação anual da proposta orçamentária; Realizar atividades de programação orçamentária e financeira e acompanhamento da execução de orçamento-programa, tanto física quanto monetariamente; analisar o custo do serviço público e propor medidas para sua racionalização; Avaliar o desempenho das entidades pertencentes à Administração Municipal, elaborando relatórios e sugestões visando o seu aperfeiçoamento; Contabilizar as operações que traduzem a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município; Realizar tarefas ligadas à Contabilidade Geral; Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

##### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades a CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

##### 4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:



- 4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;  
4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;  
4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;  
4.2.5. - Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-ítems desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 01 de fevereiro de 2016.

Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

#### TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

### CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 102/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 102/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MARIANGELA FONSECA  
CPF n. 036.809.059-04  
Endereço: Rua Júlio Fuganti, nº 280  
TANGARÁ - SC

#### PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZÉBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado MARIANGELA FONSECA, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental - Área I, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.323,81 ( Hum mil, trezentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. O contrato vigorará da data de 02 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

##### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 - Rescisão contratual.

##### 4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor

e na CLT;  
4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 02 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
MARIANGELA FONSECA

#### TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

### **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 114/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 114/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: DANIELLI STREY FREDDO  
CPF n. 093.716.929-36  
Endereço: Linha Lageado Grande, nº S/N  
TANGARÁ- SC

#### PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZÉBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado DANIELLI STREY FREDDO, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental - Área I, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 930,67 ( Novecentos e trinta reais e sessenta e sete centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. O contrato vigorará da data de 01 de março de 2016 até o retorno da servidora efetiva Rosangela Gallas.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

##### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

##### 4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 01 de março de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
DANIELLI STREY FREDDO  
TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 039/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 039/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: TATIANA APARECIDA SLONGO BRAND GUINDANI  
CPF n. 008.669.609-29  
Endereço: Rua Juscelino Kubitschek, nº 219  
TANGARÁ- SC

#### PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZÉBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado TATIANA APARECIDA SLONGO BRAND GUINDANI, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Profissional de Apoio I - Área II, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015

e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 766,64 (setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. O contrato vigorará da data de 02 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

##### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 - Rescisão contratual.

##### 4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 02 de fevereiro de

2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 02 de fevereiro de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TATIANA APARECIDA SLONGO BRAND GUINDANI

TESTEMUNHAS:

1) .....

2) .....

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

### **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 099/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 099/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: IVONETE CERON PICCOLI

CPF n. 572.250.289-87

Endereço: Linha Caxias, nº S/N

PINHEIRO PRETO - SC

#### **PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZÉBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado IVONETE CERON PICCOLI, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental - Área I, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.323,81 ( Hum mil, trezentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 02 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

#### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

##### **4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

##### **4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 02 de fevereiro de



2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

IVONETE CERON PICCOLI

TESTEMUNHAS:

1) .....

2) .....

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

### **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 100/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 100/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: IVANIA BEAL BRESSAN

CPF n. 657.072.909-82

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, nº 595

PINHEIRO PRETO - SC

#### **PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZÉBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado IVANIA BEAL BRESSAN, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental - Área I, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.323,81 ( Hum mil, trezentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 02 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

#### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

##### **4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 - Rescisão contratual.

##### **4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 02 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

IVANIA BEAL BRESSAN

TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

## **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 101/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 101/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MARINEZ BEAL PARTYKA

CPF n. 437.589.409-15

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, nº 222

PINHEIRO PRETO - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZÉBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado MARINEZ BEAL PARTYKA, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental - Área I, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste

instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.323,81 ( Hum mil, trezentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 02 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

#### **4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 - Rescisão contratual.

#### **4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 02 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais



litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

MARINEZ BEAL PARTYKA

TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

## **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 103/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 103/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: ROSANA MISTURINI BOGONI

CPF n. 868.306.359-34

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, nº 157

PINHEIRO PRETO- SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZÉBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado ROSANA MISTURINI BOGONI, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental - Área I, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo

preço mensal de R\$ 1.323,81 ( Hum mil, trezentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 02 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

#### **4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

#### **4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 02 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

ROSANA MISTURINI BOGONI

TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

## **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 104/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 104/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: JULIANA PASOLD GUZZI

CPF n. 038.278.589-41

Endereço: Rua Antônio Carlos k. Reis, nº 108

PINHEIRO PRETO- SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado JULIANA PASOLD GUZZI, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Professor: disciplina de língua estrangeira - inglês - Área IV, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.225,52 ( Hum mil duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 02 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

#### **4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

#### **4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 02 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
JULIANA PASOLD GUZZI

TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

### **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 105/2016**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
N.º: 105/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: SOLANGE APARECIDA BATISTA MANICA  
CPF n. 927.927.669-72  
Endereço: Linha São Roque, nº S/N  
PINHEIRO PRETO- SC

#### **PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZÉBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado SOLANGE APARECIDA BATISTA MANICA, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Profissional de Apoio II - Área II, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 805,95 (oitocentos e cinco reais e noventa e cinco centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o

cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 02 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

#### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

##### **4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

##### **4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 02 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
SOLANGE APARECIDA BATISTA MANICA

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

### **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 106/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
N.º: 106/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MARIANGELA FONSECA  
CPF n. 036.809.059-04  
Endereço: Rua Júlio Fuganti, nº 280  
TANGARÁ - SC

#### **PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado MARIANGELA FONSECA, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Profissional de Apoio I - Área II, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 766,64 (setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 02 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

#### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

##### **4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 - Rescisão contratual.

##### **4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 02 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
MARIANGELA FONSECA

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:



**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 107/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 107/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MARCELINA FALCHETTI PERETTI  
CPF n. 949.649.719-53  
Endereço: Rua Ademir mendes, nº S/N  
IOMERÊ - SC

**PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado MARCELINA FALCHETTI PERETTI, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Profissional de Apoio I - Área II, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 766,64 (setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 02 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança

conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO****4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 - Rescisão contratual.

**4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 02 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
MARCELINA FALCHETTI PERETTI

**TESTEMUNHAS:**

1) .....  
Nome:  
CPF:

2) .....  
Nome:  
CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 108/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 108/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: FABIANA KOPP BENQUE  
CPF n. 041.104.099-50  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, nº 181  
PINHEIRO PRETO- SC

**PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado FABIANA KOPP BENQUE, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental - Área I, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.323,81 ( Hum mil, trezentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 02 de fevereiro de 2016 até 13 de julho de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de

planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO****4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

**4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 02 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
FABIANA KOPP BENQUE

**TESTEMUNHAS:**

1) .....  
Nome:  
CPF:

2) .....  
Nome:  
CPF:



**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 109/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 109/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: TALITA PELLICOLI  
CPF n. 079.997.409-93  
Endereço: Linha Navegantes, nº S/N  
PINHEIRO PRETO- SC

**PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado TALITA PELLICOLI, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental – Área I, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.323,81 (Hum mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 12 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o

regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO****4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

**4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 12 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
TALITA PELLICOLI

TESTEMUNHAS:

1) .....  
Nome:  
CPF:

2) .....  
Nome:  
CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 110/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 110/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: KARINA CHIARANI FACCIN  
CPF n. 033.597.389-26  
Endereço: Rua Padre Trudo Plessers, nº 99  
PINHEIRO PRETO- SC

**PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado KARINA CHIARANI FACCIN, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Professor: disciplina de artes - Área III, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.323,81 (Hum mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 15 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de

planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO****4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

**4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 15 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
KARINA CHIARANI FACCIN

TESTEMUNHAS:

1) .....  
Nome:  
CPF:

2) .....  
Nome:  
CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 111/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 111/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MARLEI PANCERI  
CPF n. 425.720.029-49  
Endereço: Linha União, nº S/N  
PINHEIRO PRETO - SC

**PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, diante denominado Contratante, e de outro lado MARLEI PANCERI, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Profissional de Apoio II - Área II, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 805,95 (oitocentos e cinco reais e noventa e cinco centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotar-á a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 17 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar,

atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO****4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 - Rescisão contratual.

**4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 17 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
MARLEI PANCERI

**TESTEMUNHAS:**

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 112/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 112/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: OLIVETE VESCOVI DALL BOSCO  
CPF n. 484.221.779-00  
Endereço: Linha Primavera, nº S/N  
PINHEIRO PRETO - SC

**PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado OLIVETE VESCOVI DALL BOSCO, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Profissional de Apoio II - Área II, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 805,95 (oitocentos e cinco reais e noventa e cinco centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 23 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança

conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO****4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 - Rescisão contratual.

**4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 23 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
OLIVETE VESCOVI DALL BOSCO

**TESTEMUNHAS:**

1) .....  
Nome:  
CPF:

2) .....  
Nome:  
CPF:



**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 113/2016**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 113/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: TALITA PELLICOLI  
CPF n. 079.997.409-93  
Endereço: Linha Navegantes, nº S/N  
PINHEIRO PRETO- SC

**PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado TALITA PELLICOLI, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Profissional de Apoio – Área II, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 805,95 (Oitocentos e cinco reais e noventa e cinco centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. O contrato vigorará da data de 01 de março de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar,

atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO****4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

**4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 01 de março de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
TALITA PELLICOLI

**TESTEMUNHAS:**

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 115/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 115/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 003/2015 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: VIVIANE ANTUNES DE LIMA  
CPF n.º 082.905.319-07  
Endereço: Linha Santo Isidoro, nº S/N  
PINHEIRO PRETO - SC

**PRELIMINARMENTE**

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado VIVIANE ANTUNES DE LIMA, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 003/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, Cultura e Esportes função de Professor de Educação Física, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 003/2015, e na Lei Complementar LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.225,52 (hum mil duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO**

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 09 de março de 2016 até o

retorno do servidor efetivo Evandro Rabuske.

3.3. O contratado executará as seguintes funções:

Orientar a aprendizagem do aluno;  
Participar no processo do planejamento das atividades da escola;  
Constatar necessidade e carência do aluno e propor o seu encaminhamento a setores específicos do atendimento;  
Cooperar com a coordenação pedagógica e orientação educacional;  
Organizar registros de observações de alunos;  
Participar de reuniões, conselho de classe; atividades civis e extra-classe;  
Coordenar área de estudo;  
Integrar órgãos complementares da escola, atender a solicitação da escola referentes a sua ação docente desenvolvida no âmbito escolar;  
Executar outras tarefas afins.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO****4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

**4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público;

4.2.6. – Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 09 de março de 2016.

5.2- A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de



cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
VIVIANE ANTUNES DE LIMA

TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

## **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS N.º 116/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS N.º 116/2016

Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CLINICA MÉDICA GOMES E FONTINELI S/S por intermédio do profissional EDILSON FONTINELE CERQUEIRA, autorizado através do Processo nº 054/2016, Licitação n. 015/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: CLINICA MÉDICA GOMES E FONTINELI S/S  
CNPJ-MF n.º. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Rua Saul Brandalise, nº 1377 Bairro Dois Pinheiros – Videira - SC  
Representada por: EDILSON FONTINELE CERQUEIRA

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 015/2016, datado de 18/03/2016 e homologado em data de 01/04/2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Prestação de serviços técnicos especializados de ginecologia, obstetrícia e exame de ultrassom – um médico, junto à unidade sanitária central de Pinheiro Preto.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço MENSAL de R\$ 5.710,00 (cinco mil, setecentos e dez reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações

orçamentárias:

Unidade Gestora: 03 – Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentária: 3000 – Fundo Municipal da Saúde  
Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal da Saúde  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 9 – Saúde com Qualidade  
Ação: 251 – Manutenção Atenção Básica – PAB FIXO  
3390-0000  
34

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

- a) Início: 01/04/2016
- b) Término: 31/12/2016

### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.**

#### **4.1. DAS PENALIDADES**

#### **DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições impostas, ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2– Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste pregão, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes tenha adimplido o contrato.

#### **4.1 – DA RESCISÃO**

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n.8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

### **V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

5.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 015/2016, obrigando-se à CONTRATADA em

manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração prestada na fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

## VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

## VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de abril de 2016  
CONTRATANTE  
EUZEBIO CALISTO VIECEI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
EDILSON FONTINELE CERQUEIRA  
CLINICA MÉDICA GOMES E FONTINELI S/S

### TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

## CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 123/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 123/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A PALESTRA SHOW MOTIVACIONAL PARA O ENCONTRO DAS MULHERES, REALIZADO NO DIA 30 DE MARÇO DE 2016, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa AÇÕES PALESTRAS E TREINAMENTOS LTDA, autorizado através do Processo nº 093/2016, Dispensa de Licitação nº. 0061/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECEI

CONTRATADA: AÇÕES PALESTRAS E TREINAMENTOS LTDA  
CNPJ n.º 12.375.536/0001-70  
Endereço: Av. Dom Pedro II, 526  
VIDEIRA -SC

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A PALESTRA SHOW MOTIVACIONAL PARA O ENCONTRO DAS MULHERES, REALIZADO NO DIA 30 DE MARÇO DE 2016, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer a palestra no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj/Atividade...: MANUT. PROGRAMAS ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTADUAL

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

## CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 05 de Abril de 2016.  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
AÇÕES PALESTRAS E TREINAMENTOS LTDA

#### TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 124/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 124/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A CONCERTO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS: RETROESCAVADEIRA RANDON; S-10 PLACA CDQ-1962; PLACA MCY-2680, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO, autorizado através do Processo nº 095/2016, Dispensa de Licitação nº. 0062/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO  
DE: FRANCISCO OLIVO-ME  
CNPJ n.º 97.422.075/0001-00  
Endereço: Avenida Castelo Branco, 282  
PINHEIRO PRETO -SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A CONCERTO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS: RETROESCAVADEIRA RANDON; S-10 PLACA CDQ-1962; PLACA MCY-2680, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer O serviço no valor de R\$ 6.565,77 (Seis mil quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçament.: SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Proj/Atividade....: MANUT. SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA  
Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto lícitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com

as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 05 de Abril de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO

FRANCISCO OLIVO - ME

TESTEMUNHAS:

1) .....

2) .....

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

#### DECRETO Nº 4.368, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.368, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPÉRÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

#### DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 67.000,00 (Sessenta e sete mil reais) nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 2005 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 608 – Promoção da Produção Agropecuária

Programa: 20 – Assistência ao Produtor Rural

Atividade: 1.13 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS RURAIS



Modalidade de Aplicação: 4.4.90-0000

Fonte 300

Total Suplementado ..... R\$ 67.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 48.888-7 – CONTA MOVIMENTO).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 002/2015, CONVOCA o seguinte candidato aprovado no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
043.077.029-48	FABIO JUNIOR GESSI	Operador de Escavadeira Hidráulica

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, o candidato deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Analizados os exames e sendo o candidato considerado apto, o mesmo será, então, nomeado para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de abril de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 167, DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 167, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA EDSON RABUSKE COMO PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o pedido de exoneração apresentado pelo servidor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDSON RABUSKE, brasileiro, solteiro, inscrita no CPF nº 049.352.969-17, de Presidente da Comissão Municipal de Defesa Civil-COMDEC.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de abril de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 168, DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 168, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA EDSON RABUSKE COMO MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o pedido de exoneração apresentado pelo servidor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDSON RABUSKE, brasileiro, solteiro, inscrita no CPF nº 049.352.969-17, de membro do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de abril de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 169, DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 169, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA EDSON RABUSKE COMO PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o pedido de exoneração apresentado pelo servidor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDSON RABUSKE, brasileiro, solteiro, inscrita no CPF nº 049.352.969-17, de Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de abril de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 170, DE 01 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA Nº 170, DE 01 DE ABRIL DE 2016

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 015/2016, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologa a licitação nº 015/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa CLÍNICA MÉDICA GOMES & FONTINELI S/S, inscrita no CNPJ sob n.º 12.219.111/0001-72 - médico ginecologista, obstetrícia e exame de ultra-som, pelo preço mensal de R\$ 5.710,00 (cinco mil, setecentos e dez reais);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 01 DE ABRIL DE 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 177, DE 04 DE ABRIL DE 2016**

PORTARIA Nº 177, DE 04 DE Abril DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR MAURILIO DENARDI.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor MAURILIO DENARDI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do departamento de transportes e obras, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 07/01/2014 a 06/01/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 04 de abril de 2016 a 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 04 de abril de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 178, DE 04 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 178, DE 04 DE abril DE 2016.

Concede Licença prêmio A Servidora Pública ILSE NEIS DA SILVA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora pública ILSE NEIS DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, 01 (um) mês de LICENÇA PRÊMIO, referentes ao período aquisitivo de 03/01/2009 a 03/01/2014, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 04 de abril de 2016 a 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 04 de abril de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PRIMEIRA RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2016****PRIMEIRA RETIFICAÇÃO**

O Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, sob a organização da empresa Instituto Excelência Ltda - ME, resolve RETIFICAR o edital do PROCESSO SELETIVO – EDITAL 001/2016, publicado no dia 29 de Março de 2016, conforme segue

Onde se lê:

**2 - DAS INSCRIÇÕES:**

2.1 - Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá inteirar-se deste Edital e certificar-se de que preenche ou preencherá conforme o



caso, até o ato da contratação, todos os requisitos exigidos para provimento do cargo, sendo que, todos os atos inerentes a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão exclusivamente realizados pela internet no site da empresa organizadora:

- a) Em hipótese alguma será devolvido o valor pago com inscrição realizada de forma incorreta.
- b) Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de alteração de opção referente ao cargo,
- c) Em hipótese alguma será aceita transferência de inscrição entre pessoas, alterações de locais de realização de provas e alteração da inscrição do concorrente na condição de ampla concorrência para a condição de portador de deficiência, ou outra qualquer.

2.2 - São condições para a contratação:

2.2.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal e demais disposições de leis, no caso de estrangeiro;

2.2.2 - Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos, até a data da contratação;

2.2.3 - Estar quite com o Serviço Militar, para candidatos do sexo masculino, que deverá ser comprovado através de certidão expedida pelo órgão competente;

2.2.4 - Estar em gozo dos seus direitos civis e políticos;

2.2.5 - Estar quite com a Justiça Eleitoral, que deverá ser comprovado através de certidão emitida pelo órgão competente;

2.2.6 - Não registrar antecedentes criminais, que deverá ser comprovado através de certidão expedida pela Secretaria de Segurança Pública;

2.2.7 - Não ter sido exonerado a bem do serviço público ou justa causa (Federal, Estadual, ou Municipal) em consequência de processo administrativo;

2.2.8 - Possuir os requisitos exigidos para as atividades do cargo;

2.2.9 - Possuir inscrição no órgão de classe competente se aplicável, nos termos da legislação pertinente.

2.3 - A apresentação dos documentos comprobatórios das condições exigidas no subitem 2.2 será feita no ato da contratação. A não apresentação é fator de cancelamento de todos os efeitos da inscrição.

2.4 - O candidato deverá ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, bem como não ser portador de deficiência incompatível com o exercício das atividades que competem ao cargo.

2.5 - Para efetuar a inscrição, o candidato deverá proceder na seguinte forma:

2.5.1 - Acessar o site da empresa organizadora do concurso [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) no período de 30 de março de 2016 a 15 de abril de 2016 até às 12h.

2.5.2 - Localizar o link destinado a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO identificado pelo nome do Município de Pinheiro Preto-SC e acessar o Formulário de inscrição on-line.

2.5.3 - Preencher corretamente o Formulário de Inscrição, conferir todos os dados preenchidos e confirmar.

2.5.4 - Após se cadastrar no site da empresa, para confirmar a inscrição o candidato deverá clicar no link GERAR BOLETO, disponível no site da empresa, no menu do candidato que irá direcionar para o site da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto -SC, onde irá escolher o cargo de acordo com o cadastrado no site da empresa organizadora.

2.5.5 - Após o cadastro no site da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto-SC, seguir o procedimento e imprimir o boleto para efetuar o pagamento.

2.5.6 - O comprovante de Inscrição é o boleto bancário devidamente quitado

2.6 - O Município de Pinheiro Preto-SC e a empresa Instituto Excelência Ltda – ME, não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. Assim é recomendável que o candidato realize sua inscrição e respectivo pagamento com a devida antecedência.

2.7 - Após as 17:00h do dia 15 de abril de 2016 não será possível acessar o formulário de inscrição.

2.8 - O pagamento do valor da inscrição deverá ser realizado até o dia 15 de abril de 2016.

2.9 - É vedada a transferência do valor pago a título de inscrição para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outros cargos do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, ou ainda para outros Processos Seletivos.

2.10 - Não serão aceitas inscrições por via postal, condicional e/ou extemporânea.

2.11 - Não será aceito, como pagamento do valor da inscrição, comprovante de agendamento bancário ou depósito bancário.

2.12 - O candidato que desejar concorrer à vaga reservada para portadores de deficiência deverá, obrigatoriamente, no ato da inscrição, informar em campo específico do Formulário de Inscrição online, e proceder conforme estabelecido no item 4 deste Edital.

2.13 - Não haverá devolução do valor de inscrição, salvo no caso de cancelamento do certame.

2.14 - O candidato que preencher incorretamente seu Formulário de Inscrição ou que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas no Edital, terá sua inscrição cancelada, tendo, em consequência, anulados todos os atos decorrentes dela, mesmo que aprovado nas provas e exames, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

2.14.1 - O candidato responde civil, criminal e administrativamente pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição.

2.15 - Erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados no dia da realização da Prova Escrita Objetiva para que o Fiscal de Sala faça a devida correção na lista de presença.

2.16 - Verificando-se, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos exigidos, será ela cancelada.

2.17 - Os candidatos não poderão se inscrever para mais de um cargo, sob sua responsabilidade se se inscreverem, cientes de que não haverá a possibilidade de reembolso do valor pago com a título de taxa de inscrição.

Leia-se:

## 2 - DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá inteirar-se deste Edital e certificar-se de que preenche ou preencherá conforme o caso, até o ato da contratação, todos os requisitos exigidos para provimento do cargo, sendo que, todos os atos inerentes a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão exclusivamente realizados pela internet no site da empresa organizadora:

- a) Em hipótese alguma será devolvido o valor pago com inscrição realizada de forma incorreta.
- b) Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de alteração de opção referente ao cargo,
- c) Em hipótese alguma será aceita transferência de inscrição entre pessoas, alterações de locais de realização de provas e alteração da inscrição do concorrente na condição de ampla concorrência para a condição de portador de deficiência, ou outra qualquer.

2.2 - São condições para a contratação:

- 2.2.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal e demais disposições de leis, no caso de estrangeiro;
- 2.2.2 - Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos, até a data da contratação;
- 2.2.3 - Estar quite com o Serviço Militar, para candidatos do sexo masculino, que deverá ser comprovado através de certidão expedida pelo órgão competente;
- 2.2.4 - Estar em gozo dos seus direitos civis e políticos;
- 2.2.5 - Estar quite com a Justiça Eleitoral, que deverá ser comprovado através de certidão emitida pelo órgão competente;
- 2.2.6 - Não registrar antecedentes criminais, que deverá ser comprovado através de certidão expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- 2.2.7 - Não ter sido exonerado a bem do serviço público ou justa causa (Federal, Estadual, ou Municipal) em consequência de processo administrativo;
- 2.2.8 - Possuir os requisitos exigidos para as atividades do cargo;
- 2.2.9 - Possuir inscrição no órgão de classe competente se aplicável, nos termos da legislação pertinente.
- 2.3 - A apresentação dos documentos comprobatórios das condições exigidas no subitem 2.2 será feita no ato da contratação. A não apresentação é fator de cancelamento de todos os efeitos da inscrição.
- 2.4 - O candidato deverá ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, bem como não ser portador de deficiência incompatível com o exercício das atividades que competem ao cargo.
- 2.5 - Para efetuar a inscrição, o candidato deverá proceder na seguinte forma:
- 2.5.1 - Acessar o site da empresa organizadora do concurso [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br) no período de 30 de março de 2016 a 15 de abril de 2016 até às 12h.
- 2.5.2 - Localizar o link destinado a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO identificado pelo nome do Município de Pinheiro Preto-SC e acessar o Formulário de inscrição on-line.
- 2.5.3 - Preencher corretamente o Formulário de Inscrição, conferir todos os dados preenchidos e confirmar.
- 2.5.4 - Após se cadastrar no site da empresa, para confirmar a inscrição o candidato deverá clicar no link GERAR BOLETO, disponível no site da empresa, no menu do candidato que irá direcionar para o site da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto -SC, onde irá escolher o cargo de acordo com o cadastrado no site da empresa organizadora.

Ao selecionar a opção desejada, clique no Linck que vai aparecer:

Se estiver cadastrado no Sistema da Prefeitura, prossiga, clicando em abrir processo:

Caso não esteja cadastrado:

Preencher corretamente todas as informações solicitadas e salvar:

Após salvar o cadastro, retornar à pesquisa:

Prossiga, clicando em abrir processo:

- 2.5.5 – Após o cadastro no site da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto-SC, seguir o procedimento e imprimir o boleto para efetuar o pagamento.
- 2.5.6 - O comprovante de Inscrição é o boleto bancário devidamente quitado
- 2.6 - O Município de Pinheiro Preto-SC e a empresa Instituto Excelência Ltda – ME, não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. Assim é recomendável que o candidato realize sua inscrição e respectivo pagamento com a devida antecedência.
- 2.7 - Após as 17:00h do dia 15 de abril de 2016 não será possível acessar o formulário de inscrição.
- 2.8 - O pagamento do valor da inscrição deverá ser realizado até o dia 15 de abril de 2016.
- 2.9 - É vedada a transferência do valor pago a título de inscrição para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outros cargos do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, ou ainda para outros Processos Seletivos.
- 2.10 - Não serão aceitas inscrições por via postal, condicional e/ou extemporânea.
- 2.11 - Não será aceito, como pagamento do valor da inscrição, comprovante de agendamento bancário ou depósito bancário.
- 2.12 - O candidato que desejar concorrer à vaga reservada para portadores de deficiência deverá, obrigatoriamente, no ato da inscrição, informar em campo específico do Formulário de Inscrição online, e proceder conforme estabelecido no item 4 deste Edital.
- 2.13 - Não haverá devolução do valor de inscrição, salvo no caso de cancelamento do certame.
- 2.14 - O candidato que preencher incorretamente seu Formulário de Inscrição ou que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas no Edital, terá sua inscrição cancelada, tendo, em consequência, anulados todos os atos decorrentes dela, mesmo que aprovado nas provas e exames, ainda que o fato seja constatado posteriormente.
- 2.14.1 - O candidato responde civil, criminal e administrativamente pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição.
- 2.15 - Erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados no dia da realização da Prova Escrita Objetiva para que o Fiscal de Sala faça a devida correção na lista de presença.
- 2.16 - Verificando-se, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos exigidos, será ela cancelada.
- 2.17 - Os candidatos não poderão se inscrever para mais de um cargo, sob sua responsabilidade se se inscreverem, cientes de que não haverá a possibilidade de reembolso do valor pago com a título de taxa de inscrição.

Onde se lê:

#### 7 - DA CLASSIFICAÇÃO:

7.1 - A Lista de Classificação Final será em ordem decrescente de acordo com a nota final.

7.2 - Haverá 01 (uma) lista de classificação final para todos os candidatos aprovados, destacando-se, na mesma, os portadores de deficiência e uma lista contendo a classificação desses últimos.

7.3 - Em caso de igualdade de classificação, na Lista de Classificação Final, o desempate ocorrerá da seguinte forma:

7.3.1 - Terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, na data do término das inscrições.

7.3.2 – Aplicado o disposto no item 8.3.1 e persistindo o empate, o desempate beneficiará o candidato que, na ordem a seguir, tenha obtido, sucessivamente, em cada cargo:

- a) O maior número de pontos na prova de Conhecimento Específico.
- b) O maior número de pontos na prova de Conhecimento Português.
- c) O maior número de pontos na prova de Conhecimento Matemática.

7.4 - A Comissão responsável pela realização do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO dará publicidade ao Edital, às convocações, e resultados no Quadro de Avisos da Sede da Prefeitura, em jornal local com circulação no município e no site do Município [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br) e no site da empresa [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br).

Leia-se :

#### 7 - DA CLASSIFICAÇÃO:

7.1 - A Lista de Classificação Final será em ordem decrescente de acordo com a nota final.

7.2 - Haverá 01 (uma) lista de classificação final para todos os candidatos aprovados, destacando-se, na mesma, os portadores de deficiência e uma lista contendo a classificação desses últimos.

7.3 - Em caso de igualdade de classificação, na Lista de Classificação Final, o desempate ocorrerá da seguinte forma:

7.3.1 - Terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, na data do término das inscrições.

7.3.2 – Aplicado o disposto no item 7.3.1 e persistindo o empate, o desempate beneficiará o candidato que, na ordem a seguir, tenha obtido, sucessivamente, em cada cargo:

- a) O maior número de pontos na prova de Conhecimento Específico.
- b) O maior número de pontos na prova de Conhecimento Português.
- c) O maior número de pontos na prova de Conhecimento Matemática.

7.4 - A Comissão responsável pela realização do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO dará publicidade ao Edital, às convocações, e resultados no Quadro de Avisos da Sede da Prefeitura, em jornal local com circulação no município e no site do Município [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br) e no site da empresa [www.institutoexcelenciapr.com.br](http://www.institutoexcelenciapr.com.br).

Onde se lê:

#### ANEXO I – REQUISITOS

CARGO	Nº DE VAGAS	REQUISITOS	JORNADA HORAS/ SEMANAL	VENCIMENTO BASE	TAXA DE INSCRIÇÃO
ATENDENTE DE CRECHE	*CR	Ensino Médio Cursando Magistério ou Pedagogia	40	R\$907,98	R\$50,00
SERVENTE	*CR	Nível Fundamental	40	R\$1.082,60	R\$30,00
OPERÁRIO BRAÇAL	*CR	Nível Fundamental	40	R\$1.085,88	R\$30,00
NUTRICIONISTA-NASF	*CR	Nível Superior	20	R\$2.263,62	R\$80,00
PSICOLOGO-NASF	*CR	Nível Superior	20	R\$2.263,62	R\$80,00
FISIOTERAPEUTA-NASF	*CR	Nível Superior	20	R\$ 2.263,62	R\$80,00

Leia –se :

#### ANEXO I – REQUISITOS

CARGO	Nº DE VAGAS	REQUISITOS	JORNADA HORAS/ SEMANAL	VENCIMENTO BASE	TAXA DE INSCRIÇÃO
ATENDENTE DE CRECHE	*CR	Ensino Médio Cursando Magistério ou Pedagogia	40	R\$907,98	R\$50,00
SERVENTE	*CR	Nível Fundamental	40	R\$1.082,60	R\$30,00
OPERÁRIO BRAÇAL	*CR	Nível Fundamental	40	R\$1.085,88	R\$30,00
NUTRICIONISTA-NASF	*CR	Nível Superior com formação em Nutrição	20	R\$2.263,62	R\$80,00
PSICOLOGO-NASF	*CR	Nível Superior com formação em Psicologia	20	R\$2.263,62	R\$80,00
FISIOTERAPEUTA-NASF	*CR	Nível Superior com formação em Fisioterapia	20	R\$ 2.263,62	R\$80,00

Onde se lê:

**ANEXO IV – CONHECIMENTO ESPECÍFICO PARA CADA CARGO**

Atendente de Creche (Nível Médio) Cursando Magistério ou Pedagogia

Família e escola. Desenvolvimento Infantil. Repouso e sono. Recreação, entretenimento, brinquedos e brincadeiras. Nutrição e Alimentação. Higiene e cuidados corporais das crianças e adolescentes. Saúde e bem-estar das crianças e adolescentes. Prevenção de acidentes e primeiros socorros. Arrumação e manutenção da ordem e limpeza no ambiente de trabalho. Organização dos Espaços e Rotina na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Disciplina e Limites. Organização do espaço da escola. Práticas promotoras de igualdade racial. História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Demais conteúdos relacionado com as atribuições do cargo.

Fisioterapeuta (Nível Superior)

Análise cinesiológica dos movimentos. Provas de função muscular. Desenvolvimento neuropsicomotor da criança. Cinesioterapia. Avaliação de postura e marcha. Avaliação e prescrição de tratamento fisioterapêutico em patologias ortopédicas, neurológicas, cardiovasculares, respiratórias, reumatológicas, dermatológicas. Prevenção de incapacidade em hanseníase. Atenção ao pé diabético. Atenção ao Idoso. Fisioterapia Preventiva. Órteses e Próteses.

Psicólogo (Nível Superior):

Ética profissional. Avaliação psicológica Intervenção psicossocial com grupos e políticas públicas; Modelos teóricos de psicoterapia; Plantão Psicológico; Teorias da personalidade; Transtornos da personalidade; Transtornos de ansiedade; Transtornos mentais relacionados ao uso de substâncias. Constituição psíquica; Diagnóstico e tratamento psicológico; Trabalho com grupos; Legislação profissional; Desenvolvimento humano; A atuação do psicólogo em instituições;

Nutricionista (Nível Superior)

Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros, saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos, métodos de conservação, técnica de higienização da área física, equipamentos e utensílios; Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química; Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos; Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário; Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais; Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação; Nutrição materno infantil; crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária; Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância; Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiológicas doenças nutricionais de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição proteico-calórica, anemias carências nutricionais; Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional; Epidemiologia da desnutrição proteico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias; Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN; Modificação da dieta normal e padronização hospitalar; Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição; Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis; Ética profissional. Legislação do Sistema Único de Saúde –SUS; Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico; Conhecimentos Gerais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Leia se:

**ANEXO IV – CONHECIMENTO ESPECÍFICO PARA CADA CARGO**

Atendente de Creche (Nível Médio) Cursando Magistério ou Pedagogia

Família e escola. Desenvolvimento Infantil. Repouso e sono. Recreação, entretenimento, brinquedos e brincadeiras. Nutrição e Alimentação. Higiene e cuidados corporais das crianças e adolescentes. Saúde e bem-estar das crianças e adolescentes. Prevenção de acidentes e primeiros socorros. Arrumação e manutenção da ordem e limpeza no ambiente de trabalho. Organização dos Espaços e Rotina na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Disciplina e Limites. Organização do espaço da escola. Práticas promotoras de igualdade racial. História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Demais conteúdos relacionado com as atribuições do cargo.

Fisioterapeuta (Nível Superior em Fisioterapia):

Análise cinesiológica dos movimentos. Provas de função muscular. Desenvolvimento neuropsicomotor da criança. Cinesioterapia. Avaliação de postura e marcha. Avaliação e prescrição de tratamento fisioterapêutico em patologias ortopédicas, neurológicas, cardiovasculares, respiratórias, reumatológicas, dermatológicas. Prevenção de incapacidade em hanseníase. Atenção ao pé diabético. Atenção ao Idoso. Fisioterapia Preventiva. Órteses e Próteses.

Psicólogo (Nível Superior em Psicologia):

Ética profissional. Avaliação psicológica Intervenção psicossocial com grupos e políticas públicas; Modelos teóricos de psicoterapia; Plantão Psicológico; Teorias da personalidade; Transtornos da personalidade; Transtornos de ansiedade; Transtornos mentais relacionados ao uso de substâncias. Constituição psíquica; Diagnóstico e tratamento psicológico; Trabalho com grupos; Legislação profissional; Desenvolvimento humano; A atuação do psicólogo em instituições;

Nutricionista (Nível Superior em Nutrição):

Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros, saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos, métodos de conservação, técnica de higienização da área física, equipamentos e utensílios; Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química; Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos; Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário; Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais; Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação; Nutrição materno infantil; crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária; Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância; Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiológicas doenças nutricionais de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição proteico-calórica, anemias carências nutricionais; Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional; Epidemiologia da desnutrição proteico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias;



Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN; Modificação da dieta normal e padronização hospitalar; Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição; Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis; Ética profissional. Legislação do Sistema Único de Saúde –SUS; Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico; Conhecimentos Gerais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Onde se lê:

#### ANEXO V – CRONOGRAMA

PREVISÃO DE CRONOGRAMA (*)	
Publicação do Edital de Abertura do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	29/03/2016
Abertura das Inscrições (pelo site da empresa)	Às 08:00 de 30/03/2016
Prazo para solicitação PNE(portador de necessidades especiais), envio de documentos	30/03/2016 a 15/04/2016
Encerramento das Inscrições	Às 17:00h do dia 15/04/2016
Publicação Edital de Inscrições Homologadas	20/04/2016
Publicação do local de Prova Objetiva	26/04/2016
Realização das Provas Objetivas (manhã)	01/05/2016
Publicação do Gabarito Preliminar das Provas Objetivas	02/05/2016
Publicação da análise dos recursos do gabarito preliminar, Publicação do gabarito final, Publicação Classificação Final	06/05/2016
Publicação do Edital de Homologação do Resultado Final do Concurso	11/05/2016

(\*)Observação: As datas acima e as demais constantes neste edital, são previsões para a execução do certame, podendo sofrer alterações, que serão devidamente informadas em Edital.

Leia –se:

#### ANEXO V – CRONOGRAMA

PREVISÃO DE CRONOGRAMA (*)	
Publicação do Edital de Abertura do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	29/03/2016
Abertura das Inscrições (pelo site da empresa)	Às 08:00 de 30/03/2016
Prazo para solicitação PNE(portador de necessidades especiais), envio de documentos	30/03/2016 a 15/04/2016
Encerramento das Inscrições	Às 17:00h do dia 15/04/2016
Publicação Edital de Inscrições Homologadas	20/04/2016
Prazo para recurso das Inscrições Homologadas	21/04/2016 a 22/04/2016
Publicação do resultado dos recursos contra a Homologação das inscrições.	25/04/2016
Publicação Edital de Homologação Final das inscrições com local e horário da Prova Objetiva	26/04/2016
Realização das Provas Objetivas (manhã)	01/05/2016
Publicação do Gabarito Preliminar das Provas Objetivas	02/05/2016
Prazo de Recurso contra as questões e ao Gabarito Preliminar da prova objetiva	03/05/2016 a 04/05/2016
Publicação da análise dos recursos contra as questões e ao gabarito preliminar, Publicação do gabarito final, Publicação da Classificação Preliminar da prova objetiva.	06/05/2016
Prazo de Recurso da Classificação Preliminar prova objetiva	07/05/2016 e 08/05/2016
Publicação do resultado dos recursos da Classificação Preliminar e do Resultado da Classificação Final.	11/05/2016
Publicação do Edital de Homologação do Resultado Final.	13/05/2016

(\*)Observação: As datas acima e as demais constantes neste edital, são previsões para a execução do certame, podendo sofrer alterações, que serão devidamente informadas em Edital.

Pinheiro Preto-SC, 08 de abril de 2016

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 01/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AV. ARTHUR COSTA E SILVA, FONE 49 3562 -1494

E-mail: cms@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

Dispõe sobre a Prestação de Contas da Gestão do Fundo Municipal de Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas da gestão do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto/SC, relativas ao exercício de 2015, para

todos os fins legais.

Art. 2º Aprovar as informações prestadas ao SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde), referente à aplicação dos recursos públicos do Fundo Municipal de Saúde, relativas ao exercício de 2015.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto – SC, 05 de abril de 2016.

Ivanete Simionato Bado

Presidente do CMS

Pinheiro Preto - SC

### **TERMO ADITIVO Nº 018/2016**

TERMO ADITIVO Nº 018/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 218/2015

Termo Aditivo celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME, autorizado através do Processo nº 138/2015, Licitação nº 004/2015, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

CNPJ-MF n.º E OU CPF. 09.428.416/0001-80

Endereço: Rua Prefeito José acco, nº 250- Ibicaré

Representada por: José Luiz Policeno da Silva

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

Licitação nº 004/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, contrato nº 218/2015, cujo objeto visa a execução de serviços de melhorias na escola fundamental- Espaço Educativo Urbano II, no Município de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 004/2015 tem seu termo final para 31/12/2015.

2.2. Considerando as intempéries do tempo, que ocorreram nos meses vigentes do contrato, interferindo assim na execução dos serviços da obra.

2.3 Considerando o atraso da entrega do material para a execução dos serviços de pavimentação em paver.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 218/2015, onde seu término será para 01/06/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÃO FINAL

As demais cláusulas do contrato de execução de obra de engenharia nº 218/2015 continuam inalteradas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 30 de Março de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:



# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4534/2016

DECRETO Nº 4534/2016

DESIGNA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 01/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo, Edital nº 01/2016, composta pelos seguintes membros:

ELAINE ZENAIDE BRAGHINI  
MARLI ADRIANE DOMINGUES  
VALDEZIA MARIA CHIARELLO

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o disposto no Decreto nº 4520/2016.

Planalto Alegre – SC, 22 de Fevereiro de 2016.

Plinio Dallacorte  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

### TA003\_2013

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº:	003/2013 – QUINTO TERMO ADITIVO
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE
Contratada:	CONTAPLAN CONTABILIDADE LTDA
Objeto:	CORREÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA.
Valor Acrescido:	R\$ 693,75 (seiscentos e noventa e três reais com setenta e cinco centavos).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL N. 003/2013
PLANALTO ALEGRE, 01 de Abril de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

### TA007\_2014

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº:	007/2014 – TERCEIRO TERMO ADITIVO
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE
Contratada:	DIEGO JOBIM FIABANE
Objeto:	CORREÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL.
Valor Acrescido:	R\$ 331,87 (trezentos e trinta e um reais com oitenta e sete centavos).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2014
PLANALTO ALEGRE, 01 de Abril de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

### TA014\_2013

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº:	014/2013 – QUARTO TERMO ADITIVO
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE
Contratada:	JONIKLEI EDUARDO SCHENIDER - MEI
Objeto:	CORREÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA.
Valor Acrescido:	R\$ 276,75 (duzentos e setenta e seis reais com setenta e cinco centavos).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2013
PLANALTO ALEGRE, 01 de Abril de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

### TA050\_2014

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº:	050/2014 – TERCEIRO TERMO ADITIVO
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE
Contratada:	EDERSON LUIZ BELLÉ
Objeto:	CORREÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO AGRÍCOLA.
Valor Acrescido:	R\$ 204,24 (duzentos e quatro reais com vinte e quatro centavos)
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL N. 048/2014
PLANALTO ALEGRE, 01 de Abril de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

# Pomerode

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 002 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 002 / 2016

Processo Administrativo n.º 022 / 2016.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: EMPRESA DE TRANSPORTES COLETIVO VOLKMANN LTDA.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE PASSES ESCOLARES PARA TRANSPORTE COLETIVO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL N.º 2.337/2011.  
Valor Unitário do Bloco (bloco com 50 passes): R\$91,50 (noventa e um reais e cinquenta centavos).  
Valor total contratado – 7.103 Blocos: R\$649.924,50 (seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).  
Prazo de vigência: 31/12/2016.  
Justificativa: Trata-se da aquisição de passes escolares fornecidos pela única empresa de transporte coletivo autorizada a operar no Município de Pomerode/SC, em conformidade com o disposto no artigo 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 07 de Abril de 2016.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### RESOLUÇÃO Nº 001/2016/COMAD

RESOLUÇÃO Nº 001/2016/COMAD  
Dispõe sobre a aprovação do pagamento de despesas com os recursos do Fundo Para Ações de Políticas Públicas Sobre Drogas de Pomerode - FUMPOP.

O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - COMAD no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 281, de 14 de Maio de 2015, e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD, realizada no dia 03 de Fevereiro de 2016

#### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o pagamento das despesas referente à contratação de capacitação da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM sobre o Funcionamento do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD, no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) para os Conselheiros do COMAD de Pomerode.

Art.2º - A Capacitação ocorrerá nos dias 23 de Março e 04 de Abril, no UEJA, Pomerode.

Pomerode, 03 de Fevereiro de 2016.  
Michaela Reimer Dopona  
Coordenadora do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD

### RESOLUÇÃO Nº 002/2016/COMAD

RESOLUÇÃO Nº 002/2016/COMAD  
Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode – COMAD.

O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - COMAD no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 281, de 14 de Maio de 2015, e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD, realizada no dia 06 de Abril de 2016,

#### RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições contrárias.

#### REGIMENTO INTERNO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMAD

#### CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno que tem por finalidade disciplinar as atividades e o funcionamento do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas e o Fundo Municipal para Ações de Políticas Sobre Drogas - FUMPOP, no âmbito do Município de Pomerode, visando à adequação de suas ações aos objetivos para os quais foi instituído nos termos da Lei Municipal nº 281, de 14 de maio de 2015.

Art. 2º O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD, criado pela Lei Complementar nº 281, de 14 de maio de 2015, de caráter permanente, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, é órgão colegiado deliberativo, consultivo, fiscalizador, normatizador e controlador da Política Municipal sobre Drogas e das ações em todos os níveis, assegurada a participação de representantes de organizações da Sociedade Civil, do Poder Público Municipal e outros órgãos vinculados à esfera Estadual.

Art. 3º O COMAD vincula-se administrativamente ao Poder Executivo Municipal e integra-se aos órgãos e ações resultantes do esforço Estadual e Nacional Sobre Drogas e dedica-se ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas no Município de Pomerode.

Art. 4º Para os fins deste Regimento considera-se:

I - Política Sobre Drogas: o conjunto de ações relacionadas à prevenção ao uso prejudicial de drogas, ao tratamento, recuperação e à reinserção social das pessoas que apresentem transtornos decorrentes de seu uso prejudicial e à redução de sua demanda;

II - Droga: como toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos;

III - drogas ilícitas: aquelas assim especificadas em Lei nacional e em tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informadas a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e o Ministério da Justiça (MJ).

Parágrafo único. O COMAD atuará tanto no combate ao uso prejudicial de drogas ilícitas, quanto no combate ao uso prejudicial de drogas lícitas, como o tabaco, álcool e uso indevido e prejudicial de medicamentos, etc.

## CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE DIREITOS

Art. 5º Compete ao COMAD:

I - estabelecer diretrizes e propor as políticas públicas de prevenção, de tratamento, de recuperação, de reinserção social, de enfrentamento e combate ao tráfico de substâncias psicoativas, atinente à redução da demanda, no âmbito municipal, em obediência às diretrizes do Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes que determinem dependência física ou psíquica e ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

II - acompanhar e avaliar a política nacional, consolidada pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

III - instituir e desenvolver ações de redução da demanda de substâncias psicoativas, compatibilizando-as com a política proposta pelos Conselhos Estadual e Nacional, bem como acompanhar sua execução.

IV - inscrever e fiscalizar as entidades, instituições e/ou programas que, no âmbito do Município, desempenham atividades na área de recuperação e reinserção social do dependente químico, orientado e cooperando para o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido;

V - estimular ações e programas de prevenção ao uso e abuso de substâncias psicoativas;

VI - aprovar e controlar as Políticas Públicas sobre Drogas no âmbito do Município;

VII - participar da formulação e da articulação de ações governamentais e não governamentais no âmbito do Município;

VIII - promover e apoiar o aperfeiçoamento e atualização permanente dos Conselheiros representantes das organizações governamentais e não governamentais;

IX - expedir atos relativos às deliberações do Plenário, de acordo com as finalidades estabelecidas nesta Lei;

X - manter registros de todas as atividades, ações, projetos, planos, relatórios, pesquisas, estudos e outros que tenham relação com o COMAD;

XI - acompanhar as ações do Fórum Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas;

XII - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo do uso abusivo de drogas lícitas, ilícitas, na repressão e na prevenção ao tráfico;

XIII - colaborar com a elaboração de planos de supervisão e fiscalização das atividades relacionadas à prevenção ao uso ou abuso de drogas lícitas e ilícitas;

XIV - aprovar e alterar o seu Regimento Interno.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA FUNCIONAL

### SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas é composto paritariamente por 12 (doze) membros, sendo 06 (seis) governamentais e 06 (seis) não governamentais, cada qual com um suplente, sendo:

I - 6 (seis) representantes do Poder Público, sendo:

- 01 representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e

Habitação - SEDES

- 01 representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

- 01 representante da Secretaria de Saúde

- 01 representante do CAPS

- 02 representantes da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

II - 06 (seis) representantes de Organização Não Governamentais sediadas no Município, de atenção às questões relacionadas ao uso e abuso de substâncias psicoativas na área de prevenção, atendimento, recuperação, reinserção social, responsabilidade e controle social, promoção, proteção e defesa dos direitos.

§ 1º Os representantes Governamentais Municipais, titulares e suplentes, das entidades relacionadas no inciso I, deste artigo, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, podendo ser substituídos a qualquer tempo, mediante nova nomeação.

§ 2º A escolha da representação das organizações não governamentais ocorrerá bianualmente, em fórum próprio, por maioria simples, convocado pelo Coordenador do COMAD, dois meses antes do término do mandato, obedecidos os princípios gerais de escolha constantes no Regimento Interno.

§ 3º Cada organização não governamental terá direito a um voto, exercido por representante apresentado por escrito pela diretoria da entidade.

§ 4º As 6 (seis) entidades mais votadas serão considerados eleitas para o Conselho dos Direitos, devendo indicar, no momento de sua candidatura, um representante titular e um suplente, e as outras 5 (cinco) pela ordem de votação, serão consideradas entidades suplentes.

Art. 7º A atividade dos membros do COMAD reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função de conselheiro será considerado serviço de interesse público relevante e não será remunerado;

II - os conselheiros serão excluídos do COMAD e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões intercaladas por ano;

III - os membros do COMAD poderão ser substituídos mediante solicitação escrita da entidade ou autoridade responsável apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - cada membro do COMAD terá direito a um único voto na sessão plenária.

Parágrafo Único - A sociedade civil será automaticamente substituída pela próxima mais votada no fórum na hipótese do seu representante, tanto o titular como o suplente, faltar injustificadamente a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões intercaladas por ano.

Art. 8º Os membros titulares e suplentes do COMAD terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 9º Todas as sessões do COMAD serão públicas e precedidas de divulgação.

Art. 10 A posse do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas será feita pelo Prefeito Municipal através de portaria obedecida a origem das indicações no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a eleição dos representantes das organizações não governamentais.

### SEÇÃO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 11 O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas terá a seguinte estrutura organizacional:

- I - Plenário;
- II - Mesa Diretora;
- III - Comissões.

§ 1º O Plenário é composto pelos membros do COMAD.

§ 2º A Mesa Diretora é composta por Coordenador, Vice-Coordenador, Secretário e Vice-Secretário.

§ 3º As Comissões serão compostas por, no mínimo, três conselheiros, escolhidos pelo Plenário, observando-se a paridade entre os representantes governamentais e não governamentais.

Art. 12 São as Comissões Permanentes:

- I - Comissão de Finanças e Captação de Recursos;
- II - Comissão de Política, Plano e Diagnóstico;
- III - Comissão de Normas e Registros.

### SEÇÃO III DO PLENÁRIO

Art. 13 Ao Plenário, órgão deliberativo do COMAD, compete:

I - estabelecer diretrizes e propor as políticas públicas de prevenção, de tratamento, de recuperação, de reinserção social, de enfrentamento e combate ao tráfico de substâncias psicoativas, atinentes à redução da demanda, no âmbito municipal, em obediência às diretrizes do Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes que determinem dependência física ou psíquica e ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

II - acompanhar e avaliar a política nacional, consolidada pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

III - instituir e desenvolver ações de redução da demanda de substâncias psicoativas, compatibilizando-as com a política proposta pelos Conselhos Estadual e Nacional, bem como acompanhar sua execução.

IV - inscrever e fiscalizar as entidades, instituições e/ou programas que, no âmbito do Município, desempenham atividades na área de recuperação e reinserção social do dependente químico, orientando e cooperando para o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

V - estimular ações e programas de prevenção ao uso e abuso de substâncias psicoativas;

VI - aprovar e controlar as Políticas Públicas sobre Drogas no âmbito do Município;

VII - participar da formulação e da articulação de ações governamentais e não governamentais no âmbito do Município;

VIII - promover e apoiar o aperfeiçoamento e atualização permanente dos Conselheiros representantes das organizações governamentais e não governamentais;

IX - expedir atos relativos às deliberações do Plenário, de acordo com as finalidades estabelecidas nesta Lei;

X - manter registros de todas as atividades, ações, projetos, planos, relatórios, pesquisas, estudos e outros que tenham relação com o COMAD;

XI - acompanhar as ações do Fórum Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas;

XII - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo do uso abusivo de drogas lícitas, ilícitas, na repressão e na prevenção ao tráfico;

XIII - colaborar com a elaboração de planos de supervisão e fiscalização das atividades relacionadas à prevenção ao uso ou abuso de drogas lícitas e ilícitas;

XIV - aprovar e alterar o seu Regimento Interno.

XV - Eleger, por maioria Absoluta, os Conselheiros para integrarem as Comissões permanentes e temporárias.

XVI - Aprovar a proposta orçamentária e os planos anuais de aplicação dos recursos do FUMPOP, assim como aprovar sua destinação.

Art. 14 O Plenário é o órgão soberano das deliberações do COMAD.

Art. 15 As Assembleias do Conselho serão realizadas ordinariamente uma vez por mês, segundo cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício e, extraordinariamente, sob convocação da coordenação ou a requerimento de 1/3 de seus membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

§ 1º- As decisões do Conselho só poderão ser revistas uma única vez com a presença de 2/3 das entidades votantes, sendo a votação por maioria absoluta dos votos.

§2º O voto divergente poderá ser expresso na ata da reunião, a pedido do membro que o proferir.

### SEÇÃO IV DA MESA DIRETORA

Art. 16 A Mesa Diretora é a representação máxima do COMAD, composta por Coordenador, Vice-Coordenador, Secretário e Vice-Secretário.

Parágrafo Único - O mandato da Mesa Diretora será de 01 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 17 Compete ao Coordenador do COMAD:

I - convocar e presidir as reuniões ordinárias, extraordinárias do COMAD, tomando parte nas discussões e votações;

II - representar o COMAD em solenidades e zelar pelo seu prestígio;

III - orientar o funcionamento das Comissões;

IV - assinar, depois de discutidas e votadas, as Resoluções e Pareceres do COMAD;

V - assinar as correspondências oficiais do COMAD;

VI - nomear, por meio de resolução, os componentes das Comissões do Conselho;

VII - decidir as questões de ordem, reclamações ou solicitações em Plenário;

VIII - proferir voto de desempate nas votações plenárias.

IX - encaminhar solicitações de informações, fazer consultas, convocações ou convites a autoridades competentes e entidades públicas e privadas, conforme decisão da plenária;

X - requisitar, junto à Prefeitura, após aprovação da plenária, equipamento e pessoal administrativo para funcionamento do Conselho Municipal;

XI - autorizar despesas do Fundo Municipal, desde que aprovadas por 2/3 em plenária do Conselho.

XII - encaminhar a plenária os casos omissos contidos neste Regimento Interno.

Art. 18 Compete ao Vice-Coordenador assessorar o Coordenador, bem como substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

Art. 19 Compete ao Secretário:

I - redigir e ler a ata da reunião plenária;

II - inscrever as pessoas presentes à reunião que quiserem manifestar-se;

III - substituir o Coordenador e o Vice-Coordenador nas ausências e impedimentos destes;

IV - fazer o controle de frequência dos conselheiros, comunicando eventuais exclusões e substituições.

Art. 20 Cabe ao Vice-Secretário substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos.

### SEÇÃO V DAS COMISSÕES

Art. 21 As comissões são órgãos delegados e auxiliares do Plenário,



a quem compete proceder aos estudos, diligências e discussões que julgar necessários para emitir pareceres sobre as matérias que lhes forem distribuídas.

Art. 22 As comissões se dividem em permanentes e temporárias.

§ 1º As comissões temporárias poderão ser criadas pelo Plenário a qualquer tempo, com indicação de objetivos, prazos e componentes.

§ 2º As comissões são autônomas para determinar sua forma de funcionamento, bem como para o convite e aceite da participação de colaboradores sem direito a voto.

§ 3º Todas as comissões devem ser compostas obrigatoriamente por conselheiros do segmento governamental e não governamental, sendo que a representação será da entidade.

§ 4º As comissões serão compostas por, no mínimo, três (3) membros com mandato de um ano, observando-se a paridade, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 5º Os pareceres das comissões serão apreciados, discutidos e votados em Sessão Plenária.

§ 6º Os pareceres aprovados pelo COMAD poderão ser transformados em resoluções a juízo da plenária.

#### SEÇÃO VI DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

Art. 23 São Comissões Permanentes:

- I - Comissão Permanente de Política, Plano e Diagnóstico;
- II - Comissão Permanente de Normas e Regulamentação;
- III - Comissão Permanente de Finanças e Captação de Recursos;

Art. 24 Compete à Comissão Permanente de Política, Plano e Diagnóstico:

- I - auxiliar o COMAD na definição de prioridades, diretrizes e critérios para elaboração do plano municipal de políticas sobre drogas;
- II - fornecer subsídios para o acompanhamento da Política Pública sobre Drogas, bem como supervisionar as ações de atendimento desenvolvidas pelas entidades privadas e pelo Poder Público;
- III - estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependência física e psíquica;
- IV - acompanhar e controlar a execução do Plano Municipal de atendimento à criança e ao adolescente;
- V - promover o levantamento sistemático de dados sobre a realidade da política de atendimento à criança e ao adolescente no Município;
- VI - analisar os relatórios recebidos dos Conselhos Tutelares e de outros órgãos, apresentando, em plenária, propostas de encaminhamento;
- VII - analisar e elaborar pareceres sobre projetos apresentados;
- VIII - outras atribuições inerentes ao trabalho da comissão.

Art. 25 Compete à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação:

- I - normatizar o registro de entidades e a inscrição de programas de atendimento às crianças e adolescentes desenvolvidos pelas organizações governamentais e não governamentais;
- II - apreciar e emitir parecer quanto à solicitação de registro de entidades e inscrição dos programas governamentais e não governamentais;
- III - propor regulamentação acerca das matérias discutidas pelo plenário do COMAD;
- IV - informar ao Plenário irregularidades no cumprimento das normativas do COMAD que possam ensejar a revogação de inscrição

de entidade;

- V - fiscalizar as publicações das Resoluções emitidas pelo COMAD;
- VI - outras atribuições inerentes ao trabalho da comissão.

Art. 26 Compete à Comissão de Finanças e Captação de Recursos: I - criar fluxo de informações com o Poder Judiciário, visando identificar o volume de recursos resultantes da aplicação de multas previstas em Lei;

- II - promover campanhas, visando à captação de recursos;
- III - participar do planejamento orçamentário do FUMPOP, apresentando as propostas a serem incluídas no mesmo;
- IV - interagir com outros Conselhos no que se refere ao financiamento de programas e projetos na área do COMAD;
- V - acompanhar, analisar e avaliar a gestão de recursos do FUMPOP;
- VI - fiscalizar e fazer cumprir os critérios de financiamento estabelecidos pela legislação do FUMPOP;
- VII - solicitar ao gestor do FUMPOP informações e documentos sempre que necessários;
- VIII - acompanhar a aplicação dos recursos públicos destinados ao atendimento do público abrangido pelo COMAD;
- IX - outras atribuições inerentes ao trabalho da comissão.

Art. 27 As Comissões Temporárias, criadas a critério do Plenário, têm como objetivo o estudo de assuntos específicos e urgentes, sendo suas atribuições estabelecidas no momento de sua criação.

#### SEÇÃO VII DO GESTOR DO FUMPOP

Art. 28 O Gestor do Fundo será o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, nomeado mediante portaria do Chefe do Poder Executivo.

Art. 29 O Gestor do Fundo não poderá ser membro integrante do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD.

Art. 30 Caberá ao Gestor do Fundo:

- I - Manter o registro de todos os recursos captados e aplicados pelo Fundo, independentemente de sua origem.
- II - Liberar os recursos do Fundo de acordo com o Plano de Aplicação e após prévia autorização do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD;
- III - Prestar contas ao Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD, dos recursos captados e aplicados pelo Fundo, na forma do disposto no Regimento Interno;
- IV - Assinar, em conjunto com o Secretário de Administração e Fazenda, toda a movimentação bancária.

Art. 31 Cabe ao Gestor do FUMPOP apresentar trimestralmente a prestação de contas ao Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode COMAD ou quando lhe for solicitado.

Parágrafo único: O Gestor do Fundo deverá se reportar ao COMAD na aplicação e prestação de contas de todos os recursos. Havendo discordâncias, quanto à aplicação, execução e cumprimentos dos artigos acima elencados, o COMAD se dirigirá ao Poder Executivo para o cumprimento de suas deliberações.

#### SEÇÃO VIII DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 32 São atribuições do Secretário-Executivo:

- I - secretariar as reuniões do Conselho;
- II - tomar as providências necessárias à execução das deliberações do Conselho;
- III - encaminhar os processos a serem apreciados pela Assembleia, dando cumprimento aos despachos neles proferidos;

IV - prestar, na Plenária, as informações que lhes forem solicitadas pela Diretoria ou por Conselheiros;

V - redigir as atas das sessões do Conselho Municipal, quando necessário, bem como colher as assinaturas dos presentes;

VI - controlar a assinatura dos Conselheiros, comunicando ao Presidente as ausências injustificadas há mais de 02 (duas) sessões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas.

VII - proceder à leitura das atas no início das sessões do Conselho, quando necessário;

VIII - providenciar cópia e extrato da ata já aprovada, providenciando a devida publicação na imprensa oficial, quando for o caso;

IX - receber do Presidente a pauta das sessões, bem como o respectivo expediente;

X - informar aos Conselheiros o calendário das reuniões ordinárias;

XI - receber e arquivar documentos relativos à convocação das sessões;

XII - proceder à leitura da pauta das sessões;

XIII - desempenhar outras atribuições inerentes à sua função ou outras determinadas pela Presidência.

Art. 33 A Secretaria do Conselho contará com servidores designados pelo Prefeito Municipal, podendo o Plenário do COMAD rejeitar a indicação do Prefeito Municipal, o qual deverá indicar outro servidor, com as devidas competências necessárias para o deslinde dos trabalhos.

Art. 34 A Secretaria do Conselho está subordinada ao Secretário da Mesa Diretora, e este ao Coordenador da Mesa Diretora.

#### SEÇÃO IX DOS CONSELHEIROS

Art. 35 Aos membros do Conselho Municipal cabe:

I - Participar das reuniões plenárias, apreciando a ata da reunião anterior assinando-a;

II - justificar por escrito ou via e-mail as faltas em reuniões do Conselho até a data da reunião;

III - assinar em local designado sua presença na reunião a que comparecer;

IV - solicitar a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que desejam discutir;

V - debater e votar a matéria em discussão;

VI - requerer informações, providências e esclarecimentos à mesa ou Secretaria;

VII - pedir vista de processo em discussão, devolvendo-o com parecer no prazo máximo estabelecido neste Regimento Interno, ou requerer adiamento da votação;

VIII - apresentar relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido pelo Presidente;

IX - proferir declarações de voto, quando o desejar;

X - propor temas e assuntos à deliberação da Plenária;

XI - propor a Plenária a convocação de audiência ou reunião extraordinária;

XII - apresentar questões de ordem na reunião;

XIII - acompanhar as atividades da Secretaria Executiva;

XIV - apresentar, em nome da comissão de que fizer parte, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;

XV - propor alterações no Regimento Interno do Conselho;

XVI - votar e ser votado para cargos do Conselho;

XVII - requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;

XVIII - fornecer a Mesa Diretora todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgar importantes para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;

XIX - requerer votação de matéria em regime de urgência;

XX - apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados ao COMAD;

XXI - participar de eventos de capacitação e de aperfeiçoamento;  
XXII - observar preceitos éticos e morais, compartilhando somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, e resguardar o caráter confidencial das comunicações, preservando o sigilo das situações que o merecerem.

§ 1º Conceder-se-á licença aos membros titulares do COMAD, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, desde que solicitada por escrito ao Presidente, devidamente justificada e fundamentada.

Art. 36 A substituição do conselheiro titular pelo suplente ou por outro representante institucional se dará nos seguintes casos:

I - em caso de vacância, o conselheiro suplente completará o mandato do substituído;

II - no caso de falta do conselheiro titular, respeitando-se, quando representante da sociedade civil, a ordem numérica de suplência definida no Fórum específico;

III - quando houver nova indicação de órgão governamental ou da entidade da sociedade civil, bem como, quando houver nova eleição para escolha dos representantes não governamentais.

#### SEÇÃO X DAS PENALIDADES

Art. 37 São penalidades aplicáveis aos membros do Conselho Municipal:

I - advertência;

II - destituição.

Art. 38 O Conselheiro poderá ser destituído quando:

I - descumprir suas funções, com deliberação de maioria simples dos componentes do Conselho Municipal, concedida ao interessado, oportunidade de defesa;

II - for condenado por sentença transitada em julgada pela prática de quaisquer dos crimes previstos no código penal, ou legislação vigente.

Art. 39 Aberto Processo Administrativo contra o Conselheiro, será designado Comissão Especial para avaliar e dar parecer pela instauração definitiva do Processo Administrativo ou seu arquivamento.

Art. 40 Se Instaurado definitivamente o Processo Administrativo, o Conselheiro será notificado pessoalmente para, no prazo de 15 dias úteis apresentar defesa.

§ 1º Após a apreciação da defesa, a Comissão Especial poderá designar produção de provas, no prazo de 10 dias úteis, ou proferir decisão definitiva.

§ 2º Não apresentada defesa, será proferida decisão definitiva.

Art. 41 Após decisão definitiva da Comissão Especial poderá o Conselheiro apresentar Recurso à Plenária Extraordinária convocada apenas para este ato.

§ 1º A Comissão Especial não votará na Plenária Extraordinária de apreciação do Recurso do Conselheiro.

§ 2º O Presidente do Conselho somente votará em caso de desempate.

§ 3º Da decisão da Plenária não caberá Recursos.

Art. 42 O Conselheiro que for destituído não poderá compor o COMAD, perante a perda de sua idoneidade moral para os trabalhos desenvolvidos pelo COMAD.

Art. 43 O Conselheiro que incorrer no Inciso I do Art. 37, por 2 vezes, terá processo de destituição (Inciso II do Art. 37), de ofício.

Art. 44 Havendo destituição do Conselheiro, o suplente assumirá o



cargo automaticamente e, sendo destituído o suplente, será empossado o representante da entidade não governamental por ordem de classificação no processo eleitoral e, sendo governamental, será solicitada substituição pelo COMAD ao órgão respectivo.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 45 O presente Regimento poderá ser emendado ou reformulado por decisão de maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal, em reunião especialmente convocada para este fim.

Art. 46 A eleição e posse da Diretoria Executiva deverão ser realizadas no máximo em 30 (trinta) dias após a eleição dos membros do COMAD.

Art. 47 A solicitação de informações ao COMAD deverá ser prestada no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 48 A entidade da sociedade civil ou poder público que desejar efetuar a substituição de seu representante junto ao COMAD deverá fazê-lo por escrito à Coordenação Geral ou Secretaria Executiva.

Art. 49 O Conselheiro Municipal, quando em atividade extra (conferências, estudos, viagens, cursos, etc.), desde que de interesse do COMAD, deverá ter suas despesas pagas pelo FUMPOP.

Art. 50 Os casos omissos neste Regimento e as dúvidas de interpretação serão resolvidos pelo voto da maioria absoluta, em sessão especialmente convocada para tal fim.

Art. 51 Para os efeitos deste Regimento serão considerados como maioria:

I - qualificada: Aquela que reunir dois terços de todos os conselheiros titulares;

II - absoluta: Aquela que reunir metade mais um de todos os conselheiros titulares;

III - simples: Aquela que reunir metade mais um dos conselheiros titulares presentes no ato de votação.

Pomerode, 06 de Abril de 2016.

Michaela Reimer Dopona

Coordenadora do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD

#### **RESOLUÇÃO Nº 003/2016/COMAD**

RESOLUÇÃO Nº 003/2016/COMAD

Nomeia Componentes para Mesa Coordenadora e Comissões do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD

O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - COMAD no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 281, de 14 de Maio de 2015, e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD, realizada no dia 06 de Abril de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Conselheiros para comporem a Mesa Coordenadora do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode:

I - Coordenadora – Michaela Reimer Dopona, representando a Secretaria de Saúde.

II - Vice Coordenador – Rudi Voigt, da Igreja Evangélica Luterana do Brasil - Congregação São João.

III – Secretaria – Cristina Tavares de Oliveira, representante da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

IV – Vice Secretário - Emílio Glienke, do Colégio Sinodal Dr. Blumenau.

Art. 2º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão Permanente de Política, Plano e Diagnóstico:

I – Kézia Belchior de Lima, do CAPS.

II – Emílio Glienke, do Colégio Sinodal Dr. Blumenau

III – Iraní Reinke Ender, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES.

Art. 3º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão Permanente de Normas e Regulamentação:

I - Michaela Reimer Dopona, representando a Secretaria de Saúde.

III – Geazi de Oliveira Viégas, representante da ABEFAM.

III – Vilmar Wendt, representando o PEAL - Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais.

Art. 4º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão Permanente de Finanças e Captação de Recursos:

I – Denis Sell, representante da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

III – Rudi Voigt, da Igreja Evangélica Luterana do Brasil - Congregação São João.

III – José Avancini, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pomerode.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 06 de Abril de 2016.

Michaela Reimer Dopona

Coordenadora do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD

#### **RESOLUÇÃO Nº 016/2016/CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 016/2016/CMDCA

Dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente de Pomerode, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Pomerode, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) e do Conselho Tutelar (CT) e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.962/07, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.544/10 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 18 de Março de 2016 e

RESOLVE

Art.1º - Aprovar a Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente de Pomerode, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) e do Conselho Tutelar (CT) e dá outras providências.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação e revoga a Lei Municipal nº 1.962/2007.

#### **CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Art.1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e do Conselho Tutelar e dá outras providências.

Art. 2º O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I. Políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade.

a) O município destinará recursos e espaços públicos, quando em disponibilidade, para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas à infância e adolescência.

II. Serviços, programas e projetos de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III. Serviços especiais nos termos do artigo 87, incisos III, IV e V, da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente:

a) A prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

b) Identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;

c) Proteção Jurídico - Social.

Art. 3º – São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente do município de Pomerode:

I. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II. Conselho Tutelar;

III. Todas as Secretarias Municipais, que atuam direta ou indiretamente com a promoção, defesa, controle e efetivação e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 4º – O município poderá criar programas e serviços a que aludem os incisos II e III, do artigo 2º, desta Lei ou estabelecer, quando necessário, consórcio intermunicipal para o atendimento regionalizado, instituídos e mantidos por entidades governamentais ou não-governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Os programas serão classificados como de proteção ou socioeducativos e destinar-se-ão a:

a) Orientação e apoio sociofamiliar;

b) Apoio socioeducativo e meio aberto;

c) Colocação familiar;

d) Acolhimento Institucional;

e) Liberdade assistida;

f) Semiliberdade;

g) Internação.

## CAPÍTULO II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### Seção I

##### Da Natureza e Composição

Art. 5º – Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, órgão autônomo, deliberativo e controlador da política de atendimento à infância e à adolescência, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDS e de composição paritária.

Art.6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente é composto de 10 (dez) membros, sendo 05 (cinco) representantes de órgãos do Poder Executivo Municipal e 05 (cinco) representantes de organizações da sociedade civil organizada.

§ 1º O conselheiro indicado cumprirá mandato de 2 (dois) anos, permitindo uma única recondução por igual período, com possibilidade de ser substituído a qualquer tempo, a critério da sua representação.

a) Entende-se por mandato o período entre a nomeação do conselheiro e sua desvinculação oficial, mesmo que este não tenha completado o total de 2 (dois) anos de mandato.

§ 2º Após a nomeação dos conselheiros, o Conselho deverá reunir-se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob a presidência do Conselheiro com mais idade, para eleição, dentre seus membros, de uma Diretoria composta por 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) Secretário e 1 (um) Vice Secretário, com atribuições disciplinadas no Regimento Interno.

a) Poderá ocorrer alternância entre sociedade civil e governo, na mesa diretora, respeitado o período de 12 (doze) meses, para cada segmento.

b) A representação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será exercida por seu Presidente nos atos inerentes ao seu exercício, o qual poderá indicar outro conselheiro para lhe representar sempre que necessário.

§ 3º Os conselheiros representantes das organizações da sociedade civil poderão ser reconduzidos, observado o processo de eleição da sociedade civil, através de "Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o CMDCA de Pomerode". Processo este que deverá ser convocado com a antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias antes do término do mandato do Conselho.

#### Seção II

##### Do Fórum para Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil

Art. 7º As organizações da sociedade civil interessadas em participar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, habilitar-se-ão junto à comissão, composta por representantes do Poder Executivo.

§ 1º As organizações da sociedade civil interessadas em participar do processo eleitoral deverão comprovar o registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode e estar em pleno funcionamento há pelo menos 12 (doze) meses.

§ 2º Enquanto não instalado o Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, a atribuição de convocar o processo de escolha das organizações da sociedade civil, será de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual designará comissão especial para conduzir o referido processo.

§ 3º A eleição das organizações representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o conselho, far-se-á mediante assembleia específica denominada: "Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o CMDCA de Pomerode", obedecendo aos princípios gerais de escolha, dispostos em edital especialmente elaborado para esta finalidade.

§ 4º A Comissão responsável pela realização do processo de eleição dos membros representantes da sociedade civil, encaminhará ao Prefeito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o processo de escolha, a relação das organizações da sociedade civil que integrarão o conselho e os nomes dos conselheiros representantes titulares e suplentes por elas indicados, devendo a nomeação e posse serem efetuadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

a) Será dada ciência ao Ministério Público, do processo de escolha dos membros representantes da sociedade civil, o qual será responsável pela fiscalização.

§ 5º Não poderão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, na condição de representantes das organizações da sociedade civil:

- a) representantes do Judiciário, Legislativo Municipal, Ministério Público, Defensoria Pública;
- b) representantes de outros Conselhos integrantes de qualquer esfera de governo e conselheiros tutelares em exercício;
- c) representantes que exerçam simultaneamente função comissionada, ou detenha vínculo efetivo com a municipalidade.

Art. 8º É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do Poder Público sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 9º Os membros da Comissão do "Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode" serão representantes do Poder Executivo.

### Seção III

#### Da Indicação dos Conselheiros Governamentais

Art.10 Os 5 (cinco) conselheiros titulares e suplentes, representantes dos órgãos do Poder Executivo, Autarquias e Fundações Municipais, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, que poderá substituí-los a qualquer tempo.

§ 1º Os representantes governamentais deverão atuar em diferentes órgãos que direta ou indiretamente tenham relação com a execução dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º O número máximo de conselheiros indicados por órgão, não poderá exceder a 2 (dois) representantes titulares e respectivos suplentes.

### Seção IV

#### Do Desempenho da Função de Conselheiros e da Perda do Mandato

Art. 11 – O desempenho da função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Pomerode será considerado como serviço público relevante prestado ao município, e não será remunerado, sendo seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço.

§ 1º O conselheiro responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular da função.

Art. 12 Os membros representantes da sociedade civil, do Poder Executivo, Autarquias e Fundações Municipais, poderão ter seus mandatos suspensos ou cassados quando:

I. for constatada a reiteração de faltas a 3 (três) sessões a reuniões ordinárias consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, conforme disciplinado no regimento interno.

a) A participação do conselheiro suplente abona a falta do titular.

II - for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, conforme disposto no regimento interno do Conselho;

III - a cassação do mandato dos representantes governamentais e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese,

demandará a instauração de procedimento administrativo específico, previsto no regimento interno do Conselho, no qual se garanta o contraditório e a ampla defesa, sendo a decisão tomada por maioria absoluta de votos dos membros do colegiado.

Art. 13 Na perda de mandato de conselheiro, titular ou suplente, o chefe do Poder Executivo ou a organização da sociedade civil respectiva, indicará seu substituto.

### Seção V

#### Da Estrutura Administrativa

Art. 14. Cabe à administração municipal, fornecer os recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no disposto no artigo 4º, alínea "d", da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º A dotação a que se refere este artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, inclusive para as despesas com a capacitação dos conselheiros.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode deverá contar com espaço físico adequado para o seu funcionamento, devendo contar ainda com recursos materiais e humanos necessários ao bom desempenho de suas funções.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, deverá contar com uma Secretaria Geral, composta no mínimo com 1 (um) Secretário Executivo, com habilitação em nível superior.

### Seção VI

#### Das Atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 15 – São atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode:

I. Deliberar, controlar e avaliar a efetivação da política de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, observados os preceitos expressos nos artigos 203, 204 e 227, da Constituição Federal, e todo o conjunto de regras da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

II. Acompanhar, sugerir as prioridades e avaliar a elaboração da proposta orçamentária do município, utilizando quando necessário apoio técnico nas áreas contábil e jurídica do município.

III. Representar ao Ministério Público, bem como, aos demais órgãos legitimados no art. 210, da Lei Federal nº 8.069/90, visando à adoção de providências cabíveis em caso de descumprimento de alguma de suas deliberações, ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente.

IV. Propor e acompanhar mudanças nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da criança e do adolescente.

V. Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes à garantia dos direitos das crianças e adolescentes, preconizados na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

VI. Deliberar sobre a implementação dos programas e serviços a que se referem o Art. 2º desta Lei, bem como, sobre a criação de serviços, programas e projetos governamentais e não governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

VII. Proceder à inscrição de programas de proteção e socioeducativos governamentais na forma dos Arts. 90 e 91, da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

VIII. Proceder o registro de entidades e inscrição dos programas não governamentais, que atuam nas áreas da formação técnico profissional metódica, atendimento, promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, na forma dos Arts. 90 e 91, da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação correlata vigente.

IX. Fazer comunicação dos registros realizados referentes aos incisos VII, VIII deste artigo, ao Conselho Tutelar e a autoridade Judiciária da Infância e da Juventude.

X. Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, pesquisas e formação continuada, no campo da promoção, proteção e defesa da infância e da adolescência;

XI. Apoiar e promover campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente.

XII. Promover e articular intercâmbio com entidades e órgãos públicos e privados, organismos nacionais e internacionais.

XIII. Pronunciar-se, emitir pareceres, resoluções, normativas e prestar informações sobre assuntos correlatos à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

XIV. Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas, por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

XV. Deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente.

XVI. Gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e fixar critérios para sua utilização, nos termos do Art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e executar as demais atribuições previstas no Art. 20 desta lei e legislação correlata em vigência.

XVII. Realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, designando Comissão Especial responsável pela realização do referido pleito, em conformidade com a legislação correlata vigente.

XVIII. Reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o Regimento Interno do Conselho.

XIX. Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total dos seus membros.

XX. Regulamentar, no Regimento Interno, a estrutura funcional mínima composta por plenário, mesa diretora do conselho, secretaria executiva, comissões, grupos de trabalho e comitês, definindo suas atribuições.

XXI. Regulamentar temas de sua competência, por resoluções aprovadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total dos seus membros, inclusive o Fundo Municipal da Infância e do Adolescente.

XXII. Publicar os atos deliberativos do Conselho.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

##### Seção I

###### Da Criação e Constituição

Art. 16 Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) do município de Pomerode.

Parágrafo único. Para efeitos de publicidade, o Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) será identificado com o nome fantasia de Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA).

Art. 17 O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Pomerode (FIA), será regulamentado e gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com esteio nos Arts. 165 da Constituição Federal, 71, 72, 73 e 74 da Lei Federal nº 4.320/64 e 88, 154, 214 e 260, 260-A, 260-B, 260-C, 260-D, 260-E, 260-F, 260-G, 260-H, 260-I, 260-J da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Federal 13.019/2014 e legislação correlata vigente.

Art. 18 Os recursos do FIA serão assim constituídos:

I. Recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, do Estado e do município, inclusive mediante transferências “fundo a fundo”, entre essas esferas de governo;

II. Destinações de Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, nos termos do Art. 260, do Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação e normas correlatas;

III. Doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, móveis e imóveis ou recursos financeiros e demais doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV. Valores provenientes de multas previstas no Art. 214, do Estatuto da Criança e do Adolescente, oriundas das infrações descritas nos artigos 245 a 258 do referido diploma legal;

V. Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VI. Recursos advindos de convênios, contratos e acordos firmados entre o município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

VII. Outros recursos que lhe forem destinados.

##### Seção II

###### Da Regulamentação e Gestão dos Recursos do Fundo FIA

Art. 19 A regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Pomerode, dar-se-á através desta Lei.

Art. 20 A gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual compete:

a) Estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos.

b) Elaborar o Plano de Ação e o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo.

c) Elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

d) Deliberar e homologar a concessão de recursos do FIA às entidades não governamentais, serviços e programas governamentais que atuem no atendimento, promoção ou defesa dos direitos das crianças e adolescentes, em conformidade com critérios e normativas estabelecidas pelo Conselho.

e) Solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação acerca dos recursos homologados e, quando entender necessário, auditoria pelo Poder Executivo .

f) Acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo.

g) Avaliar e aprovar os balancetes trimestralmente e o balancete anual do Fundo.

h) Fiscalizar e publicizar os projetos desenvolvidos com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

i) Desenvolver ações relacionadas à captação de recursos para o Fundo.

j) Monitorar a atualização anual do cadastro nacional dos fundos municipais dos direitos da criança e do adolescente junto a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República.

k) Monitorar as destinações e doações realizadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fins de prestação de contas aos doadores e destinadores, assim como, a emissão dos recibos pelo órgão responsável pela administração e operacionalização do fundo.



**Seção III****Da Operacionalização e Administração do FIA**

Art. 21 A operacionalização do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será realizada pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Fazendária ou outro órgão representativo do governo que o Chefe do Poder Executivo Municipal designar, o qual poderá vincular-se ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º A operacionalização que se alude o caput, refere-se à execução das atividades orçamentárias e contábil dos recursos do Fundo, a saber:

I. Registrar os recursos orçamentários do Fundo;

II. Responsabilizar-se pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo;

III. Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e normas correlatas;

IV. Elaborar balancetes trimestrais e anuais relativos ao Fundo, encaminhando para apreciação, avaliação e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como, aos órgãos de controle e fiscalização interna e externa, em conformidade com a legislação vigente;

V. Liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e adolescentes, nos termos das Resoluções, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VI. Executar todas as atividades administrativas, contábeis e financeiras, com vistas a operacionalizar as ações atinentes aos objetivos do Fundo, conforme deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII. Encaminhar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), em conformidade com legislações que dispõem sobre esta matéria.

§2º O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público municipal.

§3º Devem ser aplicadas à execução orçamentária do Fundo as mesmas normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Seção IV****Da Aplicação dos Recursos**

Art. 22. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades, para o atendimento à criança e ao adolescente, através do financiamento de ações relativas a:

§1º Realização de estudos, pesquisa, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

§2º Financiamento de projetos apresentados por entidades não governamentais e programas governamentais, registrados e inscritos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com as normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em relação ao repasse de recursos.

§3º Apoio a programa de incentivo à guarda e adoção, em conformidade com o Art. 34, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§4º Realização de eventos, campanhas educativas e publicações,

visando a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

§5º Realização de pagamento para a consecução de serviços técnicos, de comunicação, divulgação e publicação do interesse do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§6º Apoio aos serviços de localização de desaparecidos que afetam diretamente crianças e adolescentes.

§7º Programas e projetos de capacitação continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§8º Pagamento de inscrição em eventos voltados a política de atendimento à criança e adolescente, assim como, concessão de adiantamentos para:

I. Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§9º Financiamento das ações previstas no Plano de Aplicação Financeira, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.23 Fica vedada qualquer movimentação dos recursos do Fundo sem prévia deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de responsabilização criminal e administrativa, conforme legislação vigente.

**CAPÍTULO IV****DO CONSELHO TUTELAR****Seção I****Da Criação do Conselho Tutelar**

Art.24 Fica criado o Conselho Tutelar de Pomerode, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990 e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES.

Art.25 Fica instituída a função pública de conselheiro tutelar do Município de Pomerode, que será exercida por 5 (cinco) membros com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

Parágrafo único. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar de Pomerode constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

**Seção II****Da Manutenção do Conselho Tutelar**

Art.26 A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer, dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax, entre outros necessários ao bom funcionamento dos Conselhos Tutelares;

II - formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

III - custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, inclusive diárias e transporte, quando necessário deslocamento para outro município;

IV - espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção;

V - transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício

da função, incluindo sua manutenção e segurança da sede e de todo o seu patrimônio; e

VI - processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 27 O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, que ofereça acessibilidade e contará ainda com as seguintes garantias mínimas ao seu funcionamento:

I - placa indicativa da sede do Conselho;

II - sala reservada para o atendimento e recepção ao público;

III - sala reservada para o atendimento dos casos;

IV - sala reservada para os serviços administrativos; e

V - sala reservada para os Conselheiros Tutelares.

Art. 28 Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), ou sistema equivalente.

Parágrafo único. Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### Seção III

#### Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 29 A sede do Conselho Tutelar permanecerá aberta ao público, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

Parágrafo único. Poderá o Poder Executivo municipal, em acordo com deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o colegiado do Conselho Tutelar, estabelecer, através de emissão de decreto municipal, horário diferenciado ao previsto no caput, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população e em conformidade com a carga horária prevista no Art.33, desta Lei.

Art. 30 O conselheiro tutelar fica sujeito à jornada de 30 (trinta) horas semanais de trabalho distribuídas em atividades na sede do órgão.

§ 1º – A jornada do conselheiro tutelar quando for superior a 30 (trinta) horas semanais deverá ser compensada, conforme dispõe a legislação pertinente ao servidor público municipal de Pomerode, desde que não prejudique o atendimento à população.

§2º Caberá aos conselheiros tutelares registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

§3º Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como, aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual, o que não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de suas atividades.

Art. 31 As decisões em relação às atribuições do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno.

Parágrafo único. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 32 A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

### Seção IV

#### Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 33 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Pomerode, ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 34 Os conselheiros tutelares serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do município de Pomerode, em procedimento estabelecido nesta lei e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

§1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária entre os mesmos.

a) Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral, até 2 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

b) A constituição e atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§3º A candidatura será individual e cada eleitor apto a participar do processo citado poderá votar em apenas 1(um) dos candidatos.

§4º Podem votar os cidadãos maiores de dezoito anos, que possuam título de eleitor, no município, até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§5º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 35 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital de Convocação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei sem prejuízo do disposto na legislação nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações.

§1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 36 O processo de eleição para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

§1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.



§2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

#### Seção V Dos Requisitos à Candidatura

Art. 37 Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I. Reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Criminais e/ou procedimento administrativo disciplinar em âmbito legislativo, executivo, judiciário nas esferas municipais, estaduais e federais.

II. Idade superior a 21 (vinte e um) anos.

III. Residir no município no mínimo há 18 (dezoito) meses.

IV. Estar no gozo dos direitos políticos.

V. Comprovar formação no ensino médio.

VI. Comprovar conhecimentos básicos de informática.

VII. No ato da inscrição, não poderá estar vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VIII. Proceder à entrega da documentação prevista no edital de convocação.

Art. 38 O conselheiro tutelar titular, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

#### Seção VI Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 39 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará edital com o nome dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§1º Após a publicação do edital de que trata o caput, será facultado ao candidato indeferido pela comissão, o direito a recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a contar da referida publicação.

§2º Passado o prazo previsto no §1º a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos deferidos.

§3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no §2º, indicando os elementos probatórios.

§4º Passado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado, o direito a recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 2 (dias) dias úteis, contados da publicação de que trata o §3º.

§5º Passado o período de recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral.

Art. 40 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o §5º do

Art.39.

Art. 41 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital com os nomes dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

#### Seção VII Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 42 Os candidatos habilitados ao pleito, passarão por prova de conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 43 Será facultado aos candidatos, interposição de recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

§1º Passado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

#### Seção VIII Da Campanha Eleitoral

Art. 44 É vedado aos candidatos:

I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal nos Art. 14, § 9º, da Constituição Federal.

II. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto, nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia.

Art. 45 A violação do disposto no Art.44 desta lei, acarretará a cassação do registro da candidatura.

#### Seção IX Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 46 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 47 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como, providenciar a elaboração de software, observada as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral.

§1º Na impossibilidade de aquisição de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral, poderá obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente;

§2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atento à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 48 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos

poderão apresentar impugnações que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral, ouvido o Ministério Público.

§1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto a Comissão Especial Eleitoral.

§2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

#### Seção X Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 49 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

§1º Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca.

#### Seção XI Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 50 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como, o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no diário oficial do município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§4º Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato com mais idade.

§5º Os escolhidos serão nomeados e empossados pelo chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem necessariamente seus deveres e direitos, assim como, a descrição da função de Conselheiro Tutelar na forma do disposto no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90.

§6º Ocorrendo à vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§7º No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha complementar através de eleição para o preenchimento das vagas.

§8º Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar titulares e suplentes eleitos.

#### Seção XII Das Atribuições do Conselheiro Tutelar

Art. 51 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, obedecendo aos princípios da administração pública conforme o disposto no Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 52 Além das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente incumbe também ao Conselho Tutelar:

I. Receber petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II. Elaborar seu regimento interno, em prazo não superior a 6 (seis) meses após a posse, visando normatizar o funcionamento administrativo do órgão;

III. Encaminhar seu regimento interno para publicação no site da Prefeitura Municipal de Pomerode, assim como, afixá-lo em local visível na sede do órgão e encaminhá-lo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

a) A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado, o envio de propostas de alteração.

IV. encaminhar relatório trimestral ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como, as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

V. articular ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

VI. observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei Federal nº 8.069, de 1990, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como, nas Resoluções do CONANDA e demais legislações pertinentes;

VII. participar de eventos relacionados a política de atendimento a criança e ao adolescente e, em especial, naqueles relacionados a formação continuada.

Art. 53 No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes tradicionais, o Conselho Tutelar deverá:

I. submeter o caso à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como, aos representantes de órgãos públicos especializados, quando couber; e

II. considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sociocultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição e pela Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 54 No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I. nas salas de sessões do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II. nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III. nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e  
IV. em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Sempre que necessário o integrante do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

#### Seção XIII Da Vacância

Art.55 A vacância da função decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada;
- III - aplicação de sanção administrativa de destituição da função;
- IV - falecimento; ou
- V - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

Art.56 Os conselheiros tutelares serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I. vacância de função;
- II. férias do titular;
- III. licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Parágrafo único. O suplente, no efetivo exercício da função de conselheiro tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

#### Seção XIV Dos Direitos

Art. 57 – O conselheiro tutelar no efetivo exercício da sua função perceberá a título de remuneração o valor de R\$ 1.982,28, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 1º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devido junto ao sistema previdenciário do INSS.

§ 2º O conselheiro tutelar perderá a remuneração do dia, nos casos de:

- I. não comparecer ao serviço;
- II. ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 15 (quinze) minutos.

#### Seção XV Das Vantagens

Art. 58 Aos conselheiros tutelares serão pagas, no efetivo exercício da função, as seguintes vantagens:

- I – gratificação natalina;
- II – gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III – licença-maternidade, adotado o regime geral de previdência social, aplicando-se o plano de benefícios respectivo;
- IV – licença-paternidade, adotado o regime geral de previdência social, aplicando-se o plano de benefícios respectivo.
- V - cobertura previdenciária, mediante a aplicação do disposto no artigo 9º, inciso V, alíneas "j" e "l", e § 15, inciso XV, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.

Art. 59 Ficam garantidas as demais bonificações aplicáveis aos servidores públicos do município, respeitada a característica da natureza do Conselho Tutelar.

#### Seção XVI Das Férias

Art. 60 O Conselheiro fará jus a 30 (trinta) dias de férias a cada período de 12 (doze) meses de efetivo exercício da função.

Parágrafo único – É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

#### Seção XVII Das Licenças

Art. 61 Conceder-se-á ao Conselheiro licença:

- I – para concorrer a cargo eletivo;
- II – para gestação;
- III – em razão de paternidade;
- IV – para tratamento de saúde;
- V – por acidente em serviço.

Parágrafo único – É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período de licença prevista nos incisos I, IV, e V, do caput do artigo, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art. 62 Poderá ser concedida licença ao conselheiro por motivo de doença de filho, pais, cônjuge ou companheiro, mediante comprovação da sua necessidade por junta médica.

§ 1º – As licenças previstas no caput deste artigo serão concedidas sem o pagamento da remuneração.

Art. 63 – A conselheira tutelar gestante terá direito a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de licença remunerada, a partir do oitavo mês de gestação.

§ 1º – A licença poderá ser concedida a partir de vinte e oito dias anteriores à data do parto, mediante realização de perícia médica, podendo ocorrer, no caso de parto antecipado, a partir da vigésima terceira semana de gestação.

§ 2º – No caso de natimorto ou aborto, será devida licença para tratar de saúde mediante realização de perícia médica.

§ 3º – É assegurado ao Conselheiro que adotar ou obtiver a guarda ou a tutela judicial definitiva de criança licença de cento e vinte dias, podendo ser estendida, a critério do servidor(a) por mais sessenta dias concedidos e remunerados pela entidade a qual o servidor(a) esteja vinculado(a).

§ 4º – As licenças previstas no caput deste artigo serão concedidas com o pagamento da remuneração.

Art. 64 – A licença paternidade será concedida de forma remunerada ao conselheiro pelo nascimento de filho, pelo prazo de oito dias, a contar da data do ocorrido, em caso de nascimento de próprio filho, adoção ou guarda judicial de filho menor de quatorze anos de idade.

Art. 65 – Será concedida ao Conselheiro licença remunerada para tratamento de saúde e por acidente em serviço com base em perícia médica.

§ 1º – Para a concessão de licença, considera-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo Conselheiro e que se relacione com o exercício das suas atribuições.

§ 2º – Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

- I. decorrente de agressão sofrida, e não provocada, pelo conselheiro no exercício das suas atribuições;
- II. sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa;
- III. sofrido no percurso para o local de refeição ou volta dele, no intervalo do trabalho.

#### Seção XVIII Das Concessões

Art. 66 – Sem qualquer prejuízo da remuneração, o servidor poderá se ausentar do serviço:

- I - por cinco dias úteis, em razão de casamento;
- II - por sete dias, a contar da data do ocorrido, em razão de falecimento do cônjuge ou companheiro(a) do conselheiro, pais e filhos;
- III - por três dias, a contar da data do ocorrido, em razão de falecimento de irmãos do conselheiro e de seu cônjuge ou companheiro(a), pessoas que vivam sob sua guarda ou tutela, legalmente concedida, netos, avós e sogro(a);
- IV - por um dia, em razão do falecimento de tios, sobrinhos e primos do conselheiro e de seu cônjuge ou companheiro(a).

#### Seção XIX Do Tempo de Serviço

Art. 67 – O exercício efetivo da função pública de conselheiro tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

#### Seção XX Dos Deveres

Art. 68 – São deveres do conselheiro tutelar:

- I - manter conduta pública e particular ilibada;
- II - zelar pelo prestígio da instituição;
- III - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;
- IV - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;
- V - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o Regimento Interno;
- VI - desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;
- VII - declarar-se suspeitos ou impedidos, nos termos desta Lei;
- VIII - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;
- IX - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- X - residir no Município;
- XI - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;
- XII - identificar-se em suas manifestações funcionais;
- XIII - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

Parágrafo único. Em qualquer caso, a atuação do membro do Conselho Tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cabendo-lhe, com o apoio do colegiado, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhes é devida.

#### Seção XXI Das Proibições e Condutas

Art. 69 – Ao conselheiro tutelar é proibido:

- I. ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante expediente, salvo no exercício das suas atribuições;
- II. recusar fé a documento público;
- III. opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- IV. acometer a pessoa que não seja membro de Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;
- V. valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- VI. receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- VII. proceder de forma desidiosa;
- VIII. exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;
- IX. exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
- X. aplicar medidas previstas em Lei sem a prévia discussão e decisão colegiada, como determina o Art. 137 da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- XI. utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;
- XII. delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;
- XIII. deixar de submeter ao colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990 e Lei nº 8.069, de 1990;
- XIV. descumprir os deveres funcionais mencionados no Art.68 desta Lei e na legislação local relativa ao Conselho Tutelar.

Art.70 O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de analisar o caso quando:

- I. a situação atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- II. for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
- III. algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- IV. tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses desse artigo.

#### Seção XXII Das Penalidades

Art. 71 São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I – advertência;
- II – suspensão;
- III – destituição da função.

Art. 72 Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, as agravantes e as atenuantes.



Art. 73 A advertência será aplicada por escrito pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, nos casos de violação constante nos incisos I, II e IX do Art. 68 e do Art.69, dado a inobservância do dever funcional previsto nesta lei.

Art. 74 A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência ou faltas graves, mediante processo administrativo disciplinar.

Art. 75 – O conselheiro tutelar será destituído da função nos seguintes casos:

- I. prática de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;
- II. incontinência pública ou conduta escandalosa no exercício da função;
- III. ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- IV. posse em cargo, emprego ou outra função pública e privada remunerados;
- V. transgressão dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do Art. 69.

Art. 76 O ato de imposição da penalidade do Art.69 mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

#### Seção XXIII

##### Do Processo Administrativo Disciplinar

Art.77 Da sindicância, que não excederá o prazo de 30 (trinta) dias, poderá resultar:

- I – o arquivamento da denúncia;
- II – a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;
- III – a instauração de processo disciplinar.

Art.78 Como medida cautelar e a fim de que o conselheiro não venha interferir na apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

#### Seção XXIV

##### Da Regra de Competência

Art. 79 – A competência do Conselho Tutelar será determinada:

- I – pelo domicílio dos pais ou responsável;
- II – pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º – Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º – A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

#### Seção XXV

##### Disposições Finais

Art. 80 – As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a viabilização dos serviços de que tratam o Art. 4º desta Lei, bem como, para a estruturação dos Conselhos Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

Art. 81 – Aplicam-se aos conselheiros tutelares, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a

natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do município e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo de sindicância e administrativo disciplinar.

Parágrafo único – Caberá ao CMDCA, coordenar e executar todas as atividades relativas à apuração disciplinar dos conselheiros tutelares de Pomerode.

Art. 82 – Ficam resguardados os atuais mandatos dos conselheiros dos direitos da criança e do adolescente e conselheiros tutelares escolhidos e empossados anterior a vigência desta lei, validando todos os atos anteriormente emanados.

Art. 83 – As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão devidamente disciplinadas pelo seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode deverá aprovar as alterações do seu Regimento Interno, em conformidade com esta Lei, em sessão com quórum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, visando normatizar o funcionamento administrativo do órgão.

Art. 84 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando a Lei Municipal nº 1962/2007 e demais disposições municipais em contrário.

Art. 85 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, como órgão público, na consecução de suas atividades adotará os princípios da administração pública, constantes do artigo 37 da Constituição Federal;

Art. 86 Os Conselhos Municipais ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com os Conselhos Tutelares, deverão promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Pomerode, 07 de Abril de 2016.

Geazi de Oliveira Viégas

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 292/2016

DECRETO Nº 292/2016, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. JUCELIA DE SOUZA, portadora do RG n. 4.739.404-8 e do CPF n. 046.359.319-78, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de março de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 293/2016

DECRETO Nº 293/2016 DE 11 DE MARÇO DE 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. KATIA DE SOUZA, portadora do RG n. 6.028.601 e do CPF n. 005.385.049-19, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de março de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 D EMARÇO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 294/2016

DECRETO Nº 294/2016, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. GESICA GHISLENI DA SILVA, portadora do RG n. 5.143.881-0 e do CPF n. 082.411.179-65, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de março de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 913/2016

DECRETO Nº 913, de 31 de março de 2016.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Habitação para o Biênio 2016 – 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no Artigo 15 da Lei Municipal nº 4.366, de 29 de outubro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para o Biênio 2016 – 2018 os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Habitação, criado pela Lei Municipal nº 4.366, de 29 de outubro de 2015:

I- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: Idelgarnet de Andrade Pereira;

Suplente: Gisele Munhoz Pires Batista.

II- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento:

Titular: Cláudio Tilgner de Souza;

Suplente: Fernando Antônio Kurten Jung.

III- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Andriéli Marina Giacomini;

Suplente: Cássia Nalon Conte.

IV- 01 (um) representante da Defesa Civil local:

Titular: Júlio Ilsonar Chaicowski;

Suplente: Alcemir Teixeira.

V- 02 (dois) representantes das Associações de Moradores dos Bairros indicados pela União das Associações de Moradores de Porto União – UNICOM:

Titular: Sebastião de Souza Gomes;

Suplente: Dejanira de Jesus de Lima Gomes.

Titular: Juliano Nidzielski;

Suplente: Valmor Picharski.

VI- 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Douglas Spadotto;

Suplente: Mário Raimundo Orth.

VII- 01 (um) representante da sociedade civil organizada:

Titular: Cesar Augusto da Silva;

Suplente: Simão Pavarin.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 915/2016

DECRETO Nº 915, de 31 de março de 2016.

Revoga o Decreto nº 914, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 914, de 31 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 917/2016

DECRETO Nº 917, de 01 de abril de 2016.

Dispõe sobre designação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º DESIGNA PAULO RUBENS BUCH, para exercer interinamente o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Símbolo DS, previsto no Anexo III da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015, sem ônus para o Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 01 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 922/2016

DECRETO Nº 922, de 07 de abril 2016.

Nomeia a "Subcomissão de História", subordinada à Comissão Central do Centenário do Município de Porto União – SC, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Decreto nº 825, de 14 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a "Subcomissão de História", subordinada à Comissão Central do Centenário do Município de Porto União – SC, criada através do Decreto nº 825, de 14 de dezembro de 2015, sem ônus para o Município, responsável pela atualização dos dados do livro do Centenário de Porto União, a ser editado.

Art. 2º A Subcomissão de História a que se refere o caput será composta pelos seguintes membros:

I- Coordenadora Geral: Therezinha Leony Wolff;

II- Secretária: Maria Estela Flenik Santos;

III- Coordenadores das Subcomissões:

a) Aloísio Witiuk;

b) Eros Sanches;

c) Luis Sérgio Buch;

d) Odilon Muncinelli;

e) Ivanira Tereza Olbertz;

f) Irene Rucinski;

g) Nivaldo Oliscowski;

h) Bento Trindade Júnior;

i) Almir Rosa;

j) Joaquim Osório Ribas;

k) Elena Koch;

l) Sianara Cheili Saade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 006/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 054/2016

Extrato de Edital de Tomada de Preços 006/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço mensal, para contratação de empresa especializada em execução de serviços de triagem, enfardamento e venda de resíduos sólidos oriundos da coleta seletiva do Município. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 27 de abril de 2016 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de abril de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 006/2016**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 053/2016

Inexigibilidade de Licitação 006/2016

Caracterização da Situação: O município necessita contratar uma empresa que execute a Permissão de Serviço Público de Transporte

Coletivo de Passageiros para transporte de passageiros de Porto União até a localidade de São Pedro do Timbó, em caráter emergencial, até a realização de procedimento licitatório.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a delegação da Permissão de Delegação de Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros para transporte de passageiros de Porto União até a localidade de São Pedro do Timbó.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre empresa Bitur Transportadora Turística Ltda, inscrita no CNPJ 00.579.954/0003-62 visto que foi a única que manifestou interesse em executar o serviço após a desistência da empresa detentora da Permissão de Delegação de Serviço Público em caráter emergencial no município de Porto União.

Do Preço: Fica fixado em R\$ 10,00 (dez reais) o valor da passagem. Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 25 da Lei 8.666/93.

Porto União, 07 de abril de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 861/2016

**PORTARIA N.º 115/2016 - RH**

PORTARIA Nº 115, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 29 de fevereiro a 31 de março de 2016, a carga horária da professora efetiva Ana Daniele Holovaty Amaral, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "003", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município, junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 127/2016 - RH**

PORTARIA Nº 127, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 29 de fevereiro a 31 de março de 2016, a

carga horária do professor efetivo Eder Homczinski, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral e Colégio Germano Wagenfuhr.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Porto União, SC em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

### **PORTARIA N.º 133/2016 - RH**

PORTARIA Nº 133, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 29 de fevereiro a 31 de março de 2016, a carga horária da professora efetiva Dione dos Santos Reisdorfer, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "004", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral e Colégio Antonio Gonzaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Porto União, SC em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

### **PORTARIA N.º 136/2016 - RH**

PORTARIA Nº 136, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 29 de fevereiro a 31 de março de 2016, a

carga horária da professora efetiva Ilza Terezinha Reinbold de Andrade, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "009", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA 1º segmento do município, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, Colégio Antonio Gonzaga e Colégio Germano Wagenfuhr.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Porto União, SC em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

### **PORTARIA N.º 137/2016 - RH**

PORTARIA Nº 137, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 29 de fevereiro a 31 de março de 2016, a carga horária da professora efetiva Silmara de Fátima Amarante Bueno, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "010", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA 1º segmento do município, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Porto União, SC em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 138/2016 - RH**

PORTARIA Nº 138, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 29 de fevereiro a 31 de março de 2016, a carga horária da professora efetiva Dulcimar Neide Sonnestrahl, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "010", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA 1º segmento do município, junto ao Colégio Nilo Peçanha.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Porto União, SC em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte**PORTARIA N.º 139/2016 - RH**

PORTARIA Nº 139, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 29 de fevereiro a 31 de março de 2016, a carga horária da professora contratada Monica Fragoso de Almeida, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município, junto ao Colégio Nilo Peçanha e Colégio Germano Wagenfuhr.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Porto União, SC em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte**PORTARIA N.º 154/2016 - RH**

PORTARIA Nº 154, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 29 de fevereiro a 31 de março de 2016, a carga horária da professora efetiva Alaize Franciele Pogogeski Dolinski, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, para mais 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "005", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município, junto ao Colégio Antonio Gonzaga, Colégio Germano Waghenfur e Colégio Nilo Peçanha.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Porto União, SC em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte**PORTARIA N.º 155/2016 - RH**

PORTARIA Nº 155, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 29 de fevereiro a 31 de março de 2016, a carga horária da professora efetiva Gisele Gajdeczka, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA 1º segmento do município, junto ao Colégio Antonio Gonzaga.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.



Porto União, SC em 31 de março de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

#### **PORTARIA N.º 156/2016 - RH**

PORTARIA Nº 156, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 29 de fevereiro a 31 de março de 2016, a carga horária do professor efetivo Tiago Metzler de Brito, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "005", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município, junto ao Colégio Germano Waghenfur e Colégio Nilo Peçanha.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Porto União, SC em 31 de março de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

#### **PORTARIA N.º 157/2016 - RH**

PORTARIA Nº 157, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 29 de fevereiro a 31 de março de 2016, a carga horária da professora efetiva Jamile Pastuchak, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Inglês), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "003", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município, junto ao Colégio Antonio Gonzaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Porto União, SC em 31 de março de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

#### **PORTARIA N.º 158/2016 - RH**

PORTARIA Nº 158, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 29 de fevereiro a 31 de março de 2016, a carga horária da professora contratada Jacqueline de Oliveira Jorge, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município, junto ao Colégio Nilo Peçanha e Núcleo Educacional João Fernando Sobral.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Porto União, SC em 31 de março de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

#### **PORTARIA N.º 159/2016 - RH**

PORTARIA Nº 159, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Antonio Carlos Pigatto Caus, do emprego público de Médico do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 160/2016 - RH**

PORTARIA Nº 160, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Beatriz Adélia Volkman Tonkio, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 161/2016 - RH**

PORTARIA Nº 161, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cibele Cristina Ferreira, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 162/2016 - RH**

PORTARIA Nº 162, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cintia Fernanda Bonquerner Budal, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 163/2016 - RH**

PORTARIA Nº 163, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Clenir Aparecida Rodrigues, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 164/2016 - RH**

PORTARIA Nº 164, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cleuza Marilene de Fátima Guerellus de Araujo, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte



**PORTARIA N.º 165/2016 - RH**

PORTARIA Nº 165, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Eliane Bernardi Scheid, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 166/2016 - RH**

PORTARIA Nº 166, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Eunice Siemiatkoski Komonka, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 167/2016 - RH**

PORTARIA Nº 167, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Fabiane Karin de Souza Mirowski, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Português), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 168/2016 - RH**

PORTARIA Nº 168, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Sonia Maria Federovicz, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 169/2016 - RH**

PORTARIA Nº 169, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jenifer da Canal Oliveira Lirio, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 170/2016 - RH**

PORTARIA Nº 170, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Misleine Wolf, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 171/2016 - RH**

PORTARIA Nº 171, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Sineli Izabel Paz de Hora Gajdeczka, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 172/2016 - RH**

PORTARIA Nº 172, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Marcos Baron, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 173/2016 - RH**

PORTARIA Nº 173, de 01 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 01 de abril de 2016, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Hans Ulrich Seifert, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 174/2016 - RH**

PORTARIA Nº 174, de 01 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Karin Daiane Chiarentin Bida, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 175/2016 - RH**

PORTARIA Nº 175, de 01 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Fernanda Silva da Costa, das funções do cargo de Psicólogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 176/2016 - RH**

PORTARIA Nº 176, de 01 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 131, de 31 de março de 2016.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

**PORTARIA N.º 177/2016 - RH**

PORTARIA Nº 177, de 01 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 126, de 31 de março de 2016.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração  
e Esporte

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### LEI 2640

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.640/2016 de 06/04/2016.

Recebe em doação terras de Reginaldo Senen e Rosilene Macedo Senen para fins de abertura de via pública e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o recebimento em doação de uma área de terras, medindo, 3.009,00m<sup>2</sup> (três mil e nove metros quadrados), confrontando-se: NORTE em uma linha medindo 12,01 metros com a Antiga Estrada Blumenau/Curitiba: SUL em uma linha medindo 12,04 metros com a Rodovia BR 470; LESTE em uma linha medindo 60,55 metros com a área desmembrada 03; OESTE em uma linha medindo 62,10 metros com área desmembrada 01.

Parágrafo Único – A área de terras de que trata este artigo, faz parte de um todo que se encontra devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, sob matrícula nº 16.914, de propriedade de Reginaldo Senen, CPF nº 820.119.669-49 e Rosilene Macedo Senen, CPF 006.467.329-43, residentes e domiciliados a Rodovia BR 470, KM 181 + 70 metros, Bairro Rio das Pombas, Pouso Redondo/SC.

Art. 2º - Fica o Executivo autorizado a proceder a transferência da área doada de forma definitiva, sem que para isso seja reivindicado presente ou futuramente, qualquer indenização ou pagamento por parte do declarante ou seus herdeiros.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de abril de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DECRETO 27/2016

DECRETO Nº 27, DE 06 DE ABRIL DE 2016.

CONSTITUI E NOMEIAM OS MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016 COMO ESPECIFICA.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída e nomeada a Comissão de PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016, integrada pelos Servidores: VANESSA FRONZA DE MATOS – Matrícula nº 2994.7, JAQUELINE CONHAQUE – Matrícula nº 2723.5, SONIA CORREIA – Matrícula nº 933.4 e CATIA MARIA RECH – Matrícula nº 3102.0, ANELI SEZERINO LINHARES – Matrícula nº 2776.6, LUCIANO TOMIO – Matrícula nº 2936.0 e MARLON KAIO BUNN – Matrícula nº 931.8 para, sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução e andamento Processo Seletivo nº 02/2016 para o cargo de Assistente Social, do município de Presidente Nereu – SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 06 de Abril de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

15.000,00 ( quinze mil reais ), observadas as

seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.3390  
0000000000.01380300 15.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :  
R\$15.000,00 ( quinze mil reais )

Unidade Orçamentária Dotação Valor

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.001.0010.0301.1601.2022.3190  
0000000000.01380300 15.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 06 de abril de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal Contadora

### DECRETO 28/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 12/01/2016

DECRETO Nº 28, de 06 de abril de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### **AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2016 - PMRA**

MUNICIPIO DE RIO DAS ANTAS/SC - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Chamada Pública n.º 02/2016 – PMRA

Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação com base na Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009. O Município de Rio das Antas, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua do Comércio, 780, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.294/0001-23, representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no Art. 21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/CD n.º 38/2009, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, "(entrega parcelada)", destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Os Grupos FORMAIS/ INFORMAIS deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 03/05/2016, às 09:00 horas, no setor de Licitações, com sede à Rua do Comércio 780 em Rio das Antas/SC. RETIRADA DO EDITAL COMPLETO: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30 Horas, gratuitamente, mediante pré cadastro. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 08 de Abril de 2016 Alcir José Bodanese - Prefeito Municipal



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ADRIANA LEICHT PRUST - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 183/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 01/04/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA LEICHT PRUST, portador(a) do CPF nº 039.889.389-63, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 183/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 183/2015, iniciando-se a prorrogação em 02/04/2016 e encerrando-se em 12/07/2016."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/03/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ADRIANA LEICHT PRUST

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**ALEXSANDRO JUNIOR VENTURI - 2º TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 1/2016, firmado em 01/02/2016, com término previsto para 01/04/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALEXSANDRO JUNIOR VENTURI, portador(a) do CPF nº 071.476.469-83, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 1/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 1/2016, iniciando-se a prorrogação em 02/04/2016 e encerrando-se em 31/05/2016."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 31/03/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALEXSANDRO JUNIOR VENTURI

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**ANA PAULA NOLLI VIANA - 21º TERMO ADITIVO**

21º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 780/2008, firmado em 21/05/2008, com término previsto para 29/04/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA NOLLI VIANA, portador(a) do CPF nº 936.751.789-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 21º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 780/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 780/2008, iniciando-se a prorrogação em 30/04/2016 e encerrando-se em 10/10/2016."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 07/04/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA NOLLI VIANA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**DANIEL STREY - 17º TERMO ADITIVO**

17º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2011, firmado em 01/02/2011, com término previsto para 29/04/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIEL STREY, portador(a) do CPF nº 062.941.539-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 17º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 90/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/04/2016 e encerrando-se em 10/10/2016."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/04/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DANIEL STREY

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**DECRETO Nº 5240, DE 08 DE ABRIL DE 2016.**

DECRETO Nº 5240, de 08 de abril de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.694, de 15 de dezembro de 2015, e com a Lei nº 5.719, de 08 de abril de 2016;

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	60.000,00
	TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		

01000000	Recursos Ordinários	R\$	60.000,00
	TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

08 de abril de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

## DECRETO Nº 5241, DE 08 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 5241, de 08 de abril de 2016.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.694, de 15 de dezembro de 2015, e com a Lei nº 5.718, de 08 de abril de 2016;

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 131.625,00 (cento e trinta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferência a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	131.625,00
	TOTAL	R\$	131.625,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 131.625,00 (cento e trinta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	131.625,00
	TOTAL	R\$	131.625,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

08 de abril de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

## DECRETO Nº 5242, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 5242, de 08 de abril de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.694, de 15 de dezembro de 2015, e com a Lei nº 5.717, de 07 de abril de 2016;

DECRETA:

Art. 1º- Ficam suplementadas até o limite de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do

## Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	42.000,00
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO		
2.046	Promoção e Realização de Eventos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
	TOTAL	R\$	72.000,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.147	Programa Qualidade de Vida no Trabalho		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	42.000,00
	TOTAL	R\$	72.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

08 de abril de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul



**ELISANDRA PEREIRA GROTH - 7º TERMO ADITIVO**

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 331/2014, firmado em 13/08/2014, com término previsto para 29/04/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELISANDRA PEREIRA GROTH, portador(a) do CPF nº 002.515.870-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 331/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 331/2014, iniciando-se a prorrogação em 30/04/2016 e encerrando-se em 10/10/2016."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 07/04/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELISANDRA PEREIRA GROTH

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**ELIZEU CRISPIM DE MELLO - 6º TERMO ADITIVO**

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 340/2014, firmado em 27/08/2014, com término previsto para 29/04/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZEU CRISPIM DE MELLO, portador(a) do CPF nº 712.952.839-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 340/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 340/2014, iniciando-se a prorrogação em 30/04/2016 e encerrando-se em 10/10/2016."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELIZEU CRISPIM DE MELLO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**LEI 5.716**

LEI Nº 5.716, de 07 de abril de 2016.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL INCLUSÃO SOCIAL - ADCIS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva e Cultural Inclusão Social - ADCIS, fundada na data de 17 de novembro de 2010, com sede na Rua dos Caçadores, nº 266, bairro Laranjeiras, no município de Rio do Sul.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

07 de abril de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**LEI 5.717**

LEI Nº 5.717, de 07 de abril de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Ficam suplementadas até o limite de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO
02.01	GABINETE DO PREFEITO
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	42.000,00
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.04	DEPARTAMENTO DE TURISMO		
2.046	Promoção e Realização de Eventos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
	TOTAL	R\$	72.000,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.147	Programa Qualidade de Vida no Trabalho		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	42.000,00
	TOTAL	R\$	72.000,00

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

07 de abril de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

## LEI 5.718

LEI Nº 5.718, de 08 de abril de 2016.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 131.625,00 (cento e trinta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferência a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	131.625,00
	TOTAL	R\$	131.625,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 131.625,00 (cento e trinta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
-------	----------------------	--	--

02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	131.625,00
	TOTAL	R\$	131.625,00

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
08 de abril de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### LEI 5.719

LEI Nº 5.719, de 08 de abril de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	60.000,00
	TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.02	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
2.042	Manutenção do Departamento de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	60.000,00
	TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
08 de abril de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**NACA CLAUDINO DOS SANTOS - 1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2016, firmado em 04/02/2016, com término previsto para 10/03/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NACA CLAUDINO DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 056.369.549-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 21/2016, iniciando-se a prorrogação em 11/03/2016 e encerrando-se em 07/04/2016."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 09/03/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

NACA CLAUDINO DOS SANTOS

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**PAULA PIEREZAN DOS SANTOS - 16º TERMO ADITIVO**

16º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 291/2011, firmado em 10/08/2011, com término previsto para 29/04/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PAULA PIEREZAN DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 031.768.189-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 16º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 291/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 291/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/04/2016 e encerrando-se em 10/10/2016."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PAULA PIEREZAN DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**PORTARIA Nº 0323/RH**

PORTARIA N. 0323/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor MAICON PATRICK FARIAS, matrícula n. 259780-1, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE CAMINHÃO, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 158503/2016, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2016, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj



**PORTARIA Nº 0324/RH**

PORTARIA N. 0324/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora KELI MONTEIRO DE VARGAS, matrícula n. 216992-2, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão de Graduação em Direito, no processo n. 158246/2016, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2016, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0325/RH**

PORTARIA N. 0325/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
KELI MONTEIRO DE VARGAS	216992-2	AGENTE ADMINISTRATIVO	158245/2016
IVAN CARLOS BECKER	219037-2	MÉDICO PERITO (20H)	158058/2016
MAICON PATRICK FARIAS	259780-1	MOTORISTA DE CAMINHÃO	158505/2016

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0331/RH**

PORTARIA N. 0331/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o segundo Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
CLAUDIR HECK	171484-1	GUARDA MUNICIPAL	158300/2016
DAIANE BRANG FELDHAUS	166316-1	AUX. DE SAÚDE BUCAL	158195/2016
SIDNEY MARCOS MACIESKI	72290-1	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	158322/2016

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

### **PORTARIA Nº 0332/RH**

PORTARIA N. 0332/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
CEZINANDO JOSE MACIESKI	75892-1	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	158330/2016
ELIANE KROEHNKE	86894-1	AUX. ADMINISTRATIVO I	158073/2016
MARILU ROSANE GIOVANELLA	77704-1	AUX. ADMINISTRATIVO II	158354/2016
MYRTHES MINIOROZE CHRISTEN	82368-2	FISCAL DE TRIBUTOS	158262/2016

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

### **PORTARIA Nº 0333/RH**

PORTARIA N. 0333/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor VALDENIR BORGES RIBEIRO, matrícula n. 75620-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Digitador (36h), o quarto Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 158413/2016, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0399/RH**

PORTARIA N. 0399/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora MARCELA NASARIO, matrícula n. 104574-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão de Graduação em Serviço Social, no processo n. 158647/2016, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2016, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de abril de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0401/RH**

PORTARIA N. 0401/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor PATRICIA RAQUEL MAYR, matrícula n. 78158-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 157775/2016, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de abril de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 400/RH**

PORTARIA N. 0400/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
CLEUZA NARDES FANFA DOS SANTOS	254657-1	COZINHEIRO	158144/2016
PRISCILA SEVEGNANI	260037-1	NUTRICIONISTA	158652/2016

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208

de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de abril de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

### **RICARDO ADEMAR HOELLER - 20º TERMO ADITIVO**

20º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 15/2008, firmado em 14/01/2008, com término previsto para 29/04/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RICARDO ADEMAR HOELLER, portador(a) do CPF nº 523.144.999-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 20º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 15/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 15/2008, iniciando-se a prorrogação em 30/04/2016 e encerrando-se em 10/10/2016."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/04/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

RICARDO ADEMAR HOELLER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**TAINA DE SOUZA LOPES - 6º TERMO ADITIVO**

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 354/2014, firmado em 21/10/2014, com término previsto para 29/04/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAINA DE SOUZA LOPES, portador(a) do CPF nº 065.904.229-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 354/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 354/2014, iniciando-se a prorrogação em 30/04/2016 e encerrando-se em 10/10/2016."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAINA DE SOUZA LOPES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**TAISE KAMER - 7º TERMO ADITIVO**

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 333/2014, firmado em 18/08/2014, com término previsto para 29/04/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAISE KAMER, portador(a) do CPF nº 060.204.529-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 333/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 333/2014, iniciando-se a prorrogação em 30/04/2016 e encerrando-se em 10/10/2016."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 07/04/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAISE KAMER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



**TATIANE MACIEL DOS SANTOS - 1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2016, firmado em 02/03/2016, com término previsto para 01/04/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANE MACIEL DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 051.825.949-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 124/2016, iniciando-se a prorrogação em 02/04/2016 e encerrando-se em 23/12/2016."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/03/2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TATIANE MACIEL DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - VINICIUS FERNANDES BIFF****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supra citada, EM-POSSA nesta data o (a) servidor(a) VINICIUS FERNANDES BIFF, nomeado (a) pela Portaria n. 0227/RH, de 01/03/2016, publicada no DOM na data de 09/03/2016, para exercer o cargo efetivo de Agente Administrativo, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/04/2016.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 01 de abril de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI Nº 5.720, DE 8 DE ABRIL DE 2016**

LEI Nº 5.720, DE 8 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a atenção especial do Município ao idoso em situação de vulnerabilidade ou risco social, semi-dependente, objetivando proporcionar-lhe acolhimento, abrigo diurno, cuidados, proteção e convivência adequados a suas necessidades.

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL. Faço saber, nos termos do § 7º do artigo 26 da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Município concederá atenção especial ao idoso na forma desta lei, objetivando proporcionar-lhe acolhimento, abrigo diurno, cuidados, proteção e convivência adequados a suas necessidades. Parágrafo único. A atenção especial de que trata o caput compreende:

I - o atendimento às pessoas idosas com 60 (sessenta) anos ou mais, em situação de vulnerabilidade ou risco social, semi-dependentes, para a realização de atividades da vida diária, cujas famílias não tenham condições de prover esses cuidados durante o dia ou parte dele;

II - a prevenção do isolamento e institucionalização da pessoa idosa, promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares;

III - o fortalecimento da rede de proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas, inserindo a "Creche do Idoso" como um componente da atenção integral à população idosa.

Art. 2º O programa de atenção ao idoso se dará por meio da "Creche do Idoso" que funcionará como uma casa de passagem, conforme estrutura existente e possibilidade de disponibilidade de local e pessoal por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, servindo de apoio assistencial à família responsável e ao idoso.

Parágrafo único. A Creche do Idoso atenderá por período integral ou parcial, segundo a conveniência ou necessidade do idoso assistido e será regulamentado pelo Executivo Municipal considerando as seguintes orientações:

I – instalação em locais apropriados para a convivência diurna de idosos onde poderão receber abrigo, alimentação e cuidados especiais;

II – programas que visam melhorar a qualidade de vida, com atividades de lazer compatíveis com a condição do idoso;

III - monitoramento e acompanhamento do uso de medicamentos de uso mediato ou contínuo, segundo a necessidade do idoso em horário definido;

IV - disponibilização de serviços fisioterapêutico, nutricional, psicológico e social ao idoso frágil, quando possível.

Art. 3º Poderão ser celebrados convênios com a União e o Estado objetivando a transferência de recursos financeiros destinados à realização de obras em imóveis próprios, bem como a aquisição de equipamentos e materiais de natureza permanente visando viabilidade de execução da "Creche do Idoso" de que trata esta lei.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação será responsável pela implantação e gerenciamento da Creche do Idoso.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no que couber.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 8 de abril de 2016.

MARIO MIGUEL

**PORTARIA Nº 895/2016**

PORTARIA Nº 895, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Nomeia o Assessora Parlamentar Bruno Miguel Melchiorretto

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º A partir de 11 de abril de 2016, BRUNO MIGUEL MELCHIORRETTO, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar – Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de abril de 2016.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2016**

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2016

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.

Contratada: A Empresa RSTV LTDA

Objeto: O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa televisiva.

Vigência: O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2016.

Valor: O preço para o presente ajuste, em emissora de televisão com abrangência no município de Rio do Sul, na forma de Programas da grade de programação, englobando entrevista dos vereadores membros do Poder Legislativo de Rio do Sul, abordando temas legislativos, em especial Projetos de Lei em trâmite, e demais vídeos institucionais, pelo tempo de 30 minutos. é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

Rio do Sul, 04 de abril de 2016.

MARIO MIGUEL

Presidente da Câmara Municipal

RICARDO HENRIQUE WIGGERS

Empresa RSTV LTDA

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3.700/2016

DECRETO nº 3.700/2015

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.888/2010 de 09 de março de 2010, composto pelos seguintes membros:

Um representante do Poder Executivo:

Titular – Cloves Antonio Rafe

Suplente – Inês Barbosa

Dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes

Titular – Juliana Mella

Suplente – Maria Zila Manfrin

Titular – Maria Rech

Suplente – Odirlene Steffer

Dois representantes de pais de alunos:

Titular – Silvana Tessaro

Suplente – Ana Maria Werner

Titular – Henrique Leão

Suplente – Nelci Zimmer

Dois representantes de Entidades Cíveis Organizadas:

Titular – Nelcir Domingos Vacarin

Suplente – Lurdes Gauer

Titular – Arno Geronimo Majolo

Suplente – Maria Lourdes Haas

Art. 2º - Aos membros representantes das entidades descritas, compete:

I – Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos para a conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

II – Receber, analisar e remeter ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com parecer conclusivo, a prestação de contas do PNAE;

III – Propor pautas de aquisição de produtos que formarão os cardápios do programa de alimentação escolar, respeitados os hábitos alimentares da região e as necessidades nutricionais da criança conforme estabelece o Ministério da Educação;

IV – Zelar pela qualidade dos produtos, desde a aquisição até a distribuição, observadas sempre as práticas higiênicas e sanitárias;

V – Articular-se com órgãos ou serviços governamentais das esferas estadual e federal visando a obtenção de colaboração e assistência técnica e a melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas;

VI – Apresentar propostas ao Poder Executivo quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e sobre a formulação de políticas relacionadas à merenda escolar a serem implementadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica revogado o Decreto nº 3.436/2014, de 04 de abril de 2014, e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 08 de abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro

### DECRETO 3.701/2016

DECRETO Nº 3.701/2016	
DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC.	
VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei	

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto DESIGNADO o Servidor Público Municipal VALDINEI GREGOL, ocupante do cargo de Técnico Administrativo I, como responsável pelo Setor de Compras, atuando em substituição ao DIRETOR GERAL DE COMPRAS, senhor ALAN ANTONIO BALESTRIN pelo período compreendido entre os dias 08 de abril de 2016 à 30 de abril de 2016.

Art. 2º A função acima citada será desempenhada sem remuneração.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 08 de abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro

### DECRETO 3.702/2016

DECRETO Nº 3.702/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes,	

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, na importância de R\$: 500.000,00 (Quinhentos mil reais), conforme discriminação a seguir:

08.01- Departamento de Infra Estrutura, Obras e Transportes	
26.782.0027.2.038000 – Manutenção das Atividades de Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
( ) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	500.000,00
Fonte: 164 – Transferências de Convênios – Estado / OUTROS	
TOTAL	500.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADÇÃO, mais especificamente recursos do convênio a ser celebrado com o Governo do Estado de Santa Catarina, conforme Plano de Trabalho, em anexo

Parágrafo Único - Fica criado uma Comissão Provisória pelos vereadores Esmael Barpp, Flandes Schlindwein, Aloir Hensel e o vereador Egidio R. da Fonseca para fiscalizar a terceirização das horas máquinas quando executarem trabalhos no Município. Que o Executivo informe a Comissão para que acompanhe o início e o término dos trabalhos, com envio de um relatório semanal das horas máquinas, e sempre que houver interrupção de trabalhos na Municipalidade, deverá ser comunicado a comissão para verificação das horas.

Art. 3º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.188 de 08 de abril de 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
08 de Abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro

## DECRETO 3.703/2016

DECRETO Nº 3.703/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ATRAVES DA INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes,	

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional especial, na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na importância de R\$: 7.320,00 (Sete mil, trezentos e vinte reais), conforme discriminação a seguir:

03.01- Departamento de Administração	
26.782.0027.2.038000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
( ) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	7.320,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
TOTAL	7.320,00

( ) 3.3.93.00.00 – APL.DIR.DEC.DE OPER.DE ORG., FUND.E ENT.	7.320,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
TOTAL	7.320,00

Art. 2º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional especial, no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 32.328,10 (Trinta e dois mil, trezentos e vinte e oito reais e dez centavos), conforme discriminação a seguir:

04.01- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.009000 – Contribuição ao Consorcio Intermunicipal de Saúde – CIS AMERIOS	
( ) 3.3.93.00.00 – APL.DIR.DEC.DE OPER.DE ORG., FUND.E ENT.	32.328,10
Fonte: 102 – Receitas e Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
TOTAL	32.328,10

Art. 3º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto nos artigos anteriores, são provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 39.648,10 (Trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e oito reais e dez centavos), conforme discriminação a seguir:

03.01- Departamento de Administração	
26.782.0027.2.038000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
(21) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	7.320,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
TOTAL	7.320,00

04.01- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.009000 – Contribuição ao Consorcio Intermunicipal de Saúde – CIS AMERIOS	
(05) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	6.393,84
Fonte: 102 – Receitas e Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
(06) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	25.934,26
Fonte: 102 – Receitas e Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
TOTAL	32.328,10

Art. 4º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.189 de 08 de abril de 2016.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
08 de abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro



**DECRETO 3.704/2016**

DECRETO Nº. 3.704/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes,	

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, na importância de R\$: 10.000,00 (Dez mil reais), conforme discriminação a seguir:

08.02- Departamento de Infra Estrutura, Obras e Transportes	
15.452.0028.2.040000 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
(109) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	
TOTAL	10.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2015, da Fonte de recursos: 100 – Recursos .

Art. 3º – Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº. 2.190 de 08 de abril de 2015

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
08 de abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro

**LEI MUNICIPAL 2.186/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 2.186/2016

DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DA CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL DE QUE TRATA A LEI MUNICIPAL Nº 2.167/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei

Art. 1º - Pelo presente, fica retificado o artigo 1º da Lei Municipal nº 2.167 de 09 de novembro de 2015, que autorizou a promoção da Cessão de Uso, à Associação dos Gaioleiros Batendo Biela, do Município de Romelândia - SC, CNPJ nº. 15.529.848/0001-80, para constar a cessão de apenas 35.000m² (trinta e cinco mil metros quadrados), do seguinte bem imóvel:

IMÓVEL – A CHÁCARA Nº 162 (cento e sessenta e dois), com a área de 40.000m² (quarenta mil metros quadrados), sem benfeitorias, sita no Bloco nº 09, Fazenda Sargento, Seção Rio das Antas, Linha Primeirinha, Município de Romelândia, confrontando: ao NORTE, com a chácara nº 161, de Nilton Schonell, por linha seca; ao SUL, com parte da chácara nº 158, de Rineu e Romeu Granzotto, por linha seca; ao OESTE, com a chácara nº 159, de Rineu e Romeu

Granzotto, por travessão; ao NORDESTE, LESTE e SUDESTE, , com o lajeado Primeirinha, fazendo frente com o lote rural nº73, de Erni Heidt, Matrícula nº 566 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta-SC, de PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sito a Rua 12 de outubro, 242, Centro em Romelândia CNPJ 82.821.182/0001/26.

Art. 2º - Em decorrência da retificação, fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 1º da citada lei, que ficará assim disposto:

Parágrafo único. Da área total de 40.000 (quarenta mil metros quadrados) será concedido à Associação citada no artigo 1º a área de 35.000 (trinta e cinco mil metros quadrados).

Art. 3º - Todos os demais termos da Lei Municipal nº 2.167, de 09 de novembro de 2015 ficam ratificados.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
08 de abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro

**LEI MUNICIPAL 2.187/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 2.187/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INGRESSAR NO CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL, A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a participar do CRESIM – CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, objetivando a promoção do planejamento, da coordenação e da execução de formas articuladas de desenvolvimento sustentável na região.

Parágrafo Único - Fica ratificada, em todos os seus termos e para todos os efeitos, a convenção que esta lei acompanha, aprovada pelos Municípios fundadores do CRESIM.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para fazer face às despesas de adesão ao consórcio de que trata o artigo anterior com a seguinte rubrica orçamentária.

Parágrafo Único - Quais quer outros créditos que forem necessários à implantação de programas mesmo que dentro das finalidades contidas na SEGUNDA CLÁUSULA do PROTOCOLO DE INTENÇÕES, gerenciados pelo Consórcio, ou que, necessariamente envolvam ampliação de despesa, necessariamente, será obrigatória a autorização legislativa.

Art. 3º. As convenções ora ratificadas bem como os Estatutos Sociais do consórcio terão força de Lei Municipal.

Parágrafo Único - O município de Romelândia, poderá a qualquer tempo desde que notifique o consorcio com antecedência de 30 dias, afastar-se do mesmo, assim, não assumindo mais responsabilidade Civil ou Criminal.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
08 de Abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro

## LEI MUNICIPAL 2.188/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.188/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:	

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, na importância de R\$: 500.000,00 (Quinhentos mil reais), conforme discriminação a seguir:

08.01– Departamento de Infra Estrutura, Obras e Transportes	
26.782.0027.2.038000 – Manutenção das Atividades de Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
( ) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	500.000,00
Fonte: 164 – Transferências de Convênios – Estado / OUTROS	
TOTAL	500.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADÇÃO, mais especificamente recursos do convênio a ser celebrado com o Governo do Estado de Santa Catarina, conforme Plano de Trabalho, em anexo

Parágrafo Único - Fica criado uma Comissão Provisória pelos vereadores Esmael Barpp, Flandes Schlindwein, Aloir Hensel e o vereador Egidio R. da Fonseca para fiscalizar a terceirização das horas máquinas quando executarem trabalhos no Município. Que o Executivo informe a Comissão para que acompanhe o início e o término dos trabalhos, com envio de um relatório semanal das horas máquinas, e sempre que houver interrupção de trabalhos na Municipalidade, deverá ser comunicado a comissão para verificação das horas.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
08 de Abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro

## LEI MUNICIPAL 2.189/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.189/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ATRAVES DA INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:	

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional especial, na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na importância de R\$: 7.320,00 (Sete mil, trezentos e vinte reais), conforme discriminação a seguir:

03.01– Departamento de Administração	
26.782.0027.2.038000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
( ) 3.3.93.00.00 – APL.DIR.DEC.DE OPER.DE ORG., FUND.E ENT.	7.320,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
TOTAL	7.320,00

Art. 2º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional especial, no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 32.328,10 (Trinta e dois mil, trezentos e vinte e oito reais e dez centavos), conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.009000 – Contribuição ao Consorcio Intermunicipal de Saúde – CIS AMERIOS	
( ) 3.3.93.00.00 – APL.DIR.DEC.DE OPER.DE ORG., FUND.E ENT.	32.328,10
Fonte: 102 – Receitas e Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
TOTAL	32.328,10

Art. 3º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto nos artigos anteriores, são provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 39.648,10 (Trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e oito reais e dez centavos), conforme discriminação a seguir:

03.01– Departamento de Administração	
26.782.0027.2.038000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
(21) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	7.320,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	
TOTAL	7.320,00

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.009000 – Contribuição ao Consorcio Intermunicipal de Saúde – CIS AMERIOS	
(05) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	6.393,84
Fonte: 102 – Receitas e Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	
(06) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	25.934,26
Fonte: 102 – Receitas e Impostos e Transferências de Impostos – Saúde	



TOTAL	32.328,10
-------	-----------

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
08 de abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro

## LEI MUNICIPAL 2.190/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.190/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:	

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, na importância de R\$: 10.000,00 (Dez mil reais), conforme discriminação a seguir:

08.02– Departamento de Infra Estrutura, Obras e Transportes	
15.452.0028.2.040000 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
(109) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	
TOTAL	10.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2015, da Fonte de recursos: 100 – Recursos .

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
08 de abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro

## LEI MUNICIPAL 2.191/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.191/2016	
DISPÕE SOBRE CUSTEIO DE TRANSPORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei	

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesas de transporte rodoviário aos estudantes de 12 a 14 anos da Escola de Educação Básica Prof. Hermínio Heusi da Silva à JOGOS ESCOLARES – JESC à realizar-se entre os dias 11 a 16 de abril de 2016 em Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º- As despesas com o transporte serão custeadas no valor total de até R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) pelo transporte, sendo o valor repassado diretamente a empresa transportadora mediante documentação fiscal e comprovação da viagem.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão a contas da dotação própria do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia – SC,  
08 de abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Milton Aimi

Agente Financeiro

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### ERRATA DE CONTRATOS NºS 4, 14, 15, 16 E 17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Publicação na Edição nº 1929 de 10/02/2016

#### ERRATA

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2016

Onde lê-se:

"Valor: R\$ 7.927,44(Nove mil, novecentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos)"

Leia-se:

"Valor: R\$ 7.927,44(Sete mil, novecentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos)"

Errata

#### EXTRATO DE CONTRATOS Nº 014, 015/2016

Onde lê-se:

" Vigência: 15/01/2016 a 03/02/2016"

Leia-se:

"Vigência: 15/01/2016 a 31/12/2016"

Errata

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 016 e 017/2016

Onde lê-se:

" Vigência: 15/01/2016 a 03/02/2016"

Leia-se:

"Vigência: 18/01/2016 a 31/12/2016"

### EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 24 À 73/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

#### EXTRATO DE CONTRATO

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2016

Processo de Licitação nº 006/2016 - Pregão Presencial nº 006/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LUCIANO SANTANA DA SILVA-05254129999

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de mão de obra de pintura e re-pintura, lavagem e pequenos reparos, destinados a conservação das repartições públicas do município.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 21.000,00(vinte e um mil reais).

Vigência: 01/02/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2016

Processo de Licitação nº 007/2016 - Pregão Presencial nº 007/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PEPE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME

OBJETO: fornecimento de materiais para manutenção de bens imóveis, proteção e segurança e ferramentas para as secretarias do município, que será entregue parceladamente até 31/12/2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 38.237,30(trinta e oito mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta centavos).

Vigência: 01/02/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2016

Processo de Licitação nº 007/2016 - Pregão Presencial nº 007/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: RAMON ESPINDOLA FARIAS ME

OBJETO: fornecimento de materiais para manutenção de bens imóveis, proteção e segurança e ferramentas para as secretarias do município, que será entregue parceladamente até 31/12/2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 33.101,10(trinta e três mil cento e um reais e dez centavos).

Vigência: 01/02/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2016

Processo de Licitação nº 007/2016 - Pregão Presencial nº 007/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: TALENTO TINTAS LTDA ME

OBJETO: fornecimento de materiais para manutenção de bens imóveis, proteção e segurança e ferramentas para as secretarias do município, que será entregue parceladamente até 31/12/2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 32.262,20(trinta e dois mil duzentos e sessenta e dois reais e vinte centavos).

Vigência: 01/02/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2016

Processo de Licitação nº 009/2016 - Pregão Presencial nº 009/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de combustível (gasolina comum filtrada), para uso nos veículos da frota municipal, durante o exercício 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 244.930,00(Duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta reais).

Vigência: 02/02/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2016

Processo de Licitação nº 012/2016 - Pregão Presencial nº 012/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: COMERCIAL AUTOMOTIVA S/A

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto fornecimento de PNEUS, câmaras, protetor e serviços de recapagens para manutenção dos veículos e máquinas da frota municipal, durante exercício de 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 32.852,00(Trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais).

Vigência: 05/02/2016 a 31/12/2016.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2016

Processo de Licitação nº 012/2016 - Pregão Presencial nº 012/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

**CONTRATADA: BELLENZIER PNEUS LTDA**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto fornecimento de PNEUS, câmaras, protetor e serviços de recapagens para manutenção dos veículos e máquinas da frota municipal, durante exercício de 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 37.804,00(Trinta e sete mil oitocentos e quatro reais).

Vigência: 05/02/2016 a 31/12/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2016**

Processo de Licitação nº 012/2016 - Pregão Presencial nº 012/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: JM PNEUS E RECAPAGENS LTDA

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto fornecimento de serviços de recapagens e vulcanização para manutenção dos veículos e máquinas da frota municipal, durante exercício de 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 18.300,00(dezoito mil e trezentos reais).

Vigência: 05/02/2016 a 31/12/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2016**

Processo de Licitação nº 012/2016 - Pregão Presencial nº 012/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MODELO PNEUS LTDA

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto fornecimento de PNEUS, câmaras, protetor e serviços de recapagens para manutenção dos veículos e máquinas da frota municipal, durante exercício de 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 27.283,80(Vinte e sete mil, duzentos e oitenta e três reais e oitenta centavos).

Vigência: 05/02/2016 a 31/12/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 032A/2016**

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2014 - Processo Licitatório nº 60/2014 – TP.

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência e execução dos serviços, conforme solicitação da empresa, em virtude da indefinição na execução de recuperação do piso da quadra, impossibilitando o término dos serviços, ocorrendo atraso na obra. Fica prorrogado a execução dos serviços do dia 23/02/2016 até 31/03/2016, em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Nona, parágrafo único, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Assinatura: 23/02/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2016**

Processo de Licitação nº 014/2016 - Pregão Presencial nº 014/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: GETULIO DE COSTA FILHO

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto à aquisição de gás GLP de petróleo para serem adquiridos parceladamente durante o exercício 2016, para uso nas escolas municipais e demais repartições públicas.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 25.620,00(vinte e cinco mil, seiscentos e vinte reais).

Vigência: 11/02/2016 a 31/12/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2016**

Processo de Licitação nº 011/2016 – Pregão Presencial nº 011/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: AROLDO SANTANA DE JESUS 55228216987

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto prestação de contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra de manutenção, reforma e ampliação em alvenaria e madeira, destinados a conservação das repartições públicas do município.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 25.600,00(Vinte e cinco mil e seiscentos reais).

Vigência: 11/02/2016 a 31/12/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2016**

Processo de Licitação nº 015/2016 – Pregão Presencial nº 015/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MARIA CRISTINA COELHO MACHADO E CIA LTDA – ME

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios(merenda escolar) destinados ao programa de alimentação nas escolas e creches, para o primeiro semestre de 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 34.068,50(Trinta e quatro mil, sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

Vigência: 16/02/2016 a 30/06/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2016**

Processo de Licitação nº 015/2016 – Pregão Presencial nº 015/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ROSALAT LTDA ME

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios(merenda escolar) destinados ao programa de alimentação nas escolas e creches, para o primeiro semestre de 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 21.850,00(Vinte e um mil, oitocentos e cinquenta reais)

Vigência: 16/02/2016 a 30/06/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2016**

Processo de Licitação nº 015/2016 – Pregão Presencial nº 015/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: POLPAS E SUCOS ROS-INDÚSTRIA E COMERCIO DE FRUTAS NATURAIS LTDA ME

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios(merenda escolar) destinados ao programa de alimentação nas escolas e creches, para o primeiro semestre de 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 18.468,10(Dezoito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e dez centavos)

Vigência: 16/02/2016 a 30/06/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2016**

Processo de Licitação nº 016/2016 – Pregão Presencial nº 016/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MARIA CRISTINA COELHO MACHADO E CIA LTDA – ME

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE, PARA CRECHES E ESCOLAS DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 10.576,00(dez mil quinhentos e setenta e seis reais)

Vigência: 16/02/2016 a 30/06/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2016**

Processo de Licitação nº 016/2016 – Pregão Presencial nº 016/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: M.D.A – ARMARINHOS LTDA - ME

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE, PARA CRECHES E ESCOLAS DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 24.706,88(vinte e quatro mil, setecentos e seis reais e oitenta e oito centavos)

Vigência: 16/02/2016 a 30/06/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2016

Processo de Licitação nº 019/2016 – Pregão Presencial Nº 019/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: JM PNEUS E RECAPAGENS LTDA

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto fornecimento de serviços de recapagens de pneus para manutenção de ônibus e caminhões da frota municipal, durante exercício de 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 13.965,00(Treze mil, seiscentos e noventa e cinco reais).

Vigência: 26/02/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2016

Processo de Licitação nº 020/2016– Pregão Presencial Nº 020/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CARMINATTI PEÇAS,COMERCIO E TRANSPORTES LTDA

OBJETO: O presente termo tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de retificação completa de Motor do Micro ônibus Volare V8 placa MFX – 8726, ano 2008, incluindo peças e serviços.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 11.396,00 (Onze mil, trezentos e noventa e seis reais)

Vigência: 26/02/2016 a 31/03/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2016

Processo de Licitação nº 021/2016 – Pregão Presencial Nº 021/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: POLIMIX CONCRETO LTDA

OBJETO: o presente Contrato tem por objetivo o concreto usinado, com fck 35Mpa, para a construção da base da quadra poliesportiva, com área de 627,00m², na localidade de peroba neste município.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 14.500,00(Quatorze mil e quinhentos reais).

Vigência: 26/02/2016 a 26/04/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 042A/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2014 - Processo Licitatório nº 61/2014 – TP.

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de execução dos serviços, conforme solicitação da empresa, em virtude de incidências de chuvas durante os trabalhos, ocorrendo atraso na obra. Fica prorrogado a execução dos serviços a partir de 28/02/2016 por mais 60(sessenta) dias, e vigência contratual por igual período, em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Nona, parágrafo único, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Assinatura: 28/02/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016 - Processo Inexigibilidade de Licitação Nº 026/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: COOPERATIVA MISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA ROSA DO SUL-COOPERSOL

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 01/2016.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 74.804,50(Setenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e cinquenta centavos).

Vigência: 01/03/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para HOSPEDAGEM e manutenção do software de gestão Escolar I-Educar, e suporte técnico aos usuários de todas as unidades de ensino para o exercício 2016.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 6.539,40 (seis mil, quinhentos e trinta e nove reais e quarenta centavos).

Vigência: 01/03/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: EDER LEONARDO DA ROLT

OBJETO: Ministras aulas com treinamento de Capoeira, ao Serviço de Convivência de Vínculos para Crianças e Adolescentes, objetivando incentivar os mesmos a terem uma vida mais saudável, voltada ao desenvolvimento físico e mental.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 7.850,00(sete mil oitocentos e cinquenta reais)

Vigência: 04/03/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2016

Processo de Licitação nº 025/2016 – Pregão Presencial Nº 025/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LITORAL SUL CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA EIRELI

OBJETO: Contratação de empresa para Elaboração de projetos de engenharia na área de consultoria, assessoria técnica, levantamentos, cartas consultas, consultas prévias, cadastros, ante-projeto, pré-projetos, orçamentos, memorial descritivo, parecer técnico e acompanhamento de processo junto ao governo federal, estadual e autarquias, na área da educação, administração, para o exercício de 2016

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais)

Vigência: 09/03/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2016

Processo de Licitação nº 022/2016– Pregão Presencial Nº 022/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MARIA CRISTINA COELHO MACHADO E CIA LTDA – ME

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios (merenda escolar) destinados ao programa de alimentação nas escolas e creches, para o primeiro semestre de 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 27.317,75 (vinte e sete mil, trezentos e dezessete reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: 09/03/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2016



Processo de Licitação nº 022/2016– Pregão Presencial Nº 022/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: PAULO SILVEIRA DE MATOS-ME  
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios (merenda escolar) destinados ao programa de alimentação nas escolas e creches, para o primeiro semestre de 2016.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 30.994,00 (trinta mil, novecentos e noventa e quatro reais)  
Vigência: 09/03/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2016  
Processo de Licitação nº 022/2016– Pregão Presencial Nº 022/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: PAULO RONEY DA SILVA SILVEIRA-ME  
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios (merenda escolar) destinados ao programa de alimentação nas escolas e creches, para o primeiro semestre de 2016.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 10.043,60 (dez mil, quarenta e três reais e sessenta centavos).  
Vigência: 09/03/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2016  
Processo de Licitação nº 023/2016– Pregão Presencial Nº 023/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: MARIA CRISTINA COELHO MACHADO E CIA LTDA – ME  
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de Produtos Alimentícios e Materiais de Limpeza e Higiene ao Serviço de Convivência de Vínculos para Crianças e Adolescentes, exercício de 2016.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 19.046,60 (dezenove mil, quarenta e seis reais e sessenta centavos).  
Vigência: 09/03/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2016  
Processo de Licitação nº 023/2016– Pregão Presencial Nº 023/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: PAULO RONEY DA SILVA SILVEIRA-ME  
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de Produtos Alimentícios e Materiais de Limpeza e Higiene ao Serviço de Convivência de Vínculos para Crianças e Adolescentes, exercício de 2016.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 4.305,43 (quatro mil, trezentos e cinco reais e quarenta e três centavos).  
Vigência: 09/03/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2016  
Processo de Licitação nº 023/2016– Pregão Presencial Nº 023/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: PAULO SILVEIRA DE MATOS-ME  
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de Produtos Alimentícios e Materiais de Limpeza e Higiene ao Serviço de Convivência de Vínculos para Crianças e Adolescentes, exercício de 2016.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 12.124,00 (doze mil e cento e vinte e quatro reais).  
Vigência: 09/03/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2016  
Processo de Licitação nº 24/2016– Pregão Presencial Nº 24/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: MADEIREIRA E SERRALHERIA SANDREMAR LTDA  
OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa para fornecimento de pranchas e vigas de eucalipto para manutenção da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos, que será entregue parceladamente até 31/12/2016.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 30.685,00 (trinta mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).  
Vigência: 09/03/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2016  
Processo de Licitação nº 24/2016– Pregão Presencial Nº 24/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: RAMON ESPINDOLA FARIAS ME  
OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa para fornecimento de pranchas e vigas de eucalipto para manutenção da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos, que será entregue parceladamente até 31/12/2016.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 25.900,00 (vinte e cinco mil, e novecentos reais).  
Vigência: 09/03/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2016  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 042/2016- Processo Licitatório nº 021/2016-PR  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: POLIMIX CONCRETO LTDA  
OBJETO: O Objeto previsto na Clausula Primeira do contrato de origem, fica aditado para incluir os quantitativos.  
Valor: R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Assinatura:11/03/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2016  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REVISÃO CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 195/2015- Processo Licitatório nº 92/2015 – PR.  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: ROMANO COMERCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA  
OBJETO: O objeto previsto na cláusula Sexta e Décima Primeira do contrato de origem, fica aditado para acrescer quantitativos em ocasião de revisão contratual nos termos da Lei nº 8.666/93, Art. 65.  
Valor: Fica acrescido de R\$ 28.472,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e setenta e dois reais) resultando o valor total em R\$ 617.040,00(seiscentos e dezessete mil e quarenta reais).  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Assinatura:16/03/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2016  
Processo de Licitação nº 027/2016– Pregão Presencial Nº 027/2016  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: JOÃO FARIAS DE OLIVEIRA  
OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo o aquisição de 15.000m² (quinze mil metros quadrados) de grama manteiga em placas de 40x40 centímetros, livres de ervas daninhas que serão plantadas nos jardins, escolas, praças, campo de futebol, e vias públicas do município de Santa Rosa do Sul/SC.  
Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).  
Vigência: 16/03/2016 a 31/12/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2016**

Processo de Licitação nº 028/2016 – Pregão Presencial Nº 028/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ELOISA MACIEL MONTEIRO – ME

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto Fornecimento Tubos de Concreto (vários tamanhos), Tampas para boca de lobo e Meio-fio, para manutenção do setor de Viação, Obras e Serviços Públicos, durante o exercício 2016

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 82.434,00 (oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e quatro reais).

Vigência: 16/03/2016 a 31/12/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 059/2016**

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: DARLAN MELO

OBJETO: Este contrato tem como objetivo à prestação de serviços de aulas de treinamento de atletas de voleibol feminino para o setor de esportes.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 6.705,00 (seis mil, setecentos e cinco reais)

Vigência: 01/04/2016 a 31/12/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2016**

Processo de Licitação nº 030/2016 – Pregão Presencial Nº 030/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato Aquisição de uma Grade hidráulica com 28 discos de 20 polegadas para uso do Setor de Agricultura.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais)

Vigência: 01/04/2016 a 01/07/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2016**

Processo de Licitação nº 030/2016 – Pregão Presencial Nº 030/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: TRATOWEL COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato Aquisição de Arado fixo de 2 discos de 26 polegadas para uso do Setor de Agricultura.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 3.790,00 (três mil, setecentos e noventa reais)

Vigência: 01/04/2016 a 01/07/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2016**

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ALCEU FRANCISCO KUNZ

OBJETO: O presente contrato tem como objetivo a prestação de serviços na área de marketing, criar release, notícias, edição de vídeos, fotos, manutenção dos sites e ferramentas de comunicação. Criar peças publicitárias e estratégias de marketing para veículos de comunicação, imprensa on-line, audiovisual e radiofusão.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Vigência: 01/04/2016 a 30/06/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2016**

Processo de Licitação nº 029/2016 – Pregão Presencial Nº 029/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CARMINATTI PEÇAS, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E MÁQUINAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS, APLICAÇÃO DE MATERIAIS

**DIVERSOS E SERVIÇOS DE MECÂNICA E FUNILARIA**

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 131.716,00 (cento e trinta e um mil, setecentos e dezesseis reais)

Vigência: 01/04/2016 a 31/12/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2016**

Processo de Licitação nº 029/2016 – Pregão Presencial Nº 029/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: FABIANO ROSSO TROMBIM-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E MÁQUINAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS, APLICAÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS E SERVIÇOS DE MECÂNICA E FUNILARIA

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 85.021,00 (oitenta e cinco mil e vinte e um reais)

Vigência: 01/04/2016 a 31/12/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2016**

Processo de Licitação nº 029/2016 – Pregão Presencial Nº 029/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: FC BUS LTDA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E MÁQUINAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS, APLICAÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS E SERVIÇOS DE MECÂNICA E FUNILARIA

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 125.768,35 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos).

Vigência: 01/04/2016 a 31/12/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2016**

Processo de Licitação nº 029/2016 – Pregão Presencial Nº 029/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: J.M. DÍESEL LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E MÁQUINAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS, APLICAÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS E SERVIÇOS DE MECÂNICA E FUNILARIA

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 145.450,00 (cento e quarenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta reais),

Vigência: 01/04/2016 a 31/12/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2016**

Processo de Licitação nº 029/2016 – Pregão Presencial Nº 029/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PERKSON PEÇAS E EQUIP. LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E MÁQUINAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS, APLICAÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS E SERVIÇOS DE MECÂNICA E FUNILARIA.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 29.930,00 (vinte e nove mil, novecentos e trinta reais).

Vigência: 01/04/2016 a 31/12/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2016**

Processo de Licitação nº 033/2016 – Pregão Presencial Nº 033/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: RAC SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL



**PARA DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA**

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a Contratação de empresa para executar serviços de destinação final de resíduos (sólidos, orgânicos e inorgânicos) domiciliares e comerciais produzidos na zona urbana e rural, gerados no município de Santa Rosa do Sul no exercício de 2016. (Com capacidade para até 140 toneladas/mês).

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 136.080,00 (cento e trinta e seis mil e oitenta reais).

Vigência: 01/04/2016 a 31/12/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2016**

Processo de Licitação nº 031/2016 – Pregão Presencial Nº 031/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ISAMED MAT. MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME  
OBJETO: Fornecimento de eletrônicos e materiais permanentes para uso no PSF Rural e na Unidade Integrada de Saúde de Santa Rosa do Sul.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 66.066,00 (sessenta e seis mil e sessenta e seis reais).

Vigência: 01/04/2016 a 01/07/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2016**

Processo de Licitação nº 031/2016 – Pregão Presencial Nº 031/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: VLMX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA  
OBJETO: Fornecimento de eletrônicos e materiais permanentes para uso no PSF Rural e na Unidade Integrada de Saúde de Santa Rosa do Sul.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 4.270,00 (quatro mil, duzentos e setenta reais).

Vigência: 01/04/2016 a 01/07/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 071/2016**

Processo de Licitação nº 031/2016 – Pregão Presencial Nº 031/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: GOLD COMPUTADORES LTDA EPP  
OBJETO: Fornecimento de eletrônicos e materiais permanentes para uso no PSF Rural e na Unidade Integrada de Saúde de Santa Rosa do Sul.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 4.289,00 (quatro mil, duzentos e oitenta e nove reais).

Vigência: 01/04/2016 a 01/07/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 072/2016**

Processo de Licitação nº 032/2016 – Pregão Presencial Nº 032/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: NAPOLY COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA  
OBJETO: Aquisição de 01 veículo (zero) km, modelo/fabricação 2016, para a Unidade Integrada de Saúde de Santa Rosa do Sul.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Vigência: 01/04/2016 a 01/07/2016

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2016**

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PAULO JERONIMO FERREIRA-MEI

OBJETO: Prestar Aulas de música e expressão cênica para crianças e adolescentes para representar o município de Santa Rosa do Sul em Eventos.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 6.300,00 (Seis mil e trezentos reais).

Vigência: 04/04/2016 a 31/12/2016

**PORTARIA 033/2016**

PORTARIA N.º 138, DE 31 DE MARÇO DE 2014.

PORTARIA N.º 033, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, - SC. Senhor Nelson Cardoso de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 8º da Lei nº 45 de 20/08/90, e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora ALAIR DE SOUZA BORGES, ocupante do Cargo em Comissão de Diretora de Tributos, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, nomeada pela Portaria nº 039, de 06/02 /2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de abril de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, ao primeiro dia do mês de abril de 2016.

**PORTARIA 034/2016**

PORTARIA N.º 138, DE 31 DE MARÇO DE 2014.

PORTARIA N.º 034, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, - SC. Senhor Nelson Cardoso de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 8º da Lei nº 45 de 20/08/90, e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor ELTON DE MELO TEIXEIRA, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Esportes e Lazer, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, nomeado pela Portaria nº 066, de 01/04 /2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de abril de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, ao primeiro dia do mês de abril de 2016.

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 091/2016 FERIAS LARI J.WESCHENFELDER**

PORTARIA Nº 091/2016  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, ao servidor público municipal, senhor LARI JOAO WESCHENFELDER, matr. 3212/01 lotado na secretaria municipal de ADM. Período aquisitivo de 03/09/2012 a 02/09/2013, período de gozo de férias de 01/04/2016 a 30/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2016.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de Abril 2016.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5

**PORTARIA Nº 092/2016 FERIAS ARNO A, ARNT**

PORTARIA Nº 092/2016  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, ao servidor público municipal, senhor ARNO ADELIR ARNT, matr. 7978/01 lotado na secretaria municipal de Assistência social. Período aquisitivo de 03/03/2013 a 02/03/2014, período de gozo de férias de 01/04/2016 a 30/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2016.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de Abril 2016.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5

**PORTARIA Nº 093/2016 FERIAS ISOLETE L. DOS SANTOS**

PORTARIA Nº 093/2016  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora pública municipal, senhora Isolete Ludwig dos Santos, matr. 12564/01 lotado na secretaria municipal de Assistência social. Período aquisitivo de 12/05/2014 a 11/05/2015, período de gozo de férias de 01/04/2016 a 30/04/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2016.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de Abril 2016.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5

**PORTARIA Nº 095/2016 DESIGNA SERVIDORA**

PORTARIA Nº 095/2016

DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica designada a Senhora Marciane Eleni Pinno, CPF nº 044.695.639-27 RG: nº 6844877, matr. 7234/01 para desempenhar e assumir as obrigações da função comissionada de Diretor de Educação, com direitos ao vencimentos atribuído ao cargo a partir de 06 de Abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de abril de 2016

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de Abril de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**PORTARIA Nº 096/2016 DESIGNA SERVIDOR**

PORTARIA Nº 096/2016

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica designado o Servidor Eliseu Spiscker , CPF nº 077.490.699-50 RG: nº 6844877 , matr. 11711/02 para responder e desempenhar as atividades e obrigações do setor de tributação , ate o servidor responsável do setor retornar do seu período de gozo de férias ,a partir de 06 de Abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de abril de 2016

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de Abril de 2016.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**PORTARIA Nº 097/2016 DESIGNA SERVIDOR**

PORTARIA Nº 097/2016

DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica designada a Servidora Margarete Rosa Alves , CPF nº 040.352.119-07 RG: nº 4524113 , matr. 5126/01 para responder pela Secretaria de Assistência Social, ate a servidora responsável do setor retornar do seu período de gozo de férias, com prazo de retorno em 30 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2016

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de Abril de 2016.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**PORTARIA Nº 098/2016 DESIGNA SERVIDOR**

PORTARIA Nº 098/2016

DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica designada o Servidor WALMOR HEITOR BERNSTEIN, CPF nº 828.287.259-87RG: nº 2357701 , matr. 12190/01para responder interinamente pela Secretaria de Infraesturura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2016

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de Abril de 2016.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**PORTARIA Nº 099/2016 CONTRATA SERVIDORA**

PORTARIA Nº 099/2016

CONTRATA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica contratada a Senhora Mirian Isolde A. Liebert , CPF:814.056.429-04 RG: 13/R3107517, para desempenhar a função de Diretor A. E. Abastecimento, carga horária de 40 horas semanais, Nível:CC-02 , Código: 1038, do quadro de servidores não efetivos , lotada na secretaria municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de abril de 2016.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de Março de 2016.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**PORTARIA Nº 100/2016 NOMEIA AGENTE POLITICO**

PORTARIA Nº 100/2016

DISPOE SOBRE NOMEACAO DE SERVIDOR PARA CARGO DE AGENTE POLITICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeado em cargo de Agente Político, o seguinte servidor Publico Municipal.

NOME: ERONI ALLEBRANDT  
CARGO:Secretario Municipal  
NIVEL: AP-01  
CÓDIGO: 003

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de Abril de 2016.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**PORTARIA Nº 101/2016 NOMEIA SERVIDOR EM CARGO TEMPORÁRIO**

PORTARIA Nº 101/2016

DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeado em cargo de provimento temporário, o seguinte servidor Público Municipal.

NOME: TIAGO POSSENTI

CARGO: Assessor de Projetos

NÍVEL: CC-03

CÓDIGO: 1019

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de Abril de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**PORTARIA Nº090/2016 EXONERA JULIANA PEREIRA DE OLIVEIRA**

PORTARIA Nº 090/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORES DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, a Senhora Juliana Pereira de oliveira , CPF: 052.070919-56, lotada na Secretaria Municipal de Educação , a partir de 04 de Abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 04 de Abril 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO 45/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	45/2016
Contrato Principal Nº.	60/2015
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	GENTE SEGURADORA SA
Objeto	Prestação de serviço de seguro total.
Valor	R\$ 331,90 (trezentos e trinta e um reais e noventa centavos).
Vigência	01 de abril à 30 de abril de 2016.
Processo Nº.	42/2015
Pregão Presencial	33/2015
Santiago do Sul-SC, 01 de abril de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

### CONTRATO 46/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	46/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	GILMAR BANDEIRA 02519644931
Objeto	Prestação de serviço de animação musical show sertanejo com Gil Barretos Junior e Patrick, à realizar-se nos dias 23 e 30 de abril de 2016, para o evento 1ª Mini Ação Cooperada e em comemoração ao 22º Aniversário do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal N.812/2016 de 17 de março de 2016.
Vigência	07 de abril a 02 de maio de 2016.
Valor	R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais).
Processo	31/2016
Inexigibilidade	02/2016
Santiago do Sul-SC, 07 de abril de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

### CONTRATO 47/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	47/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	JOELMA LESEUX RIBEIRO 03254044029

Objeto	Prestação de serviço de animação musical show gospel com Jeisi e Josiel, à realizar-se no dia 23 de abril de 2016, para o evento em comemoração ao 22º Aniversário do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal N.812/2016 de 17 de março de 2016.
Vigência	07 de abril a 02 de maio de 2016.
Valor	R\$ 3.500,00 (três mil e setecentos reais).
Processo	32/2016
Inexigibilidade	03/2016
Santiago do Sul-SC, 07 de abril de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

### DECRETO Nº 128/2016 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 128/2016 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal ANA PAULA DELAI PACASSA, Aprovada em Concurso Público.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº001/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, a Servidora ANA PAULA DELAI PACASSA, para ocupar o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Grupo 01 (Serviços Gerais – SEG), Nível 16, Código 01.01, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 001/2015, Carga horária de 40 Horas Semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.004 – Manutenção das atividades da administração geral – Fonte 0.1.00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de Abril de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.



Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

**DECRETO Nº 129/2016 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 129/2016 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal VANESSA CATARINA MACCARI PEREIRA, Aprovada em Concurso Público.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, a Servidora VANESSA CATARINA MACCARI PEREIRA, para ocupar o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ÁREA I, Grupo 01 (Serviços Gerais – SEG), Nível 17, Código 01.06, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 002/2015, Carga horária de 40 Horas Semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, Projeto Atividade 2.034 - Manutenção Atividades Agente de Saúde - Fonte 0.1.38;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de Abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

**DECRETO Nº 130/2016 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 130/2016 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal JUDILE BOLZAN, para o Cargo em Comissão.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, a Servidora JUDILE

BOLZAN, para o Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, percebendo o vencimento constante no Anexo II, Grupo 6, Código 06.06, Nível CC-1, carga horária com dedicação integral, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.013 - Manutenção das Atividades da Administração da Educação, Cultura e Esporte - Fonte 0.1.01.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de Abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

**DECRETO Nº 131/2016 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 131/2016 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal EDICLERI VANZIN PELINSON, aprovada em Processo Seletivo Simplificado.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº002/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, a Servidora EDICLERI VANZIN PELINSON, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE (NÃO HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 01 de abril de 2016 a 23 de dezembro de 2016 percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.063 - Manutenção das Atividades da Creche, Fonte 0.1.01.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado em data supra.



Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

**DECRETO Nº 132/2016 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 132/2016 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Exonera, o Servidor Público Municipal TADEU PAULO TOAZZA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido, a partir de 02 de abril de 2016, o Servidor TADEU PAULO TOAZZA, nomeado através do Decreto Nº 004/2016 de 02 de janeiro de 2013, ocupante do Cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, carga horária de tempo integral, percebendo vencimento constante no anexo II, grupo 06, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de abril de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

**DECRETO Nº 135/2016 - DE 04 DE ABRIL DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 135/2016 - DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal DAIANE GUEDES, Aprovada em Concurso Público.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, a Servidora DAIANE GUEDES, para ocupar o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-ÁREA II, Grupo 01 (Serviços Gerais – SEG), Nível 17, Código 01.06, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 002/2015, Carga horária de 40 Horas Semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, Projeto Atividade 2.034 - Manutenção Atividades Agente de Saúde - Fonte 0.1.38;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de Abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

**DECRETO Nº 137/2016 – DE 04 DE ABRIL DE 2016**

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e de conformidade com o estabelecido na Lei Municipal nº678/2013, de 22 de maio de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico, instituído pela Lei Municipal nº 678/2013, de 22 de maio de 2013, conforme segue:

**I - REPRESENTANTES DA ESFERA DO GOVERNO**

a) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
- Claudedir Trevisol ..... Titular  
- Rodrigo Marcos Simon ..... Suplente

b) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
- Jaime Campanholo ..... Titular  
- Giovani Benvindo Rissardo ..... Suplente

c) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
- Gerson Carlos Rissardo ..... Titular  
- Tenile Carla de Lima ..... Suplente

**II - REPRESENTANTES DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL**

a) Representantes de Entidades Técnicas  
- Regina Moretto Bernardi ..... Titular  
- Vilmar José Franzen ..... Suplente

b) Representante de Organizações da Sociedade Civil  
- Genésio de Lima ..... Titular  
- Sidinei Valcarenghi ..... Suplente

c) Representante de Entidade de Defesa do Consumidor  
- Ademir Paulo Casanova ..... Titular  
- Odete Ferreira dos Santos Rissardo ..... Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de abril de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração.

**DECRETO Nº133/2016 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº133/2016 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.  
Dispõe sobre a Exoneração de Conselheiro Tutelar do Município de Santiago do Sul-SC.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso XII do Art. 11º, da Lei Complementar nº725/2014, de 02 de julho de 2014.  
DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir desta data, a Conselheira Tutelar DAIANE GUEDES.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de abril de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento / Sec. Administração

**DECRETO Nº136/2016 - DE 04 DE ABRIL DE 2016.**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº136/2016 - DE 04 DE ABRIL DE 2016.  
Dispõe sobre a delegação de competência a Servidora Pública Municipal PAULA DOS SANTOS CASAGRANDE e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado competência a Servidora Pública Municipal PAULA DOS SANTOS CASAGRANDE, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Secretaria, para responder, interinamente, a partir desta data, por todos os atos inerentes a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, podendo para tanto praticar os atos necessários, em decorrência da exoneração do servidor público Tadeu Paulo Toazza.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de abril de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

**DECRETO Nº136/2016 - DE 04 DE ABRIL DE 2016.**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº136/2016 - DE 04 DE ABRIL DE 2016.  
Dispõe sobre a delegação de competência a Servidora Pública Municipal PAULA DOS SANTOS CASAGRANDE e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado competência a Servidora Pública Municipal PAULA DOS SANTOS CASAGRANDE, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Secretaria, para responder, interinamente, a partir desta data, por todos os atos inerentes a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, podendo para tanto praticar os atos necessários, em decorrência da exoneração do servidor público Tadeu Paulo Toazza.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de abril de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

#### **DECRETO Nº138/2016 - DE 04 DE ABRIL DE 2016.**

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria Municipal de Administração e Finanças e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças de 01 de abril de 2016 a 30 de abril de 2016.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o veículo CORSA SEDAM PREMIUN Placas MHK 4999, de propriedade do Município, a partir das 07:00h do dia 01 de abril de 2016 às 24:00h ao dia 30 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de abril de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

#### **DECRETO Nº 123/2016 - DE 29 DE MARÇO DE 2016.**

DECRETO Nº 123/2016 - DE 29 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia Comissão Especial para coordenação do 22º Aniversário do Município de Santiago do Sul – SC, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial responsável pela coordenação das Festividades alusivas ao 22º Aniversário de Emancipação Política do Município de Santiago do Sul - SC.

Art. 2º A Comissão compor-se-á:

I – Carine Piva - Coordenadora;

II – Kauly Emerson Batisti Guedes - Secretário;  
III – Claudécir Trevisol - Membro;  
IV – Jaime Campanholo - Membro;  
V – Maikon Tiago Lunedo - Membro;  
VI – Silvia Nievinski Tibola - Membro;  
VII – Tatiane Cristina Gluzezak Saretto - Membro; e  
VIII – Regina Moretto Bernardi - Membro.

Art. 3º A Comissão ora nomeada será responsável pela coordenação das Festividades alusivas ao 22º Aniversário de Emancipação Política de Santiago do Sul – SC, sendo que o Secretário Kauly Emerson Batisti Guedes ficará responsável também pelo recebimento e conferência das mercadorias e produtos adquiridos para as festividades.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 29 de março de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado na data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Dir. de Departamento / Sec. Administração e Finanças

#### **DECRETO Nº 124/2016 - DE 29 DE MARÇO DE 2016.**

DECRETO Nº 124/2016 - DE 29 DE MARÇO DE 2016.

Regulamenta a Lei Municipal nº 709/2014, de 18 de fevereiro de 2014, que cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COOMDEC de Santiago do Sul e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

#### **DECRETA:**

Art. 1º A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COOMDEC é o órgão permanente da administração pública municipal responsável pela coordenação das ações de defesa civil, no município.

Art. 2º São atividades da COOMDEC:

I - Coordenar e executar as ações de Defesa Civil;

II - Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Defesa Civil;

III - Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Defesa Civil;

IV - Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;

V - Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;

VI - Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil;

VII - Manter o órgão central do SINDEC informado sobre as

ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;

VIII - Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

IX - Auxiliar a coordenar e executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres;

IX - Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

X - Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;

XI - Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

XII - Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

XIII - Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;

XIV - Implantar programas de treinamento para voluntariado;

XV - Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

XVI - Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas);

XVII - Promover mobilização comunitária visando a implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, nos bairros e distritos;

Art. 3º A COOMDEC tem a seguinte estrutura:

I – Coordenador;

II - Conselho Municipal;

III – Secretaria;

IV - Setor Técnico;

V - Setor Operativo.

§ 1º O Coordenador será designado pelo Prefeito Municipal mediante Decreto ou Portaria.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal são os que estão elencados no § 2º do Art. 2º da Lei Municipal nº709/2014, de 18 de fevereiro de 2014.

§ 3º Os membros da Secretaria, do Setor Técnico e Setor Operativo, serão preferencialmente servidores municipais concursados cedidos por outras secretarias municipais.

§ 4º Os cargos pertencentes ao Setor Técnico será de: 01 (uma) vaga para Engenheiro e 01 (uma) vaga para Técnico em Agropecuária.

Art. 4º Ao Coordenador da COOMDEC compete:

I - Convocar as reuniões da Coordenadoria;

II - Dirigir a entidade representando-a perante os órgãos governamentais e não-governamentais;

III - Propor ao Conselho Municipal o plano de trabalho da COOMDEC;

IV - Participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;

V - Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular ao funcionamento da COOMDEC;

VI - Propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propõe a COOMDEC.

VII - Atentar às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

VIII - Manter o seu cadastro telefônico sempre atualizado junto a Secretaria Nacional de Defesa Civil, junto a Secretaria Estadual de Defesa Civil. Junto a Coordenadoria Regional de Defesa Civil e junto ao CEMADEM (Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais);

Parágrafo único. O Coordenador da COOMDEC poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observado os termos legais.

Art. 5º À Secretaria compete:

I - Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

II - Secretariar e apoiar as reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil;

III - Estar sempre capacitado a preencher os documentos que dizem respeito a COOMDEC necessários a serem enviados aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

Art. 6º Ao Setor Técnico compete:

I - Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

II - Implantar programas de treinamento para voluntariado da COOMDEC;

III - Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

IV - Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

V - Dar o aval para construções de edificações ou abertura de loteamentos dentro da área do município;

Parágrafo único. Na falta de pessoal capacitado junto a COOMDEC, buscar auxílio junto ao setor técnico de outras Secretarias Municipais, da Secretaria de Desenvolvimento Regional e/ou Associação de Municípios.



Art. 7º Ao Setor Operativo compete:

I - Programar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;

II - Auxiliar no recebimento, na execução na distribuição e no controle de suprimentos necessários em situações de desastres/emergências em conjunto com a Secretaria de Assistência Social, ou demais órgãos que necessitem do equipamento necessário para o socorro às vítimas e ao patrimônio;

III - Manter sempre pronto para em condições de utilização, os possíveis locais de abrigo;

Art. 8º No exercício de suas atividades, poderá a COOMDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que esta sujeita a população, em circunstâncias de desastres;

Art. 9º Os recursos do Fundo Especial para a Defesa Civil Municipal poderão ser utilizados para as seguintes despesas:

- a) diárias e transporte;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) serviços de terceiros;
- d) aquisição de bens de capital (equipamentos, instalações e material permanente); e
- e) obras e reconstrução.

Art. 10. A comprovação das despesas realizadas à conta do Fundo Especial será feita mediante os seguintes documentos:

- a) Fatura, Nota Fiscal e ou recibo com CNPJ/CPF do fornecedor;
- b) Balancete evidenciando receita e despesa;
- c) Nota de pagamento; e
- d) Bilhetes de passagens de avião/ônibus.

Art. 11. O Município de Santiago do Sul poderá fazer constar dos currículos escolares da rede de ensino municipal, noções gerais sobre os procedimentos de Defesa Civil.

Art. 12. O Grupo Integrado de Atividades Técnicas Coordenadas – GRAC, quando necessário, será instalado junto à sede da Prefeitura Municipal de Santiago do Sul, situada a Rua Angelo Toazza, 600 – CEP: 89854-000 – Fone (049) 3345 3000 e será presidido pelo Prefeito Municipal e quando na sua falta, pelo seu substituto legal.

Art. 13. O Coordenador Municipal de Defesa Civil irá convocar e instalar o GRAC após aquiescência do Chefe do Executivo Santiaguense;

§ 1º Os membros do GRAC estão listados no § 2º e incisos do Art. 2º da Lei Municipal nº709/2014, de 18 de fevereiro de 2014, e não serão remunerados para participar das ações do Grupo;

§ 2º Toda informação repassada à população e ou órgãos da imprensa, só poderá ser repassada pelo Prefeito Municipal, seu substituto legal ou COOMDEC após devidamente instruído pelo Coordenador(a) de Comunicação Social do Município.

Art. 14. O acesso a sala que será desenvolvida as ações do GRAC, somente será franqueada aos membros já previstos no § 2º e incisos do Art. 2º da Lei Municipal nº709/2014, de 18 de fevereiro de 2014, ou mediante autorização expressa do Prefeito Municipal ou seu representante legal.

Art. 15. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 29 de março de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Dir. de Departamento / Sec. Administração e Finanças

## **DECRETO Nº 125/2016 – DE 29 DE MARÇO DE 2016.**

DECRETO Nº 125/2016 – DE 29 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 30.261,40 (Trinta mil, duzentos e sessenta e um reais e quarenta centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 15 – Urbanismo  
Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana  
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR  
Ação: 1.029 – Pavimentação de Passeios Públicos  
Projeto: 1.029 – Pavimentação de Passeios Públicos  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.64 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 30.261,40

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro – Fonte de Recursos: 0.3.64 – Transferência de Convênios – Estado/Outros (não relacionadas à educação/saúde/assistência social), disponíveis na conta bancária nº.29.987-1 junto ao Banco do Brasil S.A. Agência 1393-5.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 29 de março de 2016.  
Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal  
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº 126/2016 – DE 29 DE MARÇO DE 2016.**

DECRETO Nº 126/2016 – DE 29 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Sub-Função: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE  
Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária  
Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.02– Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 29 de março de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal  
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 127/2016 – DE 30 DE MARÇO DE 2016.**

DECRETO Nº 127/2016 – DE 30 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso II do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015, de 08/12/2015, no valor de R\$ 3.582,32 (Três mil quinhentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 06 – Segurança Pública  
Sub-Função: 182 – Defesa Civil  
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR  
Ação: 2.071 – Manut. Atividades Segurança Pública/Defesa Civil  
Atividade: 2.071 – Manut. Atividades Segurança Pública/Defesa Civil  
Da Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00–Aplicações Diretas ..... R\$ 100,00  
Para Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00–Aplicações

Diretas ..... R\$ 100,00

Da Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas ..... R\$ 3.482,32

Para Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas ..... R\$ 3.482,32

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de Março de 2016.  
Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal  
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 134/2016 - DE 04 DE ABRIL DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 134/2016 - DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Declara Estável o Servidor Público Municipal ELDER CAMPANHOLO e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o § 4º, do Art. 41 da Constituição Federal, Art. 6º da Emenda Constitucional nº19 e o Art. 20, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica Declarado estável o Servidor Público Municipal, Senhor ELDER CAMPANHOLO ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, aprovado em concurso público e nomeado através do Decreto Nº082/2013, de 25 de fevereiro de 2013, por ter atingido a média de pontos exigidos nas avaliações semestrais durante o período do Estágio Probatório e em cumprimento ao Disposto no Art. 19, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de abril de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. da Administração

**DECRETO Nº 139/2016 – DE 04 DE ABRIL DE 2016.**

DECRETO Nº 139/2016 – DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul,



Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 - SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 15 - Urbanismo  
Sub-Função: 452 - Serviços Urbanos  
Programa: 0021 - SANTIAGO - VIVER MELHOR  
Ação: 2.049 - Manut. do Sistema de Abastecimento de Água  
Atividade: 2.049 - Manut. do Sistema de Abastecimento de Água  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R.O.3.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de abril de 2016.  
Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal  
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

#### INEXIGIBILIDADE 02/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº.31/2016	
Edital: Inexigibilidade Nº.02/2016	
Fornecedor (es)	GILMAR BANDEIRA 02519644931
Objeto	Prestação de serviço de animação musical show sertanejo com Gil Barretos Junior e Patrick, à realizar-se nos dias 23 e 30 de abril de 2016, para o evento 1ª Mini Ação Cooperada e em comemoração ao 22º Aniversário do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal N.812/2016 de 17 de março de 2016.
Valor	R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais).
Santiago do Sul-SC, 07 de abril de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

#### INEXIGIBILIDADE 03/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº.32/2016	
Edital: Inexigibilidade Nº.03/2016	

Fornecedor (es)	JOELMA LESEUX RIBEIRO 03254044029
Objeto	Prestação de serviço de animação musical show gospel com Jeisi e Josiel, à realizar-se no dia 23 de abril de 2016, para o evento em comemoração ao 22º Aniversário do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal N.812/2016 de 17 de março de 2016.
Valor	R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
Santiago do Sul-SC, 07 de abril de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

#### PORTARIA Nº 047/2015 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 047/2015 - DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal CLEDENICE APARECIDA LUNEDO PACAZZA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CLEDENICE APARECIDA LUNEDO PACAZZA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme – CID O13 - Hipertensão gestacional (induzida pela gravidez) sem proteinúria significativa, ou seja, no período de 31 de março de 2016 a 14 de abril de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

#### PORTARIA Nº 048/2015 - DE 05 DE ABRIL DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 048/2015 - DE 05 DE ABRIL DE 2016.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal CILDA MATTIA CASANOVA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de

Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;  
RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CILDA MATTIA CASANOVA, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, no período de 04 de abril de 2016 a 05 de abril de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

**PORTARIA Nº 049/2015 - DE 05 DE ABRIL DE 2016.**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 049/2015 - DE 05 DE ABRIL DE 2016.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde a Conselheira Tutelar MARILENE VALCARENGHI TOAZZA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso XII, do Art. 11 da Lei Municipal Nº 725/2014, de 02 de junho de 2014, e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Sra. MARILENE VALCARENGHI TOAZZA, Conselheira Tutelar, Lotada no Gabinete do Prefeito, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme – CID H25 -Catarata senil, ,ou seja, no período de 24 de março de 2016 a 07 de abril de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal

GABRIEL KICHEL  
Presidente CMDCA

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

**PORTARIA Nº046/2016 - DE 29 DE MARÇO DE 2016.**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº046/2016 - DE 29 DE MARÇO DE 2016.  
Concede férias ao Servidor Público Municipal VANDERLEI PAULO BACKES.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 62 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal VANDERLEI PAULO BACKES, ocupante do Cargo de ADVOGADO, Lotado na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, 30 (trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de junho de 2014 a 31 de maio de 2015, para Gozo de 01 de abril de 2016 até 20 de abril de 2016.

Art. 2º CONVERTER 1/3 (um terço) das Férias em Abono Pecuniário, conforme requerimento em anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 29 de março de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração.

**RESOLUÇÃO Nº 001/2016 - CMDCA**

RESOLUÇÃO nº 001/2016

Dispõe sobre a homologação do logotipo oficial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e homologação do logotipo oficial do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 725/2014 de 02 de junho de 2014, que institui a Política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Santiago do Sul e dá outras providências, resolve:

I –Criar e homologar o logotipo oficial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Criar e homologar o logotipo oficial do Conselho Tutelar do Município de Santiago do Sul - SC;

Art. 1ºFica homologado o Logotipo Oficial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente – CMDCA, conforme o seguinte modelo:

Art. 2ºFica homologado o Logotipo Oficial do Conselho Tutelar do Município de Santiago do Sul - SC, conforme o seguinte modelo:

Art. 3ºOs logotipos deverão ser utilizados como símbolo oficial

documentos emitidos e publicados pelo CMDCA e Conselho Tutelar, em meio físico e eletrônico, bem como para fins de divulgação na realização de campanhas e demais atividades em que vier a participar.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santiago do Sul – SC, 08 de abril de 2016.

Gabriel Kichel

Presidente CMDCA

### **RESOLUÇÃO Nº 002/2016 - CMDCA**

RESOLUÇÃO nº 002/2016

Concede licença para tratamento de saúde a Conselheira Tutelar Marilene ValcarenghiToazza.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 725/2014 de 02 de junho de 2014, que institui a Política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Santiago do Sul e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde a Sra. Marilene ValcarenghiToazza, Conselheira Tutelar do Município de Santiago do Sul – SC, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico apresentado (CID H25 – Catarata senil), com início em 24 de março de 2016 até o dia 07 de abril de 2016.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santiago do Sul – SC, 08 de abril de 2016.

Gabriel Kichel

Presidente CMDCA

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1301/2016

DECRETO Nº 1301, DE 07 DE ABRIL DE 2016

ALTERA O DECRETO Nº 766/2014 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1847/2007,

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto nº 766, de 28 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

Representantes Governamentais

II - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde  
FLORINDA IVETE ROSA ROHRBACHER – Titular

V- Representantes da Fundação Cultural  
KÁTIA REGIANE WOLFF - Suplente

Representantes não Governamentais

VII - Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE  
SOLANGE NUNES DA SILVA - Titular

(...)”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### DECRETO Nº 1302/2016

DECRETO Nº 1302, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

Designa Autoridade Competente, para o Exercício de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Secretário Municipal de Administração, Edemilson Benedito de Assis, como “Autoridade Competente”, no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- a) Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- b) Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- c) Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- d) Promover o devido controle hierárquico;
- e) Homologar o resultado do Pregão;
- f) Promover a contratação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 1208, de 13 de janeiro de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### DECRETO Nº 1303/2016

DECRETO Nº 1303, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

Designa Autoridade Competente, para o Exercício de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Diretor Presidente interino da Fundação Municipal de Desportos, Paulo Roberto Scheide, como “Autoridade Competente”, no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Fundação Municipal de Desportos, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- a) Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- b) Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- c) Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- d) Promover o devido controle hierárquico;
- e) Homologar o resultado do Pregão;
- f) Promover a contratação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 1213, de 13 de janeiro de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**DECRETO Nº 1304/2016**

DECRETO Nº 1304, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

Designa Autoridade Competente, para o Exercício de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Diretora Presidente da Fundação Cultural, Cleusa Piccoli Vieira, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Fundação Cultural, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- a) Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- b) Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- c) Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- d) Promover o devido controle hierárquico;
- e) Homologar o resultado do Pregão;
- f) Promover a contratação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 1211, de 13 de janeiro de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**DECRETO Nº 1305/2016**

DECRETO Nº 1305, DE 08 DE ABRIL DE 2016

ALTERA O DECRETO Nº 1028/2012 QUE CRIA A COMISSÃO PERMANENTE DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, e de conformidade com §2º do art. 4º, Lei nº 2966 de 29 de fevereiro de 2012

RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 2º do Decreto nº 1028, de 12 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.

(...)

III – Edemilson Benedito de Assis, representante do Departamento de Recursos Humanos da Administração Direta;

(...)"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2016 EMHAB**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6 /2016

OBJETO: Contratação de aluguel em caráter de emergência para a Sra. Girlene Wais de Jesus, em virtude de alagamento em sua residência, situada na Rua Bertha Dobenck nº 386, Bairro Serra Alta, Loteamento Boa Esperança, pelo período de 12 meses, conforme justificativas constantes no Processo nº 2532/2015.

CONTRATADO: ANDREIA MARTINS

Valor: R\$ 6.000,00

SÃO BENTO DO SUL, 05 de abril de 2016.

LUIZ CARLOS PEDROZO – DIRETOR PRESIDENTE DA EMHAB

**ERRATA PORTARIAS Nº 11463/2016 Nº 11497/2016**

ERRATA:

Na publicação da Portaria nº 11463/2016, no DOM nº 1970, de 04 de abril de 2016, pág. 418, no local que se lê "Técnico em Enfermagem" leia-se "Técnico em Informática".

Na publicação da Portaria nº 11497/2016, no DOM nº 1970, de 07 de abril de 2016, pág. 419, nos locais que se lê "04 de março de 2016" leia-se "04 de abril de 2016".

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 020/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 020/2016

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 011/2015 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa NÚCLEO DE ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS E CLÍNICAS DE SÃO BENTO DO SUL LTDA, CNES 5401305, conforme Edital de Chamada Pública nº 008/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 12/2015, de 03 de fevereiro de 2015.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de assistência à saúde, consultas/atendimentos/procedimentos médicos e de outros profissionais da área da saúde, exames complementares de diagnóstico e terapêutica especializados para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

DA ALTERAÇÃO: Altera cláusula quinta – da forma de pagamento. As despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Contrato, descritos na Relação de Procedimentos Especializados apresentados no Anexo I, sofre reajuste de 10%, com embasamento na Cláusula Nona do Contrato, totalizando em R\$ 319.804,00 (trezentos e dezenove mil, oitocentos e quatro reais) e mensalmente R\$ 26.650,33 (vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta reais e trinta e três centavos), conforme produção realizada.

Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 011/2015 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/04/2016 a 30/11/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.



São Bento do Sul, 01 de abril de 2016.  
Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.  
CARLA CRISTINA JUNG, pela Empresa Contratada.

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2016**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2016

OBJETO: FORNECIMENTO DE PASSES PARA PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PARA O PERÍODO DE ABRIL A JULHO DE 2016.  
CONTRATADO: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA  
Valor: R\$ 299.700,00  
SÃO BENTO DO SUL, 29 de fevereiro de 2016.  
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO  
ALCIONE TERESINHA HINKE – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 69/2016**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 69/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA INSTALAÇÃO NO MOTOR, NO EIXO TRASEIRO E NO SISTEMA HIDRÁULICO DA RETROESCAVADEIRA JCB 3C PLUS, ANO 2011, Nº DE PATRIMÔNIO 341, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.  
CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA.  
Valor: R\$ 10.393,00  
São Bento do Sul, 16 março de 2016.  
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO  
OSMAR TELMA – SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

### **JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2016 EMHAB**

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2016

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93, como antecedente necessário à contratação com Dispensa de Licitação.

I – Objeto: Locação de imóvel pelo período de 12 (doze) meses, localizado na Rua Carlos Goertler, s/n, Bairro Serra Alta, contendo uma casa de alvenaria com área total de 238,00m², edificada em terreno com área de 515m², em caráter de emergência, para abrigar a família de Girlene Wais de Jesus, em virtude de alagamentos e deslizamentos de terra provocados por obras de infraestrutura no loteamento Jardim Boa Esperança, conforme laudo técnico do engenheiro da EMHAB, laudo da Defesa Civil e conforme determinação judicial Processo nº 058.13.004337-8 anexos.

II – Contratado: Andreia Martins

III - Caracterização da situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa da Licitação para a referida locação se funda no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

- a) A Sra. Girlene Wais de Jesus reside ao lado do local onde esta empresa pública está finalizando a execução do loteamento Jardim Boa Esperança, no Bairro Serra Alta, nesta cidade.
- b) Ocorre que em razão da movimentação de terras nas obras do loteamento, o muro do imóvel da Sra. Girlene acabou por represar

água das fortes precipitações pluviométricas ocorridas nos últimos dias que, mesmo sob drenagem, já causaram danos ao muro, gerando risco de desabamento do talude e soterramento da referida residência.

c) Conforme Laudo Técnico elaborado pelo Engenheiro responsável da EMHAB, o imóvel da Sra. Girlene Wais de Jesus encontra-se em situação de grave risco, uma vez que os taludes formados por terra movimentada no interior do terreno vizinho (de propriedade da EMHAB), encontram-se instáveis e com pontos de ruptura, gerando risco de deslizamento de grandes volumes de terra e do próprio muro que, caso ocorram, certamente atingirão a residência causando graves danos à moradora e sua família.

d) Há de ser levado em consideração ainda que o citado imóvel encontra-se interditado pela Defesa Civil Municipal.

e) Além dos motivos acima existe uma determinação judicial, de acordo com Autos do Processo nº 058.13.004337-8, a qual obriga a EMHAB fornecer moradia em favor da autora e sua família, semelhante à residência interditada, no prazo de quarenta e oito horas, mediante locação, cessão de uso ou qualquer outra espécie semelhante.

#### **IV - Razão da Escolha do Fornecedor:**

A contratada, Andréia Martins, foi quem ofereceu um dos melhores imóveis naquele bairro e que melhor se adequou às necessidades da família, pelos motivos acima elencados.

#### **V - Justificativa do Preço:**

O preço contratado de R\$500,00 (quinhentos reais) mensais, totalizando R\$6.000,00 (seis mil reais) por um período de 12 meses para a locação, é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

São Bento do Sul, 05 de abril de 2016.

LUIZ CARLOS PEDROZO

Diretor Presidente da EMHAB

### **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2016**

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: FORNECIMENTO DE PASSES PARA PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PARA O PERÍODO DE ABRIL A JULHO DE 2016.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: O fornecimento de passes pela empresa Nivaldo Stoeberl e Cia. Ltda faz-se necessário para atender aos profissionais que atuam na rede municipal de ensino de São Bento do Sul. O repasse será realizado de abril a julho de 2016, conforme Lei nº 397, de 17 de setembro de 2002, a qual "Institui o vale-transporte aos servidores públicos da administração municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências". Portanto, sendo a empresa Nivaldo Stoeberl e Cia. Ltda a única credenciada, justifica-se a aquisição dos passes, destinados aos funcionários da Educação, pela referida Secretaria.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl e Cia. Ltda é a única credenciada para os referidos serviços.



V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 299.700,00 (duzentos e noventa e nove mil e setecentos reais) é o praticado no mercado para os referidos serviços.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretária Municipal de Educação, Alcione Teresinha Hinke.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor de Suprimentos e Patrimônio

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 69/2016**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25, da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA INSTALAÇÃO NO MOTOR, NO EIXO TRASEIRO E NO SISTEMA HIDRÁULICO DA RETROESCAVADEIRA JCB 3C PLUS, ANO 2011, Nº 341, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

II – Contratado: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA.

III - Caracterização da Situação que justifica a inexigibilidade de Licitação: A inexigibilidade de licitação se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: O fornecimento de peças pela empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA faz-se necessário para conserto da Máquina Retroescavadeira JCB 3C PLUS, número de patrimônio 341, ano 2011, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por ser a única empresa distribuidora das peças fornecidas pela JCB do Brasil LTDA, que fornece as peças necessárias para conserto da Retroescavadeira em questão. Entretanto, é de extrema necessidade a aquisição das peças, possibilitando que a máquina volte a funcionar, para realização dos trabalhos pendentes com o referido maquinário. A necessidade do uso de peças originais ocorre para evitar o comprometimento do funcionamento da máquina, além de levar em conta a qualidade e o custo/benefício das peças. Portanto, sendo a Macromaq Equipamentos LTDA a única empresa distribuidora das peças originais, justifica-se a aquisição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Macromaq Equipamentos LTDA é a única distribuidora das peças fornecidas pela JCB do Brasil LTDA, que fornece as peças necessárias para o devido conserto da Retroescavadeira.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 10.393,00 (dez mil, trezentos e noventa e três reais) é o praticado no mercado. Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário de Obras e Serviços Urbanos, Osmar Telma.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor Departamento Compras

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

OSMAR TELMA

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

## **LISTAGEM PORTARIAS Nº 04/2016**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 11509, de 06 de abril de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 04 de abril de 2016. Camila Betina Ropke, Professor de Flauta Transversal, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe A, com 10 horas semanais. FC.

Portaria nº 11510, de 06 de abril de 2016. Revoga Portaria nº 11509/2016, que nomeou Camila Betina Ropke no cargo de Professor de Flauta Transversal, na Fundação Cultural, por desistência espontânea em 04 de abril de 2016.

Portaria nº 11511, de 06 de abril de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2013/2016, período de 25/04/16 a 24/05/16. Francine Luiza Jasniewski, Médico Generalista. SEMUS.

Portaria nº 11512, de 06 de abril de 2016. Concede Auxílio Escolar, a partir de 01 de abril de 2016. Ines Van Den Boon, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 11514, de 06 de abril de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 05 de abril de 2016. Marita Maria Rumor, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SECAD.

Portaria nº 11515, de 06 de abril de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 05 de abril de 2016. Digna Pereira Dino, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 11516, de 06 de abril de 2016. Exonera Chefe de Setor de Recursos Humanos e Expediente, a partir de 01 de abril de 2016. Ismar Pscheidt. SEMED.

Portaria nº 11517, de 06 de abril de 2016. Exonera Chefe de Atenção ao Autista, a partir de 01 de abril de 2016. Tatiane Ribeiro. SEMED.

Portaria nº 11518, de 06 de abril de 2016. Exonera Coordenador de Setor de Recepção Geral, a partir de 01 de abril de 2016. Zenilda Margarida Pscheidt. SEMED.

Portaria nº 11519, de 06 de abril de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Educação Especial e Projetos, a partir de 01 de abril de 2016. Carla Andreia Schier. SEMED.

Portaria nº 11520, de 06 de abril de 2016. Nomeia Chefe de Setor de Atenção ao Autista, a partir de 01 de abril de 2016. Ismar Pscheidt. SEMED.

Portaria nº 11521, de 06 de abril de 2016. Nomeia Chefe de Setor de Recursos Humanos e Expediente, a partir de 01 de abril de 2016. Zenilda Margarida Pscheidt. SEMED.

Portaria nº 11522, de 06 de abril de 2016. Nomeia Chefe de Divisão de Divisão de Programas de Ensino, a partir de 01 de abril de 2016. Carla Andreia Schier. SEMED.

Portaria nº 11524, de 06 de abril de 2016. Revoga Portaria nº 11181/2016, que nomeou servidor público municipal Grégori Conte Tondello no cargo de Médico Clínico Geral, por desistência espontânea em 05 de abril de 2016.

Portaria nº 11525, de 08 de abril de 2016. Nomeia Chefe de Setor de Logística e Transporte, a partir de 01 de abril de 2016. Tatiane Ribeiro. SEMUS.

Portaria nº 11526, de 08 de abril de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 07 de abril de 2016. Roberto Ludwinski, Auxiliar de Operações – Estrada Rio Natal. SEMOB.

Portaria nº 11527, de 08 de abril de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 07 de abril de 2016. Angelino Friedrich, Zelador de Cemitério – Dona Francisca. SEMOB.

São Bento do Sul, 11 de abril de 2016.  
FERNANDO TURECK, prefeito municipal

**PORTARIA Nº 11523/2016**

PORTARIA Nº 11523, DE 06 DE ABRIL DE 2016

Revoga Portaria nº 9983/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

Considerando o que consta no memorando nº 119/2016 - RH e diante da decisão final dos Processos Administrativos de nº 7702/2001 e nº 8202/2015,

**RESOLVE:**

REVOGAR, a partir de 17 de novembro de 2015 a Portaria nº 9983/2012, que concedeu auxílio escolar à servidora pública municipal MARILI TATIANE THEISGES DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 06 de abril de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11528/2016**

PORTARIA Nº 11528, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Revoga Portaria nº 11921/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

Considerando o que consta no memorando nº 138/2016 - RH e diante da decisão final dos Processos Administrativos de nº 1219/2012 e nº 8201/2015,

**RESOLVE:**

REVOGAR, a partir de 17 de novembro de 2015 a Portaria nº 11921/2012, que concedeu auxílio escolar ao servidor público municipal JONAS RENATO KIESKI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11529/2016**

PORTARIA Nº 11529, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Revoga Portaria nº 13303/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

Considerando o que consta no memorando nº 138/2016 - RH e diante da decisão final dos Processos Administrativos de nº 3813/2012 e nº 8200/2015,

**RESOLVE:**

REVOGAR, a partir de 17 de novembro de 2015 a Portaria nº 13303/2012, que concedeu auxílio escolar à servidora pública municipal MARIA SALETE CHAPIEWSKI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11530/2016**

PORTARIA Nº 11530, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Revoga Portaria nº 3040/2010

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

Considerando o que consta no memorando nº 138/2016 - RH e diante da decisão final dos Processos Administrativos de nº 757/2010, nº 3487/2011 e nº 8113/2015,

**RESOLVE:**

REVOGAR, a partir de 17 de novembro de 2015 a Portaria nº 3040/2010, que concedeu auxílio escolar à servidora pública municipal LUCIRENE NOVASKI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11531/2016**

PORTARIA Nº 11531, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Revoga Portaria nº 6254/2011

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

Considerando o que consta no memorando nº 138/2016 - RH e diante da decisão final do Processo Administrativo nº 603/2011,

**RESOLVE:**

REVOGAR, a partir de 17 de novembro de 2015 a Portaria nº 6254/2011, que concedeu auxílio escolar à servidora pública municipal KELI PAULI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11532/2016**

PORTARIA Nº 11532, DE 08 DE ABRIL DE 2016

Designa Defensor Dativo para Processo Administrativo Disciplinar e dá outras Providências

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, FERNANDO TURECK, no uso da competência que lhe confere o § 2º do artigo 174 da Lei Municipal nº 228/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar a servidora EDINÉIA NARLOK KALUZNY, matrícula funcional nº 30620, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, na Procuradoria Jurídica, para atuar como Defensor Dativo, e em vista disso apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua intimação, defesa escrita no Processo Administrativo Disciplinar nº 6544/2015, a que responde à indiciada VILMA BAUMGARTER GROBER, matrícula funcional nº 36626, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Administração, a qual, apesar de regularmente citada, não apresentou defesa escrita no prazo legal, tendo sido declarado revel.

Art. 2º. Para os fins do disposto nessa portaria, o Defensor Dativo terá vista dos respectivos autos na sede da Comissão Processante Especial, sito à Rua Jorge Lacerda, 75 – Centro, na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, nos dias úteis das 08:00h às 11h30h, podendo solicitar cópia integral do processo.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 26/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 26/2016 FMS

No edital acima referenciado houve alteração no item 3. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS do edital:

Onde se lê: Poderão habilitar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que atendam às disposições deste Edital, e que possuam Posto de Coleta no Município de São Bento do Sul/SC, observado o preconizado na NOAS-SUS 01/2002, após análise e deferimento pela COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 1158 de 04 de dezembro de 2015, sendo essa responsável pela análise e habilitação das empresas a serem credenciadas para futura contratação.

Leia-se: Poderão habilitar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que atendam às disposições deste Edital, e que possuam sede no Município de São Bento do Sul/SC, observado o preconizado na NOAS-SUS 01/2002, após análise e deferimento pela COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 1158 de 04 de dezembro de 2015, sendo essa responsável pela análise e habilitação das empresas a serem credenciadas para futura contratação.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei, abre-se o prazo da abertura do Edital de Chamada Pública nº 26/2016 do dia 02/05/2016 às 09:30 horas para o dia 11/05/2016 às 09:30 horas, sendo que o recebimento dos envelopes de documentação serão até às 09:00 horas.

São Bento do Sul, 11 de abril de 2016.

MIRIAM TEREZINHA ROIK LOTT

SECRETÁRIA INTERINA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 19/2016**

Pregão Presencial nº 19/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 19/2016

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 26 de abril de 2016, em sua sede, na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de caixas em alumínio para montagem de equipamentos de medição e controle de pressão.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(43) 4.4.90.30.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água– Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

**ATA REG PREÇOS N.23/2016**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

T Compo Nº.:023/2016

Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada...:FERSAN COM DE AUTOPEÇAS E TRANSP LTDA

Objeto ..... :CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS HORA/CAMINHÃO P/TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS

Valor ..... :R\$46.550,00(quarenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais)

PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 22/2016

Vigência ..... : 12 meses

SAO CARLOS,29 DE MARÇO DE 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

# São Domingos

## PREFEITURA

### ADITIVO 004 MARCELO MULLER

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JANEIRO/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: PREFE N. 004 DE 27/01/2016

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 138/2015 Modalidade: DL n. 074/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta - Do prazo

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: MARCELO MULLER ENG. - ME

CNPJ n. 17.871.404/0001-53

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 29/02/2016



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Motiva Treinamentos - Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 07/2016

OBJETO: Contratação de empresa para ministrar paletas para as famílias integrantes do CRAS do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 2.440,00

VIGÊNCIA: 06.04.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 06 de abril de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Agropecuária Bressler-Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 28/2016

OBJETO: "Aquisição de canos e matérias para ampliação e manutenção das redes de água do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 21.070,00

VIGÊNCIA: 06.04.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 06 de abril de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Borck Bruch e Weber Com. De Mat. de Construção- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 28/2016

OBJETO: "Aquisição de canos e matérias para ampliação e manutenção das redes de água do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 30.800,00

VIGÊNCIA: 06.04.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 06 de abril de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Antônio Roque Bracht-Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 28/2016

OBJETO: "Aquisição de canos e matérias para ampliação e manutenção das redes de água do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 980,00

VIGÊNCIA: 06.04.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 06 de abril de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e C.E Macedo Comércio de Materiais Hidráulicos- EIRE

ORIGEM: Pregão Presencial nº 28/2016

OBJETO: "Aquisição de canos e matérias para ampliação e manutenção das redes de água do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 43.617,90

VIGÊNCIA: 06.04.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 06 de abril de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Thiago Stulp- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 29/2016

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de Alimentação Escolar do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 4.387,50

VIGÊNCIA: 11.04.2016 até 30.07.2016

São João do Oeste – 11 de abril de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Leni Lourdes Schneider- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 29/2016

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de Alimentação Escolar do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 44,01

VIGÊNCIA: 11.04.2016 até 30.07.2016

São João do Oeste – 11 de abril de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Carlise Luci Kaufmann-Mei

ORIGEM: Pregão Presencial nº 29/2016

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de Alimentação Escolar do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 1.553,85

VIGÊNCIA: 11.04.2016 até 30.07.2016

São João do Oeste – 11 de abril de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Supermercado Bressler Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 29/2016

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de Alimentação Escolar do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 11.628,06

VIGÊNCIA: 11.04.2016 até 30.07.2016

São João do Oeste – 11 de abril de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e AP. Oeste Distribuidora e Comércio- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 29/2016

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de Alimentação Escolar do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 7.085,35

VIGÊNCIA: 11.04.2016 até 30.07.2016

São João do Oeste – 11 de abril de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 29/2016

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de Alimentação Escolar do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 7.085,35

VIGÊNCIA: 11.04.2016 até 30.07.2016

São João do Oeste – 11 de abril de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

# São João do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DOS SERVIÇOS TEMPORÁRIOS - FEVEREIRO 2016

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2016

CONTRATO Nº 01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: APOLONIA SCANDOLARA DAROS SALVADOR

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I na secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 17/02/2016 a 21/12/2015

VALOR MENSAL: R\$ 789,61

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 17 de fevereiro de 2016

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

ROGERIO BITENOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2016

CONTRATO Nº 02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: SIMONIA AZEVEDO CHAVES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino no CEI. Paraíso da Criança da secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 959,50

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 03/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CRISLAINE APARECIDA C. DE OLIVEIRA CONSTANTE

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino no CEI. Professor João Vitorino Lopes da secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.439,26

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 04/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MAIRA SCARIOT BIANCHIN PEREIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino no

CEI. Paraíso da Criança da secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.919,01

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 05/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CAMILA LETICIA DA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino no CEI. Paraíso da Criança da secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.439,26

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 06/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ERICA HAHN ROCHA DE MATTIA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino no CEI. Paraíso da Criança da secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.439,26

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 07/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JULIANA DE OLIVEIRA MAGNUS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino no CEI. Paraíso da Criança da secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.439,26

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 26 de fevereiro de 2016

CONTRATO Nº 08/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: DAIANA DE OLIVEIRA CLARINDA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino no CEI. Paraíso da Criança da secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.439,26

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016

CONTRATO Nº 09/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: MARIA APARECIDA SABINO SCUSSEL  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino no CEI. Professor João Vitorino Lopes da secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 1.439,26  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016

CONTRATO Nº 10/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: ROSILEI SAVI VALIM  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino no CEI. Professor João Vitorino Lopes da secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 1.439,26  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 11/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: QUENISE MATOS CRESCENCIO  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de ensino, executando atividades no CEI (Centro Educacional Infantil) Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 1.439,26  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 12/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: MARIA CIRETE DA CUNHA CARDOSO  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de ensino, executando atividades no EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 959,50  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 13/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: CECILIA FERNANDES CARLOS  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino, executando atividades na EEB. Glorinha da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 959,50  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 14/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: EDINEIA DE EZEVEDO VELHO BERNARDINO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais, executando atividades na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 789,61  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 15/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: JANAINA DE MENDONÇA TEIXEIRA DO AMARAL  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais, executando atividades na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 789,61  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 16/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: JOSIANE FARIAS PEREIRA PARIS  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais, executando atividades na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 789,61  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 17/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: MARIA SELOI NUNES ROLDÃO  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais, executando atividades na EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 789,61  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 18/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: JANICE RAUPP WEBBER  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais, executando atividades na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 789,61  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 19/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL



CONTRATADO: DANIELA NETO DOS SANTOS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais, executando atividades na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 789,61

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 20/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ROSILEIA SILVERIO PEDRO JORGE

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI (Centro Educacional Infantil) Professor João Vitorino Lopes, da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.036,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 21/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MILENA LOPES BORBA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI (Centro Educacional Infantil) Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.036,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016

CONTRATO Nº 22/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CAROLINE ESPINDULA MACIEL HELINSKI

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Paraíso da Criança, da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.036,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 23/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ADILCEA LEFFA ROLDÃO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Paraíso da Criança, da Secretaria Municipal de Educação deste município com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.036,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016

CONTRATO Nº 24/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: DUANI DE OLIVEIRA RAUPP

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.036,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016

CONTRATO Nº 25/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: VILMA DO NASCIMENTO CECHELLA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.036,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 26/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: DAIANE RODRIGUES DA SILVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.036,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016

CONTRATO Nº 27/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARIANI LIMA BROGNOLI

OBJETO: Prestação de serviços na função de Nutricionista, na Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2015 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 2.564,32

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 28/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: QUELEM BENDO HENRIQUE MAGNUS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 1.036,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 29/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: KATERINE GUARIZE BRESSAN

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Paraíso da Criança e no CEI. Professor João

Vitorino Lopes da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 1.036,27  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016

CONTRATO Nº 30/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: DIEGO PEREIRA  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas no CEI. Professor João Vitorino Lopes, da Secretaria municipal de Educação deste município com carga horária de 10h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 20/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 518,14  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016

CONTRATO Nº 31/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: DICK OLIVER GIERKI  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Motorista II para transporte de alunos na rede municipal de ensino da Secretaria de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 974,60  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 32/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: DIRLEI FRANCISCO MATOS DE OLIVEIRA  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Motorista II para transporte de alunos na rede municipal de ensino da Secretaria de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 974,60  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 33/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: MICHELE RAMOS MATOS CARDOSO  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Professor Vitorino Lopes da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 829,02  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016

CONTRATO Nº 34/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: VALDINEIA CARLOS OLIVEIRA  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$ 829,02  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016

CONTRATO Nº 35/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: VANI DA SILVA MATOS  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município com carga horária de 20h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 829,02  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016

CONTRATO Nº 36/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: ANDRIOSANI LODETTI PINTO  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais, executando atividades na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 789,61  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 37/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: MARIA DA GLORIA ALVES DA SILVA  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais, executando atividades na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 789,61  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016.

CONTRATO Nº 38/2016  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: CRISTIANA HOFFMANN SELAU CANDIDO  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 22/02/2016 a 21/12/2016  
VALOR MENSAL: R\$ 1.439,26  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de fevereiro de 2016  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

ROGERIO BITENOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.



**LICITAÇÃO Nº 024/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 024/2016

Modalidade – Pregão Presencial nº 009/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SUL/SC E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BEM COMO MATERIAIS ESCOLARES PARA USO EM SALA DE AULA E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 15 min do dia 25/04/2016, com abertura dos envelopes prevista para as 08h 30min do dia 25/04/2016. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07h às 13h, ou pelo e-mail [licitacoes@saojoao-dosul.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saojoao-dosul.sc.gov.br)

São João do Sul - SC, em 08 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2016 PREGÃO Nº 07/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2016

PREGÃO Nº 07/2016

Assunto: Dispõe sobre novo horário e data de abertura dos envelopes do Processo Licitatório nº 022/2016, onde hoje é: DATA DA ABERTURA: 15/04/2016. HORA: 09:00 horas. Passa a Ser: DATA DA ABERTURA: 20/04/2016. HORA: 09:00 horas. Obs: o Protocolo dos envelopes encerra-se às 8:45h; (quinze) minutos antes ao horário marcado para a abertura dos envelopes. Motivo: O DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, não publicou o extrato de publicação, sendo assim resta a administração corrigir tal erro e republicar o mesmo reabrindo o prazo para a sessão pública. São João do Sul, 07 de Abril de 2016. MARIA ROSÂNE CARDOSO. Pregoeira Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 103/2016

DECRET O Nº 103/2016

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA FONTE DE RECURSOS LIVRES NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.383/2015, 23/12/2015”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.07 – SECRETARIA DE TURISMO

(71)3.3.90.00.00.00.00.2.011-0210 – Aplicações Diretas 300.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
..... 300.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da utilização parcial do superávit financeiro de recursos livres verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Abril de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 104/2016

DECRETO Nº 104/2016

“CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO AO FUNCIONÁRIO ROGERIO BARBOSA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento protocolado sob o Nº 123/2016, em data de 28/03/2016, e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.183/2013, artigo 41, Item VI, Fica concedido Licença sem Remuneração para tratar de assuntos particulares, pelo período de 120 (cento e vinte) dias ao funcionário ROGERIO BARBOSA, ocupante do Cargo de Professor Municipal, a referida Licença é a contar do dia 28/03/2016 a 25/07/2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 28 de Março de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Abril de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 105/2016

DECRET O Nº 105/2016

“QUE EXONERA A FUNCIONÁRIA MARIA ISABEL PEREIRA DO ROZARIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora MARIA ISABEL PEREIRA DO ROZARIO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora Municipal, para a qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 100/1994, a referida exoneração dá-se por aposentadoria por Tempo de Contribuição.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Abril de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 106/2016

DECRETO Nº 106/2016

“QUE NOMEIA FUNCIONÁRIA, POR FORÇA DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora: – RITA DE CASSIA RIBEIRO, para ocupar o Cargo Efetivo de Professora de Anos Iniciais, na E.B.M. Octavio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, com 20 horas semanais classificada em 2º lugar no Concurso Público Nº 002/2015, realizado em data de 17/01/16, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Abril de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 107/2016**

DECRET O Nº 107/2016

**“QUE AUTORIZA REMEMBRAMENTO URBANO”**

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 085, datado de 17/03/2016; Fica autorizado o REMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por TARCÍZIO MEDEIROS, de um imóvel urbano de terras medindo 1.679,58m², situado na Rua Vicente Cantizani, Bairro Martorano, nesta cidade, conforme especificações que segue:

**MEMORIAL DESCRITIVO**

Imóvel: Terreno Urbano  
Proprietário: Tarcizio Medeiros  
Endereço: Rua Vicente Cantizani, Bairro Martorano  
Município: São Joaquim SC  
Matricula: Nº 4454 e Nº 6116

-Memorial Descritivo de dois lotes referente às matrículas acima citada que serão lembrados (unificados) e formarão um novo lote com 1.679,58 m².

**LOTE MATRÍCULA Nº 4454**

PROPRIETÁRIO: TARCIZIO MEDEIROS E  
560,00 m²

-Um lote de terras de numero 449, medindo treze metros e trinta e três centímetros (13,33 mts) de frente por igual metragem de fundos e quarenta e dois metros (42,00 mts) de comprimento por ambos os lados ou sejam 560,00 mts, situado nesta cidade, no Bairro Martorano, com frente para a Rua Dr. Vicente Cantizani, fundos com o lote nº 444, dividindo de um lado com o lote nº 448, ambos de Cesar Martorano e pelo outro lado com a Av. Cel. João Palma.

**LOTE MATRÍCULA Nº 6116**

PROPRIETÁRIO: TARCIZIO MEDEIROS  
1.119,58 m²

-Um lote de terras que mede (26,66m) de frente para a rua Vicente Cantizani, por igual metragem de fundos, onde confronta com o lote nº 444, de Tarcizio Medeiros; medindo de um lado (42,00m) de comprimento e confrontando com o lote nº 446 de propriedade de Celso Matos Nunes e pelo outro lado medindo (42,00m) e confrontando com o lote nº 449 de Tarcizio Medeiros, situado nesta cidade de São Joaquim SC, no Bairro Martorano.

-Estes dois lotes mencionados acima serão lembrados e ficará com a seguinte descrição:

**ÁREA REMEMBRADA**

PROPRIETÁRIO: TARCIZIO MEDEIROS  
1.679,58 m²

Do vértice 1 segue confrontando com a Rua Vicenti Cantizani com rumo de 54º0'0"NO e distância de 39,99 m até o vértice 2.

Do vértice 2 segue confrontando com a Av. Cel. João Palma com rumo de 36º0'0"NE e distância de 42,00 m até o vértice 3.

Do vértice 3 segue confrontando com o lote nº 444 de propriedade de Tarcizio Medeiros (M-4449) com rumo de 54º0'0"SE e distância de 39,99 m até o vértice 4.

Do vértice 4 segue confrontando com o lote nº 446 de propriedade de Tarcizio Medeiros (M-4451) com rumo de 36º0'0"SO e distância de 42,00 m até o vértice 1, ponto final da descrição deste

perímetro.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Abril de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 108/2016**

DECRET O Nº 108/2016

**“QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO”**

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica EXONERADO o senhor: – SERGIO OLIVEIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Organização e Modernização Administrativa, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 233/2015, de 17/08/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 01 de Abril de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 109/2016**

DECRET O Nº 109/2016

**“QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIA  
JANETE APARECIDA DA SILVA LIMA”**

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º - De acordo com Requerimento, e em conformidade com o Art. 149 da Lei Municipal Nº 729 de 14/05/1971,; Fica concedido 03 (três) meses de LICENÇA PRÊMIO a senhora JANETE APARECIDA DA SILVA LIMA, ocupante do Cargo Efetivo de Professora Municipal, a referida licença é a contar do dia 04/04/2016 á 02/07/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 04 de Abril de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 110/2016**

DECRETO Nº 110/2016

“QUE NOMEIA FUNCIONÁRIO, POR FORÇA DE  
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor: – BOLIVAR SOARES, para ocupar o Cargo Efetivo de Farmacêutico, na Secretaria Municipal da Saúde, com 40 horas semanais classificado em 1º lugar no Concurso Público Nº 002/2015, realizado em data de 17/01/16, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 04 de Abril de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

# São José

## PREFEITURA

### ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016 - Processo nº 093/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO DO THEATRO ADOLPHO MELLO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 27 de abril de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 27 de abril de 2016, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

### ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2016 - Processo nº 108/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUA NO RESIDENCIAL LISBOA, NO BAIRRO FORQUILHINHAS, PARA LIGAÇÃO COM O LOTEAMENTO SANTA FELICIDADE, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 16h00min do dia 27 de abril de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 16h30min do dia 27 de abril de 2016, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

### CONTRATO/CT: Nº 028/2016 – DL 055/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 028/2016 – DL 055/2016 – Processo 086/2016 - Contratado: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, DO TIPO SERVENTE, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO (CENTRO ADMINISTRATIVO), SAÚDE, INFRAESTRUTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA, FUNDAÇÕES DE CULTURA E TURISMO, ESPORTE E LAZER, MEIO AMBIENTE, EDUCACIONAL DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC EM CARÁTER EMERGENCIAL. Prazo: O presente instrumento tem como prazo de vigência o período de 180 (cento e oitenta) dias ou até que se homologue novo processo licitatório. Valor: R\$ 227.900,88 (duzentos e vinte e sete mil, novecentos reais e oitenta e oito centavos). Data da Assinatura do Contrato: 11 de março de 2016.

### DECRETO Nº 6106/2016

DECRETO Nº 6106/2016  
NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL 2016/2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 5.530 de 08 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Nomear para compor o Conselho Municipal de Política Cultural de São José, como representantes dos órgãos governamentais os seguintes servidores:

I. Fundação Municipal de Cultura e Turismo  
Titular: Joice Porto Luca;  
Suplente: Gustavo de Souza.

II. Escola de Oleiros Joaquim Antonio de Medeiros  
Titular: Lourival Medeiros.

III. Patrimônio Cultural

Titular: Rafael Barcelos Martins.

IV. Arquivos Públicos

Titular: Nelson Felix dos Santos.

V. Centro Universitário São José

Titular: Sirlene Silveira de Amorim Pereira;

Suplente: Marinez Chiquetti Zambom.

VI. Secretaria Municipal da Educação

Titular: Luciane Maria M. Coelho;

Suplente: Giselle Correa Costa.

VII. Secretaria Municipal da Assistência Social

Titular: Newty Jaqueline Rodrigues;

Suplente: Carlos Alfredo Schmidt.

VIII. Secretaria Municipal de Finanças

Titular: Tatiana Graziela Bonzini Oliveira;

Suplente: Adelson Rodrigo Alves.

Art. 2º - Nomear para compor o Conselho Municipal de Política Cultural de São José, como representantes da sociedade civil, os seguintes conselheiros:

I - Setorial Artes Visuais:

titular: Plínio Verani Júnior

suplente: Alessandra F. Deschamps Mendes

II - Setorial Saberes e Fazeres Artesanais

titular: Edmauro Andretti dos Santos

suplente: Carla Amorim de Azevedo

III - Setorial Música

titular: Caio Montenegro de Capua

suplente: Lucas da Silva Figueiredo

IV - Setorial Teatro

titular: Kirian Regina Baixo

suplente: Maria Ana Raimundo

V - Setorial Dança

titular: Karina Barbi

suplente: Michael Ataídes de Melo

VI - Setorial Cultura Popular

titular: Renato Luiz Rachadel

VII - Setorial de Produtores Produtores Culturais

titular: Hudson Pereira

VIII - Setorial Patrimônio Cultural

titular: Giana de Souza

suplente: José Amaro Quint

Art. 3º - Este Decreto entre em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6151/2016**

DECRETO Nº 6151/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ANDRÉA VIEIRA ASSING, matrícula: 31151, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Administração.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal



**DECRETO Nº 6152/2016**

DECRETO Nº 6152/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora FLÁVIA ROCHA FERNANDES, matrícula: 41.753-0, ocupante do cargo de Médico, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 26 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6153/2016**

DECRETO Nº 6153/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados os seguintes servidores, admitidos em Caráter Temporário - ACT.

NOME	CARGO	DATA	LOTAÇÃO
Abigail Santiago Cardoso	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Gabinete da Prefeita
Adriana Aparecida Matos	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Adriana de Medeiros	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Gabinete da Prefeita
Adriana Sucupira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Adriano Borba Muler	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Alda Terezinha do Rosario Carolindo Vicente	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Aline dos Santos Reis	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Aline Ribeiro Zoccoli	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Ana Paula da Cruz Aquino	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Andrea Pereira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Andreia Cristina de Souza	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Andreia Pedro Santiago	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Andreza Pereira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Antonio Carlos dos Santos Pires	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Infraestrutura
Berenice Vas	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Bruna Souza	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Camila Batista	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Camila Galvao Martins	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Carlos Heleno dos Santos Buchele	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Cassia Maria de Souza Cristovao	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Cindiomara Ferreira Rosa	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Clara Aparecida Xavier Mendes da Luz	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Fundação Municipal de Esportes
Claudia Helena Mariano Souza	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Claudia Regina Machado I	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Claudia Regina Matias	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Clauvete Maria dos Santos	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Cleites Lucia Roos	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Cristiane Hoepers Pulcena	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Daniel Costa Euzebio	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Fundação do Meio Ambiente e Des. Sustentável
Dayana Karoline da Conceicao Vilela	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Deizi Bernardes	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Deyse Terezinha Moreira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Fundação Municipal de Esportes
Eli Terezinha da Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Elionara Cardoso Lopes	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Eliza Izabel Schmitz de Sousa	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação

Elizel Rodrigues Barbosa	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Emili Vieira Lopes da Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Emmanuelle de Paula Santos Cavalleiro Celestino	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Fundação Municipal Educacional
Enedina Souza Vieira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Fernanda Madeira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Franciele Borges Moreira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Gisele Beatriz Paiva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Fundação de Cultura e Turismo
Graziela Medeiros Waltrick	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Guilherme de Souza	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Heloisa Pires de Lima	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Isabel Beirao	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Ivania da Silva Muniz	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Jaci Andrade	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Jacira Maria Iachitzki da Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Jane Dilma de Oliveira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Joice Rafaela Correa	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Jorge Luis dos Santos	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Fundação de Cultura e Turismo
Jose Carlos Antonini	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Julio Cesar Antonini	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Kelly Sione Nunes	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Lenir Terezinha Espindola	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Leonita Kuyasky da Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Luiz Antonio Pereira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Lurcineia Bosquete Lourenco	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Magda do Prado Pereira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Magda Kelin Roque Dozol	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Magna Nunes	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Marcia Leites dos Santos	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Margaret Weber Vieira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Maria Aparecida da Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Maria Aparecida Hames Barcelos	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Maria Auxiliadora Goncalves	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Maria de Fatima de Melo Dutra	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Maria de Fatima Ricardo da Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Maria de Lourdes Correia	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Maria de Lourdes Souza da Silva I	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Maria Edesia Borba	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Maria Eucaristia de Souza Oliveira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Maria Margarete Ribeiro Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Maria Marta Martins	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Maria Salete Mangrich	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Fundação Municipal Educacional
Maria Susana Perico	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Maria Veronica de Medeiros Porto	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Marileia Borba de Souza	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Marilene de Souza Oliveira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Marilucia Rosa Palacios	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Marisa Rita Andreolla Schmitt	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Fundação Municipal de Esportes
Marize Bertol dos Santos	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Marlene Maria Venancio da Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Marli Stefens Gorges	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Mercia Simone Rachadel Kremer	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Meri Luci de Souza	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Michele Souza Pereira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Milena da Silveira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Olga Maria Verissimo	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Ozean Teofilo de Brito	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Patricia Regina de Souza	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Paula Cristiane Duarte Lima	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Raquel Gomes Elias Fernandes	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Renata Helena Rodrigues	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação

Renilda Grangeia da Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Ricardo dos Santos I	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Fundação de Cultura e Turismo
Rita de Cassia Bernardino	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Rita dos Santos	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Rita Duarte de Souza	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Romario Joao Mariano	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Infraestrutura
Rosa Salete Braatz	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Rosana Pereira Sarmento	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Rosania Maria Oliveira da Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Roseli Kuster	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Roseli Neckel	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Rosimeri Vieira Costa	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Ruth Helena Weber	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Sabrina Martins	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Sayonara Ricardo de Amorim	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Silvana Lucia Cardoso Binotti	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Silvia Cardoso	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Simone Ribeiro Fernandes	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Fundação do Meio Ambiente e Des. Sustentável
Sonia Maria Pereira Santos	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Suzana Carla Schultz de Oliveira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Fundação Municipal de Esportes
Tania Regina Bichet Pinto	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Tatiana Jeronimo Cardoso	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Tatiane Salese da Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Teresinha Martins da Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Fundação de Cultura e Turismo
Terezinha Mazzucco Vinter	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Thaine Aparecida Silva Machado	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Thiago Carlos dos Santos	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Valmiria Machado	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Vanderleia Fernandes Lutz	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Vanderleia Maria Petri da Silva	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Vanilde Germano	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Assistência Social
Vera Lucia Vieira	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Saúde
Vilneia das Gracias da Silva Paust	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação
Viviane Fernandes	Agente de Serviços Gerais	10/03/2016	Secretaria de Educação

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária Municipal de Administração

## DECRETO Nº 6154/2016

DECRETO Nº 6154/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor LUIZ EUGENIO BATISTA MARTINS, matrícula: 32.530-9, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de março de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6155/2016**

DECRETO Nº 6155/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MARCELLA REGINA FEDRIZZI MARIA, matrícula: 42.025-5, ocupante do cargo de Médico, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de março de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6156/2016**

DECRETO Nº 6156/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora PATRICIA VIEIRA JORDÃO, matrícula: 39.491-2, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 16 de março de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6157/2016**

DECRETO Nº 6157/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor TIAGO DE MATHIA FIRMINO, matrícula: 41.578-2, ocupante do cargo de Médico, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6158/2016**

DECRETO Nº 6158/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos em Caráter Temporário - ACT.

NOME	CARGO	MAT.	LOTAÇÃO	VINCULO	DATA SAIDA
DÉBORA CRISTINA DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	370010	SECRETARIA DE AS-SIST. SOCIAL	ACT	01/03/2016
MARIA MADALENA C.DE SOUZA	PSICOLOGA	371254	SECRETARIA DE AS-SIST. SOCIAL	ACT	01/03/2016
MARCELO NUNES DE MELLO	PSICÓLOGO	396370	SECRETARIA DE AS-SIST. SOCIAL	ACT	26/02/2016
PRISCILA TZELIKIS DUARTE	FISIOTERAPEUTA	408190	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	02/03/2016
ARIANA JÚLIA MAFRA	ASSISTENTE SOCIAL	372650	SECRETARIA DE AS-SIST. SOCIAL	ACT	21/03/2016
BRUNA RAMOS CORDOVA	ASSISTENTE SOCIAL	371351	SECRETARIA DE AS-SIST. SOCIAL	ACT	21/03/2016
VERÔNICA BÁRBARA BERNZ	PSICÓLOGA	370029	SECRETARIA DE AS-SIST. SOCIAL	ACT	21/03/2016
PAULO ROBERTO BUENO	PROF.ENSINO SUP. SUBSTITUTO	418048	USJ	ACT	29/02/2016
ALAIM SOUZA NETO	PROF.ENSINO SUP. SUBSTITUTO	413160	USJ	ACT	11/03/2016
ADILSON DIGIÁCOMO	PROF.ENSINO SUP. SUBSTITUTO	374806	USJ	ACT	01/03/2016
ALEXANDRE LIMA	PROF.ENSINO SUP. SUBSTITUTO	411264	USJ	ACT	29/02/2016
DALVA MARISA RIBAS	PROF.ENSINO SUP. SUBSTITUTO	397032	USJ	ACT	29/02/2016
ELAINE APARECIDA T.PEREIRA	PROF.ENSINO SUP. SUBSTITUTO	375195	USJ	ACT	01/03/2016
ROSANE NIENCHOTER	PROF.ENSINO SUP. SUBSTITUTO	413160	USJ	ACT	01/03/2016
HELIO AISENBERG FERENHOF	PROF.ENSINO SUP. SUBSTITUTO	417106	USJ	ACT	01/03/2016
RODRIGO DIAZ DE VIVAR Y SOLER	PROF.ENSINO SUP. SUBSTITUTO	411183	USJ	ACT	22/03/2016
CLAUDIA ANDREIA S.BACH	ASG	418765	SECRETARIA DE AS-SIST. SOCIAL	ACT	02/03/2016

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6164/2016**

DECRETO Nº 6164/2016  
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora IZABOHR SOUZA PROENÇA do cargo de Assessor II Administrativo- CCM 2, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 16 de março de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6170/2016**

DECRETO Nº 6170/2016  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada THAYNÁ FIGUEIREDO VIEIRA para o cargo em comissão de Coordenador de Logística – CCM 5, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6174/2016**

DECRETO Nº 6174/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6102/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6082/2016 de 31 de março de 2016, que exonerou o servidor MATSON LUIZ CÉ, Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária, com lotação na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6175/2016**

DECRETO Nº 6175/2016  
NOMEIA INTERINAMENTE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, II e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado MATSON LUIZ CÉ, Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Secretario de Serviços Públicos – SM.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6177/2016**

DECRETO Nº 6177/2016  
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora VERA SUELY DE ANDRADE do cargo de Secretária Adjunta de Governo – SMA, com lotação na Secretaria de Governo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6178/2016**

DECRETO Nº 6178/2016

CESSA EFEITOS DO DECRETO 6039/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cessados os efeitos do Decreto 6039/2016 de 23 de março de 2016, que designou a servidora SINARA REGINA LANDT SIMIONI, ocupante do cargo de Secretária da Administração - SM, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Secretária de Saúde – SM.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal



**DECRETO Nº 6179/2016**

DECRETO Nº 6179/2016

CESSA EFEITOS DO DECRETO 5032/2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cessados os efeitos do Decreto 5032/2015 de 18 de setembro de 2015, que designou a servidora SINARA REGINA LANDT SIMIONI, ocupante do cargo de Secretária da Administração - SM, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Ouvidor Geral.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6180/2016**

DECRETO Nº 6180/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora SINARA REGINA LANDT SIMIONI do cargo de Secretária da Administração - SM, com lotação na Secretaria da Administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6181/2016**

DECRETO Nº 6181/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada VERA SUELY DE ANDRADE para exercer o cargo em comissão de Secretária da Administração - SM, com lotação na Secretaria da Administração, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6182/2016**

DECRETO Nº 6182/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada SINARA REGINA LANDT SIMIONI para exercer o cargo de Secretária de Saúde - SM, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6183/2016**

DECRETO Nº 6183/2016

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER INTERINAMENTE CARGO DE OUVADOR GERAL.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, II e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a Sra. VERA SUELY DE ANDRADE, Secretária da Administração - SM, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Ouvidor Geral.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 029/2016 – PROCESSO Nº 109/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 029/2016 – Processo nº 109/2016: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, GRANITOS, VIDROS TEMPERADOS, ACRÍLICOS, TAMPOS DE INOX E CUBAS DE INOX, INCLUINDO OS PROJETOS DOS MOBILIÁRIOS, SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS MÓVEIS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA ATENDER À POLICLÍNICA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA VINCULADA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 25/04/2016 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/04/2016 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2016 - PR Nº 046/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o edital, alterando a descrição dos itens 01 e 02 do ANEXO I do Edital, e a data de entrega e abertura dos envelopes, do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRADES METÁLICAS DE SEGURANÇA NA ESCOLA BÁSICA SÃO FRANCISCO, VINCULADA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. (PUBLICADO NO DOM/SC DIA 06/04/2016, ED. 1969, PG.696). Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 26 de abril de 2016, às 08:15 e 08:30 horas respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste, 08 de abril de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016 - FMS  
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 011/2016 – Pregão Presencial Nº 010/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS, INFANTIL E GERIÁTRICA PARA DISTRIBUIÇÃO NO ANO DE 2016 AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO SERVIÇO SOCIAL ATENDENDO A PROGRAMAS DE SAÚDE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: JOCEL BEAL ME - CNPJ: 11.954.118/0001-75.

VALOR: R\$ 6.536,76 (seis mil, quinhentos e trinta e seis reais e setenta e seis centavos).

FORNECEDOR: LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI – ME - CNPJ: 18.941.818/0001-74.

VALOR: R\$ 37.876,92 (trinta e sete mil, oitocentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos).

FORNECEDOR: VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME - CNPJ: 13.229.567/0001-86.

VALOR: R\$ 27.645,00 (vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).

TOTAL: R\$ 72.058,68 (setenta e dois mil, cinquenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 04/04/2016.

VIGÊNCIA: 04/04/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 052/2016 – Pregão Presencial Nº 036/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS TRATORES AGRÍCOLAS, NOVO, ANO E MODELO 2015/2016, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MAPA - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2623.1025.500-66/2015/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA E CONTRATO DE CONVÊNIO Nº816721/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: PIPPI MÁQUINAS AGRÍCOLAS SANTA CATARINA LTDA - CNPJ: 11.103.539/0001-92.

VALOR: R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

TOTAL: R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 07/04/2016.

VIGÊNCIA: 07/04/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 054/2016 – Pregão Presencial Nº 038/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO A SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2016: NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, E TAMBÉM NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), NÚCLEO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (NACA) PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E CENTRO DE IDOSOS CONVIVER SENDO ESTES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

FORNECEDOR: MULTIAÇÃO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA – EPP - CNPJ: 73.244.337/0001-18.

VALOR: R\$ 11.613,30 (onze mil, seiscentos e treze reais e trinta centavos).

FORNECEDOR: NOAL & TREVISOL LTDA – ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30.

VALOR: R\$ 12.478,56 (doze mil, quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94.

VALOR: R\$ 11.230,36 (onze mil, duzentos e trinta reais e trinta e seis centavos).

FORNECEDOR: SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52.

VALOR: R\$ 28.455,44 (vinte e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

FORNECEDOR: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79.

VALOR: R\$ 14.428,64 (quatorze mil, quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos).

FORNECEDOR: SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA

LTDA - CNPJ: 05.340.608/0001-89.

VALOR: R\$ 10.023,60 (dez mil, vinte e três reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: CLEBER TADEU BRIDI ME - CNPJ: 15.864.350/0001-73.

VALOR: R\$ 13.304,75 (treze mil, trezentos e quatro reais e setenta e cinco centavos).

TOTAL: R\$ 101.534,65 (cento e um mil, quinhentos e trinta e

quatro reais e sessenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 08/04/2016.

VIGÊNCIA: 08/04/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

EXTRATO

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

OBJETO: O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e em conformidade com Lei Orgânica do Município, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Lourenço do Oeste, Leis de criação dos cargos de carreira e Regimento Interno da Câmara de Vereadores, torna público, a realização de concurso público de provas objetivas, para a admissão dos cargos de Agente de Comunicação, Auxiliar de Serviços Gerais e Procurador Jurídico.

1. Período das Inscrições: 08 de abril à 06 de maio de 2016, por meio do site [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).

2. O edital na íntegra encontra-se no quadro de avisos da Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste – SC, nos endereços: [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br) e [www.camarasalourenco.sc.gov.br](http://www.camarasalourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 07 de abril de 2016.

Vereador Edu Antônio Borges

Presidente da Câmara Municipal

### PORTARIA Nº 224/2016

PORTARIA nº 224, de 07 de abril de 2016.

Constitui Comissão Especial de Acompanhamento das fases do Concurso Público nº 001/2016, designa seus membros, e dá outras providências.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, Vereador Edu Antonio Borges, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando a necessidade de abertura de Concurso Público destinado ao provimento de vagas no quadro de servidores de carreira do Poder Legislativo, cargos de Procurador, Agente de Comunicação e Serviços Gerais;

Considerando a necessidade de acompanhar e de fiscalizar a execução de todas as fases do concurso público, a cargo da empresa Airtton Kerbes - ME, contratada para esta finalidade;

Considerando que o procedimento do Concurso Público deve estar de acordo com a legislação municipal em vigor, e, estritamente subordinado aos princípios constitucionais que lhes são atinentes, com destaque aos princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da competitividade, da isonomia, da publicidade e outros aplicáveis à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial de Acompanhamento e

de Fiscalização da execução das fases do Concurso Público nº 001/2016.

Art. 2º Designar, para a composição da Comissão que trata o art. 1º desta Portaria, os seguintes vereadores:

I - Edilson Paulo Ranzan, que será o presidente;

II - Marlice Villani Perazoli, que será a secretária;

III - Ilvo Gabriel Ioris;

IV - Valmir Luiz Maboni.

Parágrafo único. A comissão será, permanentemente, assessorada pelo assessor jurídico Dr. Antonio Carlos Pieta.

Art. 3º O mandato, decorrente desta Portaria, se inicia na data de sua publicação e expira com a publicação da homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, SC, 07 de abril de 2016.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente da Câmara Municipal

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### **1º ERRATA DO PROCESSO LICITATORIO 22/2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA.  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 22/2016.  
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO.  
1º ERRATA

O Município de São Miguel da Boa Vista torna publico a 1º Errata do Edital de licitação 22/2016 na modalidade de Tomada de Preço cujo objeto é a Empreitada GLOBAL, para execução da obra de pavimentação asfáltica sobre calçamento. O edital sofrerá alteração no item 01 do objeto, onde será incluído mais um trecho de pavimentação. As demais cláusulas do edital e seus anexos ficarão inalterados, e encontram-se junto de informações no site do Município, bem como no setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas.

Em virtude das mudanças a data de abertura e recebimento dos envelopes dar-se-ão em:

Entrega dos envelopes: 27/04/2016 as 08h45min.

Abertura dos envelopes: 27/04/2016 as 09h00min.

São Miguel da Boa Vista (SC), 11 de abril de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

### **ANULAÇÃO DO CONTRATO 02/2016 FMAS.**

ANULAÇÃO DE CONTRATO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2016 FMAS.

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – no uso de suas prerrogativas, torna público, para conhecimento de interessados, que o contrato 02/2016 FMAS, referente ao credenciamento 01/2016, não foi firmado/anulado em virtude de haver mais interessados no certame, gerando classificação por pontuação e classificando outro proponente.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 04 de abril de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### EXT. CONTRATO 37.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 37/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CORTE DE GRAMA, LIMPEZA DE PÁTIO E PODA DE ARVORES, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 812, 814/2016.  
CONTRATADO: GEOLVANE PRESTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
VALOR: 11.227,50  
VIGÊNCIA: 31/12/2016  
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: GEOLVANE CELLA  
São Miguel do Oeste, SC., 06 de abril de 2016.

### EXT. CONTRATO 38.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 38/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CORTE DE GRAMA, LIMPEZA DE PÁTIO E PODA DE ARVORES, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 811, 813/2016.  
CONTRATADO: GILMAR DOS SANTOS MEI  
VALOR: 16.000,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2016  
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: GILMAR DOS SANTOS  
São Miguel do Oeste, SC., 06 de abril de 2016.

### EXT. CONTRATO 39.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 39/2016  
Processo Licitatório nº 37/2016  
Pregão Presencial nº 22/2016  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS VIATURAS UTILIZADAS NO POLÍCIAMENTO DE TRÂNSITO DO 11º BPM/FRON, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.727/2011, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 818/2016.  
CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA  
VALOR: 59.154,00  
VIGÊNCIA: 30/12/2016  
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: IONE SUHNEL BESS  
São Miguel do Oeste, SC., 06 de abril de 2016.

### EXT. CONTRATO 40.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 40/2016  
Processo Licitatório nº 37/2016  
Pregão Presencial nº 22/2016  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS VIATURAS UTILIZADAS NO POLÍCIAMENTO DE TRÂNSITO DO 11º BPM/FRON, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.727/2011, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 819/2016.  
CONTRATADO: RODAMAX COMÉRCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS LTDA ME  
VALOR: 22.576,80  
VIGÊNCIA: 30/12/2016  
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: RODRIGO ZARZECKI  
São Miguel do Oeste, SC., 06 de abril de 2016.

### EXT. CONTRATO 41.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 41/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRITA, PEDRISCO E AREIA MÉDIA DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PARQUES DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO INFANTIL, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NAS A.F Nº 821, 823/2016.  
CONTRATADO: BRITADOR OESTE LTDA  
VALOR: 4.520,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2016  
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: EVANDRO ANTONIO TONDO  
São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2016.

### EXT. CONTRATO 42.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 42/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRITA, PEDRISCO E AREIA MÉDIA DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PARQUES DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO INFANTIL, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NAS A.F Nº 822, 824/2016.  
CONTRATADO: EDASA ATACADO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - EPP  
VALOR: 13.095,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2016  
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: NELSO LISAKI  
São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2016.



**EXT. CONTRATO 43.2016 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 43/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS

DE VARRIÇÃO DIÁRIA DAS RUAS COM MÍNIMO 02(DOIS)

FUNCIONÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS

NECESSÁRIOS PARA O TRABALHO, LIMPEZA DAS LIXEIRAS

E ARREDORES, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO

COM A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 825/2016.

CONTRATADO: GEOLVANE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - ME

VALOR: 6.510,00 MENSAL

VIGÊNCIA: 31/12/2016

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: GEOLVANE CELLA

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2016.

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 50/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2016

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa com serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para adequações do trânsito referente ao estacionamento rotativo na área central de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 04 de maio de 2016.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações

poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua

Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

São Miguel do Oeste/SC, 08 de abril de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 24.2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 24/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Aquisição parcelada e estimada de material de limpeza e consumo para a Prefeitura e para o Fundo Municipal de Saúde deste Município, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 26/04/2016 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

São Pedro de Alcântara, 08/04/2016.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 25.2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 25/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A aquisição parcelada e estimada de Material Permanente, eletrodomésticos e eletroeletrônicos para a Prefeitura Municipal e o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 25/04/2016 às 14:00 horas com entrega dos envelopes para credenciamento até às 13h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

São Pedro de Alcântara, 08/04/2016.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal

### CONTRATO N.º 045/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 045/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC,

neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor JAIR MARQUES DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 066.106.659-23, residente a Rua José Matias Junks, nº1179, Vila Junks, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 11/04/2016, findando no dia 07/10/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em

julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;  
5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;  
5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;  
5.2.2.7- Violação de segredo funcional;  
5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;  
5.2.2.9- Abandono de emprego;  
5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;  
5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;  
5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;  
5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.  
5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e

qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

JAIR MARQUES DOS SANTOS

CONTRATADO

Testemunhas:

#### PORTARIA N.º 134/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 134/2016

Admite em Caráter Temporário JAIR MARQUES DOS SANTOS para o cargo de Trabalhador Braçal.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, JAIR MARQUES DOS SANTOS para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho n.º. 045/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de abril de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

# Schroeder

## PREFEITURA

### **SUSPENSÃO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2016-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

89275-000 – SCHROEDER/SC

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

#### **SUSPENSÃO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2016-PMS

PROCESSO Nº. 40/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a SUSPENSÃO DA ABERTURA da licitação PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 20/2016-PMS, Processo nº. 40/2016-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em fornecimento de tachões e serviço de pintura de demarcação viária horizontal para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Após análise de questionamento, será marcada nova data para a abertura do processo.

Sem mais para o momento.

Schroeder, 08 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**ATA CONCORRÊNCIA 02/2016-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 2/2016 - CC</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 38/2016 <b>Data do Processo:</b> 03/03/2016
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação da empresa especializada em serviços de limpeza pública, do ramo de Engenharia Sanitária, para executar a Gestão dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais produzidos pelo município de Schroeder/SC

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 43/2016 (Sequência: 1)**

Ao(s) 8 de Abril de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6151/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 38/2016, Licitação nº 2/2016 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA., está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O Senhor Walter Egidio Mukai, Membro Titular da Comissão de Licitação e Engenheiro Civil do Município pede que seja constatado em ata que o processo de orçamentação e técnica não passou pelo Setor de Engenharia do Município. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Verificou-se que a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA. apresentou para o item do edital 8.1.22, a relação dos veículos, sendo que a comissão entendeu como mínimo os veículos descritos nas tabelas do Termo de Referência, Anexo IX, dos quais constam Caminhão Coletor Compactador, Caminhão Coletor Compactador Reserva, Veículo Utilitário e Caminhão Tipo Baú, sendo que a comissão analisou apenas a documentação relativa a estes veículos. Constatando que a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA. apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pela empresa participante, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta comercial da empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA. Verificou-se que os valores totais não conferem com a multiplicação feita, sendo assim constatou-se erro de cálculo (arredondamentos) por parte da empresa, entretanto serão considerados apenas os valores unitário apresentados na proposta. Constatou-se vencedora a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA., com o valor total de R\$1.615.266,24. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata a participante.

**LOTE: 1**

**Participante:** 9512 - SERRANA ENGENHARIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	COLETA MANUAL E MECANIZADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS COMPACTÁVEIS NA ÁREA URBANA E RURAL COM MONITORAMENTO VIA SATÉLITE, CONFORME ROTEIRO FORNECIDO. (toneladas estimada/ano)	TON	2.520,00		0,0000	333,03	839.235,60
2	TRANSPORTE COM MONITORAMENTO VIA SATÉLITE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS COLETADOS EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO.	TON	2.520,00		0,0000	176,10	443.772,00
3	COLETA MANUAL E MECANIZADA, ATRAVÉS DO SISTEMA PORTA A PORTA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL EM LOCAL LICENCIADO, DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS COM MONITORAMENTO VIA SATÉLITE.	EQUI	12,00		0,0000	23.815,07	285.780,84
4	COLETA DIFERENCIADA TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS CLASSIFICAÇÕES DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PRODUZIDOS NOS AMBULATÓRIOS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO.	EQUI	12,00		0,0000	3.873,15	46.477,80

**Total do Participante** —————> 1.615.266,24

**Total Geral** —————> 1.615.266,24

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**CONCORRÊNCIA  
Nr.: 2/2016 - CC**

Processo Administrativo: 38/2016  
Processo de Licitação:  
Data do Processo: 03/03/2016

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Abril de 2016

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

FELIPE SCHROEDER DOS ANJOS - ..... - Representante

# Seara

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 006/2016 - PL 007/2016-FMES - FORN. GHENO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016-FMES

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 003/2016

Pregão Presencial nº. 006/2016- FMES

Gestor: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Fundação Municipal de Esportes de Seara, entidade jurídica com CNPJ sob o número 02.292.540/0001-11, com sede e foro na Rua Ferdinando Kirchner, n.º 181, Centro Educacional Esportivo, bairro Industrial, Seara, SC, neste ato representada pelo seu Superintendente, o Sr. Rogério André Frâncio, brasileiro, solteiro, professor de educação física, CPF nº 016.982.439-01, residente e domiciliado na Rua Antônio Pierozam, nº 108, na cidade de Seara SC, Seara,SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Gheno Jóias Ltda - ME, CNPJ n.º 79.233.904/0001-17, estabelecida na Av. Anita Garibaldi, nº. 189, centro, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Luiz Gheno Junior, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 1.555.614, CPF nº. 693.211.329-53, residente e domiciliado na av. Anita Garibaldi, nº. 189, centro, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 006/2016-FMES, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e proposta para aquisição de troféus e medalhas personalizadas, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 3.670,00 (três mil, seiscentos e setenta reais) são válidos por 12 (seis) meses, passando a vigorar do dia 07/04/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 06/04/2017.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 006/2016-FMES, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 07/04/2016.

Rogério André Frâncio Luiz Gheno Junior

Fundação Municipal de Esportes      Gheno Jóias Ltda - ME

Contratante      Contratada

### ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 006/2016 - PL 007/2016-FMES - FORN. MONUMENTAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016-FMES

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 003/2016

Pregão Presencial nº. 006/2016- FMES

Gestor: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Fundação Municipal de Esportes de Seara, entidade jurídica com CNPJ sob o número 02.292.540/0001-11, com sede e foro na Rua Ferdinando Kirchner, n.º 181, Centro Educacional Esportivo, bairro Industrial, Seara, SC, neste ato representada pelo seu Superintendente, o Sr. Rogério André Frâncio, brasileiro, solteiro, professor de educação física, CPF nº 016.982.439-01, residente e domiciliado na Rua Antônio Pierozam, nº 108, na cidade de Seara SC, Seara,SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Monumental Indústria e Comércio de Troféus Ltda - ME, CNPJ n.º 02.313.167/0001-38, estabelecida na rua 14 de Agosto, nº. 560-E- bairro Maria Goretti, Chapecó, SC, neste ato representada pelo Sr. Nelson de Lara Ramos, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 400.430 SSP/SC, CPF nº.297.061.069-87, residente e domiciliado na rua 14 de Agosto, nº. 560-E- bairro Maria Goretti, Chapecó, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 006/2016-FMES, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para aquisição de troféus e medalhas personalizadas, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 17.717,80 (dezessete mil, setecentos e dezessete reais e oitenta centavos) são válidos por 12 (seis) meses, passando a vigorar do dia 07/04/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 06/04/2017.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 006/2016-FMES, cuja observância e aplicabilidade se darão



independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 07/04/2016.

Rogério André Francio Nelson de Lara Ramos  
Fundação Municipal de Esportes  
Contratante

Monumental Ind. e Com de Troféus Ltda  
Contratada

### **ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 006/2016 - PL 007/2016-FMES - FORN.FENÍCIA**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016-FMES

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ata de Registro de Preços nº. 003/2016  
Pregão Presencial nº. 006/2016- FMES  
Gestor: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Fundação Municipal de Esportes de Seara, entidade jurídica com CNPJ sob o número 02.292.540/0001-11, com sede e foro na Rua Ferdinando Kirchner, n.º 181, Centro Educacional Esportivo, bairro Industrial, Seara, SC, neste ato representada pelo seu Superintendente, o Sr. Rogério André Frâncio, brasileiro, solteiro, professor de educação física, CPF nº 016.982.439-01, residente e domiciliado na Rua Antônio Pierozam, nº 108, na cidade de Seara SC, Seara,SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Fenícia Indústria e Comércio de Troféus e Medalhas Ltda, CNPJ n.º 11.839.972/0001-90, estabelecida na rua Ludovico Cavinatto, nº. 2526, bairro Santa Catarina, Caxias do Sul, RS, neste ato representada pelo Sr. Milton José Cavalli, brasileiro, separado judicialmente, empresário, RG nº. 4024224768 CPF nº. 423.048.810-68, residente e domiciliado na rua Fiorindo D´Agostini, nº. 789, bairro Santa Catarina, Caxias do Sul, RS, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 006/2016-FMES, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e proposta para aquisição de troféus e medalhas personalizadas, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 3.654,00 (três mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais) são válidos por 12 (seis) meses, passando a vigorar do dia 07/04/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 06/04/2017.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 006/2016-FMES, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 07/04/2016.

Rogério André Francio Milton José Cavalli  
Fundação Municipal de Esportes Contratante

Fenícia Ind. e Com. de Troféus e Medalhas Ltda  
Contratada

### **DECRETO Nº 1044**

DECRETO Nº 1044, de 08 de abril de 2016

Nomeia comissão avaliadora das amostras da Licitação nº 035/2016 - RP - Edital de Pregão Presencial no 023/2016

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Avaliadora das amostras da Licitação nº 035/2016 - RP - Edital de Pregão Presencial no 023/2016-RP.

- a) Márcia Ires Sczesny Hoff
- b) Veranice Grebin Franke
- c) Adriana Grasielle Cê Verza
- d) Angela Maria de Prá Mezzaroba

Art. 2º Os membros das Comissões acima, não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados

relevantes ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC, 08 de abril de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 08 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

## **EXTRATO DOS CONTRATOS E CONVÊNIOS DO MÊS DE MARÇO DE 2016.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Extrato dos Contratos e Convênios do mês de Março de 2016.

Contrato nº. 044/2016 – Pregão Presencial nº. 011/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa PKS Servicos Ltda, CNPJ n.º 05.631.897/0001-75 - Contratada. OBJETO: Locação, manutenção e monitoramento de equipamentos eletrônicos – alarmes. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 55.380,00. DATA DO CONTRATO: 01/03/2016.

Contrato nº. 045/2016

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Sabor do Som Sonorização Ltda - ME, CNPJ Nº. 07.178.522/0001-27 - Contratada. OBJETO: Contratação de show artístico da banda "Sabor do Som Sonorização", para animação da escolha da rainha da EFAICS, que se realizará no dia 04/03/2016, no CTG Seara e Pampa. PRAZO: 04/03/2016. VALOR: R\$ 5.000,00. DATA DO CONTRATO: 03/03/2016.

Contrato nº. 046/2016 – Pregão Presencial nº. 012/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Gente Seguradora Ltda, CNPJ nº. 90.180.605/0001-02 - Contratada. OBJETO: Contratação de apólices de seguro para veículos da frota do Município. PRAZO: 12 meses. VALOR: R\$ 15.750,00. DATA DO CONTRATO: 03/03/2016.

Contrato nº. 047/2016 – Dispensa de Licitação nº. 006/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Athena Pesquisas de Opinião Ltda, CNPJ nº. 07.900.621/0001-70- Contratada. OBJETO: Realização de pesquisa de opinião pública para avaliação da qualidade dos serviços prestados pela administração municipal de Seara, e Avaliação da EFAICS 2016 PRAZO: 30 dias. VALOR: R\$ 7.200,00. DATA DO CONTRATO: 04/03/2016.

Contrato nº. 048/2016 - Termo de aditamento nº 002/2016 ao Contrato nº. 006/2014 - Dispensa de Licitação n.º 006/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Neuri Balzan, CPF nº. 134.224.139-87 - Locador. OBJETO: Acréscimo de área locada. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 700,00. DATA DO CONTRATO: 04/03/2016.

Contrato nº. 049/2016 - Termo de aditamento nº 001/2016 ao Contrato nº. 057/2014 - Dispensa de Licitação n.º 033/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Altivo Jacob Consalter, CPF nº. 020.697.419-15 e a Sra. Rosemari Barbieri Consalter, CPF nº. 513.820.839-04, Locadores. OBJETO: Reajuste de valor. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 956,86/mês. DATA DO CONTRATO: 09/03/2016.

Contrato nº. 050/2016 - Termo de aditamento nº 001/2016 ao Contrato nº. 058/2014 - Dispensa de Licitação n.º 034/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Domingos Rodrigues dos Santos, CPF nº. 250.589.169-91 e a Sra. Solange Battistella Rodrigues dos Santos, CPF nº. 473.969.629-00, Locadores. OBJETO: Prorrogação de prazo e reajuste de valor. PRAZO: 31/12/2015. VALOR: R\$ 310,99/mês. DATA DO CONTRATO: 09/03/2016.

Contrato nº. 051/2016 - Termo de Rescisão Amigável ao Contrato n.º 065/2014 - Dispensa de Licitação n.º 040/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Moacir Nadir Schneider, CRECI nº 16984, CPF Nº. 541.321.429-49 - Locador. OBJETO: Rescisão amigável do contrato nº. 065/2014, e respectivas alterações, com efeitos a partir da data de 19/03/2016. DATA DO CONTRATO: 09/03/2016.

Contrato nº. 052/2016 – Dispensa de Licitação nº. 007/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Daniel Boner - ME, CNPJ nº 64.890.148/0001-21 – Contratada. OBJETO: Serviços de organização e promoção do "Campeonato Mundial de Som Automotivo, Tuning, SPL e Carros Rebaixados" a realizar-se no dia 20 de março de 2016, durante o evento "Conexão Seara 2016". PRAZO: 20/03/2016. VALOR: R\$ 6.800,00. DATA DO CONTRATO: 14/03/2016.

Contrato nº. 053/2016 - Termo de aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 001/2014 - Pregão Presencial nº. 125/2013.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Editora Positivo Ltda –Contratada. CNPJ nº. 79.719.613/0001-33. OBJETO: Reajuste de valor. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 278.193,78. DATA DO CONTRATO: 14/03/2016.

Contrato nº. 054/2016 - Dispensa de Licitação nº. 008/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Santa Catarina – COOAF-SC, CNPJ nº. 07.043.322/0001-67 - Contratada. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública nº. 001/2016. PRAZO: 30/06/2016. VALOR: R\$ 8.547,00. DATA DO CONTRATO: 15/03/2016.

Contrato nº. 055/2016 - Dispensa de Licitação nº. 009/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Cooperativa de Produção e Consumo dos Produtores e das Agroindústrias Familiares de Seara – COOPASE, CNPJ nº. 07.929.720/0001-85 - Contratada. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública nº. 001/2016. PRAZO: 30/06/2016. VALOR: R\$ 43.595,25. DATA DO CONTRATO: 15/03/2016.

Contrato nº. 056/2016 - Dispensa de Licitação nº. 010/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Cooperativa Central Sabor Colonial, CNPJ nº. 12.720.068/0001-24 - Contratada. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública nº. 001/2016. PRAZO: 30/06/2016. VALOR: R\$ 60.727,25. DATA DO CONTRATO: 15/03/2016.

Contrato nº. 057/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº 113/2012 – Dispensa de Licitação nº. 068/2012.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e a empresa Sul Invest Imobiliária Ltda, CNPJ nº. 07.848.429/0001-82 - Locadora. OBJETO: Prorrogação do prazo. PRAZO: 19/09/2016. VALOR: R\$ 309,89/mês. DATA DO CONTRATO: 18/03/2016.

Contrato nº 058/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 091/2015 - Tomada de Preços nº. 055/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Setep Construções S.A., CNPJ nº. 83.665.141/0001-50 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº. 091/2015 em mais 90 (noventa) dias, a contar de 26/03/2016. DATA DO CONTRATO: 23/03/2016.

Contrato nº. 059/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 003/2013 - Pregão Presencial nº. 082/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Clair e Vitalino Transportes Ltda – ME. Contratada. CNPJ: 04.753.884/0001-06. OBJETO: Diminuição de km – trajeto 09. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 245,60/dia letivo. DATA DO CONTRATO: 23/03/2016.

Contrato nº. 060/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 028/2012 -- Pregão Presencial nº. 003/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Clair e Vitalino Transportes Ltda - ME, CNPJ nº. 04.753.884/0001-06 - Contratada. OBJETO: Diminuição de km – trajeto 08. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 211,63 /dia letivo. DATA DO CONTRATO: 23/03/2016.

Contrato nº. 061/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 027/2012 -- Pregão Presencial nº. 003/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Transportes Coletivos Hermes Ltda - ME, CNPJ nº. 14.787.651/0001-88 - Contratada. OBJETO: Diminuição de km – trajeto 16. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 552,37/dia letivo. DATA DO CONTRATO: 23/03/2016.

Contrato nº. 062/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 017/2015 -- Pregão Presencial nº. 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Clair e Vitalino Transportes Ltda - ME, CNPJ nº. 04.753.884/0001-06 - Contratada. OBJETO: Diminuição de km – trajetos 03 e 20. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 506,06/dia letivo dos 2 trajetos. DATA DO CONTRATO: 23/03/2016.

Contrato nº. 063/2016 – Dispensa de Licitação nº. 011/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa NS Itá Sonorização Ltda – ME, CNPJ nº. 07.882.249/0001-17- Contratada. OBJETO: Locação de estruturas metálicas, com cobertura em lona, para a realização da EFAICS 2016 – Exposição Feira Industrial e Comercial de Seara, no período de 01 a 03 de abril de 2016. PRAZO: 03/04/2016. VALOR: R\$ 21.600,00. DATA DO CONTRATO: 29/03/2016.

Contrato nº. 064/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 021/2016 - Pregão Presencial nº. 150/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Dalamar Transportes Ltda ME, CNPJ nº. 11.216.027/0001-32 - Contratada. OBJETO: Diminuição de km – trajeto 13. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 556,56/dia letivo. DATA DO CONTRATO: 29/03/2016.

Contrato nº. 065/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 019/2016 - Pregão Presencial nº. 150/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Maristela F. M. Fernandes – ME, CNPJ nº. 08.204.755/0001-10- Contratada. OBJETO: Diminuição de km – trajeto 05. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 445,27/dia letivo. DATA DO CONTRATO: 29/03/2016.

Contrato nº. 066/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 019/2015 -- Pregão Presencial nº. 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Transportes Coletivos Hermes Ltda - ME, CNPJ nº. 14.787.651/0001-88 – Contratada. OBJETO: Diminuição de km – trajeto 22. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 428,91/dia letivo. DATA DO CONTRATO: 29/03/2016.

Contrato nº. 067/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 026/2012 -- Pregão Presencial nº. 003/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Mauro A. Hartmann – ME, CNPJ nº. 14.778.353/0001-21. – Contratada. OBJETO: Diminuição de km – trajeto 10. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 357,79/dia letivo. DATA DO CONTRATO: 29/03/2016.

Contrato nº. 068/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 021/2015 -- Pregão Presencial nº. 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Loiri A. Christ - ME, CNPJ nº. 10.620.413/0001-22 - Contratada. OBJETO: Diminuição de km – trajeto 18. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 267,86/dia letivo. DATA DO CONTRATO: 29/03/2016.

Contrato nº. 069/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 020/2016 -- Pregão Presencial nº. 150/2015

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Montanha Transportes Ltda - ME, CNPJ nº. 01.615.836/0001-63 - Contratada. OBJETO: Diminuição de km – trajeto 07. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 170,23/dia letivo. DATA DO CONTRATO: 29/03/2016.

Contrato nº. 070/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 029/2012 -- Pregão Presencial nº. 003/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Montanha Transportes Ltda - ME, CNPJ nº. 01.615.836/0001-63 - Contratada. OBJETO: Diminuição de km e alteração do veículo de ônibus para perua – trajeto 06. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 253,50/dia letivo. DATA DO CONTRATO: 29/03/2016.

Contrato nº. 071/2016 – Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato nº. 106/2015 Tomada de Preços nº. 069/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa ECGT Construções Ltda - EPP, CNPJ nº. 06.907.152/0001-59 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do Contrato nº. 106/2015 em mais 120 (cento e vinte) dias, a contar da presente data. DATA DO CONTRATO: 30/03/2016.

Contrato nº. 072/2016 – Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato nº. 126/2015 Tomada de Preços nº. 061/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa ECGT Construções Ltda - EPP, CNPJ nº. 06.907.152/0001-59 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato nº. 126/2015 em mais 90 (noventa) dias, a contar da presente data. DATA DO CONTRATO: 30/03/2016.

Contrato nº. 073/2016 – Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato nº. 149/2015 Dispensa de Licitação nº. 121/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Maroso Geoambiental Ltda – ME, CNPJ nº 23.088.390/0001-07 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do Contrato nº. 149/2015 em mais 06 (seis) meses, a contar da data de 01/04/2016. DATA DO CONTRATO: 30/03/2016.

Contrato nº. 074/2016 - Termo de aditamento nº 001/2016 ao Contrato nº. 003/2016 - Dispensa Licitação nº. 002/2016.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e a Sra. Salete Evangelista, CPF n.º 454.297.079/53 – Locadora. OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato nº. 003/2016 até a data 30/04/2016. VALOR: R\$ 1.095,00. DATA DO CONTRATO: 30/03/2016.

Contrato nº. 075/2016 - Termo de aditamento nº 002/2016 ao Contrato nº. 011/2015 - Dispensa Licitação nº. 002/2015.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Seara, CNPJ nº 86.264.017/0001-71 – Locador. OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato nº. 011/2015 até a data 30/04/2016. VALOR: R\$ 1.088,71. DATA DO CONTRATO: 30/03/2016.

Contrato nº. 076/2016 - Termo de aditamento nº 002/2016 ao Contrato nº. 008/2014 - Dispensa Licitação nº. 008/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Genécio Sperança, CPF nº 364.710.200-82 e a Sra. Salete Rogoski Sperança, CPF nº. 162.566.030-87 - Locadores. OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato nº. 008/2014 até a data 30/04/2016. VALOR: R\$ 942,11. DATA DO CONTRATO: 30/03/2016.

Contrato nº. 077/2016 - - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 025/2012 -- Pregão Presencial nº. 003/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Maristela F. M. Fernandes – ME, CNPJ nº. 08.204.755/0001-10- Contratada. OBJETO: Alteração de percurso do trajeto 25. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 238,53/dia letivo. DATA DO CONTRATO: 30/03/2016.

Convênio nº 019/2016.

PARTES: O Município de Seara – Concedente, e a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Atlético De Altamiro Guimarães – Conveniente – CNPJ nº 80.633.712/0001-87. OBJETO: Cooperação Financeira – Orçamento Participativo. VALOR: R\$ 9.499,60. DATA DO CONVÊNIO: 01.03.2016.

Convênio nº 020/2016.

PARTES: O Município de Seara – Concedente, e a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Ipiranga – Conveniente – CNPJ nº 78.479.094/0001-10. OBJETO: Cooperação Financeira – Orçamento Participativo. VALOR: R\$ 21.750,00. DATA DO CONVÊNIO: 01.03.2016.

Convênio nº 021/2016.

PARTES: O Município de Seara – Concedente, e a Associação Comercial e Industrial de Seara – ACIS – Conveniente – CNPJ nº 80.633.746/0001-71. OBJETO: Cooperação Financeira para a realização dos eventos da VII Exposição/Feira Industrial e Comercial de Seara – EFAICS. VALOR: R\$ 160.000,00. DATA DO CONVÊNIO: 30.03.2016.

#### FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FMES

Contrato n.º 004/2015–FMES.

PARTES: A Fundação Municipal de Esportes de Seara – Contratante, e a empresa L. A. Super Alegria do Esporte Ltda ME, CNPJ nº. 05.133.346/0001-81 – Contratada. OBJETO: Divulgação em imprensa radiofônica de avisos, promoções, eventos referentes aos jogos da Fundação Municipal de Esportes. PRAZO: 30/06/2016. VALOR: R\$ 5.000,00. DATA DO CONTRATO: 04/03/2016.

Contrato n.º 005/2015–FMES - Pregão Presencial nº. 005/2016-FMES.

PARTES: A Fundação Municipal de Esportes de Seara – Contratante, e a empresa Claudiomiro Haas – ME, CNPJ n.º 13.317.873/0001-74, – Contratada. OBJETO: Aquisição de refeições, destinadas aos jogos municipais de integração dos idosos. PRAZO: 19/03/2016. VALOR: R\$ 5.070,00. DATA DO CONTRATO: 17/03/2016.

#### FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS

Contrato nº 008/2016-FMS – Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 003/2012– Tomada de Preços nº. 005/2012 – FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a Sra. Maria Luiza Marcon, CPF n.º 385.689.509-49 – Contratada. OBJETO: Reajuste de valor. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 2.134,10/mês. DATA DO CONTRATO: 09/03/2016.

Contrato nº 009/2016-FMS – Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 016/2014-FMS – Tomada de Preços nº. 019/2014–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa Artebraz Serviços de Construções



Ltda – ME, CNPJ nº. 09.266.219/0001-01 - Contratada. OBJETO: Diminuição do valor do contrato em R\$ 288,00. DATA DO CONTRATO: 16/03/2016.

Seara, SC, 08 de abril de 2016.

Mirian L. Gabriel  
Departamento de Licitações

### **HOMOLOGAÇÃO DAS AMOSTRAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2016 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2016 - REGISTRO DE PREÇO.

#### **ITENS APROVADOS CONFORME AMOSTRAS APRESENTADAS**

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCAS APROVADAS
11	1466	BORRACHA ESCOLAR BRANCA 40/40, MACIA	MERCUR
12	9039	CADERNO CAPA DURA, 1/4, 96 FLS BRANCAS PAUTADAS, BROCHURA	PANAMERICANA; JANDAIA
13	1092	CADERNO DESENHO GRANDE, ESPIRAL, 48 FLS SEM SEDA	PANAMERICANA; JANDAIA
14	14926	CADERNO ESPIRAL COM PAUTA 48 FOLHAS	PANAMERICANA; CREDEAL
15	71249	CAIXA ARQUIVO MORTO, TAM 350X130X245MM, EM PLÁSTICO POLIONDA, DE EXCELENTE QUALIDADE, NAS CORES AZUL, VERMELHA, VERDE.	POLYCART; ALAPLAST.
17	985	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, 1.0 MM	BIC; COMPACTOR; FABER CASTEL.
18	77089	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA, 1.0 MM	BIC; COMPACTOR; FABER CASTEL.
19	77090	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA, 1.0 MM	BIC; COMPACTOR; FABER CASTEL.
20	3698	CANETA MARCA TEXTO, COR AMARELA	LYKE
22	73454	CANETINHA HIDROGRAFICA COLORIDA, 12 UNIDADES, NÃO TÓXICA, PONTA MÉDIA, LAVÁVEL. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CORANTES E UMECTANTES.	ACRILEX; COMPACTOR.
28	76712	CLIPES, GALVANIZADO, CAIXA COM 500GR, DIVERSOS TAMANHOS (1, 1/0, 2/0, 3/0, 4/0, 6/0, 8/0 ...)	RAFA
30	71237	COLA EM BASTÃO, ALTA RESISTÊNCIA, 20 GR	ACRILEX
32	71238	COLA LÍQUIDA, ALTA RESISTÊNCIA, COM TAMPA ROSQUEADA, 90GR.	FRAMA; ACRILEX
33	3691	COLCHETE N.10, CAIXA COM 72 UNID.	RAFA
34	81832	COLCHETE N.13, CAIXA COM 72 UNID.	RAFA
35	81831	COLCHETE N.6, CAIXA COM 72 UNID.	RAFA
36	68082	COLCHETE Nº 8 CX COM 72 UNID.	RAFA
47	71239	EVA EMBORRACHADO, TAMANHO 50X60CM	PAPELMIX
49	3161	FITA ADESIVA CREPE , MARROM, ALTA ADESÃO, 45MMx50M.	3M SCOTCH
50	9047	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, 12MMx50M	EMBALANDO
51	3677	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, 45MMx48M	EMBALANDO
55	73189	FITA CREPE BRANCA 18MM X 50M	EMBALANDO
59	5080	GIZ DE CERA, CURTO, REDONDO, 15 CORES	ACRILEX
65	9053	GRAMPO 23/10, NIQUELADO, COM 5.000 UNID.	RAFA; ACC
66	71240	GRAMPO 26/6, COBREADO, COM 5000 UN.	RAFA; ACC
67	79896	GRAMPO TRILHO METAL CX COM 50 UNIDADES	BACCHI; ACC

73	77083	LAPIS DE COR LONGO COM 12 CORES SORTIDAS BRILHANTES INCLUINDO COR PRATA OU DOURADO. PIGMENTOS, CERAS E MADEIRA REFLORESTADA. FABRICAÇÃO NACIONAL, PONTAS RESISTENTES E COM SELO DE SEGURANÇA INMETRO CONSTANTE NA EMBALAGEM.	FABER CASTEL
74	14922	LÁPIS HEXAGONAL ULTRA RESISTENTE HB Nº02 EMBORRACHADO	BIC; FABER CASTEL
75	72694	LIVRO ATA 100FLS	SÃO DOMINGOS
76	8615	LIVRO ATA 50 FOLHAS	SÃO DOMINGOS
77	72886	LIVRO PONTO 100FLS	SÃO DOMINGOS
79	73196	MOLHA DEDO GLICERINA 12 GRAMAS	WALEU
82	12222	PAPEL A4, COR BRANCA, 75G/M2, COM 10 RESMAS.	RINO; CHAMEX.
90	87540	PAPEL KRAFT PARDO TAMANHO 1,20M ALTURA, COM BRILHO,	SÃO JOÃO
95	81859	PASTA ABA ELÁSTICA, OFÍCIO PP CRISTAL.	ALAPLAST
96	71243	PASTA A-Z ESTREITA, PAPELÃO 2,5MM, FERRAGEM ZINCADA, C/ REFORÇO LATERALEINFERIOR DE METAL.	FRAMA
97	71244	PASTA A-Z, LARGA, PAPELÃO 2,5MM, FERRAGEM ZINCADA, C/ REFORÇO LATERALEINFERIOR DE METAL.	FRAMA
99	71245	PASTA SUSPensa PARA ARQUIVO, MARMORIZADA, COM FERRAGEM	POLYCARD QUALITY; TIMPEL
106	4807	PINCEL ATÔMICO GRANDE, PONTA QUADRADA, CORES DIVERSAS	COMPACTOR; FABER CASTEL
107	14921	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO CORES DIVERSAS (PRETO, AZUL, VERMELHO) CAIXA C/ 12 UN.	COMPACTOR; FABER CASTEL
118	79897	PRANCHETA EM DURATEX C/ PRENDEDOR METÁLICO TAM. 23x34 CM	SOUZA
122	71246	RÉGUA DE PLÁSTICO TRANSPARENTE, TAM 30CM, ACRÍLICA, REFORÇADA	WALEU
128	71248	TESOURA PARA USO GERAL, AÇO-INOX, TAM. 11CM, SEM PONTA	ACRILEX
128	71247	TESOURA PARA USO GERAL, AÇO-INOX, TAM. 21CM, SEM PONTA	CLASSE, TRAMONTINA
129	76713	TINTA GUACHE 500ML CORES DIVERSAS	ACRILEX

Seara, 08 de abril de 2016.

Comissão avaliadora:

Veranice Grebin Franke

Marcia Ires Sczesny Hoff

Angela Maria De Prá Mezzaroba

Adriana Cê Verza

## PORTARIAS 256/2016 E 257/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA – SC.

Portaria nº. 256/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve, Nomear por Concurso Público, Cristiane Scursel, para o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, constante no Anexo I – Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 120, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 08 de abril de 2016.



Laci Grigolo  
Prefeita Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 08 de abril de 2016  
Claudiomar Garghetti  
Secretário Adjunto

Portaria nº. 257/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,  
Exonerar, Vanderci Almeida Ramos, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Administração – SECR, constante do Anexo I-C – Secretaria Municipal da Administração, Lei Complementar 024/2006, a partir de 08 de abril de 2016.  
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Seara - SC, 08 de abril de 2016.

Laci Grigolo  
Prefeita Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 08 de abril de 2016  
Claudiomar Garghetti  
Secretário Adjunto

**ITENS P. P. Nº. 006/2016 - PL 007/2016-FMES - FORN. MONUMENTAL****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/13

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtdde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016</b> <b>Licitação: 6/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação: 07/04/2016</b> <b>Fornecedor: 6343</b> <b>- MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.</b>									
1	4875	TROFÉU COM ALTURA DE 181 CM, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, DOIS ESTÁGIOS COM BASES DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 43 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. QUATRO COLUNAS COMPOSTA POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E PIRÂMIDES EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) SOBRE UMA PIRÂMIDE EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA FIXA NA BASE E CINCO ÁGUIAS FIXAS NO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	411,4200	411,42	Venceu
2	4876	TROFÉU COM ALTURA DE 172 CM, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, DOIS ESTÁGIOS COM BASES DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 43 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. QUATRO COLUNAS COMPOSTA POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E PIRÂMIDES EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO, UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) SOBRE UMA PIRÂMIDE EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA FIXA NA BASE E CINCO ÁGUIAS FIXAS NO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	411,4271	411,43	Venceu

Página: 2/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016      Licitação: 6/2016 - PR      Data da Homologação: 07/04/2016</b>									
<b>Fornecedor: 6343      - MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.</b>									
3	4877	TROFÉU COM ALTURA DE 165 CM, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, DOIS ESTÁGIOS COM BASES DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 43 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. QUATRO COLUNAS COMPOSTA POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E PIRÂMIDES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) SOBRE UMA PIRÂMIDE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA FIXA NA BASE E CINCO ÁGUAS FIXAS NO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	399,1457	399,15	Venceu
4	4878	TROFÉU COM ALTURA DE 130 CM, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR AZUL ACETINADO COM 43 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. QUATRO COLUNAS COMPOSTA POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA E PIRÂMIDES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR AZUL ACETINADO. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) SOBRE UMA PIRÂMIDE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR AZUL ACETINADO FIXA NA BASE E QUATRO ÁGUAS FIXAS NO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	310,9000	310,90	Venceu

Página: 3/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	----------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 7/2016      Licitação: 6/2016 - PR      Data da Homologação: 07/04/2016  
 Fornecedor: 6343      - MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.

5	4879	TROFÉU COM ALTURA DE 126 CM. BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR AZUL ACETINADO COM 43 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. QUATRO COLUNAS COMPOSTA POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA E PIRÂMIDES EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR AZUL ACETINADO. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) SOBRE UMA PIRÂMIDE EM POLÍMERO METALIZADA NA COR AZUL ACETINADO FIXA NA BASE E QUATRO ÁGUIAS FIXAS NO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	304,5473	304,55	Venceu
6	4880	TROFÉU COM ALTURA DE 122 CM. BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR AZUL ACETINADO COM 43 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. QUATRO COLUNAS COMPOSTA POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA E PIRÂMIDES EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR AZUL ACETINADO. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) SOBRE UMA PIRÂMIDE EM POLÍMERO METALIZADA NA COR AZUL ACETINADO FIXA NA BASE E QUATRO ÁGUIAS FIXAS NO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	304,5473	304,55	Venceu

Página: 4/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Colada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016</b> <b>Licitação: 6/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação: 07/04/2016</b> <b>Fornecedor: 6343</b> <b>- MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.</b>									
7	4881	TROFÉU COM ALTURA DE 122 CM, BASE REDONDA COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, SUPORTE E ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA COM 32,0 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, CINCO COLUNAS COMPOSTAS POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E COLUNAS COM DETALHES EM ALTO RELEVO METALIZADAS NA COR PRATA, ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	257,6061	257,61	Venceu
8	4882	TROFÉU COM ALTURA DE 116 CM, BASE REDONDA COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, SUPORTE E ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA COM 32,0 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, CINCO COLUNAS COMPOSTAS POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E COLUNAS COM DETALHES EM ALTO RELEVO METALIZADAS NA COR PRATA, ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	251,6013	251,60	Venceu
9	4883	TROFÉU COM ALTURA DE 110 CM, BASE REDONDA COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, SUPORTE E ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA COM 32,0 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, CINCO COLUNAS COMPOSTAS POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E COLUNAS COM DETALHES EM ALTO RELEVO METALIZADAS NA COR PRATA, ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	240,7926	240,79	Venceu

Página: 5/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 7/2016 Licitação: 6/2016 - PR Data da Homologação: 07/04/2016

Fornecedor: 6343 - MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.

13	4887	TROFÉU COM 116 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, QUATRO COLUNAS METALIZADAS NA COR DOURADA INTERCALADA POR DUAS MEIAS BOLAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR AZUL, UMA BASE EM POLÍMERO OCTOGONAL NA COR PRETA COM QUATRO ESTATUETAS DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXAS METALIZADAS NA COR DOURADA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM CONE EM POLÍMERO COM FRISOS NA PARTE INFERIOR E UMA COPA COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	213,4508	213,45	Venceu
----	------	--	---------	----	-------	--------	----------	--------	--------

14	4888	TROFÉU COM 110 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, QUATRO COLUNAS METALIZADAS NA COR DOURADA INTERCALADA POR DUAS MEIAS BOLAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR AZUL, UMA BASE EM POLÍMERO OCTOGONAL NA COR PRETA COM QUATRO ESTATUETAS DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXAS METALIZADAS NA COR DOURADA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM CONE EM POLÍMERO COM FRISOS NA PARTE INFERIOR E UMA COPA COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	210,0627	210,06	Venceu
----	------	--	---------	----	-------	--------	----------	--------	--------

15	4889	TROFÉU COM 104 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, QUATRO COLUNAS METALIZADAS NA COR DOURADA INTERCALADA POR DUAS MEIAS BOLAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR AZUL, UMA BASE EM POLÍMERO OCTOGONAL NA COR PRETA COM QUATRO ESTATUETAS DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXAS METALIZADAS NA COR DOURADA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM CONE EM POLÍMERO COM FRISOS NA PARTE INFERIOR E UMA COPA COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	203,2865	203,29	Venceu
----	------	--	---------	----	-------	--------	----------	--------	--------



Página: 6/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016      Licitação: 6/2016 - PR      Data da Homologação: 07/04/2016</b>									
<b>Fornecedor: 6343      - MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.</b>									
19	4893	TROFÉU COM 67 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 13,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA COM 15,5 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	98,5800	98,58	Venceu
20	4894	TROFÉU COM 56 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 12,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA COM 13,5 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	91,4881	91,49	Venceu
21	4895	TROFÉU COM 48 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 10,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA COM 10,9 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	74,9256	74,93	Venceu

Página: 7/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016</b> <b>Licitação: 6/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação: 07/04/2016</b> <b>Fornecedor: 6343</b> <b>- MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.</b>									
25	4899	TROFÉU COM 102 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ACETINADA. TRÊS COLUNAS EM CANOS COM SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA. UMA BASE DE MADEIRA COM DOIS SUPORTES E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA COM TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM 24,5 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	186,2738	186,27	Venceu
26	4900	TROFÉU COM 96 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ACETINADA. TRÊS COLUNAS EM CANOS COM SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA. UMA BASE DE MADEIRA COM DOIS SUPORTES E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA COM TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM 24,5 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	179,8284	179,83	Venceu
27	4901	TROFÉU COM 89 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ACETINADA. TRÊS COLUNAS EM CANOS COM SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA. UMA BASE DE MADEIRA COM DOIS SUPORTES E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA COM TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM 24,5 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	164,3593	164,36	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**

Página: 8/13

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016      Licitação: 6/2016 - PR      Data da Homologação: 07/04/2016</b>									
<b>Fornecedor: 6343      - MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.</b>									
28	4902	TROFÉU COM 82 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ACETINADA. TRÊS COLUNAS EM CANOS COM SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA. UMA BASE DE MADEIRA COM DOIS SUPORTES E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA COM TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM 24,5 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	160,4920	160,49	Venceu
29	4903	TROFÉU COM 71 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ACETINADA. TRÊS COLUNAS EM CANOS COM SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA. UMA BASE DE MADEIRA COM DOIS SUPORTES E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA COM TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM 24,5 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	154,0465	154,05	Venceu
48	4922	TROFÉU COM 92 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA, SUPORTE E CONE COM FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ACETINADA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	152,7624	152,76	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 9/13

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016</b> <b>Licitação: 6/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação: 07/04/2016</b> <b>Fornecedor: 6343</b> <b>- MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.</b>									
49	4923	TROFÉU COM 83 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA, SUPORTE E CONE COM FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ACETINADA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	135,0679	135,07	Venceu
50	4924	TROFÉU COM 75 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA, SUPORTE E CONE COM FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA ACETINADA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	129,1697	129,17	Venceu
60	4934	TROFÉU COM 82 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 17,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, CONE EM POLÍMERO COM FRISO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO E COM 31 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. SOBRE ESTA TAMPA UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	106,0100	106,01	Venceu

Página: 10/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtdde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016</b> <b>Licitação: 6/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação: 07/04/2016</b> <b>Fornecedor: 6343</b> <b>- MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.</b>									
61	4935	TROFÉU COM 79 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 14,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, CONE EM POLÍMERO COM FRISO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO E COM 31 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTA TAMPA UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	94,7969	94,80	Venceu
62	4936	TROFÉU COM 79 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 12,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, CONE EM POLÍMERO COM FRISO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO E COM 27 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTA TAMPA UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	1,000	0,0000	89,1876	89,19	Venceu
66	4940	TROFÉU COM 54 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 10,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, SOBRE ESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA E UM CONE EM POLÍMERO COM FRISOS METALIZADO NA COR DOURADO, TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA E SOBRE ESTA UMA FIGURA DE BOLA DE FUTEBOL EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA COM GOMOS PINTADOS NA COR VERDE. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	20,000	0,0000	48,3447	966,89	Venceu
67	4941	TROFÉU COM 28 CM DE ALTURA, COM BASE QUADRADA COM 7,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA, COM A LARGURA DE 5,5 CM. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	50,000	0,0000	18,4688	923,44	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**

Página: 11/13

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtdde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo:</b> 7/2016 <b>Licitação:</b> 6/2016 - PR <b>Data da Homologação:</b> 07/04/2016 <b>Fornecedor:</b> 6343 <b>- MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.</b>									
68	4942	TROFÉU COM 33 CM DE ALTURA, COM BASE COM 7,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETO. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE DOIS SUPORTES COM FRISOS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADO POR UM CONE COM FRISO EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E SOBRE ESTE SUPORTE UMA COROA EM POLÍMERO COM 12 PONTAS COM 8,7 CM DE LARGURA, COM UMA COPA INTERNA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADO. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	20,000	0,0000	24,4440	488,88	Venceu
69	4943	TROFÉU COM 36 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 7,5 M DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. SOBRE ESTE SUPORTE UMA TAÇA COMPOSTA POR UMA CESTA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA COM LARGURA DE 14 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS COM UMA TAÇA INTERNA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	70,000	0,0000	24,4440	1.711,08	Venceu
70	4944	TROFÉU COM 33 CM DE ALTURA, COM BASE QUADRADA COM 7,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, CONE COM FRISOS EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA, COROA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 9 CM DE LARGURA COM UMA BOLA DE FUTEBOL INTERNA NA COR BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	vitória	UN	80,000	0,0000	28,2464	2.259,71	Venceu
71	4946	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA ZINAK, METALIZADA NA COR DOURADO - GRAVAÇÃO DE "HONRA AO MÉRITO" EM BAIXO RELEVO. PERMITE COLOCAÇÃO DE ADESIVO 35MM. TAMANHO 65MM	vitória	UN	500,000	0,0000	2,3289	1.164,47	Venceu
72	4947	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA ZINAK, METALIZADA NA COR PRATA - GRAVAÇÃO DE "HONRA AO MÉRITO" EM BAIXO RELEVO. PERMITE COLOCAÇÃO DE ADESIVO 35MM. TAMANHO 65MM	vitória	UN	500,000	0,0000	2,3691	1.184,55	Venceu



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 12/13

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016      Licitação: 6/2016 - PR      Data da Homologação: 07/04/2016</b>									
<b>Fornecedor: 6343      - MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.</b>									
73	4948	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA ZAMAK, METALIZADA NA COR BRONZE - GRAVAÇÃO DE "HONRA AO MÉRITO" EM BAIXO RELEVO, PERMITE COLOCAÇÃO DE ADESIVO 35MM. TAMANHO 65MM	vitória	UN	500,000	0,0000	2,3410	1.170,50	Venceu
74	4949	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA ZAMAK, METALIZADA NA COR DOURADO - GRAVAÇÃO E "HONRA AO MÉRITO" EM BAIXO RELEVO, PERMITE COLOCAÇÃO DE ADESIVO 50MM. TAMANHO 65MM	vitória	UN	180,000	0,0000	2,6909	484,36	Venceu
75	4950	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA ZAMAK, METALIZADA NA COR PRATA - GRAVAÇÃO E "HONRA AO MÉRITO" EM BAIXO RELEVO, PERMITE COLOCAÇÃO DE ADESIVO 50MM. TAMANHO 65MM	vitória	UN	180,000	0,0000	2,7311	491,60	Venceu
76	4951	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA ZAMAK, METALIZADA NA COR BRONZE - GRAVAÇÃO E "HONRA AO MÉRITO" EM BAIXO RELEVO, PERMITE COLOCAÇÃO DE ADESIVO 50MM. TAMANHO 65MM	vitória	UN	180,000	0,0000	2,8156	506,81	Venceu
77	4952	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA ZAMAK, METALIZADA NA COR DOURADO -GRAVAÇÃO E "HONRA AO MÉRITO" EM BAIXO RELEVO, PERMITE COLOCAÇÃO DE ADESIVO 25MM. TAMANHO 45MM	vitória	UN	250,000	0,0000	1,4078	351,95	Venceu
78	4953	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA ZAMAK, METALIZADA NA COR PRATA - GRAVAÇÃO E "HONRA AO MÉRITO" EM BAIXO RELEVO, PERMITE COLOCAÇÃO DE ADESIVO 25MM. TAMANHO 45MM	vitória	UN	250,000	0,0000	1,3233	330,83	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 13/13

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2016      Licitação: 6/2016 - PR      Data da Homologação: 07/04/2016									
Fornecedor: 6343      - MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA.									
79	4954	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA ZANAK, METALIZADA NA COR BRONZE - GRAVAÇÃO E "HONRA AO MÉRITO" EM BAIXO RELEVO, PERMITE COLOCAÇÃO DE ADESIVO 25MM. TAMANHO 45MM	vítória	UN	250,000	0,0000	1,3877	346,93	Venceu
Total do Fornecedor ----->					3,056,000			17.717,80	

Seara, 7 de Abril de 2016.

**ITENS P. P. Nº. 006/2016 - PL 007/2016-FMES - FORN.FENÍCIA**

Página: 1/9

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016      Licitação: 6/2016 - PR      Data da Homologação: 07/04/2016</b> <b>Fornecedor: 6865      - FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS</b>									
10	4884	TROFÉU COM 120 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, QUATRO COLUNAS COMPOSTAS POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR AZUL ACETINADO. UMA BASE EM POLÍMERO OCTOGONAL NA COR PRETA ADORNADA COM QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE ÁGUAS METALIZADAS NA COR DOURADA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM CONE COM FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA BOLA EM POLÍMERO PARTE METALIZADA NA COR DOURADA E PARTE NA COR AZUL ACETINADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	UN	1,000	0,0000	236,9791	236,98	Venceu
11	4885	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, QUATRO COLUNAS COMPOSTAS POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR AZUL ACETINADO. UMA BASE EM POLÍMERO OCTOGONAL NA COR PRETA ADORNADA COM QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE ÁGUAS METALIZADAS NA COR DOURADA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM CONE COM FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA BOLA EM POLÍMERO PARTE METALIZADA NA COR DOURADA E PARTE NA COR AZUL ACETINADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	UN	1,000	0,0000	227,6979	227,70	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2016      Licitação: 6/2016 - PR      Data da Homologação: 07/04/2016									
Fornecedor: 6865      - FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS									
12	4886	TROFÉU COM 108 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, QUATRO COLUNAS COMPOSTAS POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR AZUL ACETINADO, UMA BASE EM POLÍMERO OCTOGONAL NA COR PRETA ADORNADA COM QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE ÁGUAS METALIZADAS NA COR DOURADA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM CONE COM FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA BOLA EM POLÍMERO PARTE METALIZADA NA COR DOURADA E PARTE NA COR AZUL ACETINADO, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	UN	1,000	0,0000	215,3230	215,32	Venceu
16	4890	TROFÉU COM ALTURA DE 129 CM, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERDE ACETINADO COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, QUATRO COLUNAS COMPOSTAS POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA E CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR VERDE ACETINADO, UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NA BASE E QUATRO ÁGUAS FIXAS NO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA, ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	UN	1,000	0,0000	275,9600	275,96	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Colada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016</b> <b>Licitação: 6/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação: 07/04/2016</b> <b>Fornecedor: 6865</b> <b>- FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS</b>									
17	4891	TROFÉU COM ALTURA DE 121 CM, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VERDE ACETINADO COM 39 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, QUATRO COLUNAS COMPOSTA POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA E CONES EM ACETINADO, UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NA BASE E QUATRO ÁGUAS FIXAS NO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA, ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	UN	1,000	0,0000	242,0238	242,02	Venceu
18	4892	TROFÉU COM ALTURA DE 114 CM, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VERDE ACETINADO COM 39 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, QUATRO COLUNAS COMPOSTA POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA E CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR VERDE ACETINADO, UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NA BASE E QUATRO ÁGUAS FIXAS NO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA, ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	UN	1,000	0,0000	242,0238	242,02	Venceu
22	4896	TROFÉU COM ALTURA DE 61 CM, BASE OITAVADA COM 14,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 21,0 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA, COM UMA TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	UN	1,000	0,0000	110,0000	110,00	Venceu

Página: 4/9

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo:</b> 72016 <b>Licitação:</b> 62016 - PR <b>Data da Homologação:</b> 07/04/2016 <b>Fornecedor:</b> 6865      - FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS									
23	4897	TROFÉU COM ALTURA DE 52 CM, BASE OITAVADA COM 12,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 18,5 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA, COM UMA TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	UN	1,000	0,0000	92,5610	92,56	Venceu
24	4898	TROFÉU COM ALTURA DE 43 CM, BASE OITAVADA COM 10,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 15,5 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA, COM UMA TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	UN	1,000	0,0000	72,4390	72,44	Venceu
39	4913	TROFÉU COM 145 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, NO CENTRO DESTA BASE UM SUPORTE COM FRISO EM POLÍMERO COM UMA ESTATUETA FIXA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) METALIZADA NA COR DOURADA. NAS LATERAIS DESTA MESMA BASE QUATRO CONES COM DETALHES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA QUATRO TAÇAS COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTAS TAMPAS OITO TAMPAS E OITO ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, INTERCALADAS POR QUATRO COLUNAS EM CANOS NA COR DOURADO FOSCO. UMA BASE DE MADEIRA OCTOGONAL NA COR PRETA ADORNADA COM QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE ÁGUAS METALIZADAS NA COR DOURADA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADO FOSCO NA PARTE CENTRAL E NA COR DOURADA NA PARTE INFERIOR COM 45 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	UN	1,000	0,0000	306,4404	306,44	Venceu



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 5/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	----------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 7/2016      Licitação: 6/2016 - PR      Data da Homologação: 07/04/2016  
Fornecedor: 6865      - FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS

40	4914	TROFÉU COM 133 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, NO CENTRO DESTA BASE UM SUPORTE COM FRISO EM POLÍMERO COM UMA ESTATUETA FIXA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) METALIZADA NA COR DOURADA, NAS LATERAIS DESTA MESMA BASE QUATRO CONES COM DETALHES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, ACIMA QUATRO TAÇAS COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ACIMA DESTAS TAMPAS OITO TAMPAS E OITO ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, INTERCALADAS POR QUATRO COLUNAS EM CANOS NA COR DOURADO FOSCO, UMA BASE DE MADEIRA OCTOGONAL NA COR PRETA ADORNADA COM QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE ÁGUAS METALIZADAS NA COR DOURADA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADO FOSCO NA PARTE CENTRAL E NA COR DOURADA NA PARTE INFERIOR COM 45 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	UN	1,000	0,0000	296.3601	296.36	Venceu
----	------	---	---------	----	-------	--------	----------	--------	--------

Página: 6/9

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo:</b> 7/2016      <b>Licitação:</b> 6/2016 - PR      <b>Data da Homologação:</b> 07/04/2016</p> <p><b>Fornecedor:</b> 6865 - FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS</p>									
41	4915	TROFÉU COM 124 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, NO CENTRO DESTA BASE UM SUPORTE COM FRISO EM POLÍMERO COM UMA ESTATUETA FIXA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) METALIZADA NA COR DOURADA. NAS LATERAIS DESTA MESMA BASE QUATRO CONES COM DETALHES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, ACIMA QUATRO TAÇAS COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTAS TAMPAS OITO TAMPAS E OITO ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, INTERCALADAS POR QUATRO COLUNAS EM CANOS NA COR DOURADO FOSCO. UMA BASE DE MADEIRA OCTOGONAL NA COR PRETA ADORNADA COM QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE ÁGUAS METALIZADAS NA COR DOURADA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO FOSCO NA PARTE CENTRAL E NA COR DOURADA NA PARTE INFERIOR COM 45 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPAS E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	UN	1,000	0,0000	276,1995	276,20	Venceu
45	4919	TROFÉU COM 89 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 20,8 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SUPORTE, CONE COM FRISOS E TAMPAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA COM 36 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPAS E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	UN	1,000	0,0000	154,5600	154,56	Venceu
46	4920	TROFÉU COM 82 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 20,8 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SUPORTE, CONE COM FRISOS E TAMPAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA COM 36 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPAS E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	UN	1,000	0,0000	138,0457	138,05	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 7/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 712016      Licitação: 6/2016 - PR      Data da Homologação: 07/04/2016</b>									
<b>Fornecedor: 6865      - FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS</b>									
47	4921	TROFÉU COM 72 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 20,8 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, SUPORTE, CONE COM FRISOS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ACIMA UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA COM 36 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS, TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	UN	1,000	0,0000	127,3858	127,39	Venceu
54	4928	TROFÉU COM 81 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, SOBRE ESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ACIMA UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM ANEL E UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 34 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	UN	1,000	0,0000	125,4416	125,44	Venceu
55	4929	TROFÉU COM 75 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, SOBRE ESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ACIMA UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM ANEL E UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 34 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	UN	1,000	0,0000	110,9117	110,91	Venceu

Página: 8/9

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016      Licitação: 6/2016 - PR      Data da Homologação: 07/04/2016</b> <b>Fornecedor: 6865      - FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS</b>									
56	4930	TROFÉU COM 72 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, SOBRE ESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ACIMA UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM ANEL E UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA COM 34 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	UN	1,000	0,0000	103,6467	103,65	Venceu
63	4937	TROFÉU COM 83 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 31 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	UN	1,000	0,0000	111,9250	111,93	Venceu
64	4938	TROFÉU COM 76 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 17,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 31 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	UN	1,000	0,0000	101,7036	101,70	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 9/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<div><div><div>Nr. do Processo: 712016</div><div>Fornecedor: 6865</div></div><div><div>Licitação: 6/2016 - PR</div><div>- FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS</div></div><div><div>Data da Homologação: 07/04/2016</div></div></div>									
65	4939	TROFÉU COM 64 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 14,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL ME POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 27 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITÓRIA	UN	1,000	0,0000	86,3714	86,37	Venceu
					Total do Fornecedor ----->		21,000	3,654,00	

Seara, 7 de Abril de 2016.

**ITENS P. P. Nº. 006/2016 - PL 007/2016-FMES - FORN.GHENO**

Página: 1/9

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016</b> <b>Licitação: 6/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação: 07/04/2016</b> <b>Fornecedor: 6064</b> <b>- GHENO JOIAS LTDA - ME</b>									
30	4904	TROFÉU COM ALTURA DE 125 CM COM BASE OCTOGONAL DE 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE QUATRO CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA, COM QUATRO TAMPAS EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR DOURADA. SOBRE ESTAS TAMPAS, QUATRO COLUNAS COM ESTRIAS EM ALTO RELEVO METALIZADAS NA COR DOURADA, COM SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. SOBRE ESTAS COLUNAS QUATRO CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADO COM QUATRO TAMPAS EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR DOURADA ACETINA. SOBRE ESTES CONES UMA BASE EM MADEIRA, UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA E DOURADA ACETINADA COM 46 CM DE LARGURA PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA, ALÇAS E SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADO. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NO CENTRO DA BASE E QUATRO ESTATUETAS DE ÁGUAS FIXAS NAS LATERAIS DA BASE EM MADEIRA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	328,0130	328,01	Venceu



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 7/2016      Licitação: 6/2016 - PR</b>									
<b>Fornecedor: 6064      - GHENO JOIAS LTDA - ME</b>									
31	4905	TROFÉU COM ALTURA DE 117 CM COM BASE OCTOGONAL DE 26.5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE QUATRO CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA, COM QUATRO TAMPAS EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR DOURADA. SOBRE ESTAS TAMPAS, QUATRO COLUNAS COM ESTRIAS EM ALTO RELEVO METALIZADAS NA COR DOURADA, COM SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. SOBRE ESTAS COLUNAS QUATRO CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADO COM QUATRO TAMPAS EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR DOURADA ACETINA. SOBRE ESTES CONES UMA BASE EM MADEIRA, UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA E DOURADA ACETINADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA, ALÇAS E SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADO. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NO CENTRO DA BASE E QUATRO ESTATUETAS DE AGUIAS FIXAS NAS LATERAIS DA BASE EM MADEIRA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	315,6352	315,64	Venceu

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	------------	----------------	-------------	----------

Data da Homologação: 07/04/2016

Licitação: 6/2016 - PR

Nr. do Processo: 7/2016

Fornecedor: 6064 - GHENO JOIAS LTDA - ME

32	4906	TROFÉU COM ALTURA DE 112 CM COM BASE OCTOGONAL DE 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE QUATRO CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA, COM QUATRO TAMPAS EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR DOURADA. SOBRE ESTAS TAMPAS, QUATRO COLUNAS COM ESTRIAS EM ALTO RELEVO METALIZADAS NA COR DOURADA, COM SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. SOBRE ESTAS COLUNAS QUATRO CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA COM QUATRO TAMPAS EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR DOURADA ACETINADA. SOBRE ESTES CONES UMA BASE EM MADEIRA, UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. DOURADA ACETINADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA, ALÇAS E SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NO CENTRO DA BASE E QUATRO ESTATUETAS DE ÁGUAS FIXAS NAS LATERAIS DA BASE EM MADEIRA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	306,3518	306,35	Venceu
33	4907	TROFÉU COM ALTURA DE 113 CM COM BASE OCTOGONAL DE 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE QUATRO COLUNAS COMPOSTAS POR OITO TAMPAS EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR DOURADA, OITO CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA ACETINADA, OITO SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E QUATRO COLUNAS COM ESTRIAS EM ALTO RELEVO METALIZADAS NA COR DOURADA, SOBRE ESTAS COLUNAS UMA BASE EM MADEIRA, UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA COM 29 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NO CENTRO DA BASE E QUATRO ESTATUETAS DE ÁGUAS FIXAS NAS LATERAIS DA BASE EM MADEIRA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	221,5247	221,52	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 4/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	----------	-------------	------------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 7/2016 Licitação: 6/2016 - PR Data da Homologação: 07/04/2016  
 Fornecedor: 6064 - GHENO JOIAS LTDA - ME

34	4908	TROFÉU COM ALTURA DE 108 CM COM BASE OCTOGONAL DE 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE QUATRO COLUNAS COMPOSTA POR OITO TAMPAS EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR DOURADA, OITO CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA ACETINADA, OITO SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E QUATRO COLUNAS COM ESTRIAS EM ALTO RELEVO METALIZADAS NA COR DOURADA, SOBRE ESTAS COLUNAS UMA BASE EM MADEIRA, UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA, PARTIR DAS ALÇAS. TAMPAS DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NO CENTRO DA BASE E QUATRO ESTATUETAS DE ÁGUAS FIXAS NAS LATERAIS DA BASE EM MADEIRA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	218.6099	218.61	Venceu
35	4910	TROFÉU COM ALTURA DE 103 CM COM BASE OCTOGONAL DE 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE QUATRO COLUNAS COMPOSTA POR OITO TAMPAS EM POLÍMERO METALIZADAS NA COR DOURADA, OITO CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADA ACETINADA, OITO SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E QUATRO COLUNAS COM ESTRIAS EM ALTO RELEVO METALIZADAS NA COR DOURADA, SOBRE ESTAS COLUNAS UMA BASE EM MADEIRA, UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA ACETINADA, PARTIR DAS ALÇAS. TAMPAS DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NO CENTRO DA BASE E QUATRO ESTATUETAS DE ÁGUAS FIXAS NAS LATERAIS DA BASE EM MADEIRA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	209.8655	209.87	Venceu

Página: 5/9

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Data da Homologação: 07/04/2016

Nr. do Processo: 7/2016 Licitação: 6/2016 - PR

Fornecedor: 6064 - GHENO JOIAS LTDA - ME

36	4909	TROFÉU COM 97 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, ESTATUETA FIXA DE DEUSA DA VITÓRIA METALIZADA NA COR DOURADA. QUATRO COLUNAS METALIZADAS NA COR DOURADA. UMA BASE DE MADEIRA REDONDA NA COR PRETA COM UM SUPORTE METALIZADO NA COR DOURADA E UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA COMPOSTA POR CESTA E COPA FECHADA METALIZADA NA COR DOURADA COM 21 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. DEMAIS COMPONENTES METALIZADOS NA COR DOURADA.	Vitória	UN	1,000	0,0000	165.9259	165.93	Venceu
----	------	---	---------	----	-------	--------	----------	--------	--------

37	4911	TROFÉU COM 87 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, ESTATUETA FIXA DE DEUSA DA VITÓRIA METALIZADA NA COR DOURADA. QUATRO COLUNAS METALIZADAS NA COR DOURADA. UMA BASE DE MADEIRA REDONDA NA COR PRETA COM UM SUPORTE METALIZADO NA COR DOURADA E UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA COMPOSTA POR CESTA E COPA FECHADA METALIZADA NA COR DOURADA COM 21 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. DEMAIS COMPONENTES METALIZADOS NA COR DOURADA.	Vitória	UN	1,000	0,0000	160.0000	160.00	Venceu
----	------	---	---------	----	-------	--------	----------	--------	--------

38	4912	TROFÉU COM 78 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, ESTATUETA FIXA DE DEUSA DA VITÓRIA METALIZADA NA COR DOURADA. QUATRO COLUNAS METALIZADAS NA COR DOURADA. UMA BASE DE MADEIRA REDONDA NA COR PRETA COM UM SUPORTE METALIZADO NA COR DOURADA E UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA COMPOSTA POR CESTA E COPA FECHADA METALIZADA NA COR DOURADA COM 21 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. DEMAIS COMPONENTES METALIZADOS NA COR DOURADA.	Vitória	UN	1,000	0,0000	154.0741	154.07	Venceu
----	------	---	---------	----	-------	--------	----------	--------	--------

Página: 6/9

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo:</b> 7/2016 <b>Licitação:</b> 6/2016 - PR <b>Fornecedor:</b> 6064 - GHENO JOIAS LTDA - ME <b>Data da Homologação:</b> 07/04/2016									
42	4916	TROFÉU COM 88 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E CINCO COLUNAS METALIZADAS NA COR PRATA. ACIMA UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA TAÇA COM 21 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ESTA TAÇA É COMPOSTA POR CESTA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA E COPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE FUTEBOL METALIZADAS NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	198,5577	198,56	Venceu
43	4917	TROFÉU COM 78 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E CINCO COLUNAS METALIZADAS NA COR PRATA. ACIMA UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA TAÇA COM 21 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ESTA TAÇA É COMPOSTA POR CESTA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA E COPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE FUTEBOL METALIZADAS NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	198,5577	198,56	Venceu
44	4918	TROFÉU COM 73 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E CINCO COLUNAS METALIZADAS NA COR PRATA. ACIMA UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E UMA TAÇA COM 21 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ESTA TAÇA É COMPOSTA POR CESTA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA E COPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA. TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA. QUATRO ESTATUETAS FIXAS DE FUTEBOL METALIZADAS NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	192,8646	192,88	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 7/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	------------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 7/2016 Licitação: 6/2016 - PR Data da Homologação: 07/04/2016  
 Fornecedor: 6064 - GHENO JOIAS LTDA - ME

51	4925	TROFÉU COM 95 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ACIMA UMA COLUNA METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO TEXTURIZADO, DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, ANEL E SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 32 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	260,1200	260,12	Venceu
52	4926	TROFÉU COM 88 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ACIMA UMA COLUNA METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO, DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, ANEL E SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 32 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL, PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO	Vitória	UN	1,000	0,0000	243,3333	243,33	Venceu



Página: 8/9

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	----------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

**Data da Homologação: 07/04/2016**

**Nr. do Processo: 7/2016**  
**Fornecedor: 6064 - GHENO JOIAS LTDA - ME**  
**Licitação: 6/2016 - PR**

53	4927	TROFÉU COM 80 CM DE ALTURA, COM BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, ACIMA UMA COLUNA METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO, DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR DOURADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, ANEL E SUPORTE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 32 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	226.5517	226.55	Venceu
57	4931	TROFÉU COM 81 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 17,6 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETO. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISOS METALIZADOS NA COR DOURADO ACETINADO COM 31 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ALÇA E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, SOBRE ESTA TAMPA UMA COROA EM POLÍMERO COM 12 PONTAS COM 15,1 CM DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADO E UMA COPA EM POLÍMERO INTERNA METALIZADA NA COR DOURADO ACETINADO COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	100,0000	100,00	Venceu



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Colada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2016      Licitação: 6/2016 - PR      Data da Homologação: 07/04/2016									
Fornecedor: 6064      - GHENO JOIAS LTDA - ME									
58	4932	TROFÉU COM 75 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 13,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETO. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISOS METALIZADOS NA COR DOURADO ACETINADO COM 31 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ALÇA E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, SOBRE ESTA TAMPA UMA COROA EM POLÍMERO COM 12 PONTAS COM 13,3 CM DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADO E UMA COPA EM POLÍMERO INTERNA METALIZADA NA COR DOURADO ACETINADO COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	90,0000	90,00	Venceu
59	4933	TROFÉU COM 63 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 12,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETO. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO, SOBRE ESTE CONE OUTRO CONE EM POLÍMERO COM FRISOS METALIZADOS NA COR DOURADO ACETINADO COM 31 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. ALÇA E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, SOBRE ESTA TAMPA UMA COROA EM POLÍMERO COM 12 PONTAS COM 11 CM DE LARGURA METALIZADA NA COR DOURADO E UMA COPA EM POLÍMERO INTERNA METALIZADA NA COR DOURADO ACETINADO COM TAMPA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADO. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	UN	1,000	0,0000	80,0000	80,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					18,000			3.670,00	

Seara, 7 de Abril de 2016.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 057/2016

DECRETO Nº 057/2016 DE 07 DE ABRIL DE 2016.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1050/2015 de 10/12/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1050/2015 de 10/12/2015 a saber:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 1.120 – Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias

Natureza da Despesa: 4.4.93.0001 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 – Receitas de Impostos e de Transferência Educação

Despesa: 76 ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), serão anulados da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 1.120 – Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias

Natureza da Despesa: 4.4.90.0001 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 – Receitas de Impostos e de Transferência Educação

Despesa: 73 ..... R\$ 100.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 07 de Abril de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### LEI MUNICIPAL Nº 1.059/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1.059, DE 08 DE ABRIL DE 2016

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, a qual será instituída mediante a demonstração de valorização do imóvel do contribuinte em decorrência das obras públicas de pavimentação asfáltica sobre calçamento (pedras irregulares), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados nas ruas e avenidas abaixo Descritas:

I) Rua Guaporé, trecho entre a Avenida Dom Pedro II e Rua Conde D´Eu, com a área de 720,00m²;

II) Rua Monte Castelo, trecho entre a Avenida Dom Pedro II e Rua Fioravante R. Santoro, até o último lote, com a área de 2.072,00m²;

III) Rua Fioravante R. Santoro, trecho entre a Rua Monte Castelo e Rua Prefeito Irineu Vogel, trecho de desapropriação da Chácara nº. 20 de Valdir Detoni, com a área de 858,00m²;

- IV) Rua Almirante Barroso, trecho 01, entre a Rua Monte Castelo e Rua Prefeito Irineu Vogel, trecho de desapropriação da Chácara nº. 20 de Valdir Detoni, com a área de 515,20m<sup>2</sup>;
- V) Rua Tiradentes, trecho entre a Avenida Presidente Castelo Branco até o final da via, no sentido Sul, limite com parte do lote nº. 165 de Olindo Santin e Cia Ltda, com a área de 582,00m<sup>2</sup>;
- VI) Rua Marechal Deodoro da Fonseca, trecho entre a Rua Conde D´Eu até o final da via, no sentido leste, com a área de 320,00m<sup>2</sup>.
- VII) Rua Leopoldo Stadtlober, trecho entre a Rua Almirante Barroso e Rua Albino Dalla Vecchia, com a área de 1.702,40m<sup>2</sup>;
- VIII) Rua Albino Dalla Vecchia, trecho entre a Rua Princesa Isabel até o final da via, no sentido sul, apenas para o trecho ainda sem pavimentação asfáltica, referente ao Loteamento Jardim do Lago, com a área de 1.150,80m<sup>2</sup>;
- IX) Rua Almirante Barroso, trecho 02, entre a Rua Princesa Isabel e Rua Riachuelo, apenas para o trecho ainda sem pavimentação asfáltica, referente ao Loteamento Jardim do Lago, com a área de 350,80m<sup>2</sup>;
- X) Rua Princesa Isabel, trecho entra a Rua Almirante Barroso e Rua Duque de Caxias, com área de 560,00m<sup>2</sup>.

§ 1º. O custo total/orçamento estimado no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, correspondem aos valores de:

- I) Rua Guaporé, trecho entre a Avenida Dom Pedro II e Rua Conde D´Eu, com o valor de R\$ 23.466,13;
- II) Rua Monte Castelo, trecho entre a Avenida Dom Pedro II e Rua Fioravante R. Santoro, até o último lote, com o valor de R\$ 55.667,16;
- III) Rua Fioravante R. Santoro, trecho entre a Rua Monte Castelo e Rua Prefeito Irineu Vogel, trecho de desapropriação da Chácara nº. 20 de Valdir Detoni, com o valor de R\$ 56.303,21;
- IV) Rua Almirante Barroso, trecho 01, entre a Rua Monte Castelo e Rua Prefeito Irineu Vogel, trecho de desapropriação da Chácara nº. 20 de Valdir Detoni, com o valor de R\$ 24.870,50;
- V) Rua Tiradentes, trecho entre a Avenida Presidente Castelo Branco até o final da via, no sentido Sul, limite com parte do lote nº. 165 de Olindo Santin e Cia Ltda, com o valor de R\$ 20.772,81;
- VI) Rua Marechal Deodoro da Fonseca, trecho entre a Rua Conde D´Eu até o final da via, no sentido leste, com o valor de R\$ 4.984,72;
- VII) Rua Leopoldo Stadtlober, trecho entre a Rua Almirante Barroso e Rua Albino Dalla Vecchia, com o valor de R\$ 57.700,51;
- VIII) Rua Albino Dalla Vecchia, trecho entre a Rua Princesa Isabel até o final da via, no sentido sul, apenas para o trecho ainda sem pavimentação asfáltica, referente ao Loteamento Jardim do Lago, com o valor de R\$ 40.367,68;
- IX) Rua Almirante Barroso, trecho 02, entre a Rua Princesa Isabel e Rua Riachuelo, apenas para o trecho ainda sem pavimentação asfáltica, referente ao Loteamento Jardim do Lago, com o valor de R\$ 12.598,97;
- X) Rua Princesa Isabel, trecho entra a Rua Almirante Barroso e Rua Duque de Caxias, com o valor de R\$ 21.259,02.

§ 2º. A fonte de recursos dos valores obtidos será através da aplicação de recursos próprios do Município de Serra Alta e por meio de Emendas Parlamentares.

§ 3º. O Prefeito Municipal, com base em documentos e tendo em vista a natureza da obra ou conjunto de obras, os benefícios para os usuários, o nível de renda dos contribuintes e o volume ou quantidade de equipamentos públicos existentes na zona de influência, poderá reduzir, em até 50% (cinquenta por cento), do custo total da obra realizada, publicando o valor a ser financiada pelos contribuintes na forma do inciso III, já incluída a redução aqui autorizada.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser financiada pela contribuição;
- d) delimitação da zona beneficiada, com relação dos imóveis nela compreendidos;
- e) valorização individual e total dos imóveis em consequência da obra pública;
- f) valor da contribuição de melhoria a ser paga pelo proprietário.

§ 1º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Serra Alta, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
  - b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
  - c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.
- III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.
- IV – No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da Melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-Lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 17/2014 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I – valor da propriedade localizada na área de influência da obra pública, constante no Cadastro de Rendas Imobiliárias da Prefeitura Municipal de Serra Alta;

II – a situação do terreno na zona de influência

III – sua testada e área

IV – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite a valorização do imóvel do contribuinte em decorrência das referidas obras de pavimentação, em observância a eventual limitação imposta por Lei.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria apurada e calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V – prazo para a impugnação;

VI – o pagamento se dará por DAM (documento de arrecadação municipal) por meio de boleto bancário em banco conveniado com o município de Serra Alta, iniciando sua cobrança no mês subsequente ao término da obra.

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à Melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da Contribuição de Melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II – local e data da expedição;

III – identificação da contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV – incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V – prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI – assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As três vias da notificação terão o seguinte destino:

- I – a primeira, para o notificado;
- II – a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;
- III – a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O contribuinte que optar pelo pagamento da contribuição de melhoria, em uma só vez, gozará de um desconto de até 20% (vinte por cento), a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II – Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§ 1º. Independentemente do número de prestações, no parcelamento será observado:

I – O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 50 UFRM (cinquenta unidades fiscais de referencia do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º. O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014).

§ 1º. A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de reparcèlement autorizado em Lei, o crédito tributário correspondente a contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídos da incidência da contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal e Templos Religiosos.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17. A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

- I – 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;
- II – 3,0% (três por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;
- III – 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

- I – no ato do recebimento do tributo;
- II – no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;
- III – sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18. Os débitos fiscais de que trata esta Lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do IGPM/FGV, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração



do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 19. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Serra Alta é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 21. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou prova.

Art. 22. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou conseqüentes.

Art. 23. O Secretário Municipal de Fazenda proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I – pessoalmente, por aposição do “ciente” no processo;

II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou atuado;

III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado.

Art. 28. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 17/2014) e demais legislação no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-Lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014).

Art. 30. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da

Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta Lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32. As despesas constantes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Serra Alta.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º, da Lei Municipal nº 658/2013.

Art. 34. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 08 de abril de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOHT

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### **LEI MUNICIPAL Nº 1.060/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 1.060, DE 08 DE ABRIL DE 2016

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, a qual será instituída mediante a demonstração de valorização do imóvel do contribuinte em decorrência das obras públicas de pavimentação de passeio público e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados nas ruas e avenidas abaixo Descritas:

- I) Rua 7 de Setembro, trecho entre a Rua José Cerizolli e Avenida Dom Pedro II, com a área de 540,00m²;
- II) Rua 8 de Maio, trecho entre a Rua José Cerizolli e Avenida Dom Pedro II, com a área de 652,00m²;
- III) Rua 28 de Abril, trecho entre a Rua Conde D'Eu e Avenida Dom Pedro II, com a área de 240,00m²;
- IV) Rua Conde D'Eu, trecho entre a Rua Riachuelo e Rua Guaporé, com a área de 3.368,10m²;
- V) Rua João Mascarenhas de Moraes, trecho entre a Rua Conde D'Eu e Avenida Dom Pedro II, com a área de 320,00m²;
- VI) Rua José Cerizolli, trecho entre a Rua 7 de Setembro e Rua 8 de Maio, com a área de 332,62m².
- VII) Rua Marechal Deodoro da Fonseca, trecho entre a Rua Conde D'Eu e Avenida Dom Pedro II, com a área de 160,00m²;
- VIII) Avenida Presidente Castelo Branco, trecho entre a Rua Conde D'Eu e Avenida Dom Pedro II, com a área de 264,86m².

§ 1º. O custo total/orçamento estimado no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, correspondem aos valores de:

- I) Rua 7 de Setembro, trecho entre a Rua José Cerizolli e Avenida Dom Pedro II, com o valor de R\$ 62.918,63;
- II) Rua 8 de Maio, trecho entre a Rua José Cerizolli e Avenida Dom Pedro II, com o valor de R\$ 75.092,73;
- III) Rua 28 de Abril, trecho entre a Rua Conde D'Eu e Avenida Dom Pedro II, com o valor de R\$ 28.276,78;
- IV) Rua Conde D'Eu, trecho entre a Rua Riachuelo e Rua Guaporé, com o valor de R\$ 386.303,34;
- V) Rua João Mascarenhas de Moraes, trecho entre a Rua Conde D'Eu e Avenida Dom Pedro II, com o valor de R\$ 36.550,94;
- VI) Rua José Cerizolli, trecho entre a Rua 7 de Setembro e Rua 8 de Maio, com o valor de R\$ 39.670,16;
- VII) Rua Marechal Deodoro da Fonseca, trecho entre a Rua Conde D'Eu e Avenida Dom Pedro II, com o valor de R\$ 20.366,42;
- VIII) Avenida Presidente Castelo Branco, trecho entre a Rua Conde D'Eu e Avenida Dom Pedro II, com o valor de R\$ 30.955,94.

§ 2º. A fonte de recursos dos valores obtidos será através da aplicação de recursos próprios do Município de Serra Alta e por meio de Emendas Parlamentares.

§ 3º. O Prefeito Municipal, com base em documentos e tendo em vista a natureza da obra ou conjunto de obras, os benefícios para os usuários, o nível de renda dos contribuintes e o volume ou quantidade de equipamentos públicos existentes na zona de influência, poderá reduzir, em até 50% (cinquenta por cento), do custo total da obra realizada, publicando o valor a ser financiada pelos contribuintes na forma do inciso III, já incluída a redução aqui autorizada.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel

localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser financiada pela contribuição;
- d) delimitação da zona beneficiada, com relação dos imóveis nela compreendidos;
- e) valorização individual e total dos imóveis em consequência da obra pública;
- f) valor da contribuição de melhoria a ser paga pelo proprietário.

§ 1º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Serra Alta, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da Melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-Lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 17/2014 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I – valor da propriedade localizada na área de influência da obra pública, constante no Cadastro de Rendas Imobiliárias da Prefeitura Municipal de Serra Alta;

II – a situação do terreno na zona de influência

III – sua testada e área

IV – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite a valorização do imóvel do contribuinte em decorrência das referidas obras de pavimentação, em observância a eventual limitação imposta por Lei.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria apurada e calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V – prazo para a impugnação;

VI – o pagamento se dará por DAM (documento de arrecadação municipal) por meio de boleto bancário em banco conveniado com o município de Serra Alta, iniciando sua cobrança no mês subsequente ao término da obra.

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à Melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da Contribuição de Melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II – local e data da expedição;

III – identificação da contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV – incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V – prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI – assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As três vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira, para o notificado;

II – a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III – a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O contribuinte que optar pelo pagamento da contribuição de melhoria, em uma só vez, gozará de um desconto de até 20% (vinte por cento), a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II – Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§ 1º. Independentemente do número de prestações, no parcelamento será observado:

I – O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 50 UFRM (cinquenta unidades fiscais de referência do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º. O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014).

§ 1º. A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de reparcelamento autorizado em Lei, o crédito tributário correspondente a contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídos da incidência da contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal e Templos Religiosos.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17. A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I – 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;

II – 3,0% (três por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;

III – 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I – no ato do recebimento do tributo;

II – no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III – sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18. Os débitos fiscais de que trata esta Lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do IGPM/FGV, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 19. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Serra Alta é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 21. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou prova.

Art. 22. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou conseqüentes.

Art. 23. O Secretario Municipal de Fazenda proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I – pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;



II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado.

Art. 28. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 17/2014) e demais legislação no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-Lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014).

Art. 30. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 17/2014) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta Lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32. As despesas constantes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Serra Alta.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º, da Lei Municipal nº 658/2013.

Art. 34. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 08 de abril de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOHT

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

## **LEI MUNICIPAL Nº 1.061/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 1.061, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, para



utilização dos órgãos vinculados (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Instituto Geral de Perícias) sediados na cidade de Serra Alta, do imóvel a seguir especificado:

“Parte do Lote Rural nº 01, quadra nº 78, confrontando ao Norte, na extensão de 8 metros, com parte do Lote Rural nº 168, do Município de Serra Alta; ao Oeste, na extensão de 5 metros, com o Lote nº 11, da mesma quadra; ao Sul, na extensão de 8 metros, com a mesma área institucional; ao Leste, na extensão de 5 metros, com o mesmo lote institucional, totalizando uma área de 40,00 m<sup>2</sup>”.

§ 1º. O imóvel descrito no caput faz parte de um todo que está matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Modelo, sob o nº 3.431.

§ 2º. A cessão de uso da área de terras com as suas benfeitorias destina-se a abrigar uma torre e um cubículo utilizados para comunicação dos órgãos da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina.

Art. 2º - A cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quanto forem necessários para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º - As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, de 22 de maio de 2013, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 08 de abril de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### **LEI MUNICIPAL Nº 1.062/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 1.062, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências”.

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 08 de abril de 2016.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### **LEI MUNICIPAL Nº 1.063/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 1.063, DE 08 DE ABRIL DE 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta - SC, no uso de suas atribuições legais, apresenta a esta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei faz saber, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Serra Alta – SC, crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a suplementação do seguinte Programa:

ÓRGÃO: 08.00 – SEC. DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
UNID. ORÇ. 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
Proj. Ativ. 1.120 – Obras, Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias  
Natureza da Despesa: 44.90.00 – Aplicações Diretas  
Fonte: 00.01.0083 – Receita de Operações de Crédito Internas – Outros Programas

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada por Lei específica.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Serra Alta (SC), 08 de abril de 2016.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 035/2016**

PORTARIA Nº. 035/2016 DE 08 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,  
RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal das Atas de Registro de Preços e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 008/2016-FMS, na modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para acompanhar e fiscalizar a execução das referidas Atas na forma e condições abaixo relacionadas:

ATAS REGISTRO DE PREÇOS Nº:	006/2016 / 007/2016 / 008/2016 / 009/2016 / 010/2016 011/2016 / 012/2016/ 013/2016 / E 014/2016.
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO AMBULATORIAL PARA USO NO PRONTO ATENDIMENTO E NA MANUTENÇÃO QUALIFICADA DOS SERVIÇOS PRESTADOS NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL.
EMPRESA:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ Nº:	00.802.002/0001-02
EMPRESA:	PROSAÚDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ:	85.247.385/0001-49

EMPRESA:	AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA- DISPROBEL EPP
CNPJ:	82.291.311/0001-11
EMPRESA:	DAMEDI DAMBRÓS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA EPP
CNPJ:	95.368.320/0001-05
EMPRESA:	DENTAL OESTE EIRELI – EPP
CNPJ:	05.412.147/0001-02
EMPRESA:	PLASMEDIC-COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E LAB. LTDA
CNPJ:	09.200.303/0001-22
EMPRESA:	MEGHA EQUIPAMENTOS E MAT. MÉDICOS LTDA EPP
CNPJ:	17.184.520/0001-02
EMPRESA:	FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CNPJ:	07.164.711/0001-40
EMPRESA:	DENTAL SHOW – COM. DE PROD. ODONT. E HOSP. LTDA
CNPJ:	11.776.334/0001-78

## FISCAL TITULAR

SERVIDOR:	ROSILEI DAMO PERERA		
CARGO:	Enfermeira		
CPF:	690.026.900-10	MATRÍCULA:	66
LOTACÃO:	Secretaria de Saúde		

## FISCAL SUBSTITUTO

SERVIDOR:	CRISTIANA MARTELLO		
CARGO:	Auxiliar de Enfermagem		
CPF:	009.550.809-08	MATRÍCULA:	1008
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde		

Art. 2º O serviço de fiscal das Atas e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedado qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de Abril de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 20/2016 PREGÃO TELEFONIA

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 20/2016

ATO EDITAL DE PREGÃO PMS Nº. 04/2016

O Município de Siderópolis comunica às empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 25/04/2016, até às 08:30 (HORÁRIO DE BRASÍLIA), na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a Contratação de empresa especializada para implantação de telefonia digital (PABX) baseado em servidor IP, contendo software para gerenciamento da plataforma IP e equipamentos em comodato em conformidade com o Edital e Anexos, o Edital já está disponível no site da municipalidade: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br). Maiores Informações: Fone: (48) 3435 3188 ou e-mail: [licitação@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitação@sideropolis.sc.gov.br).

Siderópolis, 08 de abril de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

# Sombrio

## PREFEITURA

**DEC. 127**

DECRETO Nº 127, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**04.01 - DIRETORIA DE OBRAS**

2.003 - Gestão da Sec. Mun. de Obras, Viação e Serv. Urbanos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 50.000,00

**05.04 - DIRET. DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA**

2.053 - Manutenção da Educação Especial  
3.1.90.00.00.00.00.00.0089 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 80 e 89.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de abril de 2016.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 38/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2016  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2016

O Município de Sombrio, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário com exclusividade à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN).

CONTRATADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CASAN.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO

VALOR PAXIMADO: R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XXVI, da lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Razões de justificativa da dispensa: art. 26º parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Sombrio - SC, em 29 de março de 2016.

ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**PREGAO PRESENCIAL 009/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de oxigênio medicinal destinado ao atendimento de saúde básica no município de Sombrio durante exercício de 2015.

Entrega: Parcelada.

Tipo de julgamento: menor preço global por lote.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie; bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 14h00min do dia 25 de abril de 2016, com início do credenciamento e abertura marcada para as 14h15min do dia 25 de abril de 2016.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 17h30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio – SC, 29 de março de 2016.

Zenio Cardoso  
Prefeito Municipal

**PREGAO PRESENCIAL 039/2016 - PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa para execução de pintura decorativa artística no ginásio poliesportivo Rogério Valerim, em comemoração aos jogos olímpicos rio 2016, conforme edital e anexos.

Os envelopes deverão ser entregues até as 09h00min do dia 25 do mês de abril de 2016, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h30min do dia 25 do mês de abril de 2016.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 17h30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio-SC, 29 de março de 2016.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

**RESULTADO DO PROCESSO LICITATORIO TP 32/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

RESULTADO DO JULGAMENTO HABILITAÇÃO E PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2016

O Prefeito na forma do § 1º do art. 109 da Lei 8.666/93, torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é selecionar a melhor proposta futura contratação de empresa especializada para pavimentação Rua Aires Medeiros de Souza - Bairro Januária, no conforme localização, tipo de revestimento, demais condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo ao edital.

Restou habilitada e vencedora no presente certame a empresa SE-TEP CONSTRUÇÕES S.A com o valor global de: R\$ 582.183,83 (quinhentos e oitenta e dois mil cento e oitenta e três reais e oitenta e três centavos).

A comissão abre prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato

Sombrio-SC, 082 de abril de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

**TOMADA DE PREÇOS Nº 40/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 40/2016

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para futura contratação de empresa especializada para pavimentação com lajota sextava de concreto nas ruas Imanuel Wurfel, Tiago José Coelho, João José Coelho, Mario Sant'Helena e Amandio Teodorico de Borba, conforme localização, tipo de revestimento, demais condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo ao edital.

Tipo de julgamento: menor valor global por lote.

Lote 01: Ruas Imanuel Wurfel, Tiago José Coelho e João José Coelho.

Lote 02: Ruas Mario Sant'Helena e Amandio Teodorico de Borba.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993.

Entrega dos envelopes: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h30 min do dia 26 de abril de 2016, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 27 de abril de 2016.

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 17h30min ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC, de 29 de março de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal



# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO 013-2016

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2016  
Tomada de Preço nº. 001/2016

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedora a empresa LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO – CNPJ: 14.419.210/0001-23, no valor total de R\$ 54.922,77, para Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Projeto de Construção do Trecho IX da Ciclovia, sob o regime de Menor Preço por Empreitada Global.

TIGRINHOS/SC, em 07 de Abril de 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 102/2016

PORTARIA Nº. 102/2016. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SR. LEANDRO DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Sr. LEANDRO DA SILVA, MOTORISTA, 40 horas semanais, cadastrada sob matrícula nº 402/01, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 06 de Abril de 2016 até 20 de Abril de 2016, retornando em 21 de Abril de 2016, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE ABRIL DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em oito de abril de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Agente de Recursos Humanos

### PORTARIA 103/2016

PORTARIA Nº. 103/2016.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal Complementar nº 035/2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ORIDES BRAMBILA, Motorista, efetivo, Matrícula nº. 391/01, relativo ao período aquisitivo de Abril 2015 a Abril de 2016, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 11 à 30 de Abril de 2016, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE ABRIL DE 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em oito de abril de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Agente de Recursos Humanos

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA ABERTURA ENVELOPE N.º 2 PROPOSTA TÉCNICA - TOMADA DE PREÇO N.º 01 2015 TIMBOPREV

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE 02 – PROPOSTA TÉCNICA DA TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 01/2015 - TIMBOPREV

Às dez horas, do oitavo dia, do mês de abril de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser para abertura do envelope 02 – Proposta Técnica da Tomada de Preços nº 01/2015 – TIMBOPREV.

Iniciando a sessão, a Senhora Presidente passou à abertura do envelope 02-Proposta Técnica, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos nele contidos.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos, bem como encaminhamento dos documentos da Proposta Técnica ao TIMBOPREV, tendo em vista a necessidade de análise e parecer, em especial do item 8.1 - PROPOSTA TÉCNICA, do edital.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intímese-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

### ATA DECISÃO HABILITAÇÃO - FREITAG E WEIGARTNER LABORATÓRIOS LTDA EPP - CREDENCIAMENTO 15 2015 FMS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO Nº 15/2015 - FMS

Às oito horas e trinta minutos, do oitavo dia, do mês de abril de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, para julgamento do Credenciamento do processo licitatório nº 15/2015 – FMS.

Em análise dos documentos juntados aos autos, aliado com o parecer expedido pelo Secretário Municipal de Saúde e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação da empresa FREITAG E WEINGARTNER LABORATÓRIOS LTDA EPP.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intímese-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

### ATA DISPENSA 01 2016 - FIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - FIA

Às nove horas, do sétimo dia, do mês de abril de dois mil e dezesseis, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ -SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2016 – FIA.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa (abaixo relacionados) apresentados pela empresa Escola de Gestão Pública Municipal EGEM:

Estatuto Social - 2ª Alteração	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica - CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Proposta de Curso/ Orçamento detalhado	
Cópia Carteira Identidade e CPF de Evandro Eredes dos Navegantes	
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais e Dívida Ativa do Município de Florianópolis (Município sede da empresa)	Art. 29, III – Lei 8.666/93,
Certidão Negativa de Débitos Município de Timbó	Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Certidão Regional para fins gerais Cível e Criminal-Justiça federal da 4ª Região	
Diploma conclusão de curso de Comunicação Social-Habilitação Jornalismo de Deise Farias	
Cópia Registro de Deise Farias como Jornalista Profissional (anotação Carteira de Trabalho)	

Carteirinha diplomação de Deise Farias pela Universidade Federal de Santa Catarina	
Registro de Darlene de Moraes Silveira no Conselho Regional de Serviço Social de SC- CRESS	
Declaração: que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz; que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública; que o ato constitutivo é vigente; que não é impedido de transacionar com a Administração Pública; que conhece e aceita todas as condições do referido edital	Lei n.º 8.666/1993, inciso V do artigo 27, acrescido pela Lei n.º 9.584/1999 e incisos III e IV do art.87

Da análise destes documentos observa-se que a empresa está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 22 2016 PMT - FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CARNES, FRUTAS E VERDURAS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 22/2016 PMT

OBJETO: fornecimento de gêneros alimentícios (carnes, frutas e verduras) destinados aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e ao Fundo de Reequipamento da Polícia Militar – FUN-REPOM. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 25 de abril de 2016. ABERTURA: dia 25 de abril de 2016 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 08/04/2016

ALFREDO JOÃO BERRI MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário de Saúde Secretária de Fazenda e Administração

### **CERTIDÃO DE ALTERAÇÃO Nº 83 DE 05 DE ABRIL DE 2016**

CERTIDÃO DE ALTERAÇÃO

Nº 83 DE 05 DE ABRIL DE 2016

ALTERA dispositivo da Certidão nº 010, de 12 de maio de 2014, com a seguinte descrição:

"Lote 64 (sessenta e quatro) – Área Verde - com área de 2.318,79m2 (dois mil, trezentos e dezoito metros e setenta e nove decímetros quadrados), situado nos fundos dos lotes 62 e 63, distante pela frente do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Buenos Aires, e deste ponto distante pelo lado direito do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado par da

rua Apucarana; estremando na frente em 30,00 metros, sendo em 15,00 metros com o lote nº 63 e em 15,00 metros com o lote nº 62; fundos estrema em 30,00 metros com terras de Ingo Neitzel, matrícula nº 19.098, livro 2; lado direito estrema em 77,68 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 12.613, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 77,16 metros com terras de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2. Este lote está destinado a Área Verde sendo, uma área de 711,45m2 destinada a Área Verde do Loteamento Capitais, de propriedade de Rita Ittner, matrícula nº 22.958, livro 2, uma área de 544,62m2 destinada a Área Verde do Loteamento Capitais I, de propriedade de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2, uma área de 200,00 m2 destinada a Área Verde do Loteamento Capitais II, de propriedade de Waldemar Schuetze, matrícula nº 18.866, livro 2, e uma área de 862,72m2 destinada a Área Verde do Loteamento Capitais III, de propriedade de Elfi Schuetze e Karin Laemmel, matrícula nº 22.040, livro 2. Este lote deverá ser obrigatoriamente anexado ao lote 65 do Loteamento Capitais I, de propriedade de Rita Ittner, matrícula nº 22.957, livro 2. Esta área deverá ser transferida ao Patrimônio do Município de Timbó."

Ficam ratificados os demais termos.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 05 de abril de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA

Arquiteta e Urbanista

CAU/SC A41829-3

### **CERTIDÃO DE ALTERAÇÃO Nº 84 DE 05 DE ABRIL DE 2016**

CERTIDÃO DE ALTERAÇÃO

Nº 84 DE 05 DE ABRIL DE 2016

ALTERA dispositivo da Certidão nº 007, de 12 de maio de 2014, com a seguinte descrição:

"ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA – A Área de Utilidade Pública destinada ao Loteamento Capitais, com uma área total de 876,66m2, está situada na matrícula nº 16.987, livro 2, de propriedade de Rita Ittner (antes Heins Henrique Hoeltgebaum). Esta área deverá ser transferida ao Patrimônio do Município de Timbó."

Ficam ratificados os demais termos.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 05 de abril de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA

Arquiteta e Urbanista

CAU/SC A41829-3

## DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015-FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015-FMS

DECISÃO

Relatório:

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a responsabilidade da empresa NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, pela prática de infração administrativa decorrente do descumprimento de obrigação prevista no Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço nº 02/2015-FMS, especialmente no que tange à entrega de material fora do prazo previsto no item 11.2 do Edital.

De acordo com a Ordem de Compra nº 03/2016 enviada e recebida pela empresa em 26/01/2016, foi solicitado à empresa Notificada que entregasse 12 latas da fórmula Aptamil Pepti, correspondente ao item nº 3 do anexo I do edital. Ocorre que na mesma data a empresa Notificada enviou solicitação de prorrogação do prazo de entrega, alegando que o produto está em falta no fornecedor sendo deferida a prorrogação, ficando estabelecido que a entrega se daria na data de 22/02/2016.

A entrega não foi efetivada e novamente a empresa Notificada pediu a dilação do prazo, que lhe foi concedida, devendo a empresa efetuar a entrega dos produtos até a data de 26/02/2016, o que mais uma vez a empresa não cumpriu.

Diante destes fatos, foi instaurado o presente processo administrativo, notificando a empresa para que, no prazo legal, apresentasse suas razões pelo descumprimento do contrato, da sanção cabível pelo ilícito cometido e para que providenciasse a entrega do material.

Em razões de defesa alegou a empresa que a entrega do produto não se deu devido ao atraso do fabricante para a produção do mesmo, e que assim que recebeu a ordem de compra informou ao Município da situação, apresentando carta com pedido de prorrogação. Por fim comprometeu-se a efetivar a entrega na data de 09/03/2016 requerendo que fosse desconsiderada a aplicação de penalidade por descumprimento editalício na empresa.

Sendo este, em suma, o relatório, passamos a fundamentar nossa Decisão.

Vistos e examinados os autos, constatou-se a veracidade dos fatos alegados pela empresa Notificada, tendo em vista a carta da empresa fabricante Danone Early Life Nutrition (fls. 25) informando que “por problemas de produção, o produto Aptamil Pepti, lata com 400g e 800g, encontra-se indisponível no momento e com previsão de normalização na 2ª semana de fevereiro de 2016”.

Desta forma, tem-se que o atraso na entrega dos produtos não se deu por causa injustificada, mas sim por motivo de força maior, independente da vontade da empresa Notificada tendo em vista que o produto encontrava-se indisponível na empresa fabricante.

Na data de 08/03/2016 a empresa promoveu a entrega do material faltante, adimplindo o contratado com o Município.

Diante do exposto, considerando que a infração administrativa deu-se por motivo de força maior, alheio a vontade da empresa; considerando que a empresa agiu com clareza e presteza, procurando adimplir sua obrigação com o Município, outra não pode ser a decisão desta municipalidade senão acolher as justificativas apresentadas pela empresa Notificada e decidir pelo encerramento e arquivamento do presente feito, em virtude de a empresa NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA não ser responsável direta pelo atraso na entrega do material.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 29 de março de 2016.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário da Saúde

## EXTRATO CONTRATO 2016.53 - SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/53

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

CONTRATADA: Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos Ltda - IGAM

OBJETO: Aquisição de informativos técnicos de atualização mensal com acesso ao site em que constam: a) todos os textos dos informativos, organizados em áreas; b) todas as consultas formais respondidas por nossos técnicos ao SAMAE; c) área de downloads que contem legislação e modelos; d) Área de notícias com as últimas informações e decisões de interesse da Administração Pública; e) atendimento por meio de telefone, fax, internet ou pessoalmente a consultas vinculadas aos assuntos dos informativos; f) descontos em participação nos cursos promovidos pelo IGAM.

VALOR: R\$ 637,63 (seiscentos e trinta e sete reais e sessenta e três centavos) mensais

PRAZO: 01/04/2016 a 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 01/04/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

## PORTARIA Nº 1928, DE 1º DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 1928, DE 1º DE ABRIL DE 2016

Nomeia Servidora Pública Municipal para exercer cargo em Comissão na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFE- RÊNCIA SALA- RIAL
Denielle Cristiane Parno	Supervisora da Divisão de Tributação e Fiscalização / CC-3	61

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de abril de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**CÂMARA MUNICIPAL****PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - VETO AO PROJETO DE LEI Nº 59/2015**  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Veto ao Projeto de Lei nº 59/2015 – Altera a Lei n.º 2.510, de 11 de maio de 2011.

Origem do Veto: Prefeito Municipal Laércio Demerval Schuster Júnior.

Relator: Vereador Guilherme Voigt Júnior

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Veto total ao Projeto de Lei n.º 59/2015, que visa modificar a Lei n.º 2.510, de 11 de maio de 2011 que dispõe sobre o tempo de atendimento ao público e instalação de assentos nas agências lotéricas, bancárias e dos correios estabelecidas no Município de Timbó e que foi aprovado nesta Casa Legislativa na sessão ordinária realizada no dia 16 de fevereiro corrente.

A Mensagem de Veto foi protocolizada nesta Casa Legislativa no dia 10 de março corrente, tendo sido apresentada em Plenário no dia 15 de março, quando foi despachada pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão para análise, nos termos do parágrafo único do art. 163 do Regimento Interno.

No dia 06 de abril a Comissão teve como pauta a análise do presente veto, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

No que tange aos seus aspectos formais o veto apresentado pelo Prefeito Municipal tem como justificativa ser o texto do projeto aprovado contrário ao interesse público, um dos motivos previstos no caput do art. 36 Lei orgânica Municipal para a fundamentação do veto por parte do Chefe do Executivo Municipal. Assim, formalmente o veto está de acordo com os preceitos legais.

No mérito, verifica-se que o veto é de natureza política, não sendo da esfera de competência da presente Comissão analisar se efetivamente o texto do projeto é ou não contrário ao interesse público conforme dito pelo Prefeito Municipal. Cabe ao Plenário desta Casa se manifestar sobre a pertinência ou não dos motivos políticos alegados pelo Chefe do Poder Executivo para vetar o projeto em comento.

**III - CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação em Plenário do Veto ao Projeto de Lei n.º 59/2015.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, em 06 de abril de 2016

Rubens Borchardt

Presidente

Guilherme Voigt Júnior

Relator



# Três Barras

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 254 DE 23 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº. 254 DE 23 DE MARÇO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, a existência de vagas para o cargo de professor não preenchidas junto à Secretária de Educação, Cultura e Esportes, devido a não conclusão dos Concursos Públicos realizados no ano de 2015 e licenças de qualquer natureza.

RESOLVE:

Art. 1º Altera temporariamente a carga horária das seguintes servidoras:

§ 1º Alterar a carga horária da servidora SILVIELE APARECIDA DOS SANTOS ALVES DE LIMA, matrícula 147745.06, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, devido aos professores do Concurso Público 002/2015 não assumirem a vaga. A partir de 10/03/2016.

§ 2º Alterar a carga horária do servidor JULIANO NIEDZVIECKI, matrícula 663808.01, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, devido à licença maternidade da professora SABRINA FERREIRA DA ROSA, matrícula 101451.10, concedida através da portaria nº 232/2016. A partir de 07/03/2016.

§ 3º Alterar a carga horária da servidora CLAUDIA TEREZINHA JONKO, matrícula 93459.14, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, devido ao desdobramento de turma. A partir de 01/03/2016.

§ 4º Alterar a carga horária da servidora CIRLEA MARIA BEGE, matrícula 75213.17, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, devido à professora SIMONE SANTOS LIMA IQUEUTI, matrícula 128619.05, estar de licença para tratar de assuntos particulares, concedida através da portaria 252/2016. A partir de 01/03/2016.

§ 5º Alterar a carga horária da servidora ROSIMERE MACHOWSKI, matrícula 663077.01, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) para

40 (quarenta) horas semanais, devido aos professores do Concurso Público 002/2015 não assumirem a vaga. A partir de 14/03/2016.

§ 6º Alterar a carga horária da servidora ISABELA CRISTINA COSTA FLORINDO, matrícula 141496.11, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, devido aos professores do Concurso Público 001/2015 não assumirem a vaga. A partir de 01/03/2016.

§ 7º Alterar a carga horária da servidora GISLAINE DE FÁTIMA KRIGINSKI, matrícula 185876.02, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, devido à professora PATRICIA RAQUEL MUCHINSKI estar de licença maternidade do Estado. A partir de 02/03/2016.

§ 8º Alterar a carga horária da servidora ANA PAULA ARTNER, matrícula 185590.02, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, devido à professora LILIANE ORTIZ DE LIMA, matrícula 160032.03, pediu exoneração no dia 03/03/2016, conforme portaria 196/2016. A partir de 01/03/2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de março de 2016.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº. 257 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº. 257 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor VALMIR DE MATOS, matrícula 57843.07, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Coordenação da Defesa Civil – PC 03 Lotado no Gabinete do Prefeito deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de março de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 31 de março de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº. 258 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº. 258 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido] o senhor ANDRE LEONIDES KESSIN, matrícula 121649.02, do quadro de funcionários efetivo desta prefeitura, concursado através do Concurso Público Municipal, Edital 001/2008, nomeado em 16 de julho de 2008, conforme portaria número 349 de 16/07/2008, cargo de Aux Serviços Gerais, carga horária 200:00 horas mês, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 31 de março de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO



**PORTARIA Nº. 259 DE 31 DE MARÇO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 259 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor ANTONIO REINALDO WELK, matrícula 77283.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 31 de março de 2016.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 260 DE 31 DE MARÇO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 260 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], o servidor, EDENILSON CARLIN DO PRADO, matrícula 182036.02, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Intendência Distrital. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 31 de março de 2016.  
ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 261 DE 31 DE MARÇO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 261 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor ELIZIO DANIEL KESSIN, matrícula 118141.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 31 de março de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 262 DE 31 DE MARÇO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 262 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR a senhora ROSANGELA LOPES SANTANA, matrícula 152501.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Secretaria CMEI – PC 08. Lotada na Secretaria de Educação Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 31 de março de 2016.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 263 DE 31 DE MARÇO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 263 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], o servidor, SEDIVAL MELLO DE ARAUJO, matrícula 87327.01, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 31 de março de 2016.  
ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 264 DE 31 DE MARÇO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 264 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor VITOR IVANISKI DOS SANTOS, matrícula 173274.04, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 31 de março de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 265 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 265 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor AILTON JARSCHER, matrícula 5150.05, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Secretário Adjunto – PC 05. Lotado na Secretaria de Habitação deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 266 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 266 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor ANTONIO MARTINHO PEDRO, matrícula 177563.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Diretor – PC 06. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 267 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 267 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor JOAO MATEUS BARBOZA, matrícula 4260.12, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Secretário – PC 01. Lotado na Secretaria de Agricultura deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 268 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 268 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor LUIZ CEZAR PACHECO, matrícula 154326.06, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Secretário – PC 01. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 269 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 269 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor MARCIO ADELIO EBLE, matrícula 7315.16, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Secretário – PC 01. Lotado na Secretaria de Saúde deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 270 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 270 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor MARCIO ALVES, matrícula 113794.03, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Secretário – PC 01. Lotado na Secretaria de Urbanismo e Limpeza deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 271 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 271 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor RILDO VOIGT, matrícula 43362.00, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Secretário – PC 01. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 272 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 272 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor SEBASTIÃO ALTAVIR FERREIRA, matrícula 15687.12, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Secretário Adjunto – PC 05. Lotado na Secretaria de Administração e Planejamento deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 273 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 273 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor DOLIZETE CELESTINO CARLOS DE MARIA, matrícula 5282.04, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Diretor – PC 06. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 274 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 274 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor LUIS ROBERTO CORREA, matrícula 6173.00,

do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Secretário Adjunto – PC 05, e retornando ao seu cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

#### **PORTARIA Nº. 275 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 275 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor DANIEL DA CRUZ, matrícula 8966.04, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de Secretário – PC 01, e retornando ao seu cargo efetivo de Condutor de Veículos e Máquinas. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

#### **PORTARIA Nº. 276 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 276 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], o servidor, DANIEL DA CRUZ JUNIOR, matrícula 168769.01, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Secretaria de Habitação. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de abril de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ERNANI WOGGINAK

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO



# Treze Tílias

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2016

EXTRATO DE CONTRATO 15/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: ECCO'S PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para, locação de infraestrutura (equipamentos de sonorização e iluminação, estrutura de palco, camarins, bilheteria, geradores, fechamento, e estruturas piramidais) compreendendo montagem, manutenção, desmontagem, por ocasião da IV Expotílias, de 22 a 24 de Abril de 2016 no município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

VALOR: O valor total para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 119.170,00, de acordo com os itens vencedores no Processo de Licitação nº 16/2016 (Lote 01, Lote 03, Lote 04).

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2016: 09.01.2048.3390.00.00.00.00.00, através de Convênio nº 2016TR0016434.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 01 mês.

DATA ASSINATURA: 06/04/2016

TREZE TÍLIAS, 06/04/2016

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2016

EXTRATO DE CONTRATO 15/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: STANISQUASKI PRODUÇÕES LTDA ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para, locação de infraestrutura (equipamentos de sonorização e iluminação, estrutura de palco, camarins, bilheteria, geradores, fechamento, e estruturas piramidais) compreendendo montagem, manutenção, desmontagem, por ocasião da IV Expotílias, de 22 a 24 de Abril de 2016 no município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

VALOR: O valor total para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 36.272,75, de acordo com os itens vencedores no Processo de Licitação nº 16/2016 (Lote 02).

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2016: 09.01.2048.3390.00.00.00.00.00.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 01 mês.

DATA ASSINATURA: 06/04/2016

TREZE TÍLIAS, 06/04/2016

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 17-2016

EXTRATO DE CONTRATO 17/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: BANXAP – BANHEIROS MÓVEIS LTDA ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de banheiros químicos, prestação serviços de limpeza, segurança desarmada e serviço de organização de veículos (estacionamento), junto Centro de Eventos de Treze Tílias, as margens da SC 465, compreendendo o período de 20 a 25 de abril de 2016 por ocasião da IV EXPOTÍLIAS, conforme descrição constante no Anexo I do

presente edital.

VALOR: O custo estimado desta contratação é de R\$ 27.950,00 (Vinte e sete mil novecentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias 2016: 09.01.2048.33.90.00.00.00.00.00.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 01 mês.

DATA ASSINATURA: 06/04/2016

TREZE TÍLIAS, 06/04/2016

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 18-2016

EXTRATO DE CONTRATO 17/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: BANXAP – BANHEIROS MÓVEIS LTDA ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de banheiros químicos, prestação serviços de limpeza, segurança desarmada e serviço de organização de veículos (estacionamento), junto Centro de Eventos de Treze Tílias, as margens da SC 465, compreendendo o período de 20 a 25 de abril de 2016 por ocasião da IV EXPOTÍLIAS, conforme descrição constante no Anexo I do presente edital.

VALOR: O custo estimado desta contratação é de R\$ 27.950,00 (Vinte e sete mil novecentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias 2016: 09.01.2048.33.90.00.00.00.00.00.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 01 mês.

DATA ASSINATURA: 06/04/2016

TREZE TÍLIAS, 06/04/2016

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2016

EXTRATO DE CONTRATO 18/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: MALIN EVENTOS LTDA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de banheiros químicos, prestação serviços de limpeza, segurança desarmada e serviço de organização de veículos (estacionamento), junto Centro de Eventos de Treze Tílias, as margens da SC 465, compreendendo o período de 20 a 25 de abril de 2016 por ocasião da IV EXPOTÍLIAS, conforme descrição constante no Anexo I do presente edital.

VALOR: O custo estimado desta contratação é de R\$ 11.180,00 (Onze mil, cento e oitenta reais) de acordo com os itens vencedores (Item 01).

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias 2016: 09.01.2048.33.90.00.00.00.00.00.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 01 mês.

DATA ASSINATURA: 06/04/2016

TREZE TÍLIAS, 06/04/2016

# Trombudo Central

## PREFEITURA

**019/2016**

DECRETO 019/2016 DE 07 DE ABRIL DE 2016.

"APROVA LOTEAMENTO E DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA".

HANELORE HEDLER, Prefeita em Exercício do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizado o LOTEAMENTO e DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano, localizado a Rua Bernhard Buscke, Bairro Estação neste Município e Comarca, de propriedade de GUILHERME VICTOR PINHEIRO, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central, sob matrícula nº 14.959 com ÁREA TOTAL de 43.476,00 m² (quarenta e três mil quatrocentos e setenta e seis metros quadrados), ÁREA A DESMEMBRAR em 06 (seis) Lotes urbano, sendo: Lote 01: com área de 400,12m² (quatrocentos metros e doze décimos quadrados), fazendo Frente com a Rua Bernhard Buscke em 14,00 metros, Fundos extremado com a área remanescente em 14,00 metros, lado Esquerdo extremado a área remanescente em 28,58 metros e lado Direito extremado com o Lote 02 em 28,58 metros. Lote 02: com área de 400,12m² (quatrocentos metros e doze décimos quadrados), fazendo Frente com a Rua Bernhard Buscke em 14,00 metros, Fundos extremado com a área remanescente em 14,00 metros, lado Esquerdo extremado com o Lote 01 em 28,58 metros e lado Direito extremado com o Lote 03 em 28,58 metros. Lote 03: com área de 400,12m² (quatrocentos metros e doze décimos quadrados), fazendo Frente com a Rua Bernhard Buscke em 8,50m + 5,50m, Fundos extremado com a área remanescente em 8,50m + 5,50m, lado Esquerdo extremado com o Lote 02 em 28,58 metros e lado Direito extremado com o Lote 04 em 28,58 metros. Lote 04: com área de 400,12m² (quatrocentos metros e doze décimos quadrados), fazendo Frente com a Rua Bernhard Buscke em 14,00 metros, Fundos extremado com a área remanescente em 14,00 metros, lado Esquerdo extremado com o Lote 03 em 28,58 metros e lado Direito extremado com o Lote 05 em 28,58 metros. Lote 05: com área de 400,12m² (quatrocentos metros e doze décimos quadrados), fazendo Frente com a Rua Bernhard Buscke em 14,00 metros, Fundos extremado com a área remanescente em 14,00 metros, lado Esquerdo extremado com o Lote 04 em 28,58 metros e lado Direito extremado com o Lote 06 em 28,58 metros. Lote 06: com área de 400,12m² (quatrocentos metros e doze décimos quadrados), fazendo Frente com a Rua Bernhard Buscke em 14,00 metros, Fundos extremado com a área remanescente em 14,00 metros, lado Esquerdo extremado com o Lote 05 em 28,58 metros e lado Direito extremado a área remanescente em 28,58 metros. ÁREA REMANESCENTE com área de 41.075,28m² (quarenta e um mil e setenta e cinco metros e vinte e oito décimos quadrados), fazendo Frente com terras da Prefeitura Municipal de Trombudo Central e Ingelore Rothbarth Decker em 84,30m + 44,00m + 86,00m, Fundos extremado com terras de propriedades de Espólio de Tibério Raizer em 208,00m, lado Esquerdo extremado com terras de propriedade de Ingo Tiede em 245,50m e lado Direito extremado em 116,45 com terras de Marcos Pinheiro e Rua Bernhard Buscke + 28,58m com lote 01 + 28,00 com lote 01 e 02 + 8,50 + 5,50 com lote 03 + 42,00m com lote 04,05 e 06 + 28,58 com lote 06 + 80,55m com a Rua Bernhard Buscke e Nair Fornazari Pinheiro.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de abril de 2016.

HANELORE HEDLER

Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

**020/2016**

DECRETO 020/16 DE 08 DE ABRIL DE 2016.

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

HANELORE HEDLER, Prefeita em Exercício do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica DECRETADO ponto facultativo nas repartições públicas do Município no dia 22 de Abril de 2016 (sexta-feira), face a passagem em comemoração ao feriado de Tiradentes no dia 21 de Abril de 2016 (sexta-feira).

Art. 2º - A Secretaria da Educação e do Esporte respeitará o calendário próprio do ano letivo de 2016, ficam mantidos em forma de plantão os serviços nos Centros de Educação Infantil em regime integral no Município e, ficam ainda, mantidos os serviços de natureza essencial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de Abril de 2016.

HANELORE HEDLER

Prefeita em exercício de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).



# Tunápolis

## PREFEITURA

### PROCESSO DE COMPRA Nº.: 63/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 49/2016

Processo de Compra Nº.: 63/2016

Pregão Presencial nº: 49/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de livros, que serão destinados para os alunos das Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos. Entrega das propostas e Credenciamento até as 9h do dia 28 de abril de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 11 de abril de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

### PROCESSO DE COMPRA Nº.: 63/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 49/2016 AQUISIÇÃO DE LIVROS

Processo de Compra Nº.: 63/2016

Pregão Presencial nº: 49/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de livros, que serão destinados para os alunos das Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos. Entrega das propostas e Credenciamento até as 9h do dia 28 de abril de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 11 de abril de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

### SEXTO TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 47/2013 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 47/2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS E A EMPRESA LEONIR ENGLER.

SEXTO TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 47/2013

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 47/2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS E A EMPRESA LEONIR ENGLER.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa

Maria, neste Município, e de outro lado a empresa LEONIR ENGLER, Micro Empreendedor Individual, inscrita no CNPJ sob o nº 18.434.668/0001-02, residente e domiciliada na Rua Santa Maria, s/n, no Bairro Progresso, no Município de Tunápolis/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 47/2013.

Acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao processo acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira: ISENÇÃO DE VALOR

Fica isenta a concessionária a depositar para o município o valor de R\$ 369,17(trezentos e sessenta e nove reais e dezessete centavos) referente o mês 04/2016.

Descrição da item	Valor atual
Concessão de uso da prestação do serviço por Empresa para explorar as dependências do Ginásio Municipal "Francisco Cacildo Froelich", no que tange aos serviços de copa e cozinha e limpeza dos referidos locais.	R\$ 369,17

Justificativa:

Em razão da ocupação do ginásio durante todo o mês de abril do corrente para a realização das instalações visando a exposição da indústria e comércio da 12ª EFACITUS, necessitando para tanto toda a quadra e demais infra estruturas do ginásio durante este período, inviabilizando assim as práticas esportivas no citado período.

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 07 de abril de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Leonir Engler

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

# União do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 26/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Adm. Nº.: 26/2016	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 26/2016	
Tipo : Menor Preço/Por Item	
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SECRETARIAS DMUNICIPAIS DE UNIÃO DO OESTE.	
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 25 de abril de 2016.	
Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 25 de abril de 2016.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: <a href="mailto:compras@uniaodoeste.sc.gov.br">compras@uniaodoeste.sc.gov.br</a>	
União do Oeste - SC, 11 de abril de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

# Urussanga

## PREFEITURA

**AVISO PR 16/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

**AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016/FMS**

Objeto: aquisição PARCELADA de prestação de serviço de confecção, fornecimento e manutenção de prótese dentária. Recebimento dos envelopes: até 09h30 do dia 27/04/2016, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h30 do dia 27/04/2016. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES.

Outras informações no e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br).  
Rosane Zatta. Pregoeira

**AVISO PR 20/2016/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016/PMU

Objeto: locação de banheiros químicos para a realização da XVI Festa do Vinho, no município de Urussanga/SC, Convênio nº 2016TR000188, Processo n SDR21 2073/2016. Entrega dos envelopes: até as 11h30 dia 28/04/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 11h30 dia 28/04/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br).

**AVISO TP 04/2016/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

**AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2016/PMU**

Objeto: material e serviços para reforma dos sanitários públicos da Praça de Esportes, no Bairro da Estação, município de Urussanga/SC, convênio nº 2016TR000376, SDR21 1822/2016. Recebimento dos envelopes: até 09h15 do dia 28/04/2016, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 09h30 do dia 28/04/2016. O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados das 07h às 13h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site desta municipalidade através do item Portal da Transparência. Outras informações no e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br)

**CONTRATO N. 115/16, 116/16, 117/16, 118/16, 119/16, 120/16, 121/16, 122/16, 123/16**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 115/2016/FMS

Data de assinatura: 05/04/2016

Processo de Licitação: 16/2016/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF: 83.157.032/0001-22

Objeto: fornecimento parcelado de material de enfermagem

Valor Global: R\$ 11.954,36

Extrato do Contrato: 116/2016/FMS

Data de assinatura: 05/04/2016

Processo de Licitação: 16/2016/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF: 00.802.002/0001-02

Objeto: fornecimento parcelado de material de enfermagem

Valor Global: R\$ 10.768,12

Extrato do Contrato: 117/2016/FMS

Data de assinatura: 05/04/2016

Processo de Licitação: 16/2016/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

CNPJ/CPF: 03.033.589/0001-12

Objeto: fornecimento parcelado de material de enfermagem

Valor Global: R\$ 19.897,64

Extrato do Contrato: 118/2016/FMS

Data de assinatura: 05/04/2016

Processo de Licitação: 16/2016/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: STARMED – ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 02.223.342/0001-04

Objeto: fornecimento parcelado de material de enfermagem

Valor Global: R\$ 5.725,80

Extrato do Contrato: 119/2016/FMS

Data de assinatura: 05/04/2016

Processo de Licitação: 16/2016/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: ISAMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALARES LTDA. ME

CNPJ/CPF: 05.948.061/0001-07

Objeto: fornecimento parcelado de material de enfermagem

Valor Global: R\$ 13.611,00

Extrato do Contrato: 120/2016/FMS

Data de assinatura: 05/04/2016

Processo de Licitação: 16/2016/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ/CPF: 03.505.263/0001-40

Objeto: fornecimento parcelado de material de enfermagem

Valor Global: R\$ 18.117,80

Extrato do Contrato: 121/2016/FMS  
 Data de assinatura: 05/04/2016  
 Processo de Licitação: 16/2016/FMS  
 Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS  
 Contratado: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA  
 CNPJ/CPF: 07.164.711/0001-40  
 Objeto: fornecimento parcelado de material de enfermagem  
 Valor Global: R\$ 14.400,00

Extrato do Contrato: 122/2016/FMS  
 Data de assinatura: 05/04/2016  
 Processo de Licitação: 16/2016/FMS  
 Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS  
 Contratado: TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA  
 CNPJ/CPF: 06.555.143/0001-46  
 Objeto: fornecimento parcelado de material de enfermagem  
 Valor Global: R\$ 16.982,23

Extrato do Contrato: 123/2016/FMS  
 Data de assinatura: 05/04/2016  
 Processo de Licitação: 16/2016/FMS  
 Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS  
 Contratado: STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - EPP  
 CNPJ/CPF: 11.388.997/001-15  
 Objeto: fornecimento parcelado de material de enfermagem  
 Valor Global: R\$ 884,50

### LEI 2.763/2016

LEI Nº 2.763, de 31 de março de 2016  
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir, Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde no exercício financeiro de 2016, no Projeto Atividade 4.042 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica – PMAQ, a modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00.1038– no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme disposto nos artigos 40 a 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

3.1.90.00.00.00.00.00.1038	R\$ 100.000,00
TOTAL	R\$ 100.000,00

Art. 2º Constitui recursos para fazer face a despesa do artigo anterior, a anulação parcial na dotação do Projeto Atividade 4.042 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica – PMAQ – do Fundo Municipal de Saúde, código reduzido 32, na modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00.1038 – Aplicações Diretas, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de março de 2016.  
 JOHNNY FELIPPE  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e quatro dias do mês de março de 2016.

REGINA XAVIER  
 Assistente Administrativo

### LEI 2.764/2016

LEI Nº 2.764, de 31 de março de 2016.  
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir, Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde no exercício financeiro de 2016, no Projeto Atividade 4.001 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde, código reduzido 58, na modalidade 3.3.40.00.00.00.00.00.1038– no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), conforme disposto nos artigos 40 a 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

3.3.40.00.00.00.00.00.1038	R\$ 21.000,00
TOTAL	R\$ 21.000,00

Art. 2º Constitui recursos para fazer face a despesa do artigo anterior, as anulações das dotações do Projeto Atividade 4.005 – Manutenção da Vigilância em Saúde – Piso Fixo de Vigilância Sanitária/Saúde – do Fundo Municipal de Saúde, códigos reduzidos 53, na modalidade 3.1.90.00.00.00.00.00.1038 – Aplicações Diretas, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), e 55, na modalidade 4.4.90.00.00.00.00.00.1038- Aplicações Diretas, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de março de 2016.

JOHNNY FELIPPE  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e quatro dias do mês de março de 2016.

REGINA XAVIER  
 Assistente Administrativo

### LEI 2.765/2016

LEI Nº 2.765, de 31 de março de 2016.  
 CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º. É concedido, a título de revisão geral anual sobre as remunerações, salários, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e dos servidores da Fundação Ambiental Municipal de Urussanga – FAMU, exceto os profissionais do Magistério Público Municipal, o percentual correspondente ao acumulado do INPC do período compreendido entre maio/2015 e abril/2016, a incidir a partir de 1º de maio de 2016.

Art. 2º. É concedido, a título de revisão geral anual sobre as remunerações, salários, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos profissionais do Magistério Público Municipal o percentual 11,36% com data base em 01/01/2016, sendo pago a partir da folha de abril o percentual de 6,36%, e na folha de maio o percentual de 5% restante.

Parágrafo único. Os retroativos dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, serão pagos em 4 (quatro) parcelas nos meses de julho, agosto, setembro e outubro.

Art. 3º. Fica concedido, a título de revisão geral anual, o percentual correspondente ao acumulado do INPC do período compreendido entre maio/2015 e abril/2016, aos agentes políticos do Município, a incidir a partir de 1º de maio de 2016.

Art. 4º. Fica estabelecido aos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e dos servidores da Fundação Ambiental Municipal de Urussanga - FAMU, o piso mínimo salarial o valor de R\$888,21 (oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos) acrescido do percentual correspondente ao acumulado do INPC do período compreendido entre maio/2015 e abril/2016, a incidir a partir de 1º de maio de 2016.

Art. 5º. Fica concedido abono indenizatório no valor de R\$174,00 (cento e setenta e quatro reais), a cada servidor dos Poderes Executivo e Legislativo, dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e dos servidores da Fundação Ambiental Municipal de Urussanga - FAMU, quando do gozo de férias, vigorando de 1º de maio de 2016 a 30 de abril de 2017, limitado a um abono por servidor.

§ 1º. Caso o servidor tenha direito ao gozo de férias no período concessivo do abono, e por necessidade imperiosa da administração não venha a gozá-la, o valor do abono deverá ser pago até abril de 2017.

§ 2º. O servidor que for demitido ou pedir demissão e não tiver direito a férias integrais fará jus ao abono de que trata esta lei de forma proporcional, na razão de 1/12 por mês trabalhado.

§ 3º O servidor que possuir afastamento ao serviço superior a 180 dias não fará jus ao abono de que trata o caput.

Art. 6º. Aos servidores estatutários inativos (aposentados e pensionistas), fica assegurado o recebimento de abono no valor de R\$174,00 (cento e setenta e quatro reais), a serem pagos até 30 de dezembro de 2016.

Art. 7º. O Município concederá vale-transporte aos servidores que tiverem interesse, mediante o desconto de 6% (seis por cento) na folha de pagamento, conforme legislação federal.

Art. 8º. As horas extras prestadas aos sábados, domingos e feriados, serão pagas observando o disposto na Constituição Federal.

§ 1º. Quando da prestação de horas extras, estas deverão ser pagas em pecúnia, podendo haver a compensação de horas mediante anuência do servidor.

§ 2º. Aos motoristas da Educação vinculados ao transporte escolar serão pagos 80 horas extras por mês a 50% e mais 40 horas noturnas.

Art. 9º. É assegurando o pagamento de adicional noturno no percentual de 30% (trinta por cento) incidente sobre a hora normal trabalhada.

Art. 10. Fica assegurado o recebimento de regência de classe aos professores afastados da sala de aula por motivos de saúde que forem readaptados em outra função.

Art. 11. O Município deverá fornecer refeições aos servidores lotados na Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Agricultura, aos motoristas da Secretaria de Educação e aos motoristas de ambulância da Secretaria de Saúde.

Art. 12. A Regência de Classe, devida aos professores que preencham os requisitos legais, será no percentual de 10% (dez por cento) de seu respectivo salário base.

Art. 13. Aos servidores devidamente nomeados por meio de portaria para exercerem suas atividades laborais com utilização de motocicleta ou motoneta, será pago o adicional de periculosidade no percentual de 30% sobre o salário.

Parágrafo único - Não são consideradas perigosas, para efeito do caput:

- a) a utilização de motocicleta ou motoneta exclusivamente no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela;
- b) as atividades em veículos que não necessitem de emplacamento ou que não exijam carteira nacional de habilitação para conduzi-los;
- c) as atividades em motocicleta ou motoneta em locais privados.
- d) as atividades com uso de motocicleta ou motoneta de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

Art. 14. Fica facultado às Agentes de Saúde o gozo de férias em único período de 30 (trinta) dias consecutivos, ou em dois períodos de 15 (quinze) dias consecutivos, uma vez cumprido o período aquisitivo conforme legislação.

Art. 15. O Município de Urussanga deverá fornecer os equipamentos de proteção, individuais ou coletivos, em conformidade com os laudos de engenharia e segurança do trabalho.

Parágrafo único – Será previsto no novo Plano de Cargos e Salários a criação de uma vaga de Técnico em Segurança do Trabalho, que deverá ser ofertada por ocasião da realização de concurso público.

Art. 16. O servidor que posterior o cumprimento de sua jornada habitual de trabalho, permanecer em sua residência aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço, por ordem de seu superior hierárquico, fará jus ao Adicional de Sobreaviso a razão de 1/3 (um terço) da remuneração/hora normal.

Art. 17. O Município irá efetuar o pagamento da verba indenizatória de 1/3 de férias, juntamente com o respectivo vencimentos/salários, na folha de pagamento subsequente ao período de fruição.

§ 1º O servidor que optar por receber até dois dias antes do início do período de férias, o adiantamento do salário do período de férias acrescido de 1/3, deverá preencher requerimento no Departamento Pessoal até 15 (quinze) dias antes da fruição.

§ 2º Fica acordada a possibilidade de concessão de férias coletivas no período de 23/12/2016 à 22/01/2017, efetuando-se o pagamento dos vencimentos/salários do mês de dezembro/2016 até o último dia útil do mesmo mês, e o pagamento da verba indenizatória de 1/3 de férias conjuntamente com os vencimentos/salários do mês de janeiro/2017 até o último dia útil do mês de janeiro/2017.

Art. 18. Aos motoristas da Secretaria de Educação e aos motoristas de ambulância da Secretaria de Saúde que se deslocarem do Município de Urussanga, sem pernoite, terão direito a receberem:

- a) 15% da diária (R\$ 30,00) nos deslocamentos para a região a AMREC/AMESC/AMUREL;
- b) 25% (R\$50,00) nos deslocamentos para Florianópolis e demais regiões de SC não previstas na alínea anterior;



c) 30% da diária (R\$ 60,00) nos deslocamentos para outros Estados da Federação.

Parágrafo único – Sempre que o deslocamento exigir pernoite, deverá ser seguida a regra geral do Decreto que regulamente a concessão de diárias aos servidores municipais.

Art. 19. Os motoristas da Secretaria de Educação que se deslocarem dentro do Município terão direito a abono indenizatório no valor de R\$10,00/dia aos que laborarem até 18h30min, e de R\$ 20,00/dia aos que laborarem até 23h.

Parágrafo único - O benefício concedido por este artigo não se incorpora à remuneração do servidor para qualquer efeito legal, e não comporá nenhuma base de cálculo para qualquer outra vantagem.

Art. 20. Aos motoristas da Secretaria de Educação que laborarem extraordinariamente nos finais de semana, além do direito de receberem os percentuais previstos no art. 19, terão direito as horas-extras efetivamente trabalhadas, com o acréscimo de 50% no sábado e de 100% no domingo.

Art. 21. O Município de Urussanga deverá promover concurso público para todas as secretarias até 90 (noventa) dias após a aprovação dos projetos de lei referentes a Reforma Administrativa.

Art. 22. O Município de Urussanga efetuará o pagamento das remunerações de seus servidores até o último dia do mês em curso.

Art. 23. Será antecipado a todos os trabalhadores 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, na folha de pagamento do mês de junho.

Parágrafo único - Caso o servidor não queira receber a antecipação do seu 13º salário, deverá comunicar, por escrito, ao Departamento de Pessoal da Prefeitura até o dia 15 de junho.

Art. 24. Aos servidores que laborarem em locais insalubres ou perigosos, conforme apontado em laudo ambiental, deverá ser pago o respectivo adicional de insalubridade com base no salário-mínimo, ou o adicional de periculosidade com base no salário-base, vedado o recebimento cumulativo dos referidos adicionais.

Parágrafo único - O Município deverá fazer a revisão do Laudo Técnico Pericial com participação do sindicato, de forma que todos os trabalhadores possam ter acesso à informação correta de quais locais são insalubres ou perigosos, bem como, e o valor pago a título de adicional.

Art. 25. O Município repassará ao SISERP as verbas relativas a convênios, mensalidades e outros, até 72 (setenta e duas horas) após o pagamento das primeiras folhas aos servidores.

Art. 26. A jornada de trabalho dos servidores Municipais deverá seguir a carga-horária prevista no concurso público prestado.

Parágrafo único. Em caso de omissão no edital do concurso, a carga-horária é aquela estipulada no Estatuto dos Servidores.

Art. 27. Fica o Chefe do Poder Executivo a efetuar a liberação de até 2 (dois) dirigentes sindical, por 40 horas semanais, para o sindicato, sem qualquer prejuízo na remuneração, nos termos do art.73, §1º, da Lei Complementar 07/04.

Art. 28. As despesas inerentes à execução desta lei correm a expensas de dotações de pessoal do orçamento vigente dos Poderes Executivo e Legislativo, do SAMAE e da FAMU.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 30 de abril de 2017.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 28 de março de 2016.

JOHNNY FELIPPE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e quatro dias do mês de março de 2016.

REGINA XAVIER

Assistente Administrativo



## CÂMARA MUNICIPAL

## RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO I

Município de URUSSANGA - SC  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>209.754,86</b>	<b>-209.754,86</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>						
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>									
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.250.000,00</b>	<b>2.250.000,00</b>	<b>249.543,39</b>	<b>249.543,39</b>	<b>2.000.456,61</b>	<b>209.754,86</b>	<b>209.754,86</b>	<b>2.040.245,14</b>	<b>209.754,86</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.950.000,00	1.950.000,00	249.543,39	249.543,39	1.700.456,61	209.754,86	209.754,86	1.740.245,14	209.754,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.575.000,00	1.575.000,00	213.948,86	213.948,86	1.361.051,14	193.128,60	193.128,60	1.381.871,40	193.128,60
	375.000,00	375.000,00	35.594,53	35.594,53	339.405,47	16.626,26	16.626,26	358.373,74	16.626,26
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de URUSSANGA - SC  
CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.250.000,00	2.250.000,00	249.543,39	249.543,39	2.000.456,61	209.754,86	209.754,86	2.040.245,14	209.754,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>2.250.000,00</b>	<b>2.250.000,00</b>	<b>249.543,39</b>	<b>249.543,39</b>	<b>2.000.456,61</b>	<b>209.754,86</b>	<b>209.754,86</b>	<b>2.040.245,14</b>	<b>209.754,86</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>2.250.000,00</b>	<b>2.250.000,00</b>	<b>249.543,39</b>	<b>249.543,39</b>	<b>2.000.456,61</b>	<b>209.754,86</b>	<b>209.754,86</b>	<b>2.040.245,14</b>	<b>209.754,86</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>2.250.000,00</b>	<b>2.250.000,00</b>	<b>249.543,39</b>	<b>249.543,39</b>	<b>—</b>	<b>209.754,86</b>	<b>209.754,86</b>	<b>—</b>	<b>209.754,86</b>

FONTE:

URUSSANGA , 28/03/2016

VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CACCIATORI  
PRESIDENTE

MARIA DO CARMO MEDEIROS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.096

## RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO II

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.250.000,00	2.250.000,00	249.543,39	249.543,39	2.000.456,61	209.754,86	209.754,86	2.040.245,14
Legislativa	2.250.000,00	2.250.000,00	249.543,39	249.543,39	2.000.456,61	209.754,86	209.754,86	2.040.245,14
Ação Legislativa	2.250.000,00	2.250.000,00	249.543,39	249.543,39	2.000.456,61	209.754,86	209.754,86	2.040.245,14
TOTAL (III) = (I + II)	2.250.000,00	2.250.000,00	249.543,39	249.543,39	2.000.456,61	209.754,86	209.754,86	2.040.245,14

FONTE:

URUSSANGA, 28/03/2016

VANIR ZULEIMA MAZZUCO CACCIATORI  
PRESIDENTE

MARIA DO CARMO MEDEIROS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.096

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO III**

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA															RS 1,00
PREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
		Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)	
	RECETA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:															
URUSSANGA , 28/03/2016															
VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CACCIATORI		MARIANO CARMO MEDEIROS													
PRESIDENTE		TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.096													

## RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO IV

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016	2015		
Caixa			0,00		0,00	

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>				
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>				
<b>RECEITAS CORRENTES (MII)</b>				
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IX)</b>				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(XI) = (VIII + IX + X)</b>				

Continua 3/4

Município de URUSSANGA - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

URUSSANGA, 28/03/2016

VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CAC  
PRESIDENTE

MARIA DO CARMO MEDEIROS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CI

**RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO IX**

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)					0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)					-300.000,00
FONTE:					-

FONTE:

URUSSANGA , 28/03/2016

VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CACCIATORI  
PRESIDENTE

MARIA DO CARMO MEDEIROS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.05

**RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO V**

Município de URUSSANGA - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>	<b>SALDO</b>		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Fev 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	179.091,92
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	179.091,92
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	-179.091,92
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-179.091,92</b>

<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>	<b>PERÍODO DE REFERÊNCIA</b>	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-179.091,92</b>	<b>-179.091,92</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	<b>VALOR CORRENTE</b>
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<b><u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u></b>			
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	<b>SALDO</b>		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Fev 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

URUSSANGA, 28/03/2016

\_\_\_\_\_  
VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CACCIATORI  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
MARIA DO CARMO MEDEIROS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.C

**RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO VI**

Município de URUSSANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015		
	0,00	0,00	0,00		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.950.000,00	249.543,39	304.211,14	209.754,86	257.075,91
Pessoal e Encargos Sociais	1.575.000,00	213.948,86	207.096,68	193.128,60	207.096,68
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	375.000,00	35.594,53	97.114,46	16.626,26	49.979,23
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	1.950.000,00	249.543,39	304.211,14	209.754,86	257.075,91
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	2.250.000,00	249.543,39	304.211,14	209.754,86	257.075,91
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.250.000,00	-249.543,39	-304.211,14	-209.754,86	-257.075,91
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

URUSSANGA , 28/03/2016

VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CACCIATORI  
PRESIDENTEMARIA DO CARMO MEDEIROS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.096

**RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO VII**

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS							
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	- 0,00	0,00	- 0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	- 0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

URUSSANGA, 28/03/2016

VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CACCIATORI  
PRESIDENTE

MARIA DO CARMO MEDEIROS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.096



**RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO VIII**

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>		0,00	0,00	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	-	0,00	0,00	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	-	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	-	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	-	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996	-	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	-	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	-	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	-	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	-	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	-	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	-	0,00	0,00	0,00

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>		0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	-	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	-	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	-	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	-	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	-	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	-	0,00	0,00	0,00
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	-	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	-	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 <sup>2</sup>						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>		0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						0,00
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						0,00
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE <sup>5</sup> ((38) / (3) x 100) %						-
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		0,00	0,00

URUSSANGA, 28/03/2016

VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CACCIATORI  
PRESIDENTE

MARIA DO CARMO MEDEIROS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.096

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

**RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO X**

Município de URUSSANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/02/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

URUSSANGA , 28/03/2016

\_\_\_\_\_  
VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CACCIATORI  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
MARIA DO CARMO MEDEIROS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.096

**RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO XI**

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00					0,00

FONTE:

URUSSANGA , 28/03/2016

VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CACCIATORI  
PRESIDENTE

MARIA DO CARMO MEDEIROS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.096



**RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO XII**

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>Até o Bimestre (h)</b>	<b>% (h/IVf)*100</b>	<b>Até o Bimestre (i)</b>	<b>% (i/IVg)*100</b>
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]<sup>6</sup></b>						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de URUSSANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
					<b>100,00</b>

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+h"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $TV(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

URUSSANGA , 28/03/2016

VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CACCIATORI  
PRESIDENTEMARIA DO CARMO MEDEIROS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.096

RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO XIII

Município de URUSSANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R\$ 1,00	
		SALDO TOTAL	
		(c) = (a + b)	
		REGISTROS EFETUADOS EM 2016	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

URUSSANGA , 28/03/2016

VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CACCIATORI  
PRESIDENTE

MARIA DO CARMO MEDEIROS  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.C

**RELATÓRIO CONTÁBIL PRIMEIRO BIMESTRE 2016 - ANEXO XIV**

Município de URUSSANGA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	0,00	
Previsão Atualizada		—	0,00	
Receitas Realizadas		0,00	0,00	
Déficit Orçamentário		—	209.754,86	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	2.250.000,00	
Créditos Adicionais		—	0,00	
Dotação Atualizada		—	2.250.000,00	
Despesas Empenhadas		249.543,39	249.543,39	
Despesas Liquidadas		209.754,86	209.754,86	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		249.543,39	249.543,39	
Despesas Liquidadas		209.754,86	209.754,86	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	0,00	-179.091,92	0,00	
Resultado Primário	0,00	-209.754,86	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00	
Liquidadas	0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		0,00	300.000,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00	

Continua 1/2



Município de URUSSANGA - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>			
Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

URUSSANGA , 28/03/2016

<b>VANIR ZULEIMA MAZZUCCO CACCIATORI</b>	<b>MARIA DO CARMO MEDEIROS</b>
<b>PRESIDENTE</b>	<b>TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC Nº 17.C</b>

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **AVISO DE CANCELAMENTO EDITAL PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

AVISO DE CANCELAMENTO EDITAL PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2016

A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, através de sua comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o cancelamento do edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 29/2016, tendo por objeto a Eventual aquisição de Mão de Obra para colocação de Lajota e Meio Fio, publicado no DOM/SC – Edição nº. 1963, página 1116, no dia 30/03/2016.

Vidal Ramos, 08 de abril de 2016

Laercio da Cruz - Prefeito Municipal

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2016 - EVENTUAL AQUISIÇÃO PEÇAS**

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2016

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame para Contratação de empresa para EVENTUAL fornecimento de peças de 1ª linha de montagem para reposição em veículos da Educação, Obras e demais secretarias. A entrega será parcelada, de acordo com a necessidade.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 34/2016, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09:00 hrs do dia 25 de ABRIL de 2016.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 09:00 hrs do dia 25 de ABRIL de 2016, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 08 de abril de 2016

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 12.872/16**

DECRETO Nº 12.872/16, DE 05 DE ABRIL DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 190.027,80 (Cento e noventa mil, vinte e sete reais e oitenta centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
03 – Departamento de Ensino Infantil		
1.010 – Construção/Ampliação e Melhoria de Creches		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Aplicações Diretas	112.712,24	
07 – Secretaria Municipal de Educação		
03 – Departamento de Ensino Infantil		
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Aplicações Diretas	77.315,56	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	190.027,80	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação dos recursos vinculados do Programa Brasil Carinhoso e do Programa Proinfância do exercício de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.873/16**

DECRETO Nº 12.873/16, DE 05 DE MARÇO DE 2016.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor JOSE DE LOURDES NUNES, em caráter integral, nos termos do inciso I, § 7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a dependente presumida VITALINA NUNES e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e diante do contido no Processo Administrativo INPREVID nº 008/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida, pensão por morte, em caráter integral, nos termos do inciso I, do § 7º, do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, em face do óbito do servidor JOSE DE LOURDES NUNES, ex-portador do CPF nº 527.898.4559-72, do RG nº 1.103.496 e do PIS/PASEP nº 108.610.492.49, ex-detentor da matrícula funcional nº 1037, e ex-ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, à dependente presumida (esposa) VITALINA NUNES.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, perfazendo o montante bruto total de R\$ 1.264,17 (um mil e duzentos e sessenta e quatro reais e dezessete centavos), que serão pagos mensalmente pelo INPREVID.

Paragrafo único. O valor dos proventos será corrigido na mesma data e pelo mesmo índice conferido aos servidores aposentados que possuem paridade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Fica declarada a extinção da aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, concedida ao servidor falecido nos termos do Decreto nº 9.562/10.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de março de 2016, data do óbito do servidor, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 05 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.874/16**

DECRETO Nº 12.874/16, DE 05 DE ABRIL DE 2016.

Exonera, a pedido, Empregado Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5997/2016,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, RUI CARLOS SACRAMENTO, do emprego público de Enfermeiro – Estratégia Saúde da Família, nomeado pelo Decreto nº 11.655/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de abril de 2016.

Videira, 05 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.875/16**

DECRETO Nº 12.875/16, DE 06 DE ABRIL DE 2016

Homologa a relação preliminar dos contemplados no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo – Ano 2016, instituída pela Lei Municipal nº 2.879/13, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.879/13 no Decreto nº 10.374/13 e alterações, e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 6181/16;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a relação preliminar dos contemplados no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo – Ano 2016, instituído pela Lei Municipal nº 2.879/13, constante do Anexo Único, que faz parte integrante do presente Decreto.

§1º Os recursos a serem empregados no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo, para o exercício de 2016, correspondem o valor de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais), pagos em 10 (dez) parcelas.

§2º Fica estabelecido o prazo de recurso de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de abril de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

ANEXO ÚNICO  
DECRETO Nº 11.919/15, DE 10 DE ABRIL DE 2016.

RELAÇÃO PRELIMINAR DOS ALUNOS CONTEMPLADOS COM A BOLSA DE ESTUDOS - ANO: 2015

A Comissão Especial de Análise para Concessão de Bolsa de Estudo divulga a lista final dos contemplados no Programa de Concessão de Bolsas de Estudo a estudantes economicamente carentes, instituído pela Lei Municipal nº 2.879/2013:

LISTA PRELIMINAR DOS CONTEMPLADOS COM A BOLSA DE ESTUDOS 2016						
CONTEMPLADOS COM 40% (Quarenta por Cento)						
Nº	Nome	Curso	Instituição	Pontuação total ICB	Valor da Bolsa	Porcentagem
1	Julio Cesar Fantin	Ciência da Computação	UNOESC-Vda	780	R\$ 227,20	40%
2	Jacson Tramontin	Administração	UNOESC-Vda	760	R\$ 200,93	40%
3	Josiane Dreger Neves	Enfermagem	UNIARP-Cdor	730	R\$ 567,04	40%
4	Marco A.Peretti Santini	Eng.Controle e Automação	UNIARP-Cdor	690	R\$ 593,60	40%
5	Aline Batista	Psicologia	UNOESC-Vda	680	R\$ 368,54	40%
6	Dhyeriton Francisco F. Costa	Administração	UNIARP-Cdor	680	R\$ 260,96	40%
7	Sabrina Inhaia Carneiro	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	680	R\$ 227,39	40%
8	Mauricio Cagnin	Engenharia Civil	UNIARP-Cdor	680	R\$ 456,80	40%
9	Taline Tramontin	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	670	R\$ 458,00	40%
10	Tiago Ludwing	Processos Gerenciais	SENAC-Caçador	650	R\$ 90,00	40%
11	Fabricio Ascari	Engenharia Mecânica	UNIARP/Cdor	650	R\$ 639,63	40%
12	Rafaela Ferrari Kley	Direito	UNIARP-Cdor	650	R\$ 647,67	40%
13	Carolina Pereira Neves	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	650	R\$ 335,92	40%
14	Bruna Allebrandt Kowalski	Farmácia	UNOESC-Vda	650	R\$ 466,94	40%
15	Anderson Junior Ferreira	Mecânica	SENAI-Vda	640	R\$ 159,60	40%
16	Jacson Andrei Cardoso	Educação Física	UNIARP-Cdor	640	R\$ 335,90	40%
17	Bruno Alves de Paula	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	640	R\$ 531,51	40%
18	Nathalia Brando Scheimann	Nutrição	UNOESC-Vda	640	R\$ 285,18	40%
19	Daiane Rodrigues de Lima	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	640	R\$ 436,40	40%
20	Geovani Cardoso de Oliveira	Biotecnologia Industrial	UNOESC-Vda	640	R\$ 295,36	40%
21	Alessandra Ribas de Souza	Administração	UNOESC-Vda	640	R\$ 172,20	40%
22	Rodrigo Susin Albuquerque	Direito	UNOESC-Vda	640	R\$ 284,00	40%
23	Gean Maffi	Eletrotécnica	SENAI	630	R\$ 159,60	40%
24	Talise Denardi Dalanhhol	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	620	R\$ 284,00	40%
25	Marina de Andrade Assink	Administração	UNOESC_Vda	600	R\$ 143,20	40%
26	Gustavo de Souza Bortolozzo	Eng.Sanitaria e Ambiental	UNOESC-Vda	600	R\$ 372,40	40%
27	Naiane Dambróz	Direito	UNOESC-Vda	600	R\$ 429,19	40%
28	Wagner Perazzoli	Engenharia Mecânica	UNIARP-Cdor	600	R\$ 548,26	40%
29	Milton de Mello	Educação Física	UNOESC-Vda	600	R\$ 199,02	40%
30	Wagner Serafini	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	600	R\$ 435,17	40%
31	Raquel Trindade Dias	Ciências Contábeis	UNOESC_Vda	600	R\$ 287,04	40%
32	Iana Werminghoff	Engenharia Química	UNOESC-Vda	600	R\$ 439,87	40%
33	Simone Marin	Educação Física	UNOESC-Vda	600	R\$ 355,40	40%

34	Fabieli de C.R. Parisoto	Processos Gerenciais	SENAC-Vda	600	R\$ 153,60	40%
35	Daniela Baldissera	Psicologia	UNOESC-Joaçaba	590	R\$ 367,20	40%
36	Josiane Cristina Sambonin	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	590	R\$ 285,53	40%
37	Felipe Antonio dos Santos	Educação Física	UNOESC-Vda	590	R\$ 359,20	40%
38	Valdecir Cagnin	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	590	R\$ 170,59	40%
39	Samanta Tasca Gomes	Processos Gerenciais	SENAC-Vda	590	R\$ 153,60	40%
40	Alexandre Laskoski	Administração	UNOESC-Vda	590	R\$ 173,81	40%

## CONTEMPLADOS COM 25% (vinte e cinco por cento)

Nº	Nome	Curso	Instituição	Pontuação total ICB	Valor da Bolsa	Porcentagem
41	Danilo do Prado Jr	Direito	UNOESC-Vda	590	R\$ 170,68	25%
42	Catia A.Aguiar Nascimento	Biologia Industrial	UNOESC-Vda	590	R\$ 197,18	25%
43	Marco Antonio Melotto	Engenharia Mecânica	UNIARP-Cdor	580	R\$ 399,77	25%
44	Mariana Luiza Melotto	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	580	R\$ 195,25	25%
45	Diana Palhano	Processos Gerenciais	SENAC-Vda	580	R\$ 96,00	25%
46	Kaliana Zanelatto	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	580	R\$ 332,20	25%
47	Eduardo Deon	Eng. Prod. Mecânica	UNOESC-Joaçaba	580	R\$ 271,98	25%
48	Leonardo Deon	Eletrotécnica	SENAI	580	R\$ 99,75	25%
49	Daniele Castilho da Silva	Nutrição	UNOESC-Vda	580	R\$ 220,45	25%
50	Gildo Veroneze Junior	Nutrição	UNOESC- Vda	580	R\$ 245,00	25%
51	Iago Scapinello Soares	Eng.Sanitaria e Ambiental	UNOESC-Vda	560	R\$ 299,43	25%
52	Edson Lorenzett	Eletrotécnica	SENAI-Vda	560	R\$ 99,75	25%
53	Edson Girardi	Eletrotécnica	SENAI-Vda	560	R\$ 99,75	25%
54	Bruna Lytielli Ribeiro	Farmácia	UNOESC_Vda	560	R\$ 267,50	25%
55	Guilherme Konzler	Engenharia Civil	UNIARP-Cdor	560	R\$ 456,88	25%
56	Lucieli Aparecida Volff	Psicologia	UNOESC-Vda	560	R\$ 115,17	25%
57	Silmar Coldebela	Engenharia Mecânica	UNIARP/Cdor	550	R\$ 342,50	25%
58	Estevão Piccoli Junior	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	550	R\$ 277,75	25%
59	Cristian Demori	Agronomia	UNIARP-Cdor	550	R\$ 388,64	25%
60	Vanessa Colombo	Farmácia	UNOESC-Vda	550	R\$ 264,50	25%
61	Sabrina Perazzoli	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	550	R\$ 218,14	25%
62	Hiury Ceron Machado	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	550	R\$ 181,05	25%
63	Alessandro Nery de Medeiros	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	550	R\$ 271,14	25%
64	Raquel Kucinski	Administração	UNOESC-Vda	550	R\$ 179,40	25%
65	Arthur Henrique Barboza	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	550	R\$ 179,40	25%
66	Charlene da Rosa Alves	Educação Física	UNOESC-Vda	550	R\$ 161,64	25%
67	Adriana Magalhães	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	550	R\$ 160,55	25%
68	Sandra Karling	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	540	R\$ 179,40	25%
69	Rafael Suyta Dias Ribeiro	Direito	UNOESC-Vda	540	R\$ 347,73	25%
70	Camila Testolin	Direito	UNOESC-Vda	540	R\$ 238,44	25%
71	Karoline Vanz	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	540	R\$ 160,55	25%
72	Cleiton Cordeiro de Matos	Agronomia	UNIARP-Cdor	540	R\$ 388,64	25%
73	Débora Aparecida dos Santos	Mecânica	SENAI-Vda	540	R\$ 99,75	25%
74	Tatiane Rodrigues de Oliveira	Psicologia	UNIARP-Cdor	540	R\$ 288,23	25%
75	Loranna Denardi	Farmácia	UNOESC-Vda	530	R\$ 145,92	25%
76	Marcio Padilha dos Santos	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	520	R\$ 143,50	25%
77	Cleni Aparecida Gaio	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$ 110,01	25%
78	Fabiola de Oliveira	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	510	R\$ 332,20	25%
79	Enayle Djulian de Oliveira	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC_Vda	510	R\$ 286,25	25%
80	Jordana Ariotti	Direito	UNOESC-Vda	510	R\$ 260,00	25%



81	Alison Camilo	Direito	UNOESC-Vda	510	R\$ 327,86	25%
82	Anderson Antonio de Souza	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	510	R\$ 332,20	25%
83	Claudia Barivieira	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	510	R\$ 320,74	25%
84	Thais Elias	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	510	R\$ 142,12	25%
85	Gustavo Dalves Bevilaqua	Eletrotécnica	SENAI	510	R\$ 99,75	25%
86	Luana Cividini	Psicologia	UNOESC-Vda	510	R\$ 229,50	25%
87	Mariana Martinazzo Manenti	Educação Física	UNOESC-Vda	510	R\$ 186,58	25%
88	Mauricio Lamonatto	Ciência da Computação	UNOESC-Vda	510	R\$ 179,40	25%
89	Guilherme Alves Chaves	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$ 125,58	25%
90	Julia da Rosa	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	510	R\$ 142,02	25%
91	Andrey Willian Perin	Eletromecânica	SENAI-Vda	510	R\$ 99,75	25%
92	Cristiane Ribeiro	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$ 116,61	25%
93	Rafael Martins	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	510	R\$ 182,70	25%
94	Aline D.da Silva Matos	Biotecnologia Industrial	UNOESC-Vda	500	R\$ 197,18	25%
95	Adriani Aparecida da Silva	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	500	R\$ 109,85	25%
96	Sander Tiago Demori	Engenharia Elétrica	UNIARP-Cdor	500	R\$ 285,55	25%
97	Priscila Tomalak	Administração	UNOESC-Vda	500	R\$ 179,40	25%
98	Tatiana Claudia Neves Moreira	Administração	UNOESC-Vda	500	R\$ 197,34	25%
99	Marina Raldi	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	500	R\$ 179,40	25%
100	Lais Helena da Silva	Psicologia	UNOESC-Vda	500	R\$ 236,20	25%
101	Edite Melanha Cruz	Psicologia	UNOESC_Vda	500	R\$ 230,33	25%
102	Daniela Domingues dos Santos	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	490	R\$ 179,40	25%
103	Aline Roberti	Letras	UNIARP/Cdor	490	R\$ 152,80	25%
104	Daniela Cavin	Administração	UNOESC-Vda	490	R\$ 107,64	25%
105	Paulo Roberto de Souza Jr	Administração	UNOESC-Vda	490	R\$ 195,25	25%
106	Lauana Scalabrin	Farmácia	UNOESC-Vda	480	R\$ 245,00	25%
107	Lais Pilonetto	Direito	UNOESC-Vda	480	R\$ 268,25	25%
108	Joseane Aparecida Lascoski	Educação Física	UNOESC-Vda	480	R\$ 222,13	25%
109	Rafaela Nesi Balena	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	470	R\$ 230,93	25%
110	Thiago Maia	Administração	UNOESC-Vda	470	R\$ 179,40	25%
111	Elides Risardi	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	470	R\$ 135,57	25%
112	Vinicius Parolin	Direito	UNOESC-Vda	470	R\$ 327,86	25%
113	Alef Alex da Silva	Processos Gerenciais	SENAC-Vda	470	R\$ 96,00	25%
114	Rodrigo Zenere	Mecânica	SENAI-Vda	470	R\$ 99,75	25%
115	Gilson Luiz Langer	Eletromecânica	SENAI-Vda	470	R\$ 99,75	25%
116	Tayonara Dutra	Engenharia Química	UNOESC-Vda	460	R\$ 286,38	25%
117	Monandra Barbacovi	Farmácia	UNOESC-Vda	460	R\$ 218,88	25%
118	Sidnei Piccoli	Eng.Sanitaria e Ambiental	UNOESC-Vda	460	R\$ 268,98	25%
119	Daniela Quagliotto F.de Lima	Direito	UNOESC-Vda	460	R\$ 178,83	25%
120	Vinicius Perazzoli de Queiroz	Direito	UNOESC-Vda	460	R\$ 260,50	25%
121	Rafael Delany	Direito	UNOESC-Vda	460	R\$ 228,50	25%
122	Caroline Queiroz Amaral	Direito	UNOESC-Vda	460	R\$ 228,50	25%
123	Ruana Sopelsa Buratto	Direito	UNOESC-Vda	460	R\$ 129,16	25%
124	Ana Claudia de Moraes Kulh	Direito	UNOESC-Vda	460	R\$ 268,25	25%
125	Marana Baseggio Fantin	Psicologia	UNOESC-Vda	460	R\$ 229,50	25%
126	Eduarda Paula Viero	Farmácia	UNOESC-Vda	460	R\$ 271,79	25%
127	Cristiane Bortoloso	Farmácia	UNOESC-Vda	460	R\$ 267,52	25%
128	Taisa Piacentini Cagnin	Engenharia Civil	UNIARP-Cdor	460	R\$ 399,77	25%
129	Eduardo Rosa	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	460	R\$ 142,00	25%
130	Leonardo Thibes	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	460	R\$ 177,50	25%

131	Amanda Serighelli Pertussatti	Administração	UNOESC-Vda	460	R\$ 125,58	25%
132	Karla Aparecida Pires	Processos Gerenciais	SENAC-Vda	460	R\$ 96,00	25%
133	Raquel Bisol	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	460	R\$ 125,97	25%
134	Luiz Carlos Spanholi	Educação Física	UNOESC- Vda	450	R\$ 173,26	25%
135	Alan Perazzoli Torcatto	Direito	UNOESC-Vda	450	R\$ 228,51	25%
136	Valesca Ferreira	Engenharia Química	UNOESC-Vda	450	R\$ 274,92	25%
137	Bruno Deon Dias	Educação Física	UNOESC-Vda	450	R\$ 222,13	25%
138	Ketlyn Andressa Moraes	Educação Física	UNOESC-Vda	450	R\$ 168,80	25%
139	Dionatan Zini	Engenharia Civil	UNIARP-Cdor	450	R\$ 285,55	25%
140	Leticia Mazureck	Biotechnology Industrial	UNOESC-Vda	450	R\$ 197,18	25%
141	Ismael Felipe Alves	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	450	R\$ 272,94	25%
142	Romilda da Veiga	Processos Gerenciais	SENAC- Vda	420	R\$ 96,00	25%
143	Rubiane Talita Baroncello	Administração	UNOESC-Vda	420	R\$ 197,34	25%
144	Larissa Alves Crivilatti	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	R\$ 177,50	25%
145	Lucas Moresco	Direito	UNOESC-Vda	420	R\$ 208,64	25%
146	Mateus Pedro Rossete	Eng. Prod. Mecânica	UNOESC-Joaçaba	420	R\$ 277,86	25%
147	Andressa Grifante	Direito	UNOESC-Vda	420	R\$ 198,70	25%
148	Daniela Toniazzo	Eng.Sanitaria e Ambiental	UNOESC-Vda	420	R\$ 232,89	25%
149	Neocemar Delazari	Agronomia	UNIARP-Caçador	420	R\$ 291,48	25%
150	João Guilherme Corso	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	420	R\$ 146,97	25%
151	Joel Denardi	Administração	UNOESC-Vda	420	R\$ 125,58	25%
152	Victor Mesalira	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	420	R\$ 272,75	25%
153	Grasiele Samara Pagliarini	Nutrição	UNOESC-Vda	420	R\$ 222,80	25%
154	Gabriela da Maia	Administração	UNOESC-Vda	420	R\$ 106,69	25%
155	Joselaine Tesk	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	420	R\$ 283,43	25%
156	Daiana Batista Viergutz	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	R\$ 181,30	25%
157	Sibele Schultz	Direito	UNOESC-Joaçaba	420	R\$ 186,77	25%
158	Deise Ribeiro de Campos	Administração	UNOESC-Vda	420	R\$ 197,34	25%
159	Jian Vitor Giazioni	Psicologia	UNOESC-Vda	410	R\$ 230,25	25%
160	Andriela Ildebrando	Psicologia	UNOESC- Vda	410	R\$ 234,09	25%
161	Franciane Zager	Psicologia	UNIARP-Cdor	410	R\$ 209,45	25%
162	Lucas Fruet	Engenharia S.e Ambiental	UNOESC-Vda	410	R\$ 133,08	25%
163	Alessandro Eger	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	410	R\$ 179,40	25%
164	Nicolý Pereira Velho	Farmácia	UNOESC-Vda	410	R\$ 218,88	25%

## LISTA DE ESPERA

165	Franciele Conte da Silva	Direito	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%
166	Pedro Henrique Cagnin	Eletrotécnica	SENAI	410	Lista de espera	25%
167	Amanda Cristina Zanella	Pedagogia	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%
168	Thainara Hach	Direito	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%
169	Janiara Rita Kniecik	Administração	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%
170	Daiane Coppini	Engenharia Química	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%
171	Amanda Moriggi	Farmácia	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%
172	Camila Coppini	Farmácia	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%
173	Nadja Marques da Silva	Fisioterapia	UNIARP-Cdor	410	Lista de espera	25%
174	Natani Tauana Bulla	Design	UNOESC- Vda	410	Lista de espera	25%
175	Lilian Stiehl dos Santos	Fisioterapia	UNOESC-Joaçaba	410	Lista de espera	25%
176	Christian Pereira Padilha	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%
177	Mauricio Teles Rezende	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%
178	Vinicius Fabian	Engenharia Mecânica	UNIARP-Cdor	410	Lista de espera	25%
179	Diana Comachio	Administração	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%

180	Rayana Pontes Boeira	Farmácia	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%
181	Luana Patricia de Souza	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%
182	Tamara Cardoso dos Santos	Psicologia	UNOESC-Vda	410	Lista de espera	25%
183	Elizangela Candiago Fracanabia	Administração	UNOESC-Vda	400	Lista de espera	25%
184	Vagner Luis Colpani	Processos Gerenciais	SENAC-Vda	400	Lista de espera	25%
185	Daniel Castilho da Silva	Educação Física	UNOESC-Vda	400	Lista de espera	25%
186	Wellinton Centofante Pereira	Direito	UNOESC-Vda	380	Lista de espera	25%
187	Leandro Rosa	Eng.Automação Elétrica	UNIARP-Cdor	380	Lista de espera	25%
188	Julia Debatin	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	25%
189	Wesley Bridi Rigo	Design	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	25%
190	Katia Tais Rossi	Biotechnology Industrial	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	25%
191	Natalia de Oliveira	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	25%
192	Felipe Lourenço de Mello	Administração	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	25%
193	Gabrielli Zanuso Forti	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	25%
194	Ana Paula Cesco	Administração	UNOESC_Vda	370	Lista de espera	25%
195	Gabrielle Adada	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	25%
196	Ketlyn Stoeckle	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	25%
197	Roselaine Fatima da Silva	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	370	Lista de espera	25%
198	Tais Cristina A. dos Santos	Ciências Contábeis	UNOESC- Vda	370	Lista de espera	25%
199	Douglas Michelin dos Santos	Direito	UNOESC-Vda	360	Lista de espera	25%
200	Camila Maurer Rodrigues	Direito	UNOESC-Vda	360	Lista de espera	25%
201	Ezequiel Lorenci	Agronomia	UNIARP-Cdor	360	Lista de espera	25%
202	Dieine Kissiane Dambrós	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	360	Lista de espera	25%
203	Samara Rampon Bolzan	Nutrição	UNOESC-Vda	360	Lista de espera	25%
204	Maria Helena Dutra	Administração	UNOESC-Vda	360	Lista de espera	25%
205	Luiz Eduardo Scheidt	Eng.Sanitária Ambiental	UNOESC_Vda	360	Lista de espera	25%
206	Franciele de Souza	Farmácia	UNOESC-Vda	350	Lista de espera	25%
207	Bruno de Souza	Eletromecânica	SENAI-Vda	350	Lista de espera	25%
208	Magno Valkarengi Ozório	Eng. Sanitaria e Ambiental	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	25%
209	Larissa dos Reis	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	25%
210	Henrique Fiorese	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	25%
211	Régis Tiago Dias	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	330	Lista de espera	25%
212	Jaine Pitol	Engenharia San.Ambiental	UNOESC_Vda	320	Lista de espera	25%
213	Adilson Stirma	Administração	UNOESC-Vda	320	Lista de espera	25%
214	Lizandra Dall Agnol	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	320	Lista de espera	25%
215	Bianca Luiza Soares	Direito	UNOESC-Vda	310	Lista de espera	25%
216	Josivana Raldi	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	310	Lista de espera	25%
217	Ana Cristina Santos	Psicologia	UNOESC-Vda	300	Lista de espera	25%
218	Andressa Bianchin	Educação Física	UNOESC-Vda	300	Lista de espera	25%
219	Marraly Hortência da Silva	Nutrição	UNOESC-Vda	280	Lista de espera	25%
220	Debora Cristina Zago	Psicologia	UNOESC-Vda	270	Lista de espera	25%
221	Camila da Silva	Direito	UNOESC-Vda	270	Lista de espera	25%
222	Marcelo Zanon	Administração	UNOESC- Vda	270	Lista de espera	25%
223	Kaliane Girioli Vieira	Psicologia	UNOESC-Vda	260	Lista de espera	25%
224	Adriana Viergutz	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	260	Lista de espera	25%
225	Nathalia Schmitt	Direito	UNOESC-Vda	180	Lista de espera	25%

## Indeferidos

1	Lidia Vidal de Miranda
2	Jhonatan Granzotto

3	Monique Regina Bonikowski
4	Felipe Heusy
5	Andreza De Avila
6	Julian do Amaral Walter
7	Fernando Rosa dos Santos
8	Adrieli do Amaral
9	Aline Rocha Norlok
10	Bruna Thomazi
11	Karol Anne Krasmann
12	Bruna Perazzoli
13	Thais Renata Terci
14	Everton Luiz Zancanaro
15	Richardt Pereira de Jesus
16	Rosemeri Mascarello
17	Bruno Domingos Favarin
18	Daniela Perazzoli
19	Karoline Aparecida Bottega
20	Karine Stirma Bevilaqua
21	Alan do Amaral Walter
22	Thalia Stratmann

Videira, 06 de abril de 2016.

Integrantes da Comissão Especial de Análise:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Videira

Representante da Associação Comercial de Videira

Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas

Assistente Social representante da Secretaria da Saúde e Ação Social

## **PORTARIA Nº 0290/16**

PORTARIA nº 0290/16

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

### **RESOLVE**

Art. 1º Designar NADIR BIZZOTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.067.029-85, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, matrícula nº 125.896-8, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do contrato administrativo nº CT 45/2016, Tomada de Preços nº 01/2016-PMV, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica (C.A.U.Q), sobre pavimento existente com pedras irregulares tipo basalto, nas ruas Veneriano dos Passos e Luiz Ferlin Senior, ambas no Bairro Centro, área total da pavimentação de 3.783,35 m², incluindo material e mão de obra, de acordo com os projetos, Memorial Descritivo e quantitativo (anexos ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0302/16**

PORTARIA nº 0302/16

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5825/16,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional do servidor LEONILDO DIAS, Motorista III, o qual será computado em dobro, totalizando 123 (cento e vinte e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01/02/1991 a 30/06/1994.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de abril de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0303/16**

PORTARIA Nº 0303/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00025/16-1, nos assentos funcionais da servidora MARLENE COSTA DE SOUZA, detentora da matrícula funcional nº 13697, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5914/2016,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora MARLENE COSTA DE SOUZA, detentora da matrícula funcional nº 13697, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00025/16-1, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de abril de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**RESCISÃO Nº 06/2016**

TERMO DE RESCISÃO Nº 06/2016

Termo de Rescisão nº 06/2016.

Ata de Registro de Preços nº 85/2015.

Pregão Presencial nº 52/2015-PMV.

Contratado: NACIONAL ASFALTOS LTDA EPP.

Objeto: Rescindir a Ata de Registro de Preços nº 85/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 52/2015-PMV, tendo em vista o indeferimento pedido de reequilíbrio econômico financeiro pleiteado para o item, cessando a partir de 08/04/2016 para ambas as partes quaisquer obrigações, inclusive futuras, relativas ao objeto contratado, independentemente de qualquer pagamento ou indenização.

Valor: R\$ 2.350,00

Data: 08/04/2016.

**RESULTADO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TP 03/2016-PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2016-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAR PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E DRENAGEM NA RUA RICIERI SAUGO, PARTE DA RUA ALOIS SPORR E PARTE DA RUA ARNALDO F. PAULMICHL (ITEM 01) E PARTE DA RUA RIBEIRÃO PRETO E PARTE DA TRAVESSIA LIMEIRA (ITEM 02), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa Consest Pré-Moldados Ltda no item 01 com o valor de R\$ 162.987,90 (cento e sessenta e dois mil novecentos e oitenta e sete reais e noventa centavos) e no item 02 com o valor de R\$ 64.119,66 (sessenta e quatro mil cento e dezenove reais e sessenta e seis centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 08 de Abril de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 - FMS

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o descritivo do objeto referente ao edital do Pregão Presencial nº 12/2015 - FMS, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDO PARA ABRIGAR A AMBULÂNCIA DO SAMU DA UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. A referida alteração implica nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e no formulário proposta, entretanto, fica mantida a data de abertura do certame para o dia 02 de maio de 2016 às 14h00min, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 08 de Abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 015/2016

Processo de Licitação 015/2016

Modalidade: Pregão 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISICAO DE SERVICOS DE RECAPE VULCANIZO PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 22 de Abril de 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 11 de abril de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 090

LEI COMPLEMENTAR Nº 090, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, de acordo com o índice econômico INPC (IBGE), acumulado no ano de 2015, o valor de 11,2762% de revisão geral anual, nos termos do Artigo 37, inciso X da Constituição Federal, sobre o salário do mês de março de 2016, aos servidores do Município de Vitor Meireles, dos Poderes Executivo e Legislativo, passando-se a aplicar os anexos desta Lei. Parágrafo Único – A reposição salarial que trata o caput tem como base a data base de reajuste do funcionalismo público, fixada pelo parágrafo 2º do art. 39 da Lei Complementar nº 007/2003.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, de acordo com o índice econômico INPC (IBGE), acumulado no ano de 2015, o valor de 11,2762% de revisão ao subsídio de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais de Vitor Meireles, nos termos do Artigo 37, inciso X da Constituição Federal.

Art. 3º - O menor piso salarial a ser pago a servidor com regime de 40 (quarenta) horas semanais será o salário mínimo nacional.

Art. 4º - O teto salarial a ser pago a servidor com regime de 40 (quarenta) horas semanais será o subsídio do Prefeito Municipal, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, conforme estabelecido no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 04 de abril de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

ANEXO V – LC 049/2009

GRUPOS OCUPACIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, FUNÇÕES, E NÍVEL DE VENCIMENTO

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

40 HORAS SEMANAIS

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Farmacêutico	X-1	2.961,11	3.295,01
1	Advogado	X-1	2.961,11	3.295,01
2	Assistente Social	IX-1	2.493,56	2.774,74
1	Bioquímico	IX-1	2.493,56	2.774,74
1	Contador	XII-1	3.896,19	4.335,53
1	Controlador Interno	XI-1	3.428,65	3.815,27

3	Enfermeiro	X-1	2.961,11	3.295,01
2	Engenheiro Agrônomo	XI-1	3.428,65	3.815,27
1	Engenheiro Civil	XI-1	3.428,65	3.815,27
3	Médico Clínico Geral	XV-1	10.130,12	11.272,41
3	Médico da ESF	XV-1	10.130,12	11.272,41
2	Médico Veterinário	XIII-1	4.597,53	5.115,96
1	Nutricionista	IX-1	2.493,56	2.774,74
4	Odontólogo	XIV-1	5.844,31	6.503,33
1	Engenheiro Florestal	XI-1	3.428,65	3.815,27
1	Fisioterapeuta	XI-1	3.428,65	3.815,27
2	Psicólogo	XI-1	3.428,65	3.815,27
1	Turismólogo	IX-1	2.493,56	2.774,74
2	Fiscal de Tributos	VIII-1	2.181,87	2.427,90
1	Fiscal de Obras e Posturas	VIII-1	2.181,87	2.427,90

## GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO – ATM

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Técnico em Agropecuária	V-1	1.278,03	1.422,14
3	Técnico em Enfermagem	VI-1	1.527,30	1.699,52
2	Técnico em Contabilidade	VIII-1	2.181,87	2.427,90
1	Técnico em Defesa Ambiental	V-1	1.278,03	1.422,14
1	Técnico em Processamento de Dados	V-1	1.278,03	1.422,14
1	Topógrafo	VI-1	1.527,30	1.699,52
15	Agente Administrativo e Operacional	VII-1	1.761,07	1.959,65
1	Fiscal de Vigilância Epidemiológica	VI-1	1.527,30	1.699,52
1	Fiscal de Vigilância Sanitária	VI-1	1.527,30	1.699,52
2	Auxiliar de Consultório Odontológico	V-1	1.278,03	1.422,14

## GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES – AAU

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
23	Agente Comunitário de Saúde - ESF	II-1	829,87	923,45
10	Auxiliar de Enfermagem	V-1	1.278,03	1.422,14
2	Telefonista	IV-1	1.161,84	1.292,85
2	Auxiliar de Gabinete Odontológico	IV-1	1.161,84	1.292,85
1	Fiscal de Vigilância Sanitária Epidemiológica	VI-1	1.527,30	1.699,52

## GRUPO IV – TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS – TSG

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Almoxarife	IV-1	1.161,84	1.292,85
2	Instalador Hidráulico	IV-1	1.161,84	1.292,85
2	Mecânico	VI-1	1.527,30	1.699,52
25	Motorista	IV-1	1.161,84	1.292,85
15	Operador de Máquinas	V-1	1.278,03	1.422,14
22	Servente/Merendeira	II-1	829,87	923,45
10	Auxiliar de Manutenção e Conservação	II-1	829,87	923,45
15	Auxiliar de Serviços Gerais	II-1	829,87	923,45
1	Auxiliar de Mecânico	III-1	937,78	1.043,53
2	Guarda do Patrimônio Público	IV-1	1.161,84	1.292,85

## TABELA DE SUBSÍDIOS/VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REMUNERAÇÃO ANTERIOR	REMUNERAÇÃO ATUAL
1	Chefe de Gabinete	XI-1	3.428,65	3.815,27
7	Diretor Municipal	VIII-1	2.181,87	2.427,90

## ANEXO VIII

## TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
I	701,85	743,96	788,60	835,91	886,07	939,23	995,59	1.055,32	1.118,64	1.185,76	1.256,91	1.332,32	1.412,26	1.497,00	1.586,82	1.682,02
II	923,45	978,86	1.037,59	1.099,84	1.165,83	1.235,78	1.309,93	1.388,53	1.471,84	1.560,15	1.653,76	1.752,98	1.858,16	1.969,65	2.087,83	2.213,10
III	1.043,53	1.106,14	1.172,51	1.242,86	1.317,43	1.396,48	1.480,27	1.569,08	1.663,23	1.763,02	1.868,80	1.980,93	2.099,79	2.225,77	2.359,32	2.500,88
IV	1.292,86	1.370,43	1.452,66	1.539,82	1.632,21	1.730,14	1.833,95	1.943,98	2.060,62	2.184,26	2.315,32	2.454,23	2.601,49	2.757,58	2.923,03	3.098,41
V	1.422,15	1.507,48	1.597,93	1.693,80	1.795,43	1.903,16	2.017,35	2.138,39	2.266,69	2.402,69	2.546,85	2.699,67	2.861,65	3.033,34	3.215,34	3.408,27
VI	1.699,53	1.801,50	1.909,59	2.024,17	2.145,62	2.274,35	2.410,82	2.555,46	2.708,79	2.871,32	3.043,60	3.226,22	3.419,79	3.624,98	3.842,47	4.073,02
VII	1.959,66	2.077,24	2.201,87	2.333,99	2.474,03	2.622,47	2.779,82	2.946,60	3.123,40	3.310,80	3.509,45	3.720,02	3.943,22	4.179,81	4.430,60	4.696,44
VIII	2.427,91	2.573,58	2.728,00	2.891,68	3.065,18	3.249,09	3.444,04	3.650,68	3.869,72	4.101,90	4.348,02	4.608,90	4.885,43	5.178,56	5.489,27	5.818,63
IX	2.774,74	2.941,22	3.117,70	3.304,76	3.503,05	3.713,23	3.936,02	4.172,18	4.422,51	4.687,86	4.969,14	5.267,28	5.583,32	5.918,32	6.273,42	6.649,83
X	3.295,02	3.492,72	3.702,28	3.924,42	4.159,89	4.409,48	4.674,05	4.954,49	5.251,76	5.566,87	5.900,88	6.254,93	6.630,23	7.028,04	7.449,72	7.896,71
XI	3.815,28	4.044,20	4.286,85	4.544,06	4.816,70	5.105,71	5.412,05	5.736,77	6.080,98	6.445,84	6.832,59	7.242,54	7.677,09	8.137,72	8.625,98	9.143,54
XII	4.335,54	4.595,67	4.871,41	5.163,70	5.473,52	5.801,93	6.150,05	6.519,05	6.910,19	7.324,80	7.764,29	8.230,15	8.723,96	9.247,40	9.802,24	10.390,37
XIII	5.115,96	5.422,92	5.748,29	6.093,19	6.458,78	6.846,31	7.257,09	7.692,51	8.154,06	8.643,31	9.161,91	9.711,62	10.294,32	10.911,98	11.566,69	12.260,70
XIV	6.503,33	6.893,53	7.307,14	7.745,57	8.210,30	8.702,92	9.225,10	9.778,60	10.365,32	10.987,24	11.646,47	12.345,26	13.085,98	13.871,14	14.703,40	15.585,61
XV	11.272,42	11.948,77	12.665,69	13.425,63	14.231,17	15.085,04	15.990,14	16.949,55	17.966,52	19.044,52	20.187,19	21.398,42	22.682,32	24.043,26	25.485,86	27.015,01

## ANEXO IV – LC 048/2009

## QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

## TABELA DE VENCIMENTOS

## 20 HORAS SEMANAIS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
I	1.005,85	1.066,20	1.130,17	1.197,98	1.269,86	1.346,05	1.426,82	1.512,43	1.603,17	1.699,36	1.801,32	1.909,40	2.023,97	2.145,41	2.274,13	2.410,58
II	1.224,80	1.298,29	1.376,19	1.458,76	1.546,28	1.639,06	1.737,40	1.841,65	1.952,15	2.069,27	2.193,43	2.325,04	2.464,54	2.612,41	2.769,16	2.935,30
III	1.347,27	1.428,11	1.513,79	1.604,62	1.700,90	1.802,95	1.911,13	2.025,80	2.147,34	2.276,18	2.412,76	2.557,52	2.710,97	2.873,63	3.046,05	3.228,81
IV	1.455,01	1.542,31	1.634,85	1.732,94	1.836,92	1.947,13	2.063,96	2.187,80	2.319,06	2.458,21	2.605,70	2.762,04	2.927,77	3.103,43	3.289,64	3.487,02
V	1.526,12	1.617,69	1.714,75	1.817,63	1.926,69	2.042,29	2.164,83	2.294,72	2.432,40	2.578,35	2.733,05	2.897,03	3.070,85	3.255,10	3.450,41	3.657,44

Obs. As referências acima equivalem à carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Jornada maior ou menor implica diferenciação para mais ou para menos, no valor do vencimento, proporcionalmente.

## ANEXO I – LC 022/2006

## TABELA SALARIAL

QUANT.	CARGO	REMUNERAÇÃO ANTERIOR	REMUNERAÇÃO ATUAL
3	Médico da ESF	10.130,12	11.272,42
3	Odontólogo da ESF	5.844,31	6.503,33
3	Enfermeiro da ESF	2.961,11	3.295,02
3	Técnico de Enfermagem da ESF	1.527,30	1.699,53
23	Agente Comunitário de Saúde da ESF	829,87	923,45

## ANEXO I – LC 056/2010

## GRUPO – DIREÇÃO SUPERIOR – DSU

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Assessor Jurídico	X-1	2.961,11	3.295,02
1	Diretor Geral	X-1	2.961,11	3.295,02

## ANEXO III – LC 056/2010

## GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Assessor Legislativo	X-1	2.961,11	3.295,02
1	Advogado	X-1	2.961,11	3.295,02

## GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO – ATP

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Técnico em Contabilidade	X-1	2.961,11	3.295,02
1	Agente Legislativo	X-1	2.961,11	3.295,02

## GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES – PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO – AAU

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Auxiliar Administrativo	VI-1	1.527,30	1.699,53

## GRUPO IV – SERVIÇOS GERAIS – TSG

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Agente de Serviços Gerais	V-1	1.278,03	1.422,15

**LEI Nº 0951**

LEI N. 0951, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DA TERCEIRA IDADE MENSAGEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Clube da Terceira Idade Mensageiro, entidade civil sem fins lucrativos ou econômicos, constituída em 23 de março de 1998, com sede à Rua Afonso de Oliveira, n. 115, bairro Palmitos, município de Vitor Meireles (SC).

Art. 2º Ficam assegurados à referida entidade, todos os benefícios, vantagens e obrigações previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 08 de abril de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 073/2016**

PORTARIANº 073/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve,

## RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 176/2014, de 01 de outubro de 2014, publicada no DOM/SC de 06 de outubro de 2014, onde se lê: "JOICE BATISTA DA SILVA" leia-se "JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 08 de abril de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE ABRIL DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0035/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0035/2016, tendo como objeto os Serviços de Transporte de Atletas do Município, por Km rodado, com os Veículos Ônibus, Microônibus e Van. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 26/04/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 08 de abril de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº AJG 072/2016

#### DECRETO Nº AJG 072/2016

DETERMINA A REVERSÃO AMIGÁVEL DO LOTE CENTRAL DA QUADRA B DA CHÁCARA Nº 399, DO LOTEAMENTO JARDIM DONA ADÉLIA, COM 1.920,00m², E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a decisão proferida no Processo Administrativo n. 011/2015 (fls. 22/23), que determinou a reversão amigável, ao patrimônio do Município de Xanxerê, do lote central da quadra "B", da chácara nº 399, do loteamento Jardim Dona Adélia, com 1.920,00m²;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a reversão amigável da doação formalizada em favor da entidade Associação Turma da Sheemya, atualmente denominada de ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE XANXERÊ, cadastrada no CNPJ sob nº 01.935.973/0001-85, através da lei municipal nº 2317/1997, conforme previsto no §2º do art. 2º da referida lei.

Parágrafo único – O imóvel objeto da reversão é o lote central da quadra "B", da chácara nº 399, do loteamento Jardim Dona Adélia, com 1.920,00m², registrado sob matrícula nº 12.341 no Cartório de Registro de Imóveis de Xanxerê.

Art. 2º Por se tratar de medida consensual, eis que decorrente da total concordância da entidade, a reversão dar-se-á sem que ocorra indenização de qualquer benfeitoria realizada pela entidade no imóvel.

Art. 3º Determino sejam promovidas as ações necessárias para a formalização da reversão, lavrando-se a respectiva escritura pública e efetivando-se a sua averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Xanxerê.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 07 de abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AJG 073/2016

#### DECRETO Nº AJG 073/2016

ALTERA MEMBRO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PARCERIAS VINCULADAS AO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o membro da Comissão Especial Julgadora de Processos Administrativos dos Códigos de Hierarquia do Sistema Viário, Parcelamento do Solo Urbano, Obras, Zoneamento de Ocupação do Solo, nomeado pelo decreto nº AJG 014/2016, substituindo-se o membro Jorge Luiz Antonioli pelo novo membro RIVAEEL SANDER FRESCHI.

Art. 2º. Permanecem em vigor as demais disposições contidas no Decreto nº AJG 014/2016, de 26 de janeiro de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 07 de abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AJG 075/2016

#### DECRETO Nº AJG 075/2016

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EDITAL Nº 001/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos, conforme relação anexa, parte integrante desde Decreto, referente ao Edital nº 001/2016, de 09 de março de 2016, da Secretaria Municipal de Saúde, considerando-os aptos para realizarem o teste seletivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 11 de abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal



**EXTRATO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0011/2015**

Extrato 4º Aditivo ao Contrato nº 0011/2015

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Digimaq Multimarcas Com. de Maq. E Suprim. Ltda

Objeto: Locação e Manutenção de Impressoras Multifuncionais com fornecimento de suprimentos (Toner) para Impressoras.

Fica aditado ao Contrato Originario a Locação e Manutenção de 07 (sete) Impressoras, com estimativa de 7.000 (sete mil) cópias mensais no valor de R\$0,03 (três centavos) a cópia, para a 4ª Companhia de Polícia Militar e prorrogado o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses contados a partir de 08 de abril de 2016 vigorando até 07 de abril de 2017.

Xanxerê-SC, 08 de abril de 2016. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AJG 106/2016**

PORTARIA Nº RH-AJG 106/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 20 (vinte) dias a partir de 11.04.2016 a 30.04.2016 a Servidora Pública Municipal Sra. ROSANE PAIN FRAGA, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 5.249.290-7 e CPF 054.483.519-05, nomeada conforme Decreto nº EB 025/08, no cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 01117/2016, datado de 08.04.2016.

A Licença Prêmio concedida refere-se ao período de:

08.06.2009 a 07.06.2012: 13 (treze) dias,

08.06.2012 a 07.06.2015: 07 (sete) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir do dia: 11.04.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 08 de Abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 026/2016 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: MARANGONI E CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA ME.

Contrato nº: 026/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE DOCUMENTOS E BASES LEGAIS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.

Data da Assinatura: 07/04/2016.

Vigência: 30/06/2016.

Valor do Contrato: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).

**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 023-2016 PMXV - 01 EDEMAR PRADELLA**

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 023/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa EDEMAR PRADELLA ME, inscrita no CNPJ nº 11.839.279/0001-18, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Grasiel Pradella, portador do CPF nº 055.640.849-77, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 023/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando fornecimento de almoço para os servidores de todos os Departamentos do Município de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde, demais Fundo, Polícia Civil e Militar, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 023/2016 PMXV.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
01	1.500,00	Unidade	15,00	Almoços na forma de "marmitas" compostos, no mínimo, por: carne, saladas, feijão, arroz, pão, 1 (uma) variedade de massa (macarrão, lasanha) e outra variedade de comida, com peso médio de 1 quilograma e meio litro de refrigerante diverso. Para ser retirado em empresa localizada no Centro do Município a uma distância de no máximo 500 metros da sede Administrativa Municipal.

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 023/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 08 de abril de 2016.

EDEMAR PRADELLA ME  
Grasiel Pradella

MAURO JUNES POLETTTO,  
Prefeito Municipal.

**TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 023-2016 PMXV - 02 ELIZANDRO CAMPAGNOLO**  
TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 023/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa ELIZANDRO CAMPAGNOLO ME, inscrita no CNPJ nº 11.839.279/0001-18, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Elizandro Campagnolo, portador do CPF nº 898.050,119-68, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 023/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando fornecimento de almoço para os servidores de todos os Departamentos do Município de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde, demais Fundo, Polícia Civil e Militar, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 023/2016 PMXV.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
02	1.500,00	Unidade	15,00	Almoços na forma de "marmitas" compostos, no mínimo, por: carne, saladas, feijão, arroz, pão, 1 (uma) variedade de massa (macarrão, lasanha) e outra variedade de comida, com peso médio de 1 quilograma e meio litro de refrigerante diverso. Para ser retirado em empresa localizada no Distrito de Linha das Palmeiras a uma distância de no máximo 500 metros do posto de Saúde de Linha das Palmeiras.

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 023/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 08 de abril de 2016.

ELIZANDRO CAMPAGNOLO ME  
Elizandro Campagnolo

MAURO JUNES POLETTTO,  
Prefeito Municipal.

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE DESERÇÃO DE PREGÃO 20/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 34/2016 – PREGÃO PRESENCIAL N. 020/2016

OBJETO: Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preço contratação de serviços para a execução de remendos de calçamento em vias urbanas do município.

A Pregoeira do Município de Xaxim torna público para conhecimento dos interessados, que o certame acima referenciado deflagrou-se DESERTO, considerando a inexistência de licitantes na sessão.

Xaxim (SC), 08 de abril de 2016.

Fabírcia Antunes Paz  
Pregoeira

### AVISO DE PREGÃO 30/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 054/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 030/2016 - SRP

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preços para aquisição de material e mão de obra para pintura do CEACA, de acordo com o edital e seus anexos. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 15 min do dia 25 de abril de 2016, procedendo à abertura às 08h: 30 min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 08 de abril de 2016.

Idacir Antônio Orso  
Prefeito

### AVISO DESERÇÃO DE PREGÃO 22/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 37/2016 – PREGÃO PRESENCIAL N. 022/2016

OBJETO: Registro de preço para aquisição de material de construção para fabricação de tubos. Através da Secretaria de Infraestrutura e Departamento de Serviços Urbanos e Rurais do município de Xaxim

A Pregoeira do Município de Xaxim torna público para conhecimento dos interessados, que o certame acima referenciado deflagrou-se DESERTO, considerando a inexistência de licitantes na sessão.

Xaxim (SC), 08 de abril de 2016.

Fabírcia Antunes Paz  
Pregoeira

### DECRETO 182

DECRETO Nº. 182/2016.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 1650868208.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 07 de abril de 2016, a servidora municipal ROSMARI BEAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITORA DE CEIM, portadora da matrícula 428, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de abril de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

### DECRETO 183

DECRETO Nº. 183/2016.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 1709594940.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, por aposentadoria, a partir de 08 de abril de 2016, o servidor municipal ROBERTO LUIZ DALL AGNOL, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, portador da matrícula 6325, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de abril de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

#### **DECRETO 184**

DECRETO Nº. 184/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, ROQUE ARNELSO SARTORI FACHINETTO, CPF: 048.233.889-09, para exercer o cargo de MONITOR SOCIAL DESPORTIVO, código 055, categoria ATC (ATIVIDADES TÉCNICO CIENTÍFICO), nível 030, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 11 de abril de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, deste Município de Xaxim – SC, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de abril de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras  
Secretário Municipal de Administração

#### **DECRETO 185**

DECRETO Nº. 185/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, DEOCLECIO BERTOLDI, CPF: 008.046.879-94, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, código 1100, Categoria VI (AGENTES DE SAÚDE E COMBATE A ENDEMIAS), nível 008, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 11 de abril de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º O referido servidor desempenhará suas atividades no Núcleo 14 – ESF Alvorada.

Art. 3º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de abril de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras  
Secretário Municipal de Administração



# Associações

## AMERIOS

### ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS AMERIOS - CONTENDO A 3ª ALTERAÇÃO

ESTATUTO SOCIAL CONTENDO A 3ª ALTERAÇÃO

#### TÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

##### CAPÍTULO I

DOS REGISTROS, DENOMINAÇÃO, SEDE, REPRESENTAÇÃO E ÁREA DE ATUAÇÃO.

##### Seção I – Dos Registros

Art. 1º - A Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, fundada em 05 de dezembro de 1995, tendo seus atos constitutivos registrados sob o nº 690 às folhas 019 e verso do Livro A nº 1 em data de 12/12/1995, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos da Comarca de Maravilha (SC), passam a regular-se por este Estatuto Social, reformado por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 29 de fevereiro de 2016 na sede administrativa da AMERIOS, no município de Maravilha (SC), conforme ata nº 01/2016.

##### Seção II – Da Denominação e Sede

Art. 2º - A Associação dos Municípios do entre Rios, também denominada pela sigla AMERIOS, é pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza civil, de duração indeterminada, com sede administrativa na Avenida Euclides da Cunha, 160, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral da Associação poderá alterar a sede, mediante motivação relevante e plenamente justificada, bem como aprovar sub-sedes operacionais regionais de acordo com a necessidade da Associação.

##### Seção III – Da Representação

Art. 3º - A Associação dos Municípios do Entre Rios AMERIOS, será representado legalmente pelo seu Presidente, eleito pela Assembleia Geral dentre os Chefes dos Poderes Executivos Associados.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral, bem como a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da AMERIOS (Associação dos Municípios do Entre Rios), será concomitantemente a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do CIS/AMERIOS (Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS) e do CIGAMERIOS (Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios).

##### Seção IV – Da Área de Atuação

Art. 4º - A área de atuação da Associação AMERIOS será formada pela soma do território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Parágrafo único - Em caso de interesse comum, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, a Associação poderá exercer atividades fora de sua unidade territorial.

#### CAPÍTULO II

#### DA CONSTITUIÇÃO

Art. 5º - Constituem o presente Estatuto os seguintes Municípios:  
I – O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.594.009/0001-30, com endereço na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 120, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. AIRTON ANTONIO REINEHR, portador do CPF nº 569.504.709-91 e RG nº 1.835.845, residente e domiciliado no município de Bom Jesus do Oeste/SC.

II – O MUNICÍPIO DE CAIBI, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 82.940.776/0001-56, com sede à Rua dos Imigrantes, nº 499, Centro, CEP 89.888-000, telefone (49) 3648-0211, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. DILAIR MENIN, brasileiro, portador do CPF nº 530.968.519-72 e RG nº 1.719.274, residente e domiciliado no município de Caibi/SC.

III - O MUNICÍPIO DE CAMPO-ERÊ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.026.765/0001-28, com sede na Rua 1º de Maio, 736, Centro – CEP 89980-000, telefone (49) 3655- 3000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. RUDIMAR BORCIONI, brasileiro, portador do CPF nº 621.359.109-53 e RG nº 1.656.103, residente e domiciliado no município de Campo Erê/SC.

IV – O MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.021.147/0001-95, com sede na Rua Moura Brasil, 1639, Centro, CEP 89.890-000, telefone (49) 3646- 3304, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, brasileiro, portador do CPF nº 949.929.169-53 e RG nº 1.878.282, residente e domiciliado no município de Cunha Porã/SC.

V – O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.612.116/0001-44, com sede na Avenida 29 de Setembro, 450, Centro, CEP 89.886-000, telefone (49) 3338- 0010, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. MARCOS ANTONIO THEISEN, brasileiro, portador do CPF nº 477.305.289-91 e RG nº 1.611.259, residente e domiciliado no município de Cunhataí/SC.

VI – O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.566.621/0001-08, com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, Centro, CEP 89.878-000, telefone (49) 3668-1000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ROGÉRIO PERIN brasileiro, portador do CPF nº 024.900.719-39 e RG nº 3.456.574, residente e domiciliado no município Flor do Sertão/SC.

VII – O MUNICÍPIO DE IRACEMINHA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 80.623.606/0001-12, com sede na Rua Dona Paulina, 780, Centro, CEP 89.891-000, telefone (49) 3665-3200, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. BRUNO ROBERTO PAN, brasileiro, portador do CPF nº 594.338.509-63 e RG nº 1.716.764, residente e domiciliado no município de Iraceminha/SC.

VIII – O MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 82.821.190/0001-72, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, CEP 89.874-000, telefone (49) 3664-0044, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, a Sra. ROSIMAR MALDANER, brasileira, portadora do CPF nº 579.587.699-20 e RG nº 1.125.457, residente e domiciliada no município de Maravilha/SC.

IX – O MUNICÍPIO DE MODELO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, CEP 89.872-000, telefone (49) 3365- 3137, neste ato representado por seu Prefeito



Municipal, o Sr. RICARDO LUIS MALDANER, brasileiro, portador do CPF nº 987.238.989-68 e RG nº 2.996.527, residente e domiciliado no município de Modelo/SC.

X – O MUNICÍPIO DE PALMITOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 85.361.863/0001-47, com sede na Rua Independência, 100, Centro, CEP 89.887-000, telefone (49) 3647 9600, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NORBERTO PAULO GONZATTI, brasileiro, portador do CPF nº 657.445.519-72 e RG nº 12R2.232.527, residente e domiciliado no município de Palmitos/SC.

XI – O MUNICÍPIO DE RIQUEZA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 95.988.309/0001-48, com sede na Rua João Mari, nº 55, Centro, CEP 89.895-000, telefone (49) 3675-0033, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. MANFRIED RUTZEN, brasileiro, portador do CPF nº 430.862.099-68 e RG nº 712.938, residente e domiciliado no município de Riqueza/SC.

XII – O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.821.182/0001-26, com sede na Rua 12 de Outubro, nº 242, Centro, CEP 89.908-000, telefone (49) 3624- 1000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. VALDOCI SAUL, brasileiro, portador do CPF nº 789.420.989.91 e RG nº 1.851.230, residente e domiciliado no município de Romelândia/SC.

XIII – O MUNICÍPIO DE SALTINHO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.844/0001-56, com sede na Rua Álvaro Costa, nº 545, Centro, CEP 89.981-000, telefone (49) 3656-0044, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. LUIZ DE PARIS, brasileiro, portador do CPF nº 605.204.859.04 e RG nº 13/R-1.947.330, residente e domiciliado no município de Saltinho/SC.

XIV – O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.847/0001-90, com sede na Rua Tancredo Neves, nº 337, Centro, CEP 89.983-000, telefone (49) 3657-0001, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. JACOB GILMAR JUNGES, brasileiro, portador do CPF sob o nº 525.785.509-72 e RG nº 1.656.779-0, residente e domiciliado no município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

XV – O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 80.912.124/0001-82, com sede na Rua São Luiz, nº 210, Centro, CEP 89.879-000, telefone (49) 3667-0050, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, portador do CPF sob o nº 469.398.579-15 e RG nº 5.041.812, residente e domiciliado no município de São Miguel da Boa Vista/SC.

XVI – O MUNICÍPIO DE SAUDADES, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.881/0001-54, com sede na Rua Castro Alves, 279, Centro, CEP 89.868-000, telefone (49) 3334 0143, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. DANIEL KOTHE, brasileiro, portador do CPF sob o nº 022.894.309-43 e RG nº 3.127.754, residente e domiciliado no município de Saudades/SC.

XVII – O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.566.620/0001-55, com sede na Rua Felipe Bacinski, sem número, Centro, CEP 89.875-000, telefone (49) 3658-0068, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. RUDIMAR FRANCISCO GUTH, portador do CPF nº 430.346.169-53 e RG nº 11.272.826, residente e domiciliado no município de Tigrinhos/SC.

Parágrafo Único - Serão automaticamente admitidos na Associação os Municípios criados por emancipação administrativa, bem como outros que assim desejam desde que ocorra aprovação em Assembleia Geral e autorizada por lei municipal.

### CAPITULO III

#### DO PRAZO DE DURAÇÃO E FINALIDADE

#### Seção I – Do Prazo de duração

Art. 6º – A Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS vigorará por prazo indeterminado.

#### Seção II – Da Finalidade

Art. 7º - São finalidades da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS:

§ 1º – Ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, prestando-lhes assistência técnica relacionada com as seguintes atividades:

##### I - Atividade meio dos Municípios associados:

- a) Apoiar os municípios associados no sentido de promover a modernização administrativa, através da reorganização dos serviços públicos municipais, dando-se ênfase especial aos serviços técnico-administrativos, treinamento e aperfeiçoamentos dos servidores municipais;
- b) Apoiar os municípios associados na adoção de normas vigentes, visando promover a uniformização dos procedimentos administrativos;
- c) Cooperar e assessorar os municípios associados na elaboração de minutas e revisão da legislação de forma a promover a melhoria das administrações municipais;
- d) Reivindicar e defender os interesses dos municípios associados junto aos órgãos federais, estaduais e regionais;
- e) Promover e colaborar com os municípios associados, na adoção de medidas de incentivos fiscais visando o desenvolvimento comercial, industrial, prestação de serviços e a agropecuária, através do aproveitamento de dos recursos naturais, materiais e mão de mão de obra disponível, fomentando políticas que buscam investimentos provenientes de outras regiões e estados;
- f) Elaborar planos administrativos de acordo com os planos municipais, compreendendo: programa de obras, empreendimentos e serviços públicos microrregionais, com o objetivo de institucionalizar a continuidade administrativa dos municípios associados, sobrepondo-a a temporalidade dos mandatos executivos;
- g) Coordenar medidas para implantação do Planejamento local integrado na abrangência da Associação;
- h) Participar de convênios e contratos para financiamento de estudos, planos e projetos de interesse de seus associados.

##### II - Atividade fim dos Municípios associados:

- a) Criar e estimular políticas de conservação e bom uso dos recursos naturais renováveis, notadamente as relacionadas com a preservação dos mananciais d'água, da fauna e flora, bem como incentivo ao reflorestamento dos municípios associados;
- b) Elaborar, propor e executar medidas, visando o incremento da produção primária, secundária e terciária dos municípios associados;
- c) Promover iniciativas para elevar as condições de bem estar econômico e social da população rural dos municípios associados;
- d) Elaborar, assessorar, executar ou contratar, de acordo com as técnicas funcionais existentes ou disponíveis para a contratação, cursos, planos, programas e projetos relacionados com:
  - 1) Educação, cultura, saúde pública, assistência e promoção social, habitação e urbanismo;
  - 2) Serviços, obras públicas e saneamento básico;
  - 3) Transporte, comunicação e eletrificação urbana e rural;
  - 4) Agropecuária, comércio, indústria e prestação de serviços;
  - 5) Administração, tributação, finanças e informática;
  - 6) Formação, atualização e aperfeiçoamento de pessoal para exercer as funções de Pregoeiros e respectiva equipe de apoio, Presidentes e membros de Comissões de licitações e contratos administrativos e demais cursos e treinamentos de servidores da abrangência da AMERIOS.

§2º - Promover o estabelecimento da cooperação intermunicipal

intergovernamental, visando:

I – Manter e disponibilizar arquivos atualizados referentes as normas e a legislação vigentes que versam sobre órgãos públicos e instituições, inclusive programas de assistência social, técnica e financeira aos municípios associados;

II – Gestionar e conjugar recursos técnicos e financeiros dos Municípios Estados e União, mediante acordos, convênios ou contratos, para solução de problemas socioeconômicos comuns;

III – Reivindicar a descentralização dos serviços públicos estaduais e federais, de interesse dos municípios associados;

IV – Estimular e promover o intercâmbio técnico-administrativo a nível intermunicipal, estadual e federal;

V – Elaborar e propor estudos e levantamentos socioeconômicos e políticos, sobre os problemas e potencialidades da região Entre Rios, que indiquem prioridades para atendimento pelos poderes públicos.

§ 3º - Organizar e promover com o apoio dos municípios associados, a EXPOMERIOS, Feira de Produtos Coloniais, Artesanato, Máquinas e Equipamentos para pequenas Agroindústrias, Shows Artísticos e Culturais com Talentos de toda a região da AMERIOS.

Art. 8º - Para cumprir as suas finalidades, a Associação poderá:

§ 1º - Adquirir e/ou receber em doação ou seção de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

§ 2º - Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais.

## TÍTULO II

### DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

#### CAPÍTULO I

##### DOS DIREITOS DOS SÓCIOS

Art. 9º – Constituem direitos dos sócios:

I - participar das Assembleias Gerais e discutir assuntos submetidos à apreciação dos associados;

II - votar e ser votado;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento da associação.

#### CAPÍTULO II

##### DOS DEVERES DOS SÓCIOS

Art. 10 – Constituem deveres dos sócios:

I - cumprir e fazer cumprir o Estatuto;

II - acatar as determinações dos órgãos da Associação;

III - cumprir as obrigações e compromissos contraídos com a Associação;

IV - cooperar para a ordem, prestígio e desenvolvimento da Associação, municípios associados e com a região;

V - comparecer às reuniões e Assembleias Gerais.

## TÍTULO III

### DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

#### CAPÍTULO I

##### DA ESTRUTURA

Art. 11 - A AMERIOS terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria Executiva;

III - Conselho Fiscal.

### Seção I – Da Assembleia Geral

Art. 12 - Constitui-se Órgão máximo desta Associação, a Assembleia Geral formada por todos os Prefeitos, que se reunirá ordinariamente e extraordinariamente, por iniciativa do Presidente ou de no mínimo 2 (dois) municípios Associados.

§1º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos municípios associados tendo cada um, direito a (01) um voto.

§ 2º - A Assembleia Geral será presidida pelo representante legal da associação, que é o Presidente da Diretoria Executiva ou pelo Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 13 - As reuniões ordinárias da Assembleia Geral deverão ser realizadas no mínimo, uma vez a cada bimestre, e sua convocação se dará em forma de Edital de Convocação com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Parágrafo Único - As reuniões extraordinárias da Assembleia Geral serão realizadas por convocação que se dará em forma de Edital de Convocação com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

### Seção II - Da Diretoria Executiva

Art. 14 - A Diretoria Executiva é o órgão executivo da AMERIOS.

§ 1º - A Diretoria Executiva será constituída por Presidente, Vice Presidente, Secretário, Vice Secretário e Tesoureiro.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pela Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios associados, para o mandato de 01 (um) ano e empossados automaticamente no dia 01 de janeiro, exceto no caso previsto no art. 44 § 3º deste estatuto.

§ 3º - A AMERIOS será representada legalmente pela Assembleia Geral através do Presidente da Diretoria Executiva, eleito pela Assembleia Geral dentre os Chefes dos Poderes Executivos da Associação.

Art. 15 – A renúncia, destituição ou vacância do cargo de presidente será preenchida automaticamente pelo Vice-presidente que completará o restante do mandato. Empossado o Vice-presidente ou ocorrendo nova renúncia, destituição ou vacância, o cargo de Presidente será ocupado imediatamente pelo Prefeito com mais idade que deverá tomar as seguintes providencias no curso da Assembleia Geral:

I – Se a renúncia for coletiva de toda diretoria, o Presidente em exercício convocará imediatamente uma Assembleia Geral Extraordinária que elegerá e empossará a nova Diretoria;

II - Se a renúncia for somente do Presidente da Diretoria e o Vice-presidente não aceitar o cargo, a sessão será suspensa por 30 (trinta) minutos, verificada a presença da maioria simples dos associados, o Presidente ou quem estiver no exercício da presidência, promoverá a eleição dentre os Chefes do Poder Executivo presentes que manifestarem interessados ao cargo, empossando-o imediatamente sem que ocorram alterações nos demais cargos da Diretoria, sendo que o novo Presidente empossado assumirá reabrindo a sessão da Assembleia em curso.

Parágrafo único – Se a renúncia ao cargo for de outro membro da Diretoria que não seja o Presidente e o respectivo suplente ou vice não aceitar o cargo, o procedimento para a substituição será da forma prevista no inciso anterior, com a sessão presidida pelo Presidente titular.

Art. 16 – É permitida excepcionalmente, em casos de impedimentos legais dos demais associados, uma recondução/reeleição para os cargos de Presidente e Vice-presidente da associação, sendo possível sua participação em novo pleito eleitoral após um intervalo de uma eleição.

### Seção III – Do Conselho Fiscal

Art. 17 - O Conselho Fiscal é o órgão de controle social e fiscalização da AMERIOS.

§ 1º - O Conselho Fiscal será constituído por Três Membros Efetivos

e Três Suplentes.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios associados, para o mandato de 01 (um) ano e empossados sempre no dia 01 de janeiro, exceto no caso previsto no art. 44 § 3º deste estatuto.

## CAPÍTULO II

### DAS COMPETÊNCIAS

#### Seção I – Da Assembleia Geral

Art. 18 - Compete a Assembleia Geral:

- I - deliberar, em última instância sobre os assuntos gerais da Associação;
- II - aprovar e modificar Regimentos Internos da Associação, bem como deliberar e dispor sobre os casos omissos neste Estatuto;
- III - deliberar sobre o quadro de pessoal e a remuneração de seus empregados, determinar suas admissões, bem como a contratação de serviços terceirizados;
- IV - apreciar, até 28 de fevereiro de cada ano as contas do exercício anterior, prestadas pela Diretoria Executiva e analisadas previamente pelo Conselho Fiscal;
- V - prestar contas ao órgão conessor dos auxílios e subvenções que a associação venha a receber;
- VI - deliberar sobre as cotas de contribuição dos municípios associados, bem como a aplicação do índice de reajuste;
- VII - autorizar a alienação de bens livres da associação, bem como o seu oferecimento como garantia de operações de crédito;
- VIII - deliberar sobre a exclusão de participantes;
- IX - propor e deliberar sobre a alteração do presente Estatuto;
- X - autorizar a entrada de novos participantes;
- XI - contratar serviços e produtos que forem necessários para o pleno funcionamento da Associação;
- XII - deliberar sobre a mudança da sede;
- XIII – promover eleições para Diretoria e Conselho Fiscal;

#### Seção II – Da Diretoria Executiva

Art. 19 - Compete a Diretoria Executiva:

- I - promover a execução das atividades da Associação;
- II - propor a Estrutura Administrativa de seus serviços, submetida à aprovação da Assembleia Geral;
- III - elaborar as Prestações de Contas dos auxílios e subvenções concedidas para a associação para ser apresentada pela Assembleia Geral ao Órgão Conessor;
- IV - dar publicidade anualmente do Balanço Anual da Associação de acordo com a legislação vigente;
- V - providenciar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;

#### Seção III – Do Presidente da Diretoria Executiva

Art. 20 - Compete ao Presidente da Diretoria Executiva:

- I – Convocar a Assembleia Geral;
  - I - presidir as reuniões da Assembleia Geral;
  - II - dar posse aos membros do Conselho Fiscal;
  - IV - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente;
  - V - movimentar em conjunto com o Tesoureiro da AMERIOS, as contas bancárias e os recursos da associação;
  - VI - Aos demais membros da Diretoria, competem substituir os titulares e apoiar para o funcionamento adequado da AMERIOS.
- § 1º - Os Entes da Federação associação poderão ser representados pela associação, através de seu Presidente, para tratar de assuntos exclusivos do objeto da associação, perante outras esferas de Governo, que terá o encargo de representar ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou

convênios bem como constituir procuradores.

§ 2º - Através do Presidente, a Associação AMERIOS poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar de assuntos relacionados com seu objetivo e suas finalidades previstas neste Estatuto, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

- I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;
- II – prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;
- III – Definir e formalizar através de Resolução, Contratos ou Termos Aditivos, sobre remuneração, revisão salarial, alteração de carga horária, função, rescisão e demissão dos empregados e prestadores de serviços terceirizados;
- IV – outras situações de interesse comum dos associados, desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral.

#### Seção IV – Do Conselho Fiscal

Art. 21 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - fiscalizar mensalmente a contabilidade da associação;
  - II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e convenientes quaisquer operações econômicas ou financeiras da entidade e propor a Assembleia Geral a contratação de auditorias;
  - III - emitir parecer sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas a Assembleia Geral pela Diretoria da Assembleia Geral e pela Diretoria Executiva;
- Art. 22 - O Conselho Fiscal, através da maioria absoluta de seus integrantes, convocará obrigatoriamente, a Diretoria da Assembleia Geral para as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

## T I T U L O IV

### DO QUADRO DE PESSOAL, PATRIMÔNIO, DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

#### CAPÍTULO I

##### DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 23 – A Associação poderá contratar empregados para desenvolverem as atividades fins e meios previstos neste estatuto. O critério para contratação dos empregados deve ser através de seleção simplificada, levando em consideração a escolaridade e a qualificação técnica.

Parágrafo único – A Associação poderá contratar estagiário de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 24 – Os cargos, bem como atribuições e exigências serão dispostos no Plano de Cargos e Salários da Associação.

§ 1º - Os empregados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral da Previdência Social, bem como aos demais direitos e deveres previstos na legislação vigente.

Art. 25 – A revisão geral anual de salários fica assegurada sempre no mês de janeiro de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, bem como o índice de aumento do salário mínimo, obedecendo ao sindicato do CREA e CAU, conforme legislação.

§ 1º - A aplicação da revisão geral anual de salários dar-se-á mediante Resolução aprovada pelo Presidente da Associação.

§ 2º - A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as

referências constantes da Tabela de Referências Salariais.

Art. 26 - A Assembleia Geral poderá conceder aumento real da remuneração em percentuais diferenciados para cada categoria.

Art. 27 - Os empregados serão ressarcidos pelas despesas de viagens realizadas a serviço da associação ou municípios associados, mediante apresentação das notas fiscais e o relatório de serviços ou roteiro.

Art. 28 - Fica autorizada a contratação temporária de pessoas físicas ou jurídicas prestadores de serviços terceirizados em caráter residual e não serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§1º - A duração do contrato que se refere o caput obedecerá à legislação civil vigente.

§ 2º - O critério para contratação dos serviços terceirizados, pessoa física ou jurídica, sempre que possível, deve ocorrer através de seleção simplificada, levando em consideração a escolaridade, habilitação e a qualificação técnica.

§ 3º - A remuneração a ser paga pelo serviço terceirizado será fixada em importância equivalente à referência salarial para o respectivo cargo, de acordo com o Plano de cargos e salários vigente na Associação, não podendo ser inferior ao mínimo da classe.

## CAPÍTULO II

### DO PATRIMÔNIO

Art. 29 - O patrimônio da AMERIOS será constituído:

I - pelos bens e direitos que possui e que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos, por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo Único - Os entes Associados poderão ceder recursos humanos, bens móveis e imóveis para a Associação, respeitada sua legislação própria.

## CAPÍTULO III

### DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 30 - Constituem recursos financeiros da AMERIOS:

I - a quota de contribuição mensal dos municípios integrantes, estabelecida e aprovada em Assembleia Geral;

II - a remuneração dos próprios serviços prestados;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - a quota de inscritos dos associados.

Parágrafo Único - Os serviços financeiros e pagamentos em geral, somente serão realizados mediante autorização expressa através de assinaturas manuais ou eletrônicas conjuntas do Presidente e o Tesoureiro em exercício do cargo.

## CAPÍTULO IV

### DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 31 - Terão acesso ao uso dos equipamentos e serviços da AMERIOS todos aqueles sócios que contribuírem para a sua aquisição.

Art. 32 - Tanto o uso dos equipamentos como dos serviços serão regulamentados em cada caso pelos respectivos associados.

Art. 33 - Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada associado poderá colocar a disposição da Associação os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, de acordo com a regulamentação que for aprovada com os associados.

## TÍTULO V

### DA RETIRADA, EXCLUSÃO DE SÓCIOS E DA DISSOLUÇÃO

#### CAPÍTULO I

##### DA RETIRADA

Art. 34 - Cada sócio poderá se retirar, a qualquer momento da AMERIOS desde que denuncie sua participação com prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo da cota de serviços a que tenha direito, até sua efetiva retirada.

#### CAPÍTULO II

##### DA SUSPENSÃO E EXCLUSÃO

Art. 35 - Serão suspensos temporariamente os serviços da Associação ao participante que venha ficar em atraso com a mensalidade até a regularização.

Parágrafo Único - Ao persistir a situação, o município não terá direito aos serviços prestados pela Associação e será excluído do mesmo quando completos seis meses a partir do início do exercício.

Art. 36 - Será igualmente excluído da Associação o participante que deixar de efetuar o pagamento das contribuições mensais devidas pelo prazo de sessenta dias.

Parágrafo único - A exclusão prevista neste artigo não exime o participante do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente e como ativo participante.

Art. 37 - O Associado que optou pela retirada ou que foi excluído, que queira reingressar na AMERIOS, pagará a título de luva, um valor equivalente ao de sua quota quando Associado, com a devida correção monetária.

#### CAPÍTULO III

##### DA DISSOLUÇÃO

Art. 38 - A Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, somente será dissolvido por decisão da Assembleia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esse fim, e pelo voto de no mínimo dois terços de seus membros.

Art. 39 - Em caso de dissolução da AMERIOS, depois de atendidos todas as indenizações e demais exigências da legislação em vigor nessa data, seu patrimônio será revertido proporcionalmente para os municípios associados, de acordo com o montante dos recursos entregues à Associação.

## TÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 - A Alienação dos Bens e alteração do Estatuto da AMERIOS, somente poderão ser autorizadas e aprovadas respectivamente pelo voto de no mínimo dois terços dos membros da Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 41 - Ressalvadas as exceções expressamente previstas no presente Estatuto, todas as demais deliberações serão tomadas pelo voto de maioria dos presentes.

Art. 42 - Havendo consenso entre seus membros, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 43 - Os votos de cada membro da Assembleia Geral serão singulares, independentemente dos investimentos feitos pelo município que representam a Associação.

Art. 44 - Os membros da Diretoria da Assembleia Geral, membros



da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e membros integrantes de colegiados não serão remunerados, considerando-se, entretanto de alta relevância os serviços por eles prestados.

Art. 45 - Os municípios sócios da AMERIOS respondem solidariamente pela Associação.

Parágrafo único - Os membros da Diretoria da AMERIOS não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome da Associação, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Estatuto.

Art. 46 - O exercício social coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e Prestação de contas.

Parágrafo Único - Até o dia 28 de fevereiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Presidente da Assembleia Geral, para deliberação em sessão da Assembleia Geral, o Balanço do Exercício anterior, com o Parecer do Conselho Fiscal.

Art. 47 - Constitui direito de qualquer dos sócios, quando adimplente com suas obrigações, de exigir o pleno cumprimento das cláusulas deste Estatuto.

## CAPITULO II

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 48 - No período compreendido entre o término do mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal, coincidente com o término do mandato dos Prefeitos Municipais, será a AMERIOS administrado pelo Chefe do Poder Executivo consorciado mais idoso.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal da gestão anterior ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados, podendo participar da Assembleia Geral que apreciará suas contas.

Art. 49 - Os casos omissos ao presente estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Art. 50 - As normas do presente Estatuto Social entrarão em vigor a partir do seu registro no Ofício de Registro Civil - Títulos e Documentos - Pessoas Jurídicas, do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Art. 51 - Este Estatuto Social será publicado na sua íntegra no Diário Oficial dos Municípios - DOM, de acordo com a Resolução nº 013/2015 - AMERIOS, para todos os efeitos legais.

Maravilha (SC), 31 de março de 2006.

DILAIR MENIN

PRESIDENTE DA AMERIOS

PREFEITO DE CAIBI/SC

## AMREC

### ATA Nº03 DE 31-03-2016 - REUNIÃO DOS PREFEITOS

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AMREC NR 03 DE 31 DE MARÇO DE 2016 - FAX: Nº 003/2016 - CONVOCAÇÃO. PRESENÇAS NO LIVRO 05 - FLS. 28 - HORÁRIO: 17 HORAS - PLENARINHO DA AMREC.

Aos trinta e um dias do mês de março de 2016, os prefeitos da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) se reuniram no Plenarinho da AMREC, para a terceira reunião da Assembleia Geral ordinária do ano de 2016. A reunião contou com a presença do presidente da AMREC e prefeito de Balneário Rincão, Décio Gomes Góes; de Siderópolis, Hélio Roberto Cesa; de Cocal do Sul, Ademir Magagnin; de Forquilha, Vanderlei Alexandre; do contador da AMREC, Jacimar Torres; do advogado da AMREC, Giovanni Dagostin Marchi; do diretor do CIASAMREC, Felipe Bez Fontana Cambruzzi; do diretor executivo da AMREC, José Roberto Madeira. O presidente da AMREC deu boas vindas aos presentes e iniciou a reunião passando a palavra para o professor da UNESC, Jorge Luiz Vieira, que apresentou o projeto sobre o Escritório Modelo Interdisciplinar da UNACET. Segundo o professor, que estava acompanhado do também professor da UNESC, Miguel Pousadela, e da bolsista Dyene Mafioletti, o objetivo do projeto é prestar Assistência Técnica permanente às Prefeituras Municipais, associações de municípios, associações de moradores, organizações não governamentais e condomínios residenciais de baixa renda, na elaboração de projetos de habitação de interesse social, equipamentos comunitários e equipamentos urbanos, proporcionando aos acadêmicos dos cursos de graduação da Unidade Acadêmica de Ciências, Engenharias e Tecnologias (UNACET) um espaço para os mesmos poderem aplicar os saberes apreendidos ao longo da sua formação, em projetos de extensão que respondam às demandas das comunidades carentes dos Municípios da AMREC. O presidente da AMREC, Décio Góes, informou aos demais prefeitos que tomou a liberdade de assinar um documento de intensão de apoiar o projeto, e pede aos prefeitos que colaborem com a iniciativa. Décio ainda solicitou ao professor que envie um resumo do projeto, que será remetido aos demais prefeitos por e-mail. Seguindo a reunião foi passado a palavra para a representante da comissão organizadora da terceira edição do Acampamento das Juventudes do Território Serra Mar, Beatriz Luchtenberg. Ela veio divulgar o evento que acontece nos

dias 14 e 15 de maio, no Campestre Park, no Balneário Rincão. Segundo os organizadores a intenção do evento é reunir cerca de 300 jovens de toda a região da serra e litoral da região sul. O encontro tem o tema "Porque os Jovens são Importantes", a programação do evento incluirá palestras, oficinas temáticas, luau, além de confraternização entre os jovens. Eles pediram aos prefeitos que colaborem com o evento, dando o transporte aos jovens dos respectivos municípios. O prefeito Vanderlei Alexandre, convidou os organizadores a divulgarem o evento durante a festa do Colono de Forquilha, que acontece de 20 a 24 de abril. Seguindo a pauta da reunião, os prefeitos trataram da XIX Marcha a Brasília, que tradicionalmente tem as despesas pagas pela Associação. Mas que a partir agora, em função da prestação de contas aos Tribunal de Contas, só poderá bancar o deslocamento aéreo do prefeito e ou vice-prefeito. Passando para assuntos gerais os prefeitos trataram da reunião na FECAM, onde um dos assuntos central é o transporte escolar e outros assuntos junto ao Estado de Santa Catarina. A reunião acontece na sede da FECAM, em Florianópolis, das 14 às 17 horas, onde o prefeito de Forquilha, Vanderlei Alexandre, vai representar a região. O prefeito de Forquilha ainda colocou em pauta a questão do aeroporto Diomício Freitas, que terá o contrato encerrado com a Infraero no mês de maio. O prefeito entende que os prefeitos deveriam tomar alguma atitude, já que o aeroporto é importante para região. Segundo Vanderlei, 70 mil pessoas utilizaram o aeroporto no último ano, sendo que os voos saem com 80 pessoas de lotação média. Seguindo os assuntos gerais foi passada a palavra ao consultor contábil da AMREC, Jacimar Torres, que informou aos prefeitos algumas das mudanças com início da prestação de contas ao Tribunal de Contas. Agora a AMREC não pode mais publicar o anúncio nos jornais parabenizando pelos aniversários dos municípios. Está vetado também a confraternização de final de ano com os prefeitos. Jacimar também pediu atenção com o setor de controle interno das prefeituras, que devem se reestruturar. Seguindo a reunião os prefeitos foram informados sobre a mudança na lei 14.262, de 16 de março 2016, que "dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais, para isenção aos municípios do pagamento das taxas referentes às etapas de licenciamento ambiental na extração da lavra a céu aberto por escavação. O prefeito de Siderópolis, Hélio Roberto Cesa, pediu para tratar na reunião da maneira de fazer a extração para desassorear o rio de

forma legal. O prefeito Vanderlei disse que faz parecer da defesa civil para conseguir fazer a extração de forma legal. Seguindo a reunião os prefeitos trataram de uma indicação de um vereador de Urussanga para tratar de forma regional o Centro de Controle de Zoonoses. O presidente Décio afirmou que encaminhará o assunto para a prefeitura de Criciúma, para haja concordância para tratar o Centro de Zoonoses existente de forma regionalizada. Seguindo a pauta os prefeitos analisaram o pedido do colegiado de Assistência do Social, que pede uma técnica para ajudar o grupo. O presidente encaminhará resposta ao colegiado, solicitando um plano de trabalho. Por fim, os prefeitos avaliam a possibilidade de realizar uma reunião de trabalho, com assuntos regionais com os deputados federais e regionais, no dia 12 de abril, próxima sexta-feira. Nada mais foi tratado, encerrando-se a presente reunião, cuja ata será lida, aprovada e assinada na forma regimental.

Criciúma, 31 de março de 2016.

Décio Gomes Góes

Prefeito de Balneário Rincão

Presidente da AMREC

Ademir Magagnin

Prefeito de Cocal do Sul

Vanderlei Alexandre

Prefeito de Forquilha

Hélio Roberto Cesa

Prefeito de Siderópolis

José Roberto Madeira

Diretor Executivo



## Consórcios

### CIGA

**Extrato de Contrato n. 244 - Prefeitura Municipal de Caçador**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 244/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Caçador

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caçador

CNPJ: 83.074.302/0001-31

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 22/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 01 de abril de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### CIMVI

**CONTRATO Nº 2015-029 - SEGUNDO TERMO ADITIVO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/029

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Raizes do Brasil Consultoria Ltda ME

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução para 30/06/2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 11 de abril de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

### CIS NORDESTE

**EDITAL DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 01/2016-CISNORDESTE/SC**

EDITAL DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 01/2016-CISNORDESTE/SC

(PRAZO DE 20 DIAS)

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa – CISNORDESTE/SC, no uso da competência definida no inciso X do art. 24 do Contrato de Consórcio Público, com fundamento na Lei nº 8.159/91 e resolução CONARQ nº 40/2014, considerando a necessidade de racionalização do espaço físico na sede do CISNORDESTE/SC, bem como a de reduzir custos com o contrato nº 10/2014, que tem por objeto gestão e guarda de documentos em pessoa jurídica terceirizada, TORNA PÚBLICO aos interessados que no 20º (vigésimo) dia subsequente à publicação deste edital no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, se não houver oposição, realizará a eliminação dos documentos listados no Anexo I a este Edital, consistente em Blocos de Prestadores de Serviços usados até 25/05/2011, Requisição de Exames de diversas clínicas até 31/12/2010.

No prazo estabelecido, os interessados poderão consultar a listagem dos documentos a serem eliminados, na sede do CISNORDESTE/SC, sito à Rua Max Colin, nº 1.843, Joinville (SC), bem como requerer a guarda de documentos, após comprovação de sua qualificação e da legitimidade do pedido, mediante petição dirigida à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC.

Caso deferido o pedido, os interessados serão devidamente comunicados, devendo comparecer ao local designado a retirada do(s) documento(s), ressaltando-se que todos os custos eventualmente envolvidos na transferência da guarda do documento correrão por conta do requerente.

Joinville, 08 de abril de 2016.

José Chaves  
Presidente do CISNORDESTE/SC

## EDITAL DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 01/2016-CISNORDESTE/SC

### ANEXO I – Listagem de documentos a serem eliminados

Descrição	data_inicial	data_final
BLOCOS USADOS DAS CLÍNICAS	01/01/1900	25/05/2011
BLOCOS USADOS DAS CLÍNICAS	01/01/1900	25/05/2011
BLOCOS USADOS DAS CLÍNICAS	01/01/1900	25/05/2011
BLOCOS USADOS DAS CLÍNICAS	01/01/1900	25/05/2011
BLOCOS USADOS DAS CLÍNICAS	01/01/1900	24/05/2011
BLOCOS USADOS DAS CLÍNICAS	01/01/1900	24/05/2011
Requisições de Exames		
HOSPITAL DONA HELENA - CEDUS - CENTRO DE DIAG. SÃO BENTO DO SUL - CETAC - CDA - CLÍNICA MENEZES DA COSTA - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JLL - ANA LÚCIA POLVERELLI - GASTRO CLÍNICA - CENTRO DE REABILITAÇÃO INTEGRADA DR. JOÃO HISSA	01/05/2000	31/05/2000
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - GASTRO CLÍNICA - SÃO BENTO MED. NUCLEAR	01/05/2000	31/05/2000
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/06/2000	30/06/2000
SÃO MARCOS - DAIG. ESPECIALIZADO - ANA LUCIA PLVERELLI - UNICLÍNICA	01/06/2000	30/06/2000
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO	01/06/2000	30/06/2000
CETAC - CENTRO DIAG. POR IMAGEM SÃO BENTO DO SUL - SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - CEDAP - CDA - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/06/2000	30/06/2000
SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CENTRO MED. MENEZES DA COSTA	01/07/2000	31/07/2000
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO	01/08/2000	31/08/2000
SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CENTRO OFTALMOLÓGICO JLL - GASTRO CLÍNICA - UNICLÍNICA - CDA - ANA LUCIA POLVERELLI	01/08/2000	31/08/2000
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - CENTRO OFTALMOLÓGICO JLL	01/09/2000	30/09/2000
DEVIENE E MENDONÇA - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - GASTRO CLÍNICA - ANA LUCIA POLVERELLI	01/09/2000	30/09/2000
CENTRO MÉDICO MENEZES DA COSTA - HOSPITAL DONA HELENA - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR - CDA	01/09/2000	30/09/2000
LETAC - CENTRO DIAG. POR IMAGEM SÃO BENTO DO SUL - SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - CEDAP - CDA - CEDUS - OFTALMOCLÍNICA - CENTRO DE REABILITAÇÃO INTEGRADA	01/09/2000	30/09/2001
ANA LÚCIA POLVERELLI - CENTRO DIAG. POR IMAGEM SÃO BENTO DO SUL - PRÓ-VISÃO - DEVIENE E MENDONÇA - MENEZES DA COSTA	01/10/2000	31/10/2000
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO	01/10/2000	31/10/2000
CETAC - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - ANA LUCIA POLVERELLI - CENTRO DE REABILITAÇÃO INTEGRADA	01/11/2000	30/11/2000
DAVIENE E MENDONÇA - CENTRO MED. DIAG. POR IMAGEM SÃO BENTO DO SUL - P'RO-VISÃO - GASTRO CLÍNICA - CDA - CENTRO MÉDICO MENEZES DA COSTA - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JLL	01/11/2000	30/11/2000
CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR - CENTRO DE REABILITAÇÃO INTEGRADA - HOSPITAL DONA HELENA - GASTRO CLÍNICA - CETAC - CDA - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR	01/11/2000	30/11/2000
HOSPITAL DONA HELENA - SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO	01/11/2000	30/11/2000
DAVIENE E MENDONÇA - CENTRO DE IMAGEM SÃO BENTO DO SUL - CENTRO DE REABILITAÇÃO INTEGRADA - ANA LUCIA POLVERELLI - CETAC - PRÓ-VISÃO - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CENTRO MÉDICO MENEZES DA COSTA - SÃO MARCOS ULTRA SON - CDA - HOSPITAL DONA HELENA	01/12/2000	31/12/2000
HOSPITAL DONA HELENA - MEDICINA NUCLEAR JLL - CENTRO DE MED. POR IMAGEM SÃO BENTO DO SUL - CETAC - GASTRO CLÍNICA - CLÍNICA MENEZES DA COSTA - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO	01/01/2001	31/12/2001
DEVIENE E WERNER / GASTROCLINICA / FONO E CIA / INSTITUTO DE OLHOS / SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/01/2001	31/01/2004
HOSPITAL DONA HELENA	01/01/2001	31/12/2001

SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADOS - CDA - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JLL - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CENTRO MED. POR IMAGEM SÃO BENTO DO SUL - GASTRO CLÍNICA - CLPÍNICA MENEZES DA COSTA - HOSPITAL DONA HELENA	01/02/2001	28/02/2001
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO	01/03/2001	31/03/2001
CENTRO MÉDICO MENEZES DA COSTA - CENTRO MED. POR IMAGEM MENEZES DA COSTA - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JLL - CDA - CETAC - ANA LUCIA POLVERELLI - GASTRO CLÍNICA	01/03/2001	31/03/2001
SÃO MARCOS DAIGNÓSTICO ESPECIALIZADO - CENTRO MÉDICO MENEZES - CDA - HOPITAL DONA HELENA CETAC - CEDUS - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR - CENTRO DIAGNÓSTICO POR IMAGEM SÃO BENTO DO SUL - GASTRO CLÍNICA - ANA LUCIA POVERELLI - UNICLÍNICA	01/04/2001	30/04/2001
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - CENTRO MÉDICO MENEZES DA COSTA - CDA	01/04/2001	30/04/2001
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO	01/05/2001	31/05/2001
SÃO MARCOS MEDICINA NECLEAR - OFTAMOCLÍNICA - UNICLÍNICA	01/05/2001	31/05/2001
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO	01/06/2001	30/06/2001
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - ANA LUCIA POLVERELLI - HOSPITAL DONA HELENA	01/06/2001	30/06/2001
OFTALMOCLÍNICA - GASTRO CLÍNICA - UNICLÍNICA - SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO	01/06/2001	30/06/2001
HOSPITAL DONA HELENA - CEDUS - UNICLÍNICA GASTRO CLÍNICA - DR. JOÃO HISSA - CETAC - CDA - ANA LUCIA POLVERELLI - CAF - OFTALMOCLÍNICA JLL	01/06/2001	30/06/2001
HOSPITAL DONA HELENA - MENEZES DA COSTA - CENTRO DE IMAGEM SÃO BENTOK DO SUL - SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO	01/06/2001	30/06/2001
CEDUS - CLÍNICA MENEZES DA COSTA - DR. JOÃO HISSA - OFTALMOCLÍNICA	01/08/2001	31/08/2001
CAF - SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - ANA LÚCIA PLVERELLI - HOSPITAL DONA HELENA	01/08/2001	31/08/2001
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - CEDAP - CENTRO DIAG. SÃO BENTO DO SUL	01/08/2001	31/08/2001
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - HOSPITAL DONA HELENA - ANA LUCIA POLVERELLI - DR. JOÃO HISSA - UNICLÍNICA	01/09/2001	30/09/2001
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - HOSPITAL DONA HELENA	01/10/2001	31/10/2001
CENTRO DIAG. POR IMAGEM SÃO BENTO DO SUL - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CDA - HOSPITAL DONA ELENA - CAF - CETAC - GASTRO CLÍNICA	01/10/2001	31/10/2001
OFTALMOCLÍNICA SÃO MARCOS - DIAG. ESPECIALIZADOS	01/10/2001	31/10/2001
CEDUS - DR. JOÃO HISSA - CETAC - GASTRO CLÍNICA - HOSPITAL DONA HELENA - OFTALMOCLÍNICA - CDA	01/11/2001	30/11/2001
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CENTRO DE REABILITAÇÃO - ANA LUCIA POLVERELLI - CAF	01/11/2001	30/11/2001
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - HOSPITAL DONA HELENA - CENTRO DE DIAG. POR IMAGEM SÃO BENTO DO SUL	01/12/2001	31/12/2001
UNICLÍNICA - OFTALMOCLÍNICA	01/12/2001	31/12/2001
CENTRO DE MED. NUCEAR JLL - CETAC - DR. JOÃO HISSA - GASTRO CLÍNICA - ANA LUCIA POLVERELLI - CDA - CAF - UNICLÍNICA	01/12/2001	31/12/2001
ANA LUCIA POLVERELLI - CAF - OFTALMOCLÍNICA - UNICLÍNICA	01/01/2002	31/01/2002
CEDUS - CENTRO DIAG. POR IMAGEM SÃO BENTO DO SUL - SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - HOSPITAL DONA HELENA	01/01/2002	31/01/2002
GASTRO CLÍNICA - CETAC - HOSPITAL DONA HELENA - SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO	01/02/2002	28/02/2002
UNICLÍNICA - ANA LUCIA - POLVERELLI - CEDUS - OFTALMOCLÍNICA - CENTRO DIAG. POR IMAGEM SÃO BENTO DO SUL	01/02/2002	28/02/2002
CAF - SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - OFTALMOCLÍNICA	01/03/2002	31/03/2002
SÃO MARCOS RADIOLOGIA - CEDUS - HOSPITAL DONA HELENA - CENTRO DIAG. POR IMAGEM SÃO BENTO DO SUL - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - UNICLÍCA - ANA LÚCIA PLVERELLI - CDA - GASTRO CLÍNICA - CETAC - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JLL	01/03/2002	31/03/2002
SÃO MARCOS - RADIOLOGIA - OFTALMOCLÍNICA - HOSPITAL DONA HELENA	01/04/2002	30/04/2002
UNICLÍNICA - CAF - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CEDUS - GASTRO CLÍNICA - CETAC - CDA	01/04/2002	30/04/2002
OFTALMOCLÍNICA - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - SÃO MARCOS - RADIOLOGIA - GASTRO CLÍNICA - CENTRO MED. JILLE - CEDUS - CAF	01/05/2002	30/05/2002
UNICLÍNICA - HOSPITAL DONA HELENA	01/05/2002	31/05/2002
SÃO MARCOS DIAG. ESPECIALIZADO - CDA - CETAC	01/05/2002	31/05/2002
CDA - CENTRO MED. NUCLEAR JLL - GASTRO CLÍNICA - CEDUS - UNICLÍNICA - CADAP	01/06/2002	30/06/2002
CAF - OFRALMOCLÍNICA - UNICLÍNICA	01/06/2002	30/06/2002
HOSPITAL DONA HELENA - CAF - OFTALMOCLÍNICA	01/06/2002	30/06/2002
CLÍNICA DE OLHOS - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - CETAC	01/06/2002	30/06/2002
SÃO MARCOS RADIOLOGIA - HOSPITAL - DONA HELENA	01/07/2002	31/07/2002
CLÍNICA DE OLHOS - GASTROCLÍNICA - CENTRO MED. NUCLEAR SLL - CETAC - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CEDUS - CDA	01/07/2002	31/07/2002
CEDUS - SÃO MARCOS - MED. NUCLEAR - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - GASTRO CLÍNICA - CETAC	01/08/2002	31/08/2002
CDA - HOSPITAL DONA HELENA - CAF	01/08/2002	31/08/2002
CENTRO MED. DIAG. POR IMAGEM - CLÍNICA DE OLHOS	01/08/2002	31/08/2002
CENTRO MED. NUCLEAR JLL - UNICLÍNICA - OFTALMOCLÍNICA	01/08/2002	31/08/2002

HOSPITAL DONA HELENA - OFTALMOCLÍNICA	01/09/2002	30/09/2002
CETAC - CENTRO MED. DIAG. POR IMAGEM - CEDUS	01/09/2002	30/09/2002
CDA - FONO E CIA - UNICLÍNICA	01/09/2002	30/09/2002
CETAC - CDA - UNICLÍNICA	01/10/2002	31/10/2002
CEDAP - CAF - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR - FONO E CIA - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JLL - CLÍNICA DE OLHOS - CEDUS - GASTRO CLÍNICA	01/10/2002	31/10/2002
OFTALMOCLÍNICA - HOSPITAL DONA HELENA	01/10/2002	31/10/2002
CLÍNICA DE OLHOS - GASTRO CLÍNICA - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - CENTRO MED. NUCLEAR JLL - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR - CEDUS - CAF	01/10/2002	31/10/2002
CENTRO DIAG. POR IMAGEM	01/10/2002	31/10/2002
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM	01/11/2002	30/11/2002
OFTALMOCLÍNICA - UNICLÍNICA	01/11/2002	30/11/2002
CAF - MEDICINA NUCLEAR JLL - GASTRO CLÍNICA - CLÍNICA DE OLHOS - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CDA - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - CEDUS - CETAC	01/11/2002	30/11/2002
CENTRO MÉD. DIAGNOSTICO POR IMAGEM - GASTRO CLÍNICA	01/11/2002	30/11/2002
CENTRO MED. NUCLEAR JLL - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - OFTALMOCLÍNICA - HOSPITAL DONA HELENA	01/11/2002	30/11/2002
CAF - CLÍNICA DE OLHOS - SÃO MARCOS - RADIOLOGIA - GASTRO CLÍNICA - OFTALMOCLÍNICA	01/12/2002	31/12/2002
CDA - UNICLÍNICA - CENTRO NUCLEAR JLL - FONO E CIA - CEDUS - SÃO MARCOS - MED. NUCLEAR - CETAC	01/12/2002	31/12/2002
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM - HOSPITAL DONA HELENA	01/12/2002	31/12/2002
CEDUS - GASTRO CLÍNICA - CENTRO MED. DIAG. POR IMAGEM - FONO E CIA	01/01/2003	31/01/2003
UNICLÍNICA - CDA - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - CETAC - HOSPITAL DONA HELENA - CENTRO MED. NUCLEAR JLL - CAF	01/01/2003	31/01/2003
CADUS - OFTALMOCLÍNICA - CENTRO DE MED. NUCLEAR JLL - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CEDAP - GASTRO CLÍNICA - FONO E CIA - CATAC - UNICLÍNICA	01/02/2003	28/02/2003
CDA - HOSPITAL DONA HELENA - SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/02/2003	28/02/2003
CAF - CENTRO MED. DIAG. POR IMAGEM	01/02/2003	28/02/2003
CDA - SÃO MARCOS - RADIOLOGIA - GASTRO CLÍNICA	01/03/2003	31/03/2003
SÃO MARCOS RADIOLOGIA - HOSPITAL DONA HELENA - INSTITUTO DE OLHOS	01/03/2003	31/03/2003
CENTRO DE MED. NUCLEAR JLL - CEDUS - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CENTRO MED. DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - CEATC	01/03/2003	31/03/2003
CAF - FONO E CIA - UNICLÍNICA	01/03/2003	31/03/2003
UNICLÍNICA - HOSPITAL DONA HELENA	01/04/2003	30/04/2003
FRONTO E CIA - SÃO MARCOS - MEDICINA NUCLEAR - CENTRO DE MED. NUCLEAR JLL - CEDUS - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - CETAC - CAF - CDA	01/04/2003	30/04/2003
GASTRO CLÍNICA - CEDAP - CENTRO MEDICO DIAGNOSTICA POR IMAGEM	01/04/2003	30/04/2003
CEDUS - CDA - GASTRO CLÍNICA - UNICLÍNICA	01/05/2003	31/05/2003
SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CEDAP - FONO E CIA - CAF - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - CETAC - UNICLÍNICA	01/05/2003	31/05/2003
CENTRO MÉD. DIAG. POR IMAGEM - HOSPITAL DONA HELENA	01/05/2003	31/05/2003
CAF - CENTRO MED. NUCLEAR JLL - SÃO MARCOS - RADIOLOGIA	01/06/2003	30/06/2003
CENTRO MED. DIAG. POR IMAGEM - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR	01/06/2003	30/06/2003
UNICLÍNICA - HOSPITAL DONA HELENA - LITOCENTRO	01/06/2003	30/06/2003
CENTRO MED. DIAG. POR IMAGEM - CLÍNICA DE OLHOS	01/07/2003	31/07/2003
HOSPITAL DONA HELENA - UNICLÍNICA	01/07/2003	31/07/2003
LITOCENTRO - CAF - FONO E CIA - UNICLÍNICA	01/07/2003	31/07/2003
CETAC - GASTRO CLÍNICA - CEDAP - INSTITUTO DE OLHOS - FONO E CIA	01/07/2003	31/07/2003
CEDAP - GASTRO CLÍNICA - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - CDA - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR JLL - CEDUS - CETAC - INSTITUTO DE OLHOS	01/07/2003	31/07/2003
UNICLÍNICA - FONO E CIA	01/08/2003	31/08/2003
CAF - INSTITUTO DE OLHOS - SÃO MARCOS - RADIOLOGIA - CEDUS - SÃO MARCOS RADIOLOGIA 0 CEDUS - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CETAC	01/08/2003	31/08/2003
GASTRO CLÍNICA - HOSPITAL DONA HELENA - LITOCENTRO - UNICLÍNICA - CENTRO MED NUCLEAR JLL - CDA	01/08/2003	31/08/2003
CENTRO MED. DIA. POR IMAGEM - MULTIMAGEM	01/08/2003	31/08/2003
CAF - CEDAP - CEDUS - CETAC - ANICLÍNICA	01/09/2003	30/09/2003
FRONTO E CIA - SÃO MARCOS - MEDICINA NUCLEAR - CENTRO DE MED. NUCLEAR JLL - GASTRO CLÍNICA - CDA - CDO - MULTIMAGEM - LITOCENTRO - UNICLÍNICA'	01/09/2003	30/09/2003
CENTRO MÉD. DIAG. POR IMAGEM	01/09/2003	30/09/2003
SÃO MARCOS RADIOLOGIA - SÃO MARCOS - MEDICINA NUCLEAR - CDO - CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM	01/10/2003	31/10/2003
GASTRO CLÍNICA - UNICLÍNICA - CAD - LITOCENTRO	01/10/2003	31/10/2003
MULTIMAGEM - CENTRO MED. NUCLEAR JLL - CEDUS - HOSPITAL DONA HELENA - CETAC	01/10/2003	31/10/2003
FRONTO E CIA - CAF - INSTITUTO DE OLHOS	01/10/2003	31/10/2003

UNICLÍNICA - MULTIMAGEM - LITO CENTRO - FONO E CIA - CAF	01/11/2003	30/11/2003
CENTRO MÉD. DIAG. POR IMAGEM - CEDUS - SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/11/2003	30/11/2003
CEDAP - HOSPITAL DONA HELENA - CDA - SÃO MARCOS MED. NUCLEAR - CDO - CENTRO MED. NUCLEAR JLL - GASTRO CLÍNICA - CETAC	01/11/2003	30/11/2003
UNICLÍNICA - INSTITUTO DE OLHOS	01/11/2003	30/11/2003
CEDUS - LITOCENTRO - UNICLÍNICA - CENTRO MÉDICO DAG. POR IMAGEM - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/12/2003	31/12/2003
UNICLÍNICA - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - INSTITUTO DE OLHOS - GASTRO CLÍNICA - CDA	01/12/2003	31/12/2003
CAF - MULTIMAGEM - HOSPITAL DONA HELENA - CETAC	01/12/2003	31/12/2003
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM / CETC / SÃO MARCOS MEDICINA / NUCLEAR / CTO. MED. NUCLEAR DE JOINVILLE / CEDUS	01/01/2004	31/01/2004
HOSPITAL DONA HELENA / MULTIMAGEM LTDA / CAF / CDA / CDO	01/01/2004	31/01/2004
FONO E CIA / DEVIENNE E WERNER / CETAC / MULTIMAGEM	01/02/2004	28/02/2004
GASTRO CLINICA / CEDUS / CAF / CDA / CDO / CENTRO MED. NUCLEAR JLL / SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/02/2004	28/02/2004
HOSPITAL DONA HELENA / INSTITUTO DE OLHOS / SÃO MARCOS / MEDICINA NUCLEAR / CEDAP	01/02/2004	28/02/2004
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM	01/02/2004	28/02/2004
HOSPITAL DONA HELENA / INSTITUTO DE OLHOS	01/03/2004	31/03/2004
DEVIENNE E WERNER / CETAC / MULTIMAGEM / HOSPITAL DONA HELENA	01/03/2004	31/03/2004
GASTRO CLINICA / FONO E CIA / CEDUS / SAF / CDA / CDO / CTO. MED. NUCLEAR DE JOINVILLE / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / LITOCENTRO / CEDAP	01/03/2004	31/03/2004
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM	01/03/2004	31/03/2004
HOSPITAL DONA HELENA / INSTITUTO DE OLHOS / CDA / CDO	01/04/2004	30/04/2004
GASTRO CLINICA / CEDUS / CAF / CTO. MED. NUCLEAR DE JOINVILLE / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / LITOCENTRO / CETAC	01/04/2004	30/04/2004
DEVIENNE E WERNER / MULTIMAGEM / FONO E CIA	01/04/2004	30/04/2004
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM	01/04/2004	30/04/2004
HOSPITAL DONA HELENA / CETAC / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/05/2004	31/05/2004
DEVIENNE E WERNER / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / MULTIMAGEM	01/05/2004	31/05/2004
GASTRO CLINICA / CEDAP / FONO E CIA / CDA / CAF / CEDUS / INSTITUTO DE OLHOS / CENTRO DE VISÃO	01/05/2004	31/05/2004
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM / CENTRO DE MED. NUCLEAR DE JLL / LITOCENTRO	01/05/2004	31/05/2004
HOSPITAL DONA HELENA / CETAC / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/06/2004	30/06/2004
GASTRO CLINICA / FONO E CIA / CDA / CAF / CEDUS / INSTITUTO DE OLHOS	01/06/2004	30/06/2004
DEVIENNE E WERNER / MULTIMAGEM	01/06/2004	30/06/2004
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM / CENTRO DE MED. NUCLEAR DE JLL / LITOCENTRO / CENTRO DE VISÃO	01/06/2004	30/06/2004
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM / GASTRO CLINICA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/07/2004	31/07/2004
FONO / CAF / INSTITUTO DE OLHOS	01/07/2004	31/07/2004
HOSPITAL DONA HELENA / CETAC	01/07/2004	31/07/2004
CENTRO DE MED. NUCLEAR DE JLL / LITOCENTRO / CENTRO DE VISÃO MULTIMAGEM / CDA	01/07/2004	31/07/2004
DEVIENNE E WERNER / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / CEDUS	01/07/2004	31/07/2004
CENTRO DE MED. NUCLEAR DE JLL / LITOCENTRO / CENTRO DE VISÃO MULTIMAGEM / CDA	01/08/2004	31/08/2004
DEVIENNE E WERNE / CEDUS / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/08/2004	31/08/2004
FONO E CIA / CHF / INSTITUTO DE OLHOS / SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/08/2004	31/08/2004
HOSPITAL DONA HELENA / CETAC / GASTRO CLINICA / CEDAP	01/08/2004	31/08/2004
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM	01/08/2004	31/08/2004
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM / CETAC / LITOCENTRO / CENTRO DE MED. NUCLEAR DE JLL	01/09/2004	30/09/2004
DEVIENNE E WERNER / CENTRO DE VISÃO MULTIMAGEM	01/09/2004	30/09/2004
HOSPITAL DONA HELENA / GASTRO CLINICA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / CEDUS / CDA	01/09/2004	30/09/2004
FONO E CIA / CAF / INSTITUTO DOS OLHOS / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / INSTITUTO DE OLHOS PLANALTO NORTE	01/09/2004	30/09/2004
HOSPITAL DONA HELENA / CETAC / GASTRO CLINICA / CEDAP / CEDUS	01/10/2004	31/10/2004
CENTRO DE MED. NUCLEAR DE JLL / LITOCENTRO / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / MULTIMAGEM / CDA / INSTITUTO DE OLHOS PLANALTO NORTE	01/10/2004	31/10/2004
CENTRO MÉDICO DIAGNOSTICO POR IMAGENS	01/10/2004	31/10/2004
FONO E CIA / CAF / INSTITUTO DE OLHOS / SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/10/2004	31/10/2004
DEVIENNE E WERNER / CENTRO DE VISÃO	01/10/2004	31/10/2004
HOSPITAL DONA HELENA / GASTRO CLINICA / CEDAP / CEDUS	01/11/2004	30/11/2004
FONO E CIA / CAF / INSTITUTO DOS OLHOS / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / CENTRO DE VISÃO	01/11/2004	30/11/2004
DEVIENNE WERNER	01/11/2004	30/11/2004
CENTRO MÉDICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	01/11/2004	30/11/2004
CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JLL / LITOCENTRO / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / MULTIMAGEM / CDA / INSTITUTO DE OLHOS PLANALTO NORTE / CETAC	01/11/2004	30/11/2004



HOSPITAL DONA HELENA / CEDUS / CAF	01/12/2004	31/12/2004
DEVIEENNE E WERNER / INSTITUTO DOS OLHOS / CETAC / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JLE / INSTITUTO DE OLHOS PLANALTO NORTE	01/12/2004	31/12/2004
CENTRO MÉDICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGENS / CEDAP / GASTRO CLINICA / CDA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / FONO E CIA / CENTRO DA VISÃO HADDAD	01/12/2004	31/12/2004
CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JLE / DONA HELENA / INSTITUTO DE OLHOS	01/01/2005	31/01/2005
CENTRO MÉDICO POR IMAGEM / MULTIMAGEM / CENTRO DE VISÃO / GASTRO CLÍNICA / CEDUS / LITOCENTRO / SÃO MARCOS MEDICINA	01/01/2005	31/01/2005
CDA / CETAC / GASTRO UNICLINICAS / CAF / UROCLINICA JLL / FONO E CIA / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / MULTIMAGEM	01/01/2005	31/01/2005
DEVIEENNE E WERNER / FONO E CIA / CETAC / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JOINVILLE / CEDUS / CEDAP / CDA / UROCLINICAS	01/02/2005	28/02/2005
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM / MULTIMAGEM / GASTRO CLINICA / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / CENTRO DA VISÃO HADDAD MULTIMAGEM	01/02/2005	28/02/2005
HOSPITAL DONA HELENA / LITOCENTRO / CAF / SÃO MARCOS / MÉD. NUCLEAR / INSTIUTO DE OLHOS	01/02/2005	28/02/2005
CEDAP / CENTRO DE VISÃO S/C LTDA / SÃO MARCOS / MEDICINA NUCLEAR / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / INSTITUTO DE OLHOS MULTIMAGEM	01/03/2005	31/03/2005
HOSPITAL DONA HELENA	01/03/2005	31/03/2005
CENTRO DIAG. POR IMAGEM	01/03/2005	31/03/2005
DEVIEENNE E WERNER / CDA	01/03/2005	31/03/2005
GASTROCLINICA / FONO E CIA / CAF / CEDUS / CETAC / LITOCENTRO	01/03/2005	31/03/2005
CENTRO DIAG. POR IMAGEM	01/04/2005	30/04/2005
DEVIEENNE E WERNER	01/04/2005	30/04/2005
INSTITUTO DE OLHOS / CDA / SÃO MARCOS / MEDICINA NUCLEAR / CETAC / GASTROCLINICA / CENTRO MEDICINA NUCLEAR JLL / LITOCENTRO	01/04/2005	30/04/2005
HOSPITAL DONA HELENA / CEDUS / CEDAP / FONO E CIA / MULTIMAGEM]	01/04/2005	30/04/2005
INSTITUTO DE OLHOS DR. CARLO WILLE / CAF / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / UROCLINICA / CENTRO DE VISÃO	01/04/2005	30/04/2005
MULTIMAGEM / LITOCENTRO / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JOINVILLE / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / FONO E CIA / CEDUS / GASTRO CLINICA / CDA	01/05/2005	31/05/2005
UNICLINICAS / INSTITUTO DE OLHOS DR CARLO WILLE	01/05/2005	31/05/2005
INSTITUTO DE OLHOS / PLANALTO NORTE / CETAC / CLINICA DE VISÃO HADDAD / HOSPITAL DONA HELENA / INSTITUTO DE OLHOS / CAF	01/05/2005	31/05/2005
CENTRO MÉDICO DIAG. POR IMAGEM UROCLINICA	01/05/2005	31/05/2005
LITOCENTRO / FONO E CIA / CETAC / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / IOPLAN / CENTRO DA VISÃO	01/06/2005	30/06/2005
INSTITUTO DE OLHOS / CAF	01/06/2005	30/06/2005
HOSPITAL DONA HELENA	01/06/2005	30/06/2005
UNICLINICAS / UROCLINICAS	01/06/2005	30/06/2005
CENTRO MÉDICO DIAGNOSTICO POR IMAGENS	01/06/2005	30/06/2005
MULTIMAGENS CEDUS / CEDAP / GASTRO CLINICA / CENTRO MEDICINA NUCLEAR JLE	01/06/2005	30/06/2005
UNICLINICAS	01/07/2005	31/07/2005
MULTIMAGENS / MEDICINA NUCLEAR / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / CETAC / CDA / CENTRO MEDICINA NUCLEAR JLE / UROCLINICA	01/07/2005	31/07/2005
INSTITUTO DE OLHOS / LITOCENTRO / CEDUS / CAF	01/07/2005	31/07/2005
CENTRO MÉDICO DIAGNOSTICO POR IMAGENS / FONO E CIA	01/07/2005	31/07/2005
HOSPITAL DONA HELENA / CENTRO DE VISÃO / GASTRO CLINICA	01/07/2005	31/07/2005
INSTITUTO DE OLHOS / CAF / GASTRO CLINICA	01/08/2005	31/08/2005
UNICLINICAS	01/08/2005	31/08/2005
HOSPITAL DONA HELENA / SÃO MARCOS	01/08/2005	31/08/2005
CENTRO MÉDICO DIAGNOSTICO POR IMAGENS	01/08/2005	31/08/2005
MULTIMAGENS / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / CETAC / CDA / CENTRO MEDICINA NUCLEAR HJLEE / UROCLINICA / CENTRO DA VISÃO / LITOCENTRO / CEDUS	01/08/2005	31/08/2005
HOSPITAL DONA HELENA / SÃO MARCOS / MEDICINA NUCLEAR	01/08/2005	31/08/2005
UNICLINICAS	01/09/2005	30/09/2005
CENTRO MÉDICO DIAGNOSTICO POR IMAGENS	01/09/2005	30/09/2005
INSTITUTO DE OLHOS / CAF / GASTRO CLINICA / IOPLAN / CEDAP / MASTROCENTRO	01/09/2005	30/09/2005
MULTIMAGENS / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / CETAC / CDA / CENTRO MEDICINA NUCLEAR HJLEE / UROCLINICA / CENTRO DA VISÃO / LITOCENTRO / CEDUS	01/09/2005	30/09/2005
HOSPITAL DONA HELENA / SÃO MARCOS / MEDICINA NUCLEAR	01/10/2005	31/10/2005
INSITUTO DE OLHOS / CAF / GASTRO CLINICA / IOPLAN / CEDAP / MASTROCENTRO	01/10/2005	31/10/2005
MULTIMAGENS / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / CETAC / CDA / CENTRO MEDICINA NUCLEAR HJLEE / UROCLINICA / CENTRO DA VISÃO / LITOCENTRO	01/10/2005	31/10/2005
CENTRO MEDICO DIAGNOSTICO POR IMAGEN / FONO E CIA	01/10/2005	31/10/2005
UNICLINICAS	01/10/2005	31/10/2005



HOSPITAL DONA HELENA / SÃO MARCOS / MEDICINA NUCLEAR	01/11/2005	30/11/2005
INSTITUTO DE OLHOS / CAF / GASTRO CLINICA / MASTOCENTRO	01/11/2005	30/11/2005
CENTRO MÉDICO DIAGNOSTICO POR IMAGEN / FONO E CIA	01/11/2005	30/11/2005
UNICLINICAS	01/11/2005	30/11/2005
MULTIMAGENS/ SÃO MARCOS RADIOLOGIA / CETAC / CDA / CENTRO NUCLEAR JLLE / UROCLINICA / CENTRO DE VISÃO / LITOCENTRO	01/11/2005	30/11/2005
UNICLINICAS	01/12/2005	31/12/2005
INSTITUTO DE OLHOS / CETAC / CENTRO DE VISÃO / CDA / GASTRO CLINICA / CENTRO MEDICINA NUCLEAR JLLE / FONO E CIA / CEDAP	01/12/2005	31/12/2005
HOSPITAL DONA HELENA / CAF / MASTOCENTRO / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / IOPLAN	01/12/2005	31/12/2005
CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGENS / SÃO MARCOS / MEDICINA NUCLEAR / MULTIMAGENS / UROCLINICA	01/12/2005	31/12/2005
UNICLINICAS / CAF / CEDAP / CENTRO MEDICINA NUCLEAR JLLE	01/01/2006	31/12/2006
CENTRO MÉDICO / DIAGNOSTICO POR IMAGEM / MASTOCENTRO / CENTRO DA VISÃO	01/01/2006	31/12/2006
HOSPITAL D. HELENA / GASTRO CLÍNICA / FONO & CIA UROCLÍNICA	01/01/2006	31/12/2006
MULTIMAGEM / CETAC / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / CDA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / INSTITUTO DE OLHOS / LITOCENTRO	01/01/2006	31/12/2006
CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JLLE / MASTOCENTRO CENTRO DE VISÃO / GASTRO CLÍNICA / LITOCENTRO / INSTITUTO DE OLHOS / CDA	01/02/2006	28/02/2006
UNICLINICAS	01/02/2006	28/02/2006
CENTRO MÉDICO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM / CEDUS / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / UROCLÍNICA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / CEDAP	01/02/2006	28/02/2006
HOSPITAL D. HELENA / MULTIMAGEM / CAF / CETAC / FONO & CIA	01/02/2006	28/02/2006
CENTRO MÉDICO DIAGNÓSTICO POR IMAGEM / CEDAP / LITOCENTRO / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JLLE	01/03/2006	31/03/2006
HOSPITAL D. HELENA / MULTIMAGEM / CAF / FONO E CIA / CENTRO DA VISÃO	01/03/2006	31/03/2006
UNICLINICAS	01/03/2006	31/03/2006
INSTITUTO DE OLHOS / CETAC / CDA / MASTOCENTRO / GASTROCLÍNICA	01/03/2006	31/03/2006
HOSPITAL D. HELENA / MULTIMAGEM / CETAC / UROCLÍNICAS / CENTRO DE MEDICINA / NUCLEAR DE JLLE / MASTOCENTRO / LITOCENTRO	01/04/2006	30/04/2006
UNICLINICAS	01/04/2006	30/04/2006
CENTRO MÉDICO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM / FONO E CIA / CAF / CEDAP	01/04/2006	30/04/2006
SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / GASTRO CLÍNICA / INSTITUTO DE OLHOS / CENTRO DA VISÃO / CDA / NEUROGENE	01/04/2006	30/04/2006
HOSPITAL D. HELENA / CDA / GASTRO CLÍNICA / MULTIMAGEM / UROCLÍNICA / LITOCENTRO	01/05/2006	31/05/2006
UNICLINICAS	01/05/2006	31/05/2006
SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / INSTITUTO DE OLHOS / CENTRO DA VISÃO / MASTOCENTRO / CEDAP	01/05/2006	31/05/2006
CENTRO MÉDICO DIAGNOSTICO POR IMAGEM / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JLLE / CAF / FONO E CIA	01/05/2006	31/05/2006
UNICLINICAS	01/06/2006	30/06/2006
MULTIMAGEM / UROCLÍNICA / LITOCENTRO / NEUROGENE / CAF / FONO E CIA	01/06/2006	30/06/2006
HOSPITAL D. HELENA / CDA / GASTRO CLÍNICA	01/06/2006	30/06/2006
SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / INSTITUTO DE OLHOS / CENTRO DA VISÃO / MASTOCENTRO / CEDAP	01/06/2006	30/06/2006
CENTRO MÉDICO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JLLE	01/06/2006	30/06/2006
CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JLLE / INSTITUTO DE OLHOS / CENTRO DA VISÃO / UROCLÍNICA / CEDAP / LITOCENTRO	01/07/2006	31/07/2006
BEUROGENE / HOSPITAL D. HELENA / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/07/2006	31/07/2006
DEVienne / WERNNER E BOEIRA	01/07/2006	31/07/2006
CAF / FONO E CIA / MASTOCENTRO / CDA / GASTRO CLÍNICA / M ULTIMAGEM	01/07/2006	31/07/2006
FONO E CIA / UROCLÍNICA / CLÍNICA MASTOCENTRO / MULTIMAGEM S/C LTDA / CDA CENTRO DIAGNOSTICO AVANÇADO / CAF CENTRO DE ATENDIMENTO FONO / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/08/2006	31/08/2006
INSTITUTO DE OLHOS / DR. CARLOS WILLE	01/08/2006	31/08/2006
SÃO MARCOS RADIOLOGIA / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JLLE / NEUROGENE / GASTRO CLÍNICA IFS S/C LTDA	01/08/2006	31/08/2006
DEVienne / WERNNER E BOEIRA	01/08/2006	31/08/2006
HOSPITAL D. HELENA / CEDAP / CENTRO DE DIAGNOSTICO ANATOMICO PATOLOGICOS / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JLLE / CLÍNICA NEURO CENTRO / CENTRO DA VISÃO / CLÍNICA NEUROLOGICO DE JLLE	01/08/2006	31/08/2006
INSTITUTO DE OLHOS DR. CARLOS WILLE / MULTIMAGEM S/C LTDA / CLÍNICA MASTRO CENTRO / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JLLE	01/09/2006	30/09/2006
INSTITUTO DE OLHOS DR CARLOS WILLE / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JLLE / CDA / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR	01/09/2006	30/09/2006
DEVienne / WERNNER E BOEIRA / SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/09/2006	30/09/2006

CENTRO DE DIAGNÓSTICO ANATÔMICO / PATOLÓGICO / CEDAP / CLÍNICA NEUROCENTRO / LITOCENTRO / UROCLÍNICA	01/09/2006	30/09/2006
HOSPITAL D. HELENA / CLÍNICA DE VISÃO JLLE	01/09/2006	30/09/2006
DEVIEENNE / WERNNER E BOEIRA	01/09/2006	30/09/2006
SÃO MARCOS RADIOLOGIA / CLÍNICA DE VISÃO JLLE / CLÍNICA NEUROCENTRO	01/10/2006	31/10/2006
MULTIMAGEM S/C LTDA / MASTROCENTRO / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JLLE	01/10/2006	31/10/2006
CENTRO DE VISÃO / HOSPITAL D. HELENA	01/10/2006	31/10/2006
DEVIEENNE / WERNNER E BOEIRA	01/10/2006	31/10/2006
LITOCENTRO / CDA CENTRO DIAGNOSTICO AVANÇADO / FONO E CIA / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JLLE / CAF CENTRO DE ATENDIMENTO FONO / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / CEDAP / CENTRO DE DIAGNOSTICO ANATOMO PATOLÓGICO	01/10/2006	31/10/2006
NEUROGENE / DEVIEENNE / WERNNER E BOEIRA / UROCLÍNICA	01/10/2006	31/10/2006
INSTITUTO DE OLHOS DR. CARLOS WILLE / CLÍNICA NEUROLÓGICA / GASTRO CLÍNICA	01/10/2006	31/10/2006
CAF / CENTRO ATENDIMENTO FONO / GASTRO CLÍNICA CADAP / CENTRO DE DIAGNÓSTICO ANATOMO PATOLÓGICOS CENTRO DE VISÃO YOSHII E TOSCANO	01/11/2006	30/11/2006
DEVIEENNE / WERNNER E BOEIRA E BOEIRA / CENTRO DA VISÃO S/C LTDA / CLÍNICA NEURO CENTRO / UROCLÍNICA	01/11/2006	30/11/2006
FONO E CIA / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JLLE / CLÍNICA NEUROLÓGICA DE JLLE / MULTIMAGEM S/C LTDA / NEUROGENE / CLÍNICA DIAGNOSTICO / CEDUS	01/11/2006	30/11/2006
HOSPITAL D. HELENA / CDA CENTRO DE DIAGNOSTICO AVANÇADO / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / MASTRO CENTRO	01/11/2006	30/11/2006
DEVIEENNE / WERNNER E BOEIRA	01/11/2006	30/11/2006
INSTITUTO DE OLHOS CARLOS WILLE / LITOCENTRO	01/11/2006	30/11/2006
CLÍNICA DA VISÃO JLLE - YOSHII E TOSCANA / UROCLÍNICA / CDA / CENTRO DE DIAGNÓSTICO AVANÇADO / SÃO MARCOS RADIOLOGIA /CEDAP	01/12/2006	31/12/2006
CLÍNICA NEUROCENTRO / CAF / GASTROCLÍNICA / MULTIMAGEM / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/12/2006	31/12/2006
DEVIEENNE / WERNNER E BOEIRA	01/12/2006	31/12/2006
HOSPITAL D. HELENA / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JLLE	01/12/2006	31/12/2006
CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JLLE / CLÍNICA DA VISÃO HADDAD / MASTOCENTRO / CLÍNICA NEUROLÓGICA / INSTITUTO DE OLHOS DR. CARLOS WILLE	01/12/2006	31/12/2006
SÃO MARCOS RADIOLOGIA / GASTROCLÍNICA / FONO E CIA / CAF / UROCLÍNICA / LITOCENTRO	01/01/2007	31/01/2007
INSTITUTO DE OLHOS - DR CARLO WILLE / CLÍNICA DE VISÃO HADDAD / CLÍNICA DE VISÃO JOINVILLE - YOSHII E TOSCANO - 01	01/01/2007	31/01/2007
UNICLÍNICAS	01/01/2007	31/01/2007
CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE / CDA - CENTRO DE DIAGNOSTICA AVANÇADO / CENTYRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JOINVILLE / MULTIMAGEM / MASTROCENTRO / CEDAP / CLÍNICA DA VISÃO JOINVILLE - YOSHII DE TOSCANO - 02	01/01/2007	31/01/2007
HOSPITAL DONA HELENA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / CLÍNICA NEUROLÓGICA / CLÍNICA NEUROCENTRO / NEUROGENE	01/01/2007	31/01/2007
UNICLÍNICAS	01/02/2007	28/02/2007
GASTRO CLÍNICAS / CAF / FONO E CIA / CEDAP / CEDUS / MASTOCENTRO / UNICLÍNICAS / LITOCENTRO	01/02/2007	28/02/2007
HOSPITAL DONA HELENA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/02/2007	28/02/2007
CLÍNICA DA VISÃO JLLE - YOSHII E TOSCANA / INSTITUTO DE OLHOS - DR. CARLO WILLE / CLÍNICA DA VISÃO HADDAD	01/02/2007	28/02/2007
CDA - CENTRO DE DIAGNOSTICO AVANÇADO / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE / MULTIMAGEM / CLÍNICA NEUROLÓGICA / CLÍNICA NEUROCENTRO / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR	01/02/2007	28/02/2007
CLINICA ODONTOLÓGICA BOEIRA 08/2007 CIA DA SAUDE 06, 08 E 10/2007 HOSPITAL DONA HELENA 08/2007 DMI 08/2007 SAO MARCOS RADIOLOGIA 02,07,08,09 E 10/2007 NEUROCENTRO 09/2007 DEVIEENNE & WERNER 05/2007 MASTOCENTRO 09/2007 OFTALMOCLIN 10/2007	01/02/2007	31/10/2007
GASTRO CLÍNICAS / CAF / FONO E CIA / CEDAP / CEDUS / MASTOCENTRO / UROCLÍNICAS / LITOCENTRO	01/03/2007	31/03/2007
HOSPITAL DONA HELENA / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/03/2007	31/03/2007
SERVIÇOS DE RADIOLOGIA DMI / CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA BOEIRA / NEUROGENE	01/03/2007	31/03/2007
CDA - CENTRO DE DIAGNOSTICO AVANÇADO / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE / MULTIMAGEM / CLÍNICA NEUROLÓGICA / CLÍNICA NEUROCENTRO / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR	01/03/2007	31/03/2007
UROCLÍNICAS	01/03/2007	31/03/2007
CLÍNICAS DA VISÃO JOINVILLE - YOSHII E TOSCANO / INSTITUTO DE OLHOS - DR. CARLO WILLE / CLÍNICA DA VISÃO HADDAD	01/03/2007	31/03/2007

GASTRO CLÍNICA / FONO E CIA / CAF / CEDAP / MASTOCENTRO / UROCLÍNICA / LITOCENTRO / NEUROGENE	01/04/2007	30/04/2007
HOSPITAL DONA HELENA / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/04/2007	30/04/2007
SERVIÇOS DE RADIOLOGIA DMI / CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA BOEIRA / INSTITUTO DE OLHOS - DR. CARLO WILLE	01/04/2007	30/04/2007
CLÍNICA DA VISÃO JOINVILLE - YOSHII E TOSCANO / CDA - CENTRO DE DIAGNOSTICO AVANÇADO / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE / MULTIMAGEM / CLÍNICA NEUROLÓGICA / CLÍNICA NEUROCENTRO / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR	01/04/2007	30/04/2007
UNICLÍNICAS / CLÍNICAS DA VISÃO HADDAD / OFTALMOCLIN	01/04/2007	30/04/2007
HOSPITAL DONA HELENA / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR / OTORRINOPED	01/05/2007	31/05/2007
UNICLÍNICAS / OFTALMOCLIN / NEUROGENE	01/05/2007	31/05/2007
CLÍNICA DA VISÃO JOINVILLE - YOSHII E TOSCANO / INSTITUTO DE OLHOS - DR. CARLO WILLE / CLÍNICAS DA VISÃO HADDAD	01/05/2007	31/05/2007
SERVIÇOS DE RADIOLOGIA DMI / CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA BOEIRA	01/05/2007	31/05/2007
GASTRO CLÍNICA / FONO E CIA / CAF / CEDAP / MASTOCENTRO / LITOCENTRO / LAB. SÃO FRANCISCO / LABSCA	01/05/2007	31/05/2007
CDA - CENTRO DE DIAGNOSTICO AVANÇADO / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE / MULTIMAGEM / CLÍNICA NEUROCENTRO / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR	01/05/2007	31/05/2007
HOSPITAL DONA HELENA / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/06/2007	30/06/2007
CLÍNICAS DA VISÃO JOINVILLE - YOSHII E TOSCANO / INSTITUTO DE OLHOS - DR. CARLO WILLE / CLÍNICA DA VISÃO HADDAD	01/06/2007	30/06/2007
UNICLÍNICAS / UROCLÍNICAS / LITOCENTRO	01/06/2007	30/06/2007
GASTRO CLÍNICAS / CAF / FONO E CIA / CEDAP / MASTOCENTRO / LAB. SÃO FRANCISCO / LABSCA	01/06/2007	30/06/2007
CDA - CENTRO DE DIAGNOSTICO AVANÇADO / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE / MULTIMAGEM / CLÍNICA NEUROLÓGICA / CLÍNICA NEUROCENTRO / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR / OTORRINOPED	01/06/2007	30/06/2007
SERVIÇOS DE RADIOLOGIA DMI / NEUROGENE / CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA BOEIRA	01/06/2007	30/06/2007
OTORRINOPED	01/06/2007	30/11/2007
CDA - CENTRO DE DIAGNOSTICO AVANÇADO / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE / MULTIMAGEM / CLÍNICA NEUROLÓGICA / CLÍNICA NEUROCENTRO / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR / CIA DA SAÚDE / UROCLÍNICA / LITOCENTRO	01/07/2007	31/07/2007
GASTRO CLÍNICA / CEDAP / LAB. SÃO FRANCISCO / LABSCA / MASTOCENTRO / CEDUS / NEUROGENE / CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA BOEIRA	01/07/2007	31/07/2007
UNICLÍNICAS / OTORRINOPED	01/07/2007	31/07/2007
INSTITUTO DE OLHOS - DR. CARLO WILLE / CLÍNICA DA VISÃO HADDAD / OFTALMOCLIN / CLÍNICA DA VISÃO JOINVILLE - YOSHII E TOSCANO	01/07/2007	31/07/2007
SERVIÇOS DE RADIOLOGIA DMI / FONO E CIA / CAF	01/07/2007	31/07/2007
HOSPITAL DONA HELENA / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/07/2007	31/07/2007
HOSPITAL DONA HELENA / SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/08/2007	31/08/2007
GASTRO CLÍNICA / LAB. SÃO FRANCISCO / LABSCA / CAF / FONO E CIA	01/08/2007	31/08/2007
INSTITUTO DE OLHOS - DR. CARLO WILLE / CLÍNICA DA VISÃO HADDAD / OFTALMOCLIN / CLÍNICA DA VISÃO JOINVILLE - YOSHII E TOSCANO	01/08/2007	31/08/2007
SERVIÇOS DE RADIOLOGIA DMI / UROCLÍNICA / LITOCENTRO	01/08/2007	31/08/2007
CDA - CENTRO DE DIAGNOSTICO AVANÇADO / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE / MULTIMAGEM / CLÍNICA NEUROLÓGICA / CLÍNICA NEUROCENTRO / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR / CEDUS / MASTOCENTRO / NEUROGENE / CEDAP	01/08/2007	31/08/2007
OTORRINOPED / CIA DA SAÚDE / CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA BOEIRA	01/08/2007	31/08/2007
UNICLÍNICAS	01/08/2007	31/08/2007
GASTRO CLÍNICA / CAF / FONO E CIA / MULTIMAGEM / CDA - CENTRO DE DIAGNOSTICO AVANÇADO / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR / MASTOCENTRO	01/09/2007	30/09/2007
SÃO MARCOS RADIOLOGIA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/09/2007	30/09/2007
HOSPITAL DONA HELENA / SERVIÇOS DE RADIOLOGIA DMI	01/09/2007	30/09/2007
INSTITUTO DE OLHOS - DR. CARLO WILLE / CLÍNICA DA VISÃO HADDAD / OFTALMOCLIN / CLÍNICA DA VISÃO JOINVILLE - YOSHII E TOSCANO	01/09/2007	30/09/2007
UNICLÍNICAS	01/09/2007	30/09/2007
CLÍNICA NEUROLÓGICA / CLÍNICA NEUROCENTRO / OTORRINOPED / CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA BOEIRA / LITOCENTRO / CEDAP / NEUROGENE	01/09/2007	30/09/2007
LAB. SÃO FRANCISCO / LABSCA	01/09/2007	30/09/2007
FRONTO E CIA / GASTROCLÍNICA / MASTOCENTRO / MULTIMAGEM	01/10/2007	31/10/2007
SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/10/2007	31/10/2007
CLÍNICA DA VISÃO JOINVILLE - YOSHII E TOSCANO / INSTITUTO DE OLHOS DR. CARLO WILLE / CLÍNICA DA VISÃO HADDAD / OFTALMOCLIN	01/10/2007	31/10/2007
SERVIÇOS DE RADIOLOGIA DMI / HOSPITAL DONA HELENA	01/10/2007	31/10/2007

CDA - CENTRO DE DIAGNOSTICO AVANÇADO / CENTRO TOMOGRAFIA DE JOINVILLE / SÃO MARCOS MARCOS MEDICINA NUCLEAR / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR / LAB. SÃO FRANCISCO / LABSCA UNICLINICAS / SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/10/2007	31/10/2007
CLÍNICA NEUROLÓGICA / CLÍNICA NEUROCENTRO / OTORRINOPED / CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA BOEIRA / LITOCENTRO / CEDAP / NEUROGENE / UROCLÍNICA	01/10/2007	31/10/2007
GASTROCLÍNICA / SERVIÇOS DE RADIOLOGIA DMI / LITOCENTRO	01/11/2007	30/11/2007
HOSPITAL DONA HELENA / OTORRINOPED / CLÍNICA NEUROLÓGICA	01/11/2007	30/11/2007
INSTITUTO DSE OLHOS - DR. CARLO WILLE / SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/11/2007	30/11/2007
CLÍNICA DE VISÃO DE JOINVILLE - YOSHII E TOSCANO / UNICLINICAS - DEVIENNE E WERNER / MASTOCENTRO / CENTRO DE VISÃO HADDAD	01/11/2007	30/11/2007
SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/11/2007	30/11/2007
CDA - CENTRO DE DIAGNOSTICO AVANÇADO / FONO E CIA / OFTALMOCLIN / CEDAP / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR / NEUROGENE / LABSCA / NEUROCENTRO / MULTIMAGEM / LAB. SÃO FRANCISCO	01/11/2007	30/11/2007
CAF / CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA BOEIRA / UROCLÍNICA / CENTRO DE TOMOGRAFIA JOINVILLE / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/11/2007	30/11/2007
CLÍNICA DE VISÃO DE JOINVILLE - YOSHII E TOSCANO / MASTOCENTRO / CENTRO DE VISÃO HADDAD / LABSCA / LAB. SÃO FRANCISCO / CAF / MULTIMAGEM / FONO E CIA / UROCLÍNICA / NEUROCENTRO	01/12/2007	31/12/2007
INSTITUTO DE OLHOS DR. CEDAP / LITOCENTRO / GASTROCENTRO / NEUROGENE	01/12/2007	31/12/2007
OTORRINOPED / DMI / CLÍNICA NEUROLÓGICA / CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE / CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR	01/12/2007	31/12/2007
HOSPITAL DONA HELENA / UNICLINICAS	01/12/2007	31/12/2007
SÃO MARCOS RAD / CEDUS / CAD / CLÍNICA MÉDICA BOEIRA / SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/12/2007	31/12/2007
OTORRINOPED	01/12/2007	08/02/2008
INSTITUTO DE OLHOS - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JOINVILLE - HOSPITAL DONA HELENA - FONO E CIA - CEDUS - CAF - OTORRINOPED	01/01/2008	31/01/2008
SERVIÇO DE RADIOLOGIA - DMI - LITOCENTRO - OFTALMOCLIN - CLINICA DA VISAO - HADDAD - MASTOCENTRO - NEUROGENE - GASTROCLINICA - CLINICA NEUROLOGICA JOINVILLE	01/01/2008	31/01/2008
CLINICA MEDICA BOEIRA - LABSCA - IGED - CEDAP	01/01/2008	31/01/2008
CLINICA MEDICA DEVIENNE E WERNER S/S - CENTRO DE VISAO YOSCHI E TOSCANO	01/01/2008	31/01/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA - CLINICA NEUROCENTRO - CENTRO DE TOMOGRAFIA JOINVILLE - SÃO MARCOS - MEDICINA NUCLEAR	01/01/2008	31/01/2008
	01/01/2008	31/12/2008
CENTRO DE VISÃO YOSCHI E TOSCANO - HOSPITAL DONA HELENA - INSTITUTO DE OLHOS	01/02/2008	28/02/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR - LABORATORIO SÃO FRANCISCO - CAF	01/02/2008	28/02/2008
CDA - IGED - DEVIENNE E WERNER - OTORRINOPED	01/02/2008	28/02/2008
CLINICA MEDICA BOEIRA - NEUROGENE - LABSCA - MASTOCENTRO - DMI - MULTIMAGEM - CEDAP - FONO E CIA	01/02/2008	28/02/2008
CENTRO DE TOMOGRAFIA JOINVILLE - LITOCENTRO - CENTRO DE VISÃO - CEDUS - GASTRO CLINICA - OFTALMOCLINICA - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR - UROCLINICA - CLINICA NEUROLOGICA DE JOINVILLE - NEUROCENTRO	01/02/2008	28/02/2008
CLINICA MEDICA BOEIRA - IGED - HOSPITAL DONA HELENA - CLINICA DA VISAO YOSCHI E TOSCANO - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/03/2008	31/03/2008
CAF - CENTRO DE VISAO HADDAD - LABSCA - CDA - MULTIMAGEM - NEUROCENTRO	01/03/2008	31/03/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA - GASTRO CLINICA - FONO E CIA	01/03/2008	31/03/2008
DEVIENNE E WERNER - CENTRO DE TOMOGRAFIA JOINVILLE - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR - CEDAP - CEDUS - OFTALMOCLIN - CITOCENTRO	01/03/2008	31/03/2008
SERVIÇO DE RADIOLOGIA - DMI - CLÍNICA NEUROLÓGICA DE JOINVILLE - UROCLÍNICA - MASTOCENTRO - INSTITUTO DE OLHOS	01/03/2008	31/03/2008
MULTIMAGEM - SERVIÇO DE RADIOLOGIA - DMI - LITOCENTRO	01/04/2008	30/04/2008
CLÍNICA MÉDICA BOEIRA - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR - NEUROGENE - UROCLÍNICA - CLÍNICA NEUROGENE DE JLE - CDA - CEDUS - LABSCA - CLÍNICA DESINTOM - CLÍNICA VISÃO HADDAD	01/04/2008	30/04/2008
CLÍNICA MÉDICA DEVIENNE E WERNER - GASTRO CLÍNICA NEUROCENTRO - CEDAP	01/04/2008	30/04/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA - FONO E CIA	01/04/2008	30/04/2008
CAF - HOSPITAL DONA HELENA - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JOINVILLE	01/04/2008	30/04/2008
CLÍNICA DE VISÃO DE JOINVILLE - OFTALMOCLÍNICA - CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE - INSTITUTO DE OLHOS DR. CARLOS WILLE - MASTOCENTRO - IGED	01/04/2008	30/04/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/05/2008	31/05/2008
DEVIENNE E WERNER - DMI - NEUROCENTRO	01/05/2008	31/05/2008
CENTRO DE VISÃO YOSCHI E TOSCANO - LABSCA - OFTALMOCLIN - LITOCENTRO - UROCLINICA - CLINICA DA VISAO HADDAD	01/05/2008	31/05/2008
CAF - NEUROGENE - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR - CDA - FONO E CIA - LABORATÓRIO SÃO FRANCISCO - CLÍNICA NEUROLÓGICA DE JLE - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR	01/05/2008	31/05/2008
DENSITON JARAGUÁ - MULTIMAGEM - HOSPITAL DONA HELENA - CEDAP - MASTOCENTRO	01/05/2008	31/05/2008
CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE - GASTRO CLINICA - INSTITUTO DE OLHOS	01/05/2008	31/05/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/06/2008	30/06/2008

HOSPITAL DONA HELENA - CENTRO DE TOMOGRAFIA JOINVILLE - FONO E CIA - UROCLINICA	01/06/2008	30/06/2008
DENSITON JARAGUA - INSTITUTO DE OLHOS - DEVIENNE E WERNER - MASTOCENTRO - NEUROCEN- TRO	01/06/2008	30/06/2008
LABORATÓRIO SÃO FRANCISCO - CAF OFTALMOCLÍNICA - CLÍNICA DA VISÃO HADDAD - CLINOX	01/06/2008	30/06/2008
LITOCENTRO - LABSCA - CLÍNICA DE VISÃO JLE - CEDUS - CDA - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/06/2008	30/06/2008
CONT. SÃO MARCOS RADIOLOGIA - MULTIMAGEM - GASTRO CLINICA - DMI	01/06/2008	30/06/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/07/2008	31/07/2008
DEVIENNE E WERNER - RITA CASSIA MARISSONI - ZONTA - FONO E CIA	01/07/2008	31/07/2008
VISIOCENTRO - CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JLE - CEDUS - CDA - HOSPITAL DONA HELENA	01/07/2008	31/07/2008
CLINICA DA VISAO HADDAD - NEUROGENE - CAF - OFTALMOCLINICA - CEDAP	01/07/2008	31/07/2008
SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR - DENSITON JARAGUA - CLINOX - YOSCHI E TOSCANO - UROCLINI- CA - SÃO MARCOS RADIOLOGIA - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR	01/07/2008	31/07/2008
LITOCENTRO - MASTOCENTRO - INSTITUTO DE OLHOS - LABSCA - NEUROCENRO	01/07/2008	31/07/2008
DMI - CLINICA NEUROLOGICA - GASTRO CLINICA - MULTIMAGEM	01/07/2008	31/07/2008
CENTRO DE TOMOGRAFIA JOINVILLE - UROCLINICA - CEDAP - LABSCA - CLINOX - DENSITON JARA- GUA - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/08/2008	31/08/2008
DEVIENNE E WERNER - GASTRO CLINICA	01/08/2008	31/08/2008
DEVIENNE E WERNER - INSTITUTO DE OLHOS CARLOS WILLE	01/08/2008	31/08/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/08/2008	31/08/2008
CENTRO MEDICINA NUCLEAR DE JOINVILLE - CEDUS - YOSCHI E TOSCANO - NEUROGENE - LABORA- TÓRIO SÃO FRANCISCO - HADDAD OFTALMOCLÍNICA - LABORATÓRIO CORUPAENSE	01/08/2008	31/08/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA - VISIOCENTRO	01/08/2008	31/08/2008
CAF - LITOCENTRO - CDA	01/08/2008	31/08/2008
MULTIMAGEM - CLINICA NEUROLOGICA - NEUROCENRO - MASTOCENTRO	01/08/2008	31/08/2008
DMI - HOSPITAL DONA HELENA	01/08/2008	31/08/2008
OFTALMOCLÍNICA - CDA - CEDAP - NEUROGENE - LABORATÓRIO SÃO FRANCISCO	01/09/2008	30/09/2008
DEVIENNE E WERNER	01/09/2008	30/09/2008
HOSPITAL DONA HELENA - FONO E CIA	01/09/2008	30/09/2008
DMI	01/09/2008	30/09/2008
CAF - CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE - LITOCENTRO	01/09/2008	30/09/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/09/2008	30/09/2008
CLINICA NEUROLOGICA DE JOINVILLE - DENSITON JARAGUA - YOSCHI E TOSCANO - INSTITUTO DE OLHOS DR CARLOS WILLE - UROCLINICA DE JOINVILLE S/C LTDA	01/09/2008	30/09/2008
CLINICA DA VISAO HADDAD - LABSCA - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/09/2008	30/09/2008
VISIOCENTRO - CLINICA MULTIMAGEM	01/09/2008	30/09/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/09/2008	30/09/2008
CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JOINVILLE - NEUROCENRO - CLINOX JOINVILLE - MEDIFONO - MASTOCENTRO - GASTRO CLINICA - LABORATORIO RITA DE CASSIA M. ZONTA	01/09/2008	30/09/2008
CLÍNICA DE VISÃO HADDAD - LABORATÓRIO RITA DE CÁSSIA M. ZONTA - LABORATÓRIO SÃO FRAN- CISCO - MEDIFONO	01/10/2008	31/10/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/10/2008	31/10/2008
CEDAP - DENSITON JARAGUÁ - MASTOCENTRO - CLÍNICA NEUROLÓGICA DE JOINVILE - NEUROCEN- TRO - OFTALMOCLÍNICA	01/10/2008	31/10/2008
DMI	01/10/2008	31/10/2008
MULTIMAGEM - VISIOCENTRO	01/10/2008	31/10/2008
DEVIENNE E WERNER	01/10/2008	31/10/2008
CENTRO DE TOMOGRAFIA - LABSCA - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR - FONO E CIA - CENTRO DE VISAO YOSCHI E TOSCANO	01/10/2008	31/10/2008
HOSPITAL DONA HELENA	01/10/2008	31/10/2008
DEVIENNE E WERNER - GASTRO CLINICA	01/10/2008	31/10/2008
CDA - INSTITUTO DE OLHOS DR CARLOS WILLE	01/10/2008	31/10/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/10/2008	31/10/2008
CAF - CLINOX - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DE JOINVILLE - LITOCENTRO - NEUROGENE - ORO- CLINICA	01/10/2008	31/10/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/11/2008	30/11/2008
HOSPITAL DONA HELENA - INSTITUTO DE OLHOS DR CARLOS WILLE	01/11/2008	30/11/2008
CAF - VISIOCENTRO	01/11/2008	30/11/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA	01/11/2008	30/11/2008
CDA	01/11/2008	30/11/2008
YOSCHI E TOSCANO - OFTALMOCLIN - CLINOX - JOINVILLE - CEDUS - MULTIMAGEM - FONO E CIA - LAB. RITA DE CASSIA M. ZONTA.	01/11/2008	30/11/2008
MEDIFONO - CLINICA ORL ZIMATH - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JOINVILLE - CLINICA NEUROLO- GICA DE JOINVILLE - NEUROGENE - MASTOCENTRO - NEUROCENRO	01/11/2008	30/11/2008
CLINICA MOSER E LOPES - LABORATORIO SÃO FRANCISCO - DMI - CEDAP - UROCLINICA - CLINICA DENSITON JARAGUA	01/11/2008	30/11/2008



DEVIEENNE E WERNER	01/11/2008	30/11/2008
GASTRO CLINICA - CLINICA VISAO HADDAD - LITOCENTRO	01/11/2008	30/11/2008
CENTRO DE TOMOGRAFIA DE JOINVILLE - LABSCA - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/11/2008	30/11/2008
CEDAP - CDA - DMI - CLINICA ORL ZIMATH - CLINOX - CLINICA VISAO - YOSCHI E TOSCANO - URO-CLINICA	01/12/2008	31/12/2008
HOSPITAL DONA HELENA - GASTRO CLINICA	01/12/2008	31/12/2008
SÃO MARCOS RADIOLOGIA - SÃO MARCOS MEDICINA NUCLEAR - MEDIFONO	01/12/2008	31/12/2008
INSTITUTO DE OLHOS DR CARLOS WILLE - LITOCENTRO - MASTOCENTRO - LABSCA - CLINICA NEUROLOGICA DE JOINVILLE - FONO E CIA	01/12/2008	31/12/2008
DEVIEENNE E WERNER - OFTALMOCLIN - MULTIMAGEM	01/12/2008	31/12/2008
CENTRO DE TOMOGRAFIA - VISIOCENRO	01/12/2008	31/12/2008
CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR - CAF - DENSITON JARAGUA - LABORATORIO SÃO FRANCISCO - NEUROCENTRO - CLINICA DA VISAO HADDAD - LABORATORIO RITA DE CASSIA M. ZONTA - XIMENES	01/12/2008	31/12/2008
LABORATORIO SAO FRANCISCO NEUROCENTRO LABSCA FONO E CIA LITOCENTRO CLINICA NEUROLOGICA DE JOINVILLE	01/01/2009	31/01/2009
GASTRO CLINICA VISIOCENRO	01/01/2009	31/01/2009
CENTRO DE TOMOGRAFIA CLINICA DE VISAO HADDAD HOSPITAL DONA HELENA	01/01/2009	31/01/2009
CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DEVIEENNE E WERNER MEDIFONO UROCLINICA CLINICA ORL ZIMATH CEDAP CLINICA VISAO YOSHI E TOSCANO MASTOCENTRO	01/01/2009	31/01/2009
CAF SERVIÇOS DMI INSTITUTO DE OLHOS DR CARLOS WILLE NEUROGENE MULTIMAGEM	01/01/2009	31/01/2009
SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR DENSITON JARAGUA CDA LABORATORIO RITA DE CASSIA M. ZONTA XIMENES OFTALMOCLIN	01/01/2009	31/01/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/01/2009	31/01/2009
CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR MEDIFONO CLINICA NEUROLOGICA CLINICA ORL ZIMATH LABORATORIO SAO FRANCISCO CEDAP YOSCHI E TOSCANO FONO E CIA MULTIMAGEM	01/02/2009	28/02/2009
DEVIEENNE E WERNER CDA CEDUS LABORATORIO RITA DE CASSIA M. ZONTA XIMENES MASTOCENTRO	01/02/2009	28/02/2009
CENTRO DE TOMOGRAFIA NEUROCENTRO CAF NEUROGENE CLINICA MOSER E LOPES CLINICA VISAO HADDAD	01/02/2009	28/02/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/02/2009	28/02/2009



LITOCENTRO DENSITON JARAGUA SERVIÇOS DMI INSTITUTO DE OLHOS DR CARLOS WILLE	01/02/2009	28/02/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/02/2009	28/02/2009
LABSCA HOSPITAL DONA HELENA	01/02/2009	28/02/2009
VISIOCENTRO GASTROCLINICA OFTALMOCLIN	01/02/2009	28/02/2009
DEVIENE E WERNER SERVIÇOS DMI	01/03/2009	31/03/2009
CLINICA NEUROLOGICA MULTIMAGEM LITOCENTRO NEUROGENE ORL ZIMATH OFTALMOCLIN UROCLINICA	01/03/2009	31/03/2009
FONO E CIA INSTITUTO DE OLHOS DR CARLOS WILLE CLINICA DA VISAO HADDAD LABSCA LABORATORIO SAO FRANCISCO LABORATORIO RITA DE CASSIA MASTOCENTRO MEDIFONO	01/03/2009	31/03/2009
DENSITON JARAGUA CENTRO DE TOMOGRAFIA CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR CDA CAF CLINOX	01/03/2009	31/03/2009
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EVANGELICA HOSPITAL DONA HELENA SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/03/2009	31/03/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/03/2009	31/03/2009
CEDAP GASTROCLINICA SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR NEUROCENTRO VISIOCENTRO CLINICA DA VISAO YOSHI E TOSCANO	01/03/2009	31/03/2009
INSTITUTO DE OLHOS DR CARLOS WILLE DEVIENE E WERNER	01/04/2009	30/04/2009
CLINICA VISAO HADDAD CLINICA ORL ZIMATH LITOCENTRO VISIOCENTRO	01/04/2009	30/04/2009
LABSCA LABORATORIO RITA DE CASSIA GASTROCLINICA DENSITON MASTOCENTRO FONO E CIA MEDIFONO CAF	01/04/2009	30/04/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/04/2009	30/04/2009
HOSPITAL DONA HELENA NEUROGENE CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR CDA	01/04/2009	30/04/2009
SERVIÇOS DMI	01/04/2009	30/04/2009

CEDAP CENTRO DA VISAO YOSHI E TOSCANO OFTALMOCLIN CLINICA NEUROLOGICA CLINOX NEUROCENTRO CENTRO DE TOMOGRAFIA SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR UROCLINICA	01/04/2009	30/04/2009
DENSITON MULTIMAGEM ORL ZIMATH NEUROCENTRO CENTRO DE TOMOGRAFIA HADDAD CLINICA NEUROLOGICA	01/05/2009	31/05/2009
DEVIENE E WERNER HOSPITAL BETHESDA SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR FONO E CIA	01/05/2009	31/05/2009
GASTROCLINICA VISIOCENTRO CEDAP HOSPITAL JARAGUA	01/05/2009	31/05/2009
UROCLINICA CDA CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR LABORATORIO SAO FRANCISCO INSTITUTO DE OLHOS MEDIFONO YOSHI E TOSCANO LABORATORIO RITA DE CASSIA	01/05/2009	31/05/2009
HOSPITAL DONA HELENA OFTALMOCLIN LITOCENTRO MASTOCENTRO CLINOX	01/05/2009	31/05/2009
SERVIÇOS DMI CAF NEUROGENE	01/05/2009	31/05/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/05/2009	31/05/2009
LABORATORIO RITA DE CASSIA CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR CDA HADDAD YOSHI E TOSCANO	01/06/2009	30/06/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA UNICLINICAS DEVIENE E WERNER DENSITON JARAGUA	01/06/2009	30/06/2009
LITOCENTRO CEDAP GASTRO CLINICA CLINOX MASTOCENTRO	01/06/2009	30/06/2009
HOSPITAL BETHESDA HOSPITAL DONA HELENA	01/06/2009	30/06/2009
VISIOCENTRO CLINICA DE OLHOS RUTHES ENDO GASTRO SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR FONO E CIA UROCLINICA	01/06/2009	30/06/2009

CEDUS MEDIFONO INSTITUTO DE OLHOS OFTALMOCLIN CAF	01/06/2009	30/06/2009
HOSPITAL JARAGUA CENTRO DE TOMOGRAFIA CLINICA NEUROLOGICA MULTIMAGEM NEUROCENTRO ORL ZIMATH	01/06/2009	30/06/2009
DMI GASTRO CLINICA	01/06/2009	30/06/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/06/2009	30/06/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/07/2009	31/07/2009
VISIOCENTRO INSTITUTO DE OLHOS	01/07/2009	31/07/2009
CEDAP LABORATORIO RITA DE CASSIA MULTIMAGEM MASTOCENTRO NEUROCENTRO	01/07/2009	31/07/2009
HOSPITAL BETHESDA UROCLINICA DEVIENE E WERNER MEDIFONO SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/07/2009	31/07/2009
DMI	01/07/2009	31/07/2009
CEDUS CLINOX CLINICA NEUROLOGICA CAF LABORATORIO SAO FRANCISCO ORL ZIMATH ENDO GASTRO	01/07/2009	31/07/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/07/2009	31/07/2009
CDA GASTRO CLINICA FONO E CIA UNICARDIO HOSPITAL JARAGUA	01/07/2009	31/07/2009
YOSHI E TOSCANO HADDAD NEUROGENE CENTRO DE TOMOGRAFIA	01/07/2009	31/07/2009
CLINICA DE OLHOS RUTHES LITOCENTRO DENSITON OFTALMOCLIN CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR	01/07/2009	31/07/2009
HOSPITAL DONA HELENA	01/07/2009	31/07/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/08/2009	31/08/2009
CENTRO DE TOMOGRAFIA YOUSHI E TOSCANO CEDUS UNICARDIO CLINOX	01/08/2009	31/08/2009
HADDAD CLINICA NEUROLOGICA OFTALMOCLIN MASTOCENTRO DENSITON HOSPITAL JARAGUA LITOCENTRO	01/08/2009	31/08/2009

CAF MULTIMAGEM GASTRO CLINICA LABORATORIO SAO FRANCISCO	01/08/2009	31/08/2009
CDA INSTITUTO DE OLHOS CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR	01/08/2009	31/08/2009
NEUROGENE NEUROCENTRO FONO E CIA MEDIFONO PRO MULHER CEDAP	01/08/2009	31/08/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/08/2009	31/08/2009
LABORATORIO RITA DE CASSIA CLINICA DE OLHOS RUTHES ENDRO GASTRO HOSPITAL DONA HELENA	01/08/2009	31/08/2009
UROCLINICA SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR DMI	01/08/2009	31/08/2009
DEVIENE E WERNER HOSPITAL BETHESDA VISIOCENTRO	01/08/2009	31/08/2009
LITOCENTRO UROCLINICA YOSCHI E TOSCANO HOSPITAL BETHESDA	01/09/2009	30/09/2009
MULTIMAGEM VISIOCENTRO	01/09/2009	30/09/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/09/2009	30/09/2009
CDA FONO E CIA MEDIFONO HOSPITAL RIO NEGRINHO NEUROCLINICA CLINICA DE FRATURAS PLANALTO NORTE	01/09/2009	30/09/2009
HOSPITAL DONA HELENA	01/09/2009	30/09/2009
GASTROCLINICA CEDAP HOSPITAL JARAGUA SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR ENDO GASTRO ENDOGIN	01/09/2009	30/09/2009
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/09/2009	30/09/2009
HADDAD LABORATORIO CORUPAENSE NEUROLOGICA OFTALMOCLIN INSTITUTO DE OLHOS CLINOX	01/09/2009	30/09/2009
DEVIENE E WERNER CEDUS H SIAO LABSCA NEUROGENE UNICARDIO MASTOCENTRO	01/09/2009	30/09/2009
CENTRO DE TOMOGRAFIA CLINICA DE OLHOS RUTHES	01/09/2009	02/08/2010
RUTHES LABORATORIO SAO FRANCISCO CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR UNICARDIO CAF NEUROCENTRO	01/09/2009	03/08/2010

SAO MARCOS RADIOLOGIA LITOCENTRO	01/09/2009	04/08/2010
DMI	01/09/2009	05/08/2010
OFTALMOCLIN INSTITUTO DE OLHOS MULTIMAGEM CAF	01/10/2009	06/08/2010
HOSPITAL BETHESDA MEDIFONO NEUROCENTRO DEWIENE E WERNER - UNICLINICAS	01/10/2009	07/08/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/10/2009	08/08/2010
DONA HELENA ENDO GASTRO CEDAP HOSPITAL JARAGUA CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JOINVILLE CLINOX	01/10/2009	09/08/2010
PRO MULHER CEDUS CENTRO DE TOMOGRAFIA UNICARDIO FRATURAS DO PLANALTO NORTE	01/10/2009	10/08/2010
CLINICA DE OLHOS RUTHES CDA CLINICA NEUROLOGICA HADDAD SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/10/2009	11/08/2010
VISAO UROCLINICA FONO E CIA APARELHO DIGESTIVO DENSITON ANA PAULA NEUROGENE LABSCA LABORATORIO SAO FRANCISCO	01/10/2009	12/08/2010
DMI NEUROCLINICA LABORATORIO RITA DE CASSIA CORUPAENSE	01/10/2009	13/08/2010
GASTROCLINICA VISIOCENTRO MASTOCENTRO	01/10/2009	14/08/2010
CEDUS FONO E CIA H & E PATOLOGIA GASTROCLINICA LABORATORIO CORUPAENSE INSTITUTO DE OLHOS	01/11/2009	15/08/2010
CAF CEDAP DR CHUNG H SIAO ANA PAULA ALBUQUERQUE CLINICA DE FRATURAS DO PLANALTO NORTE	01/11/2009	16/08/2010
MEDIFONO MASTOCENTRO ENDOGIN CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR CLINICA NEUROLOGICA RUTHES HADDAD CLINICA MOSER E LOPES	01/11/2009	17/08/2010

VISIOCENTRO HOSPITAL JARAGUA HOSPITAL DONA HELENA CLINICA DE NEUROLOGIA LTDA	01/11/2009	18/08/2010
LITOCENTRO SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR UNICARDIO DEVIENE E WERNER LABSCA	01/11/2009	19/08/2010
ENDOCASTRO NEUROCENTRO OFTALMOCLIN APARELHO DIGESTIVO CDA HOSPITAL RIO NEGRINHO	01/11/2009	20/08/2010
DMI VISAO YOSHI E TOSCANO	01/11/2009	21/08/2010
DENSITON CLINOX MULTIMAGEM HOSPITAL BETHESDA CENTRO DE TOMOGRAFIA NEUROGENE	01/11/2009	22/08/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/11/2009	23/08/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA PRO MULHER	01/11/2009	24/08/2010
LITOCENTRO VISAO - YOSHI E TOSCANO LABSCA DEVIENE E WERNER INSTITUTO DE OLHOS	01/12/2009	25/08/2010
DMI	01/12/2009	26/08/2010
HOSPITAL DONA HELENA OFTALMOCLIN	01/12/2009	27/08/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/12/2009	28/08/2010
CEDAP CAF UROCLINICA CLINICA DE OLHOS DRA ANA PAULA H & E PATOLOGIA	01/12/2009	29/08/2010
ENDOCASTRO MEDIFONO PRO MULHER FONO E CIA	01/12/2009	30/08/2010
DMI CDA VISIOCENTRO	01/12/2009	31/08/2010
NEUROCENTRO RUTHES SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR CEDUS GASTROCLINICA CLINOX	01/12/2009	01/09/2010
DENSITON JARAGUA CLINICA VISAO HADDAD HOSPITAL BETHESDA HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUA	01/12/2009	02/09/2010



MULTIMAGEM LAB CORUPAENSE MASTOCENTRO ENDOGIN CLINICA NEUROLOGICA NEUROCLINICA MOSER E LOPES CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR CENTRO DE TOMOGRAFIA NEUROGENE CLINICA FRATURAS PLANALTO NORTE	01/12/2009	03/09/2010
MEDIFONO UNICARDIO FONO & CIA CEDAP DENSITON JARAGUA CENTRO DE TOMOGRAFIA H & E INSTITUTO DE PATOLOGIA	01/01/2010	04/09/2010
CLINICA PRO MULHER HOSPITAL DONA HELENA	01/01/2010	05/09/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/01/2010	06/09/2010
INSTITUTO DE OLHOS CAF NEUROCENTRO CHUNG HSIAO CLINOX	01/01/2010	07/09/2010
UNICLINICAS DEVIENNE & WERNER NEUROGENE UROCLINICA CLINICA DE NEUROLOGIA (NEUROCLINICA) CLINICA NEUROLOGICA HOSPITAL BETHESDA LITOCENTRO CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO	01/01/2010	08/09/2010
VISIOCENTRO SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR CDA CEDUS OFTALMOCLIN ENDO GASTRO ENDOGIN HOSP. RIO NEGRINHO MASTOCENTRO HADDAD VISAO YOSHI E TOSCANO	01/01/2010	09/09/2010
GASTROCLINICA DMI HOSPITAL JARAGUA CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR JOINVILLE	01/01/2010	10/09/2010
	01/01/2010	11/09/2010
	01/01/2010	12/09/2010
CLINICA NEUROLOGICA HADDAD YOSHI E TOSCANO FONO E CIA LITOCENTRO	01/02/2010	13/09/2010
DENSITON VISIOCENTRO	01/02/2010	14/09/2010
DEVIENNE & WERNER CENTRO DE TOMOGRAFIA NEUROCENTRO UNICARDIO SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR MEDIFONO	01/02/2010	15/09/2010

GASTRO CLINICA CDA PRO MULHER	01/02/2010	16/09/2010
CEDAP DMI CEDUS	01/02/2010	17/09/2010
CAF HOSPITAL BETHESDA	01/02/2010	18/09/2010
MASTOCENTRO H & E PATOLOGIA MULTIMAGEM APARELHO DIGESTIVO OFTALMOCLIN ENDO GASTRO HOSPITAL JARAGUA UROCLINICA CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR CLINICA RUTHES CLINICA H SIAO DONA HELENA ENDOGIN HOSPITAL RIO NEGRINHO SADALLA AMIM GHANEM NEUROLOGIA ESP. INTEGRADOS CLINOX NEUROGENE INSTITUTO DE OLHOS CARLO WILLI CLINICA DE FRATURAS PLANALTO NORTE	01/02/2010	19/09/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/02/2010	20/09/2010
MEDIFONO BETHESDA CEDAP	01/03/2010	21/09/2010
VISIOCENTRO SADALLA AMIM GHANEM	01/03/2010	22/09/2010
OFTALMOCLIN CLINICA NEUROLOGICA LITOCENTRO DEVienne & WERNER UNICARDIO	01/03/2010	23/09/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR FONO & CIA	01/03/2010	24/09/2010
DMI	01/03/2010	25/09/2010
GASTRO CLINICA YOSHI & TOSCANO	01/03/2010	26/09/2010
PRO MULHER DENSITON JARAGUA	01/03/2010	27/09/2010
HOSPITAL JARAGUA INSTITUTO DE OLHOS CARLOS WILLE DIGEST NEUROGENE ENDOGIN CLINOX H & E PATOLOGIA CHUNG H SIAO CDA HOSPITAL RIO NEGRINHO MASTOCENTRO FRAT. PLANALTO NORTE ENDO GASTRO APARELHO DIGESTIVO LABORATORIO SAO FRANCISCO UROCLINICA CLINICA RUTHES	01/03/2010	28/09/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/03/2010	29/09/2010

CAF CEDUS	01/03/2010	30/09/2010
NEUROCENTRO CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR NEUROCLINICA CENTRO DE TOMOGRAFIA HADDAD	01/03/2010	01/10/2010
ENDO GASTRO HOSPITAL JARAGUA GASTRO CLINICA LITOCENTRO	01/04/2010	02/10/2010
CLINICA VISAO YOSHI E TOSCANO NEUROGENE LABSCA RUTHES FUNDAÇÃO HOSPITAL RN ENDOGIN CLINOX	01/04/2010	03/10/2010
HOSPITAL BETHESDA DENSITON JARAGUA MOSER E LOPES NEUROCLINICA	01/04/2010	04/10/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/04/2010	05/10/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/04/2010	06/10/2010
NEUROCENTRO PRO MULHER	01/04/2010	07/10/2010
CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO DEVIENCE & WERNER FONO & CIA CEDAP VISIOCENTRO	01/04/2010	08/10/2010
CLINICA VISAO HADDAD MEDIFONO OFTALMOCLIN SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR SADALLA AMIM GHANEM DIGEST MASTOCENTRO PNEUMOCLINICA	01/04/2010	09/10/2010
DMI	01/04/2010	10/10/2010
CAF CEDUS CENTRO DE TOMOGRAFIA	01/04/2010	11/10/2010
H & E PATOLOGIA CHUNG HSIAO CLINICA NEUROLOGICA UROCLINICA CENTRO D MEDICINA NUCLEAR CDA UNICARDIO	01/04/2010	12/10/2010
MOSER LOPES NEUROCENTRO MEDIFONO UNICARDIO SADALLA AMIM GHANEM HOSPITAL BETHESDA	01/05/2010	13/10/2010
ENDO GASTRO ENDOGIN NEUROGENE DMI SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/05/2010	14/10/2010

CLINICA RUTHES CLINICA NEUROLOGICA VISAO YOSHI E TOSCANO H & E PATOLOGIA HOSPITAL JARAGUA FONO E CIA SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR UNICLINICAS - DEVIENNE & WERNER	01/05/2010	15/10/2010
HOSPITAL BETHESDA GASTROCLINICA CDA OFTALMOCLIN CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR DENSITON	01/05/2010	16/10/2010
DMI VISIOCENTRO	01/05/2010	17/10/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/05/2010	18/10/2010
CLINICA PRO MULHER CLINICA DE NEUROLOGIA - NEUROCLINICA CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO CENTRO DE VISAO HADDAD	01/05/2010	19/10/2010
LITOCENTRO CLINICA DE FRATURAS DO PLANALTO NORTE MASTOCENTRO PNEUMOCLINICA LABSCA CLINOX CLINICA DJ COUTINHO CEDAP UROCLINICA CLINICA MEDICA H SIAO HOSPITAL SANTA CATARINA - DIGEST	01/05/2010	20/10/2010
CAF CENTRO DE TOMOGRAFIA CEDUS HOSPITAL RIO NEGRINHO	01/05/2010	21/10/2010
CLINICA PRO MULHER CENTRO DE TOMOGRAFIA CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO HOSPITAL RIO NEGRINHO CLINOX	01/06/2010	22/10/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/06/2010	23/10/2010
CLINICA DE NEUROLOGIA E ESP. INT. FONO E CIA MEDIFONO CLINICA NEUROLOGICA CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR	01/06/2010	24/10/2010
CEDUS VISAO YOSHI E TOSCANO NEUROCENTRO CEDAP UROCLINICA RUTHES	01/06/2010	25/10/2010
DMI	01/06/2010	26/10/2010
INSTITUTO DE OLHOS SADALLA AMIM DEVIENNE & WERNER - UNICLINICAS DIGEST HOSPITAL SANTA CATARINA PULMOCLINICA LABORATORIO SAO FRANCISCO DJ COUTINHO NEUROGENE ENDOGIN	01/06/2010	27/10/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA VISIOCENTRO	01/06/2010	28/10/2010

CAF MOSER E LOPES CHUNG - HSIAO DENSITON UNICARDIO	01/06/2010	29/10/2010
HOSPITAL BETHESDA MASTOCENTRO LITOCENTRO CENTRO DE VISAO HADDAD CDA	01/06/2010	30/10/2010
GASTROCLINICA OFTALMOCLIN HOSPITAL JARAGUA GASTROCENTRO H & E PATOLOGIA PNEUMOCLINICA SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR ENDOGASTRO	01/06/2010	31/10/2010
HOSPITAL RIO NEGRINHO PULMOCLINICA CLINICA MOSER E LOPES ENDOGIN CLINICA MEDICA ENDO GASTRO DJ COUTINHO CEDAP CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR GASTROCENTRO HOSPITAL JARAGUA NEUROGENE CLINICA VISAO HADDAD PNEUMOCLINICA DIGEST - HOSPITAL SC CLINOX MASTOCENTRO	01/07/2010	01/11/2010
CLINICA NEUROLOGICA DE JOINVILLE CDA MEDIFONO DENSITON JARAGUA OFTALMOCLIN FONO E CIA	01/07/2010	02/11/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/07/2010	03/11/2010
FRATURAS DO PLANALTO NORTE SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR CENTRO DE TOMOGRAFIA DEVienne & WERNER NEUROCLINICA	01/07/2010	04/11/2010
DMI	01/07/2010	05/11/2010
GASTRO CLINICA LITOCENTRO CEDUS	01/07/2010	06/11/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA CAF	01/07/2010	07/11/2010
PRO MULHER HOSPITAL BETHESDA	01/07/2010	08/11/2010
UNICARDIO INSTITUTO DE OLHOS JOINVILLE CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO CLINICA DE OLHOS RUTHES H & E INSTITUTO DE PATOLOGIA CLINICA VISAO YOSHI E TOSCANO UROCLINICA NEUROCENTRO	01/07/2010	09/11/2010
INSTITUTO DE OLHOS SADALLA AMIM GHANEM VISIOCENRO	01/07/2010	10/11/2010
DMI	01/08/2010	11/11/2010

CLINICA DE NEUROLOGIA ESP. INT. FONO & CIA CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO CLINICA NEUROLOGICA NEUROCENTRO DENSITON MASTOCENTRO	01/08/2010	12/11/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/08/2010	13/11/2010
VISIOCENTRO HOSPITAL JARAGUA INSTITUTO DE PATOLOGIA H & E DIGEST ENDO GASTRO ENDOGIN CLINICA DE FRATURA DO PLANALTO NORTE CHUNG HSIAO NEUROGENE	01/08/2010	14/11/2010
SADALLA AMIM GHANEM CEDUS	01/08/2010	15/11/2010
SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR INSTITUTO DE OLHOS JOINVILLE CENTRO DE TOMOGRAFIA	01/08/2010	16/11/2010
HOSPITAL BETHESDA CEDAP OFTALMOCLIN MEDIFONO CDA SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR	01/08/2010	17/11/2010
CAF CLINICA VISAO - YOSHI TOSCANO UROCLINICA PRONTOMED PULMOCLINICA UNICLINICAS - DEVIENNE & WERNER	01/08/2010	18/11/2010
CLINICA PRO MULHER HADDAD RUTHES GASTROCENTRO HOSPITAL RIO NEGRINHO HOSPITAL SAO VICENTE - MORSOLLETO PNEUMOCCLINICA	01/08/2010	19/11/2010
CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR GASTROCLINICA LITOCENTRO CLINOX CLINICA UROLOGICA DJ COUTINHO UNICARDIO	01/08/2010	20/11/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA HSIAO CLINICA UROLOGICA DJ COUTINHO	01/08/2010	21/11/2010
OFTALMOCLIN DENSITON GASTOCENTRO CEDUS CDA	01/09/2010	22/11/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA HOSPITAL JARAGUA NEUROGENE	01/09/2010	23/11/2010
LITOCENTRO UNICLINICA - DEVIENE & WERNER CENTRO DE TOMOGRAFIA MEDIFONO	01/09/2010	24/11/2010



DMI CLINOX HOSPITAL RIO NEGRINHO MOSER E LOPES CLINICA DE FRATURAS PLANALTO NORTE PULMOCLINICA	01/09/2010	25/11/2010
NEUROCLINICA GASTROCLINICA INSTITUIÇÃO BETHESDA DIGEST INST. PATOLOGIA H & E ENDOGIN MASTOCENTRO PNEUMOCLINICA CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR VISAO YOSHI E TOSCANO	01/09/2010	26/11/2010
VISIOCENTRO HADDAD ENDOGASTRO CEDAP	01/09/2010	27/11/2010
SADALLA AMIM GHANEM CAF	01/09/2010	28/11/2010
CRUZ VERMELHA UROCLINICA SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR CLINICA PRO MULHER CLINICA UROLOGICA DJ COUTINHO	01/09/2010	29/11/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/09/2010	30/11/2010
UNICARDIO CLINICA NEUROLOGICA NEUROCENTRO INSTITUTO DE OLHOS JOINVILLE FONO E CIA PRONTOMED	01/09/2010	01/12/2010
CENTRO DE TOMOGRAFIA CLINICA HADDAD MEDIFONO SM MEDICA NUCLEAR UNICARDIO ENDOGIN	01/10/2010	02/12/2010
DMI CLINICA H & E CLINOX HOSPITAL JARAGUA	01/10/2010	03/12/2010
FONO & CIA	01/10/2010	04/12/2010
VISIOCENTRO CAF	01/10/2010	05/12/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA SADALLA AMIM	01/10/2010	06/12/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/10/2010	07/12/2010
PRO MULHER CLINICA NEUROLOGICA DENSITON JARAGUA CLINICA PLANALTO NORTE	01/10/2010	08/12/2010
GASTROCLINICA CDA UROCLINICA YOSHI TOSCANO APARELHO DIGESTIVO CRUZ VERMELHA	01/10/2010	09/12/2010

CENTRO MEDICINA NUCLEAR NEUROCENTRO CEDUS GASTROCENTRO CEDAP CHUNG NEUROGENE PRONTOMED	01/10/2010	10/12/2010
HOSPITAL BETHESDA PNEUMOCLINICA INSTITUTO DE OLHOS JOINVILLE OFTALMOCLIN ENDO GASTRO MASTOCENTRO	01/10/2010	11/12/2010
VISIOCENTRO SAO MARCOS MEDICINA NUCLEAR NEUROCENTRO	01/11/2010	12/12/2010
LITOCENTRO CEDUS CEDAP DEVIENE & WERNER HOSPITAL RIO NEGRINHO HADDAD	01/11/2010	13/12/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/11/2010	14/12/2010
GASTRO CENTRO HSIAO SADALLA AMIM GHANEM OFTALMOCLIN	01/11/2010	15/12/2010
CAF NEUROCLINICA UNICARDIO CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR CLINICA NEUROLOGICA DE JOINVILLE	01/11/2010	16/12/2010
	01/11/2010	17/12/2010
CDA ENDO GASTRO MEDIFONO MASTOCENTRO UROCLINICA PLANALTO NORTE CLINOX INSTITUTO DE OLHOS JOINVILLE ENDOGIN	01/11/2010	18/12/2010
HOSPITAL BETHESDA H & E SESI FONO & CIA NEUROGENE YOSHI E TOSCANO HOSPITAL JARAGUA PRONTOMED	01/11/2010	19/12/2010
PRO MULHER GASTRO CLINICA APARELHO DIGESTIVO PNEUMICLINICA	01/11/2010	20/12/2010
DENSITOM JARAGUA DMI	01/11/2010	21/12/2010

PRONTOMED CEDUS CDA UNICARDIO - CARDIOPRIME CLINOX MASTOCENTRO CLINICA NEUROLOGICA ESP, NEUROCLINICA CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO CEDAP NEUROGENE	01/12/2010	22/12/2010
GASTROCENTRO SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/12/2010	23/12/2010
CLINICA PRO MULHER SAO MARCOS RADIOLOGIA NUCLEAR HOSPITAL BETHESDA NEUROCENTRO VISAO YOSHI E TOSCANO INSTITUTO DE OLHOS JOINVILLE PULMOCLINICAS	01/12/2010	24/12/2010
DENSITON ENDOCASTRO FONO & CIA MEDIFONO HOSPITAL RIO NEGRINHO GASTROCLINICA ENDOGIN	01/12/2010	25/12/2010
SAO MARCOS RADIOLOGIA	01/12/2010	26/12/2010
H & E PATOLOGIA OFTALMOCLIN CLINICA UROLOGICA DJ COUTINHO	01/12/2010	27/12/2010
LITOCENTRO CENTRO DE TOMOGRAFIA CRUZ VERMELHA SESI	01/12/2010	28/12/2010
VISIOCENTRO SADALLA AMIM GHANEM	01/12/2010	29/12/2010
DMI	01/12/2010	30/12/2010
CAF HADDAD UROCLINICA NEUROLOGICA CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR PNEUMOCLINICA UNICLINICA - DEVIENE & WERNER	01/12/2010	31/12/2010

**CIS/AMARP****RESOLUÇÃO 03 2016 CPL**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISAMARP  
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.  
<http://www.cisamarp.sc.gov.br> [cis@amarp.org.br](mailto:cis@amarp.org.br)  
CNPJ 11.023.771/0001-10

Resolução nº. 03/2016 - CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o credenciamento de Danieli Cristina Ribeiro, CPF 087.933.909-80, com atendimento a Rua Padre Biagio Simonetti, Centro, Fraiburgo/SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços de procedimentos em:

PROCEDIMENTO )	CÓDIGO	Valor CIS
Emissões Otoacústicas Evocadas p Triagem auditiva (teste da orelhinha)	0.21.10.70.14-9	17,56

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 08 de abril de 2016.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CISAMARP

**RESOLUÇÃO 08 2016**

Resolução nº 08/2016

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso I e VIII, art.17 do Estatuto Social do CISAMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços a seguir:

Danieli Cristina Ribeiro, CPF 087.933.909-80, com atendimento a Rua Padre Biagio Simonetti, Centro, Fraiburgo/SC, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de credenciamento 90/2016.

PROCEDIMENTO )	CÓDIGO	Valor CIS
Emissões Otoacústicas Evocadas p Triagem auditiva (teste da orelhinha)	0.21.10.70.14-9	17,56

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 08 de abril de 2016.

Luciano Paganini

Presidente CISAMARP

**CIGAMERIOS****EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 01-2016**

	CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
	CIGAMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2016

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios CIGAMERIOS, Sr. Dilair Menin, Prefeito de Caibi, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participar da Assembleia Geral Extraordinária do CIGAMERIOS que se realizará no próximo dia 14 de abril, quinta-feira, com início às 14h30min, no auditório da Associação dos Municípios do Entre Rios AMERIOS, na Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar a seguinte ordem do dia:

I- 14h30min - Abertura da Assembleia;

II- 14h40min – Deliberação sobre convalidação e ratificação das deliberações previstas em Ata da AMERIOS, relacionados ao CIGAMERIOS;

III- 14h50min - Deliberação sobre o Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS;

IV- 15h00min – Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha- SC, 04 de abril de 2016.

DILAIR MENIN

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Caibi